

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO

OS DISCURSOS DE DYONELIO MACHADO E RAUL PILLA:  
O POLÍTICO E SUAS MÚLTIPLAS FACES

Mauro José Gaglietti

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor  
em História, na área de concentração em História das Sociedades Ibero-  
Americanas

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> RUTH MARIA CHITTÓ GAUER  
Orientadora

Data da defesa: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Instituição depositária:  
Biblioteca Central Irmão José Otão  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, janeiro de 2005.  
Rio Grande do Sul – Brasil

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

DEFESA DE TESE DE DOUTORADO

BANCA EXAMINADORA

---

Ruth Maria Chittó Gauer (Orientadora - PUCRS)

---

---

---

---

À  
Márcia,  
que, com sua sutileza e perspicácia, foi  
a minha sublime interlocutora  
na elaboração deste trabalho.

## AGRADECIMENTOS

À Ruth Maria Chittó Gauer pela orientação segura, tranqüila e carinhosa;

Aos professores René Ernani Gertz e Núncia Santoro de Constantino, que, na banca de qualificação deste trabalho, deixaram valiosas contribuições para a continuidade da pesquisa, e aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Ibero-Americanas da PUCRS, pela acolhida;

À Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Passo Fundo, pelo apoio que concedeu à realização da pesquisa e à conclusão deste trabalho;

A Regina Zilberman, Moacyr Scliar, Luiz Antonio de Assis Brasil, Maria da Glória Bordini, Maria Luíza Remédios, Odaci Luiz Coradini, Walter Galvani, Marinês Dors, Maria Emilse Lucatelli, Maria Lúcia Bandeira Vargas, Aline Machado Kuns e Lisandro Lemos Machado, que colaboraram para a realização deste trabalho;

Aos meus colegas, professores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e, em particular, aos docentes do Curso de História e da Área de Ciências Sociais da Universidade de Passo Fundo (UPF), que me deram *aquela* apoio durante a execução deste trabalho;

Aos professores dos Cursos de História, Comunicação Social e Psicologia da Universidade de Passo Fundo (UPF), que vêm incentivando meu trabalho de professor e pesquisador;

Ao ALDYM, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, por haver viabilizado a pesquisa em relação à vida e à obra de Dyonelio Machado;

Ao NUPERGS do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, por ter possibilitado o acesso ao acervo de Raul Pilla;

Aos colegas do Grupo *Vivencer/CNPq*, da Universidade de Passo Fundo (UPF) dois anos antes da conclusão desta tese, confiaram no meu trabalho e convidaram a participar da equipe de elaboração do projeto de Mestr Multidisciplinar em Ciências do Envelhecimento Humano;

Ao grupo de pesquisa sobre estudos culturais, coordenado pela Profa. Dra. Maria Luíza Remédios (PPGL/PUCRS), que me convidou a ser um de seus integrantes;

Aos colegas da APGH-PUCRS, que conseguiram manter “viva” a *Histórica* - Revista da Associação dos Pós-Graduandos em História da PUCRS - por meio das edições seis e sete, com direito a artigos de Michel Maffesoli e Carlo Ginzburg;

Aos colegas Carlos Armani, Hugo Arend e Éder Silveira, que representam a nova safra de historiadores;

Aos amigos do Grupo de discussão *Os ratos* e da *Confraria da Boa Lembrança*, cujos passos atravessaram de algum modo estas páginas, tornando-as menos áridas;

A todos os alunos que, com suas dúvidas, comentários, indagações e, também, com seu bom humor, me fazem lembrar todos os dias de nossa eterna condição de aprendizes;

Às secretárias do Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Ibero-Americanas, cuja eficiência e generosidade garantem o bom andamento do nosso trabalho;

Aos funcionários da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que me propiciaram o acesso às fontes documentais;

Aos familiares e amigos, pelo paciente acompanhamento.

Ao Ministério de Ciência & Tecnologia e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, que atenderam, em 2003, às reivindicações da Associação de Pós-Graduandos em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - APGH-PUCRS, e dos pós-graduandos dos demais programas, no que se referia ao repasse de verba às Universidades brasileiras mantendo, assim, as bolsas de mestrado e de doutorado, e que, além disso, regulamentaram, em setembro de 2004, a concessão de recursos financeiros destinados a taxas de bancada para os bolsistas – doutorandos, pós-doutorandos e recém-doutores – vinculados aos programas de pós-graduação de instituições estatais ou privadas de ensino ou de pesquisa;

Ao deputado estadual Adão Villaverde, pela intermediação do diálogo com o Ministério da Ciência & Tecnologia, e à jornalista Ana Amélia Lemos, que deu visibilidade à situação vivida pelos bolsistas dos programas de pós-graduação em 2002 e 2003;

Aos amigos da Livraria Palmarinca (Porto Alegre), da Livraria Universitária (UPF) e da Revisteria Central (Passo Fundo), pelo apoio constante.

A história das idéias obedece à lei da ironia. As idéias têm conseqüências, mas raramente são as que os autores esperam ou desejam, e nunca apenas estas. Com bastante freqüência, são o oposto.

John Gray

A pregação tem umas cousas de mais peso, e de mais fundo; e tem outras mais superficiais, e mais leves: e governar o leve e o pesado, só o sabe fazer quem faz a rede. Na boca de quem não faz a pregação, até o chumbo é cortiça. As razões não hão de ser enxertadas, hão de ser nascidas. O pregar não é recitar. As razões próprias nascem do entendimento: as alheias vão pegadas à memória: e os homens não se convencem pela memória, senão pelo entendimento.

Padre António Vieira

## RESUMO

Os pronunciamentos feitos pelos deputados Dyonelio Machado e Raul Pilla, respectivamente, na Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul, em 1947, e na Assembléia Nacional Constituinte, em 1946, consistem no objeto de estudo deste trabalho. O exame dos referidos discursos será efetuado à luz dos traços biográficos dos dois parlamentares e, também, de elementos contidos em seus textos autobiográficos. A pesquisa permitirá verificar se, para além das várias semelhanças existentes nas trajetórias de ambos – e a par das inúmeras peculiaridades que caracterizam as idéias e as formas de ação desses indivíduos –, é possível apontar pontos de contato entre as cosmovisões que estruturam o pensamento político de tais parlamentares. A investigação se insere na linha de pesquisa da história das idéias e será desenvolvida, sobretudo, mediante a análise de conteúdo de fontes documentais.

Palavras-chave: Discurso parlamentar; Pensamento político; Cosmovisão; Parlamentarismo.



## **ABSTRACT**

The speeches performed by deputies Dyonelio Machado and Raul Pilla, respectively, in the Constitutional Assembly of the state of Rio Grande do Sul, in 1947, and in the National Constitutional Assembly, in 1946, constitute the object of the present study. The examination of those speeches will be carried out by taking into account biographic features of both congressmen as well as elements present in their autobiographic written production. The research will make possible to verify whether - beyond the many similarities in both trajectories, and besides the numerous peculiarities which characterize the ideas and actions of those men - it is possible to recognize some common ground between both men's world views, that structured their political thinking. This study belongs to the History of Ideas research line, and will be developed, mainly, through the analysis of documentation sources.

Key-words: Parliamentary speech; Political thinking; World views; Parliamentarism.

## SUMÁRIO

RESUMO .....	7
ABSTRACT .....	8
ACERVOS CONSULTADOS .....	11
ABREVIATURAS UTILIZADAS NO TRABALHO .....	12
INTRODUÇÃO .....	14
1 O DISCURSO NAS TRAMAS DA HISTÓRIA .....	19
1.1 Características e inscrição do discurso parlamentar .....	19
1.2 A ciência, a política e a zona de sombra .....	31
1.3 O presente revisita o passado .....	43
1.4 O cenário e os protagonistas do debate .....	52
PARTE I .....	68
2 UM ERRANTE EM BUSCA DE LUGAR E TEMPO .....	69
2.1 Aprisionamento no horizonte aberto .....	71
2.2. Flagrantes da memória.....	90
2.3 Reminiscências do parlamento.....	118
3 OS LUGARES E AS FALAS DE DYONELIO MACHADO.....	130
3.1 A medicina como estratégia biopolítica .....	132
3.2 A República das Letras.....	147
3.3 O porta-voz envolto em dilemas .....	154
3.3.1 O apoio à candidatura de Walter Jobim e o caso da URSS .....	155
3.3.2 O indivíduo e o Partido .....	167
3.4 Brasil / Brazil.....	175
3.5 A liberdade como bandeira .....	191
3.6 Entre provas e contraprovas.....	201

PARTE II .....	209
4 <i>REPUBLICANIZANDO A REPÚBLICA</i> .....	210
4.1 Rastros de um maragato.....	213
4.2 Um monumento erigido à vida.....	243
4.3 A medicina como uma ordem de cavaleiros.....	248
5 PALAVRAS DE UM PROFESSOR NA CONSTITUINTE DE 1946 .....	261
5.1 A garantia dos direitos .....	269
5.2 A Monarquia brasileira e os paradoxos da República: .....	276
um caleidoscópio em movimento .....	276
5.3 Estratégias discursivas .....	297
5.4 Referências teóricas do parlamentar .....	316
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	329
FONTES .....	340
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	343

## ACERVOS CONSULTADOS

ABM/IHG-RS	Arquivo Borges de Medeiros - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS)
AHPA -	Arquivo Histórico de Porto Alegre “Moysés Vellinho”
AHRS -	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS)
ALDYM -	Acervo Literário Dyonelio Machado - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PPGLetras
AHRPF -	Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo
APRS -	Arquivo Público do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS)
BPE -	Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS)
BUPF -	Biblioteca da Universidade de Passo Fundo
BPUCRS -	Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
BUFRGS -	Biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
CDHPRGS-SC -	Centro de Documentação da História Política do Rio Grande do Sul - Solar dos Câmara (Porto Alegre/RS)
CMPOA -	Biblioteca da Câmara Municipal de Porto Alegre
CPDOC-FGV-	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro/RJ)
IH-RS -	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS)
NUPERGS -	Núcleo de Pesquisa de Estudos Políticos do Rio Grande do Sul - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - PPGCiência Política
MCSHJC -	Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (Porto Alegre/RS)

## ABREVIATURAS UTILIZADAS NO TRABALHO

ABDE -	Associação Brasileira de Escritores
AIB -	Ação Integralista Brasileira
ANC -	Assembléia Nacional Constituinte
ANL -	Aliança Nacional Libertadora
DIP -	Departamento de Imprensa e Propaganda
ECT -	Eletroconvulsoterapia
ED -	Esquerda Democrática
EUA -	Estados Unidos da América
FEB -	Força Expedicionária Brasileira
FUG -	Frente Única Gaúcha
IEL -	Instituto Estadual do Livro
ISEB -	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
NUPERGS -	Núcleo de Pesquisa de Estudos Políticos do Rio Grande do Sul - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - PPGCiência Política
PCB -	Partido Comunista do Brasil (1922-1962)
PF -	Partido Federalista
PD -	Partido Democrático
PL -	Partido Libertador
PRL -	Partido Republicano Liberal
PRP -	Partido Republicano Progressista
PRP-	Partido de Representação Popular
PRR -	Partido Republicano Rio-Grandense
PSD -	Partido Social Democrático
PTB -	Partido Trabalhista Brasileiro
RS -	Rio Grande do Sul
SC -	Santa Catarina

TSE -	Tribunal Superior Eleitoral
UFRGS -	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO -	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
UDN -	União Democrática Nacional
URSS -	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## INTRODUÇÃO

No período compreendido entre 1930 e 1947, os intelectuais brasileiros que haviam assumido uma vocação nacional consolidaram a condição de elite dirigente, conquistada nos anos anteriores e pela qual passaram a ser reconhecidos. Nesse contexto, destacaram-se duas personalidades - Dyonelio Machado e Raul Pilla -, que, para além de se envolverem nos debates dos temas relativos ao País, então em pauta, refletiram sobre as grandes questões de seu tempo. Dyonelio Machado foi não apenas um importante escritor e um médico psiquiatra de projeção nacional, mas também uma liderança política conhecida. Integrou o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) até o início da década de 1930 e tornou-se, em 1935, presidente da Aliança Nacional Libertadora (ANL), seção Rio Grande do Sul, tendo, no mesmo ano, ingressado no Partido Comunista do Brasil (PCB), agremiação pela qual elegeu-se deputado estadual constituinte em 1947. Raul Pilla, por sua vez, foi médico, professor da Faculdade de Medicina de Porto Alegre e começou sua atuação política nas fileiras do Partido Federalista (PF), tendo, depois, em 1928, fundado o Partido Libertador (PL), ao lado de outras lideranças. Participou ativamente da Revolução de 1930 e do movimento constitucionalista de 1932, elegendose deputado, primeiro para a Assembléia Estadual Constituinte de 1935 e, mais tarde, para a Assembléia Nacional Constituinte de 1946.

A despeito do relevante papel que essas duas personalidades desempenharam na vida política do País, poucos são os estudos que abordam a sua atividade política. Além disso, no levantamento previamente realizado, com a intenção de delimitar o objeto da investigação e selecionar as fontes documentais

a serem examinadas, verificou-se a inexistência de pesquisas acerca dos pronunciamentos de ambos os parlamentares registrados nos anais da Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul, de 1947, e da Assembléia Nacional Constituinte de 1946. Esses aspectos explicam, em parte, a escolha do tema deste trabalho.

Após a coleta e o exame dos referidos anais, perceberam-se, ainda, inúmeras coincidências e/ou semelhanças nas posições adotadas e nas trajetórias percorridas pelos dois deputados, constatação que foi ratificada mediante a interpretação dos textos de caráter autobiográfico produzidos por ambos e das diversas fontes bibliográficas, então reunidas, que mostram os traços biográficos de cada um deles. Dyonelio Machado e Raul Pilla foram médicos e intelectuais de reconhecida erudição; tiveram uma participação política que extrapolou sua atuação no parlamento e que os fez vítimas da repressão do governo getulista; tornaram-se formadores de opinião, valendo-se, para tanto, de vários meios, dentre os quais o exercício do jornalismo político; discutiram as questões de âmbito nacional e salientaram-se ao advogar a causa parlamentarista; consagraram-se não apenas como lideranças políticas, mas também como pensadores de sua época. Tendo em vista os fatores acima arrolados, define-se como objeto de estudo deste trabalho os pronunciamentos que os dois parlamentares fizeram - um na Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul, em 1947, e o outro na Assembléia Nacional Constituinte em 1946 -, tais como esses discursos foram transcritos nos anais das respectivas instituições.

A referida análise, a ser efetuada à luz dos principais aspectos biográficos de Dyonelio Machado e Raul Pilla e, também, de seus textos autobiográficos, terá como objetivos centrais: examinar a fala dos referidos constituintes na tribuna, a fim de identificar os assuntos que privilegiam nas discussões, o modo como se inserem nos debates de temas nacionais, as idéias que defendem e as estratégias que empregam no intuito de persuadir seus pares; estabelecer relações entre os pronunciamentos de cada um dos deputados em foco e os elementos que pontuam a sua biografia e a sua autobiografia, evidenciando os “lugares” de onde falam, uma vez que levam para o parlamento uma imagem pública já adquirida e uma significativa experiência política e profissional, além de um conhecimento técnico e de uma erudição que os distinguem de seus colegas;



comparar as concepções, expressas na fala e no comportamento de ambos os constituintes, que orientam a sua atuação parlamentar.

Os objetivos propostos, uma vez atingidos, permitirão responder ao problema em função do qual a presente pesquisa é desenvolvida: para além das semelhanças detectadas nas trajetórias de Dyonelio Machado e Raul Pilla – e a par das peculiaridades que caracterizam as idéias e as formas de ação desses indivíduos -, é possível apontar pontos de contato entre as cosmovisões que estruturam o pensamento político dos dois deputados?

Este trabalho se associa à linha de pesquisa da história das idéias, tendência que pressupõe a possibilidade de indivíduos inseridos num mesmo ambiente mental partilharem códigos de pensamento. Ainda segundo tal tendência, para se entender a história, é necessário compreender os propósitos dos seres humanos do passado – embora este não possa ser reconstituído, mas apenas presentificado -, compreensão que se faz possível somente por meio do conhecimento de sua linguagem. Como referenciais teóricos tomam-se, também, a noção de *dispositivo*, concebida por Foucault, que se constitui num conjunto de estratégias de relações de força sustentando diferentes tipos de saber e sendo por estes sustentadas; as teses de Mikhail Bakhtin sobre a natureza dialógica da linguagem; os postulados de Paul Ricoeur acerca do registro da fala por intermédio da linguagem escrita; a idéia de *trópico* ou *tropo*, proposta por Hayden White para referir-se aos recursos de linguagem que conferem um sentido particular ao discurso, direcionando-o para a concretização de seus objetivos.

A fala dos parlamentares será examinada com base nesses referenciais teóricos e tendo em vista alguns pressupostos, sugeridos pelo método denominado análise de conteúdo<sup>1</sup>, a saber: a) o discurso contém, potencialmente, informações sobre o autor, suas concepções, seus interesses, seus traços psicológicos, suas representações, suas motivações, suas expectativas e seus projetos; b) o produtor de cada discurso é, antes de tudo, um selecionador, e a classificação, implícita em todo o processo de seleção, não é um procedimento arbitrário; c) a concepção expressa nos discursos – que orienta a visão do autor sobre a “realidade”, em sua multiplicidade - pode ser captada mediante o exame dos tópicos mencionados nos dois itens anteriores.

---

<sup>1</sup> Ver HENRY; MOSCOVICI (1968); HOLSTI (1969).

A abordagem do problema de pesquisa percorrerá as seguintes etapas: no primeiro capítulo serão apresentados os pressupostos teóricos que embasam a investigação e o ambiente mental que vigorava no Brasil à época em que ocorreu a atuação política de Dyonelio Machado e Raul Pilla; a Parte I, correspondente à análise do pensamento político de Dyonelio Machado, está dividida em dois capítulos, um relacionado ao exame dos traços biográficos e de aspectos relativos à autobiografia do parlamentar – *Memórias de um pobre homem* - e o outro dedicado ao estudo dos pronunciamentos que fez na Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul, em 1947; a Parte II, voltada à investigação do pensamento político de Raul Pilla, compreende dois capítulos, sendo que, no primeiro destes, destacam-se elementos da biografia e da autobiografia do deputado – *Palavras de um professor* -e, no segundo, empreende-se a análise dos discursos que proferiu durante as sessões da Assembléia Nacional Constituinte de 1946; por fim, nas considerações finais, traça-se um paralelo entre as concepções expressas na fala e no comportamento de ambos os constituintes, buscando possíveis pontos de contato entre as cosmovisões que estruturam o pensamento político de cada um deles.

Convém ressaltar que a exposição dos tópicos no decorrer do trabalho não obedece a uma ordem cronológica, nem foi condicionada pela preocupação de forjar uma unidade ou uma linearidade, que conduzisse a um sentido único, inexorável e pré-determinado. O tema e as fontes consultadas sugerem a seus eventuais intérpretes uma diversidade de caminhos e um campo de possibilidades, cujos modos de exploração são delineados tendo-se em vista a liberdade de escolha do pesquisador. Assim, os sentidos vão sendo construídos ao longo do itinerário da investigação, e não previamente, ainda que os referenciais teóricos possam auxiliar na tomada de decisões quanto aos rumos a serem seguidos e na forma de interrogar as fontes.

No que se refere ao terceiro e ao quinto capítulos - destinados à análise dos pronunciamentos feitos pelos parlamentares -, os quais estão contidos, respectivamente, na Parte I e na Parte II, cabe observar que as subdivisões aí presentes são sugeridas pelas próprias características dos discursos de cada deputado. Não há, portanto, uma correspondência entre as seções de um e de outro capítulo. Além disso, se as subdivisões dos referidos capítulos diferem entre si, o mesmo ocorre quanto aos procedimentos de análise aí empregados.

Dyonelio Machado impõe um caráter mais dinâmico às sessões da Assembléia, pois interrompe constantemente a fala de seus pares e, muitas vezes, provoca apartes dos demais constituintes ao seu próprio discurso. Dessa maneira, acaba imprimindo um ritmo mais ágil ao exame de seus pronunciamentos, perpassado, via de regra, pela citação de diálogos, essenciais ao entendimento do contexto. Raul Pilla, por seu turno, envolve-se muito menos em polêmicas; recorre quase sempre à leitura de longos discursos, elaborados especialmente para a ocasião, que requerem do intérprete uma paráfrase capaz de evidenciar o eixo argumentativo da referida exposição.

É preciso salientar, ainda, que o estudo acerca do deputado comunista antecede, na seqüência do trabalho, a abordagem sobre o líder libertador, embora a cronologia apontasse para uma ordem inversa à que foi adotada, uma vez que a Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul, do qual o primeiro participou, ocorreu em 1947, e a Assembléia Nacional Constituinte, na qual o segundo tomou parte, realizou-se em 1946. Optou-se pela mencionada disposição dos tópicos uma vez que Raul Pilla focaliza, quase que exclusivamente, um assunto – o parlamentarismo –, enquanto Dyonelio Machado intervém na discussão de diversos temas, configurando, assim, um painel da história política do País na década de 1940, que colabora para a compreensão do panorama em que se insere a fala do próprio líder libertador.

Por fim, faz-se necessário esclarecer a inclusão, no capítulo teórico deste trabalho, de uma breve análise do discurso proferido por Gilberto Freyre em 1950, sobre a “Emenda Raul Pilla” à Constituição Federal de 1946. No contexto em questão, o exame de tal pronunciamento assume – guardadas as devidas proporções – uma função semelhante àquela exercida pelos comentários acerca do “Sermão da sexagésima”, de autoria do Padre Antônio Vieira, presentes em vários textos teóricos sobre oratória e argumentação. Esse sermão, de 1655, encerra uma teoria da arte de pregar inspirada nos moldes da época, do mesmo modo que a fala do deputado Gilberto Freyre, possuindo um cunho metalingüístico, explicita as características do discurso parlamentar no Brasil de meados do século XX. O sociólogo brasileiro expõe uma teoria sobre a natureza dialógica e o caráter persuasivo desse tipo de pronunciamento, que exemplifica e enriquece as noções teóricas propriamente ditas, contidas no primeiro capítulo.

# 1 O DISCURSO NAS TRAMAS DA HISTÓRIA

Tendo em vista que este trabalho versa sobre discursos<sup>2</sup> produzidos num ambiente parlamentar, a análise a ser realizada requer uma atenção especial: à natureza de tais pronunciamentos e aos problemas relativos ao seu registro na linguagem escrita; ao lugar que ocupam, entre a política e a ciência; ao contexto em que se situam, uma vez que o texto é produto de uma enunciação em que o passado e o presente se misturam e, ao mesmo tempo, a expressão do ambiente mental de uma época.

## 1.1 Características e inscrição do discurso parlamentar

Para se entender os problemas inerentes à transcrição do discurso parlamentar, é preciso situá-lo num contexto mais amplo, naquele que se refere

---

<sup>2</sup> O termo “discurso”, suscetível de ser interpretado de diferentes modos, é empregado aqui no sentido que lhe foi conferido por Michel Foucault. Para Foucault (1969, p.153), o discurso corresponde a “um conjunto de enunciados desde que provenham da mesma formação discursiva”. Além disso, “o discurso não constitui uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e de que se pudesse assinalar (e explicar, se necessário) o aparecimento ou a utilização histórica; o discurso é constituído por um grupo limitado de enunciados para os quais pode definir-se um conjunto de condições de existência”. O que assim se estabelece é uma orientação de tipo institucional e transindividual das práticas discursivas. Com tal orientação, relaciona-se o modo como Foucault se refere à noção de formação discursiva - o sistema enunciativo geral ao qual obedece um grupo de realizações verbais. É em função dessa orientação que se pode falar em discurso político, em discurso jurídico, em discurso clínico ou em discurso econômico. São comuns às formações discursivas - de um ponto de vista funcional, como é óbvio, e não no que tange aos seus conteúdos científicos -, pelo menos, os seguintes aspectos: a utilização de um léxico técnico-científico específico; o estabelecimento, por parte de cada discurso, de modos de existência social e cultural diferenciados; a configuração, por meio do discurso, de domínios institucionais (profissões, áreas do saber, corporações etc.) que virtualmente constituem sistemas de poder. Além disso, o *dispositivo* é justificado porque *trópos* do grego quer dizer desvio, mudança, quando a palavra é empregada no sentido figurado.

ao funcionamento do jogo político. Com esse intuito, recorre-se à noção de *dispositivo*, postulada por Michel Foucault (1995, p.244-275). Assim, o *dispositivo* é, em primeiro lugar, a rede que se pode estabelecer entre um conjunto decididamente heterogêneo, o qual envolve discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas. Desse modo, verifica-se que, para efeitos deste estudo, o dito e o não-dito são os elementos que merecem atenção. Em segundo lugar, o *dispositivo* compreende um tipo de jogo entre esses elementos, discursivos ou não, que modifica as posições. Assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda. Ao mesmo tempo, pode funcionar como reinterpretação dessa mesma prática, dando-lhe, dessa maneira, acesso a um novo campo de racionalidade.

Portanto, um *dispositivo* define-se por uma estrutura de elementos heterogêneos, mas, também, por um certo tipo de gênese. Há dois momentos importantes nesse processo de gênese: o primeiro é o da predominância de um objetivo estratégico; o segundo é quando o *dispositivo* se afirma à medida que engloba um duplo processo. Por um lado, há um processo de sobredeterminação funcional, pois cada efeito, positivo ou negativo, desejado ou não, estabelece uma relação de ressonância ou de contradição com os outros e exige uma rearticulação, um reajustamento dos elementos heterogêneos que surgem dispersamente; por outro, há um processo de eterno preenchimento estratégico, pois o processo histórico acontece muitas vezes sem indicar seu curso de antemão. Diante disso, surgem efeitos que, não tendo sido desejados, são aproveitados por obra da astúcia estratégica de uma figura meta ou transistórica<sup>3</sup>. Em diversas ocasiões, pode-se verificar uma certa reutilização imediata de algum tipo de efeito, involuntário e negativo, numa nova estratégia, que, de certa forma, pode vir a ocupar o espaço vazio ou, até mesmo, a transformar o negativo em positivo. Tal dinâmica é caracterizada por Foucault como sendo o preenchimento estratégico do *dispositivo*.

---

<sup>3</sup> Para Foucault (1969), a figura meta ou transistórica é a do estrategista do jogo político, que reflete sobre o processo histórico e interfere no seu curso.

Desse modo, o *dispositivo* está sempre inscrito num jogo de poder, permanecendo ligado, no entanto, a uma ou a diferentes configurações de saber que dele nascem, mas que, igualmente, o condicionam. Desse modo, o *dispositivo* constitui-se em estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo por estes sustentadas. A noção de formação discursiva tomada de empréstimo de Michel Foucault desconstrói a noção de máquina estrutural fechada visto que o dispositivo da força discursiva está em relação paradoxal com seu “exterior”, ou seja, uma força discursiva não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadida” por elementos que vêm de outro lugar e se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de “pre-construídos” e de “discursos transversos”).

A fim de evidenciar as particularidades dessa modalidade discursiva que é a fala parlamentar transcrita em ata, bem como a relação que estabelece com o seu “exterior”, toma-se, a título de exemplo, o discurso que o deputado federal Gilberto Freyre proferiu no dia 2 de junho de 1950 na Câmara Federal<sup>4</sup>, por ocasião do debate acerca da emenda parlamentarista proposta por Raul Pilla. O exame desse discurso, à luz dos pressupostos teóricos de Mikhail Bakhtin e Paul Ricoeur, revela os traços e o contexto peculiares aos pronunciamentos parlamentares, de um modo geral, além de auxiliar na definição do método a ser empregado posteriormente, quando se fará a análise dos discursos de Raul Pilla e de Dyonelio Machado.

O pronunciamento lido por Freyre foi acompanhado por inúmeros apartes<sup>5</sup> de outros parlamentares. A leitura do discurso pelo seu autor e as diferentes falas

---

<sup>4</sup> O discurso encontra-se nos Anais da Câmara dos Deputados (Anais, 1950, junho, p.152-198). Quando ocorreu a Revolução de 30, Gilberto Freyre era secretário particular do governador pernambucano deposto, com quem foi exilado. Apesar disso e da reação dos conservadores à obra *Casa grande & senzala*, Freyre freqüentou o Catete durante o Estado Novo e foi convidado para o cargo de ministro da Educação, que recusou. Getúlio Vargas ofereceu-lhe, então, a embaixada de Londres ou Lisboa, sem sucesso. Nos anos 40, o sociólogo teve atuação política mais ativa quando universitários pernambucanos passaram a utilizar suas idéias sobre raça e cultura como contraponto àquelas professadas pelos nazistas. E, pela mesma razão, aproximou-se da esquerda. Desse modo, participou da redemocratização e elegeu-se deputado constituinte pela Esquerda Democrática. Embora filiado à UDN, apresentou-se como candidato independente. No início da década de 60, Freyre já se relacionava com o general Castello Branco, então comandante do 4º Exército, em Recife. O mesmo Castello Branco, já chefe do Estado-Maior do Exército, tornou-se o primeiro presidente do novo regime.

<sup>5</sup> “Aparte” significa uma ação parlamentar que produz um efeito imediato de interromper, mediante a explícita concordância do orador principal, um discurso, com o propósito de lhe opor uma réplica. Analisando o verbo “apartar” têm-se alguns significados: 1) desunir, separar, desligar, desapegar; 2) afastar, desviar, distanciar, afugentar; 3) separar, apaziguar, acalmar; 4) escolher, selecionar. De acordo com o *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p.139), “**aparte** [ De à + *parte* ] S.m. 1. Interrupção que se faz a um orador, no meio do seu discurso. 2. *Teat.* Aquilo que um ator diz em cena como se fosse unicamente para si. 3. *Teat.* Comentário crítico ou esclarecedor, dirigido aos espectadores por um ou mais personagens, no decorrer da ação da peça: *os a p a r t e s do Arlequim*. [Cf. a loc. adv. à parte.]”.

improvisadas de todos os deputados que se posicionaram sobre o assunto foram taquigrafadas<sup>6</sup>; posteriormente, esse conjunto de manifestações foi transcrito para os anais. Considerando as fases descritas, podem-se discutir metodologicamente, por meio do exemplo selecionado, os problemas inerentes ao estudo de discursos inscritos em anais, documentos que se caracterizam por determinadas particularidades. A questão central relativa a essa espécie de investigação é de natureza hermenêutica, levando-se em conta as distintas leituras que podem ser feitas dos registros mencionados. Na análise a seguir, os aspectos peculiares à modalidade discursiva utilizada por Gilberto Freyre são apresentados, conferindo-se especial ênfase ao modo como tais elementos são registrados nos anais.

O estudo dos pronunciamentos inscritos nos anais deve levar em conta os seguintes fatores: 1º) a escrita pode salvar a instância do discurso porque o que efetivamente fixa não é o evento da fala, mas o "dito" da fala, isto é, a exteriorização intencional constitutiva do "evento-significação"; 2º) o registro das falas nos anais segue uma ordem e uma disposição que procuram recuperar, em parte, o caráter dialógico dos pronunciamentos; 3º) os discursos parlamentares, da maneira como se constituíram, obedecem, em algumas situações, a uma lógica polifônica<sup>7</sup>. Esses três fatores, aos quais se soma o plurilingüismo – outro procedimento detectado na modalidade discursiva em questão –, permitem ao pesquisador interpretar as idéias que circularam num determinado período em sua dinamicidade. O plurilingüismo consiste na estratificação interna da língua nacional em dialetos sociais, em maneirismos de grupos, em jargões profissionais, em linguagens de gêneros e falas das gerações, das idades, das tendências e das modas passageiras. As linguagens que compõem o plurilingüismo são, para Bakhtin (1988), pontos de vista específicos sobre o mundo, constituindo-se em diferentes perspectivas semânticas e axiológicas.

As relações entre o sujeito da cognição e o sujeito a ser conhecido, nas ciências humanas, são relações de comunicação entre o emissor e o destinatário.

---

<sup>6</sup> Taquigrafia é a forma específica de escrita abreviada e simplificada, na qual se empregam sinais que permitem escrever com a mesma rapidez com que se fala. Desse modo, as falas dos parlamentares puderam ser fixadas no papel graças aos estenogramas - sinais que são representações gráficas das letras, das sílabas e dos fonemas, respectivamente, nos sistemas taquigráficos de base literal, silábica e fonética.

<sup>7</sup> Bakhtin (1981 e 1988) define "polifonia" como sendo a coexistência de uma multiplicidade de vozes independentes, imiscíveis e equipolentes, que participam de um diálogo em pé de igualdade, sem perderem sua autonomia ou se subordinarem umas às outras. Pode-se dizer, assim, que as contradições não se tornam dialéticas, pois não são postas em funcionamento numa via temporal ou numa série em formação, nem sofrem um processo de fusão ou síntese. Os pontos de vista distintos coexistem e guardam sua autonomia.

O sujeito da cognição procura interpretar ou compreender o outro sujeito, em vez de apenas buscar conhecer um objeto. Para Bakhtin (1992, p.403), compreender é opor à palavra do locutor uma contrapalavra. De acordo com o autor (1988, p.133-136), a compreensão é uma maneira de dialogar, visto que está para a enunciação assim como uma réplica está para a outra no diálogo. Logo, o diálogo torna-se possível em situações que permitem interação entre as vozes de autores reais ou virtuais - concebidas como convicções ou pontos de vista acerca do mundo -, não entre palavras ou idéias “em si”. É a transformação da língua em “palavra encarnada” que lhe confere propriedades dialógicas. Quando um sujeito a povoa com a sua intenção, a língua perde a neutralidade e abandona a condição de sistema de categorias gramaticais abstratas; nessas circunstâncias, assume um estatuto de enunciado saturado ideologicamente. A palavra torna-se, então, um meio de interação humana e serve para representar a opinião de alguém, relacionando-se, de modo dialógico, com os julgamentos de outros sujeitos.

O discurso dirigido para um dado objeto cruza-se com os discursos alheios que incidem sobre o mesmo tema. Esse processo de interação ocorre porque qualquer enunciado encontra o objeto para o qual se volta já avaliado pelos discursos de outrem. Assim, a palavra de um sujeito penetra em tal contexto como réplica: vem harmonizar-se com as entonações, com os pontos de vista e com os julgamentos estranhos, ou opor-se a eles. Dessa maneira, adquire tom próprio e individualiza-se. Fora do diálogo social, o sentido e o estilo de cada tipo de discurso seriam imperceptíveis.

Entretanto, não é somente no interior do objeto que o enunciado se depara com a fala alheia. Todo discurso é orientado para um objeto e, simultaneamente, para a provável resposta de um interlocutor. Ao provocar e pressentir uma resposta, o discurso acaba sendo condicionado por ela. Nesse segundo contato com a palavra do outro, é o círculo subjetivo do ouvinte que se converte em alvo do discurso. A resposta antecipada do destinatário exerce influência sobre a fala do sujeito e provoca nela modificações de ordem semântica e expressiva. As relações dialógicas que resultam desses dois encontros entre o discurso do locutor e a voz alheia são diferentes e desencadeiam efeitos diversos, mas podem confundir-se em algumas ocasiões. Quando isso acontece, torna-se difícil, para a análise estilística, distingui-las.



Considerando que os seres humanos possuem uma particularidade, a de serem produtores de discursos, Bakhtin (1992, p.31) afirma que a especificidade das ciências humanas está no fato de seu objeto ser o texto (ou o discurso). Dessa concepção decorre que os seres humanos não somente são conhecidos por meio dos discursos como também se constroem, enquanto objetos de estudo, nos e/ou por meio dos discursos. Todos esses aspectos devem ser levados em conta na análise dos pronunciamentos de parlamentares.

O discurso do deputado federal Gilberto Freyre<sup>8</sup>, tal qual aparece nos anais, segue um padrão similar ao dos demais textos registrados nessa espécie de documento. Nos anais, encontram-se pronunciamentos que começam com o nome do orador em letra maiúscula, antecedido do pronome de tratamento “Sr.” e seguido de uma expressão que marca o início do pronunciamento previamente redigido e, depois, lido pelo deputado. O orador, via de regra<sup>9</sup>, introduz o discurso dirigindo-se ao presidente da Câmara dos Deputados e, em seguida, expõe seus pontos de vista para o conjunto dos deputados. No caso do pronunciamento em foco, a parte inicial é registrada da seguinte forma: “SR. GILBERTO FREYRE (*lê o seguinte discurso*): - Sr. Presidente...”. Além disso, observa-se que essa fala central, desenvolvida após a introdução, é acompanhada de inúmeros apartes de outros parlamentares<sup>10</sup>, os quais se valem do tempo concedido ao orador e do mote oferecido pelas palavras por ele proferidas para explicitar suas próprias opiniões. Desse modo, constata-se que ocorre uma descentralização da fala à medida que o orador principal tem o seu pronunciamento entrecortado por outras vozes.

---

<sup>8</sup> Gilberto Freyre nasceu em Recife, Pernambuco, a 15 de março de 1900. Após os primeiros estudos no Colégio Americano Gilreath, em sua cidade natal, completou a sua formação nos Estados Unidos, onde freqüentou as universidades de Baylor (Texas) e Colúmbia (Nova York). Retornou a Recife em 1923, passando a exercer diversas atividades no âmbito da cultura e do ensino. A publicação de *Casa grande & senzala*, em 1933, alcançou repercussão extraordinária, dando-lhe grande projeção nos meios literários e entre os estudiosos das ciências sociais, tanto no Brasil como no exterior. O livro é considerado uma das obras fundamentais para o estudo das particularidades da civilização brasileira. Freyre foi deputado federal entre 1946-1950, mas preferiu, a partir de então, dedicar-se ao Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, que organizou no Recife. Doutor *honoris causa* pelas universidades de Sorbone (França), de Munster (Alemanha) e de Sussex (Inglaterra), em 1971, recebeu da Rainha Elizabeth II o título de “Sir”. Faleceu em 18 de julho de 1987, aos 87 anos. É autor de 63 livros e centenas de artigos.

<sup>9</sup> No Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte de 1946 encontramos no art.53 o que segue: “Ocupando a tribuna, o orador dirigirá as suas palavras ao Presidente ou à Assembléia, de modo geral. 1) Referindo-se, em discurso, a colega, deverá preceder o nome do tratamento de Senhor. 2) Dirigindo-se a qualquer colega dar-lhe-á sempre o tratamento de Excelência. 3) - Nenhum orador poderá referir-se a colega e, de modo geral, aos representantes do poder público, em forma injuriosa”.

<sup>10</sup> O discurso de Gilberto Freyre recebe um grande número de apartes de Raul Pilla e alguns outros, de Hermes Lima, Luís Silveira, Afonso Arinos e Daniel Faraco.

Considerando que o discurso oral é registrado nos anais, a sua interpretação *a posteriori* está condicionada pela transferência das propriedades temporais da voz para as propriedades espaciais das marcas inscritas e, conseqüentemente, por um deslocamento do “ouvir” para o “ler”. Essa espacialização geral da linguagem pode ser constatada quando se observam os textos inscritos nos anais - que registram de forma parcelar o funcionamento real dos discursos - comparando-os aos pronunciamentos inseridos na dinâmica de uma sessão parlamentar. Outro aspecto a ser considerado é que o registro nos anais amplia o círculo de destinatários potenciais do discurso, imortalizando a palavra do parlamentar e a sua imagem. Impõe-se, então, a pergunta: para quem os parlamentares estão falando?

Além disso, os pronunciamentos orais, em alguns casos, são leituras de textos pensados e elaborados com cuidado; em outros, são falas circunstanciais, relativas a questões de ordem e a encaminhamentos ou, ainda, a apartes e intervenções feitos de improviso<sup>11</sup>. Cabe, também, ressaltar que algumas sessões contam com a participação de platéia, que assiste aos debates e, das galerias, pode ouvir os oradores, usando, até mesmo, o expediente do aplauso ou da vaia como resposta. Em outras ocasiões, não há a presença de “populares”, mas de alguns profissionais da imprensa. Em ambas as situações, os deputados, ao se dirigirem a seus pares, têm como propósito – às vezes exclusivo - atingir a “opinião pública”, por meio do público que assiste às sessões e que leva para fora do Parlamento uma versão do que aí ocorreu, e por meio dos comentários da imprensa.

No que diz respeito à inscrição dos discursos nos anais, convém indagar em que medida os parlamentares, quando falam, têm consciência ou lembram que sua palavra ficará registrada para a posteridade, à disposição de um público “seleto”, que poderá transformar sua opinião em matéria de informação ou em objeto de estudo, por exemplo. Por que há tanto interesse de parte dos parlamentares pelo registro do “dito”? A importância que conferem à transcrição de seus discursos é comprovada pela existência de uma “punição” a ser aplicada aos oradores que contrariem o regimento interno, a qual consiste na perda de um

---

<sup>11</sup> Encontramos (Anais, 1950, julho, p.151), no início do pronunciamento, o seguinte registro: “Sr. GILBERTO FREYRE (*lê o seguinte discurso*)”. No entanto, a inscrição que se encontra nas páginas dos anais revela que o discurso começa sendo lido e, gradativamente, torna-se um diálogo com os autores de diversos apartes.

direito que lhes havia sido concedido: o de terem o seu pronunciamento estenografado<sup>12</sup>. Ao privar-se e/ou ser privado de fixar o discurso na forma escrita<sup>13</sup>, o parlamentar torna-se, ao que parece, um não-parlamentar, ou seja, alguém que está fora do tempo da política parlamentar e que, portanto, vive o tempo cronológico dos comuns mortais. Levando-se em conta que os anais, diferentemente dos jornais, não têm procura imediata por parte do grande público, trata-se de compreender até que ponto o parlamentar deseja perpetuar-se no tempo<sup>14</sup> mediante a inscrição de sua palavra nas atas da Câmara dos Deputados. Ao que tudo indica, o registro escrito das falas dos parlamentares não apenas opera uma mudança de meio, por intermédio da qual a voz, a fisionomia e os gestos dos oradores são substituídos por sinais materiais - que diferem daqueles manifestados pelo corpo do locutor -, mas enseja, também, um diálogo com a posteridade.

Mesmo assim, um dos aspectos mais interessantes no que se refere à análise dos discursos parlamentares que constam nos anais talvez seja a transformação que tem lugar na passagem da fala para a escrita. Isso, de certo modo, diz respeito à relação que a mensagem estabelece com o seu veículo e

---

<sup>12</sup> No art. 52 do Regimento Interno (1946) lê-se: “Sempre que o Presidente [da Assembléia Nacional Constituinte] der por terminado um discurso em qualquer fase da votação ou da discussão, cessará o serviço de estenografia. A nenhum Senador ou Deputado será permitido falar sem pedir a palavra e sem que o Presidente lhe conceda. 1 - Se o Senador ou Deputado pretender falar sem que lhe seja dada a palavra, ou permaneça na tribuna anti-regimentalmente depois de advertido, o Presidente convida-lo-á a sentar-se. 2 - Se, apesar dessa advertência e dêsse convite, o Senador ou Deputado insistir em falar, o Presidente dará o seu discurso por terminado. 3 - Sempre que o Presidente der por terminado um discurso em qualquer fase da votação ou da discussão, cessará o serviço de estenografia. 4. - O Presidente poderá suspender a sessão sempre que julgar conveniente em bem da ordem dos debates”.

<sup>13</sup> Paul Ricoeur (1976) mostra que, quando se considera o âmbito das mudanças sociais e políticas que se podem relacionar à invenção da escrita, pode-se imaginar que a escrita é muito mais do que uma mera fixação material. A possibilidade de transmitir ordens através de longas distâncias, sem sérias distorções, pode marcar o nascimento do domínio político exercido por um Estado distante. Essa implicação política da escrita é apenas uma das suas conseqüências. Com a fixação das regras de cálculo, pode-se registrar o nascimento das relações de mercado, por conseguinte, o nascimento da economia. Com a constituição dos arquivos, é marcado o nascimento da história. Com a fixação do direito - enquanto padrão de decisões, independentes da opinião do juiz concreto -, dá-se o nascimento da justiça e dos códigos jurídicos, etc. Um âmbito tão imenso de efeitos sugere que o discurso, ao fixar-se na escrita, não é simplesmente preservado de destruição, mas é profundamente afetado na sua função comunicativa.

<sup>14</sup> A preocupação com o tempo é recorrente nesse pronunciamento de Gilberto Freyre. O parlamentar considera o franquismo espanhol o “resultado de um parlamentarismo radical, que, de forma simplista, pretendeu resolver problemas complexos, como que ignorando o passado da Espanha”. Segundo Gilberto Freyre (Anais, 1950, julho, p. 173), “não há eloquência, não há retórica, não há lógica, que faça desaparecer um passado nacional da profundidade do espanhol. Não há luz de inteligência, nem exorcismo praticado por sacerdote ou mesmo por um santo do liberalismo que faça de repente desaparecer de um país como a Espanha sombras ou fantasmas como os dos Filipes”. E o que sucedeu na Constituinte espanhola, segundo a interpretação de Freyre, foi justamente isto. “As vozes que mais deveriam ser ouvidas, como a do grande e prudente deputado Ortega y Gasset, foram as menos atendidas. Venceram as vozes dos que falaram um maior número de vezes e mais alto, daqueles que Araripe Júnior, lembrando-se de Silveira Martins, no Brasil, chamaria ‘caudilhos da tribuna’ ”.

com o seu contexto. Paul Ricoeur<sup>15</sup> salienta que o problema da escrita é idêntico ao da fixação do discurso em qualquer suporte exterior - seja a pedra, seja o papiro ou o papel -, que é diferente da voz humana. Essa inscrição, que substitui a expressão vocal imediata, fisionômica ou gestual, é, em si mesma, uma realização cultural extremamente relevante. O fato humano desloca-se; agora, as "marcas" materiais transportam a mensagem. Essa realização cultural concerne ao caráter de evento e, também, à significação do discurso, porque este só existe numa instância temporal. Considerar o presente do discurso é ter em mente que este pode se desvanecer como fala ou fixar-se como escrita. O evento, ao aparecer e deslocar-se, cria o problema da fixação.

É somente por extensão que são fixados, por meio da inscrição, o alfabeto, o léxico e a gramática, que, na sua totalidade, estão a serviço do único elemento que se pode fixar: o discurso. O sistema atemporal da língua não aparece nem desaparece, simplesmente não acontece. Só o discurso precisa ser fixado, porque, como evento, desvanece. Porém, essa descrição "não dialética" do fenômeno da fixação não vai ao cerne do processo. Na verdade, o que se escreve e se inscreve é a significação do evento lingüístico, não o evento como tal. Só quando o "dizer" tornou-se "enunciação" é que o discurso se realizou como discurso, na plena expressão da sua "dialética nuclear". A exteriorização intencional do discurso diz respeito a toda a hierarquia de atos lingüísticos parciais. A locução exterioriza-se a si mesma na frase, cuja estrutura interna pode identificar-se e reidentificar-se como sendo a mesma, permitindo, por esse motivo, ser escrita e preservada.

A escrita, ao tomar o lugar da fala, suscita um problema específico na medida em que constrói uma espécie de "atalho" entre a significação do discurso

---

<sup>15</sup> Paul Ricoeur (1976, p. 37-56), ao abordar o processo de passagem da fala à escrita, salienta que aquilo que acontece na escrita é a plena manifestação de algo que está num estado virtual, algo de nascente e coativo na fala viva, a saber, a separação da significação relativamente ao evento. Todavia, essa separação não se dá de maneira tal que cancele a estrutura fundamental do discurso. A autonomia semântica do texto, que agora aparece, é ainda governada pela dialética do evento/significação. Além disso, pode-se dizer que essa dialética se torna óbvia e explícita pela escrita. A escrita é a plena manifestação do discurso. Sustentar, como faz Jacques Derrida, que a escrita tem uma raiz distinta da fala e que esse fundamento se entendeu mal em virtude de se haver prestado excessiva atenção à fala, à sua voz e ao seu *logos*, é, na opinião de Ricoeur, passar ao largo da radicação de ambos os modos da atualização do discurso numa mesma constituição dialética. Ricoeur propõe que se comece pelo esquema de comunicação descrito por Roman Jakobson no seu famoso artigo "Lingüística e poética". Com os seis principais "fatores" do processo de comunicação - o locutor, o ouvinte, o meio ou o canal, o código, a situação e a mensagem -, ele relaciona seis "funções" correlativas: a emotiva, a conativa, a fática, a metalingüística, a referencial e a poética. Ao tomar esse esquema como ponto de partida, pode-se deduzir que, quando na passagem do discurso da fala para a escrita, ocorrem alterações, transformações ou deformações, afetam a ação recíproca dos fatos e das funções.

e o meio material. A relação escrita-leitura não é um caso particular da relação existente entre fala e audição. Se forem mais bem consideradas as mudanças relativas à transição da fala para a escrita, será possível perceber que, nessa passagem, a referência do discurso ao seu locutor é afetada. No discurso escrito, a frase designa o seu locutor mediante diversos indicadores da subjetividade e personalidade, mas o discurso falado apresenta uma capacidade especial para se referir ao sujeito falante, pois possui um caráter de imediaticidade, uma vez que o emissor pertence à situação de interlocução. O locutor está aí, no sentido genuíno de “estar aí”. Por conseguinte, a intenção subjetiva do locutor e a significação do discurso sobrepõem-se uma à outra, de tal modo que entender o que o locutor pretende dizer é o mesmo coisa que compreender o que o seu discurso significa.

No discurso escrito, por sua vez, a intenção do locutor e o significado do texto deixam de coincidir. A dissociação da significação verbal do texto e da intenção mental do autor dá ao conceito de inscrição o seu significado decisivo, para além da mera fixação do discurso oral prévio. A inscrição torna-se sinônimo de autonomia semântica do texto, que resulta dessa desconexão da intenção mental do autor (o que ele “quis dizer”) relativamente ao significado verbal do texto. A carreira do texto subtrai-se ao horizonte finito vivido pelo seu autor. O que o texto significa interessa, então, mais do que o autor quis dizer no momento da sua fala. O conceito de autonomia semântica é de imensa importância para a hermenêutica. A exegese começa com esse conceito, isto é, desdobra os seus procedimentos dentro da circunscrição de um conjunto de significações que destruíram a sua ancoragem na psicologia do autor.

Entretanto, a despsicologização da interpretação não implica que a noção de significado autoral haja perdido a sua significação. Aqui, mais uma vez, uma concepção “não dialética” da relação entre eventos e sentido tenderia a opor uma alternativa a outra. Uma dessas alternativas constituiria uma espécie de falácia intencional ao sustentar que a intenção do autor é o critério para qualquer interpretação válida do texto; a outra constituiria, de um modo simétrico, o que se pode chamar de “falácia do texto absoluto”, como uma entidade sem autor. Se a falácia intencional passa ao largo da autonomia semântica do texto, a falácia do texto absoluto esquece que, num texto, permanece um discurso dito por alguém acerca de alguma coisa. Por fim, cabe ressaltar que a inscrição do discurso é a transcrição do mundo e que a transcrição não é reduplicação, mas metamorfose.

A rigor, o discurso é um objeto único, não reproduzível, não reiterável ou repetível.

Com base nas idéias de Ricoeur e Bakhtin, pode-se afirmar, portanto, que os registros encontrados nos anais dos parlamentos contêm uma significação autônoma, ao mesmo tempo que têm sua existência condicionada à intenção do autor da fala. Essa intenção, por seu turno, não se define previamente ou fora do discurso, mas no seu decorrer, pois se constrói à medida que o orador aborda o tema escolhido, levando em conta as opiniões manifestadas pelos sujeitos para os quais se dirige, mas, também, à proporção que o autor do discurso pressupõe as intenções dos indivíduos com os quais interage e aos quais responde antecipadamente, sejam eles parlamentares ou não. Assim, a significação do discurso parlamentar transcrito nos anais está situada na materialidade lingüística do texto e no estado psíquico ou na intenção do locutor - sem reduzir-se a nenhum desses dois aspectos -, e, ao mesmo tempo, no círculo subjetivo dos ouvintes e leitores.

Nesse caso, o texto é produto de uma enunciação sobre a qual o contexto histórico, social e cultural possui grande incidência. Como consequência disso, tem-se um texto que é constitutivamente dialógico, na acepção bakhtiniana do termo, um texto que se define por meio do diálogo, explícito ou implícito, entre o locutor e seus interlocutores, reais ou imaginários, e, também, por intermédio do diálogo com outros discursos. Percebe-se que até mesmo a forma como são registrados os pronunciamentos parlamentares – entrecortados por apartes -, embora não reproduza integralmente o funcionamento real dos discursos, permite caracterizar os textos que resultam dessa transcrição como um “tecido de muitas vozes”, que se entrecruzam e se completam, que respondem umas às outras ou polemizam entre si, ou seja, encontra-se aí o dialogismo apontado por Bakhtin<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> A linguagem, seja pensada como língua, seja como discurso, é, portanto, essencialmente dialógica. Ignorar sua natureza dialógica é o mesmo que apagar a ligação que há entre a linguagem e a vida. Para Bakhtin (obras citadas), a linguagem é, por constituição, dialógica e a língua não é ideologicamente neutra, mas, sim, complexa, pois, em virtude do uso e dos traços dos discursos que nela se imprimem, e que se instalam choques e contradições. Em outros termos, para Bakhtin, no signo confrontam-se índices de valor contraditório. Assim caracterizada, a língua é dialógica e complexa, pois nela se imprimem, historicamente e pelo uso, as relações dialógicas dos discursos. Por fim, podem-se, talvez, distinguir em Bakhtin os usos que faz da relação entre dialogismo e polifonia, termos muitas vezes utilizados como sinônimos. É possível afirmar que o diálogo é a condição da linguagem e do discurso, mas há textos polifônicos e monofônicos, conforme variem as estratégias discursivas empregadas. Nos textos polifônicos, os diálogos entre discursos mostram-se, deixam-se revelar (ver e entrever); de outro lado, nos textos monofônicos, os diálogos ocultam-se sob a aparência de um discurso único, de uma única voz. Portanto, monofonia e polifonia são produtos de sentido decorrentes de operações discursivas - de discursos que, por definição e constituição, são dialógicos. O dialogismo, segundo Bakhtin, é uma tendência natural de toda a linguagem; é um traço inerente a esta e

A esfera política pode ser considerada como uma forma de debate e diálogo, como o processo de retórica pública, que é crucialmente mediado por essa faculdade ambivalente e antagônica de uma “imaginação”<sup>17</sup> política; existe um processo humano dialógico na medida em que há a percepção da idéia política no ponto ambivalente da interpelação textual, na sua emergência por intermédio de uma forma de projeção política. Quando há interação dos parlamentares com a realidade, o fator que funda a linguagem - sobretudo no que tange ao contexto extraverbal do enunciado - é a questão da avaliação na relação entre os sujeitos. Esses avaliam uns aos outros e demonstram seus juízos de valor por meios diversos no plano do conteúdo ou da expressão, dentre os quais se pode citar o uso da ironia e da entonação<sup>18</sup>.

A análise do pronunciamento de Gilberto Freyre evidencia os aspectos teóricos abordados, relacionando-os, diretamente, ao processo dialógico que constitui o discurso parlamentar e a política de um modo geral. Além disso, permite refletir, sobre a interpretação de uma fala que, tendo sido originalmente proferida por seu autor, foi fixada pela escrita.

---

pode ser entendido como a interação do discurso de um sujeito com o discurso alheio. Para haver dialogismo, de acordo com M. Bakhtin, é necessário que os enunciados se toquem internamente, estabelecendo uma discussão ou confronto. Não se trata, portanto, de uma existência paralela, mas de uma coexistência de diferentes vozes. Bakhtin alerta para o fato de que não convém compreender as relações dialógicas de maneira simplista e unívoca, reduzindo-as a um procedimento de refutação ou controvérsia, pois uma de suas formas mais importantes é a concordância. Além disso, é preciso ter em mente que as relações dialógicas não se realizam estritamente nos planos lingüístico e lógico. Elas são, sobretudo, relações específicas de sentido, ainda que não estejam separadas do âmbito discursivo, nem dispensem a coerência lógica.

<sup>17</sup> Ruth Gauer (2002, p.92) destaca que o pensamento ocidental tem se caracterizado por desvalorizar, ontologicamente, a imagem e, psicologicamente, a função da imaginação. Em muitos momentos, a imaginação é vista como responsável por erros e falsidades. Bergson (1990, p.290), ao abrir novas dimensões para um *continuum* da consciência, ensaia uma ruptura com relação à forma ocidental de se pensar a imaginação, mas essa ruptura, segundo Durand (1989), não se estabelece, pois o teórico ainda reduz a imagem à memória, uma espécie de contador da existência, que funciona mal no abandono do sonho, mas que volta a se organizar pela atenção perceptiva da vida. Tanto a tendência da miniaturização quanto a recordação da mesma cometem o erro de “coisificarem” a imagem e seu dinamismo, alienando a sua função principal, que é conhecer, mais do que ser. Durand acredita que a imagem aparece como sombra do objeto, ou, ainda, como um objeto fantasma, sem conseqüências, em Bergson. Assim, os objetos imaginários sempre foram tomados como duvidosos, como fomentadores do erro. No entanto, a desvalorização da imagem não corresponde, de modo algum, ao papel que desempenha no campo das motivações culturais. Ainda segundo Durand, as teorias que falam sobre a imagem destroem-na, pois formulam uma teoria da imaginação sem imagens. Será preciso lembrar, porém, que Bergson postulou a existência de uma misteriosa intuição e, assim, permitiu que o espírito se transferisse para o coração das coisas, fundando-se entre ambos uma unidade.

<sup>18</sup> Bakhtin (1992, p.396) constata que o tom não é determinado, exclusivamente, pelo conteúdo do enunciado ou pela vivência do locutor, mas pela atitude do locutor com a pessoa do interlocutor.

## 1.2 A ciência, a política e a zona de sombra

O pronunciamento de Gilberto Freyre<sup>19</sup> - proferido nos debates da “Emenda Raul Pilla”<sup>20</sup> - foi selecionado, também, por se tratar de um discurso sobre os significados dos discursos, isto é, de um discurso que elege como temas: o próprio código que utiliza, imprimindo-se aí, portanto, a marca da função metalingüística<sup>21</sup>; a função que desempenha; o efeito que provoca; a relação que estabelece com outras vozes e o lugar, ou a “zona de sombra”, em que se situa a fala parlamentar – entre a ciência e a política. Nesse pronunciamento, o autor alude aos motivos que o impedem de acompanhar os “ilustres colegas cuja inteligência muito admira” na adesão à idéia de reforma parlamentarista, a favor da qual se vinham levantando na Câmara Federal vozes tão eloqüentes e “persuasivas de mestres e contramestres”. O autor julga que é um “dever” explicitar seu pensamento na forma de argumentos contrários à tese parlamentarista. Embora admita que o presidencialismo, talvez, seja “arcaico em alguns pontos”, defende-o “de modo hierático ou definitivo no conjunto”. Avalia que os parlamentaristas são “brilhantes” na construção de uma argumentação bastante sólida, mas que desenvolvem, em alguns casos a “pregação de uma idéia messiânica”, ao considerarem a reforma essencial ao “desenvolvimento ou à consolidação do regime democrático no nosso País”.

Nota-se, no debate realizado sobre o sistema de governo, uma certa admiração de Gilberto Freyre<sup>22</sup> pela natureza do Parlamento, quando o orador se

<sup>19</sup> Cf. Anais, 1950, julho, p.152-198.

<sup>20</sup> Trata-se da discussão da emenda n. 4 na Câmara dos Deputados. O debate deu-se em 1950, com o propósito de avaliar a conveniência, ou não, de manter-se o presidencialismo, aprovado na Constituição elaborada em 1946. A referida emenda, cuja autoria era do deputado Raul Pilla, propunha a substituição do sistema de governo em vigor pelo o parlamentarismo.

<sup>21</sup> A teorização, de autoria de Roman Jakobson, sobre as funções da linguagem e sobre os fatores do processo de comunicação que lhe correspondem é mencionada por Paul Ricoeur.

<sup>22</sup> O deputado Munhoz da Rocha, na “Apresentação” da obra *Quase política*, de Gilberto Freyre, enfatiza o fato de ter sido colega do autor, em 1946, na Constituinte e na primeira legislatura terminada em janeiro de 1951. O deputado Munhoz da Rocha afirma que não perdeu nenhum dos discursos de Gilberto Freyre e que cada um era sempre um acontecimento intelectual no Congresso Nacional. De acordo com o deputado Prudente de Moraes Neto, os discursos de Freyre eram escutados em silêncio, com atenção unânime por todo o plenário, que, numa atitude raríssima em assembléias numerosas, concentrava-se diante de sua eloqüência absolutamente diferente da comum “[...] Muitos admiravam, e se não o admiravam, o entendiam. Uns poucos nem o admiravam nem o entendiam, mas o clima de respeito os coagia a manter ou aparentar a comum atitude admirativa”. Munhoz da Rocha enfatiza que Freyre via nos debates em torno do parlamentarismo a convergência dos nomes mais credenciados do Congresso, o que, de certo modo, revela a intensidade de tudo que se espera do sistema político e é natural que assim aconteça, uma vez que o parlamento brasileiro torna-se, progressivamente, mais parecido com o povo, mais aproximado dos sistemas



propõe a tratar “em elevado nível” os argumentos sustentados por “palavras que algumas vezes se têm elevado a lições”. Ele diz acreditar na força persuasiva de um bom discurso, pois constata que “ninguém pensa hoje sobre o assunto exatamente como pensava” antes dos debates terem sido “travados”. Freyre provoca os colegas para que façam apartes durante seu discurso, embora não se comprometa em responder “de improviso” a todas as questões levantadas por seus pares. Ao afirmar, publicamente, que “um discurso estudado ou meditado, mesmo medíocre, sobre assunto que não seja pura questão do dia, a ser respondido, só deve ser respondido com outro discurso estudado ou meditado”,<sup>23</sup> demonstra o enorme apreço que possui pelas estratégias argumentativas. Sua aversão ao parlamentarismo, tal como tem sido praticado em países latinos, vem da importância que adquire, nesse sistema político - “como no sistema acadêmico o concurso, o exame ou o torneio oral” -, a mera retórica, a palavra apenas brilhante, de efeito decisivo no momento, o improviso feliz, a frase impressionante, “embora ôca e com sacrifícios, às vezes, do estudo tranqüilo e quanto possível objetivo, dos assuntos”.

Gilberto Freyre concede o primeiro aparte ao deputado Raul Pilla, que, concordando em alguns aspectos com a observação do orador, ressalta: “Mas se há retórica bem caracterizada pela sua sobriedade é a retórica parlamentar na Inglaterra, é retórica desataviada, que se funda no pensamento, no argumento, e que não lança mão de imagens mais ou menos vistosas apenas para impressionar a platéia”. Enfatiza, desse modo, que “não é inerente ao sistema parlamentar esta retórica, que mui merecidamente desperta a aversão do ilustre orador”, assim como também não é inerente a seu interlocutor a retórica que utiliza. A modalidade discursiva empregada por Gilberto Freyre incita os demais colegas a apartear o seu discurso. Verifica-se que o orador faz questão de demonstrar que é conhecedor profundo do assunto em pauta, além de utilizar o argumento de autoridade, com o propósito de legitimar ainda mais suas afirmações. Durante os debates, é comum ouvi-lo dizer que, por ter sido

---

de idéias dos representados, mais fiel às suas convicções e pensamentos, pelo aperfeiçoamento do processo eleitoral, não obstante suas gritantes falhas. Ver FREYRE, 1966.

<sup>23</sup> Gilberto Freyre cita o Regimento da Câmara dos Comuns (Anais, 1950, julho, p.152) e o Regimento da Assembléia Geral das Nações Unidas como bons exemplos de técnica parlamentar aperfeiçoada, pois ambos reúnem a experiência dos mais avançados sistemas parlamentares, na medida em que esses fóruns desempenham, de certo modo, o papel de um Parlamento supranacional. No primeiro fórum, são raros os apartes; no segundo, são proibidos.

“delegado parlamentar do Brasil junto à Assembléia Geral das Nações Unidas”, aprendeu a observar a função da oratória nos parlamentos e, sobretudo, a sua eficácia e eficiência no que se refere à conquista de resultados na ação política.

Para Gilberto Freyre, o passado não *foi*, mas continua. Essa posição remete ao tempo do mito, do eterno retorno. Com base nessa definição de tempo, considera que o principal ofício de um sociólogo é explicar o mito e, para tanto, parte da idéia de que, no Brasil, vai-se generalizando a “mística” de que o tempo do Império caracterizou-se apenas pela beleza. Contrapondo-se a essa idéia, lembra que o Império não foi somente parlamentarista e que, apesar do “esquecimento” de alguns, foi autoritário. Afirma que vê difundir-se o pensamento segundo o qual a República presidencialista proporcionou apenas o surgimento de revoltas, quando, na verdade, realizou grandes obras, tão importantes que os erros por acaso havidos, não chegam a comprometê-la a seus olhos.

Valendo-se do método comparativo para sustentar suas teses, Gilberto Freyre busca na história da Argentina um exemplo da preponderância do respeito às peculiaridades da nação sobre a lógica da transposição de sistemas políticos de um país para o outro. Ao analisar o fenômeno Rosas da primeira metade do século XIX, o orador considera que os argentinos, argutos - superando preconceitos de membros das minorias ilustradas, tantas vezes desgarrados da realidade cotidiana do seu próprio meio -, não optaram, simplesmente, entre doutrinas políticas representadas pelo unitarismo, de um lado, e pelo federalismo, do outro, um tanto “à maneira das doutrinas políticas que hoje se defrontam no Brasil sob a forma de Presidencialismo em face de Parlamentarismo”. O deputado destaca figuras políticas do cenário argentino, tais como Echevarria, Sarmiento, Alberdi, pensadores políticos “da altura dos nossos José Bonifácio, dos nossos Tavares Bastos, dos nossos Joaquim Nabuco, dos nossos Alberto Torres”, para mostrar que, sob a aparência de conflito entre doutrinas, ocultava-se um antagonismo mais profundo, que estaria relacionado a contradições quanto a concepções ou formas de vida. De acordo com Gilberto Freyre:

Aquelas minorias academicamente ilustradas eram, afinal, menos a Argentina que as maiorias rústicas, tidas por bárbaras, por anárquicas, por inclinadas ao caudilhismo quando, afinal, o que elas representavam era uma realidade diferente da européia; e com essa realidade teria a Argentina, academicamente ilustrada, que conformar-se de alguma

maneira, antes de estabilizar-se em república progressista: uma das mais progressistas da segunda metade do século XIX e dos primeiros decênios do atual. Abandonando radicalismos de doutrina política caminharam seus homens públicos para o que o esclarecido historiador das idéias políticas da Argentina, o Professor José Luís Romero, chama “una política conciliatoria y baseada en la realidad”, política que já vinha sendo seguida no Brasil pelos melhores estadistas do Império, do tipo ou feitio de José Bonifácio. Por aqueles que realizaram a independência sem sacrificarem a forma monárquica de governo. (Anais, [1950], junho, p.153)

O orador, declarando-se isento de qualquer conveniência de “homem de partido” ou de “seita ideológica ou messiânica”<sup>24</sup> – tanto em política quanto em sociologia -, admite que o sistema parlamentar “realize melhor que o presidencial a democracia representativa”. Entretanto, alerta que a arte política se realiza numa situação concreta permeada de particularidades e que, nesse caso - do ponto de vista sociológico ou político -, a preferência estética ou lógica por um sistema pouco significa. Fica evidente em seu discurso o reconhecimento do “alto padrão” da “vida pública brasileira” no Império, em contraste com o caudilhismo, as agitações, a instabilidade das Repúblicas na América Latina. O parlamentar, porém, não atribui esse “alto padrão” ao “sistema parlamentar” - que não teria existido, então, puro e ortodoxo no Brasil da época -, e, sim, a um sistema de governo que se tornou adequado ao País mediante a criação do “poder Moderador”, o qual definiria o referido regime político tanto quanto o poder parlamentar, ou ainda mais do que este. Além disso, Gilberto Freyre não acredita que se possa responsabilizar o presidencialismo pela perpetuação do paternalismo<sup>25</sup>, um fenômeno característico da formação brasileira.

Ao transferir a linguagem da psicanálise para a descrição do processo psicossocial, Freyre afirma que, no Brasil, o paternalismo se “sublimou

---

<sup>24</sup> Para Weber (1982, p.140), o resultado final da ação política mantém, com frequência, e em certos casos regularmente, uma relação totalmente inadequada e, por vezes, até mesmo paradoxal com o seu sentido original. Em virtude desse fato, para que a ação tenha força íntima, o serviço da causa não deve estar ausente dela. A causa em nome da qual o político luta pelo poder e utiliza-se do poder parece uma questão de fé. O político pode servir a finalidades nacionais, humanitárias, éticas, sociais, culturais, mundanas ou religiosas; pode ser mantido por uma forte crença no “progresso”, ou pode rejeitar esse tipo de crença; pode pretender estar a serviço de uma “idéia” ou, rejeitando isso, a princípio, pode, ainda, desejar servir a finalidades externas da vida cotidiana. Alguma forma de fé, porém, deve sempre existir. Se assim não for, é absolutamente certo que a maldição da indignidade da criatura superará até os êxitos políticos externamente mais fortes.

<sup>25</sup> No pronunciamento de Freyre, o que chama atenção é o emprego do termo “paternalismo”, que não aparece ao longo de seus livros, onde utiliza a palavra “patriarcalismo”, a qual remetendo ao conceito que talvez tenha exercido maior influência na fixação de características nacionais existentes em todo o Brasil, na medida em que a sua formação histórica foi fortemente influenciada pelo que acontecia nos domínios rurais.

politicamente no Presidencialismo”. Para Freyre, dom Pedro II foi “um grande presidente coroadado”, e o Império foi um sistema misto, que só por uma questão de comodismo pode ser classificado como “parlamentarismo”. Esse sistema misto teve a seu favor o fato de dom Pedro II haver exercido o “poder Moderador” durante longos anos, conduzindo a que começasse a se sublimar em presidencialismo republicano o paternalismo colonial. Apesar de realizada a transição do Império, a um só tempo autoritário e parlamentar, para a República, nem sempre os presidentes estiveram à altura dessa preciosa herança política; pelo contrário, vários vacilaram e, por pouco, não retornaram ao paternalismo colonial<sup>26</sup>. Gilberto Freyre acredita, todavia, que já estavam tão consolidados o sistema presidencialista e, ao mesmo tempo, a forma democrática e representativa de governo que nenhum daqueles presidentes mais autoritários voltou, na realidade, ao paternalismo ou ao autoritarismo puro, a não ser em circunstâncias especialíssimas, em 1930 e em 1937.

O sociólogo defende que, tendo a Constituição brasileira de 1946 adotado mais de um procedimento de governo de origem ou teor parlamentarista, com o intuito de moderar o poder presidencial, deve-se esperar que se processe a assimilação desse elemento novo pelo sistema predominantemente presidencial, para cuidar, então, conforme o resultado da experiência, de novas tentativas de assimilação. Segundo Freyre, nesse, como noutros assuntos, nem tudo parece depender dos homens, considerados como indivíduos ou gerações, tal é a influência exercida pelos processos sociais e pelas formas de convivência, dentre as quais as formas de governo. Há, na sua opinião, uma constante e recíproca interpenetração de influências, das formas de governo sobre os homens e destes, afetados por outras formas de convivência, sobre as formas de governo. Freyre adverte que todo sociólogo deve estar sempre atento a essa interpenetração a fim de que possa voltar-se, liberto de todo messianismo, ao estudo dos problemas relacionados ao sistema de governo de um povo. De acordo com o parlamentar,

não se trata, afinal, de escolhermos, hoje, sob critério estético, jurídico ou mesmo político entre Presidencialismo e Parlamentarismo, como entre dois tipos absolutamente contraditórios ou opostos de roupas feitas, um vindo de Londres, outro de Washington, para o corpo do brasileiro apenas cidadão: abstraído ou simplificado em cidadão. Trata-

---

<sup>26</sup> Cf. WEBER, 1972, p. 148.

se antes de tudo de saber que tipo de vestuário político exige o corpo do brasileiro - que antes de ser de cidadão é de homem do trópico, de mestiço, de neo-hispano, de neolatino, de neo-europeu - depois de sociologicamente medido, estudado, considerado nas suas origens, nas suas proporções, no seu ritmo de crescimento, nas suas assimetrias, nas suas deformações, nas suas possibilidades de desenvolvimento harmonioso, nas suas relações com o meio nativo. (Anais, [1950], junho, p.154)

Nesse pronunciamento, o deputado Gilberto Freyre - seguindo o teor das obras que publicou nas décadas de 1920, 1930 e 1940 - demonstra que o Brasil possui uma formação atípica e que se deve ter cuidado com a importação de modelos de interpretação, os quais teriam sido adequados à análise de outras nações, porém não seriam aplicáveis no caso do País<sup>27</sup>. Continuando, Freyre afirma em seu pronunciamento que o presidencialismo é o sistema que, sociologicamente, possui mais condições de facilitar aos brasileiros a busca de suas

aspirações democráticas sem esse idealismo de sacrificar a realidade de sua formação. Formação cujas sobrevivências contrárias a um regime de governo plena ou idealmente democrático, isto é, com o mínimo de chefias e o máximo de responsabilidade, ao mesmo tempo individual e coletiva, da parte dos brasileiros, só aos poucos poderão ser retificadas, corrigidas, digamos em linguagem psicanalítica alongadas e em linguagem sociológica, sublimadas. (Anais, [1950], junho, p.155)

Levando em conta as particularidades históricas de cada país<sup>28</sup>, Freyre trata com excessiva cautela aquelas transposições que ignoram tais

---

<sup>27</sup> Inclusive, há uma corrente de historiadores que compartilham a tese segundo a qual o “patrimonialismo puro”, modelo de Max Weber, não existiu no Brasil. A própria polarização “tradicional” versus “moderno”, intrínseca aos modelos teóricos que definem o patrimonialismo, não deve ser transplantada para a experiência histórica brasileira de forma automática. A caracterização do Estado brasileiro como “patrimonial” não pode ser percebida como a continuidade e/ou persistência de uma “tradição”, muitas vezes associada à ausência de modernização econômica e social. Assim, ainda que a construção do Estado brasileiro tenha sido, inevitavelmente, afetada pela experiência lusitana do patrimonialismo, o processo ocorrido no País foi muito dinâmico e assumiu, por vezes, um caráter às vezes “indeterminado”. Os grupos políticos em conflito, nos momentos cruciais de formação do Estado Nacional, traziam projetos políticos diversificados e deparavam-se com uma estrutura de autoridade já constituída. Não existia um grau de ‘pureza’ capaz de atribuir a um determinado grupo a exclusividade na defesa de propostas ‘modernas’ ou ‘tradicionalistas’. Simultaneamente, o Estado, enquanto estrutura de poder, participava ativamente, interagindo com esses grupos, influenciando suas propostas, enfim, ‘representando-se a si mesmo’. (...) nosso contrato social firmado com um Estado já existente e com uma sociedade ativa e silenciosa, mas nem por isso desprezível, foi singularmente brasileiro. Cf. URICOECHA, 1978, p. 58-95; RODRIGUES, 2002, p. 52.

<sup>28</sup> Gilberto Freyre é fortemente influenciado por Simmel e Weber na construção de uma metodologia de pesquisa. Cada estudo, para ele, é particular, e o todo é inacessível. No trajeto pós-kantiano, por meio do diálogo com Nietzsche e Simmel, Weber pode ser considerado como o próprio “roteiro da modernidade”, para

peculiaridades e o sentido histórico de cada experiência. Além disso, um fragmento do seu pronunciamento e os apartes feitos pelo deputado Raul Pilla à referida passagem do seu discurso demonstram algo que se relaciona com a historiografia e com as diferentes modalidades hermenêuticas de interpretação da história. Nesse processo, está em jogo a questão da prova, da evidência, ou seja, aquilo que o mundo de fora impõe<sup>29</sup>. Gilberto Freyre questiona se a história é capaz de produzir um conhecimento passível de comprovação por parte dos historiadores. No que se refere ao conhecimento histórico, admite a existência de fatos que podem ser provados, de aspectos objetivos a serem detectados, os quais podem ser aceitos mesmo por pessoas que se guiam por pressupostos diferentes. No entanto, conforme demonstra, não é possível suspender os laços sociais dos historiadores, porque eles interpretam os fatos de um “lugar” que condiciona o seu ponto de vista e que produz um determinado conhecimento. Veja-se em que termos se dá a discussão sobre a verdade histórica e os seus recursos de comprovação entre Gilberto Freyre, o orador, e Raul Pilla, o parlamentar a quem concede os apartes:

**O SR. GILBERTO FREYRE** - Na verdade quase não se pode dizer hoje: há um sistema parlamentar. Existem vários parlamentarismos como existem vários presidencialismos. Sempre que deixam de se verificar adaptações reclamadas pelo meio, um sistema transplantado de um país a outro tende a fracassar como teria fracassado no Brasil o Parlamentarismo do Império, não fôra o Poder Moderador que fêz do monarca aquêle “presidente coroado” a que se referiu o Deputado Batista Pereira (...).

**Sr. Raul Pilla** - Não foi o Poder Moderador que permitiu o êxito do Parlamentarismo no Império. O Parlamentarismo surgiu das ruínas dêsse poder. Havia uma antítese entre o Poder Moderador, consagrado na Constituição do Império, e o sistema parlamentar que se criou graças ao esforço dos estadistas brasileiros.

---

o conjunto do pensamento social. Weber estabelece a quebra da tradição naturalista britânica e francesa, firmando o primado da ação individual contextualizada. Gilberto Freyre, assim como Weber, renunciou sempre à explicação total realizada por meio de uma visão fechada de caráter final ou historicista; pretende penetrar na realidade por meio da ciência empírica; não pensa em deduzi-la nem em aprendê-la como totalidade.

<sup>29</sup> O historiador Carlo Ginzburg ressalta que a história compartilha com a medicina e a adivinhação um caráter conjuntural, o que leva a que o conhecimento que produz seja inevitavelmente especulativo. No entanto, o próprio pesquisador italiano sugere que o conhecimento histórico é científico. Como lidar com esse aspecto contraditório? Ginzburg tem interesse em discutir a razão pela qual alguns *insights* são considerados como errados ou certos e outros resistem mais ou menos longamente a qualquer prova. Ginzburg mantém, por um lado, a distinção entre história e ficção de um modo muito claro e mostra que o conhecimento é passível de ser provado, mesmo o que diz respeito a verdades que nos são desagradáveis. Por outro lado, revela possuir interesse na competição que se estabelece entre história e ficção e nas tentativas passadas e presentes de anular as fronteiras entre os dois domínios. CF. PALLARES-BURKE, 2000, P.297-301.

O **SR. GILBERTO FREYRE** - Aí é que se afirma nossa profunda divergência, não de opinião mas de interpretação da história brasileira.

O **Sr. Raul Pilla** - Para interpretar a História, V. Ex<sup>a</sup>. tem muito maior autoridade que eu.

O **SR. GILBERTO FREYRE** - Não aceito, de modo algum, o elogio. Reconheço plena autoridade em V. Ex<sup>a</sup>., mas os intérpretes da História, como os das Escrituras, variam muito. Após o Tratado de Versalhes, nos Estados então estabelecidos na Europa, procuraram os organizadores das novas e efêmeras democracias seguir quase sempre, passivamente, o modelo britânico. O lógico em vez do histórico. A solução política separada da social. O que se viu na Europa Central foi uma série de fracassos, com exceção da Tchecoslováquia.

O **Sr. Raul Pilla** - Já estou abusando da bondade de V. Ex<sup>a</sup>...

O **SR. GILBERTO FREYRE** - De modo algum. V. Ex<sup>a</sup>. está enriquecendo o meu modesto discurso com seus brilhantes apartes.

O **Sr. Raul Pilla** - ... mas a verdade é que, na evolução do sistema britânico, como, aliás, na implantação do Parlamentarismo brasileiro, havia uma lógica. Apesar daquele espírito pragmático dos britânicos, a lógica profunda do sistema parlamentar foi sempre a luta contra a Autocracia, pela Democracia. Esta é a lógica profunda, que conduziu a evolução das instituições inglesas, até ao sistema parlamentar.

O **SR. GILBERTO FREYRE** - Essa seria a lógica de tôdas as democracias. E não apenas das democracias parlamentares. [...] À luz da experiência brasileira é que o sistema caracterizado pela considerável soma de responsabilidade e de funções atribuídas ao Presidente da República, sem que deixe de haver representação da vontade popular por partidos e Estados que limite democraticamente a autoridade do chefe da Nação, parece ser o sistema sociologicamente mais adequado ao nosso povo, de formação tocada por influências que tornam ainda necessária aquela autoridade de chefe, ao lado da representação viva e vigilante, por senadores, deputados, vereadores, da vontade popular ou nacional [...]. Contra o perfeccionismo mediato e radical, que sirva de exemplo a Revolução de 1930: feita principalmente contra o abuso do poder presidencial, acabou, contra a vontade e as tendências dos seus melhores idealistas, entregando a Nação inerte ao chamado "Estado Forte". (Anais, [1950], junho, p.156-157)

Constata-se que o orador valoriza cada "aparte", sobretudo quando seu autor é um parlamentar qualificado no trato das questões constitucionais, em particular aquelas relacionadas às instituições na democracia representativa. Desse modo, o pronunciamento faz-se reconhecido e valorizado – portanto, legitimado - pelo ponto de vista alheio. Por sua vez, o sujeito político adquire poder à medida que sua fala é reforçada, simbolicamente, por um conjunto de interrupções que funcionam como pontos de impulsão para uma intrincada rede de argumentos, capaz de alcançar uma dinâmica própria, realçando no pronunciamento vários aspectos não previstos pelo orador. A utilização que o orador faz dos apartes solicitados por parlamentares influentes potencializa o seu discurso e confere-lhe ainda mais autoridade, ao mesmo tempo que reforça o prestígio do autor do pronunciamento entre seus pares.

Na visão de Freyre, é ilícito conceber sistemas de governo homogêneos e universais, porque para cada país é necessário criar modalidades institucionais inspiradas no exame da sua formação histórica particular. No caso brasileiro, o sociólogo atribui o insucesso do parlamentarismo à transposição do modelo britânico para o País. Raul Pilla, por seu turno, considera que o parlamentarismo foi um sistema que nasceu em virtude da falência do poder Moderador, gerada pelas contradições presentes no texto da primeira Carta constitucional brasileira. Pilla concebe a existência de uma certa lógica no curso da história e toma como referência a “evolução” das instituições inglesas, que iniciaram na autocracia e se transformaram até alcançar o parlamentarismo. Assim, justifica a transposição do modelo britânico, que lhe parece lógica, porque é o sistema que julga adequado à luta democrática, a fim de evitar a instalação da autocracia.

O sociólogo não deixa de compartilhar com Raul Pilla a idéia de que há uma certa lógica de evolução “em todos as democracias, e não apenas nas democracias parlamentares”. No entanto, argumenta que o sistema de governo praticado no Brasil, do ponto de vista sociológico, é o mais adequado ao povo, “de formação tocada por influências que tornam ainda necessária aquela autoridade de chefe”. De acordo com o sociólogo, a experiência da história política do Brasil revela, de certo modo, que o sistema de governo presidencialista é caracterizado pela considerável carga de responsabilidades e de funções atribuídas ao presidente da República, sem que deixe de haver aí uma representação da vontade popular, por partidos e unidades da Federação, que limite democraticamente a autoridade do chefe da Nação.

Verifica-se que os dois deputados, ao debaterem a pertinência, ou não, da adoção do parlamentarismo, polemizam sobre a função da ciência social, do cientista social e sobre o envolvimento político deste na “transformação”. Assim, Gilberto Freyre e Raul Pilla estabelecem uma discussão acerca do papel da ciência e da ação política<sup>30</sup>. Os apartes deste último evidenciam a sua opinião em relação à análise daquele acerca dos “condicionamentos” dos fatos humanos:

---

<sup>30</sup> Weber (1982, p.98-99) define “política” como a participação no poder ou a luta para influir na distribuição de poder, seja entre Estados, seja entre grupos dentro de um Estado. Para o autor, “quem participa ativamente da política luta pelo poder, deseja-o como um meio de servir a outros objetivos, ideais ou egoístas, ou almeja o “poder pelo poder”, a fim de desfrutar a sensação de prestígio que o poder faculta àqueles que o detêm. Max Weber (p.105) mostra que “há dois modos principais pelos quais alguém pode fazer da política a sua vocação: viver ‘para’ a política, ou viver ‘da’ política. Tais fatores não são, de forma alguma, excludentes. Em geral, o homem assume as duas atitudes, pelo menos em pensamento e, certamente, também na prática. Quem vive ‘para’ a política faz dela a sua vida, num sentido interior. Desfruta



O **Sr. Raul Pilla** - Estou percebendo que a Sociologia leva ao fatalismo, porque os sociólogos verificam um determinado estado de coisas e não têm a preocupação de modificá-lo. Conformam-se: somos tais, e como tais devemos ficar. A Ciência pode, realmente, levar a tais conclusões, mas me parece que a grande Ciência é a que nos permite lançar mão de meios para modificar um estado pouco favorável.

O **SR. GILBERTO FREYRE** - Não, Sr. Deputado. A Sociologia mais avançada não vai ao determinismo sociológico, mas reconhece sempre que os fatos condicionam os fatos. Condicionamento e não determinismo. ((Anais, [1950], junho, p.157)

De certo modo, essa discussão traz à tona o debate sobre a relação que haveria entre o resultado do conhecimento sociológico e sua aplicabilidade na “transformação” das circunstâncias sociais que “condicionam”, ou “determinam”, a adoção das formas e sistemas de governo por parte dos diferentes países. Raul Pilla, ao criticar a sociologia que se circunscreve à análise da situação social, atribui a Gilberto Freyre o papel de “sociólogo” avesso à ação política transformadora, cujo ofício teria mera a função de descrever a realidade a partir de um certo “fatalismo”. Nesse sentido, pode-se interpretar que Pilla vê em Gilberto Freyre um conservador, entendendo que o diagnóstico da história do Brasil feito por este serviria mais para justificar a situação vigente do que propriamente para transformá-la. O sociólogo, por sua vez, procura mostrar que a vida humana não é determinada pela ação exclusiva de nenhum fator, o que quer dizer que todos os fatores - sociais, culturais, econômicos, alimentação, etnia, gênero, ecológicos, genéticos, etc - agem sobre as configurações humanas. Assim, ao afastar a visão determinista, abre imensas possibilidades para a interferência do ser humano no curso dos acontecimentos e, com isso, mostra a pertinência da ação política, que não pode prescindir do conhecimento dos pressupostos que formaram o país.

O diálogo de Gilberto Freyre com Raul Pilla é um excelente exemplo do encontro de um sociólogo/antropólogo com um político – este um homem

---

a posse pura e simples do poder que exerce, ou alimenta seu equilíbrio interior, seu sentimento íntimo, pela consciência de que sua vida tem *sentido* a serviço de uma 'causa'. Nesse plano interno, todo homem sincero que vive para uma causa também vive dessa causa. A distinção, no caso, refere-se a um aspecto muito mais substancial da questão, ou seja, o econômico. Quem luta para fazer da política uma *fonte de renda* permanente, vive 'da' política, no sentido econômico. Em condições normais, o político deve ser economicamente independente da renda que a política lhe pode proporcionar. Isso significa, muito simplesmente, que o político deve ser rico ou deve ter uma posição pessoal que lhe proporcione uma renda suficiente”.

intelectualizado -, ambos situados num mundo de princípios e de hábitos de raciocínio diversos. Freyre condena a “solução política separada da social”, concebendo que o problema político está condicionado pelo social e é consequência deste. O sociólogo conhece a doutrina da unidade das culturas em cuja estrutura a instância política deve inserir-se, adquirindo familiaridade com a totalidade de elementos do conjunto, os quais apresentam o mesmo grau de importância. Além disso, Freyre assume o “ponto de vista histórico-social”, e mostra que as construções políticas do presente são inseparáveis do passado. Ao que tudo indica, o pensamento político de Freyre parte do pressuposto de que o parlamento brasileiro tem, forçosamente, de refletir a velha mentalidade brasileira, meio messiânica, meio milagreira, meio providencialista e paternalista, que se acostumou a esperar do Estado e de suas instituições a solução universal para os problemas e para todos os sofrimentos da nação. Conseqüentemente, em sua opinião, como as soluções desejadas não chegam ou, quando chegam, são deficientes, surge uma multidão de desiludidos.

Nota-se, também, em muitos pronunciamentos de Gilberto Freyre a presença, em certos aspectos, da posição de Max Weber, o qual alerta para os problemas que surgem quando os valores morais do cientista misturam-se a sua convicção pessoal e a seus posicionamentos políticos. Nesse caso, não existe conhecimento verificável e, por decorrência, inviabiliza-se a plena compreensão dos fatos<sup>31</sup>. Weber vê o compromisso do político como sendo a busca pelo resultado de uma determinada ação, ao passo que o compromisso do cientista e do professor seria com a busca da verdade objetiva<sup>32</sup>. Contudo, nem o “resultado da ação” nem a “verdade” estão isentos de questionamentos.

Gilberto Freyre, sociólogo, e Raul Pilla, médico, experimentam a angústia do cientista que se vê aprisionado ao exercer o papel de político de ação. Esse sentimento faz lembrar a forma de interpretação adotada pela cultura moderna, que se fundamenta na ótica racional. A vontade de dominar o real pelo cálculo e pela razão afigura-se, segundo Weber, como o centro de todos os esforços da

---

<sup>31</sup> Max Weber (1982, p. 169) mostra que “a libertação em relação ao racionalismo e o intelectualismo da ciência é a pressuposição fundamental da vida em união com o divino”. Nesse caso, o compromisso do cientista com a *verdade* requer isenção de valor, de crença e de julgamento, comportamentos esses afins e necessários em outros domínios que não os da ciência. Alguns seres humanos optam por estar apenas na esfera do sagrado. Para Weber, esses são mais dignos do que os que ficam na esfera da ciência e tratam-na como uma crença. Não se pode ser, além disso, segundo Weber, homem de ciência e de ação. A indistinção entre as duas esferas leva à prisão e não à liberdade, o bem maior da política e da ciência.

<sup>32</sup> Cf. BANDEIRA, COELHO e MENEZES, (Org.), 2000, p.9-26.

cosmovisão moderna para interpretar a vida. A racionalização repousa na distinção clara e lúcida entre os desejos e os interesses pessoais, de um lado, e o real, de outro. A racionalidade manifesta-se na desmistificação do real, na recusa de representações simplórias do mundo, que precisa ser compreendido – sob a forma de conceitos - pela institucionalização de organizações sobre uma base racional<sup>33</sup>.

Diante disso, Weber (1965) defende que as ciências sociais devem apoiar-se em estruturas objetivas, dadas pela experiência. A formação de conceitos racionais e a pesquisa empírica constituem os fundamentos do conhecimento sociológico, tal como ocorre com as demais ciências. Aquele que pensa poder substituir a análise científica pela interpretação e pela introspecção psicológica retira as bases verdadeiras de todo conhecimento científico, eliminando a objetividade e a possibilidade de verificação. Nesse caso, de acordo com o autor, a verdade não é um fato dado *a priori*, mas o resultado de um encaminhamento de pesquisa adotado, de um conhecimento particular dentre outros igualmente possíveis de serem alcançados. Weber, porém, não desconsidera a ação como objeto de estudo. A reciprocidade entre o conhecimento e a ação é imanente à existência não somente do historiador, mas, também, e sobretudo, do ser histórico.

Movido pelo dilema descrito por Weber, Gilberto Freyre acha-se dividido entre as exigências da ciência, tal como a concebe, e os apelos da ação, inerentes à atividade política. Assim, o espaço que se abre para o debate – nesse caso com Raul Pilla -, desejado e até provocado pelo próprio orador ao propiciar a manifestação de idéias opostas, talvez permita a exteriorização do tenso diálogo interior que o sociólogo trava consigo mesmo. É no embate com seu interlocutor que Gilberto Freyre parece expor ou explicitar os seus conflitos - as dúvidas que habitam o homem, indeciso quanto ao “vestuário” que melhor se ajusta a um cientista nascido nos trópicos e afeito à política. É, também, nesse embate que, ao estimular as perguntas do outro e ao tentar respondê-las, o orador busca respostas para suas próprias indagações, recorrendo, muitas vezes, a eventos ocorridos no passado que informam o debate presente.

---

<sup>33</sup> Cf. BANDEIRA, COELHO e MENEZES, (Org.), 2000, p. 16-18.

Além de analisar a situação em que se encontra o legislador – sobretudo, quando este é o intelectual – e de caracterizar a zona de sombra em que se produz o discurso parlamentar – entre a ciência e a política, a busca da verdade e a ação, o conhecimento e a possibilidade de transformação social -, Gilberto Freyre levanta outros pontos relevantes no que se refere ao objeto de estudo deste trabalho. Ele tem consciência do caráter persuasivo do discurso parlamentar e, por isso, aponta para a necessidade de se construir uma argumentação sólida. Reconhece, também, a natureza eminentemente dialógica deste tipo de discurso e domina a técnica parlamentar, o que o leva a enfrentar os pontos de vista alheios, a provocar apartes ao seu próprio pronunciamento e a valer-se das intervenções de seus pares para potencializar a fala que enuncia.

O sociólogo revela, ainda, que a retórica deve estar fundada no pensamento, pois, no parlamento, a “palavra que impressiona” não substitui o conhecimento do tema e a sua exposição feita de forma clara e lógica. Por fim, faz duas advertências extremamente pertinentes tendo-se em vista o contexto que as profere. A primeira diz respeito ao cuidado que se deve ter no sentido de evitar a implantação de modelos de interpretação que se revelam inadequados à análise do Brasil e de suas peculiaridades. A segunda está relacionada à questão da prova, da evidência no conhecimento histórico, algo que considera relevante, uma vez que admite haver aspectos que podem ser comprovados ou constatados. Alerta, porém, que a interpretação dos fatos feita pelos historiadores é sempre condicionada pelo “lugar” em que eles se encontram e que produz um determinado tipo de conhecimento.

### **1.3 O presente revisita o passado**

É freqüente a pergunta sobre a possibilidade de “reconstituir” o passado. A formulação de uma resposta adequada a essa indagação deve levar em conta que o passado é um “outro país”, na medida em que causa estranheza e opõe obstáculos a sua compreensão. O estudo de aspectos do passado brasileiro é um empreendimento de caráter parcialmente ficcional, uma vez que a ficcionalidade, segundo assinala Wolfgang Iser (1996), constitui um instrumento

mediante o qual o sujeito procura estabelecer um contato com realidades que estão para além do seu alcance, embora reconheça a impossibilidade de apreendê-las em sua totalidade. O fato de se estar ciente dessa ficcionalidade não implica que histórias das idéias não possam ser escritas, mas que devam ser concebidas sem a obsessão pela busca da “identidade nacional”, tendo como intuito principal a transposição dos limites do conhecimento e a elaboração de novas perguntas.

Muito já se afirmou que o Brasil é um país de paradoxos e que uma de suas maiores contradições é que, embora pareça se abrir para um fácil entendimento, quanto mais próximo se torna, mais complexo e rico em contrastes se revela<sup>34</sup>. Talvez seja possível delinear os caminhos que conduzem ao entendimento das ambigüidades da vida cotidiana brasileira. O primeiro passo a ser dado nessa direção consiste em não ignorar a existência desse paradoxo. Vale citar o poema “Hino Nacional”, de Carlos Drummond de Andrade<sup>35</sup>, publicado em 1934, que encena os esforços de constituição simbólica do Brasil, sempre desmedidos, tanto no longo processo de idealização de que o País foi objeto quanto na atitude de depreciação, também antiga, de que foi alvo:

Precisamos descobrir o Brasil!  
Escondido atrás das florestas,  
com água dos rios no meio,  
o Brasil está dormindo, coitado.  
Precisamos colonizar o Brasil.

O que faremos importando francesas  
muito louras, de pele macia,  
alemãs gordas, russas nostálgicas para  
*garçonettes* dos restaurantes noturnos.  
E virão sírias fidelíssimas.  
Não convém desprezar as japonesas...

---

<sup>34</sup> A obra *Bandeirantes e pioneiros*, na primeira edição, em 1954, apresentou as principais contradições que acompanham o brasileiro. O português nascido no Brasil, na verdade, era um brasileiro sem sentimento de “pertencimento”; era um ser contraditório, basicamente um ressentido, que reivindicava “o nascimento no reino”. Estudava em Coimbra para se fazer português; vivia no litoral, voltando-se, subjetivamente, para Portugal e para Paris e ficando de costas para o Brasil.; era um europeu fora de lugar. Em vez de trabalho regular, nada melhor do que uma sinecura, uma pensão vitalícia e o prazer do jogo, o que equivalia, simbolicamente, ao veio de ouro, à luta contra o destino. O bandeirante mantinha como princípio de organização social a autoridade, e as virtudes exigidas eram gratidão, fidelidade e valentia. O ponto central de Vianna Moog é caracterizar o bandeirante não apenas como traço exclusivo dos movimentos populacionais ocorridos no Brasil-Colônia, mas também como a natureza cultural do caráter nacional, que significa estilo predatório e instável. Há marcas que ficaram como que impressas no “inconsciente coletivo” no “caráter nacional” da civilização brasileira. O pioneiro, por sua vez, dá às costas à Europa e ao passado; este não o prende, não o subjuga, nem o aniquila. Ele preserva o passado ou o destrói, se for necessário; conserva o que deu certo, configurando o que o autor denomina como “conservadorismo pragmático”. Ver MOOG, 1974.

<sup>35</sup> Cf. ANDRADE, 2002, p.51-52.

Precisamos educar o Brasil.  
 Compraremos professores e livros,  
 assimilaremos finas culturas,  
 abriremos *dancings* e subvencionaremos as elites.

Cada brasileiro terá sua casa  
 com fogão e aquecedor elétricos, piscina,  
 salão para conferências científicas.  
 E cuidaremos do Estado Técnico.

Precisamos louvar o Brasil!  
 Não é só um país sem igual.  
 Nossas revoluções são bem maiores  
 do que quaisquer outras; nossos erros também.  
 E nossas virtudes? A terra das sublimes paixões...  
 os Amazonas inenarráveis... os incríveis João-Pessoas...

Precisamos adorar o Brasil!  
 Se bem que seja difícil caber tanto oceano e tanta solidão  
 no pobre coração já cheio de compromissos...  
 se bem que seja difícil compreender o que querem esses homens,  
 por que motivo eles se ajuntaram e qual a razão de seus sofrimentos.

Precisamos, precisamos esquecer o Brasil!  
 Tão majestoso, tão sem limites, tão despropositado,  
 ele quer repousar de nossos terríveis carinhos.  
 O Brasil não nos quer! Está farto de nós!  
 Nosso Brasil é no outro mundo. Este não é o Brasil.  
 Nenhum Brasil existe. E acaso existirão os brasileiros?

O poema fala não apenas do Brasil aprisionado entre dois paroxismos: a louvação<sup>36</sup>, que só vê beleza e virtudes nesse território, e o desprezo, que aponta a imensidão dos erros aí cometidos; também alude à heterogeneidade, à falta de uma identidade única ou de um conjunto de características comuns a todos os seus habitantes. Nos versos finais de “Hino Nacional” afirma-se, ainda, que o “Brasil” resiste a todas as tentativas de apreensão dessa essência que, embora tenha sido proclamada, revela não possuir. No poema de Drummond, a nação brasileira é, antes de mais nada, um problema de narração<sup>37</sup>. Assim, tudo leva a

<sup>36</sup> Quatro anos antes da criação desse poema, o Movimento de 1930 ampliou vários aspectos da modernização, que, além da alteração das estruturas econômicas e sociais, incluía uma profunda ação cultural, cujo propósito era injetar orgulho de seu país nos brasileiros mediante a descoberta e a promoção de potencialidades até então negligenciadas. Esse projeto levou à cooptação, por parte do Estado, de boa parte da geração modernista, incluindo o próprio poeta Carlos Drummond de Andrade.

<sup>37</sup> A figura ambivalente da nação é um problema de sua história, de sua indeterminação conceitual, de sua oscilação entre vocabulários. Narrar a nação sempre produz discursos que, apesar de prometerem uma inclusão total, são determinados, sobretudo, por exclusões. Assim, a localidade da cultura nacional não é unificada nem unitária em relação a si mesma e, por isso, engendra continuamente o “outro” no interior de um pretenso discurso homogêneo. Por decorrência, como toda a narrativa necessita apoiar-se numa seleção inicial de elementos, não pode pretender ser uma representação totalizante. Assim, revela-se tanto sua arbitrariedade quanto os interesses que lhe são subjacentes. Cf. BHABHA, 1990, p.1-7.

crer que nunca se chegará a uma definição conclusiva acerca da essência dos brasileiros - assim como não se pode saber quem são os franceses<sup>38</sup>, por exemplo, pois esse não é um problema *brasileiro*, mas uma questão teórica que vem acoplada à formação da sociedade moderna<sup>39</sup>. Tendo em vista a impossibilidade de reconstituição do passado e, ao mesmo tempo, a necessidade da construção de histórias das idéias, busca-se nos discursos parlamentares em questão não a identidade do Brasil na década de 1940, mas, sim, a teia de significados ambivalentes que povoaram o sistema de valores e o pensamento dessa época.

Via de regra, o discurso parlamentar não é regido unicamente pela lógica, visto que se volta sempre à reflexividade metadiscursiva. Nesses termos, o discurso fala sobre si próprio, além de abarcar os objetos que compõem o seu tema. Desse modo, a análise recai sobre o estudo do elemento *trópico*<sup>40</sup> contido nos discursos dos deputados. Considera-se que o trópico é o processo pelo qual todo discurso *constitui* os objetos que pretende abordar “realisticamente” e “objetivamente”. Isso quer dizer que um *tropo* pode ser o equivalente lingüístico de um mecanismo psicológico de defesa<sup>41</sup> (do mesmo modo que o recalque<sup>42</sup> se

<sup>38</sup> A dificuldade de se definir, por exemplo, o que é um francês, pois, segundo consta, nenhum cidadão francês sabe se é burgúndio, alano, taifale, visigodo; todo cidadão francês precisa ter esquecido São Bartolomeu, os massacres do sul no século XIII. Pode-se também mencionar um massacre mais recente e perturbador: o da Comuna de Paris. Por isso, para ser um cidadão francês, em 1882, exigia-se, antes de tudo, o esquecimento do massacre dos *communards*. Cf. ROCHA, 2003. p. 21.

<sup>39</sup> Sociedades modernas são sociedades complexas que a todos, homens e mulheres, operários manuais e trabalhadores intelectuais, crianças e velhos, portadores de necessidades especiais e supradotados, urbanistas e ruralistas, devem estender sua proteção médica e seu amparo social. Assim, cada sociedade, conforme sua ecologia, seu espaço-tempo e sua dinâmica cultural, prepara-se para atividades específicas, segundo diferentes capacidades individuais e tendo em vista diversos ambientes regionais. De todas essas diferenças a sociedade poderá beneficiar-se de modo também diferente, porém dentro daquela complementaridade que caracteriza as organizações constituídas por energias ao mesmo tempo diferentes e inter-relacionadas, ou inter-relacionáveis, tanto no espaço como no tempo. Cf. FREYRE, 2001. p.90.

<sup>40</sup> O autor explica que a palavra “trópico”, de *tropo*, deriva de *tropikos*, *tropos*, que, no grego clássico, significa “mudança de direção”, “desvio”, e na *koiné* “modo” ou “maneira”. Ingressa nas línguas indo-européias modernas por meio de *tropus*, que, em latim clássico, significava “metáfora” ou “figura de linguagem”, e no latim tardio, em especial quando aplicada à teoria da música, “tom” ou “compasso”. Todos esses sentidos, sedimentados na palavra *trope*, do inglês antigo, encerram a força do conceito expresso no inglês moderno pelo termo *style*, um conceito particularmente apropriado para o exame daquela forma de composição verbal que, a fim de diferenciá-la, de um lado, da demonstração lógica e, de outro, da pura ficção, chamamos pelo nome de “discurso”. Para retóricos, gramáticos e teóricos da linguagem, os tropos são desvios do uso literal, convencional ou “próprio” da linguagem, guinadas na locução que não são sancionadas pelo costume ou pela lógica. Os tropos geram figuras de linguagem ou pensamento mediante a variação do que “normalmente” se espera deles e por via das associações que estabelecem entre conceitos que habitualmente se supõe estarem ou não relacionados de maneiras diferentes da sugerida no tropo utilizado. Cf. WHITE, 2001. p.14.

<sup>41</sup> Defesa é o conjunto de operações cuja finalidade é reduzir, suprimir qualquer modificação suscetível de pôr em perigo a integridade e a constância do indivíduo biopsicológico. O ego, na medida em que se constitui como instância que encarna esta constância e que procura mantê-la, pode ser descrito como o que está em jogo nessas operações e como o agente delas. De um modo geral, a defesa incide sobre a excitação interna (pulsão) e, preferencialmente, sobre uma das representações (recordações, fantasias) a que está ligada, sobre uma situação capaz de desencadear essa excitação na medida em que é incompatível com este equilíbrio. Sinais da defesa podem, também, ser objeto dela. O processo defensivo especifica-se em

constitui num mecanismo de defesa contra a percepção da morte na psique). O *tropo* é sempre não apenas um desvio *de* um sentido possível, próprio, literal, mas, também, um desvio *em direção* a um outro sentido, a uma concepção ou ideal do que é correto e próprio e *verdadeiro* “em realidade”.

Neste estudo, examina-se o *trópico* como sendo a própria alma do discurso<sup>43</sup> parlamentar, o elemento sem o qual esse tipo particular de pronunciamento perderia o sentido e, assim, não alcançaria seu objetivo. O processo de construção do *tropo* é efetivado na medida em que a modalidade discursiva *constitui* o terreno onde se pode não só decidir *o que contará como um fato* na matéria em consideração, mas, também, determinar o *modo de compreensão* mais adequado ao entendimento do fato assim constituído. Por decorrência, o discurso parlamentar é um empreendimento *mediador* e, como tal, é, ao mesmo tempo, *pré-interpretativo* e *interpretativo*. Dessa forma, os pronunciamentos aqui examinados versam *sobre* a natureza da própria interpretação e *sobre* o tema que constitui a ocasião manifesta de sua própria elaboração.

Assim considerado, o emprego do *tropos* é um movimento que vai *de* uma noção sobre a maneira como as coisas estão relacionadas *para* outra noção e, simultaneamente, é uma conexão entre coisas de modo tal que possam ser expressas numa linguagem capaz de levar em conta a possibilidade de expressá-las de outra forma. O discurso é, então, o gênero em que predomina o esforço para adquirir tal direito de expressão, com crença total na probabilidade de narrar as coisas de outro modo. Com base no que foi exposto, percebe-se que um discurso se move “para cá e para lá”, entre as codificações recebidas da experiência e o elenco de fenômenos que não aceitam incorporar-se a noções

---

mecanismos de defesa mais ou menos integrados ao ego. A defesa toma muitas vezes um aspecto compulsivo e opera, pelo menos parcialmente, de forma inconsciente. Cf. LAPLANCHE, 2001. p. 107-109.

<sup>42</sup> O recalque é a operação pela qual o sujeito procura repelir ou manter no inconsciente representações (pensamentos, imagens, recordações) ligadas a uma pulsão. O recalque produz-se nos casos em que a satisfação de uma pulsão - suscetível de proporcionar prazer por si mesma - ameaçaria provocar desprazer relativamente a outras exigências. Cf. LAPLANCHE, 2001, p. 430-438.

<sup>43</sup> A etimologia da palavra “discurso”, derivada do latim *discurrere*, sugere um movimento “para a frente e para trás” ou um “deslocamento para cá e para lá”. Este movimento - mostra-nos a prática discursiva - pode ser tão pré-lógico ou antilógico quanto “dialético”. É dito muitas vezes que essa natureza dúplice do discurso é dialética. Porém, além de estar carregado de associações ideológicas de um tipo específico, o termo “dialético” sugere muitas vezes um sujeito transcendental ou ego narrativo que se coloca acima das interpretações conflitantes da realidade e serve de árbitro entre elas. O movimento antilógico teria o objetivo desconstruir uma conceituação de uma dada área de experiência que se tenha petrificado numa hipótese que impede percepção nova ou nega, no interesse da formalização, o que nossa vontade ou emoções nos dizem que não deve ser o caso num dado setor da vida. O movimento pré-lógico teria como propósito demarcar uma área da experiência para análise subsequente por um pensamento orientado pela lógica.



convencionalizadas de “realidade”, “verdade” ou “possibilidade”. Além disso, o discurso move-se “para a frente e para trás”, entre os meios de que necessita para codificar essa realidade, alguns dos quais podem ser fornecidos pela própria tradição discursiva hegemônica nos parlamentos, enquanto outros podem provir da fala do parlamentar, que está inserido num determinado meio social, possui certo tipo de formação e procura estabelecer sua autoridade, inclusive pelo vocabulário que emprega e pelos atributos implícitos nesse léxico.

A utilização do *tropos* neste trabalho busca tornar familiar o “estranho”, removendo-o do domínio das coisas não classificadas num ou noutro domínio da experiência e codificando-o de modo suficientemente adequado para que seja conhecido por meio de um processo que envolve a interpretação com base em associações. Além de efetuar a exploração das principais modalidades da figuração, esse processo atua com um padrão arquetípico, que constrói tropologicamente campos da experiência, os quais requerem a compreensão orientada pela seqüência de modos indicados como dados pela relação de tropos principais. Dessa forma, o “eu” narrativo do discurso movimenta-se da caracterização metafórica original de um domínio da experiência, passando pela desconstrução de alguns de seus elementos, pela representação das relações entre seus atributos superficiais e sua essência, até chegar, finalmente, à expressão de quaisquer contrastes ou oposições que possam ser legitimamente discernidos nas totalidades identificadas nas fases da representação discursiva<sup>44</sup>. Sugere-se aqui que o próprio discurso parlamentar, sendo um produto dos esforços da consciência para estabelecer um acordo com domínios problemáticos da experiência dos seus protagonistas, adquire um caráter de exemplaridade no que diz respeito às operações pelas quais a consciência, na práxis política, efetua tais acordos com o seu meio social.

Nesse sentido, busca-se na mitologização uma característica imanente à construção das linguagens da história, na medida em que essas linguagens

---

<sup>44</sup> O padrão de movimentos semelhante que subentende os esforços da consciência para “criar” um mundo adequado à satisfação das necessidades experimentadas pelos seres humanos em processos cognitivos pré-racionais. A exemplo de Rousseau, Hegel e Nietzsche, Vico (1979), também, via na “lógica poética” modos de cognição não apenas dos poetas, mas, igualmente, das crianças e dos povos primitivos. Contudo, nem Vico nem os outros pensadores mencionados confrontaram esses modos pré-figurativos de cognição com os modos racionais. Pelo contrário, todos eles consideram os tropos e figuras como o alicerce sobre o qual se erigiu o conhecimento racional do mundo; tanto é assim que o conhecimento racional ou científico era pouco mais que a verdade proporcionada pela reflexão nos modos pré-figurativos alçados ao nível de conceitos abstratos e submetidos à crítica quanto à consistência lógica, à coerência e assim por diante.

contêm, implicitamente, a impossibilidade de dissociação entre o denotativo e o prescritivo, ou seja, entre o “dato objetivo” e o valor/significado. A confiança no registro cronológico não isenta o historiador de interpretações míticas do seu material, pois a própria ordenação da cronologia em “classes de datas” pode revelar que a coerência do relato histórico é mitológica em sua essência. Disso decorre que o historiador se limita ao número de enredos que os mitos da tradição literária do Ocidente sancionam como modos adequados de conferir sentido aos processos humanos. Desse modo, torna-se claro que as filosofias da história, sendo suportes da construção teórica e, ao mesmo tempo, produtos de momentos históricos específicos, não podem transcendê-los nem transcender-se a si próprias, na medida em que os diferentes períodos geram, ao que tudo indica, modos peculiares e relativos de definir, de entender e de captar o processo histórico. Estabelece-se, pois, uma noção de relativismo cultural, o qual é incapaz de transcender-se e cujo eixo é definido pela temporalidade<sup>45</sup>.

As linguagens da história têm, portanto, uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa. As “histórias” combinam certa quantidade de “dados”, conceitos teóricos empregados para “explicá-los” e uma estrutura narrativa que os apresenta como um ícone de conjuntos de eventos, presumivelmente ocorridos em tempos passados. Soma-se a isso o fato de que os tempos passados carregam um conteúdo estrutural profundo, que é, em geral, poético e, especificamente, lingüístico em sua natureza, e que, além disso, assume o papel do paradigma pré-criticamente aceito daquilo que deve ser uma explicação eminentemente histórica. Essa postura pré-crítica, que, em última instância, determina os paradigmas que orientarão teoricamente a atividade do historiador, adquire um caráter relevante na medida em que tais paradigmas atuam como elemento “meta-histórico” em todos os trabalhos históricos caracterizados por sua amplitude<sup>46</sup>.

Nesse contexto, a história não é a disciplina cujo objeto é o passado das sociedades humanas, mas, sim, uma atividade que projeta diversos modos de presentificação do passado, por si inapreensível. Portanto, a história não possui um objeto invariável, imóvel e idêntico a si mesmo, o qual colocaria como único problema as formas de acesso que lhe são mais ou menos adequadas. Assim, a

---

<sup>45</sup> Cf. WHITE, 2001, p.39-78.

<sup>46</sup> Cf. WHITE, 1995. p.10-13.

história é percebida como atividade intelectual, uma elaboração mítica sobre algo *já sido*, considerando-se que o *sido* é um modo de ser do presente, plano em que, em geral, deve-se compreendê-la<sup>47</sup>.

Parte-se, então, do pressuposto de que não há eventos históricos reais, e, sim, eventos ideais, para refletir, especificamente, sobre o caso das idéias de modernidade que caracterizam a cultura política brasileira. Se aquilo que foi é um modo de ser do presente, não há propriamente um processo de descontinuidade, de ruptura e de negação. Mesmo assim, tal pressuposto é sustentado por diversas reinterpretações historiográficas mais recentes - expressas por concepções que tomam a modernidade<sup>48</sup> como referência implícita no ímpeto de modernização<sup>49</sup>. Essa é a base da proposta de superação de tudo aquilo que passa a simbolizar uma “tradição”<sup>50</sup> e ao qual o “moderno” se contrapõe<sup>51</sup>, por uma lógica de oposição que é apresentada como se lhe fosse intrínseca. De acordo com Centurião:

Neste caso, o conceito de tradição opera, ao nível das representações culturais, como realidade vivida, ou seja, como algo que teve existência concreta, que foi experimentado coletivamente, que remete a um tempo passado com sua realidade agora imutável, para sempre aderida a um modo de ser brasileiro. No entanto, o que se deseja é romper com esta aderência, com esta espécie de peso que, se não for removido, determinará para sempre as características gerais do povo brasileiro, anunciando um futuro petrificado no presente. Um futuro sem possibilidades. Mas, por outro lado, podemos examinar a construção cultural desse mesmo passado como algo sem existência real, ou seja,

<sup>47</sup> Ver DOSSE, 2003; DIEHL, 2002.

<sup>48</sup> A concepção de modernidade equivale àquela da criação de uma sociedade racional. Nesse caso, o termo “modernidade” pode significar uma particularidade do pensamento ocidental. No momento da sua mais forte identificação com a modernidade é que esse pensamento passa a idéia mais ampla de uma sociedade racional, na qual a razão comanda, além das atividades científicas e técnicas, os sistemas e as formas de governo adotadas pelos seres humanos tanto quanto a administração das coisas. Cf. TOURAINE, 1994. p.17-19.

<sup>49</sup> O conceito de “modernização” pode ser definido como um processo conduzido pelos princípios da modernidade e que se estabelece concretamente no âmbito das instituições, das pessoas, da economia, da tecnologia, enfim, dos ambientes humanos em geral. Tal caracterização leva a que se pense a modernização como um turbilhão num perpétuo estado *de vir-a-ser*. Cf. BERMAN, 1995. p.15-78.

<sup>50</sup> A tradição, por si, não está instalada no fato social. Deve-se considerar que a tradição, por si, não existe. Uma prática social não é tradicional em si, mas é tradicionalizada, dentro de um quadro de reinterpretação simbólica. A tradição é um atributo superposto, agregado de modo arbitrário a qualquer evento, desde que este esteja inscrito, como ocorre forçosamente, na temporalidade. É isso que se “presentifica”. Se não fosse assim, teríamos de admitir que o passado pode ser revivido. Contudo, o passado só existe enquanto presente, o que é um modo de não existir, só pode ser vivido ao modo do presente; assim, uma suposta “marca do passado” só pode ser um elemento do presente, portanto não do passado. No entanto, a reificação ou fundamentalização de práticas ou eventos pretéritos permite que o presente torne a condição de facticidade sem fundamento para, a partir daí, adquirir sentido. Ver CENTURIÃO, 1999.

<sup>51</sup> Os termos “arcaísmo” e “tradição” passaram a designar um estado de suspensão situado à margem do movimento da história. Não como um início, inscrito numa temporalidade transformadora, mas, sim, como uma espécie de lastro, de fardo atemporal e sempre idêntico a si mesmo, do qual é preciso se libertar.

como realidade concebida, configurando-se este último aspecto como a ideação, ou a fabricação de um passado ao qual o moderno possa opor-se, para extingui-lo. (1999, p. 11)

De certo modo, o propósito de determinadas interpretações históricas é construir o rompimento com o passado por meio de uma negação que elide aspectos indesejados. Desse modo, seria possível alcançar a visão do futuro como um campo de possibilidades, de acordo com a ótica das ideologias da modernidade contemporânea. Assim, substitui-se uma determinação oriunda de um passado indesejado por outra, que é imposta pela necessidade de constituir a modernidade brasileira. A identificação de tais determinações talvez permita ao historiador verificar as continuidades e/ou descontinuidades criadas artificialmente na temporalidade e na sucessão dos eventos por obra de certas versões da historiografia.

Em termos gerais, torna-se evidente o apelo negativo que a modernidade faz à tradição. Esta se constituiria num fator antimoderno, aspecto que justificaria sua exclusão do processo da modernidade. O conteúdo manifesto - o fenomênico - desse processo reside, precisamente, na exclusão de uma tradição presentificada, que, a rigor, não remete ao passado, estabelecendo, isto sim, a reflexão do presente sobre si mesmo. A negação, ao ser invocada, passa a vigorar como afirmação num outro nível. É preciso ter em mente que, no âmbito da consciência reflexiva, o novo, para construir-se como tal, para autodefinir-se como entidade axiológica, necessita configurar um inimigo que forme consigo um par antitético, uma polarização - tradicional *versus* moderno. Se essa negação não existe de modo real, como se pode concluir quando se imagina o processo da história como continuidade cumulativa, sem rupturas, então, torna-se uma condição básica a sua criação ficcional, que é um produto da subjetividade presa no círculo do solipsismo cultural "epocal". É como se cada período compartilhasse uma certa subjetividade coletiva - um espírito da época, por assim dizer -, por meio da qual se encerraria dentro de um círculo de auto-reflexão que lhe impediria o acesso à exterioridade.

Assentada sobre essa elaboração imaginária, desenvolveu-se uma concepção normativa de democracia no Brasil, que passou a ser vista como o *locus*, por excelência, para a elaboração de um novo modelo formador de

relações sociais. Por sua vez, tal modelo, segundo essa lógica, conduziria naturalmente à concretização do ideal projetado: a conquista da modernidade mais avançada. Através das lentes da modernidade, a organização política brasileira seria percebida como um processo de superação gradativa de um estado original, caracterizado, imaginariamente, pela falta e pela negatividade.

Tendo em vista esse fenômeno, cabe retomar as narrativas inspiradas nos ideais da modernidade que circularam no Brasil, nas primeiras décadas do século XX. Assim, posteriormente, será possível verificar mediante a análise dos discursos dos deputados Dyonelio Machado e Raul Pilla – e, particularmente, mediante o exame da forma pelo qual ambos articulam as noções de passado, presente e futuro em relação à Nação -, se esses parlamentares aderem à lógica segundo a qual o Brasil deveria “acertar o passo” com os países desenvolvidos.

#### **1.4 O cenário e os protagonistas do debate**

Nas décadas de 1920, 1930 e 1940, as idéias que estavam em voga no País, e que tinham ampla aceitação, eram aquelas que seguiam à risca o método racista de interpretar povos e nações, culturas e civilizações. Essas teses explicavam os resultados dos processos históricos sem levar em conta os seguintes aspectos: a orografia, a hidrografia, o clima, o relevo geográfico, as características culturais, os antecedentes históricos e as condições ecológicas. Outra concepção hegemônica no Brasil nas primeiras décadas do século XX é a de que a humanidade e as suas criações - ciência, progresso, artes, religiões, filosofias, culturas - decorriam dos fatores geográficos.

A par dessas teses, todavia, circulavam no País nesse momento interpretações segundo as quais os fatores geofísicos - a orografia, a potamografia, a geologia, o clima -, embora tivessem influência sobre a trajetória das civilizações, não poderiam determiná-las totalmente. A discussão em pauta, até os decênios de 1940 e 1950, no Brasil e em vários países do mundo, tinha como eixos algumas indagações, a saber: seria a história universal um mero prolongamento da natureza, uma conseqüência da geografia, ou o resultado da conjunção de outros fatores?; seria a história universal progresso indefinido, como

queria Spencer, simples marcha dos povos - partindo do estado teológico para chegar ao estado positivo, por meio do estado metafísico -, como assegurava Comte, tese, antítese e síntese, como sustentava Hegel, ou, ainda, relação entre estrutura e superestrutura, como defendiam os marxistas?

As explicações de cunho racial concebiam o progresso norte-americano como obra da superioridade dos anglo-saxões sobre os portugueses. Por detrás da tese da superioridade de uma “raça” sobre outras, estava implícita a idéia de que a mestiçagem seria a origem de vários problemas, reconhecidos nos traços *brasileiros* do Brasil. Essa concepção – decorrente, em certa medida, da separação que se promove, no plano metodológico, entre *sociedade* e *nação* -, apresenta um Brasil, invariavelmente, construído por faltas e carências, quando comparado aos Estados Unidos. Nas análises tradicionais sobre a nação, o foco analítico é o Brasil institucional do futuro, que se tem de construir tomando como base os princípios universalistas do Estado nacional, especialmente aqueles que “faltariam” ao País. Nas análises tradicionais da sociedade, por sua vez, a atenção recai sobre o Brasil “tradicional” de “hábitos e costumes”, que dizem o que foram ou o que seriam os brasileiros<sup>52</sup>.

A tese de que as raças nascem desiguais e assim permanecem em inteligência, valor e capacidade de criar e absorver cultura, independentemente das condições do clima, do meio físico, dos antecedentes sociais e do período histórico, explicava não somente o problema dos contrastes entre Brasil e EUA, mas também as diferenças que afastavam esses países da Argentina ou do México. Em suma, todas as complexas diferenças entre as civilizações, incluindo-se aí o conjunto de incógnitas - geográficas, políticas, sociais, culturais e econômicas - que possivelmente as tivessem engendrado, eram explicadas e legitimadas pela doutrina racial. Sobre essa doutrina, Vianna Moog registra que

nem mesmo as teorias de Alexis de Tocqueville [autor da obra *De la démocratie en Amérique*], que tanta aceitação tiveram no século passado e tanto contribuíram para transformar as constituições latino-

---

<sup>52</sup> Nesse contexto, a obra de Vianna Moog (1974) dá prosseguimento - e, ao mesmo tempo, serve de parâmetro - às consistentes interpretações do Brasil efetuadas por textos consagrados da historiografia, tais como: *Retratos do Brasil* (1928) de Paulo Prado; *Casa-grande & senzala* (1933), de Gilberto Freire; *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda; *Capitalismo, autoritarismo e campesinato* (1976), de Gilberto Velho; *Carnavais, malandros e heróis* (1979), de Roberto DaMatta e, também, *Bases do autoritarismo brasileiro* (1988), de Simon Schwartzman.

americanas em verdadeiras paráfrases da Constituição Americana, com atribuir a causas primordialmente políticas e institucionais as preeminências da civilização norte-americana sobre as demais do continente, gozaram de tal prestígio.(1974, p. 2)

Havia resistências em aceitar que os princípios democráticos da Constituição americana fossem a causa primordial e exclusiva do progresso dos Estados Unidos. O mito da superioridade racial era sustentado pela autoridade de quem fazia o uso da palavra<sup>53</sup>. Acreditava-se nesse *poder simbólico* de criar realidades a ponto de não se exigir prova alguma - nem biológica, nem sociológica, nem antropológica, nem histórica - da superioridade de uma “raça” sobre a outra. Em caso de dúvidas em relação aos grandes dilemas surgidos nas comparações então realizadas entre os diferentes sistemas políticos dos países, bastava, para dirimi-las, invocar a autoridade incontestável de intelectuais, tais como Housto Stewart Chamberlain, autor do célebre *Foundation of the nineteenth century*, Conde de Gobineau, com o seu ainda mais célebre *Essai sur l'inégalité des races humaines*. Os discípulos de Gobineau rapidamente se espalharam pelo mundo. Se, nos Estados Unidos, eles constituíam uma legião, na América Latina primavam pelo preparo intelectual dos membros do grupo<sup>54</sup>.

A reação contra os postulados da pureza étnica e da superioridade racial começou no Brasil ainda no início do século XX, com a contribuição dos estudos antropológicos de Nina Rodrigues, por exemplo, os quais questionaram a possibilidade de se explicar os fenômenos sociais e as diferenças de nível entre as culturas dos diversos países recorrendo ao fator racial. Coube, porém, a ensaístas como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Roquette Pinto, Artur Ramos e Gilberto Amado o mérito da crítica às doutrinas etnocêntricas, pela transferência dos estudos sociais, do contexto das diferenças raciais, para o âmbito cultural, como de resto já vinha sendo feito, desde há muito nos centros mais avançados de investigação científica.

---

<sup>53</sup> A teoria vigente era a da desigualdade das raças e da superioridade congênita do dolicocefalo louro de olhos azuis sobre os demais humanos. Esta era quase a doutrina oficial, uma vez que até ministros de Estado dela compartilhavam. De fato, ainda em 1897, Joaquim Murinho, no seu famoso relatório do Ministério da Indústria, com o qual conquistaria a pasta da Fazenda, acautelava o governo contra qualquer excesso de otimismo em relação às possibilidades industriais do Brasil. Ele considerava que os americanos possuíam “aptidões superiores de sua raça, força que representa o papel principal no progresso industrial desse grande povo”. Ele questionava como seria possível o “jabuti acompanhar o vôo da águia?”. Cf. MOOG, 1974, p. 13.

<sup>54</sup> Na Argentina, foi o racismo uma das principais fontes de inspiração da obra sociológica e política de Sarmiento e de Juan Bautista Alberdi. Cf. MOOG, 1974, p. 46.

Muitas das análises produzidas sobre o Brasil propunham um programa político cuja meta era inaugurar no País um processo de modernização e tinham em comum o fato de se interrogarem sobre o momento e o modo como se atingiria essa condição. Raros foram os estudos que procuraram superar a dicotomia *modernidade* e *tradição*, e desviar-se, assim, da abordagem que considerava a modernidade exclusivamente do ponto de vista institucional e econômico, valendo-se da comparação entre Brasil e Estados Unidos para apontar pretensas faltas daquele país em relação a este. Portanto, do ponto de vista teórico-metodológico, poucos foram os trabalhos que buscaram conferir à comparação entre Brasil e Estados Unidos outro sentido: o de evidenciar, nas diferenças entre as duas civilizações, mais precisamente nas particularidades da primeira, não pretensos sinais do seu “atraso” ou de sua modernidade “incompleta”.

Na verdade, antes de 1922, a maioria dos intelectuais, ao examinar a realidade, acabava se posicionando em defesa do Brasil ou desprezando-o por ser como era. Houve, até mesmo, intelectuais do porte de José Bonifácio, Tavares Bastos, Rui Barbosa, Euclides da Cunha, Oliveira Lima, Barão do Rio Branco, Capistrano de Abreu, Alberto Torres, Graça Aranha e Monteiro Lobato, para citar somente os mais conhecidos, que estavam realmente determinados a chamar a atenção para os aspectos particulares do Brasil em sua condição de civilização tropical<sup>55</sup>. Alguns deles encobriam os aspectos críticos do País, para apresentar a realidade tal como a desejavam, isto é, um Brasil para consumo de ufanistas; outros viam como elementos negativos todos os traços que distanciavam o País das nações tidas como “desenvolvidas” e, assim, entregavam-se ao pessimismo. No Brasil, as manifestações de imaturidade que se expressavam nas atitudes de menosprezo pelas particularidades nacionais e de supervalorização da Europa começaram a entrar em declínio, de um modo geral, na Conjuração Mineira e, mesmo, bem antes dela, durante os conflitos sociais que reivindicavam a afirmação e a integração do brasileiro no meio em que vivia. Esse declínio se acentuou gradativamente a partir do modernismo,

---

<sup>55</sup> Rui Barbosa, por exemplo, passou toda a vida, tanto no Império como na República, “brigando” com o Brasil, porque, no Império, tendo instituições inglesas, não era como a Inglaterra e, na República, tendo uma constituição inspirada na Constituição americana, não era como os Estados Unidos. O barão do Rio Branco, depois de passar vinte anos sem visitar o Brasil, não consentia que se admitissem negros ou mulatos no Itamarati, porque acreditava que era preciso que o estrangeiro não julgasse o Brasil um país de mestiços. Cf. MOOG, 1974, p. 235.



contudo a renovação que então se pretendia instaurar não seguiu um movimento linear, pois apresentou-se repleta de hesitações, como demonstra Moog:

Houve uma primeira tomada de consciência da realidade nacional, um desejo coletivo de acertar com as incógnitas do nosso destino. Entramos, então, numa fase tipicamente socrática de busca de nós mesmos, fase em que, tateando, coleando, negaceando, experimentando, acertando pouco, errando muito, ora a guinar para a direita ora para a esquerda, ora avançando para uma organização estatal de tipo orgânico e responsável, ora regredindo para uma de tipo ditatorial inconscientemente inspirada no modelo da bandeira, ainda hoje nos encontramos e provavelmente nos manteremos até que apareça a resultante perfeita do nosso paralelograma de forças. (1974, p.242)

Com o movimento modernista, sobreveio uma significativa mudança: o País passou da auto-exaltação ufanista e da autoflagelação crítica para o período socrático da auto-análise. O Brasil já aceitava a si próprio tal como era, o que consistia num passo importante, pois, como bem acentuam os estudos psicanalíticos, não se pode mudar aquilo que não se aceita. Perseguindo o propósito de aceitar o Brasil para entendê-lo, várias gerações de intelectuais têm apresentado como questão fundamental para essa autocompreensão o problema relativo à construção da nacionalidade.

Antes de 1922 e durante esse período houve tentativas – de êxito questionável –, por parte da inteligência brasileira, de vencer a marca de origem: o fato de o País ter-se constituído como *ser* nacional por meio do *olhar estrangeiro*, aquele que os viajantes dirigiam ao Novo Mundo ao longo do século XIX. Lúcia Lippi Oliveira relata a respeito:

A literatura romântica procurou constituir uma especificidade do ser nacional tomando como eixo central o índio, ainda que idealizado, mas essa construção simbólica fora questionada no final do século XIX. Uma tentativa de vencer o peso do *olhar estrangeiro*, nos anos 1920, esteve veiculada ao combate à imitação, à cópia. Acreditava-se que um dos maiores problemas era o brasileiro viver expatriado em sua própria terra, estar de costas para o país, sonhando viver ou morrer em Paris. Assim, a missão do intelectual era vencer a percepção de sua realidade como exótica, ou seja, vencer o olhar estrangeiro que informava a visão de si próprio. (2000, p. 139)

Os intelectuais atribuíam-se, então, a missão de salvar o País, reivindicando para si a função de conscientizadores da sociedade. E o instrumento básico para atingir essa meta era articular uma idéia de nação que pudesse se contrapor ao localismo e se sobrepor aos interesses particulares de grupos e classes, além de ser capaz de apressar o encontro de tempos históricos distintos. Havia um pensamento social brasileiro que reproduzia a “arqueologia da ausência”<sup>56</sup>, segundo o qual o País deveria passar, por meio da repetição, pelo processo de modernidade já trilhado pelos países da Europa<sup>57</sup>. Esse pensamento era sustentado por uma forte crença na dicotomia moderna: país atrasado *versus* país adiantado<sup>58</sup>.

O Estado Novo (1937-1945), ao almejar ser “novo” e “nacional”, empregou a tática de atrair a modernização e conjugá-la à tradição, construindo uma doutrina que cooptou os intelectuais. Esses construíram a representação de uma sociedade frágil - que carecia de um Estado forte, tutor -, portanto de uma sociedade órfã de pai, que necessitava de um guia para ser conduzida<sup>59</sup>. Sendo analfabeto, imaturo, inconsciente, o povo precisaria, pois, da intervenção do Estado para salvá-lo. O Estado Novo mantinha um aparato policial com uma dinâmica interna e externa que não era apenas parte integrante da dinâmica

---

<sup>56</sup> A arqueologia da ausência consiste numa avaliação dos intelectuais que se baseia na identificação da ausência deste ou daquele elemento, ao invés da análise dos fatores que efetivamente definem o produto estudado. Cf. ROCHA, 2003, p.220.

<sup>57</sup> As ditaduras instaladas em vários países a partir das da década de 1930 procuravam manter a tradição por meio da ação política em torno da construção da identidade nacional. Nesse sentido, tanto o nazismo como o fascismo pretenderam intervir na temporalidade freando a velocidade do mundo. As revoluções modernas instauram a *ditadura do movimento*, colocam em prática a idéia política de *nações em marcha*. Assim, a velocidade afirmou-se como idéia pura e sem conteúdo, como puro valor, que ameaça ultrapassar até mesmo o valor do capital. Desse modo, a velocidade passa a dividir a humanidade em *povos esperançosos* (os que a capitalizam o suficiente para continuarem projetando-a infinitamente) e *povos desesperançosos* (imobilizados pela inferioridade de seus veículos técnicos, vivendo e subsistindo num mundo finito). Tornando-se a referência, a velocidade transforma-se na “esperança do Ocidente” - esperança na supremacia, evidentemente, consubstanciada no veículo, isto é, no vetor tecnológico. Ocorre uma mudança de estado, um transporte, na medida em que se habita um não-lugar. Deslocamento e projeção são noções que começaram a se precipitar para configurar a descoberta desse não-lugar como um novo território da velocidade; mais ainda, para determinar como uma “aristocracia da velocidade” nele se constituiu visando dominar o espaço. Assim como Marx concebera a riqueza como equivalente geral a partir do advento do capitalismo, Virilio vai considerar a velocidade como valor a partir do advento da revolução técnica e de sua conexão com a revolução política. Nesse sentido, se a lógica da riqueza se expressa numa economia política, a lógica da corrida se explicita numa concepção teórica capaz de articular velocidade e política. De fato, o valor estratégico do não-lugar da velocidade suplantou definitivamente o do lugar, e a questão da posse do tempo renovou a da posse territorial. Assim, a guerra e a política não são mais travadas pelo controle e ocupação do espaço, mas pelo domínio do e no tempo. Cf. VIRILIO, 1996.

<sup>58</sup> O deslocamento da direita para a esquerda da “questão nacional”, que, segundo consta, foi a mais relevante transformação no campo político-ideológico. Cf. OLIVEIRA, 2000, p. 140.

<sup>59</sup> Diferentes instrumentos de educação coletiva foram criados ou desenvolvidos, visando educar o povo, promover o ensino de bons hábitos. O rádio, o cinema pedagógico, o esporte e a música popular convergiam nessa mesma direção com o intuito de integrar os indivíduos no novo Estado nacional. Cf. VELLOSO, 1997, p.57-74.

social. Na verdade, a polícia constituía-se em elemento fundamental para a manutenção do poder, para a ação do Estado totalitário e do processo por este empreendido no sentido de legitimar a violência e seus respectivos instrumentos.

Assim, no período situado entre 1937 e 1945, existia um conjunto muito bem articulado de idéias, cujas matrizes comuns buscavam uma resposta à sociedade de massas e ao homem fragmentado, por meio de um projeto político totalitário. Havia, então, o projeto político de um Estado que se auto-impunha a tarefa de promover a inovação moral e política de toda a sociedade por intermédio de um aparato ideológico repressivo. Nesses termos, o projeto político que se tornou hegemônico e popularmente aceito pós-30 primava pela busca de uma identidade nacional que impressionasse o homem de seu tempo – a ser transformado em espectador -, valendo-se, para isso, da manipulação dos sentimentos, das paixões e da aposta na brutalidade do totalitarismo como forma de impulsão das massas e de manutenção de poder<sup>60</sup>.

Cancelli enfatiza que, em 1937, a decretação do Estado Novo desencadeou um processo histórico matizado por determinado projeto político:

a prisão torna-se um campo de segregação para a ação do regime e da polícia, onde os homens são gerenciados no sentido de demover o cidadão de suas condições humana e jurídica; a falta de princípios policiais garante a eficácia do poder; a polícia se produz e reproduz como o grande agente de instabilidade social; a população participa do sonho totalitário; passa a existir um padrão totalitário independente; criam-se clichês; a criação de inimigos objetivos justifica as medidas repressivas e a centralização do aparato policial; aprofundam-se preconceitos e hostilidades aos estrangeiros e seus descendentes, quebrando-se o mito da aceitação nacional em relação a outras nacionalidades; e a ação do Estado modifica a noção de cidadania que a sociedade pudesse ter construído até aquele momento. (1993, p.5)

Além disso, como decorrência de uma ação política do governo dos Estados Unidos desenvolvida durante a Segunda Guerra, assistiu-se à penetração cultural norte-americana na América Latina e no Brasil<sup>61</sup>. Nesse

---

<sup>60</sup> Ver CANCELLI, 1993.

<sup>61</sup> Pode-se encontrar o resultado do trabalho desenvolvido pelo Birô Interamericano, sob direção de Nelson Rockefeller, na preparação do esforço de guerra, coordenando agências estatais e privadas, mobilizando a comunidade norte-americana de negócios no reforço da solidariedade hemisférica. Esse trabalho contou com a colaboração direta do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e de autoridades do governo brasileiro. A assessoria de imprensa do Birô cuidou da transmissão de notícias de guerra, da divulgação do

período, houve uma redefinição de grupos e correntes ideológicas que, desde o início da década de 1930, haviam se dividido entre direita e esquerda no mundo. Contribuiu para essa reestruturação<sup>62</sup> a aliança entre os Estados Unidos e a União Soviética no combate ao nazismo. No Brasil, perdeu força a dicotomia expressa pela existência de dois grupos: a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL). De acordo com Oliveira:

No final do Estado Novo, ou melhor, nos dias finais da Segunda Guerra Mundial, reedita-se no Brasil a crença de que existe um espírito ou consciência de geração que pode e precisa ser notada. A idéia ressurgiu em 1944 e em 1945, em obras como *Testamento de uma geração*, inquérito organizado por Edgard Cavalheiro, e *Plataforma da Nova Geração*, organizado por Mario Neme, ambos editados pela Livraria Globo de Porto Alegre. A situação de incerteza, similar àquela vivenciada após a guerra de 1914-1918, faz nascer o interesse de recuperar o testamento espiritual das gerações. A morte de Mário de Andrade, pai espiritual de numerosos intelectuais do modernismo, em 1945, acentua essa necessidade. (2000, p. 142)

Um dos desdobramentos da ditadura Vargas no Rio Grande do Sul foi o exílio de Flores da Cunha, governador do estado para o Uruguai, o que ocorreu em 17 de outubro de 1937. A medida, de certo modo, marcou a antecipação do que haveria de acontecer a partir de 10 de novembro em todo o País, quando governadores, deputados, vereadores e prefeitos municipais teriam seus mandatos cassados. Entre 10 de novembro de 1937 e 10 de março de 1947, em razão das medidas cerceadoras adotadas pelo Estado Novo, a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul foi desativada. Nesse período, o estado do Rio Grande do Sul foi administrado por seis interventores, todos nomeados pelo presidente da República, que se revezaram no governo: Daltro Filho, Maurício Cardoso, Cordeiro de Farias, Ernesto Dorneles, Samuel Figueiredo Filho e Cilon

---

sacrifício dos americanos nos campos de batalha, bem como da divulgação do Brasil nos EUA. Foi também o Birô que patrocinou a visita de astros e estrelas de Hollywood à América Latina e ao Brasil; também na visita que fez ao país Walt Disney em 1941, a produção do desenho *Aiô, amigos!* e o nascimento do “Zé Carioca”. Além disso, faz parte desse intercâmbio cultural a ida de Carmem Miranda para os EUA. Em 1932, Villa-Lobos levou o canto orfeônico às escolas públicas do então Distrito Federal. O samba e o carnaval seriam assumidos, também, como básicos para levar adiante os propósitos de viabilizar a idéia de “boa vizinhança” entre EUA e Brasil. Ver MOURA, 1984.

<sup>62</sup> A eclosão da Guerra Civil espanhola, em 1936, produziu um impacto dramático pelo significado que a “Cidade Luz” tinha para a intelectualidade ocidental. Muitos estrangeiros que estavam exilados em Paris tiveram de mudar de destino, e diversos franceses passaram à condição de refugiados na Inglaterra e nos EUA.

Rosa. Esses interventores, por sua vez, nomearam todos os prefeitos dos municípios do estado do Rio Grande do Sul no período.

A partir de 1942, as forças políticas brasileiras passaram a reivindicar as liberdades suprimidas pelo Estado Novo desde 1937<sup>63</sup>. Desse modo, assim como no plano internacional as alianças se construíram contra a Alemanha e a Itália, na sociedade brasileira, formou-se uma coalizão que, opondo-se aos partidários do Estado Novo, permitiu a reunião, num mesmo leque de alianças de liberais, democratas, socialistas e comunistas<sup>64</sup>. Os últimos haviam sido perseguidos e desarticulados após o levante da ANL, em 1935, e durante todo o período do Estado Novo<sup>65</sup>.

Aspectos da dinâmica das conjunturas nacional e internacional colaboraram para pôr fim ao “Estado Novo”. A partir de 1945 - instaurada a nova situação internacional com a derrota do eixo nazi-fascista, para a qual concorreu a participação da Força Expedicionária Brasileira -, ficou difícil a sustentação dos detentores do poder nacional. Ao que parece, havia um clamor pela adoção de governos “democráticos”, inspirados naqueles que então vigoravam nos países que haviam conquistado a vitória na guerra, especialmente os Estados Unidos, a Inglaterra e a França. Outro fator que merece destaque foi a implementação de políticas protecionistas de alcance social por parte do Estado soviético, as quais

---

<sup>63</sup> Grande parte dos trabalhos sobre os fundamentos do Estado totalitário concentram-se, de uma maneira geral, na questão sindical, na legislação trabalhista e de caráter corporativo e nos aspectos de perseguição política que culminaram com o fechamento da ANL, o esfacelamento do PCB e o fim dos partidos políticos para, então, chegar à decretação do Estado Novo. Exceção fica por conta dos estudos de Alcir Lenharo, Lúcia Lippi, Ângela de Castro Gomes, Mônica Pimenta Velloso, Michael Hall, Paulo Sérgio Pinheiro, Stella Bresciani e Elizabeth Cancelli. As referências ao período raramente recuperam a política de concepção e de ação totalitária, no circuito das táticas repressivas. Na verdade, eram realizadas de uma maneira muito mais adjetiva do que analítica, deixando uma lacuna considerável à compreensão destas estratégias de repressão e de seus significados e desdobramentos políticos. Daí, as generalizações e a impressão, sempre latente, de que o corpo repressivo do Estado existia com o único intuito de abafar a voz do Partido Comunista. O que houve foi a presença das multidões nas grandes cidades e o caráter de massa que passava a ser dado à população como um todo, ou o projeto político de um Estado que se auto-impõe a tarefa de promover a inovação moral e política de toda a sociedade sob os contornos ideológicos totalitários. Ver CANCELLI, 1993.

<sup>64</sup> Cf. CAVALCANTE, 1986.

<sup>65</sup> No cenário nacional um dos grupos do PCB que permanece ativo, apesar da conjuntura desfavorável, é o núcleo da Bahia, composto por figuras expressivas, como Alberto Passos Guimarães, Moisés Vinhas, Armênio Guedes, Maurício Grabois, Jorge Amado, Jacob Gorender, Giocondo Dias, entre outros. Na oportunidade, Jorge Amado conseguiu o apoio do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (Deip) para dar uma demonstração pública de apoio ao esforço de guerra desencadeado pelo governo brasileiro. O Deip era dirigido por um intelectual, Jorge Calmon. A autora nota que existia uma tentativa de organização de movimentos de massa, participação dos intelectuais na vida política e ligações “incestuosas” entre comunistas e figuras do Estado Novo. Na definição da linha política a ser adotada pelos comunistas insere-se a questão da posição que tiveram perante o regime de Vargas. Resistências e discordâncias aparecem ante a política adotada pelo PCB na Conferência da Mantiqueira, em maio de 1943, de apoio incondicional a Getúlio. Muitos defendem a luta democrática como principal alvo e, portanto, de aproximação com as forças de oposição ao regime, como é o caso da UDN. Essa cisão marca a atuação de intelectuais comunistas, como Caio Prado Jr., Alberto Passos Guimarães e Astrogildo Pereira, nas lutas da época. Ver CAVALCANTE, 1986.

angariaram a simpatia dos movimentos sindicais da Europa e da América, que passaram a pressionar os governos de seus países.

A queda de Vargas, entretanto, não foi obra de uma conspiração externa; decorreu, sobretudo, do resultado de um jogo político complexo<sup>66</sup>. A rigor, não houve propriamente uma deposição<sup>67</sup>. Forçado, Vargas renunciou ao poder fazendo uma declaração pública de que concordara com a sua saída. Não chegou a ser exilado do País, pois pôde retirar-se para São Borja, sua cidade natal. A transição entre os dois regimes dependeu de uma iniciativa militar protagonizada pelo general Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra durante o Estado Novo. Nesse contexto, a transição para o regime democrático não representou uma ruptura com o passado, mas uma mudança de rumos, mantendo-se no governo as relações de poder já consolidadas entre as forças políticas que exerciam a hegemonia naquele momento<sup>68</sup>.

Getúlio Vargas deixou o governo em 19 de outubro de 1945. Em 2 de dezembro do mesmo ano, foi eleito para a Presidência o general Dutra e foram escolhidos os deputados federais, cuja tarefa era a elaboração de uma nova Constituição para o País. A Carta constitucional foi apresentada pelos constituintes no ano seguinte, em 18 de setembro. A partir de janeiro de 1947, as unidades da Federação passariam, então, a eleger seus governadores e os

---

<sup>66</sup> Ver SKIDMORE, 1969); FAUSTO, 1995).

<sup>67</sup> Não faltou, também, um fator desencadeante. Em 25 de outubro, o chefe do governo realizou uma manobra errada ao afastar João Alberto do cargo estratégico de chefe da polícia do Distrito Federal, tanto mais que o substituto era um irmão do presidente - o "truculento" Benjamin Vargas, mais conhecido como "Beijo". A partir daí, o general Góis Monteiro, ministro da Guerra - uma figura importante na Revolução de 1930 que levara Getúlio ao poder - teria papel decisivo na deposição de Vargas ao mobilizar as tropas do Distrito Federal para forçá-lo a renunciar.

<sup>68</sup> Após a queda de Vargas, os militares e a oposição liberal, com a concordância dos candidatos do PSD e da UDN à presidência da República, decidiram entregar o poder transitoriamente ao presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. Ficou mantido o calendário que previa eleições para 2 de dezembro. Linhares revogou o decreto-lei antitruste e começou a reprimir os comunistas, mandando invadir algumas sedes do PCB. Ao mesmo tempo, foram nomeados novos interventores nos estados e substituídos alguns prefeitos.

constituintes estaduais<sup>69</sup>, cabendo a estes “adaptar” o texto constitucional federal às situações locais<sup>70</sup>.

A terceira Constituição Republicana Rio-Grandense<sup>71</sup> ficou a cargo da Assembléia Constituinte instalada no estado do Rio Grande do Sul em 10 de abril de 1947<sup>72</sup>. Os assuntos pautados nos debates em Plenário - e as circunstâncias em que ocorreram -, nos primeiros quatro meses dos trabalhos constituintes foram: o sistema de governo parlamentarista, que veio a ser instituído na Carta Constitucional do Rio Grande do Sul, contrariando o sistema de governo aprovado um ano antes na Constituição Federal<sup>73</sup> e que teria influenciado, ao que tudo

<sup>69</sup> Ver nos anexos informações sobre a eleição dos constituintes no Rio Grande do Sul. Das 55 vagas, 23 foram ocupadas pelo PTB; 16, pelo PSD; 5, pelo PL; 4, pela UDN; 4, pelo PRP e o PCB ocupou 3 cadeiras. O PSP e a Esquerda Democrática não atingiram o quociente eleitoral e, por isso, não constituíram bancada. O quociente naquele pleito foi de 10.068 votos; o PTB fez 171.605 votos; o PSD, 170.736; PL, 54.832; UDN, 47.280; PRP, 46.783; PCB, 32.005; PSP, 2.727; ED, 2.543. Pode parecer estranho que a legenda do PTB, que obteve apenas 869 votos a mais do que a do PSD, tenha, em razão disso, conseguido sete deputados a mais. Esse fato tem uma explicação de natureza jurídica e de manobra política se levarmos em consideração que houve a aplicação de uma fórmula pela Justiça Eleitoral, denominada “processo de distribuição de sobras” que buscava beneficiar - em todo o Brasil - o partido oficial, no caso, o PSD. O Rio Grande do Sul, nesse caso, constituiu-se em exceção porque o PTB conseguiu beneficiar-se desse critério.

<sup>70</sup> Foram consultados os seis volumes dos *Anais da Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul*, a bibliografia especializada e os jornais da época. Em 1947 o fato, talvez, que tenha maior significado político eleitoral foi o crescimento do PTB, que, em apenas um ano e um mês e meio após 1945, elegeu a mais numerosa bancada para a Constituinte no Rio Grande do Sul e, com isso, tornou-se o maior partido do estado. Possivelmente, tenha contribuído para isso o afastamento de Getúlio Vargas do governo Dutra e do PSD e seu envolvimento maior com o PTB. Na eleição para governador do estado, três foram os candidatos: Walter Jobim (PSD), que teve apoio do PCB e PRP; Alberto Pasqualini (PTB) e Décio Martins Costa, pela coligação PL- UDN. Venceu Walter Jobim pela escassa diferença de 20.000 votos em relação ao segundo colocado, no caso, Pasqualini, que fez 209.164; Décio atingiu a marca de 105.062. Ver, também, DUARTE, 2003.

<sup>71</sup> No Rio Grande do Sul a disputa para os cargos federais (Presidência, Senado e Câmara de Deputados) aconteceu da seguinte forma. O Bloco PSD e PTB apoiou Dutra para a presidência; a UDN e o PL ficaram com a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes; o PCB, com Yeddo Fiúza e Mário Rolim Telles teve a sua candidatura apoiada pelo PAN. O general Dutra venceu a eleição obtendo 447.517 votos, contra 110.444 de Eduardo Gomes; o PCB atingiu o patamar de 50.200 votos e o candidato do PAN conseguiu apoio de 341 eleitores. Uma coincidência que chama atenção é o embate para a eleição no Senado; as duas vagas do estado do Rio Grande do Sul foram preenchidas por Getúlio Vargas e Ernesto Dorneles, ambos fizeram 460.000 votos. Foram derrotados Joaquim Luiz Osório e Francisco Antunes Maciel (UDN-PL) e, também, Luiz Carlos Prestes (PCB). A bancada federal dos constituintes gaúchos, com 22 vagas, foi integrada majoritariamente por deputados constituintes eleitos pelo PSD (17 cadeiras). As demais ficaram com a UDN (duas cadeiras); o PL (Raul Pilla) e o PTB (Getúlio Vargas). Esse resultado pode ser explicado, entre outros fatores, na medida em que a coligação para a presidência não foi acompanhada nas eleições proporcionais. Na eleição para a Câmara Federal, o PSD não fez aliança com o PTB, tampouco com a UDN e com o PL. O Partido de Representação Popular (PRP - ex-integralista) não alcançou o número mínimo de votos para atingir o quociente eleitoral do pleito. Considerando que Getúlio Vargas, no mesmo pleito, foi eleito deputado federal constituinte e senador; optou pelo Senado (Câmara Alta) e, em seu lugar, para a Câmara de Deputados, foi chamado o primeiro suplente, Arthur Fischer. Na época a legislação eleitoral permitia que um candidato pudesse, na mesma eleição, concorrer em diferentes estados da federação e, também, para diferentes cargos, como foi o caso de Luiz Carlos Prestes e Getúlio Vargas. Este último, na eleição de 1945, elegeu-se senador por dois estados e deputado federal por sete; o mesmo sucedeu com Prestes, eleito deputado federal constituinte pelo Rio Grande do Sul, mas, não tendo assumido, sucederam-se no exercício efetivo do mandato os suplentes Trifino Corrêa e Abílio Fernandes. Prestes optou pela vaga no Senado pelo Rio de Janeiro. Ver DUARTE, 2003.

<sup>72</sup> A Mesa Diretora da Assembléia Estadual Constituinte era integrada por Edgar Schneider, Helmuth Closs e Leonel Brizola, respectivamente, presidente, 1º secretário e secretário convidado.

<sup>73</sup> Ler o pronunciamento do deputado estadual Leonel Brizola, que lembra artigo publicado no jornal *Diário Trabalhista*, do Rio de Janeiro, cuja manchete exibida na capa era “Constitucionismo cozido a chimarrão: o Rio Grande do Sul sempre teve a mania de cultivar constituições exóticas”.

indica, os constituintes do estado do Ceará<sup>74</sup>; o fechamento do Partido Comunista do Brasil (PCB) e a cassação dos mandatos de seus respectivos deputados, salientando-se uma particularidade - a última bancada comunista a ser cassada no País foi a do Rio Grande do Sul; os posicionamentos adotados pelos partidos políticos nas eleições para o governo do estado, que haviam sido realizadas no mês de janeiro, tendo em vista que, nesse pleito, o PCB e o PRP – partidos com ideologias consideradas opostas - haviam apoiado a candidatura de Walter Jobim (PSD) – eleito por uma pequena margem de votos<sup>75</sup> -, que viria, nesse mesmo ano, a apoiar a cassação do registro eleitoral do PCB.

Em 1947, o deputado Dyonelio Machado - líder da bancada comunista - distinguiu-se nos debates sobre os temas mais polêmicos<sup>76</sup>, que foram muito acirrados em virtude da posição favorável das demais bancadas partidárias à cassação do PCB. Na mesma época, mais precisamente um ano antes, o deputado Raul Pilla<sup>77</sup> destacara-se no Rio de Janeiro, durante os trabalhos da

---

<sup>74</sup> Os jornais do Rio Grande do Sul, em particular *O Diário de Notícias*, em edições diárias nos meses de junho e julho de 1947, trouxeram várias informações sobre o julgamento dos casos de suposta “inconstitucionalidade” das constituições do Rio Grande do Sul e, também, do Ceará junto ao Supremo Tribunal Federal.

<sup>75</sup> Na verdade, a diferença entre Walter Jobim e o candidato do PTB, Alberto Pasqualini, foi de vinte mil votos, e os votos do PCB, somados aos votos do PRP, perfizeram mais de cinqüenta mil votos. Examinando os seis volumes dos *Anais da Assembléia Estadual Constituinte*, pode-se encontrar em vários momentos a cobrança por parte do PTB ao posicionamento do PCB. Esse diretório estadual do partido, por sua vez, teve de acatar a orientação de Luiz Carlos Prestes. Essa cobrança insistente revela que o PTB almejava o apoio dos comunistas para Alberto Pasqualini, seu candidato. Luiz Carlos Prestes, naquele momento, ao que parece, estava demarcando posição com o PTB e, pessoalmente, enquanto quadro de “referência de massas”, disputava a liderança nacional com Getúlio Vargas.

<sup>76</sup> Em breve levantamento na imprensa de Passo Fundo (RS) junto aos jornais *O Nacional* e *Diário da Manhã*, em 1947, observa-se que o maior contingente de matérias refere-se à aprovação do parlamentarismo pelos deputados gaúchos e à polêmica em torno da cassação do registro do PCB pelo Supremo Tribunal Federal.

<sup>77</sup> O deputado Munhoz da Rocha destaca que, no debate do parlamentarismo, “um dos mais altos jamais travados na Câmara, mantido sempre em alto nível para o que bastava a presença de Raul Pilla, o apóstolo da idéia parlamentarista”. Munhoz da Rocha afirmou na tribuna da Câmara - após a experiência do tumultuado parlamentarismo de 1961 - que “nada mais parecido com o presidencialismo brasileiro que o parlamentarismo brasileiro”. O parlamentar concorda com Freyre quando analisam que o condicionamento à cultura, isto é, às heranças sociais e aos estilos de vida, já nos ensinou que, como nosso presidencialismo foi diferente do norte-americano, nosso parlamentarismo foi ou seria diferente do inglês. Desse modo, constatam que o homem político arquiteta seus sistemas e o funcionamento dele, e exige que o social se submeta ao político. E se o funcionamento não aprova, não se procura indagar do condicionamento cultural, mas se encontra sempre a ambição de um homem ou de um grupo que tomado o poder, quer exercê-lo em toda a sua plenitude, sem nenhum controle. Munhoz da Rocha destaca: “É evidente que se assim falando eu me referisse a Raul Pilla estaria fazendo uma caricatura do grande gaúcho e grande brasileiro que tem a coragem das suas idéias, dá ênfase ao político, mas não se reveste do radicalismo daqueles homens que Gilberto Freyre chamou de ‘geometricamente simplistas’. Ele era o líder parlamentarista e possuía inteligência e experiência suficiente para não esperar milagres de um sistema político mas apenas a correção razoável de falhas e a discriminação do problema do poder. Entretanto os exaltados adeptos do Parlamentarismo eram como os reformadores do tempo de Jânio Quadros e, sobretudo, do de João Goulart: aguardavam a instauração do Parlamentarismo para que o Brasil tivesse resolvidos todos os seus problemas políticos e, através deles, todos os grandes problemas nacionais”. A posição de Gilberto Freyre sobre o sistema de governo é expressa na sua inclinação ao presidencialismo sem pretendê-lo ortodoxo, reconhecendo que o parlamentarismo apresenta virtudes que podem ser incorporadas ao nosso sistema. Em 1959 repete-se o debate parlamentarista, que é mais uma vez vencido, voltando em 61 como solução de



Assembléia Nacional Constituinte, pela consistente argumentação a favor do parlamentarismo<sup>78</sup>, sistema de governo que, conforme foi dito, os constituintes gaúchos viriam a aprovar em junho de 1947<sup>79</sup>. Os argumentos de Raul Pilla foram muito bem aceitos e utilizados nas sessões da Assembléia Estadual Constituinte do Rio Grande do Sul. Seu nome foi o mais lembrado<sup>80</sup>, entre abril e junho de 1947, nos pronunciamentos dos constituintes gaúchos, quando se examinava o sistema de governo mais adequado ao estado. Além disso, Raul Pilla exerceu grande influência sobre os quadros partidários e a “opinião pública” por ser líder de uma agremiação – o Partido Libertador - que foi o berço político dos três candidatos ao governo do Rio Grande do Sul no pleito de 1947. Jobim, Pasqualini e Décio Martins Costa eram originários do PL e haviam, inclusive, integrado seu

---

emergência da crise surgida com a renúncia de Jânio Quadros. Mas o debate se processava no âmbito restrito das opiniões meramente políticas sem interessar diretamente ao conjunto da população, que se movimentou, pressionada por uma das maiores propagandas de campanha política jamais vistas no Brasil, na ocasião do plebiscito presidencialismo *versus* parlamentarismo, com a vitória evidente do primeiro não por ser presidencialismo, mas por implicar o caso pessoal do presidente João Goulart. Cf. FREYRE, 1966, p.3-6.

<sup>78</sup> O autor discute, em dois capítulos, a temática em torno do sistema de governo parlamentarista (ele era contrário à emenda parlamentarista de Raul Pilla à Constituição Federal). Os capítulos são nominados da seguinte forma: “Emenda Parlamentarista” e “Resposta ao questionário Raul Pilla”. Freyre menciona 18 vezes a participação de Raul Pilla. As citações de Freyre referem-se aos argumentos utilizados pelo líder libertador com o propósito de reunir argumentos para sustentar a aprovação do parlamentarismo na Constituinte. Ver FREYRE, 1966.

<sup>79</sup> A vitória do parlamentarismo em plenário da Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul, por 30 a 24 votos, ocorreu no dia 14 de junho de 1947. A emenda parlamentarista teve origem em acordo entre o PL e o PTB. No dia da eleição, para surpresa de muitos, os três deputados do PCB também votaram favoravelmente. Prevendo a aprovação da emenda parlamentarista, a edição do dia 14 do *Diário de Notícias* já antecipava que a Bancada do PSD, uma vez promulgada a Constituição, procuraria obter a declaração de inconstitucionalidade dos dispositivos constantes da polêmica emenda 557. Na última página dessa edição o jornal informava que “Governador do Estado do Ceará impetrará mandado de segurança contra o Parlamentarismo”. É que naquele estado o exemplo do Rio Grande do Sul, ao que parece, ganhara muitos adeptos e essa força política estava ampliando-se. Na sessão do dia 18, o deputado Mem de Sá entregou à Mesa um requerimento pedindo que, ouvido o Plenário, se dirigisse à Assembléia ao procurador-geral da República, solicitando que provocasse aquela autoridade um pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade ou não da emenda parlamentarista. Era uma demonstração dos próprios parlamentaristas, desejosos de conhecer o pensamento do mais alto órgão da Justiça brasileira sobre a arquitetura constitucional que haviam elaborado. Ao mesmo tempo, tal atitude servia de estratégia ofensiva para manter o assunto na imprensa e deixar, de certo modo, pouco à vontade os presidencialistas. A postura do PCB é contrária ao pedido de pronunciamento do Supremo Tribunal Federal. Feita a votação, o requerimento era aprovado por 25 votos contra 24. Na sessão de 5 de julho, a Assembléia aprovou a redação final do texto da nova Constituição e de suas disposições transitórias. Na mesma tarde, foi concedida licença, para afastamento do deputado Francisco Brochado da Rocha. O parlamentar do PSD, e que fora relator-geral da Constituinte, preparava sua viagem à capital da República para coordenar a arguição de inconstitucionalidade da Carta aprovada. Na sessão do dia 7 de julho, o líder Oscar Fontoura anunciava que o governador Walter Jobim já recorrera. No dia 8 de julho, com o Plenário e galerias completamente tomados, foi, finalmente, promulgada a terceira Constituição Republicana do Estado do Rio Grande do Sul. A Constituição Estadual não contou com a assinatura dos deputados do PSD, tampouco com a presença do governador Walter Jobim.

<sup>80</sup> Consultar os seis volumes dos *Anais da Assembléia Estadual Constituinte* de 1947. Os nomes mais citados pelos constituintes gaúchos foram Getúlio Vargas, o general Dutra, Luiz Carlos Prestes e Raul Pilla. Raul Pilla é a principal referência quando o assunto se refere à discussão em torno do sistema de governo.

último Diretório Regional, antes de os partidos terem sido fechados pelo “Estado Novo”, em 1937<sup>81</sup>.

Na sessão extraordinária de 19 de julho de 1947<sup>82</sup>, o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Edgar Luiz Schneider, deu conhecimento ao plenário da Assembléia da inconstitucionalidade do parlamentarismo, recém-aprovado, fazendo a leitura do seguinte telegrama:

Tenho a honra de comunicar a V. Exa. Supremo Tribunal Federal acaba de decidir [por] unanimidade votos a inconstitucionalidade dos artigos 76, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87 e 89, bem assim artigos Disposições Transitórias que lhes são correspondentes. cords. Sds. (as.) Temístocles Brandão Cavalcanti. Procurador Geral da República (Constituições Sul-Rio-Grandenses, 1963. p. 277).

A Assembléia Legislativa, constituída em sua maioria por deputados parlamentaristas, contratou, então, o advogado João Mangabeira para defender a Constituição promulgada em 8 de julho de 1947<sup>83</sup>. Respondendo às críticas de que o parlamentarismo era alvo, o advogado baiano indagou:

(...) não penso que entre os casos de intervenção do artigo 7 da constituição esteja o de um Estado que tenha preferido o regime parlamentar, cuja essência consiste em poder a Assembléia determinar a

---

<sup>81</sup> Pode-se observar nos discursos dos deputados nos seis volumes dos *Anais da Assembléia Estadual Constituinte* a grande influência exercida pelo Partido Libertador.

<sup>82</sup> Entre os dias 7 e 18 de julho, houve poucas novidades. Somente os jornais especulavam sobre qual seria a decisão do Supremo Tribunal Federal, com base na arguição de inconstitucionalidade encampada pelo procurador-geral da República. Os principais jornais do país divulgaram no dia 17 matérias sobre a posição do STF em relação ao caso do Ceará. Os parlamentaristas do Rio Grande do Sul então entenderam qual seria o parecer do STF em relação à Constituição do Rio Grande do Sul. De fato, no dia seguinte, por dez votos a zero, o Supremo determinou que fosse a Constituição gaúcha promulgada e “escoimada” de todos os dispositivos que a ela emprestavam o sentido parlamentarista. Dando uma demonstração de que pretendiam ser os detentores da iniciativa de apresentação da Emenda Constitucional, as bancadas do PTB e do PL já dispunham de um trabalho elaborado, que foi apresentada no mesmo dia 19, quando o procurador-geral da República comunicou a decisão unânime do STF e que, praticamente, recebeu a assinatura de toda a Casa. Por meio dessa emenda, que tomou o número 1, a Constituição gaúcha voltaria a se tornar presidencialista. Se é verdade que foram registradas discordâncias sobre a decisão da mais alta Corte da Justiça brasileira, não se ouviu uma só palavra recomendando o seu não-acatamento. Dyonelio Machado não assinou a Constituição nem cedeu sua foto para o quadro dos constituintes, exposto até hoje na Assembléia Legislativa.

<sup>83</sup> No dia 8 de julho de 1947, foram publicados no *Diário de Notícias*, a pedido do PSD, setenta e dois telegramas dos Diretórios Municipais do Partido Social Democrata do Rio Grande do Sul. Os telegramas foram recebidos pelo general Paim Filho, presidente do PSD, em resposta à sua consulta sobre a atitude do partido em face da Constituição parlamentarista. Nesses telegramas, os Diretórios Municipais manifestaram sua contrariedade em relação à Constituição e orientaram os deputados do PSD a não comparecerem ao ato de promulgação – *ário de Notícias*, Porto Alegre, 8 jul. 1947, p. 8.

queda do governo e este por seu turno dissolver aquela, cabendo ao povo, por meio de eleição resolver a divergência entre dois poderes. Tal regime não é incompatível com a 'independência e harmonia dos poderes', que a nossa constituição estabelece como um princípio a que o Estado tem a obedecer. (Anais, [1947], julho, p. 375)

A defesa da Constituição gaúcha realizada por João Mangabeira alcançou uma repercussão ainda maior pelo fato de o advogado ser, então, reconhecido publicamente como defensor do presidencialismo. Ele considerava um golpe à Constituição os argumentos apresentados pelo governador Walter Jobim<sup>84</sup>:

A intervenção federal seria um atentado contra a vontade do povo rio-grandense, manifestada por seus representantes, dentro de sua órbita legal. Por isto mesmo que sou presidencialista, sinto-me bem para defender o direito do povo rio-grandense que preferiu um regime parlamentar. (Anais [1947], julho p. 375)

No período que corresponde às atuações políticas de Dyonelio Machado e Raul Pilla, uma geração de intelectuais<sup>85</sup>, de uma forma ou de outra, mostrava-se preocupada com a problemática da identidade nacional e das instituições no Brasil. Havia, então, uma pluralidade de visões políticas: muitos simpatizavam com os movimentos autoritários surgidos logo após 1930 ou relacionados ao Estado Novo, que teve início em 1937; outros se opunham a esses movimentos; e havia, ainda, um terceiro grupo, que simplesmente se mantinha a distância de qualquer uma das facções políticas.

Em 1945, houve, certamente, intelectuais interessados em apagar todos os traços do arcabouço corporativista do Estado, formado a partir de 1930 e em reativar as tradições liberais, porém foram uma minoria. Mais numerosos eram os que passaram a reconhecer que o regime no poder de 1930 a 1945 tivera, pelo menos, o papel de fortalecer o Estado nacional e a própria nação. Aliando-se a Getúlio Vargas em 1945, durante a campanha “queremista”, os comunistas emprestaram uma colaboração decisiva a essa reavaliação. Inversamente, a

---

<sup>84</sup> O título do *Diário de Notícias*, no dia da promulgação, foi o seguinte: "JOBIM NÃO CUMPRIRÁ A CARTA". Em seguida, o artigo de capa comentava: "Não terá a presença do governador Walter Jobim o ato de promulgação da terceira Constituição rio-grandense".

<sup>85</sup> Um estudo mais abrangente sobre os intelectuais pode ser encontrado em PÉCAUT, 1990.

passagem de defensores dos esquemas autoritários, inclusive antigos integralistas, para orientações mais progressistas - foram recrutados entre eles alguns dos mais importantes membros do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)<sup>86</sup> - atesta que suas preferências anteriores não se deviam, necessariamente, ao simples amor pela ordem. Esse é, portanto, o cenário em que se movem os dois protagonistas dos debates ocorridos na Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul e na Assembléia Nacional Constituinte, respectivamente, Dyonelio Machado e Raul Pilla.

---

<sup>86</sup> Nas décadas 50 e 60 do século XX, no Brasil, havia uma excessiva preocupação, por parte de um grupo de intelectuais que viriam a formar o ISEB – entre os quais se destacavam, Afonso Arinos, Guerreiro Ramos, Paulo Prado e Cândido Mendes - em explicar o atraso do país pelo contexto de dominação internacional. O pensamento predominante entre eles era o que propunha a explicação do Brasil pela substituição da categoria aculturação pela de transplantação cultural, ou seja, a noção de sincretismo e de memória coletiva deveria ser substituída pela idéia de alienação. Tal conceito, formulado por Marx e Lukács, sustentava, na década de 60, a formação dos Centros Populares de Cultura (CPC), mediante o envolvimento de centenas de estudantes ligados à UNE. Os intelectuais dos CPC objetivavam organizar a cultura popular em contraposição à cultura alienada das elites. A maioria desses intelectuais formou-se no movimento estudantil, o qual sofreu forte influência de Ferreira Gullar, autor que interpretou o folclore como manifestação tradicional e que viu na cultura popular uma possibilidade de transformação. Dezenas de grupos marxistas, leninistas, maoistas, além da AP (católicos/marxistas que mais tarde ingressariam, em parte, no PCdoB) “deram vida” aos grupos dos CPCs.

# PARTE I

DYONELIO MACHADO

## 2 UM ERRANTE EM BUSCA DE LUGAR E TEMPO

No processo de descrição dos atos históricos busca-se, em geral, um tipo específico de racionalidade. Na verdade, o historiador, via de regra, recorre a paradigmas que supõem atores históricos informados e conscientes, considerando, por convenção e facilidade, que todos os indivíduos têm as mesmas disposições cognitivas, obedecem aos mesmos mecanismos de decisão e agem em função de um cálculo, socialmente normal e uniforme, que leva em conta ganhos e perdas. Tais esquemas conduzem, pois, à construção de um ser humano inteiramente racional, sem dúvidas, sem incertezas ou hesitações. A maior parte das biografias assume essa feição, identificando, deliberada e explicitamente, as representações individuais às representações coletivas, como se a gênese de ambas fosse semelhante. Desse modo, privilegia-se a importância do grupo e subestimam-se os problemas de sua constituição, assim como a apreciação de sua solidez, de sua durabilidade, de sua amplitude. Conseqüentemente, esvazia-se a questão da relação entre indivíduo e grupo.

É comum os historiadores conceberem que todo sistema normativo, ainda que sofra transformações ao longo do tempo, num dado momento se torna totalmente coerente, transparente e estável. Essa idéia leva a indagar sobre a verdadeira possibilidade da liberdade de escolha individual. Tendo-se em mente essa questão e a noção de que todo trabalho historiográfico constitui-se, sobretudo, num problema de escala e de ponto de vista, cabe ressaltar que a ênfase deste capítulo recai sobre o percurso da *personagem* Dyonelio Machado, e não sobre a totalidade de uma situação social. A atenção ao percurso individual desse intelectual é que permitirá interpretar a rede de relações e obrigações externas na qual ele se insere.

Examinam-se, em primeiro lugar, alguns traços da biografia de Dyonelio Machado com o propósito de verificar, posteriormente, os possíveis nexos existentes entre sua trajetória de vida e os pronunciamentos que realizou na Assembléia Estadual Constituinte. Recorre-se, assim, à biografia que pode ser chamada de *modal*: a de um indivíduo bem particular que, embora concentre todas as características de um grupo de intelectuais de uma época, mantém uma marca própria. Dessa forma, a biografia do indivíduo mantém a sua especificidade, ao mesmo tempo em que o período, o meio e a ambiência também são muito valorizados como fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que explicaria a singularidade dessa trajetória. Portanto, não se trata de reduzir as condutas a comportamentos-tipo, mas de interpretar as vicissitudes biográficas à luz de um contexto que as tornou possíveis.

Além disso, o contexto serve para preencher as lacunas documentais por meio de comparações entre o biografado e outras pessoas cujas vidas apresentam alguma analogia com a sua, como é o caso de Raul Pilla, a ser estudado nos capítulos 4 e 5, para que, logo após, se estabeleça o paralelo entre as duas *personagens* em questão. Nesse sentido, o contexto não é percebido em sua integridade e exaustividade estáticas, mas por intermédio de suas margens, focalizando casos como os dos protagonistas mencionados – Dyonelio Machado e Raul Pilla.

Neste trabalho, a abordagem do material biográfico pauta-se pela rejeição à interpretação unívoca da trajetória individual. Para tanto, a leitura do texto biográfico é mediada pela - ou confrontada com – a autobiografia do autor, por fontes documentais, em particular os anais do parlamento, e pela bibliografia teórica selecionada. Aqui, o conhecimento não resulta da mera descrição objetiva, mas de um processo de comunicação entre personagens<sup>87</sup> e de uma relação permanente e recíproca entre biografia e contexto. A mudança é precisamente constituída pelas inter-relações infinitas. Evita-se, portanto, abordar a realidade histórica tomando como base um esquema unilateral de ações e reações; mostra-se, ao contrário, que a divisão desigual do poder, por maior e

---

<sup>87</sup> Todo o estudo biográfico apresenta problemas relativos à relação entre normas e práticas, entre indivíduo e grupo, entre determinismo e liberdade, ou, ainda, entre racionalidade absoluta e racionalidade limitada. Segundo o autor, merecem destaque, em primeiro lugar, as incoerências existentes entre as próprias normas (e, não mais, apenas as contradições entre a norma e seu efetivo funcionamento) no seio de cada sistema social; em segundo lugar, o tipo de racionalidade atribuído aos atores quando se escreve uma biografia e, por fim, a relação entre um grupo e os indivíduos que o compõem. Cf. LEVI, 1989, p. 325-336.

mais coercitiva que seja, sempre deixa alguma margem de manobra para os “dominados”, que lhes permite impor aos “dominantes” mudanças nada desprezíveis. Em síntese, a análise reconhece, previamente, a existência irredutível de uma certa liberdade do indivíduo *vis-à-vis* as formas rígidas e a reprodução das estruturas de dominação.

Num segundo momento, posteriormente à interpretação da biografia de Dyonelio Machado, são examinados os fragmentos de *Memórias de um pobre homem*, texto autobiográfico do autor que remete, de modo especial, à sua experiência parlamentar e à sua atuação como escritor e médico. Nesse caso, o estudo das memórias é um ponto de partida para se indicar a presença de uma ausência, na medida em que tais lembranças permanecem ligando o que há de mais fundamental nesse difícil diálogo entre o passado e o presente. As memórias do autor têm como protagonista um ausente, cujo ato só pode ser atestado se for objeto de interrogação de seu outro, o narrador. Desse modo, leva-se em consideração que a memória vive de acreditar, dos possíveis e de “esperá-los, vigilante, à espreita”. Em terceiro lugar, analisam-se os lugares em que se situa a fala de Dyonelio Machado nos discursos que profere no âmbito da Assembléia Constituinte, identificando as estratégias políticas do parlamentar, que recorre, direta ou indiretamente, a uma série de aspectos relacionados à medicina, à sua condição de escritor, à militância comunista e aos conflitos, expressos na sua atividade intelectual, com a direção do Partido Comunista do Brasil (PCB).

## **2.1 Aprisionamento no horizonte aberto**

Joaquim Nabuco (1999) já destacava que uma das características dos intelectuais brasileiros com alguma formação erudita era a divisão entre duas concepções do mundo, uma advinda da Europa e a outra gerada no Brasil. A cultura do Velho Mundo acumularia a memória da trajetória humana, sendo, por isso, critério e repertório para as referências que marcavam e sensibilizavam o imaginário dos intelectuais brasileiros. O Novo Mundo era dependente desse



modelo. Restava-lhe a afetividade – uma emoção de natureza, creditada à sua origem: o sentimento. Como diz Nabuco, explicitando seu eurocentrismo, o sentimento é, em nós, brasileiro, ao passo que a imaginação é européia. A inteligência brasileira teria sido, assim, assinalada pela coexistência dessas duas fronteiras que faziam parte da sua maneira de ser.

A biografia de Dyonelio Machado evidencia os laços entre passado e presente, entre memória e projeto político, indivíduo e sociedade; permite que se experimente o tempo como prova de vida<sup>88</sup>, além de mostrar que a trajetória desse intelectual foi constituída por uma cultura de fronteira. Essa cultura - que avulta por meio da plasticidade, presente tanto nos textos do autor, como em sua fala no parlamento – expressa-se, sobretudo, numa temporalidade relativa, na medida em que constrói o escritor como sujeito num espaço híbrido.

A fronteira parece não se restringir à forma de limite - muito embora a sua percepção como limite efetivo nem sempre seja óbvia -, pois persiste justamente no interior do próprio sujeito, que, assim, passa a ser demarcado<sup>89</sup>. Trazendo para um outro contexto os teoremas sobre a fronteira elaborados por Rui Cunha Martins<sup>90</sup>, é possível apoiar-se nessas teses para considerar que a fronteira, incrustada de diversas formas na vida de Dyonelio Machado, informou, com efeito, seu modo complexo de pensar. O problema da mobilidade e, principalmente, da invisibilidade do poder – com o qual se depara o autor - reside como que subsumido na noção de fronteira. Desse modo, reconhece-se que o verdadeiro desafio ao conceito de fronteira, ao contrário do que poderia parecer, é representado muito menos pela *transgressão* do que por uma *demarcação*, que delimite o local de onde fala o poder, conferindo-lhe visibilidade.

---

<sup>88</sup> A reflexão sobre a temporalidade requer alguns cuidados, para que a visão retrospectiva não seja tratada como um percurso orientado para um finalismo. Na década de 1980, Bourdieu (1998, p. 183-191) fez duras críticas à “ilusão biográfica”, à linearidade atribuída às trajetórias de vida. Porém, é criticado por exaltar o papel do *habitus*, dos laços normativos, e, assim, diminuir o campo de ação da individualidade. Le Goff (1999, p.29), por sua vez, afirma que a biografia histórica é uma das maneiras mais difíceis de se fazer história. Buarque de Holanda (1976, p. 3-11) adverte que o mais sério desafio é trabalhar, ao mesmo tempo, com a cronologia linear, que parece ser “unidirecional”, e com o percurso de vida, que não é linear. O problema de todo historiador que tem a biografia e a história como foco de estudo é encontrar uma forma de lidar com o contínuo e o descontínuo e, sobretudo, pensar as diferentes temporalidades em que as personagens estão mergulhadas.

<sup>89</sup> Entende-se por demarcação a fixação de domínios diferenciados do conhecimento. Assim, a demarcação explicita-se por meio daquilo que é o seu conteúdo, quer dizer, pela identificação dos domínios do conhecimento. Cf. GIL, 1998, p.397.

<sup>90</sup> Os teoremas são um breve investimento na historicidade existente no conceito de fronteira e consistem num elenco de conclusões fundadas sobre um momento histórico muito preciso. Cf. MARTINS, 2000, p. 406-411.

A fronteira, mesmo sendo um fator de complexificação histórica, pode não agir sobre o real como garantia de metamorfose social. Na verdade, persiste na fronteira uma dimensão de resistência à “metamorfose”, cuja expressão é o inusitado “conservadorismo”, que o nível sócio-histórico da análise é capaz de surpreender. Ao mesmo tempo, essa condição fronteira pode propiciar a abertura de um campo de possibilidades, como que forjando a emergência do *novo*<sup>91</sup>. As fronteiras, enquanto margens, não funcionam apenas como o contrário dos centros; são também a reserva destes, quando não a sua outra natureza.

As fronteiras não remetem somente para os contornos do que se demarca ou para aquilo que, pelo ato da demarcação, ganha estatuto excêntrico ou alienígena. Qualquer demarcação, na medida em que se faz a partir de um interior que se quer ver demarcado, remete, com naturalidade, para esse invólucro que é a entidade patrocinadora da ativação dos limites. Se é certo que os elementos de instabilidade e de ambigüidade existem, em qualquer fronteira, de modo *latente*, vigorando nela *em potência*, então, não é forçosa, e menos ainda constante, a sua manifestação. Como latentes que são, alguns desses elementos de instabilidade oferecem-se, evidentemente, a tentativas de ativação. Entretanto, em virtude de sua latência, não podem ser tomados como uma essência da fronteira, que se antecipasse, de modo inerente, à contextualização proporcionada a essa mesma fronteira pelos respectivos quadros históricos.

Por fim, a fronteira, como qualquer elemento de separação, e, mais ainda, a fronteira política, é um mecanismo que separa virando-se para o interior de si mesmo, não para fora. Nesses termos, o trabalho de diferenciação sobre o *outro* é sempre, simultaneamente, parte integrante do processo de identificação no interior de *si*. Sugere-se que o fenômeno fronteira ocorre, também, longe da órbita dessa linha que é a sua imagem de marca, ou que a fronteira começa por ser, a rigor, aquilo que a prenuncia. Esses “contextos invisíveis” são, justamente, o que merece ser estudado, isto é, aquilo a que importa devolver a respectiva visibilidade.

---

<sup>91</sup> Esse novo deve ser entendido de uma maneira *relativa*, isto é, sempre explicável por referência ao que o produziu. Nesse nível de percepção historiográfica, Rui Cunha Martins (2000, p.406-411), aproxima-se significativamente do pensamento de Prigogine.

Ao final do século XIX, mais precisamente a 21 de agosto de 1895 - dois dias antes de acabar a Revolução Federalista -, Dyonelio Tubino Machado<sup>92</sup> nasceu em Quaraí, município do Rio Grande do Sul situado na região da Campanha, na fronteira com o Uruguai. O intelectual veio a falecer a 19 de junho de 1985, tendo presenciado, durante quase um século, os fenômenos que marcaram a vida social do estado e do país. Procedente de uma família sem patrimônio material, Dyonelio era filho de Sílvio Rodrigues Machado, agente aduaneiro, e de Elvira Tubino Machado, dona de casa.

Quando tinha sete anos, o pai foi assassinado a facadas, num episódio pouco esclarecido. Um ano depois, o menino escreveria seus primeiros versos - "As calças do Barbadão". No poema, relata um fato que permanecera em suas lembranças: dona Elvira havia reformado umas bombachas muito largas, que ele deveria vestir para ir à escola e que o envergonhavam, mas que, por respeito à mãe, não podia rejeitar. No ano seguinte, 1903, já trabalhava vendendo bilhetes de loteria, a fim de ajudar a família a pagar os estudos para ele e para seu irmão na Escola de Aurélio Porto. Aí ocupou a função de monitor de turmas que demonstravam dificuldade no aprendizado. Aos 12 anos, foi servente no jornal *O Quaraí*, semanário da cidade. Depois, foi, também, balconista na livraria de um parente, João Antônio Dias. Da mãe sabe-se que, tendo ficado viúva muito cedo, criou os filhos num ambiente de extrema disciplina e, ao mesmo tempo, com liberdade.

Dyonelio Machado (1995, p.70-79) dá muita importância ao espaço de fronteira<sup>93</sup>, destacando aquilo que caracteriza esse território, a língua, a alimentação e as condições climáticas. O clima, alerta, não é um fator que se deva menosprezar, "quanto mais não seja no que se refere ao vento frio do sudoeste - o minuano - que enche de frieiras todos os dedos do corpo e, em compensação e por misteriosa alquimia, enrijece a gente contra os demais frios...". O intelectual constata que sua vida fora marcada pelo signo da solidão e afirma que concorreram para isso o vazio existencial proporcionado por fatores

---

<sup>92</sup> As informações acerca desses dados biográficos baseiam-se na análise da vida e da obra de Dyonelio Machado que constam nos seguintes livros: NEUBARTH. In: SOUZA, Blau, 2001. p. 120-123.; BARBOSA, 1994; GRAWUNDER, 1990; ZILBERMAN, 1982 e 1985 ; HOHLFELDT, 1987.

<sup>93</sup> Dyonelio (1990, p. 17-18) acredita que a fronteira tem o poder de cruzar os caminhos dos que lá nasceram e de lá tiveram que partir, dando origem a afinidades eletivas entre os conterrâneos, as quais poderão constituir-se num futuro ponto de convergência ou aproximação desses indivíduos, como viria a ocorrer com os membros da "República do Império" (casa de estudantes que se situava no "Beco do Império", na rua Espírito Santo, em Porto Alegre), episódio das *Memórias* do escritor que será comentado neste capítulo.

de lugar e de tempo. Ele crescera envolto pela solidão do pampa, aspecto que, na sua opinião, impulsionara sua imaginação. Sempre que se refere ao gaúcho da fronteira mostra que a vida social deste era muito limitada:

O gaúcho, aquela vida segregada na estância, com um convívio muito limitado, aquilo leva às fantasias, aos sonhos, ao conto, à história... De muito cedo, a gente está neste mundo de ficção. Eu penso que foi isso que me levou. Minha cidade, Quaraí, é um lugarejo de três mil habitantes. Era aquela solidão numa savana, uma casa a léguas de distância da outra, naquele campo. Aquela solidão leva ao sonho, tem que se conviver com alguma realidade e a realidade que está mais à mão é o sonho, é a ficção... (1995, p.7)

Em Quaraí, os anos não passavam. O escritor narra a sensação que tomava conta dele: a de que “pareciam haver afivelado aos pés um pedômetro, regulado para a imobilidade”. Descreve, meticulosamente, a existência nesse lugar de uma espécie de “claustrofobia às avessas”, experimentada pelo gaúcho que vivia na fronteira, na medida em que aquilo que o oprimia era o espaço sem limite, capaz de provocar a penosa impressão de encarceramento, característica de um local exíguo e fechado:

Lá no pampa, o que nos cerca e aprisiona é o infinito, a falta de horizonte próximo, que marque uma etapa, como quem diz: uma finalidade... A ansiedade porém é a mesma. - Aí a vida, que é movimento, não nos vem, nem do tempo, que não marcha, nem do espaço, que não muda (...) Pois outra coisa não é o lugar senão uma planura aparentemente em abandono, - como se sobre ela recaísse a maldição que pesa sobre os terrenos salgadiços. Rica no seu tapete vegetal onde os rebanhos pascem, mas parcimoniosa, senão estéril, na oferta dessas cambiantes que só esse outro rebanho - o humano - é capaz de proporcionar. (...) A solidão condiciona a hospitalidade. Todo forasteiro é bem-vindo à nossa casa. Mesmo o mascate, com as impertinências próprias de quem quer vender. Porque trazem notícias - que é o mesmo que trazer gente vivendo. (1995, p. 84-85)

No final do século XIX e nos primeiros anos do século XX, Quaraí - onde Dyonelio passou os primeiros dezesseis anos de sua vida - caracterizava-se por ser uma cidade de fronteira com um grande movimento de importação e exportação. Toda a sua produção tinha vazão para o Uruguai, pois o transporte

de charque para o Nordeste brasileiro passava por dentro do país vizinho, o que dava margem a várias formas de ações ilícitas, como o contrabando, por exemplo. De acordo com Moysés Vellinho<sup>94</sup>:

Quaraí é uma cidadezinha melancólica, há muito perdida no meio do campo, entre mansos coxilhões. Noutro tempo, no tempo do contrabando graúdo, dizem que houve ali intensa atividade. Um sôfrego vaivém através do rio permitia que naquele modesto burgo pastoril se ganhasse dinheiro com a mesma facilidade com que se perdia a vida (...). Quaraí seria um lugar que os homens esqueceram e acabara por se afeiçoar insensivelmente à vida que ali se arrasta. Há muita riqueza enchendo os campos, mas dos campos não sai nada para a cidade. (1944, p. 67)

Vellinho descreve a cidade rigorosamente disposta em xadrez, com ruas amplas e vazias - entre largas casas “acaçapadas” -, que mergulham num imenso silêncio, um silêncio que nem o rio perturba, “a arrastar-se sem marulho por entre barrancos carcomidos”. O ilustre visitante olha a cidade e a intensidade da luz o cega, pois há um sol que se derrama sobre todas as coisas, vindo das casas, e invade tudo um velho ar anônimo de intimidade e de agasalho, “que o forasteiro respira cheio de confiança”. Moysés Vellinho parece seguir a trilha de Gilberto Freyre<sup>95</sup>, ao descrever os janelões dos sobrados:

à flor das calçadas, parece que estão dizendo aos que passam, conhecidos ou desconhecidos:

- Entrem. Entrem que a água está chiando para o chimarrão. Que nos contam de novo? No centro da cidade rasa e quieta, a casaria arreda-se duas vêzes, em generosos movimentos, para dar lugar a duas enormes praças onde as casuarinas, gemendo da manhã à noite, como que aguçam o silêncio reinante. Para os lados do cemitério - duas, três léguas além - fechado no segrêdo de sua lenda, empina-se o Jarau, solitário, quebrando a linha trêmula do horizonte. E por cima de tudo,

<sup>94</sup> Moysés Vellinho conheceu Dyonelio Machado no ambiente universitário, em Porto Alegre, nas primeiras décadas do século XX. No final da década de 1920, leu a obra de estréia do escritor - *Um pobre homem* - justamente numa ocasião em que se encontrava em Quaraí, cidade natal do autor. Ver VELLINHO (1944, p. 68-77).

<sup>95</sup> Em 1940, quando Gilberto Freyre esteve pela primeira vez no Rio Grande do Sul, deixou a sugestão de que fossem estudados os sobrados gaúchos, pois observou a importância da tradição regional presente no projeto dessas casas, e pareceu encantado com a possibilidade de se fazer uma investigação sobre os mobiliários de tais residências, que, em sua opinião, assemelhavam-se àqueles do Norte do país. Gilberto Freyre, nesse período, estabeleceu contato com as obras dos pesquisadores gaúchos Moysés Vellinho, Dante de Laytano, Vianna Moog, Athos Damasceno Ferreira, Ernani Correia e Tales de Azevedo. Cf. FREYRE, 1943.

numa claridade muito alta, o céu se encurva sôbre as distâncias, apertando num mesmo abraço tôdas as coxilhas. (1944, p.68)

Possivelmente, desse ambiente que envolveu sua infância, Dyonelio Machado carregou, por toda a vida, uma melancolia que traduziu “com certo ar de reserva e aspereza, sem a humildade dos que não sentem o pudor de suas penas e ressentimentos”<sup>96</sup>. Chamou a atenção de Moysés Vellinho, no escritor que acabava de aparecer, foi, sobretudo, um traço que mais tarde haveria de se acentuar consideravelmente:

a preocupação de salientar o homem não na sua caracterização regional, mas na sua expressão permanente. Era uma tendência realizada com modéstia, sem dúvida, mas bastante significativa como reação ao sentido localista que então ainda prevalecia na ficção rio-grandense. A nota psicológica entrava a ganhar terreno sôbre as receitas já gastas de um regionalismo que raramente ia além do pitoresco (...). Não mais a exaltação dos heróis estereotipados, quase vazios de substância humana, com os quais tantas vêzes a literatura local, mas velando certa inspiração política, buscava reativar virtudes e sentimentos que julgava extintos ou moribundos. Agora, sob o ôlho de Dionélio Machado, os heróis perdem as dimensões da lenda, contraem-se, encolhem-se, para descer às murchas proporções dessas pequenas vidas que despertam cada dia de seus pesadelos anônimos e vêm repetidas ou agravadas, debaixo do mesmo sol sem calor, as misérias e atribulações de sempre. (1944, p.69)

Dyonelio nasceu no momento em que o Rio Grande do Sul, além de sofrer o impacto das idéias positivistas, da proclamação da República, das mudanças econômicas resultantes da abolição da escravatura e da ascensão industrial, era marcado pelos sinais do final da Guerra do Paraguai e da Revolução Federalista. Pelo poder oligárquico no Estado, lutaram chimangos e maragatos durante trinta meses. Os pecuaristas, integrantes das oligarquias rurais, comandavam a política regional. Depois da instauração da República, entre 1893 e 1895, travou-se cruenta luta entre as facções oligárquicas pelo comando do Estado, à qual se deu o nome de Revolução Federalista. Os republicanos – chimangos – estavam agrupados no Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e os liberais – maragatos -, no Partido Federalista.

---

<sup>96</sup> Cf. VELLINHO, 1944, p. 68.

Desde cedo, antes da sua ida para Porto Alegre, em plena juventude, Dyonelio descobriu a leitura<sup>97</sup>. O prazer da leitura foi um grande achado na vida daquele menino que nascera em um “berço de guerreiros”. Provavelmente, a sua condição de ouvinte contribuiu para transformá-lo em leitor: os causos de façanhas heróicas que escutava no cenário da Campanha misturavam história e ficção. O que representou para ele algo de muito valor. A imensidão do pampa abria as portas da sua percepção, a qual enquadrava sua cidade num imenso livro que se abria toda vez que uma história era narrada.

Nos arredores de sua cidade natal, havia uma singular prisão a céu aberto, cavada na própria coxilha. Ali, corre a lenda, as degolas eram freqüentes, fato que no início do século XX havia sido denunciado, inclusive, por Ruy Barbosa. Era o Cati, sob o comando da figura mítica do general castilhistas João Francisco Pereira de Souza. Esse general, conhecido como "Hiena do Cati", fora encarregado pelo governo republicano de "limpar a área" de liberais maragatos. A lembrança do Cati, mais tarde, deu ao escritor o pano de fundo para a criação do romance *O louco do Cati*<sup>98</sup>. Ele crescera ouvindo os "causos" e horrores da Guerra do Paraguai e da Revolução Federalista, relatados por ex-revolucionários ou por populares nas rodas de chimarrão, durante as frias noites da Campanha gaúcha.

Dos relatos campeiros e guerreiros, passando pelos contos de fadas, da carochinha e pelas fábulas, Dyonelio chegou ao conhecimento de Amado Nervo, Balzac, João do Rio, João Francisco de Lisboa, Macaulay, Mantegazza, Auguste Rodin, Edmond Rostand, Eça de Queirós, leituras feitas na juventude. Na época, a circulação do livro era lenta e restrita, e os autores mais destacados eram editados no exterior, mas a vizinhança com o Uruguai, país culturalmente avançado, favorecia-lhe o acesso a publicações européias. Ainda assim, a imprensa era a fonte de leitura de mais fácil obtenção, e o jornalismo e a literatura confundiam-se. Interessado por esses gêneros, Dyonelio participou, aos 16 anos, da fundação do jornal *O Martelo*, em Quaraí.

---

<sup>97</sup> Dyonelio considerava que o livro era o mundo e, por isso, classificava-o como o melhor companheiro para os solitários. Nos primeiros anos do século XX, ainda em Quaraí, freqüentou a Biblioteca do Clube Comercial, entrando em contato com a literatura. Nesse período, leu Balzac (*A musa do departamento*), João do Rio (*Momento Literário*), João Francisco Lisboa (*A vida do Padre Vieira*), Macaulay (*Lord Chatham*). Foi nessa biblioteca que recebeu de presente muitos livros então em voga, tais como *Amor dos homens*, do professor Paolo Mantegazza, *L'art*, de Auguste Rodin, *Cyrano de Bergerac*, de Edmond Rostand, *Os Maias*, de Eça de Queirós.

<sup>98</sup> Ver BARBOSA, 1994.

Ao que parece, em sua pequena cidade, o futuro escritor adquiriu a certeza no poder humano de criar realidades. Quaraí, contudo, só lhe oferecia o curso primário, e a apurada curiosidade intelectual do jovem exigia mais, razão por que optou por Porto Alegre, onde passou a estudar em 1912. Sua ida para a Capital e, logo a seguir, o ingresso numa república de estudantes<sup>99</sup> proporcionaram-lhe uma intensa vida literária. Entrou em contato com um grupo de universitários - do qual participava, entre outros, Alceu Wamosy - que passavam os dias lendo e escrevendo. Eles tinham preferência pela leitura de Baudelaire, Verlaine, Laforgue, Cruz e Sousa, Gonzaga Duque, Eça de Queirós, Flaubert, Maupassant, entre outros escritores.

No fervilhar da I Guerra Mundial, iniciada em 1914, Dyonelio voltou à sua cidade natal<sup>100</sup>, onde atuou como professor, no Colégio Municipal, e como jornalista. Em 1915, fazia crônicas para jornais - *A Gazeta de Alegrete*, *Correio do Povo*, *Diário de Notícias*, *Diário Carioca* - e revistas - *Kodak*, *A Máscara* e *Horizonte*. Foi aprovado, em 1921, no concurso para a Secretaria de Obras Públicas na gestão do governo Borges de Medeiros e, esse mesmo ano, dirigiu, com Theóphilo de Barros e De Sousa Júnior, o jornal *A Informação*<sup>101</sup>. Depois, embora houvessem pensado na fundação de uma revista de política e arte, criaram, em 1922, o jornal *O Farrapo*, do mesmo grupo editorial de *A Informação*.

Dyonelio encarava seu envolvimento com a política como uma obrigação familiar, na medida em que os seus antepassados da linha materna sempre

<sup>99</sup> O período entre 1910 a 1920 foi época de importantes acontecimentos mundiais, de revoluções políticas e culturais na Europa, mas de relativa paz e acomodação no Brasil, particularmente no Rio Grande do Sul, onde dominava o governo Borges de Medeiros. Em 1912, Dyonelio já estava estudando em Porto Alegre, na escola de Afonso Emílio Meyer. Ali formou um grupo, com João Leopoldino Santana e Hermínio Freitas ao qual, mais tarde, agregaram-se Celestino Prunes, De Sousa Júnior e Alceu Wamosy. Constituíram, então, uma república de estudantes, cujo interesse comum era a filosofia, a arte, e, especialmente, a literatura e a música. A linha estética comum ao grupo estava centrada no Simbolismo e no Impressionismo franceses, e mesclava-se com o interesse pelo Realismo e o Naturalismo. Cf. GRAWUNDER, 1995, p. XII-XXXII.

<sup>100</sup> Problemas financeiros o obrigaram a retornar à terra natal, pois o tio - que o ajudava a se manter em Porto Alegre - passou a enfrentar dificuldades em seus negócios. No período de retorno a Quaraí, Dyonelio foi diretor do jornal *O Cidadão* e professor no Colégio Municipal, onde lecionava sua futura esposa. O escritor e Dona Adalgiza casaram-se por procuração, em 1921, pois, ao término da guerra, ele tinha voltado para trabalhar em Porto Alegre. Nada de casamento religioso, segundo a esposa Adalgiza, pois seu pai dizia que um homem não se ajoelha diante de outro. Dois dias, e novecentos quilômetros de trem, ela percorreu para encontrá-lo em Porto Alegre. Foram residir à rua do Arroio, 124, hoje General Bento Martins, quase rua da Praia, o centro vital da Capital. No ano seguinte, nasceu Cecília, a primeira dos dois filhos do casal, e o escritor, para sobreviver, passou a lecionar português para estrangeiros. Cf. GRAWUNDER, 1995, p. XIV-XV.

<sup>101</sup> Nesse diário registrou, de forma bastante detalhada, a agitação política no Rio de Janeiro, com a prisão de opositores do governo Epitácio Pessoa, dentre os quais um militar, colaborador do jornal *A Informação*. Esses escritos consistiam em denúncias e, principalmente, em críticas violentas, corrosivas e sistemáticas ao bernardismo, a Epitácio Pessoa, a Hercílio Luz e a Washington Luiz. Essas críticas faziam parte da luta de Dyonelio e seu grupo a favor de Nilo Peçanha para a presidência da República e de J. J. Seabra, para a vice-presidência. Os ataques eram tão contundentes que Borges de Medeiros pediu-lhes moderação. Cf. GRAWUNDER, 1995, p. XIV-XV.



tinham sido ligados à agremiação política que merecera a sua predileção, no caso, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Ele fora muito amigo do governador Borges de Medeiros, de Protásio Alves e de toda a cúpula do PRR<sup>102</sup>, além de ser parente do senador Francisco Flores da Cunha (irmão de José Antônio Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul, no período do Estado Novo). Em virtude de todos esses vínculos, o futuro parlamentar sempre se considerou “um político”<sup>103</sup> e, no seu entendimento, o PRR ia ao encontro da maior parte de aspirações populares da época porque sua ideologia positivista era uma espécie de “socialismo estatal”. Como exemplos dessa intervenção estatal por parte do PRR, ele não se esquece de mencionar a estatização da Viação Férrea, “caso raro no Brasil”, e as tentativas de implantar um imposto progressivo sobre a terra, buscando, “utopicamente distribuir o latifúndio”<sup>104</sup>.

Além disso, considerava que as reivindicações por liberdade na gestão do PRR não tinham sentido, pois poucas vezes teria existido tanta liberdade de expressão, de opinião, de livre trânsito, como “no tempo do doutor Borges de Medeiros”. Com o intuito de comprovar a existência de um clima de ampla liberdade nessa época, o intelectual menciona, num depoimento a Marco Túlio de Rose (1975, p. 38-39), o fato de Borges de Medeiros haver recorrido ao Poder Judiciário “para fazer calar um jornal que apresentava, da forma mais abjeta, calúnias contra seus familiares”, ao invés de ter-se utilizado de formas de violência comumente empregadas nos demais estados do País em situações similares.

O recurso ao Poder Judiciário é interpretado por Dyonelio como um diferencial em relação as outras unidades da federação. No Rio Grande do Sul, conforme pretende demonstrar, o governo tolerava a crítica, valendo-se, via de regra, de mecanismos constitucionais em defesa de seus interesses. Se nos demais estados as questões sociais e a oposição aos governos eram tratados

---

<sup>102</sup> Tal como referido, as relações familiares na política são uma particularidade do Brasil. Ver LEAL (1975); Da MATTA (1979) e BARBOSA (1992).

<sup>103</sup> Cf. ROSE (1975, p. 38-39). Ainda na década de 1930, Dyonelio foi convidado para ser candidato nas eleições.

<sup>104</sup> Dyonelio concebe o governo de Borges de Medeiros como a implantação de um socialismo possível nas condições em que se encontrava o Brasil no início do século XX. O escritor revela que não poderia apoiar a Revolução de 1923, porque o Dr. Assis Brasil comandava os maragatos. Tendo à frente o homem de Pedras Altas, os maragatos insurgiram-se contra um governo pequeno-burguês - o do PRR -, composto por bacharéis e pequenos proprietários. Os maragatos, de Assis Brasil, defendiam, sob a bandeira do liberalismo político, o interesse dos grandes proprietários de terra (“Terratenentes”).

como “caso de polícia”, no extremo sul do país estaria vigorando um tipo particular de exercício da liberdade política.

Apaixonado pela política, em 1923, o intelectual publicou seu primeiro livro, *Política contemporânea*. Nesse mesmo ano, de grandes agitações políticas, ingressou na Faculdade de Medicina, tendo concluído o curso em 1929. Antes disso, porém, quando ainda freqüentava o quinto ano de medicina, fez concurso e foi nomeado para o Hospital São Pedro, em Porto Alegre, onde trabalhou por trinta anos, como psiquiatra, chegando a ser o diretor da Instituição durante certo período. A especialização em Neuro-psiquiatria foi feita no Rio de Janeiro, em 1930 e 1931, com o professor Antônio Austregésilo e Odilon Galotti. Dyonelio foi, também, membro da Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal do Rio de Janeiro e chefe da Clínica da Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Desempenhou a função de: Assistente extra-numerário da Clínica Neurológica do Rio de Janeiro, sendo em 1943 médico chefe da divisão do Hospital São Pedro de Porto Alegre<sup>105</sup>. Os estudos, no entanto, não o impediram de continuar escrevendo: redigiu vários contos, depois publicados em jornais e revistas e, mais tarde, reunidos, em maioria, no primeiro livro de ficção de sua autoria.

Nos registros pessoais da época, Dyonelio não faz referência aos movimentos estético-literários da vanguarda modernista, que vinham se desenvolvendo na Europa e cujos princípios, trazidos ao Brasil por Graça Aranha, irromperam com força total em São Paulo, durante a Semana de Arte Moderna, em 1922. Dois meses depois da realização da Semana, um grupo de intelectuais e operários fundou o Partido Comunista do Brasil (PCB), cindindo o bloco anarco-sindicalista no qual se agrupavam as esquerdas brasileiras. As revoluções de 1923 e 1924, a histórica marcha dos dois mil revolucionários da Coluna Prestes, entre 1924 e 1926, e, finalmente, a tomada do poder por Getúlio Vargas, em 1930, foram costurando, aos poucos, a trajetória política e literária do intelectual, enquanto ele colaborava em revistas e jornais, com crônicas, artigos políticos e ensaios, assinados muitas vezes com pseudônimo.

Nesse período, mais precisamente entre 14 de outubro e 12 de novembro de 1926, escreveu um romance, *O estadista*, sua primeira incursão no gênero e que permaneceu inédito até 1995, uma década após a sua morte. Foi em 1927,

---

<sup>105</sup> Cf. FRANCO;RAMOS, 1943, p.527.

ano da eleição de Getúlio Vargas à presidência do estado do Rio Grande do Sul, que se deu a estréia pública de Dyonelio em obra de ficção. A Globo, de Porto Alegre, editou o livro de contos *Um pobre homem*, gênero que, mais tarde, ele viria a abandonar. Um dos contos que integravam o volume, "Noite no acampamento", trouxe-lhe problemas com a polícia política em 1942, quando da Segunda Guerra. Essa estréia no território da ficção, sua passagem de republicano a socialista, a prisão e os problemas que marcaram a sua vida literária, são detalhados pelo autor em suas *Memórias*.

Em 1930, o intelectual morou com a família para o Rio de Janeiro, onde fez especialização em Neurologia e Psiquiatria, visando à implantação desse ramo da medicina no Rio Grande do Sul. No Rio de Janeiro, o escritor acompanhava o desenrolar dos acontecimentos políticos: as eleições, em que Júlio Prestes derrotou Getúlio Vargas, seguidas do golpe revolucionário que tornou o rio-grandense presidente da nação. De volta a Porto Alegre, continuou a clinicar no Hospital Psiquiátrico São Pedro e lecionou Neurologia e Psiquiatria, na Santa Casa de Misericórdia, publicando, no ano seguinte, a sua tese, intitulada *Uma definição biológica do crime*. Quando concluiu a especialização em Psiquiatria, no início da década de 1930, havia poucos psiquiatras no Brasil. Destaca-se que, nesse período, Dyonelio foi um dos pioneiros<sup>106</sup> da introdução da Psicanálise no campo da psiquiatria no País, embora a houvesse exercido de uma maneira bastante eclética.

O intelectual, nas décadas de 1920 e 1930, voltara-se quase que exclusivamente à medicina. O pouco tempo de que dispunha nas horas em que não estava clinicando era reservado para a família e, sobretudo, à criação literária. O jornalismo político – exercido como uma forma de sustento e, ao mesmo tempo, de manter um vínculo com os poderes constituídos – satisfazia aos seus velhos sonhos de literatura. A dedicação à medicina, entretanto, teria repercussões na sua criação literária. O autor constata, inclusive, o fato de um grande número de médicos serem, também, escritores e explica esse fenômeno da seguinte forma:

---

<sup>106</sup> Dyonelio Machado, segundo o professor Roberto Pinto Ribeiro, foi o primeiro tradutor das obras de Freud no Brasil e um dos primeiros a aplicar as suas teorias no Rio Grande do Sul. Cf. JAGUAR; PERES; WOLFF, 1979, p.18-19.

Penso que, longe de se chocarem, a medicina e a literatura, em particular a de ficção, se conciliam admiravelmente. Ainda mais: exigindo vivências cada vez mais profundas por parte do artista, encontra no médico a sua fonte inexaurível, dada a natureza do material que ele profissionalmente manipula. Não quero dizer que transforme os seus casos em figuras de romance, mas, colocado no centro mesmo das correntes emocionais mais intensas - as que promanam da doença e da morte - ele está apto, em a Arte ajudando a produzir também uma vida ou a criar uma outra natureza - que é todo o objetivo da Arte. (1995, p. 12)

O romance intitulado *Os ratos* veio em 1935. No Rio Grande do Sul, nessa época, as condições sociais da região da Campanha e as mudanças na economia agropecuária, com a expulsão do homem do campo para as cidades, afetaram a literatura, dando a nova tônica da ficção regionalista, que sepultou o "ufanismo gaúcho" e passou a contar os dramas do "gaúcho a pé". Foram, todavia, os influxos da cidade grande que afetaram o escritor oriundo da fronteira, um dos precursores da ficção urbana. O romance *Os ratos*, ambientado no universo citadino, foi escrito em vinte noites, a fim de que o seu autor pudesse participar de um concurso. Pelo livro recebeu, em 1935, o "Grande Prêmio do Romance Machado de Assis", dividido com João Alphonsus, Marques Rabelo e Érico Verissimo. Quando o romance foi publicado, seu autor encontrava-se preso e incomunicável<sup>107</sup>.

Foi no período de intervenção de Cordeiro de Farias, no estado, que Dyonelio recebeu a anistia. Voltou a clinicar, tendo sido reintegrado ao cargo que ocupava no Hospital São Pedro. Aos poucos, retomou também as atividades literárias, e, em 1939, escreveu crítica literária para o *Correio do Povo*. Em 1941, sofrendo de cardiopatia, acamado e ainda sob a sombra da prisão, revivida pelo clima da Segunda Guerra e da ditadura do Estado Novo, o escritor criou *O louco do Cati*, ditado para a esposa e a filha e, posteriormente, datilografado<sup>108</sup>.

Em 1944, publicou, em Porto Alegre, o ensaio intitulado *Eletroencefalografia*, mas, para sua obra ficcional, teve de procurar editora em

<sup>107</sup> A incomunicabilidade era falha, pois a senhora da limpeza, que levava comida ao escritor, mantinha-no informado sobre os acontecimentos veiculados nos jornais e, assim, ele tomou conhecimento da publicação de sua obra. Ver JAGUAR, PERES e WOLFF, 1979, p.18-19.

<sup>108</sup> Uma reportagem de Justino Martins, na *Revista do Globo* de 11/10/1941, documentou a maneira curiosa como foi escrito o livro, mais tarde considerado por Guimarães Rosa como um dos dez mais importantes do Brasil, e descrito por Mário de Andrade como um livro "que morde e marca". *O louco do Cati* foi publicado pela Editora Globo, em Porto Alegre, em março de 1942. Somente em 2003, seria lançada a quinta edição dessa obra pela editora Planeta, de São Paulo.

São Paulo. No mesmo ano, saiu o romance *Desolação*, que não mereceu qualquer atenção por parte da crítica. Em 1945, liderou o Manifesto do I Congresso Nacional de Escritores<sup>109</sup>, no qual se exigia a legalidade democrática. Ainda nesse ano, recebeu, pelo livro *Desolação*, o prêmio Felipe D'Oliveira, juntamente com Graciliano Ramos. Na mesma data, no mês de outubro, Vargas foi deposto e, em novembro, realizaram-se as eleições para a presidência da República e para o parlamento. Nesse pleito, Dyonelio foi eleito, como quarto suplente de deputado, à Assembléia Nacional Constituinte, pelo Partido Comunista do Brasil (PCB). Em 1946, editou o jornal *Tribuna Gaúcha*<sup>110</sup> e publicou o romance *Passos perdidos*, dedicado “à memória de Mário de Andrade”, pela Editora Moderna, de São Paulo. A obra, assim como várias outras de sua autoria, foi ignorada pela crítica, principalmente no Rio Grande do Sul.

Em janeiro de 1947, realizaram-se as eleições estaduais, para a escolha do governador e dos deputados constituintes. Walter Jobim (PSD) foi eleito governador do estado e Dyonelio Machado, deputado estadual constituinte, pelo PCB. Nesse mesmo ano, o PCB foi posto na ilegalidade pelo presidente da República, e os deputados comunistas Júlio Teixeira, Pinheiro Machado e Dyonelio Machado foram cassados, perdendo, assim, seus mandatos. Desse modo, o intelectual teve sua breve carreira parlamentar encerrada abruptamente. Essa expulsão do parlamento marcou muito sua vida, a ponto de merecer um capítulo em suas *Memórias*, no qual consta que a bancada gaúcha do PCB foi a última a ser cassada no Brasil. As lembranças do deputado relativas ao fato permitem, de certo modo, a aproximação do significado dos pronunciamentos que fez na tribuna em 1947.

---

<sup>109</sup> O Congresso da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), ocorrido em São Paulo, em janeiro de 1945, pode ser tomado como exemplo das alianças entre intelectuais que lutavam contra a ditadura Vargas. Os discursos ali proferidos segundo Berenice Cavalcante (1986) apontava para os seguintes aspectos: a identificação do fascismo não apenas com o cerceamento das liberdades, mas, também, com a hipertrofia do Estado que passa a dirigir a ciência, as artes e a literatura; o reconhecimento do povo, ao mesmo tempo, como sustentáculo e vítima do fascismo. Nos referidos discursos, a democracia é apresentada como pré-condição para a resolução da questão social; o povo brasileiro, sem instrução, analfabeto, inculto e ignorante, é considerado privado da possibilidade de construir uma visão crítica sobre os problemas da nação e acaba por ser visto como empecilho ao progresso e, ao mesmo tempo, como vítima fácil dos mistificadores. A pobreza assume, assim, a feição de categoria política, já que é resultado da dominação. Essa situação só pode ser eliminada, na opinião dos participantes do Congresso, por meio da reconstrução da ordem democrática e da educação. O trabalho intelectual, tal como as ações do povo, sofria com a repressão de que era objeto. Entretanto, cabia aos intelectuais o papel de educadores.

<sup>110</sup> O autor deste trabalho de doutorado entrevistou Décio Freitas no início de 1995. Na oportunidade o entrevistado relatou que quando o Partido Comunista alcançou a legalidade, Dyonelio Machado e ele fundaram, por orientação do partido, a *Tribuna Gaúcha*, único diário de esquerda da história do Rio Grande do Sul, cuja sede ficava na Rua da Ladeira, hoje General Câmara. Cf. BARBOSA, M. H. S.; GRAWUNDER, M. Z., 1995, p.58 (*apud* FREITAS).

Ao se examinar “o dever de memória” - que consiste na rememoração dos fatos, das provas e dos sofrimentos suportados, lembranças estas que o sujeito exorta seus contemporâneos a não esquecer –, verifica-se que a questão da memória dos ressentimentos tem suas particularidades<sup>111</sup>. Tanto a memória individual quanto as memórias coletivas são atravessadas pela tentação ao esquecimento e, ao mesmo tempo, à repetição, à revisão e, enfim, à reiteração. Na análise de *Memórias de um pobre homem*, constata-se que o passado não só vem à tona, misturando-se com as percepções imediatas, como também “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência.

A memória aparece aí como força subjetiva, simultaneamente, profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. As lembranças estão vinculadas às percepções atuais, “como a sombra junto ao corpo”<sup>112</sup>. O passado, de certa forma, conserva-se inteiro e independente no espírito, e o seu modo próprio de existência é um modo inconsciente. Toda lembrança “vive” em estado latente, potencial. O papel da consciência, quando solicitada a deliberar, é, sobretudo, o de colher e escolher, dentro do processo psíquico, justamente aquilo que não é a consciência atual, trazendo-o à luz. Logo, a própria ação da consciência supõe o “outro”, ou seja, a existência de fenômenos e estados infraconscientes que costumam ficar à sombra. É precisamente nesse reino de sombras que se deposita o tesouro da memória<sup>113</sup>.

Além disso, a percepção já está impregnada de lembranças, na medida em que se prolonga em ação nascente, porque as imagens, uma vez percebidas, fixam-se e alinham-se nessa memória, e os movimentos que as fazem prosseguir modificam o organismo; criam no corpo disposições novas para agir<sup>114</sup>. Toma-se consciência desses mecanismos (motores) no momento em que entram em jogo, e essa consciência de todo um passado de esforços armazenado no presente é, ainda, uma memória, mas uma memória profundamente diferente da primeira,

---

<sup>111</sup> Cf. ANSART, 2001. p. 15-36.

<sup>112</sup> Cf. BERGSON, 1959, p.913.

<sup>113</sup> Cf. BERGSON, 1959, p. 281-283.

<sup>114</sup> As observações do autor a propósito da natureza e das funções da memória só podem ser avaliadas com a devida justeza quando postas em relação com o contexto da sua obra filosófica, em que se interpenetram e se iluminam mutuamente os conceitos de “memória”, “tempo”, “devir”, “*élan vital*”, “energia”. Não cabe desenvolvê-los no âmbito deste trabalho - cujo alvo específico é a análise das *Memórias* de Dyonelio Machado - que adota como parâmetro a existência de um *estofo social da memória*, tomado em si, independentemente do conceito filosófico mais geral que se possa ter da atividade mnêmica. Assim, o que interessa na obra de Bergson é a rica fenomenologia da lembrança aí presente, bem como uma série de distinções de caráter analítico, extremamente sugestivas e cuja adequação se pode comprovar ao longo deste capítulo. Cf. BERGSON, 1959, p.81-183.

pois está sempre voltada para a ação, assentada no agora e considerando apenas o futuro. Nesses termos, cada imagem formada está mediada pela imagem, sempre presente, do corpo. O sentimento difuso da própria corporeidade, constante, convive, no interior da vida psicológica, com a percepção do meio físico ou social que circunda o sujeito. Esse presente *contínuo* se manifesta, geralmente, por movimentos que definem ações e reações do corpo sobre o seu ambiente. Está estabelecido, desse modo, o nexos entre *imagem do corpo e ação*.

Nem sempre, entretanto, as sensações levadas ao cérebro são restituídas por este aos nervos e aos músculos que efetuam os movimentos do corpo, as suas ações. Nem sempre se cumpre o percurso de ida e volta pelo qual os estímulos externos chegam, pelos nervos aferentes, à região central do cérebro, e desta voltam, pelos eferentes, à periferia do corpo. Quando o trajeto é só de ida, isto é, quando a imagem suscitada no cérebro aí permanece, “parando”, ou “durando”, tem-se não mais o esquema *imagem-cérebro-ação*, mas o esquema *imagem-cérebro-representação*. O primeiro esquema é motor; o segundo é perceptivo<sup>115</sup>.

Inicialmente, a percepção aparece como um intervalo entre ações e reações do organismo; algo como um “vazio”, o qual se povoa de imagens que, quando, trabalhadas, assumirão a qualidade de signos da consciência. Depois, o sistema nervoso central perde toda função produtora das percepções passando a assumir apenas o papel de um *condutor*, no esquema da ação, ou de um *bloqueador*, no esquema da consciência. Enfim, ação e representação estariam ligadas ao esquema geral corpo-ambiente: positivamente, a ação; negativamente, a representação. Nas palavras de Bergson,

(...) o corpo, interposto entre os objetos que agem sobre ele e os que ele influencia, não é mais que um condutor, encarregado de recolher os movimentos, e de transmiti-los, quando não os detém, a certos mecanismos motores, determinados se a ação é reflexa, escolhidos se a ação é voluntária. (1959, p.223)

---

<sup>115</sup> A percepção e, ainda mais profundamente, a consciência derivam de um processo inibidor realizado no centro do sistema nervoso, por meio do qual o estímulo *não* conduz à ação. Esse processo depende, fundamentalmente, de um esquema corporal que vive sempre no momento atual, imediato, e se realimenta desse mesmo presente em que se move o corpo em sua relação com o ambiente. Ver BOSI, 1994.

No caso da “parada”, em que o estímulo não determina a reação motora, abre-se possibilidade à indeterminação, graças à qual o pensamento “puro” é mais complexo e matizado do que a imagem resolvida imediatamente em ações. Bergson salienta:

A margem de independência de que dispõe um ser vivo, ou, como diríamos, a zona de indeterminação que envolve a sua atividade permite, pois, avaliar, *a priori* o número que seja essa relação, qualquer que seja a natureza íntima da percepção, pode-se afirmar que a amplitude de percepção mede exatamente a indeterminação de ação consecutiva e, em conseqüência, enunciar esta lei. *A percepção dispõe do espaço na exata proporção em que a ação dispõe do tempo.* (1959, p. 183).

Há, entretanto, o problema da passagem do tempo. Se é verdade que cada ato perceptual é um ato presente, uma relação atual do organismo com o ambiente, é também verdade que cada ato de percepção é um novo ato. Ora, se consiste num “novo” ato, supõe-se que antes dele teriam ocorrido outras experiências, outros movimentos, outros estados do psiquismo<sup>116</sup>.

A lembrança “impregna” as representações. Assim, parte-se do pressuposto de que há uma conservação subliminar, subconsciente, de toda a vida psicológica já transcorrida. Esse afloramento do passado, ao se combinar com o processo corporal da percepção, assegura que aos dados imediatos e presentes dos sentidos misturem-se milhares de pormenores da experiência pregressa. Via de regra, essas lembranças deslocam as percepções reais, das quais se retêm apenas algumas indicações, meros “signos” destinados a evocar antigas imagens.

Clifford Geertz (2001) lança nova luz sobre a intrincada relação existente entre psicologia e cultura, na medida em que se volta para uma apreensão dos vínculos que se estabelecem entre as formas expressivas e os sentimentos, os

---

<sup>116</sup> Como enfrentar o problema da vida psicológica já atualizada se, em termos de percepção pura, só existe o presente do corpo, ou, a imagem aqui e agora do corpo? Bergson (1959) vai opor vigorosamente a *percepção atual* àquilo que, logo adiante, chamará de *lembrança*. BOSI (1994) assinala que esse ponto será o ponto crucial das objeções que lhe serão feitas pela psicologia social de Maurice Halbwachs: para Bergson, o universo das lembranças não se constitui do mesmo modo que o universo das percepções e das idéias. Todo o esforço científico e especulativo de Bergson está centrado no princípio da diferença. De um lado, a percepção-idéia, nascida no coração de um presente corporal contínuo, de outro, o fenômeno da lembrança, cujo aparecimento é descrito e explicado por outros meios. Essa oposição entre o perceber e o lembrar é o eixo da obra de Bergson, que já traz no título o selo da diferença: matéria/memória.



quais estão ligados à cultura e retiram sua significação do lugar que ocupam na experiência de vida de pessoas particulares, em sociedades específicas<sup>117</sup>. O estudo desenvolvido pelo autor acerca dos sentimentos propicia uma reflexão sobre o funcionamento da memória. Em primeiro lugar, o antropólogo abandona a idéia de que o cérebro do *homo sapiens* é capaz de um funcionamento autônomo, apto a operar com eficácia como um sistema endogenamente acionado e independente do contexto. Em segundo lugar, assinala que, como o cérebro e a cultura evoluíram juntos, numa dependência recíproca para sua própria realização, tornou-se insustentável a concepção do funcionamento mental humano como um processo intracerebral intrinsecamente determinado, que seria ornamentado e ampliado, mas dificilmente gerado, por recursos culturais, tais como a linguagem, o rito e a tecnologia.

O cérebro, por estar no corpo, é a mente no mundo. Assim, o fato de o sentido ser um componente do pensamento e, deste, ser um elemento da prática sugere que o caminho para uma melhor compreensão do biológico, do psicológico e do sócio-cultural não passa pela disposição desses itens numa espécie de hierarquia da cadeia do ser, que se estenderia do físico e do biológico até o social e o semiótico, com cada nível emergindo e dependendo do que lhe está mais abaixo. Tampouco passa pela idéia de que se deve tratá-los como realidades descontínuas e soberanas, como campos fechados e isolados, externamente ligados uns aos outros, por meio de forças, fatores, quantidades e causas vagas e acidentais. Constituindo uns aos outros, isto é, sendo reciprocamente construtivos, esses itens devem ser tratados como tais – como complementos, não como níveis; como aspectos, não como entidades; como paisagens, não como domínios.

Por sua vez, António Damásio (1996), ao examinar o que chama de “o cérebro incorporado”, discorre sobre as interferências do sentimento na construção da vida humana, as quais se efetivam por meio da luta, da subjetividade, da personalidade e do destino das pessoas. De acordo com o pesquisador, os sentimentos permitem vislumbrar o organismo em plena atividade

---

<sup>117</sup> A psicanalista Nancy Chodorow - analista bastante ortodoxa, seguidora de Melanie Klein -, Hans Loewald e D.W. Winnicott possuem uma concepção fortemente pautada na “vida íntima”, situada no fundo do inconsciente, que atesta uma existência para além do cultural e do biológico. Chodorow afirma que existe “um terceiro campo” que não pode ser efetivamente entendido com referência aos enredos culturais e às associações que estes evocam ou a cenas culturais associadas com determinadas emoções. Cf. GEERTZ, 2001. p. 185.

biológica, como um reflexo dos mecanismos da própria vida em funcionamento. Não fosse pela possibilidade de sentir os estados corporais, não haveria, na condição humana, sofrimento ou êxtase, anseio ou misericórdia, tragédia ou glória, tampouco os sentidos.

Além disso, Jean Laplanche (2001) indica que, para Freud, a memória deposita-se na forma de traços, de signos, em diversos sistemas que se assemelham a arquivos mnésicos. Esses traços são inscrições feitas desde os primeiros tempos de vida, as quais não se assemelham a percepções exatas, porém, correspondem a atributos e detalhes que dão indícios daquilo que foi vivido. De direito, todas as lembranças estariam inscritas, mas seu reaparecimento dependerá da maneira como serão investidas, desinvestidas e contra-investidas. Com base nos postulados de Laplanche - e, indiretamente, nas idéias de Freud -, é possível concluir, portanto, que a memória não se dá de forma pronta e completa, por meio de lembranças claras de cenas inteiras, que se fariam acompanhar de sentimentos nítidos e perfeitamente situados no – ou determinados pelo – contexto histórico. Um processo como o da memória constitui-se numa construção que é resultado de um trabalho psíquico.

As noções teóricas brevemente sintetizadas possibilitam o exame de alguns aspectos da trajetória de vida de Dyonelio Machado, empreendido por meio da análise de suas *Memórias*. Tais noções mostram que o intelecto humano não é, exatamente, uma luz pálida, à espera de uma nova e poderosa corroboração empírica. As emoções e os sentimentos ligados à experiência pregressa também condicionam a percepção e, por isso, não são meros intrusos no campo da razão; está, isto sim, entremeados nas redes do pensamento, sejam as conseqüências de tal imbricamento positivas ou negativas para o indivíduo.

## 2.2. Flagrantes da memória<sup>118</sup>

A análise das *Memórias* de Dyonelio Machado, escritas na década de 1970, além de ampliar o entendimento<sup>119</sup> acerca de sua experiência parlamentar, ocorrida em 1947, confere visibilidade às repercussões que esse processo político teve na vida deste intelectual. Cabe verificar até que ponto a passagem pelo parlamento e, sobretudo, a perda do mandato de deputado geraram no escritor uma série de ressentimentos, que, de uma forma ou outra, interferiram na seleção dos registros feitos em sua autobiografia. Nesse caso, a distância temporal – cerca de trinta anos separam a escrita das *Memórias* da experiência vivida na Assembléia Legislativa - não se configura como vantagem, como apregoa o senso comum; é, antes, um instrumento ao qual se pode recorrer na busca das diversas estratificações de sentido de que são objeto os acontecimentos passados, então transformados em eventos “supersignificados”.

Para efeito deste estudo, priorizam-se duas seções da autobiografia de Dyonelio: a primeira das três partes que constituem o capítulo inaugural do livro, intitulada “Imagens fugitivas”<sup>120</sup>, que possui um caráter parcialmente metalingüístico, pois o autor elege como uma de suas temáticas o próprio processo de narração das *Memórias*, e o oitavo capítulo da obra, denominado “A experiência parlamentar”, que trata da eleição do intelectual, das suas atividades parlamentares, da sua relação com a direção do PCB e da cassação do registro do partido em 1947. A análise dessa autobiografia é realizada pela atenção ao

---

<sup>118</sup> Para a análise do texto das *Memórias de um pobre homem*, utilizou-se a seguinte edição da obra, da qual foram extraídas as citações: MACHADO, Dyonelio. *O cheiro de coisa viva*. Organização, introdução e notas de Maria Zenilda Grawunder. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1995. Dessa mesma edição, foi consultado o primeiro capítulo, intitulado “Depoimentos aos repórteres: Uma antologia de frases extraídas de entrevistas feitas com o escritor (1935-1982)”. Recorreu-se, ainda, ao texto de apresentação da edição MACHADO, Dyonelio. *Memórias de um pobre homem*. Pesquisa, apresentação e notas de Maria Zenilda Grawunder. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1990.

<sup>119</sup> À maneira de Vico, pode-se supor que só é possível tornar conhecido de maneira indubitável aquilo que o próprio sujeito cognoscente faz, cria ou produz. De acordo com essa premissa metodológica, o ser humano não pode conhecer-se a si mesmo. Consciência e ciência constituem elementos distintos. A primeira pode ser possuída pelo ignorante, mas a segunda não, pois trata-se de conhecimento verdadeiro, fundado sobre suas causas. Assim, o ser humano não conhece a causa de seu próprio ser porque ele não é essa causa; ele não cria a si mesmo. Ver VICO, 1979.

<sup>120</sup> Essa parte foi originalmente publicada a 16 de outubro de 1971, no *Caderno de Sábado*, suplemento cultural do *Correio do Povo*, como homenagem póstuma a seu amigo Celestino Prunes. No texto de apresentação da edição das *Memórias* publicada em 1990, intitulado “O escritor que depõe”, a organizadora esclarece que, no primeiro capítulo de sua autobiografia, o escritor “alterna trechos manuscritos e datilografados, numa descrição de momentos que vão desde a sua estréia na ficção, em 1927, até sua prisão e vida política [...]. São nove capítulos, em 127 páginas predominantemente manuscritas, em que utiliza os mais variados tipos de papel-rascunho, rabiscos e correções a tinta, a lápis, caneta vermelha, azul, preta”. Cf. GRAWUNDER, 1990, p.11.

afloramento do inconsciente no texto, sob a forma de fragmentos de relatos incoerentes, truncados ou ambivalentes, que, em alguns casos, mais parecem atos falhos.

A meta a ser atingida ao final desse percurso é a construção de uma intriga inteligível, aceitável e constitutiva – ainda que não seja a única possível - da identidade pessoal do escritor. Nessa investigação, a memória, por ser a expressão da dor, do trauma, passa por duas mediações<sup>121</sup>. A primeira é realizada pela linguagem do autor das *Memórias* - que é própria de uma comunidade específica -, pelo código que ele utiliza para dar corporeidade a um relato autorizado pela experiência e, conseqüentemente, torná-lo conhecido de outros. A necessidade (dever de obrigação) de falar diante de testemunhas parece estar relacionada, por um lado, ao fato de que estas, uma vez levadas em consideração, podem ajudar o escritor a levantar as barreiras da memória, estimulando sua narração, e, por outro, ao desejo que esse intelectual nutria de gravar a sua versão de uma história que ele sabia extrapolar o âmbito pessoal ou individual. Essas testemunhas eram os leitores imaginários, que futuramente percorreriam as páginas de seu livro, e, de modo especial, um público seletivo, aquele composto pelos demais escritores, políticos, críticos literários, militantes de esquerda e jornalistas, em suma, por todos os formadores da “opinião pública”. Assim, como se pode deduzir, a segunda mediação é efetuada por um outro, aquele que lê (assumindo um lugar semelhante ao da escuta psicanalítica), no caso, o pesquisador que tem em mãos o texto.

Dyonelio considera-se um intelectual da “periferia” do mundo, reconhecida somente em virtude da crença na existência de um centro hegemônico, e alimentada tanto por aqueles que se consideram *dentro* quanto por aqueles que se vêem *fora* desse centro. Concebido como produtor de todos os movimentos que condicionam a vida, incluindo-se aí a vida literária e artística, o centro se caracterizar-se-ia por grande agitação e tumulto. Ao que parece, tal crença é partilhada pelo autor em questão e pode ser relacionada ao anseio que tem de conquistar a sua legitimação como escritor, bem como a aceitação de sua obra<sup>122</sup>.

---

<sup>121</sup> Cf. DOSSE, 2003, p. 286-288.

<sup>122</sup> Transferindo-se para a literatura os conceitos utilizados para se explicar o que é uma instituição, muito bem desenvolvidos por Halliday (1987), pode-se definir instituição literária como um conjunto de procedimentos e normas aplicadas a um domínio humano, de convenções marcadoras de uma identidade e de códigos que funcionam como estratégia de legitimação dessa instituição. Desse modo, percebe-se que a literatura, como uma dimensão humana, utiliza-se de uma ordem de signos, estando ligada a um quadro

Trata-se, assim, da busca de uma produção de consenso no que se refere ao trabalho intelectual, visando à fama, que pode ser alcançada por meio de uma maior aproximação com aqueles que têm o poder de garantir à obra uma repercussão pública, na medida em que possibilitam a ampliação de seu círculo de leitores. A visibilidade da obra decorre da notoriedade de seu autor e vice-versa.

Nem todos os escritores e intelectuais são admitidos com facilidade pelos circuitos literários que se consideram o centro. Além das qualidades estéticas de uma obra de arte, outros elementos compõem a senha que lhes faculta o acesso à “instituição literária”<sup>123</sup>. Ao mesmo tempo em que empreende tentativas de atravessar essa fronteira, Dyonelio Machado reflete sobre as situações em que ocorre a cooptação dos intelectuais por parte do poder no Brasil. Para o escritor, está muito claro que tanto a um como aos outros cabe-lhes “pleno direito”: ao poder, de cooptar; aos intelectuais, de aceitarem a cooptação. O autor conclui que o poder público sempre necessitou dos intelectuais, na exata proporção em que estes precisaram do poder público. Ao falar dos intelectuais, em geral, fala de si mesmo e situa sua própria experiência de escritor, descrevendo as relações que estabeleceu com os órgãos e instituições públicas:

Começa que a intelectualidade não é profissão. Por conseguinte, não se acha garantida, organicamente, pela prestação dum serviço determinado, perfeitamente definido, reconhecido como imprescindível – não está fixado a um trabalho compulsivo: é um errante. Trabalhando com uma mercadoria de consumo aleatório, de difícil colocação no mercado, pode ser tido como um produtor ocasional. Se, com o tempo, lograr certa estabilização, deve encará-la como obra do acaso, inteiramente excepcional. Nenhum intelectual pode, de saída, garantir seu êxito comercial, a despeito da sua capacidade. – Apenas nisso são profissionais: entram em falência como qualquer negociante mal sucedido. (1995, p.55-56)

---

classificatório baseado em regras estéticas, que são circunstâncias. Esses códigos são estabelecidos por um conjunto de instâncias e podem ser reproduzidos ou transformados pelo jogo das tendências literárias de cada época e espaço.

<sup>123</sup> No texto de apresentação do livro *Instituição literária: análise da legitimação da obra de Dyonelio Machado*, intitulado “De métodos e autores”, Regina Zilberman expõe a tese segundo a qual o escritor é dos casos mais gritantes de rejeição institucional, na medida em que viveu a “marginalidade” literária por quase toda a sua existência. Cf. GRAWUNDER, 1997.

Dyonelio define, primeiro, as particularidades do trabalho do intelectual para, então, apontar as estratégias por meio das quais o poder público, em todos os tempos, tirou proveito dessa situação, tendo-se valido da cooptação com o intuito de trazer o intelectual para a área de influência daqueles que ocupavam os cargos administrativos. Porém, a submissão – “vassalagem intelectual” – do escritor ao poder público, nesse estágio, ainda está incompleta, uma vez que, de uma maneira indireta, pode vir a ocorrer um processo de estatização dos autores por meio da ação de dois aparatos: a censura e as iniciativas implementadas pelos institutos do livro nas esferas nacional e estadual.

As dificuldades enfrentadas por Dyonelio Machado como escritor – no que se refere ao reconhecimento do público, da crítica, dos poderes oficiais e do mercado editorial – levaram-no a reconhecer em si mesmo “um pobre homem”. Essa auto-imagem era condicionada não somente pelos elementos mencionados, que incidiram negativamente no processo de legitimação de sua obra literária, mas também, e sobretudo, pela perseguição política de que foi alvo durante muitos anos. Ele afirma ter sido o primeiro brasileiro enquadrado na Lei de Segurança Nacional<sup>124</sup>. Em suas *Memórias* são esclarecidos os motivos das inúmeras prisões de que foi vítima a partir de 1935<sup>125</sup> e que lhe acarretaram uma carga significativa de sofrimento físico e psíquico.

Um dos fatores mais conhecidos no que se refere à atuação política de Dyonelio Machado é a sua eleição para presidente suprapartidário da Aliança Nacional Libertadora (ANL), seção Rio Grande do Sul, em 1935<sup>126</sup>, época em que

---

<sup>124</sup> Dyonelio Machado registra que não tem notícias de um outro brasileiro que, antes dele, tenha sido enquadrado na Lei de Segurança Nacional. O motivo de ter inaugurado tal “estatuto” foi o fato de haver liderado, no Rio Grande do Sul, um movimento de protesto contra o fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Por um ato de puro “arbitrio ditatorial”, a ANL foi fechada e, a seguir, teve seu registro cassado. Porém, a atitude de inúmeros “sindicalistas”, “patriotas”, “democratas”, “socialistas” e “comunistas” não foi de conformidade com o episódio. O núcleo dos gráficos resolveu fazer uma greve de protesto por 24 horas, e Dyonelio foi escolhido pela organização para articular o movimento paredista. Ele mesmo foi para as gráficas dos jornais conversar com os gráficos, explicando as razões da greve. Ao mesmo tempo, estabeleceu contato com a direção de alguns matutinos, com o propósito de “preparar” os donos dos jornais para que entendessem os motivos do protesto. Cf. MACHADO, 1995, p. 101.

<sup>125</sup> Foi no cárcere que o escritor completou quarenta anos de idade. O encarceramento durou cerca de dois anos - com *sursis* de dois dias apenas, antes dos acontecimentos de novembro de 1935 - e foi cumprido num quartel, primeiro no corpo da guarda e, em seguida, por vários meses, no alojamento do oficial-de-dia; depois num outro, por pouco tempo e tão incomunicavelmente como nos primeiros dias da prisão; mais adiante, num velho quartel abandonado e desmantelado, com sentinelas à vista; posteriormente, de volta ao primeiro estabelecimento, mas então num quarto escuro; por fim num cubículo na Casa de Detenção do Rio de Janeiro, com sua passagem obrigatória pela sala dos detidos da Central de Polícia.

<sup>126</sup> Em 1935, na cadeia, Dyonelio sintetiza sua visão sobre o marxismo: “Lenine levou o proletariado à vitória da revolução. Stalin levou a revolução à vitória, concretizando o plano quinquenal, pela transformação da Rússia, de país agrícola, em país de potencialidade industrial intensíssima. E sobre as obras de ambos, para o gênio tutelar de Carlos Marx. Marx, Lenine, Stalin – a vitória da doutrina, a vitória da revolução, a vitória do regime. E de tudo isso, existe hoje, para ser aplicado à realidade social do universo, na luta pela libertação do

se achava entusiasmado com os ideais socialistas. “*Un épisode sous la terreur*” - esse é o modo como se configuraram para o escritor e são registrados em suas *Memórias* os acontecimentos que o envolveram a partir de 1935, quando se instalou a ANL, no Rio Grande do Sul. Acusado de haver praticado “delito de opinião”, conforme noticiou a imprensa, em 18 de julho do mesmo ano foi recolhido ao 3º Batalhão da Brigada Militar, situado no bairro Praia de Belas, em Porto Alegre, tendo, depois, ficado detido na prisão das Bananeiras, localizada no bairro Glória, em Porto Alegre. Embora a condenação previsse a pena de menos de um ano de reclusão, o encarceramento estendeu-se por um período de cerca de dois anos. Seis meses após essa prisão, foi enviado para o Rio de Janeiro no vapor Itaimbé; lá permaneceu no Pavilhão dos Primários da Casa de Detenção por mais um ano e meio, do início de agosto de 1936 a meados de junho de 1937, tendo convivido com Graciliano Ramos e com diversos intelectuais simpáticos à ANL e, em particular, ao PCB.

Em junho de 1937, obteve sua libertação, beneficiado que foi - como tantos outros - pela “Macedada”, nome do então ministro da Justiça Macedo Soares. De volta ao sul, foi a Quaraí (RS) buscar a família, que tivera dificuldades de aceitação por parte dos habitantes da cidade, em virtude das ligações do autor com o Partido Comunista. Nessa fase, a família sobrevivia às custas das aulas de piano ministradas por dona Adalgiza, esposa do escritor. Em novembro, ocorreu o golpe do Estado Novo, com a implantação da ditadura de Vargas, que promoveu a dissolução das assembleias, das câmaras legislativas e dos partidos políticos, além de criar a censura oficial e designar interventores para os estados. Nessa ocasião, temendo ser preso novamente, Dyonelio fugiu para Lages (SC).

Entre seus “crimes” constava o fato de ter presidido a ANL no estado do Rio Grande do Sul<sup>127</sup>, instituição que organizara a Insurreição Comunista de 1935.

---

proletariado: o marxismo-leninismo, ou seja, a teoria e a tática da revolução operária e camponesa em geral e da ditadura do proletariado em particular”. Cf. ROSE, 1975, p. 38-39; REVERBEL, 1935, p.1.

<sup>127</sup> Todo esse rol de crimes consta de um documento que contém as informações sobre os delitos cometidos por Dyonelio Machado e que foi fornecido pela chefia de polícia de Porto Alegre em 1938. O documento original chegou às mãos do escritor por obra “da gentileza de um amigo” que atuava como funcionário do alto escalão do governo estadual. Sem que Dyonelio soubesse, essa documentação encontrava-se junto aos papéis que tratavam de sua reintegração no cargo de médico no Hospital Psiquiátrico São Pedro, do qual tinha sido afastado pelos homens que haviam ocupado as posições de poder três anos antes. Parte dessa documentação consta em suas *Memórias* (115, p. 100). O cerco em torno do doutor Dyonelio iniciou no “famoso” 05 de julho de 1935, ocasião em que foi instalada oficialmente no Rio Grande do Sul a seção da ANL. Cerca de duas mil pessoas, às 20 horas, já lotavam o Theatro São Pedro, em Porto Alegre. O escritor presidiu a cerimônia. Na oportunidade discursaram Lúcio Soares Neto, João Antônio Mesplé, José Júlio Parise Iglesias, Marciano Belchior Filho, Rafael Saraga, Aparício Cora de Almeida, Maura de Sena Pereira e, por último, o presidente da Seção da ANL no Rio Grande do Sul. A ANL era uma espécie de frente ampla,

Além disso, apareciam como “provas” das ações ilícitas que teria cometido a sua intensa atividade junto à Liga Eleitoral Proletária e as suas ligações com o tenente Cícero Neiva, com os capitães Agildo Barata e Moésias Rolin, o major Carlos Costa Leite e o comandante Roberto Sisson, todos reconhecidos como líderes comunistas vinculados à ANL. A declaração que fizera de que o líder comunista Luiz Carlos Prestes teria legitimidade para constituir-se presidente honorário da ANL também chamou a atenção das autoridades locais. O documento enumerava, ainda, outros “crimes” supostamente praticados por Dyonelio Machado, dentre os quais merecia destaque o incitamento às greves de ferroviários, marítimos, *chauffeurs*, garçons e dos gráficos da Livraria do Globo. Por fim, os dois últimos crimes que constavam da lista diziam respeito à distribuição, que teria realizado, de exemplares do panfleto (boletim) “Pelo povo, por pão, terra e liberdade”, e, também, à entrevista concedida por ele ao jornal *A Razão*, em que fizera a defesa dos ideais socialistas.

Anos depois, ao fazer uma apreciação da Insurreição de 1935, que mobilizara, principalmente, alguns segmentos do Exército no Rio de Janeiro e no nordeste brasileiro, Dyonelio Machado (1995, p. 108) relata que, na época, ele próprio considerara o movimento, de um lado, uma precipitação por parte dos comunistas e, de outro, uma provocação por parte de um grupo “palaciano” que se “fascistizava a olhos vistos” e que necessitava de um pretexto para descartar a única força animada de propósitos “realmente democráticos: os socialistas”. O autor constata que os “camaradas” tinham pouca maturidade política, segundo pôde comprovar em mais de uma oportunidade, em vários anos de vida partidária. Além disso, afirma que a referida “revolução” não contara com a massa; seus integrantes eram, majoritariamente, “pequeno-burgueses, esse setor sempre oscilante entre esquerda e direita” (1995, p.112).

Entretanto, ressalta que o mérito desse segmento social era a sua grande capacidade de agitação, de ação, o que compensaria, em certo sentido, a falta de força popular participativa e consciente, sem a qual nada se faz em matéria revolucionária. Refere-se a “novembro de 35” como um movimento que ficara restrito aos quartéis, sem chegar às ruas; seria, segundo o autor, mais uma das tantas “insurreições” que não contam com a intervenção popular. Em tais

---

nos moldes das frentes populares que se vinham formando em alguns países da Europa, aonde chegaram mesmo ao poder, sem causar maior abalo na sociedade..



circunstâncias, a mobilização de apenas uma minoria intelectualizada proporcionara à força armada – à reação – uma oportunidade capaz de justificar o golpe militar e o desmantelamento da democracia. O escritor relata o momento em que deixara claro, ainda em 1935, seu ponto de vista acerca de “imaturidade do movimento”:

A minha chegada à Casa de Detenção no Rio de Janeiro, meio ano depois dos sucessos, tão pronto cessaram as aclamações com que os camaradas da prisão nos recebiam (os que do Rio Grande éramos transferidos para lá), em reunião reservada do órgão dirigente naquela prisão, mostrei a minha estranheza ante a displicência com que se mantinha no maior desligamento os camaradas gaúchos, propiciando à reação sevícias, provocações, propaganda capciosa, colaborando com ela no desfalque de quadros para a luta. Das explicações que a minha crítica suscitou ficou-me uma impressão de coisa deliberada de afogadilho, sem plano, esperando se organizar (se a tanto almejava) no próprio processo da luta armada. Punha-se uma esperança infantil, verdadeiramente mágica em sucessos puramente aleatórios. Como se a ordem vigente estivesse já tremenda e fundamentalmente abalada, que um primeiro encontrão a fizesse ruir qual um castelo de cartas. (1995, p. 113)

Ao escrever as *Memórias*, Dyonelio Machado (1995, p. 90-92) pinta, no seu auto-retrato, um homem “da Província”, “da fronteira”, “um intelectual pequeno-burguês”, e admite que tem dificuldades em aceitar uma doutrina ou uma teoria dogmática, que ofereça explicações para tudo. Seguindo essa mesma direção, numa entrevista concedida em 1979, define-se como um rebelde, “um eclético que detesta qualquer unilateralismo, seja de idéias, seja de fatos” (1995, p.11). Entretanto, na década de 1930, conforme entrevista mencionada anteriormente, considerava Lênin e Stálin os portadores da verdade política que era o socialismo fundamentado no marxismo. Além disso, no próprio texto das *Memórias*, apresenta uma visão idealizada do comunista, do socialista, que seria todo aquele que deseja a igualdade, a universalidade, em suma, o indivíduo para quem a paz e a liberdade representam na vida a atmosfera de eleição, o sujeito que se envolve para formar uma sociedade que assegure a efetivação desses propósitos (1995, p. 120).

Essa é uma das ambivalências do pensamento de Dyonelio Machado, escritor que se faz acompanhar de um sentimento também ambivalente em

relação ao fato de não ser aceito pelo poder oficial – político e literário -, em razão de sua opção ideológica – o comunismo – e de sua origem social e geográfica. A forma que encontra de transpor, parcialmente, as fronteiras e compensar a distância que o separa do “centro” é a leitura. Declara que não conhece o mundo, tampouco o Brasil. Contudo, destaca que ambos chegam até ele por meio da palavra, sobretudo da escrita, que se encarregou de instruí-lo sobre as características dos demais países (1995, p. 91).

As ambigüidades que compõem o perfil do escritor estão inscritas em seu relato autobiográfico e atestam o grau de complexidade dos componentes da memória. Os aspectos que mais ganham espaço no texto, pelo visto, são aqueles que maior significado tiveram em sua vida. Chama atenção, em primeiro lugar, na leitura das “Imagens fugitivas” (1995, p. 70-79), narração com a qual abre suas *Memórias*, o fato de não se conformar com a visão que, na época, o centro literário do País possuía a respeito do sistema literário do Rio Grande do Sul. O escritor sugere que, mediante a construção de um processo de hierarquização, estabeleceu-se um grau de distanciamento do Rio de Janeiro e de São Paulo em relação às demais “províncias” do País. O sistema literário de então era composto pelos seguintes aspectos: teor estético ficcional, processo editorial, mercado livreiro, qualidade do público-leitor e existência dos cenáculos e/ou círculos de discussão literária. Sobre a situação desse sistema no Rio Grande do Sul, afirma o autor:

Todo mundo sabe da escassa “vida literária” entre nós, os gaúchos. Mal crônico, nunca tendo recebido uma reparação adequada, não exclui uma certa atividade nessa matéria - que consiste na formação de grupos de escritores, ocasionalmente lembrados, e mesmo de alguma produção literária merecedora da atenção dos demais patricios nossos. (1995, p. 70)

O uso de aspas na citação acima torna ainda mais ambígua a afirmação do escritor, que tanto pode estar duvidando da existência de uma certa “vida literária” no estado, como pode estar apontando para a falta de reconhecimento - de publicização, sobretudo, por parte da crítica literária especializada ou não - da atividade que, efetivamente, havia nessa matéria, embora não tivesse a

visibilidade necessária para ser notada no Brasil. O autor das *Memórias*, ainda no fragmento em destaque, ao usar a expressão “mal crônico”, faz um jogo de palavras carregado de ambivalência, o qual sugere, por um lado, que o problema estaria no restrito círculo literário existente na região meridional do País e, por outro, que o verdadeiro obstáculo residiria na visão que os paulistas e cariocas teriam formado a respeito da produção literária do Rio Grande do Sul.

A seguir, Dyonelio Machado reivindica uma “reparação adequada” do mal que lhe havia sido feito, representado pela não-legitimação da sua obra por parte do círculo literário ao qual pertencia. O autor parece querer restituir a vida, a integridade ao que tinha sido morto, isto é, a sua produção literária, corrigindo, assim, a injustiça de que fora vítima. Percebe-se que os mecanismos de reparação acionados pelo escritor aproximam-se de um sentimento de superioridade em relação àqueles que vê como seus algozes e, por vezes, assumem um tom obsessivo, marcado pela repetição compulsiva das ações que visam à recuperação do espaço que lhe teria sido roubado.

Nas três primeiras linhas das *Memórias*, Dyonelio (1995, p. 70) apresenta uma justificativa para a escrita do texto autobiográfico, fornecendo uma resposta antecipada a qualquer censura possível por parte da posteridade. A crítica temida pelo autor, conforme sua própria declaração, é a mesma que João Pinto da Silva, um dos primeiros historiadores da literatura do Rio Grande do Sul, endereçara ao escritor Aquiles Porto Alegre: a de não produzir reminiscências, mesmo “tendo a seu dispor um grande canal de divulgação” – o jornal *Correio do Povo* – e tendo sido “testemunha pessoal” de um grupo de escritores - na condição de seu integrante - que fizera parte da “vida literária” do estado. Como se trata de alguém que - tendo sido um ativo participante da vida política do Brasil e um ficcionista inovador - tornou-se vítima da repressão por parte do Estado e, durante um longo período, viu a sua obra permanecer no ostracismo, não deve surpreender essa antecipação a uma provável censura.

É de se perguntar, entretanto, se a espécie de censura de que o intelectual procurava esquivar-se e contra a qual resolveu se precaver não seria – ao contrário do que afirma - aquela que viesse a condenar a imodéstia ou vaidade pretensamente contida em seu desejo de autoria. Convém lembrar que o escritor - cuja ousadia, nesse episódio, consistia em fazer uso da palavra não para proferir discursos na tribuna e no palanque, ou para debater grandes temas na imprensa,

e nem mesmo para contar a história de personagens fictícios, mas para falar de si próprio - era egresso do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e do Partido Comunista do Brasil (PCB). Os ideários dessas agremiações pautavam-se pelo investimento no bem da coletividade, em detrimento dos interesses individuais, os quais deveriam anular-se em nome de causas que favorecessem a maioria.

Avançando na leitura do texto, é possível identificar com mais segurança as intenções e os impulsos, conscientes ou não, que levam o autor a escrever, para além daquela motivação que ele mesmo revela. Nos parágrafos seguintes, o escritor confessa, a propósito da “queixa” de João Pinto da Silva em relação ao silêncio de Aquiles Porto Alegre, que naquela circunstância se irmanara ao historiador, mesmo sendo “ainda novo para semelhantes lamúrias”. Diz que lamentou com João Pinto da Silva o fato de Aquiles Porto Alegre, um dos últimos remanescentes da Sociedade Partenon Literário, haver decidido manter-se como um “manancial fechado”, como uma “fonte selada”, guardando apenas para si as experiências que vivenciara ao lado do grupo. Em seguida, o autor descreve a imagem que lhe ficou de Aquiles Porto Alegre:

Era um velhinho, de barba comprida, a andó ao que eu me lembro. Pequeno. Suave. Muito limpo. E que devia como eu morar na Rua da Olaria, pois passava sempre por ali. Minto: não passava, porque sempre parava e ficava a conversar com moços (não era só eu), nessa fatalidade dos velhos que eu agora tão bem compreendo, de, se não fugir dos velhos seus iguais, buscar, no convívio com a gente moça e por um mecanismo projetivo, a mocidade que não os abandonou, claro, embora haja quem a não saiba ver. (1995, p. 70)

As observações feitas por Dyonelio Machado, acima sintetizadas, permitem algumas deduções e/ou especulações:

1ª) para o autor do livro, lamúrias, queixas e lamentos são atitudes próprias de um velho;

2ª) o escritor, que contava mais de setenta anos quando produziu suas *Memórias*, identificava-se ou desejava ser identificado, nesse momento, com Aquiles Porto Alegre;

3ª) contrariando o estereótipo que toma como referência somente a aparência exterior – a “fonte selada” -, a velhice não é, necessariamente,

sinônimo de serenidade, suavidade e de uma fragilidade (ou passividade) à espera de cuidados, pois, uma vez aberto, o “manancial” que se encontrava fechado pode expor não só a riqueza que tem a dar, a oferecer, como também os conflitos do ser humano;

4ª) um dos conflitos a ser destacado é este que leva o autor da autobiografia a declarar-se velho, embora afirme que a mocidade não os abandonou - a ele e àquele que é objeto de sua descrição - e sugere que as demais pessoas é que não sabem ver a juventude dos idosos;

5ª) de alguma forma, essa juventude que o velho preserva dentro de si precisa ser buscada e reconhecer-se em um “outro”, “a gente moça”;

6ª) o ato de escrever memórias pode ser entendido como uma maneira encontrada pelo autor, já idoso, de conviver com um jovem, ele mesmo, que, visto através do intervalo existente entre o passado vivido e o presente das lembranças, transforma-se em personagem de si próprio.

Depois de caracterizar Aquiles Porto Alegre, Dyonelio Machado (1995, p.71) informa o nome do veículo no qual aquele publicava suas crônicas – o *Correio do Povo* – e, logo em seguida, faz conjecturas acerca dos motivos que haviam levado o representante do Partenon Literário a se calar, a não falar de si mesmo, negando, assim, o seu testemunho sobre esse grupo, “para sempre ligado às origens do Regionalismo rio-grandense”. A primeira suposição levantada pelo autor das *Memórias* é que a Aquiles Porto Alegre nem ocorrera a idéia de produzir reminiscências, pelo fato de ter subestimado o cenáculo literário de que participara, uma vez que se tratava de “uma coisa que havia sido ordinária para ele”. Outra hipótese seria que esse escritor, no seu íntimo, considerando tal tarefa um trabalho “terminal”, acabasse sempre por adiá-lo. Dyonelio Machado reincide, então, na ambigüidade que, pelo menos nessa passagem, parece ser intencional em sua escrita: não esclarece se, a seu ver, a protelação da referida tarefa por parte de Aquiles Porto Alegre expressava o desejo do cronista de adiar o próprio fim, ou se era a crença de que ainda havia tempo que o afastava do registro de suas lembranças.

No parágrafo subsequente, retoma a “queixa” de João Pinto da Silva, desta vez citando as palavras do historiador, cuja reclamação se justificava pelas qualidades que percebia em Aquiles Porto Alegre. Leia-se um fragmento da

afirmação de João Pinto da Silva acerca do referido cronista, citada pelo autor das *Memórias*:

É de lamentar que esse escritor, de tão fartos recursos mnemônicos e cujo estilo tanto se impõe pela clareza, não utilize mais proveitosamente o seu tempo e as suas aptidões, evocando, por exemplo, em conjunto, os poetas e os prosadores do Partenon, de que ele é hoje um dos mais ilustres sobreviventes. (1995, p. 71).

Imediatamente após a citação do elogio feito por João Pinto da Silva a Aquiles Porto Alegre, Dyonelio Machado declara:

Entende-se naturalmente, por mais que isso possa afrontar a opinião que nós os moços daquele tempo nutríamos a respeito de nós mesmos, e entende-se com facilidade que não há nenhum modo de estabelecer qualquer correlação entre o Partenon Literário e a... República do Império. Saiu-me o nome quase sem sentir. (1995, p. 71).

O intelectual contrapõe a sua posição de autor – e de velho, portanto - à opinião que ele e seus companheiros - alguns “rapazes mais ou menos poetas”, conforme esclarece abaixo -, tinham de si mesmos quando eram jovens e formavam o grupo que se auto-intituiu “República do Império”. Verifica-se, porém, que, embora afirme não haver qualquer modo de estabelecer uma correlação entre o grupo ao qual pertencera na mocidade e o cenáculo de que fizera parte Aquiles Porto Alegre, o autor das *Memórias* encontra diversas maneiras de demonstrar o contrário do que declara. Aliás, o raciocínio desenvolvido até esse trecho tem outro objetivo que não conduzir – ou induzir – a uma comparação e, até mesmo, a uma associação entre Dyonelio e o cronista.

Como se mencionou, no período em que redige esse texto autobiográfico, o autor encontra-se na mesma faixa etária em que estava Aquiles Porto Alegre quando deste era exigida a “produção de reminiscências”. Portanto, ambos têm de semelhante a idade cronológica e de comum o ofício - a escrita – e a pertença a um grupo. A seguir, o autor informa que é um sobrevivente da República do Império, assim como o cronista era o último remanescente do Partenon Literário.

Sugere que a única diferença marcante a separá-lo de Aquiles Porto Alegre é a alta qualidade do trabalho do cronista, mas a alusão a uma segunda diferença existente entre ambos – aquela referente à atitude tomada perante as próprias lembranças – anula ou, pelo menos, leva a questionar a primeira. Caso, de fato, pensasse dessa forma, caso não se julgasse portador de um “manancial” digno de ser exposto, por que faria questão de registrar as imagens que reteve do passado, “tarefa” a que não se propôs nem mesmo um cronista já consagrado, como Aquiles Porto Alegre?

Talvez aquilo que o pudor impeça o autor das *Memórias* de confessar é que, na sua opinião, o fator real a distanciá-lo do integrante do Partenon Literário é a repercussão que teve o trabalho de Aquiles Porto Alegre como homem de Letras, reconhecimento que a obra de Dyonelio Machado, naquelas alturas – início da década de 70 – ainda não conhecera. As demonstrações de modéstia por parte do escritor, serem insistentes e exageradas, acabam soando como falsas, como se pedissem a seus potenciais interlocutores uma retificação. Pode ser essa a verdadeira reparação que, conscientemente ou não, o “pobre homem” deseja com razão do ressentimento que mantém entremeado com suas lembranças. Talvez a escrita das *Memórias* seja a forma – quem sabe a única – vislumbrada para fazer justiça com as próprias mãos e, por isso, suas palavras saiam hesitantes, contraditórias, acometidas que estão de pruridos e mágoas.

As vacilações e desvios estão inscritos na fala do autor: por um lado, ele utiliza as expressões “entende-se naturalmente” e “entende-se com facilidade” a fim de evidenciar a impossibilidade de se estabelecer uma correlação entre a República do Império e o Partenon Literário, portanto, entre ele próprio e Aquiles Porto Alegre; por outro, aponta, de modo indireto, para a real possibilidade de se efetuar tal comparação. A tal ponto são recorrentes as indicações nesse sentido que o paralelo se torna inevitável para o leitor mais ou menos atento. Além disso, ao falar da República do Império, Dyonelio Machado afirma: “Saiu-me o nome quase sem sentir”. A menção à República do Império, cercada de cuidados, mostra que o autor diz tal nome “sem querer”, por entender que o grupo – e ele próprio – devia ser lembrado por outro (provavelmente, um crítico ou historiador da literatura sul-rio-grandense) que não o protagonista da ação; ou que o autor o cita de forma intencional e por desejar, com todas as suas forças, fazê-lo, embora não

queira que seus leitores percebam que se trata de uma atitude deliberada de sua parte; ou, ainda, que esses dois sentimentos lutavam no íntimo do escritor.

Pode ser que esse conflito, aliado à autocensura, que advinha do temor da censura alheia e a ela se antecipava, tenha levado Dyonelio Machado – estudioso de Freud - a simular uma manifestação da memória involuntária (“Saiu-me o nome quase sem sentir”). Esse artifício talvez não se tornasse perceptível se a frase fosse pronunciada oralmente; não há, contudo, como deixar de especular sobre uma possível simulação quando se pensa que, sendo uma frase registrada por escrito, bem poderia ter sido “corrigida” ou suprimida; assim, não havendo sido, acaba por grifar não só as marcas que o autor teria decidido manter e exibir, como também a decisão que haveria tomado de não apagá-las, opção da qual podia se valer se assim o quisesse.

Nos parágrafos seguintes, o autor das *Memórias* comenta que era comum, nos idos de 1912 – época em que os membros da posteriormente chamada República do Império começaram a se integrar -, a existência de grupos “de rapazes mais ou menos poetas” que se reuniam, com o intuito de se cotizarem e, desse modo, “poderem atender às despesas de alojamento e alimentação”; muitos eram os que montavam uma “república”. A palavra aparece assim, grafada entre aspas e acompanhada de seu significado – “*República... conjunto de estudantes que vivem em comum na mesma casa*”<sup>128</sup> -, uma vez que o escritor, conforme explica, está “a lembrar costumes de mais de meio século atrás” (199, p. 71). A seguir, informa que o grupo, depois intitulado “República do Império”, era constituído, a princípio, por João Leopoldino Santana, Hermínio Freitas e por ele próprio, todos alunos da escola de Afonso Emílio Meyer (tio do escritor Augusto Meyer), situada em Porto Alegre, no Centro, precisamente na Praça da Matriz. Mais tarde, agregaram-se a esses Celestino Prunes, De Souza Júnior e Alceu Wamosy.

Logo após, acrescenta que tanto ele quanto João Leopoldino Santana, nesse momento, acabavam de chegar à Capital e que um dado, o local de onde vinham, tem a sua importância. Segundo o depoimento do escritor, a “circunstância importante é que estes quatro rapazes (adolescentes de menos de dezessete anos) provínhamos da Fronteira: Celestino Prunes e Hermínio Freitas

---

<sup>128</sup> A opção de grafar essa frase em itálico é da organizadora da obra, Maria Zenilda Grawunder, o que indica que o próprio autor das *Memórias* deve tê-la destacado de alguma forma nos originais.



de Alegrete, Santana de Uruguaiana, eu de Quaraí” (1995, p. 72). A circunstância referida por Dyonelio constitui-se em mais um elo de ligação entre a maioria dos membros do grupo, já unido por interesses semelhantes e pela situação financeira desfavorável de, pelo menos, alguns de seus integrantes. Além disso, tal circunstância enfileira mais um obstáculo na série de dificuldades enfrentadas pelo autor das *Memórias*: ele não pertence ao centro; deixara a Fronteira muito jovem para buscar um “lugar” na Capital e, sobretudo, na história da Literatura do Rio Grande do Sul. O escritor, que já havia passado pela prisão em diferentes ocasiões e já publicara inúmeros livros – alguns deles por conta própria – sem ter alcançado o merecido reconhecimento, nessa fase de sua vida, ainda parece sentir-se empurrado para as margens, para as fronteiras, pelos “demais frios”, dentre os quais o ostracismo, a que responde com o auto-isolamento e um aparente descaso pela opinião alheia.

É curioso que, ao falar de uma região distante do centro do estado e do País, o autor ressalte as semelhanças que o lugar possui com o triângulo mineiro, uma área rica e economicamente ativa, situada no centro do Brasil. Talvez o que esteja por trás desse paralelo seja uma insinuação ou uma crença - a de que a Fronteira, não sendo pródiga como a região de Uberaba e Uberlândia, dispõe de outro tipo de riqueza, o talento de seus habitantes. O que vem depois da caracterização da Fronteira parece confirmar essa conjectura. Trata-se de elogios à inteligência, à sensibilidade estética, ao engenho e/ou ao caráter dos membros do grupo. Dyonelio não enaltece a si próprio, ao menos diretamente, dando voltas quando se trata de comparar-se a Aquiles Porto Alegre e de justificar o registro das suas lembranças em livro, como já foi comentado, ou, ainda, de falar do seu desempenho numa discussão filosófica, fato que faria De Souza Júnior aproximar-se dele. Leia-se o fragmento em que relata esse último evento:

uma noite, ainda no jardim (então bem cuidado) da Faculdade de Direito (para nós uma jóia de arquitetura) me achei no meio de uma discussão filosófica. E já no outro dia eu me defrontava com um jovem pálido e belo, numa livraria. Era De Souza Júnior. E fora conduzido por um introdutor, que se encontrava presente à discussão em que eu decerto brilhara (o brilho é fácil nessa idade) e que devia ser garante perante o De Souza da qualidade do espécime que lhe levava. – Esse *colporteur* do Destino e Destino Literário, chama-se Almir Alves. (1995, p. 73)

Cabe observar que o auto-elogio, nesse trecho, é imediatamente desautorizado ou amenizado pelo próprio autor, que parece atribuir o “brilho” da participação que tivera no referido debate muito mais a sua juventude do que a sua capacidade. O mesmo não ocorre, todavia, nas passagens em que fala de seus companheiros, trechos em que predomina um tom laudatório e/ou saudosista. Veja-se, a título de exemplo, o que afirma o escritor a respeito de um de seus amigos:

Falei da extraordinária sensibilidade artística de Hermínio e não produzi a menor prova disso. É certo que já se sabe que um pudor – pudor de poeta ante um grande público – que esse pudor o manteve num maciço ineditismo – apenas quebrado por mim, certa vez. Vou reincidir. Aqui vai uma mostra. (1995, p. 73)

A seguir, cita uma quadrinha de autoria de Hermínio Freitas, não sem antes salientar que essa, “como amostra”, deixa somente “entrever as virtudes do produto comerciável” (1995, p. 73). Talvez, com tal atitude, Dyonelio Machado deseje ampliar o seu poder de “reparação”, assinalando não apenas o “lugar” que cabe a si e a seu grupo, de um modo geral, na história da Literatura Sul-Rio-Grandense, como também a posição individualmente ocupada, na “escassa vida literária” do estado, por seus companheiros, citados um a um. Esse destaque é conferido, inclusive, àqueles que permaneceram no ineditismo, algo compreensível, tendo em vista a amizade, a admiração que o escritor nutria por todos eles, mas, sobretudo, levando em conta que o autor das *Memórias* combatera contra o ineditismo de sua própria obra, contra a falta de oportunidades de reeditar seus primeiros livros e contra o descaso da parte da crítica literária, rompido, até o início da década de 70, somente por alguns de seus contemporâneos.

É preciso ressaltar que o escritor se vale dos recursos peculiares ao gênero memorialístico para confidenciar detalhes de sua vida e da vida de seus companheiros ao leitor, que, sendo velho, jovem, ou de meia-idade, encontra, no texto, motivos para identificar-se com o autor do relato – Dyonelio idoso – e/ou

com o protagonista da ação – Dyonelio moço e, depois, maduro. Como o autor das *Memórias* é um escritor, não se pode esquecer que ele domina esses recursos e tem consciência dos efeitos que uma história pode provocar na recepção. Assim, fica explícito no texto quando ele conta sobre as diferentes reações provocadas na assistência pela encenação de *Otelo*, a tragédia shakespeareana, que tivera lugar no Theatro São Pedro, na época de sua juventude:

Eu esperava tranqüilo o desfecho, porque era sabido havia já bem uns trezentos e tantos anos. Mas não assim Wamosy, que, comigo, ocupava um lugar, dos mais acessíveis, no teatro, e se sentia “contemporâneo” da ação. [...] Ele vibrava com seus desejos em conflito com seus pavores [...]. (1995, p. 74)

Importa salientar que o receptor, durante a leitura do texto autobiográfico produzido por Dyonelio, desconhecendo o desfecho desse livro – embora possa ter informações sobre a vida do escritor –, tende a vibrar, tal como Wamosy, diante do “drama humano” que se desenrola à sua frente, contado por aquele que o viveu. Os procedimentos adotados pelo autor propiciam tal envolvimento, que leva o leitor do texto a sentir-se um “contemporâneo” da ação, seja esta o conjunto das aventuras e desventuras do protagonista, seja a escrita da obra intitulada *Memórias de um pobre homem*.

Há que se perguntar, entretanto, se o escritor - pelo fato de saber de todos os percalços que haviam pontuado a sua trajetória até aquele momento e de ter, talvez, programado o desfecho que daria a esse livro –, ao ver passar, nas telas da memória e no branco do papel, lembranças de alguns eventos de sua existência, permanecera, durante o processo de criação da obra, tão tranqüilo quanto estivera no teatro. O certo é que ninguém está “a salvo” perante as próprias recordações, as quais carregam consigo, para o plano da escrita, antigos ou novos conflitos e pavores; muito menos o intelectual em questão. Os tormentos com os quais se deparou não se resumiram a sua vida política, tendo permeado – e restringido – a sua vida literária. Só isso já bastaria para fazê-lo vibrar com as reminiscências.

Um outro aspecto, entretanto, também tem o poder de fazer aflorar suas emoções e trazer à tona alguns dilemas: a tentativa, empreendida pelo autor, de lembrar o próprio passado, inventando para ele um novo desenlace, no qual estaria inscrito o seu reconhecimento como escritor, como intelectual, sem que tivesse de abrir mão de suas convicções políticas, de suas escolhas no plano artístico – em suma de uma parte de sua vida. A proposta, apresentada nas *Memórias*, de inclusão do grupo de que fizera parte – e de inserção do seu próprio nome e do nome de seus companheiros – na história da Literatura Sul-Rio-Grandense aponta nesse sentido.

Logo após o comentário acerca da encenação de Shakespeare, Dyonelio conta aquilo que já havia anunciado: a circunstância que garantira ao grupo de jovens a sua “sede própria”, o que ocorrera no início da Primeira Guerra Mundial, e a origem da denominação que essa sede - e, conseqüentemente, o grupo - viria a receber. O escritor esclarece que a razão que os levara, a ele e a Celestino Prunes, a alugar “uma casinha de porta e duas janelas numa rua, àquela época meio esquecida”, fora a necessidade de desfrutar de um “mínimo de conforto” (1995, p. 75). Esse “conforto”, que então lhes faltava, consistia em ter luz, água e esgoto. A “casinha” ficava numa “ruazinha”, e o diminutivo aqui não apenas acentua a modéstia de ambas, mas traduz, também, a afeição do autor por tais espaços.

Trata-se aí da Rua Espírito Santo, que, “apesar de um tanto relegada pelos homens, descia [...] numa íngreme ladeira sob a proteção divina do Espírito Santo”, cujo templo – a capela do Divino -, conhecido pelo nome de Império, ficava no começo da referida via pública. Ocorre que, naquele tempo, a Rua Espírito Santo era chamada, espontaneamente, de Beco do Império, uma vez que beco, conforme explica, “é o nome que se dá a uma rua estreita”. O Beco do Império, contrariando a tradição, não se transformou numa “sub-rua”, não se degradou, “como acontece com tudo que é pequeno”. Era uma rua “familiar”, que manifestava um enorme “espírito de complacência” com jovens cujo comportamento, condicionado “pela força do próprio Ideal” e “pela carga do Ideal que sobre eles pesava” – este último constituindo-se, possivelmente, na consciência que possuíam os moços da “missão” que lhes era atribuída, das expectativas que neles eram depositadas -, situava-se “muitas vezes um tanto fora dos padrões habituais na zona”.

Prova “expressiva” dessa atitude assumida pelos jovens é, na opinião do autor, “o próprio surgimento do nome com que o grupo já tem seu pequenino lugar assegurado na história da Literatura doméstica” (1995, p. 75). Observe-se que, quando Dyonelio reivindica diretamente um “lugar” na posteridade para o grupo que integra, ele o faz cheio de pudores, diminuindo tanto a importância desse cenáculo e da posição que ocupa como a relevância da literatura em cuja história se insere. Porém, de modo implícito, promove uma associação entre os membros do grupo e a rua onde ficava sua sede: as informações sobre os personagens e o espaço, ao surgirem encadeadas, sugerem que - tal como a Rua Espírito Santo - esse “lugar” conquistado pelo cenáculo, ainda que “pequenino” e circunscrito ao âmbito da “Literatura doméstica”, é respeitável.

No que se refere aos episódios contados acerca da República do Império, cabe ressaltar não só aquilo que é lembrado como também os aspectos esquecidos pelo escritor. O autor lembra-se, por exemplo, de que ele “era um tanto responsável pela casa perante o senhorio” e de que a chave a ser devolvida ao proprietário havia desaparecido porque não era usada – “a república não se fechava nunca” (1995, p. 75). Parece sintomático o fato de alguém tão atento aos detalhes e dono de uma memória tão prodigiosa ter, simplesmente, apagado de suas lembranças um dado relativo ao aluguel da casa. “Creio que a casa havia sido alugada em meu nome. Disso não me lembro.” – diz o autor.

Talvez não seja mera coincidência a maneira como se exerceu, em relação a tais episódios, a ação da memória, que filtrou, justamente, o fator com o qual Dyonelio e seu companheiro, Celestino Prunes, tiveram, ao que tudo indica, maior dificuldade de lidar: a parte da operação que envolvia uma transação financeira. Imagine-se o transtorno que o aluguel pode haver provocado na vida daqueles que, antes, não dispunham de um “mínimo de conforto” e, particularmente, na vida do escritor, que vendia suas roupas usadas, por “umas pratinhas”, a fim de adquirir “um lugar no poleiro do teatro”. Não se pode negar que as experiências relacionadas à aquisição de um “lugar” – na platéia do teatro ou na Literatura Sul-Rio-Grandense – foram sempre dolorosas, talvez até traumáticas, para o autor. Mais marcantes devem ter sido aquelas situações em que se tratava de garantir para si condições básicas de subsistência, como era o caso do aluguel da casa.

Nos parágrafos subseqüentes, Dyonelio, primeiro, comenta que ele e os demais moradores “velavam” pela “ordem e conservação” da casa, para depois relatar:

Foi justamente em razão disso que me escandalizei, e embraveci, quando encontrei Hermínio, munido dum prego dezesseis por vinte e quatro ou dezoito por trinta e seis – de tamanho respeitável pois – a traçar, de fora a fora, em toda a extensão utilizável da fachada, à altura da mão que escrevia, o letreiro: República do Império.

No primeiro momento só vi a depredação – porque escrever no reboco com prego, e escrever indelevelmente como ele fez, é estragar. Censurei-o. Mas eu chegara tarde: a legenda, o dístico, a inscrição, o título, a epígrafe, o letreiro – ou que outro nome ainda possa ter – estava completo. (1995, p. 75-76)

Conforme calcula o autor, o letreiro tinha cerca de trinta palmos, que era a fachada, a “medida-unidade” dos terrenos na Capital gaúcha “nesses tempos de simplicidade, humildade e poupança”. Assim, em virtude da profundidade e das dimensões da legenda, a idéia de tentar eliminá-la estava, de antemão, comprometida. O escritor conclui que “seria tolice” pensar em apagar o letreiro - pois “qualquer manobra aí o que de mais positivo conseguiria era transformá-lo num estranho palimpsesto” – e que “Hermínio Freitas sabia que trabalhava para a posteridade” (1995, p. 76).

Chama a atenção a correspondência existente entre o primeiro impulso de Dyonelio, de não aceitar a inscrição feita pelo amigo, e a resistência inicial do autor em registrar suas *Memórias*. Além disso, verifica-se uma semelhança parcial na reação manifestada pelo personagem/escritor nas duas circunstâncias: na primeira, ele censura Hermínio Freitas, vendo no ato que seu companheiro cometera uma “depredação”; na segunda, censura a si mesmo por haver decidido produzir reminiscências”, antecipando-se a uma possível censura alheia, e opta, então, por justificar-se perante os seus leitores em potencial. Também é curioso o fato de o autor recordar-se da atitude de Hermínio Freitas e do dilema que ele próprio vivenciara em frente da fachada “batizada” pelo amigo, justamente, nas páginas que constituem a “fachada”, a primeira parte do capítulo inaugural de sua

obra. Em ambos os casos, Dyonelio vence a tendência à censura porque percebe que seu companheiro e ele mesmo - na condição de escritor - tinham em vista a posteridade, que desculpava, melhor dizendo, demandava a inscrição.

O episódio sugere, ainda, outra associação. O autor desistira de apagar a legenda escrita pelo amigo porque sabia que não teria êxito e que “qualquer manobra” feita com essa intenção poderia, no máximo, converter o letreiro “num estranho palimpsesto”. Há que indagar se, ao decidir “produzir reminiscências” com o intuito declarado – ou alegado - de atender a uma presumida exigência do futuro, o intelectual também não deseja registrar, indelevelmente, aquilo que talvez venha a ser omitido pela história ou, então, aquilo que faz questão de relatar a seu modo, “sobre” as (por cima das) versões alheias que poderiam surgir. Assim, estaria se precavendo, simultaneamente, contra o silêncio, que na década de 1970 ainda ameaçava encobrir sua existência como escritor e que poderia persistir, e contra o perigo de uma biografia ou de depoimentos não autorizados acerca de sua atuação pública e de sua vida privada. Vindo a confirmar-se esta segunda hipótese, ele teria engendrado, por antecipação, um palimpsesto, ao “raspar” qualquer versão que, no futuro, fosse divulgada a seu respeito<sup>129</sup>.

Por fim, é preciso destacar uma última coincidência no que se refere ao letreiro gravado por Hermínio Freitas e às *Memórias* aqui analisadas. O autor afirma que seu amigo, “com esse dom de prioridade dos verdadeiros humoristas”, vira, na inscrição, “algo que, saindo do normal por obra da contradição, fica pelo menos engraçado”. A “antítese República-Império” era o que fazia “o absurdo da coisa”, comenta ele, advertindo que aí o absurdo não exigia “sanção ou repressão” – “pois para tanto não dava” – e “só podia provocar o riso”. Além disso, como se tratava de “um absurdo inteligente”, “escapava ao ridículo” (1995, p. 76). Contradição semelhante aparece num outro título – aquele que Dyonelio deu a seu livro.

Como o escritor esclarece em “Um pobre homem”, o terceiro capítulo de seu relato autobiográfico, esse é o título do mais antigo de seus livros de ficção, publicado em 1927, e deriva “de certa passagem, repetida até a estereotipia,

---

<sup>129</sup> Segundo Harry Shaw, no *Dicionário de textos literários* (1982), palimpsesto é “um pergaminho ou outro material de escrita, cujo texto foi raspado ou removido por qualquer outro processo, para nele se poder escrever novamente” (p. 338).

duma comédia que provocou a quem lhe assistiu um gozo só comparável em intensidade aos desgostos sofridos por quem a escreveu”. A comédia é *Tartuffe* e seu autor, Molière, um “pobre cômico, que, todavia, faz sua linhagem remontar ao que há de mais corajoso no Racionalismo da Antigüidade”. Dyonelio lembra que o assunto dessa peça “se encontra inteiro em *Lucrecio*”, o qual traçou, num só verso, a divisa *le pauvre homme*, frase que é “o programa, sempre condenado e sempre redivivo, dos que lutam contra a Mentira” (1995, p. 97). A escolha da mesma divisa, por parte de Dyonelio, para compor o título de seu relato - *Memórias de um pobre homem* - acaba gerando uma contradição, a exemplo daquela que marcava o nome “República do Império”: como se justifica que “um pobre homem” escreva suas memórias? O “absurdo” presente no título do livro é evidenciado quando se lêem as palavras enunciadas pelo próprio autor, numa entrevista<sup>130</sup> em que fala sobre a criação (em 1941) de *O louco do Cati*, romance que publicou em 1942:

*O louco do Cati* tem muito da experiência da prisão... Se tem se tem... Utilizei minhas vivências neste período não com um caráter memorialista, mas como elemento para a ficção. [...] Quem sou eu para ter memórias? (Grawunder, 1995, p. 28)

Entretanto, o depoimento, de forma indireta, traz em si a justificativa para o relato autobiográfico por parte do escritor e demonstra que o paradoxo contido no título *Memórias de um pobre homem* é apenas aparente. Justamente em virtude das vicissitudes pelas quais passara (tal como Molière) - que lhe davam matéria para uma boa intriga - e por ser, ele próprio, nesse relato, uma encarnação do “programa, sempre condenado e sempre redivivo, dos que lutam contra a Mentira”, é que Dyonelio apresenta-se – em geral, por vias tortuosas - como alguém digno de ter memórias e de “produzir reminiscências”. O fato de demonstrar o contrário do que declara sugere, mais uma vez, o temor que nutre de ser censurado por falar de si mesmo, mas, talvez, também denuncie a forma

<sup>130</sup> A entrevista é concedida em 23 de agosto de 1980.



pela qual a falta de reconhecimento por parte da crítica, dos editores e, conseqüentemente, do grande público acaba por corroer a auto-estima do escritor, levando-o a duvidar do talento que, no seu íntimo, acredita possuir.

Após deter-se na contradição expressa no nome República do Império, o autor ressalta que essa sede dera “territorialidade” ao grupo, o qual, assim como a geração que os precedera, já possuía “um espaço privativo”: a Praça da Harmonia. E, alguns parágrafos à frente o escritor adota um tom que, até esse momento, só de leve havia marcado as páginas do livro. A saudade e a melancolia tomam conta do relato quando fala do desaparecimento dessa praça e do distanciamento de todos os elementos que compunham a paisagem da “academia literária daquele tempo”<sup>131</sup> - do rio, que “se retraiu pra mais longe, por obra dum aterro e dum cais”, da lua, que mal podia ser visualizada por detrás de um casario -, bem como da morte dos amigos. Nesse instante, o “quadro” que guarda na lembrança, um “flagrante de seres humanos ladrando à Lua, às vistas de um rio – que também fugia! -”, é considerado “pouco” pelo escritor, que lamenta: “Mas foi tudo o que ficou”<sup>132</sup>.

Depois dessa passagem, dedicada a fixar “imagens fugitivas”, Dyonelio afirma que ele e seus companheiros formavam “um grupo de literatos” e revela: “E se ninguém o há de ver com os dados que forneço, posso assegurar que nós o víamos. Mais: e que não víamos outra coisa”. Ocorre, porém, que eles eram, de acordo com a classificação do próprio autor, “uns literatos improdutivos”. “Ou melhor”, corrige, “autoprodutivos”, pois, “em matéria de arte e literatura”, realizavam “o ideal autárquico perfeito”, sendo “os fabricantes e os consumidores”, o que, atesta ele, “terá acontecido com os poetas jovens de todas as épocas e todos os lugares”. Possivelmente, tal atitude fosse motivada pela “consciência de que a ‘publicidade’ demorava muito” e estava longe de seu alcance (1995, p. 77). É difícil dizer, entretanto, se essa era, de fato, a consciência dos jovens ou se tal interpretação é imposta, num lance retroativo, pelo escritor, que, na hora de registrar suas memórias em livro, ainda ressentido da falta de divulgação do seu trabalho.

---

<sup>131</sup> A expressão, segundo Dyonelio, é de Theodomiro Tostes.

<sup>132</sup> Até aqui vai a parte do texto veiculada pelo autor no Caderno de Sábado, suplemento do *Correio do Povo*, de 16 de outubro de 1971, e que, posteriormente, viria a integrar “Memórias fugitivas”, a primeira seção do capítulo inaugural das *Memórias*.

O autor constata que, quando de sua dissolução, “o grupo nada tinha a apresentar de produção sua”. Lembra, porém, que, cinco ou seis anos após a desintegração do cenáculo, De Souza Júnior publicara *Águas fortes*, livro que, pelo próprio título, já se fazia “ligar [...] ao ambiente de cândido devaneio estético que reinava na República do Império”. De acordo com Dyonelio, não se pode dizer que esse livro, declaradamente, “recorda tempo ou lugar com as coisas, as pessoas, os sucessos que dão consistência a noções tão vagas como essas de tempo e lugar”. Confessa, no entanto, não ser capaz de reler as páginas de *Águas fortes* sem “sentir o coração confrangido de saudade” (1995, p. 23). A explicação sobre o sentimento que assalta vem a seguir:

“Todavia, se a obra não “pretende” (vamos conferir-lhe uma existência prosopopéica), se seus contos e flagrantes não têm em mira registrar memorialisticamente coisas do passado, o que tão pouco se coadunava com a sua mocidade e a mocidade do autor, mesmo assim eles nos “revivem”. – Perdoe-se à pobreza da linguagem humana a transitividade do verbo. E, do mesmo passo, o neologismo -. Nos revivem, cada um de *per si* e em conjunto. E da maneira mais objetiva porque mais vaga, quer dizer: mais indefinida, mais ampla, mais geral. E, justamente porque não se sente constrangida a ficar dentro de determinados limites, mais completa. (1995, p. 78)

A afirmação transcrita leva a pensar que Dyonelio também vê em suas *Memórias*, uma forma de “reviver” a si próprio e aos seus amigos, de presentificar um pouco daquilo que cada um deles, individualmente, e o grupo, em seu conjunto, haviam sido um dia e que, nas lembranças do autor, continuam sendo. O título escolhido por De Souza Júnior para o seu livro revelava o “pintor frustrado” que ele era, pois desistira das artes plásticas, e encaminhara-se para a literatura. Por seu turno, o título que Dyonelio atribui à primeira parte de seu relato – “Imagens fugitivas” -, e os “quadros” que perpassam esse texto, indiciando aí a presença de recursos literários e uma aspiração à liberdade propiciada pela arte, talvez desvelem um desejo do autor.

A vontade do escritor, ao que parece, é conferir a sua autobiografia a capacidade que reconhecera na obra de seu colega de ofício : a de reviver aquilo

que a República do Império possuía de inefável, o seu “ambiente”, e revivê-lo da forma mais completa possível. A observação do autor das *Memórias* acerca do livro de seu companheiro, De Souza Júnior, e do efeito provocado por *Águas fortes* pode, ainda, servir a Dyonelio como uma defesa – algo em que esse homem, habituado à censura e à repressão, sempre está a pensar -, no caso de vir a sofrer qualquer acusação de falta de precisão ou fidelidade aos fatos narrados, por parte dos futuros leitores. Afinal, De Souza Júnior provara que o texto capaz de “reviver” o passado é aquele que não se sente constrangido a respeitar determinados limites.

No último parágrafo da primeira parte de seu relato, Dyonelio afirma: “Se eu dissesse que cada época tem o seu cheiro ninguém estranharia”. Ao que parece, fora esse “cheiro” o que De Souza Júnior conseguira captar. Segue-se a essa declaração uma comparação reveladora, no que diz respeito à função do relato de memórias, e que vale a pena ser citada:

Para não aludir senão às coisas que nos ajudam na gira da vida, como se uma fatalidade nos impelisse sempre a um eterno andejar, lembrarei apenas o cheiro de coisa viva, de coisa irmã nossa, que têm os animais de tiro, quando, para melhor se irmanarem conosco, seus iguais e seus senhores, apelam para toda a força de tração que sabem possuir e que nós lhes exigimos. Talvez para corresponder a tamanha compreensão, nós lhes aliviemos em parte a tarefa. (1995, p. 79)

Nas palavras do autor, o ser humano, está fadado à condição de caminhante, como se o seu andar fosse o motor a empurrar e fazer girar a roda da vida. Representando metaforicamente aqueles que o ajudam no cumprimento dessa tarefa, estão os animais de tiro. É de se perguntar quem seriam esses “animais” que imitam o ser humano para com ele melhor se irmanarem. Talvez se possa dizer que tais “animais”, os quais têm nos seres humanos “seus iguais e seus senhores”, constituem-se aí numa imagem transfigurada dos “fantasmas” que habitam o universo das memórias e da fantasia, fantasmas esses que são idênticos às pessoas e, ao mesmo tempo, submissos a elas ou delas dependentes, enquanto “criaturas” que não possuem uma existência autônoma. Seu poder de imitação consiste em fazer valer a força de tração que possuem, e

isso remete à idéia de que essas criaturas projetadas pela mente humana é que ajudam as pessoas a carregarem o seu fardo, repleto de lembranças, ressentimentos, mágoas, frustrações, tristeza e saudade.

Na tentativa de interpretar a ação recíproca aludida pelo autor ao final do parágrafo, é possível dizer que a forma por meio da qual o ser humano alivia, parcialmente, essa carga transportada por seus fantasmas, em retribuição ao auxílio que deles recebe, é desfazendo-se, em parte do peso que ele próprio carrega. Isso se concretiza quando o indivíduo confere vida a tais fantasmas no plano ficcional, transformando-os em personagens. Quem sabe Dyonelio, ao final dessa primeira parte do relato no qual se torna um personagem de si mesmo, esteja a expor, conscientemente ou não, a força e o efeito terapêutico (sublimação psicanalítica<sup>133</sup>) que atribui à “produção de reminiscências”, processo que parece ser capaz de auxiliá-lo na superação da dor e na elaboração das perdas. A exteriorização, por intermédio da escrita, dos ressentimentos guardados pelo autor seria, de acordo com esse raciocínio, um ato de liberação de sua parte.

As idéias de Pierre Ansart (2001, p. 16) acerca do ressentimento parecem autorizar essa interpretação. O ensaísta cita Nietzsche, que elabora o conceito de ressentimento pelo cruzamento de três abordagens complementares: a histórica, a psicológica e a sociopolítica. Historicamente, explica Ansart, “o ressentimento seria o resultado longínquo de um conflito, de uma ação conduzida, no início da nossa era, pela religião judaico-cristã contra os guerreiros aristocratas”, os quais “possuíam o privilégio de poder exprimir livremente e realizar sua vontade de poder no exercício de sua dominação”. Várias “configurações idênticas” dessa guerra civil, que posteriormente se foram sucedendo no decorrer da história, também são evocadas pelo filósofo alemão. Segundo Ansart, nessa longa história, Nietzsche “retém sobretudo a história dos sentimentos e, essencialmente, a história do ódio. Feita essa constatação, segue-se uma advertência do ensaísta:

Porém não é a história deste ódio direto e assumido que Nietzsche descreve, mas, ao contrário, a de sua interiorização e denegação. O ponto central de sua denúncia designa e analisa o trabalho psicológico através do qual o ódio foi ao mesmo tempo interiorizado e recalçado pelos inferiores, denegado por aquilo que representa e metamorfoseado em valor positivo: a inferioridade transformada em humildade resignada,

---

<sup>133</sup> Cf. LAPLANCHE, 2001, p. 495-497.

a fraqueza disfarçada em amor da justiça, o ódio “recalcado” [...] transformado eventualmente, em ódio de si mesmo. (2001, p. 17)

Por outro lado, acrescenta Ansart (2001, p. 17), Nietzsche apresenta o ressentimento assim compreendido como uma “verdadeira configuração psíquica e cultural, um *habitus* próprio à civilização judaico-cristã, a sua pretensa *moral*”, cujas conseqüências sociais e políticas seriam “múltiplas e socialmente decisivas”. Após proceder a essa síntese do pensamento do filósofo alemão, Ansart chama a atenção para o fato de que as descrições de Nietzsche são “hesitantes”, pois “insistem ora na ruminação, na incapacidade do indivíduo de manifestar seu ressentimento, ora na extensão dos signos, dos sintomas e das manifestações abertas ou desviadas dos ressentimentos”. Desse modo, o ensaísta conclui que “dificilmente se pode aceitar a hipótese de que um sentimento, do qual sublinhamos a intensidade e a força, não tenha conseqüências nem manifestações nas condutas dos indivíduos”. Portanto, o “ódio recalcado” ao qual Nietzsche se refere “é dinâmico, indissociável de certas aspirações, particularmente dos desejos de vingança” (2001, p. 21).

No que diz respeito a Dyonelio Machado, é possível reconhecer em suas *Memórias* a interiorização e a denegação do ódio, a ruminação do indivíduo, que diz identificar-se com os animais de tiro, por andar sempre em círculos na “gira da vida”, remoendo e tentando digerir os mesmos sentimentos. Também se pode verificar nesse texto e numa das entrevistas antes citadas a conversão da inferioridade em “humildade resignada” e do “ódio recalcado” em ódio de si mesmo. Expressam tais transformações a denominação que o escritor atribui a si mesmo – “um pobre homem” – e o fato de, em determinados momentos, julgar-se não merecedor de assinar um livro de memórias. No entanto, a incapacidade do autor de manifestar seu ressentimento não é total. Por essa razão, o “ódio recalcado” que carrega consigo, em diversas passagens, emerge e clama por vingança ou reparação.

A dificuldade que possui de exteriorizar esse ressentimento se evidencia no plano lingüístico: nos desvios, nas ambigüidades, nos períodos truncados e longos. Tais marcas, que talvez não chamassem a atenção se empregadas por

outro autor, em Dyonelio Machado - escritor de estilo enxuto, linguagem direta e objetiva, e precisão vocabular - destacam-se como se houvessem sido grifadas. Todavia, por detrás desses torneios e hesitações, surge, em certos trechos, a imagem do “Doutor Dyonelio”, que usa termos em francês e exhibe a erudição, a coragem e o talento que pontuam sua atuação política e intelectual, além de converter em autoridade a sua experiência e, até mesmo, a idade avançada em que se encontra.

É, portanto, o “Doutor” que reivindica, por meio de manifestações abertas, um lugar para si na história da Literatura Sul-Rio-Grandense – e até do País -, buscando a sua legitimação como escritor, algo que viria somente na passagem da década de 1970 para a de 1980. Essa reivindicação, circunscrita em “Imagens fugitivas” ao âmbito literário, alcançaria também, nos demais capítulos das *Memórias*, outros terrenos, principalmente o da política. Percebe-se, assim, nessas manifestações diretas do autor, o fenômeno a que se referem Bresciani e Naxara (2001, p. 9): a presença da “memória voluntária construída como estratégia de luta política, afirmação positiva de identidade pelos que se vêem excluídos dos direitos à cidadania”.

Por fim, cabe ressaltar que, em “Imagens fugitivas”, o ato de relatar as próprias memórias é visto, sobretudo, como uma necessidade dos velhos, porque acumularam vivências e lembranças suficientes, em número e intensidade, para ter o que contar. Para o escritor, o ato de “produzir reminiscências” deixa, contudo, de ser uma prerrogativa e passa a ser uma “tarefa”, quando o idoso em questão exerceu uma função social relevante. Também é preciso enfatizar que, no fragmento das *Memórias* de Dyonelio aqui analisado, a velhice perde o sinal negativo, de inferioridade, que a princípio o autor parece atribuir-lhe, para tornar-se, em algumas passagens, uma vantagem, constituindo-se, inclusive, em expressão de poder.

Além disso, faz-se necessário assinalar que o próprio escritor se apresenta, ao longo do relato, como um manancial de informações, idéias, opiniões e conflitos. Dessa forma, ele opõe à imagem estereotipada do velho inepto, conformado e passivo, à figura de um idoso em plena atividade intelectual, com vontade própria e sempre disposto a rebelar-se contra aquilo que contraria o seu senso de justiça. Contar para reviver o passado, mas também, e acima de tudo, para “corrigir”, de antemão, a versão da história a ser contada pelo futuro ou para

minar o silêncio que foi construído em torno do seu nome e da sua obra – esse talvez seja o lema do escritor “maldito”, que arrastou a(s) fronteira(s) para o centro, editando a si mesmo.

### 2.3 Reminiscências do parlamento

O oitavo capítulo das *Memórias* registra as lembranças de Dyonelio Machado acerca da sua eleição à Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul no início de 1947, da atividade parlamentar que exerceu, da liderança da bancada legislativa do Partido Comunista do Brasil (PCB)<sup>134</sup>, que ocupava nesse momento, da natureza do seu partido político e dos critérios utilizados pelos eleitores que tinham votado nos candidatos do PCB. Ao fazer, trinta anos depois, um balanço de sua experiência parlamentar, o escritor deixa transparecer, em suas *Memórias*, o conjunto de conflitos que vivenciou, associados ao processo de cassação do PCB, na época em que atuava como deputado estadual constituinte, à sua relação com a direção do partido, no período imediatamente posterior à cassação do registro eleitoral da agremiação, e à atitude dos eleitores tanto no instante de escolher, dentre os candidatos comunistas, aqueles que iriam representar a sigla no parlamento, quanto no episódio da cassação dos mandatos desses deputados.

O intelectual (1995, p. 131-139) lembra que a eleição da bancada comunista à Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul foi concebida, nos anos quarenta do século XX, como um “instrumento para colocar o povo no poder” por meio da representação parlamentar. A ação dos comunistas na campanha eleitoral, e sobretudo no parlamento, foi considerada, nos documentos oficiais do PCB e nos discursos proferidos por seus representantes, extremamente relevantes, na medida em que “desaguaria na insurreição”, isto é, na revolução socialista. Assim, a conquista de “cadeiras” na Assembléia Legislativa tornou-se um “imperativo partidário”, pois consistia num objetivo regido

---

<sup>134</sup> Este partido político teve atuação legal mais intensa somente entre 1945 e 1947. A única experiência eleitoral e parlamentar dos comunistas no âmbito de sua própria legenda deu-se pela primeira vez nas eleições de 1945, no exercício dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, em 1946, e no primeiro semestre de 1947. Entretanto, o PCB existe de fato desde 25 de março de 1922. Destaca-se que, durante um longo período, o partido teve uma atuação clandestina e nenhuma experiência em nível institucional.

pela crença na idéia de que a ampliação da democracia parlamentar conduziria inevitavelmente ao socialismo.

O escritor salienta, entretanto, que essa assertiva constituía-se numa imensa “falsa verdade”, que teria sido amplamente divulgada, colaborando, de certo modo, para que os integrantes do PCB legitimassem todas as decisões da Constituinte, incluindo a cassação do registro do seu próprio partido, efetuada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a “mando do governo federal e do governo dos EUA”<sup>135</sup>. O autor registra em suas *Memórias* que o PCB ficou isolado em relação às demais agremiações partidárias, cuja representação parlamentar posicionou-se a favor da cassação. Além disso, o autor destaca que a decisão do STF não foi acompanhada por atos de protestos da parte dos eleitores dos parlamentares cassados.

Dyonelio Machado caracteriza sua passagem pela Assembléia Legislativa como uma experiência parlamentar abreviada, “mais por obra do regime de arbítrio ditatorial em que vivia já o Brasil, do que por fatores outros”, e das mais “amargas do ponto de vista ideológico”. Constata-se aí um dilema, enfrentado pelo intelectual à época em que exerceu o mandato e revivido por ele em sua autobiografia: o de desejar permanecer no parlamento e, ao mesmo tempo, sentir-se uma espécie de usurpador. Esse último aspecto fica explícito quando questiona a composição social dos deputados comunistas, presumidamente escolhidos para representar um partido proletário, embora não pertencessem ao operariado.

Além disso, a sua experiência parlamentar, ainda que houvesse sido interrompida alguns meses depois da posse, em decorrência das atitudes “arbitrárias e ditatoriais” do Governo Dutra e do STF, e mesmo que, no texto autobiográfico, fosse considerada uma “das mais amargas do ponto de vista ideológico”, foi muito proveitosa. O exercício do mandato proporcionou ao deputado um conhecimento concentrado e abrangente sobre aquilo que, em tese, ele já sabia: a possibilidade de “sublimação dialética” da incapacidade política da pequena-burguesia, de sustentar, como classe, posições ideológicas e manter

---

<sup>135</sup> Dyonelio Machado mostra, nos discursos que proferiu nos meses de abril e maio, na Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul, alguns aspectos que comprovam a estreita relação existente entre os governos do Brasil e dos EUA, no que se refere ao controle da ação do PCB no País.



certa coerência com os princípios do partido que deveria representar o proletariado. De acordo com Dyonelio a pequena-burguesia:

(...) sempre viveu fora de sua classe, achando-se sempre a serviço das classes que a apertavam, qual estranho sanduíche: ora mobilizada pela burguesia, ora pelo proletariado. (1995, p.131)

O autor chama a atenção para o fato de que fora, justamente, a sua condição de pequeno-burguês – a sua atuação como médico e como escritor - que projetara o seu nome, distinguindo-o dos demais candidatos comunistas e angariando-lhe respeitabilidade por parte dos eleitores. É verdade que se somam a tais requisitos o prestígio conquistado por Dyonelio, ao exercer a presidência da Aliança Nacional Libertadora, e a repercussão de suas sucessivas prisões, que haviam sensibilizado o eleitorado. Todavia, o aspecto que ele pretende ressaltar é a série de pré-conceitos cultivados pelos partidos de feição marxista em relação à pequena-burguesia, setor que ocupa uma situação social intermediária e que teria como suas características inerentes a vacilação ideológica e a aspiração de tornar-se integrante da burguesia. Isso sugere que, consciente ou inconscientemente, o intelectual vê-se como alvo de desconfiança por parte do Partido e reage dividindo-se entre a culpa por ter sido eleito e a crítica à própria agremiação, que prioriza em seus julgamentos a análise da origem social e não a opção ideológica de seus militantes e candidatos. Essa divisão desperta no parlamentar uma necessidade de dar demonstrações de fidelidade ao partido e de honestidade no exercício do seu mandato na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Dyonelio relata que se decepcionou “surpreendentemente” quando verificou que os deputados e o primeiro suplente eleitos para a Assembléia Estadual Constituinte pela legenda do PCB eram “todos doutores”. Segundo o escritor, esse resultado foi de encontro às expectativas da direção partidária, que apostara na eleição de um candidato operário - o secretário geral da sigla na época. Deduz-se, assim, que a direção do PCB tinha um candidato prioritário no pleito em questão, e que aqueles foram aclamados nas urnas não contavam com a total confiança do Comitê Estadual do PCB. Nessa condição, encontrava-se o

próprio autor das *Memórias*, em virtude de ser um “pequeno-burguês”, com certa autonomia intelectual.

O escritor considera o Partido Comunista um partido operário, embora reconheça que essa agremiação pode compor-se de segmentos médios que tenham passado pela “operação de proletarização do pensamento”, como é o seu próprio caso. Mesmo assim, não se conforma com o fato de o eleitorado ter escolhido justamente a “pequena-burguesia intelectual” para representá-lo no parlamento gaúcho. Ao mesmo tempo, sugere que a cúpula do PCB estava distante do desejo dos eleitores, na medida em que estes não seguiram a orientação de voto no “candidato oficial” da direção partidária. Dyonelio interpreta da seguinte forma a preferência dos eleitores pelos quadros políticos mais intelectualizados do PCB e pertencentes aos segmentos médios da população, como médicos, advogados e professores universitários:

negação dialética da massa, não ter depositado uma confiança política natural, obrigatória mesmo, num elemento da sua classe. Ou então essa massa não era proletária, - o que equivalia a reconhecer que o Partido, pelo menos aqui, não possuía sua força intrínseca. O que era desolador, porque havia entre eles muitos de grande mérito, o maior dos quais (e que constituía um galardão) o de terem merecido o sufrágio dos seus patrícios. (1995, p. 134)

O escritor destaca que a bancada do PCB na Assembléia Legislativa carecia, assim, “de sua própria força básica”: a “massa proletária”, destacando que a sustentação política da pequena representação parlamentar dos comunistas gaúchos poderia advir somente do poder de argumentação individual de cada deputado. Nessa passagem, novamente emprega uma linguagem ambivalente para descrever o sistema de crenças que fundamentava o elogio do partido ao operariado e a si próprio. Em outros termos, três décadas depois do episódio da Constituinte, o escritor apresenta indícios de que a “representação” dos operários no parlamento era apenas uma mistificação. Além disso, conclui que uma parte do eleitorado confiava nas qualidades oratórias, meramente “intelectuais” dos deputados da bancada do PCB, e na época, valorizou a competência discursiva, as qualidades intelectuais e a trajetória profissional dos candidatos.

O escritor constata que a eleição da bancada estabeleceu um elo entre o PCB e um eleitorado flutuante, sem grandes convicções doutrinárias, formado por setores da sociedade que não pertenciam a partido algum e que votavam motivados pela simpatia ou pela confiança que o candidato era capaz de despertar. O parlamentar comunista, ao apresentar uma avaliação precisa e inovadora das motivações dos eleitores de seu partido, revela a fragilidade política da bancada do PCB na Assembléia Legislativa. Ao mesmo tempo que aponta as razões dessa “desqualificação”, demonstra que a composição da bancada do PCB e o perfil de seu eleitorado fortaleciam os segmentos que planejavam colocar o partido na ilegalidade. Esses segmentos, na opinião do autor, passavam a ostentar apenas um falso medo dos comunistas, a ser erigido “em medo oportuno, providencial pretexto, quando das tropelias, das violências, das mistificações”. Dyonelio salienta que

os deputados comunistas transformavam-se em auxiliares do inimigo, orientando-o em muitos sentidos, abrindo-lhe perspectivas que acabavam por adormecer a massa em muitas das suas reivindicações. Fomos úteis àqueles mesmos que nos haveriam de, por fim, jogar no ostracismo e na ilegalidade. (1995, p. 135)

O escritor tem firme convicção de que a visão conjuntural do PCB, naquele momento, transformou-o no principal inimigo de todos os demais partidos facilitando, assim, a unidade, ainda que provisória, de todas as outras bancadas contra os comunistas, apesar dos graves obstáculos que impediam o entendimento entre elas nos temas que estavam sendo debatidos na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

No relato autobiográfico, fica evidente que o escritor procura construir um conceito de “tempo político” que começa com aquilo que considera a “primeira Grande Revolução”: a Revolução Francesa. Segundo o autor (1995, p. 131), a demarcação desse período justifica-se na medida em que facilita uma apreensão “em conjunto”, pois trata-se de uma “idade [...] nem tão curta, que não ofereça uma visão sofrivelmente panorâmica”, nem tão ampla, que dificulte o estabelecimento de nexos históricos entre as revoluções. Ao analisar a Revolução Francesa, Dyonelio defende a idéia de que o seu grande beneficiário foi a

“burguesia” – segmento social mais privilegiado -, porém aqueles que deram suas vidas para a concretização do movimento foram os integrantes da “pequena-burguesia”. Nota-se que o escritor se preocupa, a todo o instante, em retirar dos exemplos históricos as provas necessárias para sustentar seus argumentos, destacando nos eventos em questão os aspectos que endossam a verdade apregoada por ele.

O intelectual demonstra, por meio de argumentos cuja base teórica pode ser buscada no método dialético marxista, que a nova sociedade burguesa surgiu das velhas estruturas, ou seja, do velho passado da Renascença. A metáfora da fornalha, utilizada nas *Memórias*, é a própria imagem da revolução, concebida como a “parteira da história”. Na verdade, Dyonelio, para falar da Revolução Francesa, vale-se de um argumento de autoridade, citando uma das tantas interpretações da obra marxiana que foi popularizada, sem fazer menção ao nome de Karl Marx:

Vem agora a contrapartida: e quem a fez? Quem, dia a dia, naqueles "anos que valiam séculos", pôs, como combustível a alimentar o fogaréu, tudo o que lhe era mais precioso: a inteligência, a combatividade, o entusiasmo, o sonho, as amizades, a convicção, o repouso, por fim a própria vida? - A pequeno-burguesia intelectual, tão bem representada pelo médico Marat, pelos advogados Robespierre e Danton, pelo poeta, que ainda teve suficiente fantasia para compor o que para mim é o poema da Revolução, - o seu calendário? - *Fabre d'Eglantine*. - E como não se derruba um regime sem o incentivo da canção, lá apareceu o *chansonier* Ronget de Lisle com a *Marselhesa*. Resumi nesses poucos uma turma enorme de ativistas. E não me referi aos pequenos-burgueses intelectuais que municiaram doutrinariamente a formidável convulsão, como Montesquieu, Voltaire, Diderot e Grim, Rousseau - O Jean Jacques dos Sans-Culottes. Isso para me ater aos nomes que todo mundo conhece. (1995, p. 131)

Ao citar alguns dos nomes graças aos quais a Revolução Francesa se efetivou, Dyonelio inicia a sua lista, justamente, por um líder, Marat, que, assim como ele, era médico. O escritor salienta as qualidades essenciais da pequena-burguesia, sem as quais as revoluções não teriam êxito. Na verdade, Dyonelio resgata a importância revolucionária dos intelectuais, por meio de comentários que atestam o grande conhecimento histórico que possui acerca dos acontecimentos que se seguiram à Queda da Bastilha. Ao que tudo indica, ele

deseja que o leitor de suas *Memórias* vislumbre o papel decisivo exercido pelos médicos, advogados e poetas na Revolução Francesa e que venha, acima de tudo, a relacionar a ação desses segmentos à função desempenhada, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, pela bancada revolucionária, a do PCB, composta, também, por médicos, advogados e poetas.

Além disso, Dyonelio Machado destaca, na “segunda grande revolução”, a bolchevista, os exemplos de Lenin, Stalin e Trotsky - pequeno-burgueses intelectualizados -, que, inspirados pelas idéias de Marx e Engels, colocaram-se desde cedo ao lado da “classe proletária, uma classe, antiga, sim, classe revolucionária desde seu nascimento, mas só então consciente de seu destino” (1995, p. 132). De acordo com o autor, nas “duas grandes revoluções”, a pequena-burguesia intelectual fora indispensável na condução dos destinos da humanidade, criando, desse modo, sua própria tradição de combatividade, valentia e, até mesmo, de desapego material, o que contraria a opinião generalizada de que aquilo que a move é a ambição. O escritor conclui que esses segmentos médios da população nunca lutam em benefício próprio; seu único interesse seria defender as idéias nas quais acreditam.

Quando Dyonelio salienta os traços característicos da pequena-burguesia na França e na antiga Rússia, parece querer destacar as suas qualidades, limitações e ambigüidades suas e de seus colegas constituintes, todos eles pertencentes aos setores médios da população, portadores de diploma universitário e profissionais liberais. Além disso, o escritor, ao mesmo tempo em que expressa uma espécie de sentimento de culpa por ter sido militante – e deputado - comunista, embora fosse um intelectual, mostra que sem a participação do segmento no qual se considerava inserido nada aconteceria em termos de transformações históricas.

Prova dessa ambigüidade está no fato de que parece pedir desculpas por escrever suas memórias. Ele demonstra que essas reminiscências assumem um caráter “individual e negativo”, contrastando com o sentido coletivo de toda a ação política de inspiração socialista; revela que, por serem lembranças tardias, são marcadas pela ausência do esforço coletivo, que, no seu entendimento, é o elemento característico da história:

Não se vê a marcha incessante dos fatos, que constitui a circulação nas rotas dos acontecimentos. Mal se pressente a luta, pelo vago que acompanha as imagens que dela restam nessas memórias. Quando muito, flagrantes da Biografia. Curiosos, como tudo o que diz respeito ao homem; por isso, interessantes; quem sabe até senão românticos. (1995, p. 138)

O escritor se refere a cada um dos integrantes da bancada comunista no parlamento gaúcho, composta por Antônio Pinheiro Machado Neto, Júlio Teixeira, Jóver Telles e Otto Alcides Ohlweiler, e declara que podia, “ocasionalmente”, amparar-se em todos eles em conjunto, a fim de “receber a seiva com que nutria” a sua combatividade. Dyonelio, apesar de ter sido o líder da bancada, e o mais idoso dentre eles, sempre se disse “um subalterno perante tais companheiros”. No entanto, o elogio que dirige a seus colegas de bancada soa, nesse contexto, como um auto-elogio, pois fica claro que foi essa mesma bancada, altamente qualificada, que o escolheu como seu líder.

É sintomático o fato de o autor iniciar o capítulo VIII de suas *Memórias* afirmando que tudo começara com uma “experiência pré-parlamentar”, que teria antecedido sua experiência parlamentar. Essa experiência pré-parlamentar consistia, nas palavras do escritor, no conhecimento prévio que levava consigo para o parlamento sobre a “natureza” da pequena-burguesia intelectual, que “sempre viveu fora da sua classe”, oscilando, constantemente, entre a burguesia e o proletariado e procurando, ao mesmo tempo, obter reconhecimento social:

Claro que diligencia por se evadir desse círculo, tão estreito e confinado como uma prisão. E vêm-la então lançar-se no sonho. Tudo que se faz no domínio da ciência, da política e da arte especulativa é obra dela. - A obra da sublimação dialética da sua debilidade - mais propriamente: da sua incapacidade como classe. (1995, p.133).

Ao falar da pequena-burguesia, o escritor refere-se a sua própria condição, o que permite compreender por que a cassação de seu mandato foi uma experiência tão traumática. Ser expulso desse espaço de atuação que era o parlamento significava, para ele, um “pequeno-burguês”, perder uma oportunidade de “sublimar”, por meio da política, a debilidade que lhe era peculiar,

pois que inerente à classe a que pertencia. Essa interpretação dos fatos, oferecida pelo próprio autor em sua autobiografia, atesta que, visando à elaboração de tal decepção, ele buscou nas categorias da psicanálise, misturadas com uma leitura marxista da sociedade, uma explicação para a “amarga” experiência que vivera.

Analisar *Memórias de um pobre homem* é deparar-se, a todo momento, com o problema da memória, da dor de ser um pequeno-burguês e da ressignificação, que estão presentes no depoimento do escritor. A necessidade e o ato de escrever ou, mesmo, de falar - o relato autobiográfico ou a criação da obra literária<sup>136</sup> - são formas de tentar elaborar conteúdos traumáticos profundos. Assim, as injunções de Dyonelio Machado, segundo as quais há um imperativo categórico que advém do dever de narrar memórias e acontecimentos, sejam esses reais ou fantasiosos, ligam-se ao poder de recriar, por meio do relato, os eventos vividos e transformá-los; de mexer com os rastros que deixam dentro da mente. Esses traços e vestígios retornam e se impõem como uma necessidade que obriga o sujeito a falar, a verbalizá-los, outorgando-lhes sentido e simbolizando-os.

Essa mediação das memórias pela via da palavra e a própria linguagem empregada pelo escritor garantem um enraizamento social às lembranças pessoais. Desse modo, o autor cria o dispositivo de sua própria cura psicanalítica, ao projetar um leitor fictício que o autoriza a contar e o leva a forjar uma forma particular de intersubjetividade. Quanto à narração realizada pelo intelectual, vale dizer que é entremeada por outros relatos, estes de caráter histórico, que a precedem. Portanto, na autobiografia de Dyonelio, a memória pessoal está ancorada numa memória coletiva - configurando-se num tecido, ao mesmo tempo, privado e público -, e isso expressa sua preocupação da comunicação intergeracional. A emergência desse relato constitutivo de uma identidade pessoal

---

<sup>136</sup> Para a obra *Os ratos*, de Dyonelio Machado, o leitor poderia supor uma inspiração social, um ponto de partida ligado à observação de uma realidade local, à denúncia da condição econômica da pequena burguesia gaúcha, mas se depara, ao contrário, com uma cena familiar, que não é com certeza uma “cena primitiva” ou “originária” no sentido freudiano, mas que encerra alguns elementos dignos de reflexões e explicitamente inquietantes. Dyonelio relata que ficou durante dez anos com um sonho de sua mãe na cabeça (a família do escritor passou, ao longo da vida, por muitas necessidades financeiras), no qual um rato roía o dinheiro deixado na mesa para pagar o leiteiro. Trata-se, com efeito de uma irrisória preocupação materna que, contudo, provocava uma “emoção enorme” no filho e se avolumou num “drama” que continuou a ser mentalmente revolido e imaginariamente representado, durante nove ou dez anos, até sua explicitação compulsiva (o romance foi escrito em vinte noites), até, melhor, sua sublimação artística numa moldura narrativa. Cf. FINAZZI-AGRÓ, 2000. p. 107-116.

“emaranhada nas histórias”<sup>137</sup> faz da memória do escritor uma memória partilhada.

A fim de examinar esse “trabalho de lembrança” realizado pelo intelectual, é preciso recorrer à tese de Freud (1953, p.105-115), segundo a qual a cura analítica ocorre por meio de registros-telas, fontes de bloqueios, que conduzem à compulsão de repetição por parte do paciente. Este resiste, apegando-se a determinados sintomas, em virtude da existência de lembranças que se relacionam com o caráter ferido da memória, cujos mecanismos complexos recalcam os traumatismos sofridos e as lembranças muito dolorosas. Além disso, de acordo com Freud, esse trabalho de memória constitui-se, também, em “trabalho de luto”<sup>138</sup>. No caso de Dyonelio, o luto não é apenas aflição, mas também uma verdadeira negociação do sujeito que narra com aquele vivenciou a perda – tanto de um lugar no parlamento como de um espaço na história da literatura -, um lento e doloroso processo de assimilação e de desprendimento.

Verifica-se, além disso, que a elaboração, no que se refere ao escritor gaúcho, opera-se, inclusive, por intermédio da ficção, que oferece à memória novas possibilidades de simbolização. Ao que parece, ele resolve escrever *O louco do Cati*, em parte, porque a narração de caráter ficcional lhe permite esboçar ou transfigurar os conteúdos internos que se vê obrigado a revirar:

O *Louco do Cati* foi um desafio com a morte, ou eu escrevia o livro ou morria. Está meio dramático, mas é certo. [...] Eu reagi contra a morte. O *Louco do Cati* tem muito da experiência da prisão... Se tem, se tem.... Utilizei minhas vivências neste período (preso político de 1935 a 1937, abalado da prisão e escrevi o romance em 1941) não com um caráter memorialista, mas como elemento para a ficção. [...] O *Louco do Cati* foi ditado [...]. Eu não queria dizer isso alto, sobretudo se houvesse um psiquiatra por perto: quando se está fazendo um livro, entra-se num verdadeiro delírio. Ou infantilismo. Põe-se o a personagem a falar, como as crianças fazem com as bonecas Ainda bem que não se fala alto: se não seria a camisa de força. (1995, p.28)

Essa fala exhibe o reconhecimento do infantil como tudo aquilo que, não tendo encontrado possibilidades de elaboração e de historização na vida

<sup>137</sup> Cf. DOSSIE, 2003, p. 287.

<sup>138</sup> Cf. FREUD, 1952, p. 189-222.



psíquica<sup>139</sup>, está destinado a impor-se na forma imperiosa do desligado, da repetição e da exigência de trabalho psíquico. Alguma “coisa viva” fala dentro do autor, um personagem, uma parte de si mesmo, que está em íntima conexão com o sofrimento não dizível, um intraduzível delírio daqueles de falar baixo. Importa, aqui, a noção de ressignificação posterior. Conforme Laplanche (2001), esse conceito trata da temporalidade e da causalidade dos fatos psíquicos. Há experiências, impressões e traços mnésicos que são posteriormente remodelados em virtude de experiências novas, do acesso a outro grau de desenvolvimento. Essa noção implica que um acontecimento tardio pode vir a conferir sentido a um evento anterior, até então não significado pelo sujeito, da mesma forma que vivências posteriores poderão reordenar e transformar o sentido de experiências antigas por meio de novos arranjos e configurações do material psíquico.

Se um acontecimento histórico, em si, não se modifica, sua narração – especialmente se escutada por alguém interessado – facultar-lhe a aquisição de novos significados e de eficácia psíquica, na medida em que o situa em outro contexto. É isso o que ocorre por ocasião do relato intitulado *O louco do Cati*:

Para começar, eu estava prisioneiro: dessa vez prisioneiro da cama. Rodeado de colegas bondosos, prestativos, com um eletrocardiograma, que afinava pelo que eu sentia. Numa situação destas é muito fácil desesperar. Ou procurar [...] uma sublimação do mal. Optei por esta última. Decidi porém fazer, quanto à forma, um romance-revista. [...] Esse livro ajudou a me curar. (1995, p.30)

Em situação confortável, amparado e acompanhado pelos amigos, o autor encontra condições para trabalhar a memória ferida. Sublimar o mal é a saída para salvar a vida; é, sobretudo, a busca da cura, que sobrevém apesar da demora:

Mesmo meu ditado interrompia-se tão pronto eu dava mostras de sofrimento. [...] Assim, a tarefa demandou tempo, paciência, e um entusiasmo discreto quando se esboçou uma melhora, anunciadora dum restabelecimento da saúde. (1995, p.29)

---

<sup>139</sup> Para uma análise mais aprofundada da questão, ver GEERTZ, 1978.

A elaboração e a cura são palavras-chave na vida de Dyonelio Machado, autor em cujo relato estão inscritas, de forma indelével, as marcas do ressentimento, que pode ser a expressão maior de um sentimento problemático da modernidade<sup>140</sup>. O escritor parece transformar o próprio ressentimento numa construção simbólica e ideológica, num meio de forjar um repertório auto-representativo, feito de signos e imagens particularmente históricos, e fundado sobre a diferença ou sobre uma pseudodiferença<sup>141</sup>.

O ressentimento seria, assim, parte da história dos ódios, dos fantasmas, das hostilidades, ou do *não-lugar* dos excluídos e das identidades recalçadas; sem dúvida, lugar de humilhação, que, porém, com frequência se apóia na linguagem da resistência passiva ou da aquiescência indecorosa, cúmplice da humilhação imposta por repor sempre uma mesma imagem degradada. A vertente moderna do *ressentiment*, inspirada em Nietzsche, decorre, antes de tudo, de uma conceitualização do sentimento no contexto da modernidade. Essa conceitualização promove a transformação de algo negativo - uma falta ou um vício originários - em virtude, por meio de um ato do sujeito, que falsifica ou deforma figurativamente a imagem-alvo do ressentimento. Instaure-se, desse modo, a inversão dos valores em jogo como vingança simbólica<sup>142</sup>. Nesse sentido é que a memória voluntária do doutor Dyonelio Machado transforma-se em estratégia de luta política e afirmação positiva de sua identidade. O ressentimento que o corrói se transmuta na recusa do esquecimento da exclusão humilhante, que o obriga a uma espécie de exílio psicológico, mas que faz da sua fraqueza e da marginalidade em que se encontra uma fonte de força e estímulo ao desafio<sup>143</sup>.

---

<sup>140</sup> Cf. SCHELER, 1970, p.13; NIETZSCHE, 1992, p. 57-58.

<sup>141</sup> Cf. VECHI, 2001. p. 457-469.

<sup>142</sup> Cf. NIETZSCHE, 1971, p. 51-62.

<sup>143</sup> Ver CANCELLI, 2001. p. 471-490.

### **3 OS LUGARES E AS FALAS DE DYONELIO MACHADO**

Os discursos do deputado Dyonelio Machado aqui examinados foram proferidos durante os trabalhos da Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul em sessões plenárias realizadas entre 10 de março e 14 de agosto de 1947, que reuniram os deputados constituintes eleitos em 19 de janeiro do mesmo ano. A sessão preparatória de 3 de março, da qual participaram os parlamentares após a sua eleição, tinha como objetivo a definição do processo de instalação da Assembléia Constituinte. Assim, com os trabalhos da Constituinte, retomaram-se as sessões plenárias - que haviam sido suspensas no período de vigência do Estado Novo - no velho casarão da Assembléia Legislativa, situado na rua Duque de Caxias, em Porto Alegre, onde ainda pareciam ressoar as vozes de personalidades que haviam marcado os séculos e se destacado ao longo da história daquela instituição, tais como as de Bento Gonçalves, Marciano Pereira Ribeiro, Gonçalves Chaves, Domingos José de Almeida Magalhães, Gaspar Silveira Martins, Felix da Cunha, Antunes Maciel, Assis Brasil, João Neves da Fontoura e Getúlio Vargas.

Inúmeros foram os temas que mereceram a atenção da Assembléia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul nos meses em que permaneceu instalada a Constituinte. Diversos debates trataram diretamente da própria elaboração da Constituição Estadual; outros abordaram temáticas relacionadas ao direito público. O deputado Dyonelio Machado participou intensamente das discussões acerca dos tópicos tratados pela Comissão Constitucional que constavam do anteprojeto de Constituição para o Rio Grande do Sul e também acerca dos assuntos propostos pelos demais parlamentares. Além disso, ocupou o “espaço” ou “tempo de líder”, que, na linguagem parlamentar, é o tempo de

utilização da palavra na tribuna reservado aos parlamentares que se encontram na condição de líderes de sua respectiva bancada. Desse modo, Dyonelio Machado, com muita habilidade e competência intelectual, pautou, sobretudo, temas indicados pelo Comitê Central do PCB - dentre os quais as denúncias de uma possível cassação do registro do partido e, especialmente, a vinculação de Eurico Gaspar Dutra, então presidente da República, ao governo da Alemanha nazista, na época em que era ministro da Guerra do Estado Novo – e itens do anteprojeto constitucional relacionados a sua própria formação acadêmica e ao exercício de sua profissão.

Os aspectos da trajetória social do parlamentar comunista, estudados no capítulo anterior, auxiliam na compreensão dos seus pronunciamentos durante os trabalhos da Constituinte no Rio Grande do Sul. O objetivo maior desta fase da análise é apresentar os diversos lugares da fala do deputado, os conteúdos e estratégias que caracterizam o seu discurso, o pensamento político do parlamentar e o seu público-alvo. Observa-se que os lugares de onde fala, o teor do seu discurso e o público ao qual se dirige apontam para a existência de uma polissemia de vozes que revelam a atomização do indivíduo e transcendem, assim, a pretensa univocidade do sujeito, marca tradicional do pensamento moderno.

Os itens da biografia do parlamentar comunista, mencionados anteriormente, e os índices de localização discursiva relativos a sua fala são examinados tendo em vista, entre outras questões, a extrema valorização - por parte dos deputados que mais ocupam a tribuna – dos seguintes atributos de seus pares: qualidade da oratória; domínio da língua nacional e competência no uso do francês e do inglês; conhecimento sobre aspectos da história da França, dos Estados Unidos e sobre a cultura dos povos em geral; formação acadêmica; exercício das profissões de médico, de advogado e de oficial do Exército brasileiro. Essas profissões são citadas pelos parlamentares que as exercem toda vez que estão debatendo proposições acerca de projetos de lei diretamente relacionados às referidas áreas. Os atributos ligados à formação e ao exercício profissional dos deputados, nesse caso, são evocados, nem sempre de forma explícita, como argumento de autoridade, isto é, como fonte de legitimidade para reforçar o conjunto de idéias apresentadas pelos parlamentares a respeito das matérias em questão.

### 3.1 A medicina como estratégia biopolítica<sup>144</sup>

Dyonelio Machado, nas décadas de trinta e quarenta do século XX<sup>145</sup>, realizou pesquisas pioneiras no campo da neurociência, investigando, mais especificamente, os potenciais cerebrais bioelétricos e o metabolismo da glicose no cérebro. Em 1944, três anos antes da sua eleição, fez uma viagem de estudos a Buenos Aires. Designado pelo então Departamento Estadual de Saúde, o médico foi à Argentina estudar a aplicação do eletroencefalograma na avaliação das conseqüências dos diversos tratamentos de choque - insulino-terapia, cardizol e metrazol, eletroconvulsoterapia ou eletrochoque (ECT) -, entre os quais, a insulina e o ECT, muito utilizados no Rio Grande do Sul naquela época<sup>146</sup>. Num capítulo do relatório intitulado *O controle eletroencefalográfico nos tratamentos de choque*, no qual descreve o resultado das pesquisas que realizou na Argentina, apresenta a comprovação, tanto experimental como anatomoclínica, de alterações histopatológicas no cérebro provocadas por vários agentes utilizados na terapêutica de choque. Essa descoberta induziu investigadores brasileiros interessados no tema a analisarem as modificações do potencial elétrico do encéfalo nesse tipo de tratamento.

Ainda em 1944, o referido relatório daria origem à obra intitulada *Eletroencefalografia*, que oferece aos estudiosos uma apurada revisão bibliográfica sobre os efeitos não desejados dos tratamentos biológicos no sistema nervoso central e sobre as causas ou as bases biológicas dos transtornos

---

<sup>144</sup> A expressão “biopolítica” lembra a formulação de Michel Foucault (1995). As informações sobre a atuação do deputado Dyonelio Machado no âmbito da medicina são extraídas das seguintes obras de sua autoria: *Uma definição biológica do crime*. Porto Alegre: Globo, 1933; *Neurose traumática. Arquivos do Departamento Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul*, v.4, 1943; *Eletroencefalografia*. Porto Alegre: Globo, 1944.

<sup>145</sup> Ver CID – 10: décima edição do *Manual Internacional de Doenças*, manual de classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS); DSM – *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, da Associação Psiquiátrica Americana. E, como principal leitura, sugere-se o artigo de OSÓRIO, Cláudio Maria da Silva. Dr. Dyonelio, um médico. BARBOSA; GRAWUNDER (Org.). *Dyonelio Machado*. Porto Alegre: Unidade Editorial/Secretaria Municipal da Cultura da Prefeitura de Porto Alegre, 1995, p. 61-66.

<sup>146</sup> A provocação de choque ou coma, pela insulina, ainda era usada, na década de 1960, no Hospital Psiquiátrico São Pedro. daquelas técnicas, sobreviveu a eletroconvulsoterapia, tratamento seguro, eficaz e indispensável em alguns casos, embora alvo de controvérsias, em particular na literatura considerada não científica. Os modernos hospitais psiquiátricos, ou as unidades de internação psiquiátrica de hospitais não especializados em psiquiatria, atualmente empregam aparelhos para aplicação da eletroconvulsoterapia, que já vêm acoplados a um eletroencefalógrafo, bem na linha das preocupações de Dyonelio há sessenta anos. Para maiores informações a esse respeito, ver OSÓRIO, Cláudio Maria da Silva. Dr. Dyonelio, um médico. BARBOSA; GRAWUNDER (Org.). *Dyonelio Machado*. Porto Alegre: Unidade Editorial/Secretaria Municipal da Cultura da Prefeitura de Porto Alegre, 1995, p. 64.

mentais. Impressiona, nesse relatório técnico, além do rigor científico e do cuidado revelado pelo autor com a metodologia, a atualidade do tema. Grande parte do conhecimento contemporâneo nas áreas de psicofarmacologia e psicofarmacoterapia foi gerada por essa linha de investigação, aplicada, a partir da década de 1960, na pesquisa das alterações bioelétricas e neuroquímicas produzidas nos tratamentos com drogas antipsicóticas e antidepressivas.<sup>147</sup>

No que diz respeito ao pioneirismo de Dyonelio Machado, também chamam a atenção outros aspectos de sua formação acadêmica. Em 1934, a Editora do Globo editava, em Porto Alegre, a obra de Edoardo Weiss, psicanalista italiano, intitulada *Elementos de psicanálise* – com prefácio de Sigmund Freud e tradução de Dyonelio Machado<sup>148</sup>. Tratava-se de uma obra de iniciação aos estudos psicanalíticos, fruto das conferências de seu autor na Associação Médica de Trieste, quatro anos antes. A tradução feita por Dyonelio está relacionada ao fato de haver se dedicado, entre 1930 e 1932, à “jovem ciência da psicanálise”, com o intuito de aplicar os conhecimentos dessa área à psiquiatria. Como resultado desse ambicioso e inovador projeto científico, concluiu e publicou, em 1933, a tese intitulada *Uma definição biológica do crime*<sup>149</sup>.

Nesse estudo, o autor concebe o delito do homicídio como um fenômeno da natureza diretamente relacionado ao estado mental do ser que praticou o crime.<sup>150</sup> De acordo com Cláudio Maria da Silva Osório (1995, p.62), esse “seria

<sup>147</sup> Dyonelio, após ter estudado os trabalhos de Engel & Marcolin (1941) e de Pauline Davis (1943), sobre os efeitos da hipoglicemia no eletroencefalograma, em indivíduos acometidos de patologias e em sujeitos normais sob experimentação, concluía “pela alta significação destes dois últimos trabalhos, no esforço de uma melhor interpretação das modificações bio-elétricas operadas durante a hipoglicemia”. Afirma Dyonelio: “achei conveniente inseri-los no capítulo onde diligenciei por agrupar as principais alterações que sofre a atividade elétrica cortical, sob influência dos diversos agentes empregados em terapêutica de choque”. Cf. OSÓRIO, Cláudio Maria da Silva. Dr. Dyonelio, um médico. BARBOSA, Márcia H. S.; GRAWUNDER, Maria Zenilda (Org.). *Dyonelio Machado*. Porto Alegre: Unidade Editorial/Secretaria Municipal da Cultura da Prefeitura de Porto Alegre, 1995, p. 65.

<sup>148</sup> Cf. OSÓRIO, Cláudio Maria da Silva. Dr. Dyonelio, um médico. BARBOSA, Márcia H. S.; GRAWUNDER, Maria Zenilda (Org.). *Dyonelio Machado*. Porto Alegre: Unidade Editorial/Secretaria Municipal da Cultura da Prefeitura de Porto Alegre, 1995, p. 61-66.

<sup>149</sup> Nessa tese (p.20-74), Dyonelio concorda com as formulações de Freud em *Totem e tabu*, de acordo com as quais o homem contemporâneo pode reproduzir, em vários momentos da sua vida, o homem primitivo, cuja mentalidade sobrevive mesmo nos nossos próprios hábitos e costumes. Ainda Osório (p.62-63) mostra que, vinte anos mais tarde, outros pesquisadores ampliavam esse conceito de “dúplice atitude do meio social”. O psicanalista Eissler afirmava que a sociedade é composta por indivíduos em que habitam tanto os desejos criminosos inconscientes (os impulsos homicidas), quanto as necessidades de punição (as proibições do superego), daí o favorecimento, inconsciente, dos atos criminosos. Robert Merton, eminente expoente da sociologia, em 1976, desenvolveu a mesma idéia, indicando de que a sociedade aprova e desaprova o comportamento delinqüente.

<sup>150</sup> FRANCO e RAMOS (1943, p. 527) afirmam, no *Panteão médico rio-grandense*, que Dyonelio publicou, também, os trabalhos intitulados “Um falso caso de eutanásia”, “O delito passional e o tabu” e “Teoria das nevroses”. A data de publicação desses trabalhos – não mencionados nas outras fontes consultadas que contêm dados sobre a biografia do intelectual - não é informada pelos autores, que também registram a participação de Dyonelio no 2º Congresso Latino-Americano de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal,

um estado pré-psicótico, correlacionado com a psicologia do caráter ou da personalidade”. Osório (op.cit, p.62-63) salienta, ainda que, embora Dyonelio não descarte as influências secundárias dos chamados fatores sociais, aponta para a preponderância do fator psíquico de natureza individual nos casos de homicídio. Pode-se afirmar, também, que o autor, em sua tese, antecipou-se às atuais concepções da criminologia e da vitimologia, ao identificar o que chamou de “dúplice atitude do meio social: consentindo e punindo sucessivamente as mesmas práticas<sup>151</sup>.

Mesmo tendo recorrido à psicanálise, Dyonelio<sup>152</sup> faz questão de frisar que sua orientação em psiquiatria não é psicanalítica, e sim eclética, o que ficaria demonstrado pelo fato de ter se utilizado, inclusive, de elementos da psicogenética em algumas situações particulares<sup>153</sup>. Nesse momento, o intelectual tem consciência de que os rumos de sua pesquisa, por destoarem das tendências então em voga na área de conhecimento da psiquiatria, provocam sentimentos ambíguos - no universo acadêmico, em especial entre os médicos ligados a esse círculo -, que vão do ódio à admiração.

Esse percurso traçado por Dyonelio no plano acadêmico e profissional, e retomado aqui de forma breve, quando relacionado à curta trajetória do referido intelectual no parlamento, permite deduzir que, nas seções da Assembléia Estadual Constituinte, das quais participou na condição de líder de bancada, de certo modo, ele continuou atuando como médico. Nos discursos de Dyonelio realizados durante os trabalhos constituintes, é muito comum encontrar termos empregados na linguagem médica, os quais eram a ser utilizados, nesse outro contexto, para explicar a área econômica do país:

Sem querer entrar na apreciação do descalabro do plano econômico e financeiro do govêrno do Sr. General Eurico Gaspar Dutra, devo já confessar aos meus pares que os maiores óbices encontrados para a economia do Brasil estão na influência do imperialismo americano. Não é

---

realizado no Rio de Janeiro, em 1930, outra referência não encontrada nas demais fontes bibliográficas consultadas.

<sup>151</sup> Tese *Uma definição biológica do crime*, p.174.

<sup>152</sup> Tese *Uma definição biológica do crime*, p.164.

<sup>153</sup> O ecletismo de Dyonelio na sua relação com a psicanálise, a partir da década de 1930, não era produto de uma atitude superficial perante a nova ciência. O médico valia-se de procedimentos psicanalíticos em benefício dos seus pacientes internados no Hospital Psiquiátrico São Pedro, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Ele chegou a utilizar, nesse período, métodos que, dez anos depois, foram denominados – na Europa e nos EUA - como “comunidades terapêuticas e “socioterapia”.

a inflação nem a deflação; não é a estabilidade dos preços que vão, na realidade, solucionar o problema da economia brasileira. Tudo isto entra como adjuvante (quero usar uma linguagem de nossa profissão), como adjuvante na terapêutica desse grande mal; mas na realidade, a medicação específica, como nós médicos diríamos, está na solução dum problema para o qual temos sempre encontrado um obstáculo até agora intransponível: o obstáculo levantado pelo imperialismo. O que é que solucionaria a nossa situação econômica? A ampliação do mercado interno. Quem é que se opõe à ampliação do mercado interno? É o imperialismo, que deseja persistir na sua política de colonização do Brasil. (Anais [1947], maio, p. 515)

Na verdade, a utilização do vocabulário da área médica pelo parlamentar demonstra que a sua formação acadêmica lhe facultou uma apreensão muito particular dos fenômenos ligados a outras áreas. Além disso, no entanto, o emprego dessa linguagem específica serve como um argumento de autoridade, pois atesta que aquele que está falando conhece profundamente a medicina e é reconhecido como alguém que possui competência para tratar do assunto. Assim, o que ocorre é a transferência de autoridade de um plano para o outro (da medicina para a economia), estratégia de que o deputado se vale com o propósito de se fazer ouvir e de ser respeitado. A adoção desse recurso tem como finalidade o convencimento dos demais deputados e a tentativa de angariar o seu apoio para os argumentos do parlamentar comunista, no que se refere aos temas da pauta econômica e financeira.

Depreende-se da estratégia empregada por Dyonelio Machado que, antes de se tornar um deputado na Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul, ele já era muito reconhecido por sua atuação como médico. Não foram raras as vezes em que um dos parlamentares, ao dirigir-se ao intelectual<sup>154</sup>, durante os trabalhos da Constituinte, antepôs ao nome de Dyonelio o título de “Doutor”. Além desses, um outro aspecto é digno de nota. Nos Anais da Assembléia, são transcritos telegramas contendo solicitações - bem como os documentos relativos a esses pedidos -, que haviam sido enviadas ao deputado comunista e lidas por ele nas sessões. Como se percebe pela transcrição feita nos anais, no momento de fazer a leitura pública de alguns dos vários telegramas que recebia, via de regra, sua escolha recaí sobre aqueles cujo remetente era um “colega” médico sem qualquer vínculo “partidário”. Essa atitude também parece ser tomada pelo

---

<sup>154</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p.206-207.



parlamentar no sentido de reforçar seus argumentos perante os demais membros de plenário, por ocasião dos acalorados debates em torno da elaboração da Constituição do Rio Grande do Sul. Verifica-se, ainda, que a expressão “Dr. Deputado”, via de regra, é utilizada pelos remetentes dos telegramas – especialmente quando são sindicalistas - para referir-se a Dyonelio.

Além dos elementos já mencionados, merece destaque o fato de o parlamentar comunista fazer uso de algumas expressões que denotam o poder da medicina – e do médico - sobre os seres humanos. A expressão “pelas minhas mãos passaram”<sup>155</sup>, por exemplo, no contexto em que é empregada por ele, remete os ouvintes à responsabilidade do trabalho médico e adquire um significado especial para o próprio parlamentar que a pronuncia. Embora estivesse na retaguarda da guerra - em razão da precariedade de sua saúde -, Dyonelio, por meio do exercício da profissão de médico, prestou uma importante colaboração à “luta contra o nazismo” (“não decisiva”), na medida em que selecionou os soldados que iriam para o campo de batalha, verificando suas condições de saúde. Assim, ao atestar que determinados corpos estavam aptos à guerra, ele detinha o poder de decidir a composição de uma parcela considerável do contingente da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que seria enviada para a Itália. Em outros termos, se, por um lado, o seu corpo estava impossibilitado de “servir a pátria” na Europa, por outro, essa abstenção era compensada por sua capacidade de transferir essa tarefa para outros, mediante o poder que possuía de escolher as centenas de milhares de outros corpos sadios que enfrentariam o nazismo em nome da democracia.

Na atitude do parlamentar, ficam, portanto, evidenciadas toda a sua vontade de potência e toda a sua dimensão de uma certa ética de responsabilidade pelos destinos da humanidade. O mecanismo de compensação encontrado pelo deputado funciona como uma justificativa perante a sua “consciência de ser comunista”, que cobra, incessantemente, seu total engajamento na luta em prol da liberdade e da ampliação da democracia. Além disso, a noção presente nos pronunciamentos de Dyonelio é a de que, se a importância da atuação do médico é inquestionável - uma vez que ele pode salvar ou deixar morrer um paciente -, o papel que desempenha torna-se ainda mais

---

<sup>155</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p. 58.

relevante – e sua responsabilidade é redobrada - quando esse profissional assume um mandato. É como se o poder da medicina sobre o corpo do paciente fosse, de algum modo, transposto para a política, como se a profissão que tem como objetivo garantir a saúde do indivíduo pudesse curar o país e, até mesmo, o mundo.

Nesse caso, o médico que atesta a sua própria competência, mencionando a função social que exerce, passa aos eleitores a idéia de que será um bom político. O voto dado a tais profissionais da saúde, nas eleições, pode, portanto, expressar o reconhecimento e a aceitação dessa idéia; ao mesmo tempo, porém, parece somar-se a essa crença um sentimento de dívida do paciente/eleitor (e da rede de familiares, amigos e colegas à qual pertence) para com o seu médico. No pleito, o eleitor vê a situação inverter-se: nessa ocasião, é o médico/candidato que precisa da atenção do eleitor/paciente, o que propicia a este uma oportunidade de retribuir o “favor” ou benefício que recebeu. O voto adquire aí o estatuto de moeda viva no mercado político<sup>156</sup>.

Os deputados, de maneira geral, fazem de suas profissões um fator diferencial na disputa política. Na fala dos parlamentares, esse procedimento é utilizado, muitas vezes, em tom irônico, em alguns casos de forma sutil, em outros de modo explícito. Verifica-se que, nas sessões da Assembléia Estadual Constituinte, tem lugar uma espécie de competição entre as diferentes profissões, mas são, sobretudo, os advogados e médicos que rivalizam, buscando demarcar quem consegue ser bom profissional exercendo, simultaneamente, o mandato parlamentar. Nota-se, também, que entre os deputados médicos vinculados a diferentes partidos vigora um clima de respeito e uma atitude de reverência. Alguns pronunciamentos, marcados por certo caráter de brincadeira, sobre o fato de vários dos parlamentares serem médicos podem, inclusive, revelar as possíveis alianças que se estabelecem, sempre que isso se faz necessário, entre aqueles que, para além de representarem siglas distintas, integram o “partido dos médicos”.

Dyonelio Machado<sup>157</sup>, em diversas oportunidades, discute as emendas aos dispositivos constitucionais relacionados ao poder aquisitivo das famílias que possuem uma grande quantidade de filhos. Ele parte, então, do pressuposto de

---

<sup>156</sup> Ver SCHUMPETER, 1984.

<sup>157</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p.337.

que o critério para o cálculo do salário mínimo deve ser o valor necessário à aquisição da quantidade mínima de produtos alimentícios suficiente para manter uma família. Sobre esse tema, o parlamentar comunista convida para depor na Assembléia Estadual Constituinte, justamente, um deputado federal integrante do governo do Presidente Dutra, ao qual o parlamentar comunista se opunha e que tinha como propósito cassar o registro eleitoral do PCB. Por esse, motivo, tal convidado é, nas palavras de Dyonelio, “uma autoridade insuspeita”, o que confere mais força a seu depoimento. Trata-se do Deputado Federal Segadas Viana, “que, nessa época, ocupava um alto cargo no Ministério do Trabalho e que declarara, em São Paulo, perante a associação comercial, que o salário mínimo no Brasil não só era o mais baixo de todos os países, e igual ao de um grupo de países que ele citava, como tinha sido calculado para um indivíduo solteiro”.

Nesse episódio, como em vários outros, a estratégia discursiva empregada pelo deputado comunista é a de associar a autoridade que conquistara na área da saúde aos argumentos que expõe com a intenção de mostrar a relação existente entre o consumo de alimentos pelas famílias e a obtenção de uma melhor qualidade de vida por parte de seus membros. Assim, o parlamentar, ao agregar a seus argumentos um valor de autoridade “científica”, apresenta-os como sendo “a verdade” na questão em pauta.

Percebe-se, ainda, em inúmeras situações, que Dyonelio manifesta um grande “senso de responsabilidade” no que diz respeito ao trato dos assuntos públicos, em geral, e dos temas relacionados à saúde da população, em particular. A expressão maior desse “senso de responsabilidade”, talvez, esteja no fato de o parlamentar comunista ter participado - por meio de apartes e pronunciamentos sobre o Anteprojeto de Constituição e sobre o Projeto do Ato das Disposições Transitórias da Assembléia Constituinte - de todos os debates cujos temas se relacionavam, de uma maneira ou outra, à área da saúde. Valendo-se do espaço de líder de bancada, o deputado<sup>158</sup> posiciona-se na tribuna, por exemplo, sobre a alienação mental no Rio Grande do Sul. No final desse pronunciamento, nota-se que ele faz questão de dirigir-se aos autores da matéria em pauta, registrando a sua constante disposição de colaborar na discussão dos assuntos que considera prioritários. Nessa ocasião não é apenas a

---

<sup>158</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p.40.

sua condição de médico, mas, também, a de grande conhecedor dos temas relativos à saúde psíquica do ser humano que serve para reforçar seus argumentos.

Observa-se, por fim, que toda vez que julga haver contradições entre o perfil - a formação acadêmica e/ou a profissão - dos demais parlamentares - e o teor da sua fala, Dyonelio questiona a competência técnica – e, indiretamente, a falta de preparo político - de tais oradores, relativizando, assim, a autoridade do discurso proferido por eles. A crítica, feita pelo deputado comunista de forma oblíqua ou, então, abertamente, é direcionada àqueles parlamentares que, em virtude de sua formação universitária e de sua experiência profissional, deveriam conhecer mais o assunto em debate, do ponto de vista técnico. Veja-se a atitude adotada pelo parlamentar comunista diante de alguns de seus pares – Nicanor da Luz e Odílio Martins de Araújo -, também médicos, conforme atesta o pronunciamento do deputado Ataliba Paz, que enfatiza o seu não pertencimento a esse círculo de profissionais da saúde. A fala deste último deputado transcrita abaixo é antecedida pelas intervenções de três parlamentares que se dedicam ao exercício da medicina, os dois mencionados acima e Dyonelio Machado, e seguida dos apartes – alguns citados no fragmento em questão - desses mesmos deputados:

**O SR. ATALIBA PAZ**—Eu não vou invadir o terreno dos nobres deputados que são médicos, mas eu, cá no meu modo de pensar, de um leigo no assunto, acho que V. Excia. sabe que a tuberculose é uma moléstia contagiosa por excelência e que as causas devem ser procuradas noutros fatores, entre os quais, o seguinte: o Sanatório Belém destina-se ao abrigo de tuberculosos; os tuberculosos do interior do Estado, que são numerosos, acorrem a Pôrto Alegre e hospedam-se em hotéis, pensões, etc., porque não encontram lugar naquele Hospital, cujo número de leitos destinados aos tuberculosos é limitadíssimo; é esta uma das causas do contágio.

**O sr. Odílio Martins de Araujo**—Mas também vem do leite.

**O sr. Dionélio Machado**—V. Excia. permite um aparte?

**O SR. ATALIBA PAZ**—Com muito prazer.

**O sr. Dionélio Machado**—V. Excia. tem autoridade para abordar o assunto. Eu não sou tisiólogo, não é a minha especialidade, mas aqui, nesta Casa, já se tratou desta questão e tivemos a contribuição também de um leigo em medicina, o nobre Deputado coronel José Diogo Brochado da Rocha, e a intervenção técnica do nobre deputado Carlos de Brito Velho. Mas, a grande causa, no Rio Grande do Sul, da tuberculose, é a subnutrição. Não pelo contágio que possa trazer, embora a tuberculose bovina seja também transmissível ao homem, o leite concorre para disseminação da tuberculose pela sua pouca

utilização, pela má nutrição e pela falta de produção... (Anais [1947], abril, p.538),

A afirmação de Dyonelio sugere que os parlamentares que deveriam, por dever de ofício, demonstrar conhecimento técnico na abordagem de um assunto concernente à área da saúde não são capazes de fazê-lo, pois apontam como principal motivo do alastramento da tuberculose no Rio Grande do Sul alguns fatores que, na sua opinião, são periféricos. Ao mesmo tempo, o deputado comunista opõe a essa falta de competência técnica de seus pares a propriedade com que ele próprio trata do tema em pauta, apesar de não ser um tisiólogo, na medida em não se deixa iludir pelas aparências – ou sintomas – na análise de um problema de saúde pública, buscando, isto sim, as suas causas mais profundas.

Verifica-se claramente, nessa passagem dos anais que a menção, por parte dos deputados, à formação profissional de seus colegas é, não raro, uma forma de colocar em prática determinadas estratégias discursivas. Destaca-se, que o mesmo elemento utilizado, em algumas situações, para unir os parlamentares e fundar alianças suprapartidárias – como é o caso do “Partido dos Médicos”, a que se aludiu anteriormente -, em outras circunstâncias, serve para separar, para evidenciar diferenças, demarcando, assim, as fronteiras entre o conhecimento advindo da medicina e aquele saber que não é concebido como “científico”. Portanto, a referência à formação dos deputados médicos é feita com o intuito de desconsiderar os saberes não reconhecidos pela ciência. Isso indica que os próprios parlamentares ressaltam alguns aspectos que remetem à autoridade dos outros oradores.

Nota-se, em primeiro lugar, nos pronunciamentos, que a expressão “leigo” é utilizada para designar aquele que está fora do território consagrado da medicina e, simultaneamente, para opor tal indivíduo aos integrantes desse círculo. Isso significa que existe um espaço capaz de legitimar o discurso sustentado na ciência. Em segundo lugar, percebe-se que a expressão é, às vezes, empregada por Dyonelio Machado num tom irônico, que inverte o seu sentido. Quando recorre à palavra “leigo” para falar do “deputado coronel Diogo Francisco Brochado da Rocha” – ao qual se iguala -, não o faz com a intenção de rebaixar ou desautorizar a opinião do colega e, muito menos, a sua própria fala, e sim de salientar que ambos possuem tanto domínio do tema em pauta que o fato

de não serem “especialistas” na matéria não compromete seu discurso; pelo contrário, só coloca em evidência o alto grau de erudição e informação que demonstram.

Assim, se, num plano, pode-se notar uma contraposição entre os leigos e os médicos, num outro, é possível detectar a demarcação de campos ainda mais específicos dentro da medicina. Ao utilizar a expressão “fisiólogo”, o parlamentar comunista recorta um setor particular – uma especialização – no interior de outro já restrito, a medicina. Desse modo, o seu depoimento deixa claro que a luta política também se desenvolve tendo por base o conhecimento relacionado às inúmeras ramificações da ciência médica. Nessa passagem, ao mesmo tempo que Dyonelio valoriza a especialização em fisiologia, atesta que, no exercício de um mandato, é preciso contar com um conhecimento muito mais abrangente na área de saúde pública – ao qual estão associadas noções relativas à nutrição e aspectos de natureza socioeconômica, como o poder aquisitivo da população -, que é, reconhecidamente, o seu campo de atuação.

Também merece destaque a participação do parlamentar comunista no debate de outro assunto relativo à saúde pública. No dia 02 de maio de 1947, o deputado<sup>159</sup> dirige-se ao presidente da mesa diretora dos trabalhos constituintes, com o firme propósito de discutir o artigo 21 do Projeto do Ato das Disposições Transitórias. O referido artigo trata da aplicação, no estado do Rio Grande do Sul, da lei federal sobre a obrigatoriedade da profilaxia mental<sup>160</sup>. Dyonelio, ao examinar a matéria, constata a necessidade de se proceder, na Assembléia, à discussão exaustiva e à “análise detalhada” do projeto, “que permitirá a aplicação desse dispositivo, uma vez aprovado”.

Em geral, os pronunciamentos do deputado comunista seguem o mesmo padrão: inicialmente, apresenta o problema central, do qual, em seguida, realiza um diagnóstico; após, expressa a sua opinião sobre o tema, referendada por depoimentos de médicos reconhecidos do Rio Grande do Sul; num quarto momento, propõe os encaminhamentos adequados à resolução da questão e, na seqüência, faz uma denúncia contundente de casos concretos que evidenciam a gravidade da situação; posteriormente, os argumentos são articulados com base em sua experiência pessoal no trato do problema em foco e, depois, relata a

---

<sup>159</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p.40-42.

<sup>160</sup> Ver FOUCAULT, 1979. p.79-98.

experiência exitosa de um outro colega diante de um diagnóstico idêntico; a próxima etapa constitui-se na reiteração da argumentação já apresentada - então, com um sentido mais profundo e abrangente -, quando são utilizados recursos, visando, especialmente, à persuasão dos interlocutores; por último, sempre que pode, Dyonelio alia conhecimento técnico e jurídico para arrematar o seu depoimento sobre os temas em discussão.

No debate acerca do artigo 21 do Projeto do Ato das Disposições Transitórias, o deputado comunista aponta os constrangimentos enfrentados pelos profissionais que tratam dos portadores de sofrimento psíquico e, também, as normas da legislação federal que versam sobre a matéria e que contêm aspectos considerados negativos. Como a temática em foco está, diretamente, relacionada à saúde pública, o médico, tornado parlamentar, vale-se dos conhecimentos que adquiriu ao longo de sua formação acadêmica e do desempenho de suas funções profissionais, situando-se no “alto” da respeitabilidade técnica que lhe é conferida pela sua especialização em psiquiatria para realizar um percurso projetado metodicamente.

O ponto de partida consiste em mostrar que, além de ser médico com uma expressiva trajetória no exercício da profissão, já ocupou o cargo de chefe do Departamento de Profilaxia Mental do Hospital São Pedro. É, portanto, como um conhecedor da legislação federal que ele fala, quando considera a aplicação das normativas que regulam a prestação de serviços de profilaxia mental, no Rio Grande do Sul, um processo complexo. Com base num apurado diagnóstico da situação examinada, o deputado cita exemplos de casos concretos que servem como provas dotadas de força simbólica e que assumem, em seu discurso, um estatuto de argumento de autoridade. Não se trata, meramente, da opinião de um político, e sim da diagnose de um médico que possui, inclusive, experiência administrativa na área da saúde pública<sup>161</sup>. Como se isso não bastasse, Dyonelio mostra que conhece a situação dos demais países, no que respeita à temática em pauta, e enumera procedimentos que, tendo sido adotados em outros lugares, alcançaram obtiveram êxito no enfrentamento da questão ora discutida.

O parlamentar comunista, à luz de sua experiência profissional, afirma que o problema da alienação mental, tanto no Rio Grande do Sul como no mundo,

---

<sup>161</sup> Sobre o surgimento da medicina social, consultar Foucault (1979).

concentra-se em dois aspectos: a profilaxia e a assistência. Destaca, ainda, que esta última deve levar em conta duas instâncias: os doentes agudos e os crônicos. A preocupação do deputado do PCB está relacionada à infra-estrutura que o Estado deve garantir aos estabelecimentos de saúde de Porto Alegre e das demais cidades-pólo do Rio Grande do Sul, no sentido de assegurar a aplicação da legislação federal que obriga ao serviço de profilaxia mental. Embora considere difícil a concretização desse dispositivo constitucional, ele pensa que não é impossível contornar os obstáculos que se opõem à execução das leis.

O líder da bancada comunista lembra que, no Hospital São Pedro, por mais de uma vez ocupou a chefia do Departamento de Profilaxia Mental, e denuncia, “lealmente e corajosamente”, que nunca se fez profilaxia mental em Porto Alegre, pois o que se oferece sob tal nome é, nada mais, nada menos, do que um serviço ambulatorial para o atendimento de psicopatas. Dyonelio cita, nesse momento, a única experiência de profilaxia mental que diz conhecer e que teria se desenvolvido por ocasião da enchente de 1941, quando o Hospital São Pedro deu abrigo aos flagelados.

Em tal episódio, ele obteve, da direção desse hospital, uma permissão para submeter todos os asilados ao regime de rotina do ambulatório, havendo aproveitado a oportunidade de estarem abrigados no local “elementos do povo” para submetê-los a testes clínicos e descobrir possíveis formas de alienação mental. O médico-deputado, talvez por ter consciência de que essa atitude seria passível de censura ou de questionamentos de natureza ética, faz questão de esclarecer que tais testes consistiam num procedimento sumário, composto de um exame clínico e de alguns exames de laboratório, que não acarretavam qualquer constrangimento aos abrigados. Além disso, relata -ainda que sem satisfação – um dos resultados de tais exames, por meio dos quais pôde se antecipar, detectando

num dos nossos flagelados que apenas se queixava de dores na cabeça o início da doença mais grave na nosografia mental: a paralisia geral progressiva. É a única experiência que posso dar aqui sobre serviços de profilaxia mental. Esse doente nos iria procurar dentro de um ou dois anos, quando sua doença, a sífilis maligna, aquela contra a qual ainda esbarram os mais modernos meios de combate, só nos iria procurar, repito, quando a doença estivesse em pleno desenvolvimento, e, portanto, inacessível à terapêutica especializada. Mas eu me interesse



muito por esse assunto e pude colher uma experiência de um grande psiquiatra, o professor Mira y Lopez. Numa cidade argentina de província, em Santa Fé, quando dirigia o Hospital Psiquiátrico, êle aplicou o seguinte método: oferecer à população em condições de emprêgo particular ou público, um atestado de vocação profissional. Atraído por esta grande vantagem que dava um Hospital do Estado, um Hospital Oficial, fornecendo ao candidato um atestado que teria uma fôrça persuasiva e real perante os seus prováveis e futuros empregadores êle conseguiu fazer passar pelo serviço clínico do seu estabelecimento uma população de 10.000 pessoas. É uma grande experiência que não se aplicou ainda no Brasil. Infelizmente, ela não atinge os sectores que mais necessitam do carinho do médico em matéria de profilaxia, e que é a criança. Em todo caso, é uma ajuda que poderá ser aproveitada entre nós. (Anais [1947], abril, 40-42)

Dyonelio busca, desse modo, sugerir ao governo a criação, se possível em todos os municípios, de postos de triagem. Ele informa que Pelotas, por iniciativa do Departamento Estadual de Saúde e com a colaboração direta do Hospital São Pedro, contavam com um desses postos de triagem. Tais postos, que poderiam seguir o modelo do antigo Posto Municipal dos Psicopatas de Porto Alegre, encaminhariam todos os doentes, agudos e crônicos, para os hospitais regionais, nas zonas da serra, da fronteira, do litoral e de várias outras áreas do estado do Rio Grande do Sul. Porém, em todas as cidades, e em particular em Porto Alegre, que recebia, inclusive, psicopatas de outros estados, o deputado comunista entende que, desde então, a terapêutica especializada deveria contar com uma melhor infra-estrutura, que seria um mecanismo valioso no combate à alienação mental, pois propiciaria a necessária separação de “duas espécies de nosocômios”:

Não se compreende, que até hoje, depois de 5 ou 6 anos, em que o Departamento Estadual de Saúde elaborou o projeto de uma colônia de psicopatas, quando mesmo o Hospital São Pedro já conta com terra onde deva construir a sua colônia de Psicopatas, nada de concreto tenha sido feito neste sentido. O que acontece é que o Hospital São Pedro, com alojamentos para menos de 700 doentes, abriga atualmente cêrca de dois mil e quinhentos doentes. Isto traz uma enorme indisciplina no Hospital, por parte de doentes difíceis de serem conduzidos, apesar do alto nível da nossa enfermagem especializada. De modo que, ao lado de um hospital de agudos, devem haver os hospitais de evacuação de alienados, que é a colônia. (...) A lei federal obriga a separação, nesses hospitais, das crianças alienadas, as quais devem receber tratamento nosológico perfeitamente diferenciado do que é dispensado aos adultos. A mesma exigência quanto aos toxicômanos. E o que vemos é a máxima promiscuidade. (Anais [1947], abril, p. 41)

Dyonelio chama a atenção para essa separação que a legislação federal impõe, frisando que a lei prevê punição criminal ao médico que atenda um toxicômano em domicílio. Como há essa exigência, mas inexitem, na época, locais adequados para o tratamento dos toxicômanos, os médicos vêm-se obrigados a levá-los para um regime comum de alienados “perigosos, agitados e sórdidos”. O deputado do PCB considera que o toxicômano, quando ainda se encontra na fase inicial da moléstia, não apresenta um estado psicopático, nem oferece perigo - está em sua perfeita “lucidez raciocinante”, embora seja um paciente cuja doença a população não admita como tal, considerando-a um vício, um defeito passível de contágio social.

O parlamentar comunista parte para a defesa da corporação médica ao aludir aos possíveis constrangimentos dos especialistas, que, não tendo outra alternativa, são levados, muitas vezes, a infringir a lei e a tratar o toxicômano em domicílio. No entanto, colocando-se na condição de médico que ocupa a tribuna parlamentar, ele orienta seus colegas para a adoção de alguns procedimentos que podem conduzir ao êxito no tratamento de tal paciente. De acordo com Dyonelio, esse doente precisaria ser submetido a um regime semicarcerário, a um regime fechado, porque, de outra forma, não se alcançaria a toxi-privação, visto que o paciente, mantido em sua casa, tenderia a continuar fazendo uso do tóxico que o escraviza e a subornar os próprios familiares para obtê-lo. Assim, somente sob um regime semicarcerário, o toxicômano poderia observar as prescrições médicas necessárias para a conquista de um resultado satisfatório e definitivo no tratamento.

Ao que parece, Dyonelio relaciona-se com a medicina, sua profissão, com o mesmo “deus interior”<sup>162</sup> – o entusiasmo - que habitou os médicos brasileiros que viveram e se tornaram reconhecidos nas primeiras décadas do século XX. Pedro Nava é um desses casos e assemelha-se a Dyonelio não apenas porque também se dedicou à medicina e à literatura. Em sua posse na Academia Nacional de Medicina, Nava<sup>163</sup> procurou mostrar que não fora só a técnica que os médicos brasileiros adquiriram na profunda revolução operada pelas descobertas

---

<sup>162</sup> Pasteur, em seu discurso de recepção na Academia Francesa, afirmou “Les Grecs nous ont legué un des plus beaux mots de notre langue, le mot ‘enthousiasme’ qui signifie un Dieu intérieur”. O discurso é citado por NAVA (1957).

<sup>163</sup> Cf. NAVA, 1957, p.14-30.

científicas<sup>164</sup>; o intelectual também chamou atenção para esse divino entusiasmo que tomara conta de boa parte de tais profissionais da saúde.

Esse envolvimento com a profissão talvez esteja relacionado com a oportunidade de exercê-la tendo a certeza de sua possibilidade de aliviar a dor, de retardar a morte e, sobretudo, de trazer de volta à vida. Ao que parece, essa crença animava a militância médica, que, nas décadas de 1940 e 1950, vivia o “milagre” cotidiano da revolução científica, capaz de alterar a mentalidade daqueles que tratam da saúde alheia. Essa transformação foi tal que a medicina, antes definida de forma pessimista como uma sombria meditação sobre a morte – pois vivia nessa “espécie de ato gratuito que era diagnosticar no vivo e confirmar no morto” -, tornou-se a arte vigorosa da meditação sobre a vida. A geração de médicos que passou pelas décadas de 1940 e 1950 assistiu, então, a uma profunda revolução nos conhecimentos médicos.

Em parte por terem vivido no mesmo período, Dyonelio Machado e Pedro Nava têm em comum o sentimento e a idéia de amor à medicina, a profunda fé no bem, na purificação e no “pentecostes” - na iluminação divina - que a profissão representa para quem a exerce com sinceridade e tendo a exata compreensão do significado da função que desempenha. Além disso, ambos, para servir não apenas aos pacientes, mas, também, ao próprio sistema de saúde, assumiram, inclusive, encargos de administração médica, o que, nas palavras de Pedro Nava<sup>165</sup>, “é ato heróico e significa para quem tem sensibilidade moral, acometimento e arrojo semelhantes ao daquele que se dispusesse a caminhar descalço num serpentário”.

Como profissionais fiéis à ciência, à consciência e às leis da arte médica, em todas as eventualidades, Dyonelio Machado e seu colega de ofício procuravam cumprir o dever que Hipócrates sintetizara num aforisma – convertido

---

<sup>164</sup> No ano de 1922 obteve-se a insulina pelo trabalho de pesquisa de Banting e Best, abrindo uma nova era para a medicina e, particularmente, para a terapêutica. Trinta e cinco anos depois, a ciência progrediu mais do que nos milênios anteriores de existência histórica da arte da medicina. Esse foi o período da agonia da sífilis, da malária e da tuberculose. As infecções passam a ser controladas e suprimidas desde o advento das sulfanilamidas e da penicilina. Enquanto isso, a quimioterapia e a medicação antibiótica enriquecem-se de novos produtos - cada vez mais ativos e cada vez mais destituídos de efeitos secundários e maléficos. O grupo das doenças curáveis nesses trinta e cinco anos é integrado por doenças graves ou mortais como as febres do grupo tífico, as septicemias, as endocardites bacterianas, as meningites cóccicas e bacilares. A medicina preventiva resgata, continuamente, milhares de vidas. Os médicos já dominam a temperatura do corpo, a respiração, os batimentos cardíacos. As máquinas substituem, momentaneamente, o organismo no desempenho das funções respiratória e circulatória. A cirurgia nervosa fabrica prodígios. Cf. NAVA, 1957, p.16.

<sup>165</sup> Cf. NAVA, 1957, p.15.

em pórtico monumental da medicina - e registrara em letras de bronze: “A arte é longa, a vida é breve, a ocasião passageira, a experiência falaz e o juízo difícil. Não somente é preciso fazer por si mesmo tudo o que convém, mas concorrer para que também o façam os doentes, os circunstantes e as coisas exteriores”<sup>166</sup>.

### 3.2 A República das Letras<sup>167</sup>

Dyonelio Machado considera-se um “homem de letras” e preza muito seus colegas escritores, que, como ele, exercem o ofício da criação literária numa nação paradoxal, isto é, no país “mais rico do mundo, que é o mais pobre, também, do mundo”. É, justamente, o exemplo ou a opinião de outros escritores que o parlamentar comunista busca para referendar seu discurso e demonstrar afinidade com o tema em pauta, aproximando-se, assim, pelos vínculos que ele próprio traça, de seus interlocutores. No trecho do discurso transcrito abaixo, nota-se que ele evidencia a sua identificação com Monteiro Lobato:

Por que nós não temos petróleo explorado no Brasil? Esta grande figura tutelar, Monteiro Lobato, este batalhador em que nós, eu particularmente, como um homem de letras, vimos um dos patriarcas da literatura brasileira, Monteiro Lobato, se sujeitou a todas as perseguições, se sujeitou a todas as sevícias, inclusive a da prisão, porque sustentava esta tese: de que o petróleo sul-americano parecia conhecer a carta política do Brasil. O petróleo do Chaco não atravessava a linha divisória política traçada entre o Paraguai e o Brasil.  
(Anais [1947], 02 de maio, p. 514)

<sup>166</sup> Cf. NAVA, 1957, p. 30.

<sup>167</sup> No século XVIII, o Século das Luzes, a dominação de Repúblicas das Letras difundiu-se pela Europa, identificando e dando unidade ao trabalho dos homens de letras. O francês era a língua oficial dos intelectuais à medida que os livros, jornais e revistas, mesmo a correspondência pessoal, eram escritos nesse idioma. Os maiores inimigos daquela república cosmopolita eram os censores a serviço dos monarcas e dos militantes das Trevas em geral. As duas grandes revoluções liberais, a americana, de 1776, e a francesa, de 1789, garantiram que os livros não fossem queimados em público como objetos satânicos. Nesse caso, houve a garantia de que os intelectuais poderiam, livremente, expor suas idéias. Mesmo assim, no decorrer dos anos, muitos deles foram processados ou proibidos de exercer seu ofício, acusados em sua maioria de imoralidade, tais como Victor Hugo, Flaubert, Zola e Joyce, quando não sentenciados a prisões ou ao desterro. No século XX, orientados por Goebbels, na Alemanha, e por Zhdanov, na URSS, os escritores, os integrantes da República das Letras, foram incentivados a transformarem-se em propagandistas, mobilizados, conforme o caso, a santificar o Führer dos nazistas, o Duce dos fascistas, ou ainda o Vozd, o líder dos soviéticos (trinta e seis escritores russos, entre eles Gorki, apoiaram a política de reeducação pelo trabalho forçado dos “inimigos do povo”). A República das Letras, que antes conseguira livrar-se das amarras feudais, tornou-se cativa, em várias partes do mundo, das Repúblicas Totalitárias. Cf. SCHILLING, 2004, p. 21.

O deputado, no fragmento citado, faz uso de uma linguagem irônica, ao dizer que “o petróleo sul-americano parecia conhecer a carta política da América do Sul”. Desse modo, denuncia o interesse dos Estados Unidos em induzir o Brasil a não investir na pesquisa do petróleo em seu próprio subsolo. Se o zelo pelo patrimônio do País se revela, nessa passagem, pela preocupação que demonstra com as suas riquezas, em vários outros pronunciamentos do parlamentar comunista, traduz-se sob a forma do extremo cuidado que manifesta para com o “povo, a sua educação, a sua cultura e, em especial, a sua “capacitação política”. Nesse particular, a visão do deputado é a de que a “politização” e a correta “capacitação das massas” relacionam-se, também, à escrita adequada de um texto.

Na opinião de Dyonelio, o principal texto de uma nação é a Constituição, que, por esse motivo, deve possuir uma redação adequada em todas as suas partes: o preâmbulo, o pósito, os artigos, as alíneas, a súmula, os parágrafos e o prefácio. A atenção do intelectual não recai, porém, apenas sobre o texto escrito. Sendo ele um homem de letras<sup>168</sup>, em sua atuação parlamentar, oferece provas constantes de que domina, perfeitamente, o seu próprio idioma, mostrando-se bastante criterioso e preciso na escolha e no emprego de cada palavra. Além de lançar mão desse conhecimento para aprimorar suas declarações, no que diz respeito à forma e ao conteúdo, o deputado comunista concentra-se sempre naquilo que está sendo dito; mantém-se interessado e vigilante diante dos pronunciamentos dos seus “nobres colegas”, tanto para corrigi-los, questioná-los ou complementar suas afirmações, como para elogiá-los. Dyonelio faz uso da expressão “notável peça oratória”, para referir-se ao discurso de um deputado que julga estar muito bem estruturado<sup>169</sup>.

Outro aspecto merece destaque na atitude que o deputado comunista adota no parlamento: em todas as situações nas quais exhibe uma profunda familiaridade com os princípios do direito constitucional, ele enfatiza que não é

---

<sup>168</sup> Cf. Anais, 1947, abril, p.42-43.

<sup>169</sup> Via de regra, os deputados, quando assumem a condição de oradores, utilizam o termo “oração” para designar seus pronunciamentos públicos na tribuna da Assembléia Legislativa. Oração é, segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira - *Novo dicionário da língua portuguesa*, p. 1228-1229. -, “1. súplica religiosa; reza; 2. discurso, fala. 3. Sermão, prédica. 4. Gram. Frase, ou membro de frase, que consta de um predicado e de um sujeito, ou só de um predicado”.

jurista, exatamente para fortalecer os seus próprios argumentos e desqualificar a fala de seus opositores. Na verdade, sempre que afirma “eu pouco entendo de técnica de Constituição”, o parlamentar comunista busca produzir um efeito de impacto. Ao alertar seus interlocutores para o fato de que não possui formação acadêmica na área do Direito, chama atenção para “erros” de interpretação jurídica que não poderiam ser cometidos por aqueles deputados que são graduados na referida área. Se a formação acadêmica, por si só, não garante o conhecimento da ciência jurídica, a graduação em outra área, por sua vez, não impede o indivíduo de compreender os princípios dessa ciência.

Para amenizar a falta da formação jurídica em seu *curriculum*, Dyonelio constrói um mecanismo de compensação: apresenta-se como um estudioso dedicado dos temas mais variados, como um intelectual bem informado e como um grande intérprete da língua portuguesa. Portanto, valendo-se da sua situação de leitor especializado e de escritor, assume a condição de autodidata em assuntos relacionados ao direito constitucional. A fim de comprovar essa condição, cita, a todo o momento, alguns autores reconhecidos entre aqueles que operam o direito. Ao mesmo tempo, ostenta, em seus pronunciamentos o domínio que possui das minúcias da Constituição francesa e da história do constitucionalismo ocidental.

O deputado do PCB<sup>170</sup> parece ser um herdeiro do Iluminismo, na medida em que sempre toma como parâmetro o conceito de “progresso em matéria política”, situando sua principal referência, em termos políticos e jurídicos, na Revolução Francesa. Em razão desse mesmo ideal, proclama sua fé na razão e no poder da lei, e, porque entende que a forma jurídica é o próprio conteúdo político de uma constituição, concebe como uma “obrigação” dos parlamentares - e, em particular, dos deputados comunistas - o aprimoramento da redação da Constituição. Assim, eles estariam cumprindo o seu papel de “levar a Constituição bem redigida às massas”. Como é possível verificar, a crença de que os deputados “representam as massas” orienta a atuação dos comunistas no Parlamento, a qual consiste em realizar uma espécie de “pedagogia política”. Essa “lição de democracia” pode concretizar-se, na sua opinião, quando a população entra em contato com a Constituição. Identifica-se, na formulação

---

<sup>170</sup> Cf. Anais, 1947, abril, p. 42-43.

dessa idéia, a devoção de Dyonelio à chamada “democracia representativa”, mais precisamente ao poder do Parlamento, da Constituição e dos deputados comunistas, por meio dos quais se procederia á conscientização das massas.

Na década de 40 do século XX, ao tratar de outro assunto, o intelectual demonstra, mais uma vez, estar ciente da força das palavras na luta política, não somente porque reafirma a relevante função exercida pelo jornalismo - imprensa e rádio - na construção da opinião pública, mas também porque recorre, ele próprio, à linguagem para persuadir o “trabalhador da pena” a reagir às arbitrariedades do governo. O parlamentar comunista posiciona-se, no pronunciamento em questão, contra os decretos e as leis instituídos pelo Presidente da República, o general Dutra, que, de algum modo, tentam barrar a livre manifestação política e o direito à informação:

**O SR. DIONÉLIO MACHADO**—Mas, Sr. Presidente, essas medidas ditatoriais, essas medidas de supressão da ordem legal no Brasil, ficariam incompletas sem a intervenção na imprensa. Ninguém ignora o papel da imprensa. É o 4.º poder, já se disse há muito tempo e até hoje não houve motivos para abjurmarmos êsse conceito.

**O Sr. Brochado da Rocha**—E' a 6.ª arma.

**O SR. DIONÉLIO MACHADO**—E' a 6.ª arma e uma grande arma. Posso dizer mais—e aqui tem assento vários jornalistas, eu mesmo me orgulho de ser um jornalista profissional. O nosso presidente é um jornalista, é um homem que vive dos seus direitos autorais de trabalhador da pena. Nós todos sabemos que é a imprensa o órgão que está mais ligado ao povo. De modo, Sr. Presidente, que de nada valeria fechar os partidos políticos, de nada valeria interditar a sede dessas associações, de nada valeria intervir despoticamente nas organizações proletárias, se aí fóra existisse uma imprensa perfeitamente garantida nos seus direitos para exercer a crítica e a vigilância sôbre essas arbitrariedades. (Anais [1947], abril, maio. 520)

O discurso de Dyonelio pode ser interpretado, no contexto em que é proferido, como um alerta – dirigido a ambos os poderes, o parlamento e, sobretudo, a imprensa – de que a cassação do PCB e o fechamento dos sindicatos são apenas indícios; são as primeiras de uma série de medidas restritivas que o governo Dutra viria a adotar. O parlamentar comunista projeta que a imprensa, pelo poder que representa de expressar opiniões e informar, seria o próximo alvo do governo. Na verdade, o fato de o deputado apresentar-se, nessa oportunidade, como um jornalista e de utilizar tais argumentos atesta a sua

intenção de pautar os profissionais da imprensa para que passem a difundir suas denúncias, conferindo maior visibilidade aos atos do general Dutra e criando, assim, um movimento contra a cassação do Partido Comunista.

Vale observar que, mesmo sendo esse o primeiro – e único - mandato parlamentar do intelectual comunista, exercido durante um período bastante breve, ele não sente qualquer desconforto por estar entre vários deputados “experientes” e exposto perante profissionais da imprensa, que, já naquela época, mostravam-se atentos e posicionados em relação aos temas políticos. O comportamento que assume na tribuna, durante os meses em que estréia no parlamento, revela uma postura extremamente segura, nos discursos que profere; nos apartes que faz; nos esclarecimentos aos quais procede; nas exposições em que demonstra um amplo domínio do regimento interno da Assembléia Constituinte e de todos os artigos da Constituição Federal, aprovada em setembro de 1946; por fim, em sua eleição para o cargo de líder da bancada comunista. Possivelmente, Dyonelio tenha a clara noção do local em que está e das normas, não escritas, que aí vigoram. Ao que parece, ele está ciente de que a tribuna é um lugar para quem “sabe falar” e possui “autoridade e responsabilidade sobre o que diz”.

Os pronunciamentos indicam que um número expressivo de parlamentares eleitos em janeiro de 1947 têm informações sobre a trajetória pregressa do deputado comunista, tanto nos âmbitos político, acadêmico e profissional quanto no meio cultural. Entretanto, a todo o momento, Dyonelio salienta a sua condição de intelectual, conforme já foi constatado anteriormente. Essa condição em si e a exibição das competências que a comprovam, para aquele que é um estreante no parlamento, funcionam como uma senha capaz de facultar-lhe o ingresso no círculo dos deputados e torná-lo aceito entre eles como um “igual”. Assim, a atitude do parlamentar comunista, de buscar legitimidade para o seu discurso na autoridade de quem o pronuncia - ou seja, naquilo que ele é e no que representa para os demais -, atesta que o referido intelectual tem bem presente a função do *poder simbólico* das palavras. Ele intui a existência de uma fala que constitui realidades, por ser oriunda de um local que goza do sagrado poder de autorizar o dito e de transformá-lo em verdade.

Quando ostenta a grande familiaridade que possui com as palavras, Dyonelio está, na verdade, demarcando seu perfil de intelectual, o que lhe confere



um certo diferencial na comparação com os outros deputados. Esse diferencial é evidenciado pelo parlamentar comunista de várias formas: na menção à dupla atuação que mantém no terreno das Letras, enquanto escritor e jornalista; na alusão a sua própria habilidade de falar e escrever; na disputa, que empreende com seus pares, pela interpretação do significado de determinadas palavras que constam de artigos, parágrafos e incisos da Constituição; nas citações que faz tanto de livros de diversos autores quanto de textos de jornais, como um modo de fundamentar suas posições, por meio do argumento alheio ou do exemplo encontrado nas situações descritas por outros; nas provas que oferece a seus interlocutores de que conhece o mundo por intermédio da leitura de jornais de distintos países; nas revisões e correções a que submete as palavras e expressões registradas nos anais; no emprego de vocábulos provenientes da língua inglesa e da língua francesa, a que procede com freqüência.

Além disso, o deputado do PCB provoca o redimensionamento de sua atuação como parlamentar, ao destacar o valor atribuído aos homens de Letras por parte dos parlamentares mais “intelectualizados” e ao apresentar-se diante deles como um de seus interlocutores mais capacitados. Um exemplo desse tipo de estratégia é o diálogo que estabelece, no decorrer dos trabalhos constituintes, com o deputado César Santos<sup>171</sup>, que descreve, em seu discurso, aspectos da assim denominada “crise intelectual”. Nesse contexto, o deputado do PTB lamenta as dificuldades enfrentadas pelos intelectuais no que se refere à publicação de seus livros. Durante esse pronunciamento, Dyonelio Machado solicita um aparte ao orador e, então, expõe um conjunto de argumentos, por meio dos quais atesta o seu interesse pela questão em pauta e mostra-se um conhecedor do assunto.

Na passagem que segue, nota-se, ainda, que desempenha o papel de “autoridade” no tema, recorrendo não apenas a argumentos, mas também a dados de sua experiência. O deputado comunista faz questão de dizer que é escritor e que participou do Primeiro Congresso de Escritores, ocorrido logo após o término da Segunda Guerra Mundial, evento em que as “autoridades” na questão em foco já haviam dispensado a esta o devido tratamento. Lembra, também, que fora escolhido como relator desse congresso, ao qual se fizeram

---

<sup>171</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p.533.

presentes os principais intelectuais brasileiros. Desse modo, ressalta a sua condição de escritor conhecido nacionalmente. O parlamentar do PCB, obviamente, sabe que César Santos não participou do referido encontro e supõe que o deputado do PTB não tomou conhecimento das resoluções registradas nos anais do evento. No entanto, pergunta ao seu colega se este leu tais resoluções, a fim de criar uma atmosfera de diálogo/interlocução com o orador que detém o “tempo” de uso da palavra.

Dyonelio costuma adotar a elaboração de perguntas e a expressão da dúvida, como elementos constitutivos da estrutura de sua fala. Ao valer-se desses recursos estilísticos, chama para si a responsabilidade pela formulação de uma resposta adequada às questões colocadas. No caso específico do diálogo que trava com César Santos, o deputado comunista entende que possui a obrigação moral, ética e intelectual de se pronunciar, porque tem experiência própria, na medida em que compartilha com os demais escritores os problemas com que se deparam para divulgar a sua obra, e, sobretudo, porque é profundo conhecedor da lógica do chamado “mercado editorial”. O deputado César Santos aborda um tema capaz de sensibilizar um escritor como Dyonelio Machado, que é vítima do ostracismo e, por conseqüência, de um quase ineditismo: a pouca valorização dos talentos literários e científicos do Rio Grande do Sul e do Brasil. O parlamentar comunista contrapõe a esse descaso o tratamento concedido às inteligências por parte dos Estados Unidos.

O deputado do PCB tem consciência da qualidade de seus textos literários e percebe que o talento que possui não corresponde à ampliação do seu público leitor. Na sua opinião, a ausência de resenhas de suas obras em jornais e revistas especializadas e a pouca divulgação de seus livros são, pelo menos em parte, responsáveis por esse círculo restrito de leitores com o qual pode contar. Assim, ao final de seu aparte, depois de mostrar-se pessoalmente envolvido com o tema, Dyonelio declara que a sua proposição de valorizar as inteligências nacionais não é “uma reivindicação própria”, resultando, isto sim, da sua preocupação com os direitos autorais, cuja garantia oportunizaria que os escritores vivessem do seu trabalho.

### 3.3 O porta-voz envolto em dilemas

As sessões da Assembléia Estadual Constituinte têm como propósito criar uma constituição para o estado do Rio Grande do Sul. No entanto, os deputados constituintes utilizam boa parte do tempo reservado a seus pronunciamentos para debater questões de interesse de suas respectivas siglas, tais como: alianças eleitorais; concepções de democracia, de liberdade e de partido político; as ações do governo Vargas; a democracia nos EUA; o modelo soviético e a Segunda Guerra Mundial. Os discursos dos parlamentares voltam-se para várias direções, possivelmente, com o objetivo de demarcar as diferenças existentes entre o seu partido e os demais, cristalizando posições e construindo um “inimigo”, a fim de atrair a atenção da “opinião pública”. Toda essa dinâmica parece ter em vista um ponto de chegada: a formação e a consolidação de lideranças partidárias suficientemente credenciadas para desempenhar o papel de um guia que conduziria a população pelos rumos que o Brasil deveria seguir.

Desse modo, os deputados disputam a interpretação dos “fatos históricos”, com o intuito de se fortalecerem e de desgastarem seu adversário em cada conjuntura. A impressão que fica, ao se examinam os pronunciamentos transcritos nos anais e realizados nas primeiras semanas da Constituinte, é que os principais líderes partidários com assento no Legislativo gaúcho querem deixar bem delimitado seu território e, também, o arco de alianças que podem vir a contrair. Verifica-se que os discursos proferidos nas sessões inaugurais da Assembléia Constituinte têm por referência o espaço conquistado pelas diferentes agremiações nas mais recentes eleições realizadas no estado.

Além disso, constata-se que alguns segmentos sociais são alvo de uma competição entre as siglas. Identificam-se, assim, claros indícios de que as pessoas que não estão no parlamento, de algum modo, ficam a par das discussões travadas pelos deputados. Tudo leva a crer que as informações obtidas pela população sobre o que se passa na Assembléia são veiculadas pelos jornais e emissoras de rádio que efetuam a cobertura diária dos trabalhos constituintes, por intermédio de vários profissionais de plantão. Nesse caso, a meta visada por boa parte dos deputados, especialmente os trabalhistas, os

libertadores e os comunistas, é alcançar um público de perfil bem definido, ao que tudo indica constituído por leitores, ouvintes de rádio e interessados nos temas da constituinte e, também, da conjuntura internacional.

Em todos os volumes dos Anais da Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul de 1947 está registrado o envolvimento de Dyonelio nos mais diversos debates, o que ocorreu por meio de seus pronunciamentos - no tempo de líder da bancada - e de sucessivos apartes. Quatro, sem dúvida, foram os assuntos que suscitaram grande participação das lideranças de todas as bancadas e, em particular, a intervenção do líder da bancada comunista: a instituição do sistema parlamentarista, o fechamento do PCB, a cassação dos mandatos dos deputados vinculados a essa sigla e as eleições de janeiro de 1947, sobretudo, no que se refere à pertinência das alianças levadas a cabo pelos partidos, considerando-se as conseqüências dessas coalizões para o resultado final do referido pleito.

Dyonelio Machado defende as opiniões de seu partido. Claro está, porém, que essas posições provocam muitos dilemas em seu principal porta-voz. Pode-se observar que os discursos do líder da bancada do PCB são, constantemente, atravessados por paradoxos e que - talvez por essa razão - o deputado faz questão de frisar que sua voz serve à manifestação oficial da linha política adotada pela agremiação a que pertence, e não à expressão de seu próprio parecer sobre os temas em pauta. Tais conflitos, que afligem o parlamentar, parecem acirrar-se em virtude dos juízos emitidos pelos seus pares, a respeito das posições que ele representa na condição de líder de bancada.

### **3.3.1 O apoio à candidatura de Walter Jobim e o caso da URSS**

Na leitura dos anais, sobretudo nos discursos proferidos no mês de abril, percebe-se que os deputados do PTB não aceitaram a derrota de Alberto Pasqualini, seu candidato ao governo do estado nas eleições realizadas em janeiro de 1947, e procedem a um acerto de contas com os partidos que haviam colaborado para a vitória de Walter Jobim, um dos opositores dos trabalhistas. A crítica é dirigida, de modo especial, ao PCB e ocorre por meio de um conjunto de questionamentos feitos ao líder desse partido - Dyonelio Machado. Convém

salientar - no que se refere ao processo de tomada de decisão dos comunistas em relação àquela que seria a “melhor” opção para o Rio Grande do Sul - que o parlamentar comunista, em seus discursos, descreve as negociações e os entendimentos que ele próprio mantivera, como representante do Partido Comunista, com os três candidatos ao governo do estado. De acordo com o seu depoimento, os contatos que fizera com Walter Jobim (PSD), Alberto Pasqualini (PTB) e Décio Martins Costa (PL) tinham como objetivo articular o apoio dos comunistas a um desses candidatos. Além dessa temática, outro assunto consta entre as principais preocupações políticas expressas nos pronunciamentos do deputado comunista, nesse mesmo período: o cancelamento do registro do PCB pelo Supremo Tribunal Eleitoral, cuja denúncia constitui-se numa prioridade da sigla. O que se verifica, então, nos debates parlamentares, é o cruzamento dessa questão com aquela outra, que, de certa forma, transferia Dyonelio Machado da posição de ataque para a de defesa: a eleição de Walter Jobim.

A julgar pelo excessivo número de pronunciamentos sobre o apoio prestado por alguns partidos à candidatura do PSD, pode-se afirmar que há um interesse significativo, principalmente por parte do PTB e do PL, em esclarecer as alianças estabelecidas para as eleições de janeiro daquele ano. Percebe-se que os parlamentares dessas duas agremiações, cujos candidatos haviam sido derrotados, exigem dos comunistas explicações “qualificadas” em relação à adesão do PCB à candidatura de Walter Jobim. Tal exigência ganha contornos mais fortes no momento em que o próprio candidato vitorioso, então governador, aceita a cassação do registro eleitoral do PCB. Essa atitude, ao que parece, possuía antecedentes, na medida em que Walter Jobim e o seu partido haviam lançado, durante a campanha eleitoral, um manifesto nos jornais, repudiando o apoio do PCB à candidatura do PSD.

Dyonelio julga que o PCB conta, no Rio Grande do Sul, com cerca de oitenta mil votos<sup>172</sup>. Todavia, a despeito dessa ampla influência política, enfrenta dificuldades para estabelecer alianças eleitorais com seus aliados conjunturais, o que o parlamentar atribui, sobretudo, ao chamado “anticomunismo”, detectado entre setores expressivos da população que eram eleitores potenciais do candidato do PSD. Segundo o deputado comunista, até mesmo, o PTB de Alberto

---

<sup>172</sup> Cf. Anais, 1947, abril, p.36.

Pasqualini havia declarado, ainda no final do ano de 1946, que “não aceitaria o apoio de partidos extremistas” como o PCB<sup>173</sup>. Alberto Pasqualini não desejava o apoio dos comunistas à aliança liderada pelo PTB, porque acreditava que a adesão dessa sigla a sua candidatura provocaria a rejeição de um grande contingente de eleitores.

Dyonelio, na oportunidade, registra aquilo que é negado pelos líderes do PTB: o fato de que Pasqualini buscava somente os votos da base eleitoral do PCB. De acordo com o parlamentar comunista, o PTB colocara como condição, para firmar uma aliança oficial com a direção do PCB, que essa união não se tornasse pública. Tal articulação havia ocorrido, conforme depoimento do deputado comunista, em uma conversa que tivera com Pasqualini. No entanto, essa tentativa de acordo secreto, meses depois - em abril de 1947 -, estaria sendo negada pelos líderes do PTB. Percebe-se, assim, que tanto o PSD como o PTB almejavam somente obter os votos que poderiam advir da área de influência do PCB; nenhuma das duas agremiações desejava o apoio oficial dos comunistas, pois a publicização de uma aliança como essa poderia afugentar os segmentos anticomunistas presentes na base eleitoral de ambas as candidaturas.

É interessante notar que, no final de 1946, o PCB formulou os três pontos básicos do seu programa eleitoral: 1) a defesa da autonomia de Porto Alegre por meio de eleições diretas para prefeito; 2) o respeito à Constituição aprovada em 18 de setembro de 1946; 3) a manutenção da existência legal do PCB<sup>174</sup>. Essa plataforma serviu de parâmetro para o diálogo que Dyonelio Machado estabeleceu, na condição de dirigente comunista, com os três candidatos ao governo do Rio Grande do Sul. Esses contatos foram realizados pelo líder do PCB com o propósito de conhecer a posição que cada um dos candidatos iria assumir na campanha eleitoral que se avizinhava e, também, no governo, caso fossem eleitos. Esses encontros, de acordo como parlamentar comunista, ofereceriam subsídios para a decisão que o seu partido deveria tomar: a escolha e o lançamento de uma candidatura própria do PCB ou, então, o voto num dos três candidatos ao governo do estado (PTB, PSD ou PL) e o envolvimento militante na campanha daquele que fosse indicado.

---

<sup>173</sup> Cf. Anais, 1947, abril, p.36-37.

<sup>174</sup> Cf. Anais, 1947, abril, p. 34-35.

Dyonelio Machado mostra que o PCB estava mais interessado em “apoiar gratuitamente o candidato que oferecesse maiores garantias para que se instalasse e desenvolvesse o clima democrático tão necessário à vida do Rio Grande do Sul, sem distinções de partidos”<sup>175</sup>. Essa, talvez, seja a maior demonstração de que o PCB estava preocupado em buscar apoio efetivo para a preservação da sua existência legal. Por isso, a articulação política feita pelos representantes da sigla visava, exclusivamente, conseguir um aliado de ocasião – isto é, constituir uma aliança pragmática -, que se comprometesse com a defesa do direito de atuação legal do PCB.

No mesmo pronunciamento, o líder da bancada do PCB apresenta os motivos que teriam levado os comunistas a apoiar Walter Jobim: o “passado político do candidato”, a sua “tradição democrática” e o seu “interesse na eletrificação do estado como ponto de apoio para o desenvolvimento econômico do mesmo”. Possivelmente, os comunistas apostassem no desenvolvimento econômico, também, como um modo de gerar empregos nas fábricas, fator que propiciaria ao seu partido uma oportunidade de conquistar certa ascendência sobre a jovem classe operária em formação. É lícito pensar nesses termos, tendo em vista que, segundo os pressupostos teóricos dos marxistas, a base social da revolução estava concentrada no proletariado industrial, segmento que teria melhores condições de se reconhecer como classe social e de desenvolver uma consciência compatível com essa posição na estrutura social.

Descartando-se tais interesses de caráter pragmático e estratégico o apoio do PCB a Walter Jobim, segundo Dyonelio dera-se de modo “espontâneo” e “gratuito”:

Espontâneo, porque nós não necessitávamos de chancela do candidato para darmos o nosso apôio a êle, e gratuito, porque o nosso apôio não traduzia, nem significava um movimento de “toma lá, dá cá”, uma troca, um comércio; não estava subordinado à concessão de secretarias, postos na Assembléia ou Prefeituras. Desejavamos apoiar gratuitamente o candidato que oferecesse maiores garantias para que se instalasse e desenvolvesse o clima democrático tão necessário à vida do Rio Grande do Sul, sem distinção de partidos. (Anais [1947], abril, p. 41)

---

<sup>175</sup> Cf. Anais, 1947, abril, p. 41.

O parlamentar comunista, ao destacar os aspectos que não haviam servido de base às negociações do seu partido com o PSD, caracteriza, no pronunciamento transcrito, os elementos em torno dos quais, de uma maneira geral, as alianças políticas se estruturam, na medida em que constituem “um movimento de ‘toma lá, dá cá’, uma troca, um comércio”. Em certo sentido, pode parecer pura ingenuidade política o fato de uma organização partidária oferecer apoio a outra sem solicitar alguma forma de compensação ou retribuição: uma secretaria de governo, cargos na Assembléia Legislativa ou nas Prefeituras<sup>176</sup>. Percebe-se, entretanto, que a bancada do PCB, tendo a consciência de que estava na iminência de ver o registro de sua sigla ser cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral, elegera como prioridade, nas negociações com as demais agremiações, a busca de “garantia de amplas liberdades políticas no Rio Grande do Sul”. O PCB, procurava, assim, comprometer um candidato que possuísse fortes chances eleitorais com a defesa da legalidade para o Partido Comunista do Brasil. Por trás da idéia de “clima democrático”, estava a de concretização da liberdade política, fator que pode ser avaliado considerando-se a atuação legal de todas as legendas partidárias e, em particular, do PCB.

Dyonelio Machado crê que o PCB é o portador da verdade e da justiça social. Porém, contrariando essa convicção, o deputado libertador Brito Velho (PL) questiona o líder comunista:

Não foi, propriamente, para evitar uma mal maior que V. Excias. votaram no Sr. Walter Jobim? Não foi, de fato, para impedir a eleição do Sr. Alberto Pasqualini? Aliás, muitos e honrados membros do Partido de Representação Popular votaram no Sr. Walter Jobim, não por terem S. Excia. como o melhor candidato, mas para impedir a vitória do Sr. Alberto Pasqualini. Não se terá dado o mesmo com V. Excias.? (Anais [1947], abril, p. 41)

O argumento do deputado libertador é muito forte e, ao trazer à tona as estratégias eleitorais de determinadas siglas, de certo modo, evidencia uma das principais disputas que foram desencadeadas pela criação do PTB. Essa

---

<sup>176</sup> Max Weber mostra, ao longo de sua obra, que a lógica da política é a busca de cargos nos governos para os líderes partidários. O partido político é uma empresa cujo produto tem sido a distribuição de cargos pelos “gerentes” e “empresários” da política.



agremiação passou orientar todas as suas ações no sentido de atrair os trabalhadores, sindicalizados ou não, para o seu campo de influência, rivalizando, assim, com o PCB. Essa disputa tornou-se bastante acirrada, uma vez que, no Brasil, o Partido Comunista capitalizou politicamente o resultado positivo obtido na luta contra o fim do Estado Novo e a vitória dos Aliados na Segunda Guerra, destacando-se, sobretudo, na derrota imposta ao nazismo, o desempenho da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Dyonelio<sup>177</sup> responde à questão formulada por seu colega, o deputado Brito Velho, da seguinte forma: “devo dizer, com toda a lealdade, que víamos um perigo para a democracia no fortalecimento do Sr. Getúlio Vargas”. O PCB estava convicto de que uma possível vitória de Alberto Pasqualini (PTB) nas eleições ao governo do Rio Grande do Sul significaria o fortalecimento político de Getúlio Vargas e o conseqüente enfraquecimento de Luís Carlos Prestes (PCB), ambos, na época, senadores da República.

No debate sobre o papel político desempenhado pelo presidente Getúlio Vargas, entre 1930 e 1945, em relação aos trabalhadores, concentraram-se as intervenções de vários deputados do PTB e do PCB, agremiações que interpretaram de formas distintas o tema em pauta. Nessas discussões, fica evidenciado que os parlamentares do PTB são os que mais defendem Getúlio Vargas<sup>178</sup>. Toda a sua argumentação está estruturada de modo a salientar os feitos do ex-presidente, os quais teriam beneficiado os trabalhadores no Brasil. De acordo com o deputado Egydio Michaelson<sup>179</sup> (PTB), justamente por esse motivo, o partido ao qual está filiado e a figura de Getúlio Vargas seriam “o maior obstáculo ao desenvolvimento do Partido Comunista do Brasil”. Da parte dos parlamentares comunistas, em especial do deputado Pinheiro Machado Neto, há um empenho em mostrar que aquilo que, realmente, impedira o avanço do comunismo no País fora o golpe ocorrido em 1937, que “rasgou a Constituição de 1934”<sup>180</sup>. Em várias oportunidades, a bancada do PCB é chamada ao debate sobre o significado que o trabalhismo e Getúlio Vargas adquirem para os trabalhadores. O deputado Pinheiro Machado Neto, por sua vez, toma para si a

---

<sup>177</sup> Cf. Anais, 1947, abril, p. 41.

<sup>178</sup> Getúlio fora eleito senador pelo Rio Grande do Sul e acompanhava, entre 1946 e 1950, a política nacional na sua distante São Borja (RS).

<sup>179</sup> Cf. Anais, 1947, abril, p.41.

<sup>180</sup> Cf. Anais, 1947, abril, p. 42-43.

responsabilidade de enfrentar a polêmica, por meio de vários apartes. Cabe conferir não apenas o teor, mas também o tom das discussões que travam entre si os parlamentares do PTB e os do PCB:

O Sr. **Egydio Michaelsen**—O Partido Trabalhista não é Getúlio Vargas. Este é o seu fundador e um dos seus mais eminentes líderes. (Palmas). Mesmo os adversários do Sr. Getúlio Vargas reconhecem que ele, pessoalmente, e o Partido trabalhista, por ele fundado, são o maior obstáculo ao desenvolvimento do Partido Comunista, no Brasil. (Muito bem). (Palmas).

O Sr. **Pinheiro Machado Neto**—E, conseqüentemente, impedem o desenvolvimento do comunismo todos aqueles que rasgam Constituições.

O Sr. **Egydio Michaelsen**—O Partido Comunista quer rasgar as Constituições de toda América.

O Sr. **Pinheiro Machado Neto**—V. Excia. não prova a afirmação que fez e eu provo o que lhes disse, assinalando que o Sr. Getúlio Vargas rasgou a Constituição de 1934.

O Sr. **Rodrigo Magalhães**—O Sr. Getúlio Vargas foi o reflexo das forças armadas, em novembro de 1937.

O Sr. [José Diogo] **Brochado da Rocha**—V. Excia. quer dizer que o óbice que o Sr. Getúlio Vargas representou ao comunismo não foi o de rasgar uma Constituição, mas o de assegurar, por sua ação, no fecundo governo de S. Excia., uma vida digna para os trabalhadores. (Anais [1947], abril, p.41)

Dyonelio Machado<sup>181</sup>, ao lado dos deputados Pinheiro Machado Neto e Júlio Teixeira, mostra que, no final do Estado Novo, o PCB fizera uma flexão tática em relação à posição do presidente Getúlio Vargas. O líder da bancada comunista lembra que o partido ao qual pertence tivera muitos de seus dirigentes aprisionados e alguns torturados até a morte durante a ditadura de Vargas. Ele chama a atenção dos seus “nobres colegas”, inclusive, para o fato de que a própria Olga Benário - esposa de Luís Carlos Prestes, o dirigente maior do PCB -, estando grávida, fora entregue aos nazistas pelo governo brasileiro. Mesmo assim, enfatiza Dyonelio, Prestes apoiara Getúlio Vargas em sua intenção de democratizar o País no pós-guerra, a partir do momento que fora convocada a Assembléia Nacional Constituinte. Nesse episódio, a principal polêmica consistia nas diferentes respostas dadas pelas lideranças políticas à seguinte pergunta: a constituinte deveria ser convocada, mantendo-se Getúlio na presidência ou promovendo a sua renúncia e instituindo um governo provisório? Situando-se em

<sup>181</sup> Cf. Anais, 1947, abril, p. 43-44.

meio a opiniões extremamente controversas, os comunistas propuseram a permanência de Getúlio Vargas no governo. Esse apoio assumiu uma dimensão simbólica, porque fora articulado pelos principais dirigentes do Comitê Central do PCB nos cárceres do Estado Novo, onde estavam reclusos<sup>182</sup>.

Claro está, pela leitura dos pronunciamentos dos deputados que constam nos anais, que os integrantes do PCB, de certo modo, passaram para “as massas” a idéia de que a Assembléia Nacional Constituinte e as Assembléias Estaduais Constituinte seriam a forma concreta de o “povo estar no poder”<sup>183</sup>. Essa “tática” política estava em consonância com a “estratégia” mais ampla do PCB, que era a de garantir para si próprio a legalidade eleitoral. Dyonelio Machado enfatiza as razões pelas quais o eixo norteador das alianças do PCB era a conquista de certa liberdade política. Para isso, invoca a sua experiência pregressa, de político clandestino, que fora submetido aos horrores do cárcere e à Lei de Segurança Nacional:

(...) Nós estamos na Assembléia, eu estou aqui, com êste direito de palavra; isto para mim tem um significado muito diferente do que para os senhores. Eu venho da ilegalidade e do cárcere. V. Excia., de uma forma ou de outra, gozava ainda de imunidade, podia externar sua opinião. Nós eramos perseguidos, não apenas pelas nossas opiniões. O Sr. Getúlio Vargas, e não é ataque pessoal a S. Excia., excluiu do Exército oficiais, não pelos atos que êstes haviam praticado... (...) Entretanto, eu mesmo, meus nobres colegas, tive o privilégio, pouco invejável, a honra de inaugurar a Lei de Segurança Nacional. O primeiro processo baseado na Lei de Segurança Nacional foi sôbre a minha pessoa. (Anais [1947], abril, p.47)

O deputado trabalhista Egydio Michaelsen adota, como estratégia discursiva, a defesa da figura de Getúlio Vargas e o isolamento dos comunistas. Para tanto, procura a todo o momento atrair os parlamentares do Partido Libertador e das demais legendas para o “lado daqueles que trabalham pela consolidação da ordem cristã, no Brasil, que o Partido Comunista quer derrubar”<sup>184</sup>. Nesse contexto, a expressão “ordem cristã”, utilizada pelo deputado

<sup>182</sup> Ver Anais, 1947, maio, p.43-44. Há um importante debate que envolve deputados de diversos partidos acerca da aliança entre PCB e Vargas. A principal crítica da bancada libertadora (PL) ao apoio prestado a Vargas, em 1945, pelos comunistas relaciona-se à sobrevivência que esse apoio dera ao ex-presidente.

<sup>183</sup> Já referido no capítulo dois. Dyonelio Machado, em suas *Memórias*, mostra o equívoco dessa posição e arrepende-se de ter legitimado a própria cassação do seu PCB participando do parlamento “burguês”.

<sup>184</sup> Cf. Anais, 1947, abril, p.43.

libertador, traz em si, implícita, a idéia de que o “inimigo comum” a ser combatido é o partido reconhecidamente ateu. O emprego de uma linguagem religiosa é o expediente a que recorre para deslocar a discussão do terreno da política governamental para o plano religioso.

Por sua vez, o deputado Unírio Machado, também do Partido Trabalhista Brasileiro, acusa o PCB de querer, sempre, ser o “dono” da verdade e deter o monopólio da luta pela justiça social. Além disso, expõe a sua interpretação dos episódios, ao referir-se à razão que havia levado Prestes a opor-se ao candidato de Vargas – Alberto Pasqualini - nas eleições estaduais de 1947. Segundo o deputado trabalhista, o motivo que teria determinado tal decisão parecia ser evidente e consistia na ameaça que Vargas representava para o prestígio pessoal de Prestes. A afirmação do deputado Unírio Machado tem como base o fato de Getúlio Vargas ter se consolidado como o líder do trabalhismo para os segmentos sociais junto aos quais Prestes pretendia construir sua liderança. Na defesa do PCB, pronuncia-se, mais uma vez, Dyonelio Machado. Este, ao ser provocado, justamente, no que diz respeito a um aspecto visto como uma questão de princípios para todo o comunista - a relação entre indivíduo e partido -, reage explicando, ao menos a si próprio, os fatores que garantem a não-existência do “personalismo” e do “individualismo” nas fileiras do PCB

(...) eu devo dizer aos nobres colegas que no Partido Comunista não há valores pessoais absolutos. O Partido Comunista é um todo que se dirige a si mesmo. (...) Entre nós não há esta preocupação da soberania pessoal. (...) eu me permito lembrar que neste ponto, como em vários outros, nós distamos fundamentalmente dos moldes dos velhos partidos tradicionais no Brasil. Essa é uma das características que dão ao nosso Partido este caráter de novidade. Pois, enquanto nosso partido, todo êle, participa democraticamente da Direção, os partidos tradicionais se formam em torno de pessoas. (Anais [1947], abril, p.44)

O PTB, pelo fato de possuir a maior bancada e por ser de oposição (em nível federal e estadual), em geral, não envolve nas discussões o Partido Social Democrático (PSD), que, além de governar o estado do Rio Grande do Sul e o País, conta com a segunda maior bancada na Assembléia Legislativa. Na escolha de seus interlocutores, a preferência do PTB recai sobre o PCB, agremiação que tem o menor número de deputados. Talvez essa atitude dos

trabalhistas tenha como objetivos demarcar suas diferenças para com os comunistas, tendo em vista a disputa que travam pela mesma base social, e afastar o PCB da órbita de influência do PSD. Assim, a todo momento, as posições, recentes e anteriores, do PCB são lembradas pelos parlamentares do PTB. É com base nesses posicionamentos que os trabalhistas erigem um conjunto sistematizado de críticas, com o intuito de enfraquecer os comunistas, revelando, publicamente, suas contradições internas. Verifica-se, por fim, que a adesão do PCB à candidatura de Walter Jobim nas eleições estaduais criou um enorme obstáculo a sua relação política com as bancadas do PTB e do PL. Ao mesmo tempo, ao que parece, os comunistas não lograram qualquer vantagem ao apoiar o PSD, salvo, talvez, a de haver derrotado o candidato Pasqualini, que era ligado a Vargas.

Entretanto, os discursos de Dyonelio Machado que geram o maior número de apartes de seus colegas parlamentares são aqueles que se referem à posição do PCB com relação à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O deputado comunista, por acreditar que a URSS é um país “socialista e democrático”, classifica os opositores desse regime que estavam presos e exilados como “trotskistas”, “agentes do estrangeiro”, justificando, assim, o fato de terem sido colocados à margem da lei soviética. Essa concepção, expressa pelo líder do PCB em seus pronunciamentos, provoca diversas reações, sobretudo por parte dos líderes do PTB e do PL. Nos debates ocorridos no mês de abril de 1947, na Assembléia Constituinte, são os trabalhistas e libertadores que mais insistem em interpelar os comunistas, exigindo desses explicações sobre as posturas “ditatoriais” do governo soviético e afirmando que a “Rússia” é o grande divisor de águas do momento.

Os deputados Carlos de Brito Velho (PL), Mem de Sá (PL), Assunção Viana (PTB) e o líder trabalhista Brochado da Rocha<sup>185</sup> questionam as posições de Dyonelio Machado, que se mostra um grande defensor do modelo soviético. As principais críticas dos libertadores e trabalhistas são dirigidas à existência de um só partido político na URSS e ao processo eleitoral soviético, que garante sempre a vitória “dos mesmos candidatos” – aqueles apresentados pelo Partido Comunista. Nota-se, também, que os artigos da Constituição soviética de 1936,

---

<sup>185</sup> Cf. Anais, 1947, abril, p.49-51.

citados pelos deputados do PL e do PTB, servem de “prova” aos seus argumentos de que democracia e partido único são idéias “que não se coadunam”. No entendimento desses parlamentares, o funcionamento de um partido único é o fascismo. Com a intenção de responder a essas críticas, o líder da bancada comunista aponta para as limitações da democracia representativa, que vigora no Ocidente, contrapondo-a àquela existente na URSS, que “possui a participação direta do povo no poder”, e conta com eleições diretas, voto secreto e universal, e com a “intervenção do povo no governo muito antes de nós estarmos elegendo os nossos representantes”.

Em virtude de sua filiação ao PCB<sup>186</sup>, Dyonelio é sempre associado, pelos demais deputados, à URSS, além de ver-se, constantemente, inquirido por eles sobre o modo como concilia a sua visão de democracia com a vigência do partido único na URSS<sup>187</sup>. O líder comunista lembra, então, a seus pares que, se não fosse o povo russo, o nazismo teria vencido a Segunda Guerra. O parlamentar também procura vincular a derrota do nazi-fascismo, assegurada em grande medida pelo exército e pelo povo russos, à ascensão da democracia no Brasil, com o fim do Estado Novo. O argumento central dessa estratégia discursiva é o de que a participação do povo russo - leia-se: o apoio popular ao governo socialista – fora o principal fator da derrota do exército alemão, que, na época, acreditava ser o mais poderoso do mundo. Desse modo, o líder comunista enfatiza que a existência da democracia na URSS é comprovada pelo apoio que a população deu ao governo soviético. Outra “prova” citada pelo líder comunista, para sustentar a tese de que o modelo soviético é democrático, é a efetiva coesão entre soldados e povo russo na defesa da URSS, o que seria uma demonstração da democracia interna aí existente.

Esse debate fica mais acirrado entre os líderes do PTB e do PCB, possivelmente, porque aqueles estejam querendo influenciar os simpatizantes das idéias socialistas que se encontram entre as parcelas mais “bem informadas e politizadas” dos trabalhadores, dos sindicalistas e dos setores médios da população. Dyonelio Machado, na condição de orador e líder da bancada comunista, geralmente tem sua fala apartada por vários deputados, fato que ele próprio faz questão de evidenciar por meio da ironia, recurso também utilizado,

---

<sup>186</sup> Cf. Anais, 1947, abril, p.47-48.

<sup>187</sup> Cf. Anais, 1947, abril, p.48-51.

em alguns casos, por outro parlamentar, como se pode verificar na fala do deputado libertador Mem de Sá. Este aproveita os apartes para registrar, por exemplo, sua interpretação sobre a concepção de “partido único” existente na URSS<sup>188</sup> e as estratégias utilizadas por Stalin durante a Segunda Guerra Mundial. Veja-se, no trecho abaixo, a dinâmica que os diversos apartes feitos ao pronunciamento do líder comunista imprimem às discussões, bem como a presença da ironia, tanto no discurso do orador como na fala de seus interlocutores:

O **SR. PRESIDENTE** (Fazendo soar a campainha)—Eu advirto aos nobres representantes que está com a palavra o nobre deputado Sr. Dionélio Machado, e que os apartes só poderão ser dados com a licença do orador.

O **SR. DIONÉLIO MACHADO**—Eu já dou uma licença prévia, Sr. Presidente, a todos os deputados (risos).

O **Sr. Mem de Sá**—Desejo que o Partido de V. Excelência, se algum dia tomar conta do poder, que o faça também, com êsse liberalismo (risos).

O **SR. DIONÉLIO MACHADO**—O tratado de não agressão foi que permitiu o esmagamento do nazismo, na Alemanha. Com o tratado de não agressão, a União Soviética ganhou 12 meses em preparo bélico. Bem sabia que o inimigo maior era o nazismo, que estava em suas ilhargas. Isto ela sabia, inclusive dado o fracasso das negociações com a Inglaterra e a França, porque êsses dois países...

O **Sr. Mem de Sá**—não concordaram com as reivindicações mínimas que a Rússia pleiteava para defender a democracia, inclusive a democracia na Inglaterra e na Rússia, que era o domínio dos Estados Bálticos, a Rússia não teria forças militares em condições para se opôr em expansionismo nazista.

O **SR. DIONÉLIO MACHADO**—Não apoiado, absolutamente.

O **Sr. Assunção Viana**—dizem que o Partido Comunista não tem ligações com a Rússia. Porque então êsse interêsse de V. Excia. em defender a Rússia?

O **SR. DIONÉLIO MACHADO**—Porque essa posição, a sua Oposição, era a posição justa. Se nós hoje estamos gozando de um clima democrático é graças a essa guerra de libertação dos povos, na qual a Rússia envidou todos os seus esforços para esmagar o nazismo. (Anais [1947], abril, p.48-49)

No fragmento citado, o líder do Partido Libertador demonstra estar bem informado sobre o que se passa na URSS. Dyonelio, por sua vez, quando responde à observação do deputado Mem de Sá e nas réplicas que opõe aos apartes de outros parlamentares, jamais deixa de expressar sua crença na

<sup>188</sup> Os deputados, ao se referirem à União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS), chamam-na, via de regra, de Rússia.

democracia da URSS. A idéia de partido único, inclusive, é defendida em outras passagens do discurso do líder comunista com base no argumento de que não existem “contradições de classe” na URSS. Assim, não havendo tais conflitos, não seria necessária a atuação de vários partidos políticos, pois, na sua opinião, a existência de um partido político se justifica pela existência de uma classe social que lhe seja correspondente. Além disso, verifica-se que Dyonelio<sup>189</sup>, por ser líder da bancada na Assembléia Legislativa, esforça-se, em todas as circunstâncias, para divulgar as explicações oficiais do governo russo sobre o tratamento concedido aos segmentos que possuem divergências com o Partido Comunista Soviético e/ou com a condução política e administrativa do Estado na URSS.

### 3.3.2 O indivíduo e o Partido

Algumas das ambivalências que caracterizam a figura de Dyonelio Machado estão registradas em sua autobiografia - analisada na parte final do capítulo anterior deste trabalho – e sintetizadas em fórmulas cunhadas pelo próprio autor, como é o caso da expressão com que se autodefine: “um pobre homem”. De certa maneira, já no parlamento – e, portanto, cerca de trinta anos antes de escrever suas *Memórias* – o deputado comunista postulava para si a condição de “um pobre homem”. Trata-se de uma atitude ambígua assumida pelo líder do PCB em 1947, nos discursos que profere na Assembléia Constituinte – e que seria retomada na década de 1970 em sua autobiografia -, pois, nas situações em que, aparentemente, procede a sua autodesqualificação, ele age, na verdade, no sentido de inverter as posições. A ostentação da modéstia e da humildade, no caso do deputado comunista transformam-se numa mostra da erudição que possui.

Ao que parece, Dyonelio enfrenta um dilema. Por um lado, procura corresponder à simplicidade que deveria ser um atributo de todo comunista, declarando renunciar a qualquer ambição subjetiva e individual; por outro, precisa recorrer a todo o seu talento pessoal, a fim de bem representar a sigla

---

<sup>189</sup> Cf. Anais, 1947, abril, p. 49-51.



pela qual se elegeu, tendo, inclusive, de chamar a atenção para suas próprias qualidades de modo a fazer-se respeitar e conferir credibilidade aos argumentos por meios dos quais defende as causas do partido. Muitas são as afirmações que traduzem esse sentimento paradoxal, tais como: “eu pouco entendo de técnica de Constituição”<sup>190</sup>; “não sou jurista, muito menos jurista especializado como seria um constitucionalista”<sup>191</sup>; “sem pretensões com a modéstia que deriva de minha modesta posição”<sup>192</sup>; “eu, como obscuro membro desta Casa”<sup>193</sup>.

O deputado comunista, ao empregar tais expressões num determinado contexto – no qual são levadas em consideração não apenas a autoridade que conquistara no passado, como profissional, como político e como intelectual, mas também a sua brilhante atuação parlamentar -, provoca uma resposta eloqüente da parte de seus colegas – o tradicional “não apoiado” -, que acaba soando, para ele, como um elogio. Assim, o expediente da falsa modéstia assume uma conotação irônica, ao fortalecer os argumentos do líder do PCB e do desmerecer os de seus opositores.

Como decorrência do dilema acima mencionado, Dyonelio<sup>194</sup> vive um conflito – também abordado em suas *Memórias* - que ganha visibilidade no parlamento, quando se refere a sua condição de pequeno-burguês e à natureza do partido ao qual pertence. O deputado, embora reconheça que os operários brasileiros estão presentes em todas as agremiações políticas, considera que o Partido Comunista é o partido “específico da classe operária”, pois é o “único que dá a direção aos operários”, ou seja, é a “vanguarda da classe”. Ao mesmo tempo, afirma que aqueles que integram o PCB e que, não sendo operários, possuem cargos na direção da agremiação, podem “afiançar que estão irmanados ideologicamente com a classe que representam”. Nesse momento, dirige-se, de forma explícita, aos deputados que questionam a vinculação de um intelectual como ele a um partido de operários; inconscientemente, porém, talvez seja a si próprio que procura explicar as razões de ter-se tornado deputado e, mais do que isso, líder da bancada do Partido Comunista do Brasil.

---

<sup>190</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p. 42.

<sup>191</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p. 393.

<sup>192</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p.479.

<sup>193</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p.60 .

<sup>194</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p. 60.

Dyonelio Machado ingressou nas fileiras do PCB na metade da década de 30. Ainda que o partido tenha sido fundado em 1922, somente em 1945 obteve o registro legal e, conseqüentemente, a autorização para fazer parte dos processos eleitorais. Os dois primeiros pleitos nos quais houve efetiva participação legal do PCB foram o de 1945 (para a Assembléia Nacional Constituinte, o Senado, a Câmara dos Deputados e a Presidência da República)<sup>195</sup> e o de 1947 (para a Assembléia Estadual Constituinte e para Governador do Estado), no qual foi eleito Dyonelio Machado<sup>196</sup>. Esse fato indica que o intelectual que viria a ser escolhido líder da bancada comunista na Assembléia Legislativa, ao final da década de 1940, mantivera, por mais de dez anos, uma militância política “clandestina” antes de chegar ao parlamento e lá permanecer até a cassação do registro eleitoral do PCB<sup>197</sup>, nos primeiros dias de maio de 1947.

Desde que assumiu o mandato de deputado, em diversas ocasiões, o parlamentar<sup>198</sup> explicita, a sua condição de representante da legenda do PCB e a sua fidelidade à sigla. Afirma ele, na abertura de um de seus discursos: “Trarei a palavra de minha bancada e do meu partido, sobre este grave momento que atravessamos”. Se, em parte, a ênfase que concede a esse ponto está relacionada aos próprios dilemas com que se depara, não há como desconsiderar os pronunciamentos dos demais parlamentares, que requerem do deputado comunista – ou exigem dele – uma resposta dessa natureza. Muitas vezes, em seu discursos, os adversários políticos do intelectual promovem uma separação, proposital ou não, entre Dyonelio - o indivíduo - e a sua condição de integrante do PCB. Esse tipo de comentário surge diante da insistência dos três deputados comunistas e, em particular, do líder da bancada, em realizar uma defesa incondicional do partido.

Exalta-se, assim, a todo instante, o indivíduo, destacando a “brilhante contribuição do Deputado Dyonelio Machado aos trabalhos da Assembléia

---

<sup>195</sup> Nas primeiras eleições - para a Assembléia Nacional Constituinte - o PCB elegeu vários deputados federais, e Luís Carlos Prestes foi eleito para o Senado da República com expressiva votação. O senador Luís Carlos Prestes, juntamente com o deputado federal Raul Pilla e o ex-presidente Getúlio Vargas, são as figuras de expressão nacional mais citadas nos pronunciamentos dos deputados constituintes, na Assembléia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul, entre abril e junho de 1947.

<sup>196</sup> A bancada do PCB era integrada por Dyonelio Tubino Machado, Antonio Pinheiro Machado Neto, Júlio Teixeira, Jóver Telles (suplente) e Otto Alcides Ohlweiler (consta que este teria renunciado ao mandato por motivos de saúde).

<sup>197</sup> Nesse momento, o mundo somente conhece quatro países que mantêm os seus partidos comunistas fora da lei, ou seja, impedidos de participarem das eleições, de fazerem reuniões públicas, de terem sede e registro legal e com filiados: a Espanha, Portugal, o Paraguai e o Brasil.

<sup>198</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p. 479.

Estadual Constituinte”<sup>199</sup>. O parlamentar comunista reage, salientando que a sua palavra na Assembléia Constituinte é a voz do PCB e que a individualidade de todos os integrantes da sigla está subordinada à organização partidária, em última instância a sua Direção:

Aos meus dignos pares deputados de uma Assembléia que conta com representantes comunistas, que conta com a bancada do Partido Comunista do Brasil, de que os comunistas constituem uma força empenhada na solução dos grandes problemas da nossa terra. Eu faço um apelo à verdade e desejo que ela seja expressa pelos meus dignos pares: Onde, em que ação a bancada do Partido Comunista do Brasil com assento nesta Casa, procurou entorpecer a atividade dos representantes do povo? E não se diga que isso é característica desta bancada; que isso depende das características pessoais dos deputados aqui presentes. Nós aqui não defendemos nada que não passe pelo crivo da Direção do Partido Comunista do Brasil; a nossa palavra aqui, mesmo quando parece improvisada, tem chancela do Partido Comunista do Brasil. Quem está falando aqui é o Partido Comunista do Brasil” (Anais [1947], maio, p. 59).

Observa-se, entretanto, que a divisão entre indivíduo e partido, ainda que seja relativa, fica evidenciada na própria seleção, feita por Dyonelio, dos tópicos a serem abordados em seus discursos. O parlamentar adota uma pauta “nacional” – de que fazem parte, via de regra, os assuntos relacionados ao governo Dutra e à cassação do registro do PCB – e outra “local” – na qual se incluem os rescaldos da vitória eleitoral de Walter Jobim, garantida pelo apoio dos comunistas -, ambas inspiradas, diretamente ou não, nas orientações do Comitê Central de seu partido. Há, porém, uma terceira pauta, esta de “interesse pessoal” do deputado comunista e inserida nos debates, não raro, por sua própria iniciativa, como é o caso dos temas ligados à saúde, à educação, à cultura, aos salários, à alimentação para os mais necessitados, às políticas públicas e a aspectos relativos à vida cotidiana das populações. Trata-se, neste último caso, de assuntos estreitamente vinculados a sua trajetória acadêmica, profissional e intelectual. Cabe destacar que vários de seus apartes registrados nos anais referem-se aos temas listados acima. Também importa salientar que alguns itens aos quais concede sua atenção dizem respeito à pauta nacional, ao mesmo

---

<sup>199</sup> Discurso do deputado Nicanor da Luz na Sessão Extraordinária de 28 de maio de 1947, presidida pelo Deputado Edgar Schneider. Cf. Anais, 1947, maio, p.128-129.

tempo que são de “interesse pessoal” do deputado comunista – auto-intitulado escritor e jornalista -, como, por exemplo, a questão da liberdade de expressão,

A despeito da mencionada divisão ou multiplicidade de traços que compõem o caráter de Dyonelio Machado, o parlamentar não mede esforços para demonstrar o quase “apagamento” ou a submissão de sua individualidade aos interesses coletivos, representados pelo PCB. Uma das passagens em que essa atitude pode ser constatada é aquela em que chama a atenção para a importância do papel desempenhado pelos comunistas, no Brasil e no mundo, na luta, “sem trégua”, contra o nazismo<sup>200</sup>. Conforme frisa o deputado do PCB, ele próprio envolvera-se nesse combate: omitindo de seus colegas médicos informações a respeito dos graves problemas de saúde que então apresentava, havia participado da seleção dos soldados da Força Expedicionária Brasileira que representariam o Brasil na Europa. Entre aquilo que suas condições físicas lhe permitiam fazer e a “missão” histórica que, como comunista, deveria cumprir, ele havia optado por esta última, segundo afirma no depoimento em que relata ao Presidente da Assembléia Constituinte, Edgard Luiz Schneider, a tarefa que executara durante a guerra:

Nessa ocasião, Sr. Presidente, eu não gozava do meu melhor estado de saúde. Ninguém ignorava a minha posição política. Eu não poderia, embora reservista do glorioso exército brasileiro, dar outra cooperação para a guerra, senão aqui nesta retaguarda. E tenho o testemunho de meus amigos, de minha família, de meus colegas, de que mesmo doente, em domingos e feriados, eu fui mobilizado para integrar, desde o primeiro até o último dia, a Junta de seleção número um para a F.E.B. Pelas minhas mãos passaram milhares de compatriotas, muitos dos quais se destinavam à frente de combate, muitos dos quais não voltaram das terras alcantiladas da Europa. Era a contribuição que no momento eu dava. Recordo-me de certa ocasião em que minha doença era visível, e que meus colegas, meus chefes e autoridades sanitárias militares, pensavam que era justo que eu voltasse para casa. E o meu dever de comunista, mais ainda que o dever de médico, porque como médico tinha o dever elementar para com os doentes, e eu era o primeiro doente, meu dever de político e comunista, de lutar pela defesa da liberdade, mesmo num trabalho técnico como este, indispensável para a luta, este meu dever me deu palavras, inclusive para enganar meus colegas de profissão, no sentido de que as tarefas que o nosso Exército tinha colocado sobre os meus ombros fossem realizadas na medida das minhas possibilidades e sem interrupção nenhuma. Não foi uma grande cooperação que dei à vitória das Nações Unidas. Mas eu a dei como político, como patriota, dei-a como comunista, e esta cooperação os comunistas do Brasil ofereceram de todas as maneiras. Eu só lembro o

---

<sup>200</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p. 57 – 58.

movimento da Liga de Defesa no Distrito Federal, onde os comunistas tudo fizeram para que a F.E.B., na realidade, transpusesse êsse oceano, e a nossa cooperação não ficasse no domínio do platonismo e da utopia. (Anais [1947], maio, p.57-58)

Nota-se, nesse pronunciamento, que Dyonelio prima pela busca da verdade, pois sugere aos deputados que confirmem a veracidade de seu depoimento, consultando as testemunhas dos fatos. Em sua opinião, uma das condições para ser comunista é perseguir, sempre, a verdade. No entanto, no episódio relatado, a mentira sobre suas condições de saúde passa a ser considerada um “esforço de guerra”. Naquela situação, ele não poderia assumir o papel de paciente, uma vez que precisava cooperar para a derrota do nazifascismo; então, em nome do bem comum, facultara a si próprio o direito de mentir ou de omitir.

Ao que tudo indica, Dyonelio empenha-se em fazer da sua adesão ao ideário comunista uma opção cotidiana – passível de ser demonstrada para si e para os demais -, contando, para isso, com a constante vigilância de sua consciência. Assim, essa atitude é legitimada por ações capazes de confirmar aquilo que é dito por ele acerca de seus posicionamentos políticos. O parlamentar comunista recusa-se a contrariar, na prática, os princípios políticos e filosóficos que o animam. Além disso, ao afirmar que o público “não ignora suas posições políticas”, o deputado do PCB idealiza as expectativas da população em relação a sua atuação. Desse modo, age no sentido de atender às projeções que ele julga serem de seus eleitores e simpatizantes. Em seu entendimento, ele frustraria os “anseios democráticos da população”, caso seus atos não correspondessem a tais sentimentos e, dessa maneira, estaria abandonando os ideais socialistas.

Outro episódio que adquire um caráter exemplar no que se refere à postura, adotada por Dyonelio, de negar a separação entre o militante comunista e o seu partido é o ocorrido por ocasião da cassação do registro do PCB, em 7 de maio de 1947, no “triste dia em que se começou o processo da morte da Democracia no Brasil”<sup>201</sup>. Nessa oportunidade, quando seus colegas, em tom provocativo, anunciam que o PCB não existe mais, pois está fora da lei, o líder da sigla adverte que a presença dos deputados comunistas no Plenário da

---

<sup>201</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p. 518.

Assembléia Legislativa é a “prova” de que a agremiação continua existindo. Contra-argumenta, ainda, que não é possível terminar com um partido político quando esse “representa uma classe”. De acordo com tal raciocínio, somente quando houver uma sociedade sem classes sociais é que acabará a “necessidade histórica” da existência de um partido comunista.

Se os aspectos já mencionados – aliados à insistência de Dyonelio em considerar inadmissível qualquer divisão entre militante e partido ou a significativa independência de um relação ao outro – não fossem suficientes para indicar que o dilema vivido pelo parlamentar comunista só aparentemente está resolvido, bastaria recordar o conflito que dá início ao seu afastamento do PCB. Conta o escritor em suas *Memórias* (1995, p. 136-137) que, algum tempo depois de sua expulsão do parlamento, fora procurado pela Assembléia, para fornecer retrato seu, “para figurar num quadro comemorativo dos deputados constituintes”. Em seu entendimento, todavia, a Constituição era um acontecimento rodeado de “circunstâncias que invalidavam, já na base, toda a significação do evento”. Assim, recusou-se a fornecer o retrato:

Aleguei que, por motivo de licenciamento para tratamento de saúde, eu não assinara a Constituição, sim meu suplente, cujo nome declinei. De modo que perdia, por esse fato, a condição de constituinte. Entretanto, como se me obtemperou, eu tomara parte na feitura da carta constitucional do Estado, tendo mesmo sido o relator dum de seus títulos – saúde pública – que, por sinal, não recebera emenda alguma. Ponderei então que, não me havendo a Assembléia querido em pessoa, não se compreendia que ela me quisesse em efígie.

Nessa ocasião, Dyonelio não apenas desobedece à determinação do PCB – que era favorável a inclusão do retrato do ex-deputado no referido quadro – como dirige uma crítica à agremiação, devolvendo a esta a qualificação com a qual por muito tempo se vira rotulado. Ele afirma que o PCB, “por um oportunismo que já o vinha minando, julgou vantajoso do ponto de vista político uma coisa que tão-somente atendia ao que há de mais pueril na vaidade pequeno-burguesa”. Num processo de inversão, é, então, o partido que passa a ser classificado como pequeno-burguês, atributo que deriva, na concepção do escritor, do oportunismo que já tomava conta da sigla. O julgamento equivocado da agremiação não é,

porém, o único fator de divergência de Dyonelio com o PCB. Ele relata que, não tendo atendido ao “pedido partidário”, enfrentou a pressão do partido, que “fazia imperar o seu direito de dar uma ordem e exigir ser obedecido”, sem, no entanto, “gozar do direito de mandar”, conforme explica na seguinte passagem:

(...) retruquei que, para todos os efeitos, inclusive da obediência partidária, a primeira condição era pertencer ao Partido; e isso só se dava por meio dum organismo; só pelo instrumento dum organismo se recebiam ordens; e que eu não tinha organismo; o que equivalia a não estar apto a receber nem obedecer ordens.

- *Então o Partido lhe dará um organismo! e exigirá obediência.*

- *Não!*

Para trabalhar, cansava de pedir um organismo e não mo deram. Agora, para executar uma ordem, que era um erro, iriam me dar um.

- *Isso é chantagem – concluí. – Vocês podem dizer à direção.*

Ainda que, ao escrever sua autobiografia, o escritor relativize sua opinião sobre tais fatos e admita a possibilidade de ter agido com “um certo sectarismo”, a verdade é que encontra uma maneira de mostrar que a razão estava com ele, e não com os dirigentes do PCB. Para tanto, transfere a outros o papel de confirmar o acerto de suas expectativas, quanto à visão da “massa” sobre o caso do retrato, bem como a correção de sua atitude de desobediência às ordens partidárias. Afirma ele, no meio de seu relato: “Eu, com a minha atitude, estava convencido de consultar o verdadeiro pensar da massa que nos ajudara a levar à Assembléia [...], que acompanhara lá nosso árduo trabalho, que assistira à violência jurídica e política da nossa expulsão”. E, ao final da narração desse episódio, comenta:

Bom, o quadro foi confeccionado. Confeccionado na previsão do número de deputados que a Assembléia tinha como constituintes. Com um buraco para a cabeça de cada um, trazendo o respectivo nome. Claro que não me importei com o destino de semelhante coisa. – Até o momento em que, indo na rua, um velho companheiro, pertencente à massa operária, que sempre se achava onde havia luta, parou à minha frente para me dar um abraço. E explicou-lhe o sentido: com a minha atitude de negativa, eu fizera exatamente o que os camaradas esperavam. – Ele vira o tal quadro, com um buraco vazio no lugar que me haviam destinado.

Talvez o maior dilema de Dyonelio seja o de perceber que o Partido Comunista, opondo-se aos seus próprios princípios, às vezes deixa de agir movido pela lógica coletiva. Essa percepção, embora traga ao intelectual um novo impasse, parece libertá-lo, pelo menos em parte, da condição de culpado ou da postura de autodefesa – por ser, a despeito de sua militância, um *indivíduo* oriundo do meio *pequeno-burguês* -, para situá-lo na posição de acusador ou de juiz.

### 3.4 Brasil / Brazil

Dyonelio Machado não tem por princípio rejeitar qualquer bem, material ou simbólico, que venha de fora do País, desde que “a soberania da nação brasileira” não seja comprometida. Ele demonstra estar aberto àquilo que cada país tem a oferecer, no campo do conhecimento científico, da literatura, enfim, em todos os aspectos relacionados ao “progresso da civilização”. Talvez essa abertura ao mundo esteja relacionada a sua condição de “homem da fronteira”, médico, intelectual e, também, integrante de um partido “internacionalista”, para o qual os “proletários não têm pátria”. Além disso, entende que a língua nacional não é o único elemento responsável pela nacionalidade<sup>202</sup>, uma vez que o idioma comum não impediu, por exemplo, que a América Espanhola se fracionasse em diversos países. No entanto, o deputado comunista considera-se um “nacionalista” ao votar pelo ensino oficial da língua portuguesa nas escolas do Rio Grande do Sul.

O parlamentar do PCB concorda com o deputado Brito Velho, quando este propõe a unificação do uso da língua nacional como um fator de inclusão dos representantes das diferentes etnias que habitam o estado. Em maio de 1947, o PCB e o PL defendem o uso da língua portuguesa como meio de “integração”, de “não marginalização” de tais etnias que tinham elegido o Brasil - e, dentro desse território, o Rio Grande do Sul – para ser a sua pátria. Observa-se que, nesse ponto, a argumentação dos parlamentares de ambos os partidos segue a lógica da construção ou preservação da unidade nacional pela adoção de um mesmo idioma.

---

<sup>202</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p.328-329.



Dyonelio Machado salienta, sobretudo, alguns traços da Argentina, da França e da Alemanha que classifica como “progressistas”, “humanitários” e “revolucionários”. Nos discursos que profere na Assembléia Legislativa, lembra a viagem que fizera à Argentina para conhecer a experiência pioneira desenvolvida pelo psiquiatra Mira y Lopez na direção do Hospital Psiquiátrico de Santa Fé<sup>203</sup>. Também merece destaque, em seus pronunciamentos, o legado que a França deixara aos demais países na área do direito constitucional<sup>204</sup>. No que diz respeito à Alemanha, o deputado comunista reconhece a tradição filosófica, democrática e literária do povo, que faz questão de separar do nazismo e que, na sua opinião, não pode ser obliterada em virtude do fenômeno provocado pela ascensão de Hitler. A percepção que possui das diversas nações atesta, portanto, que ele está distante de qualquer concepção fechada ou redutora, que o forçaria a identificar nos países uma homogeneidade que não existe<sup>205</sup>.

O parlamentar do PCB<sup>206</sup>, quando ocupa a tribuna, aproveita para alertar a “Casa” e, por intermédio dos deputados, “todo o povo rio-grandense” sobre os perigos do imperialismo para o mundo. Entretanto, nesse caso, assim como nos demais, ele preocupa-se em distinguir a “nação” americana daquilo que chama de “imperialismo” ianque. A ênfase de seus discursos recai, não raro, sobre as “estratégias” do imperialismo em relação à incipiente democracia brasileira. Segundo o deputado, a intenção do imperialismo americano é a de impedir que o Brasil explore seu próprio petróleo.

Dyonelio acredita que as pretensões do “imperialismo ianque” na Segunda Guerra em nada coincidem com os valores pelos quais clama a nação norte-americana. Conforme adverte, os principais objetivos do imperialismo são conquistar novas fontes de matéria-prima e, ao mesmo tempo, alargar o seu mercado externo, a fim de, após o término da guerra, atingir o domínio econômico mundial. O parlamentar comunista diz não ter dúvidas de que a economia norte-americana somente terá como salvar-se quando os produtos da sua indústria forem exportados para todos os países e afirma, categoricamente, que a superprodução dos EUA poderá subsistir apenas sob uma condição: “a escravização econômica de todo mundo”.

---

<sup>203</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p. 41-42.

<sup>204</sup> Cf. Anais 1947, maio, p. 42-43.

<sup>205</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p.150-151.

<sup>206</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p. 63.

Claro está que a opinião do líder do PCB não é compartilhada pelos deputados das demais bancadas. Mem de Sá e Nunes Campos identificam, na URSS, a existência de um outro tipo de imperialismo. Dyonelio, por sua vez, recorre à clássica definição de Lênin, apregoando que o imperialismo é a “etapa superior (e *última*) do capitalismo”. Além disso, os deputados estaduais assumem diferentes posições no que se refere à ação dos EUA. No mês de maio, ao que parece, o debate sobre esse assunto fica mais acirrado, possivelmente, em virtude de os parlamentares serem estimulados a manifestar-se sobre o mundo pós-guerra, por ocasião das comemorações alusivas ao segundo aniversário do término da Segunda Guerra. O centro da discussão é a conceituação do imperialismo:

**O Sr. Mem de Sá**—Apelei a V. Excia. para afastar o seu discurso dêsse terreno a bem de que não transformassemos esta Sessão num debate desagradável, em que teria a dizer a V. Excia. que preferia o imperialismo ianque ao imperialismo brutal da Rússia (palmas).

**O Sr. Nunes Campos**—Eu não tenho preferência por nenhum (Risos).

**O SR. DIONÉLIO MACHADO**—Eu já tive oportunidade de mostrar a impropriedade do termo. Só há imperialismo num país cuja organização funda na ordem econômica capitalista. O imperialismo é uma evolução, é uma manifestação final do capitalismo.

**O Sr. Mem de Sá**—Isso na concepção de V. Excia.

(Anais [1947], maio, p.63-64)

O contra-argumento de Dyonelio encontra “respaldo” num dado que, de certo modo, possa provar a ingerência do governo dos EUA nos assuntos internos do Brasil. A matéria jornalística utilizada como prova dessa interferência externa no País tem origem na Agência Nacional, órgão de informações ligado, diretamente, ao poder público brasileiro, constituindo-se, portanto, segundo o deputado do PCB, numa “fonte insuspeita”. Nessa matéria, lê-se que foram recebidos, em audiência especial, no Palácio do Catete, Herbert Hoover Filho e A. Curtis, os quais teriam vindo ao Brasil como especialistas que são em questões relacionadas à mineração e, em particular, ao petróleo. Tais especialistas exercem o papel de assessores do País para a decretação, por parte do Congresso Nacional, das leis sobre mineração. O líder comunista, nessa ocasião, chama a atenção de seus pares para o fato de que:

(...) já temos, como assessores, dois instrumentos da Standard Oil. Ela já se nacionalizou com antecipação. É também do conhecimento que os representantes do povo no Parlamento Nacional, no Congresso Nacional, vão ter como assessores dois técnicos que não representam aqui senão os interesses de empresas, cuja direção está fora, de emprêsas estrangeiras. Isto é um fato de suma gravidade. (Anais [1947], maio, p.64)

Dyonelio, sempre que constata o seu próprio êxito nas tentativas que empreende de convencer alguns deputados da pertinência de seus argumentos e, sobretudo, da validade das provas que apresenta, procura associar o seu discurso a outros aspectos que entende serem “essenciais à democracia”. Quando percebe que se instala um certo temor entre um significativo número de parlamentares, no que diz respeito à ingerência dos EUA sobre o Brasil e aos riscos que essa interferência pode trazer para o futuro da Siderúrgica Volta Redonda, formula a seguinte pergunta: “Mas quem é que pode estar vigilante?”. Esse é o mote de que se vale para indicar formas de viabilizar ações capazes de evitar a “dominação do imperialismo americano”. Assim, o líder do PCB responde a sua própria indagação: “é o povo, pelos seus partidos, é o povo pela representação no Congresso”. Na verdade, o deputado comunista estabelece uma relação entre os aspectos mencionados, por meio da qual busca persuadir seus colegas acerca da relevância do parlamento e, sobretudo, acerca da importância de estarem representadas, no Poder Legislativo, todas as vozes, especialmente as dos “patriotas”, como é o caso dos membros da bancada do PCB.

Constata-se, porém, que o parlamentar comunista vislumbra os paradoxos da “democracia representativa” implantada no Brasil. De acordo com o líder da bancada do PCB, o parlamento é uma espécie de palco que exhibe, numa dimensão concentrada, duas tendências simultâneas e opostas, as quais podem conviver ou se anular mutuamente em determinadas conjunturas. Por um lado, no parlamento organiza-se um cenário que tende a se constituir em ameaça à independência política e econômica do País, na medida em que os representantes do “imperialismo ianque procuram exercer uma tutela sobre as decisões internas, a serem tomadas pelos deputados. Por outro, é justamente no âmbito do Congresso Nacional e das Assembléias Legislativas estaduais que se pode contar com a manifestação crítica e com a atuação consciente de

parlamentares de diferentes siglas, que se mantêm vigilantes em relação aos rumos que o Brasil pode vir a trilhar.

Dyonelio acredita que o parlamento - incluindo-se aí o Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas - não aceitará “esta tutela”. Em sua opinião, embora exista tal intenção por parte do “imperialismo ianque”, não há sinais de que esse propósito venha a concretizar-se, uma vez que “os representantes do povo têm dado provas, no Parlamento, de sua independência”. O líder do PCB alerta os colegas que, caso ocorra a capitulação, esse será o último ato do parlamento, que, assim, estará se anulando-se. Depois de fazer tal prognóstico, pergunta: “Quem é que vai defender a soberania do povo?”. Percebe-se que o parlamentar comunista incorpora ao conjunto de seus argumentos as prováveis ponderações ou contestações dos deputados que consideram um raciocínio político “maniqueísta” a idéia de “domínio e de “manipulação”, desenvolvida por ele quando expõe a sua concepção de “tutela”. Desse modo, Dyonelio incita os colegas a interromperem-no, por meio de vários apartes e contra-apartes, como é possível observar na ocasião em que são mencionados os especialistas em mineração vindos dos Estados Unidos:

**O Sr. Mem de Sá**—Eu não estou habilitado, portanto, a dizer, o que há de verdade com o contrato desses técnicos e quais as finalidades e os objetivos da sua missão. Li também, há poucos dias, o telegrama que se referia a êsses dois técnicos, como tendo vindo para prestar sua colaboração, em geral, ao problema do petróleo. Creio, portanto, que nós podemos estar nos precipitando em nossas apreciações enquanto não conhecermos exatamente se vêm, como diz V. Excia.

**O Sr. Julio Teixeira**—V. Excia. licença para um contra-aparte?

**O Sr. Mem de Sá**—Perdão, mas eu desejo arrematar o meu aparte com a seguinte declaração: V. Excia. há pouco falou que se lançava o “slogan” para aterrorizar o mundo, do fantasma do comunismo. Eu concordo com V. Excia. Nunca participei dêle, nunca temi e continuo sem temer o fantasma do comunismo, mas digo que também não temo, e não estou de acôrdo em ouvir, da mesma forma, um outro “slogan” do imperialismo ianque, como processo a nos acorrentar a outros processos de escravidão. (Anais [1947], maio, p.64-65).

O líder do PCB replica, então, afirmando que o “imperialismo ianque” não é um simples *slogan*, mas uma tendência econômica e financeira mundial. A seguir, ao desenvolver o seu pensamento sobre o assunto, defende a tese segundo a qual o fator de “desordem na nossa pátria” - e em nações muito próximas ao

Brasil, cuja economia é caracterizada como capitalista periférica - é constituído por essas “forças reacionárias imperialistas”, que têm o seu assento fora do País e que aqui se utilizam de “agentes”, como é o caso de algumas autoridades brasileiras.

Além disso, Dyonelio recorre a sua experiência pessoal, a fim de rebater os argumentos de alguns parlamentares. Esses não aceitam a versão de que os técnicos especializados em mineração - contratados pelo governo brasileiro - têm como objetivo controlar a extração do petróleo no subsolo nacional, desestimulando o País a investir em pesquisas relativas à exploração desse mineral. Tais deputados dizem não acreditar que o governo brasileiro tenha assumido o compromisso de se submeter à tutela de quem quer que seja. Os parlamentares que compartilham esse ponto de vista insistem na explicação de que a contratação dos especialistas americanos é apenas uma maneira de garantir a colaboração técnica solicitada pelo governo do País. No entanto, o líder comunista lembra aos “nobres colegas” que os procedimentos adotados são outros, quando se trata de pedir assistência técnica para a efetivação de um determinado plano. Ele dá o seu testemunho sobre a visita que fizera ao estrangeiro, em 1944, a fim de receber uma orientação técnica.

Naquele momento, conforme conta, o governo estadual precisava introduzir, no serviço de atendimento aos alienados do Rio Grande do Sul, a eletroencefalografia. Dyonelio fora, então, o médico indicado para obter a capacitação técnica que a matéria exigia em outros países. O deputado destaca que coube ao País interessado nessa cooperação o envio de um técnico à Argentina, e que os contatos se estabeleceram entre pesquisadores do tema – tiveram, portanto, um caráter estritamente profissional -, e não entre os técnicos estrangeiros e o governo brasileiro. Essa informação é utilizada por Dyonelio<sup>207</sup> não só para fundamentar sua própria maneira de pensar, mas, também, para anular ou enfraquecer, de antemão, os contra-argumentos de que, potencialmente, dispunham os demais parlamentares.

O deputado comunista compreende que vários de seus colegas se espantem e que haja grande resistência da parte deles em admitir as estratégias do “imperialismo ianque” para tutelar o parlamento brasileiro. Afirma, no entanto,

---

<sup>207</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p. 67.

que, por mais “monstruoso” que possa parecer, a questão não se resume a um pedido de assistência técnica aos americanos. O que ele propõe é uma reflexão sobre o fato de o governo brasileiro trazer, justamente, profissionais ligados às empresas mais interessadas na exploração do petróleo brasileiro, que é uma das principais riquezas do País. Alerta, ainda, para os perigos de se conferir a empresas estrangeiras a condição de “assessoras sobre a legislação brasileira”, às quais caberia a regulamentação da pesquisa, da exploração e do refino do petróleo.

Nesse debate, o líder do PCB demarca a sua posição política em relação àquela assumida pelos demais deputados, distinguindo o parâmetro conceitual que adota, o qual tem por base - como faz questão de salientar - a definição clássica de imperialismo. Ao mostrar que o imperialismo é um problema de fundamental importância para a economia e a política do Brasil, ele<sup>208</sup> introduz alguns esclarecimentos sobre o tema. Explica que, embora a crença mais ou menos generalizada seja a de que o conceito de imperialismo se constitui num patrimônio específico e exclusivo do Partido Comunista, essa noção é uma das grandes conquistas da ciência da economia inglesa. Conforme frisa, Dyonelio não “faz a injúria de supor” que a maioria dos seus colegas ignore os estudos acerca do imperialismo. Percebe-se, todavia que, quando ele afirma não ter a intenção de “dar lições aos dignos pares sobre a palavra imperialismo”, na verdade, está anunciando que vai agir da maneira oposta, ou seja, vai proceder a uma exposição acerca do referido conceito, retomando a história de seu surgimento e de sua evolução.

Dyonelio pretende, com isso, valer-se de noções extraídas dos clássicos da economia para caracterizar as ações, patrocinadas pelo governo americano, de “interferência na soberania dos povos do mundo inteiro”. Nas palavras do líder da bancada comunista, algumas evidências o levam a concluir que o presidente Truman não está à altura do presidente Roosevelt, que se tornou o maior propagandista da solidariedade e da democracia no mundo. Dyonelio avalia que, em vez de comportar-se como um estadista, Truman mais parece um interlocutor das empresas privadas americanas – e um defensor de seus interesses - que desejam manter o seu monopólio na América do Sul.

---

<sup>208</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p. 516.

Além de evidenciar as razões que fundamentam a rejeição dos comunistas ao Plano Truman, o líder do PCB destaca que um dos principais entraves na luta pela resistência a esse plano é o fato de os “aliados”, seus próprios conterrâneos, preferirem fazer uma política que beneficie os EUA, em lugar “de abraçar a causa patriótica da nação brasileira”. O parlamentar comunista argumenta, também, que a política externa da URSS é diferente da americana. Enfatiza que as empresas americanas de petróleo buscam ampliar sua ingerência junto ao Congresso Nacional e ao governo brasileiro.

Em seu pronunciamento, Dyonelio<sup>209</sup> denuncia o que chama de “ponta de lança dos Rockefeller” no Brasil, referindo-se à Companhia Nacional de Gás Esso (com 75.000 das suas 100.000 ações em poder da Standard Oil). Aponta, então, para a existência dos “testas de ferro” que aparecem como acionistas do *trust* petrolífero, entre os quais se incluem os dois ministros do governo Dutra, Morvan Dias de Figueiredo e Daniel de Carvalho. Lembra, ainda, que outro titular do ministério, Corrêa e Castro, embora não apareça na relação de acionistas, já serve, há bastante tempo, aos “interesses” da Standard Oil, na direção da Gulf Oil. O deputado comunista esclarece que foi graças à influência desses sócios que o governo Dutra concordou em aceitar os “conselhos” dos dois especialistas norte-americanos - Hoover Junior e Arthur Curtiss -, no que se refere à legislação dos assuntos ligados ao petróleo. Pretende, assim, convencer a todos de que, na realidade, o que estaria em questão no caso da alegada “cooperação técnica” ao Brasil era o surgimento de uma indústria “controlada pela Standard Oil”.

A presença do presidente Dutra em Porto Alegre, naquela oportunidade, serve de mote aos pronunciamentos de Dyonelio. Ao traçar a história do imperialismo no Brasil, ele desvela a intervenção “ianque” no País. Constata que a política brasileira está sendo definida em território estrangeiro, uma vez que obedece, em todos os aspectos, à política do departamento de Estado norte-americano. Porém, o deputado comunista chama a atenção para o fato de, inclusive nos Estados Unidos, haver uma objeção a esse abuso. O líder da bancada do PCB menciona a seus pares as manifestações que têm ocorrido, dentro e fora daquele país, por parte de democratas norte-americanos. Tais manifestações denunciam a política intervencionista dos Estados Unidos,

---

<sup>209</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p. 513-515.

mostrando que esta conta apenas com o apoio de um setor numericamente ínfimo da opinião americana, o qual estaria vinculado a Wall Street e ao governo do Presidente Truman.

Além disso, o parlamentar comunista cita uma declaração feita às rádios e aos jornais pelo ex-secretário de Estado americano, Sumner Wells - um dos grandes agentes do plano Truman -, que não deixa dúvidas quanto aos projetos do governo dos Estados Unidos. Nessa declaração, veiculada há algumas semanas e amplamente difundida, Sumner Wells faz a defesa do Plano Truman - “da escravização dos povos de todos os quadrantes do nosso globo” -, por meio do qual, na visão de Dyonelio, o governo americano, pretende - renovando o “sonho criminoso do nazi-fascismo” - apropriar-se de todo o mundo. A opinião de Sumner Wells aparece no artigo intitulado “Auxílio amistoso ou dominação”, publicado pelo jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, no dia 25 de maio de 1947. O líder do PCB extrai do referido artigo informações capazes de comprovar que o governo dos Estados Unidos condicionou o empréstimo de cem milhões de dólares à Turquia a uma revisão da Constituição daquele país, que teria como propósito torná-la “mais democrática”. Com base nessas informações, faz um alerta a seus pares:

Exigências dessa natureza se originam da curiosa crença de muitos norte-americanos de que os Estados Unidos possuem um direito inerente de decidir como outros povos soberanos se devem governar. A insistência do nosso país sobre esse presumido direito tem provocado muitas vezes a animosidade do Hemisfério Ocidental contra nós, e não raras vezes nos impediu de cooperar com êxito com os povos da Europa e do Extremo Oriente. (Anais [1947], maio, p.512-513)

Dyonelio Machado mostra que a influência do governo americano é exercida no Brasil, em particular, por meio do controle de todas as atividades relacionadas às esferas militar, política e econômica. O deputado do PCB afirma estar possuído por uma “verdadeira amargura patriótica” depois ter descoberto alguns textos que contribuem para a comprovação de suas teses. Não raro, Dyonelio costuma ler trechos da mensagem do Presidente Truman - dos Estados Unidos - para justificar a lei, então intitulada de “cooperação militar interamericana”, remetida ao Congresso dos Estados Unidos e publicada na



imprensa diária de Porto Alegre (o resumo da mensagem consta no *Correio do Povo*, e o texto, na íntegra, é veiculado no *Diário de Notícias*)<sup>210</sup>. Um dos fragmentos dessa mensagem lidos pelo deputado comunista, durante a sessão plenária da Assembléia Constituinte, é o seguinte: “Nesta matéria recai sobre os Estados Unidos especial responsabilidade de direção, devido aos preponderantes recursos técnicos, econômicos e militares deste País (dos Estados Unidos)”. Tomando como base o fragmento citado, o líder do PCB comenta o conteúdo da lei de cooperação militar interamericana. De acordo com sua interpretação, mediante esse documento, o que se pretende garantir é a imposição de uma lei para o Brasil por parte do estrangeiro. A sujeição do País, em sua opinião, não seria só militar, mas, também e fundamentalmente, econômica, técnica e política. Dyonelio volta à mesma matéria para referir-se às pretensões do Presidente Truman de subordinar o Exército brasileiro, a partir desse momento, à direção de um Estado-Maior situado fora do Brasil.

O parlamentar considera a aprovação dessa lei no parlamento americano um passo significativo para a “escravização do nosso povo”. O líder do PCB articula a sua linha de raciocínio com o intuito de mostrar aos demais deputados que, diante das provas, “mais do que evidentes”, das intenções do “imperialismo ianque”, faz-se necessário organizar a resistência, e que esta só produzirá algum resultado se houver a contribuição dos comunistas dentro do parlamento brasileiro. Comprova essa afirmação, nas palavras do deputado comunista, o fato de que o PCB “tinha se lançado a campo, tinha promovido uma campanha de esclarecimento do povo, contra o perigo dessa lei”, mesmo antes de que o seu conteúdo houvesse sido divulgado e de que o seu autor houvesse explicitado, para “estorrecimento de todos os patriotas”, os objetivos pretendidos.

Dyonelio, na condição de comunista, coloca-se na posição de “vítima de todos os fascistas”, a fim de salientar que é a sua experiência como alvo de perseguições políticas, aliada a sua intuição de patriota, que o faz empenhar todos os esforços na denúncia dessa lei. Em sua, opinião, a referida lei, caso seja aprovada, virá acompanhada por um grande “plano anticomunista”, liderado por aquele que, “lamentavelmente”, é o sucessor de Franklin Delano Roosevelt, “o homem, o apóstolo da solidariedade, não só continental, mas internacional”:

---

<sup>210</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p. 389-390.

Este imperialismo sempre contou com agentes no nosso país e em países de construção econômica igual ou semelhante à nossa, de países dependentes, de países fracos, de países semifeudais, de países semicoloniais. Depois da promulgação desta lei o imperialismo agirá direta e escancaradamente. Mas sempre os imperialistas se valeram de seus agentes, e, infelizmente, Sr. Presidente (assumo inteira e pessoal responsabilidade do que estou dizendo) infelizmente, encontram, encontraram e ainda encontrarão, dentro do nosso país, como dentro de todos os países da mesma organização econômica do nosso, encontrarão seus agentes e encontrarão seus aliados: todos aqueles que, pretendendo fazer política para si, esquecendo a política do povo, fazem, na realidade, a política do estrangeiro contra a nação brasileira. Sr. Presidente. O tempo de uma sessão seria escasso para traçar o drama do petróleo aqui no Brasil. (Anais [1947], Maio, p.513-514)

O deputado do PCB solicita que se incorporem ao seu discurso alguns fragmentos da revista norte-americana *Newsweek*, de 23 de setembro de 1946, que, assim como outras fontes, comprovam suas teses sobre o interesse do “imperialismo ianque” no petróleo brasileiro. A matéria da revista em questão informa que “o Departamento Conjunto de Petróleo, do Exército e da Marinha, dos Estados Unidos, encarregado do suprimento de petróleo para fins militares, decidiu incrementar a produção no Brasil e no Chile”. Dyonelio<sup>211</sup> argumenta que a informação, “de caráter oficial, é de tamanha clareza que não se presta a duas interpretações”, pois o Estado-Maior estadunidense, com a mesma “técnica” que retém bases militares no Brasil, deliberara “incrementar a produção” petrolífera no País, sem demonstrar qualquer consideração com a nossa soberania interna. Para tanto, segundo o parlamentar, o Estado-Maior norte-americano contava com a cumplicidade “do grupo fascista no governo”, encarregado de colocar na ilegalidade “os mais intransigentes defensores da nossa independência, à frente dos quais se destacava o Partido Comunista do Brasil”.

Dyonelio comunica aos colegas de parlamento que tivera a oportunidade de ler, há pouco tempo, a recomendação de uma autoridade militar norte-americana aos seus subordinados, na qual constava a informação de que um comando estrangeiro no Brasil conhecia, por antecipação, a sentença que o Tribunal Superior Eleitoral iria proferir num caso da política brasileira. A autoridade mencionada era o general Saville, que, ao saber - antes mesmo que a imprensa e o parlamento - da decisão tomada pelo Tribunal Superior Eleitoral de

---

<sup>211</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p. 315.

cassar o registro do Partido Comunista do Brasil, tomara medidas preventivas de disciplina em relação aos seus comandados. O documento assinado pelo general Saville - cujo *fac-simile* o deputado comunista entregou aos serviços de taquigrafia, para que fosse anexado aos anais Assembléia Legislativa - advertia “que haveria tumulto, desordem, reação popular no meio da rua”, e que, temendo essa reação do povo, era que o comandante das forças americanas instaladas no Rio de Janeiro instruía “todo o pessoal” quanto ao comportamento que deveriam adotar.

O líder do PCB pronuncia-se, ainda, com a finalidade de manifestar sua discordância no que diz respeito às razões alegadas pelo governo federal para justificar a presença de forças estrangeiras no Brasil, dois anos após o término da Segunda Guerra. Segundo o parlamentar, durante esse conflito, fora necessário organizar um comando conjunto de tropas no hemisfério. Porém, finda a guerra, a solução dos problemas técnicos, administrativos ou burocráticos que surgiram desse comando único seria obra para pouco tempo, se, na realidade, houvesse interesse em respeitar, a soberania do Brasil. Se o motivo que levara essas forças a se agregarem com o Brasil - o combate ao nazismo – deixara de existir, não havia por que as tropas norte-americanas continuarem sediadas no Rio de Janeiro dois anos depois de ultimada a guerra. Para o deputado do PCB<sup>212</sup>, essa atitude parece ser “uma ponta de lança, uma cabeça de ponte que as forças norte-americanas conquistam na nossa terra, como os batedores das grandes forças que, sob a forma de técnicos, de informantes, instrutores e aprovisionadores, virão para o seio sagrado de nossa pátria, em virtude da lei de cooperação militar interamericana”.

Dyonelio acredita que os maiores óbices ao desenvolvimento da economia do Brasil estão na influência do imperialismo americano<sup>213</sup>. Em seu entendimento:

não é a inflação nem a deflação; não é a estabilidade dos preços que vão, na realidade, solucionar o problema da economia brasileira. Tudo

---

<sup>212</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p.316.

<sup>213</sup> Os integrantes da bancada do PCB buscam outros argumentos para reforçar a tese do seu líder. Um dos argumentos usados na oportunidade é extraído da matéria publicada no jornal *Debates*, do dia 8 maio de 1947, que diz o seguinte: “O último relatório da Companhia Carioca Industrial, cujo presidente Sr. Raimundo de Castro Maia, referindo-se ao convênio do babaçu entre o Brasil e os Estados Unidos, declara: ‘Este convênio contribui para que o preço do babaçu se elevasse a Cr\$ 4,70 por quilo no mercado interno, enquanto que os fabricantes americanos tiveram o privilégio de adquirir, sem concorrência, 50% da nossa produção a preço previamente fixado de Cr\$ 2,67 o quilo”.

isto entra como adjuvante (quero usar uma linguagem de nossa profissão), como adjuvante na terapêutica desse grande mal; mas na realidade, a medicação específica, como nós médicos diríamos, está na solução dum problema para o qual temos sempre encontrado um obstáculo até agora intransponível: o obstáculo levantado pelo imperialismo. O que é que solucionaria a nossa situação econômica? A ampliação do mercado interno. Quem é que se opõe à ampliação do mercado interno? É o imperialismo, que deseja persistir na sua política de colonização do Brasil e não permitir que nós nos transformemos em unidade autônoma e econômica, em que estejamos sempre acorrentados a este destino que não é o nosso destino, que é o destino artificial criado pelos interesses do imperialismo: o destino que nos faz uma fonte de matéria-prima. (Anais [1947], maio, p.516-517)

Se, ao analisar os países mencionados em seus discursos, o parlamentar comunista<sup>214</sup> atesta a ausência de homogeneidade em cada um deles – fazendo uma distinção entre o ideário e os atos dos governos dessas nações, de um lado, e a cultura e a posição política das populações que habitam esses territórios ou daí são oriundas, de outro lado - do mesmo modo, quando trata das instituições brasileiras, procede a esse exame sem incorrer em generalizações redutoras sobre a sua composição e a sua conduta. O líder do PCB refere-se ao Exército<sup>215</sup> como “glorioso”, a fim de chamar a atenção para uma instituição que, em sua opinião, funciona como uma escola do nacionalismo e da democracia, da ordem e da defesa da Constituição. Essa orientação seguida pelo exército no Brasil estaria relacionada, sobretudo, a sua formação histórica e a sua composição social. Ele afirma ser o Exército brasileiro “o mais popular da América do Sul”, salientando que aquilo que, muitas vezes, “mancha” o nome da instituição são alguns “elementos desordeiros da corporação”. Diante disso, sempre que pode, aconselha que seja separado “o joio do trigo”. A crítica recai sobre o militarismo, conceituado tanto por Dyonelio Machado quanto por Leonel Brizola – também deputado estadual constituinte - como a tendência de integrantes do Exército de usar a força, desrespeitando os pactos jurídicos estabelecidos pela nação.

O parlamentar comunista<sup>216</sup> não critica o “governo”, o “Poder Judiciário”, o “Exército” em bloco, de forma homogênea, atitude que não é apenas uma estratégia discursiva para dividir os seus opositores, e sim a expressão daquilo que esse intelectual realmente pensa sobre as instituições brasileiras, como

---

<sup>214</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p. 81-82.

<sup>215</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p.329.

<sup>216</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p. 95-96.

revelam seus diversos pronunciamentos sobre o assunto. Um exemplo dessa atitude é o fato de o líder do PCB demonstrar a existência de opiniões e de ações diferentes dentro do próprio exército, conforme se percebe observando dois representantes dessa instituição: o Presidente Dutra e o general Manoel Rabelo. Assim, a postura anti-democrática e contrária aos interesses nacionais atribuída ao Presidente Dutra - quando Dyonelio traça uma genealogia da trajetória política deste militar, desde à época em que era ministro do Estado Novo - é contraposta ao posicionamento “democrático” do general Rabelo.

Dessa forma, o deputado comunista procura comprovar a sua tese de que o “militarismo” é uma ideologia que orienta o comportamento de alguns generais do “glorioso Exército Brasileiro”. Nessa passagem, o líder do PCB se reporta a sua condição de “reservista” do Exército Brasileiro, buscando o referendo do deputado Leonel Brizola para suas posições “civilistas” e, ao mesmo tempo, procurando angariar apoio do líder do PSD, Brochado da Rocha, para a defesa da corporação do Exército. Dyonelio desvela as “contradições” de integrantes de uma mesma corporação, no caso o Exército, sempre com o intuito de sensibilizar uma parcela cada vez mais ampla de parlamentares, pois está convencido de que a “democracia corre perigo” e de que “a primeira flor a ser arrancada é o partido, depois vão-se as outras”.

Nesse contexto, novamente, constrói sua argumentação cercado-se de “provas”<sup>217</sup>. Um dos principais aspectos destacados pelo deputado comunista é o fato de que o então Presidente da República, o general Eurico Gaspar Dutra, dera demonstrações, mais do que suficientes, de sua “mentalidade fascista” no período em que atuara como Ministro da Guerra durante o Estado Novo. No momento de ascensão do nazi-fascismo, o general Dutra “recebeu uma condecoração da Alemanha”. Além disso, lembra Dyonelio, nessa mesma época, o general Linderfurh, ex-adido militar alemão que fora expulso da Argentina como indesejável, obtivera algumas facilidades junto ao governo brasileiro. O parlamentar comunista salienta, ainda, que o general Rabelo, na ocasião, revelara ao Presidente Getúlio Vargas a verdadeira face do referido general alemão e provara que esse “gângster internacional” desfrutava a confiança pessoal do general Dutra. O líder do PCB, tendo em vista as afirmações de Rabelo, adverte

---

<sup>217</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p.94-95.

que, nessas condições, podia o general Linderfurh conhecer as principais debilidades e as falhas da organização militar brasileira, o que forneceria subsídios para seus prováveis planos de conquista do Nordeste brasileiro, como espaço estratégico na guerra.

Dyonelio, para comprovar as declarações que faz em relação à incompetência e à irresponsabilidade do governo brasileiro - em particular, do seu Ministro da Guerra - no Estado Novo, apresenta o “libelo acusatório” de autoria do general Manoel Rabelo, que fora dirigido ao Presidente Getúlio Vargas. O deputado do PCB concede maior ênfase, justamente, aos trechos desse documento em que o general Rabelo descreve a situação precária na qual se encontrava a sétima Região Militar, com sede em Recife.

O mesmo general Rabelo, quando seu comandante, tratou de aparelhá-la convenientemente para a defesa nacional. Os trabalhos já se achavam em bom andamento quando... (E agora seguem-se as palavras textuais do General Manoel Rabelo:)... “inexplicavelmente, uma ordem do Ministro Dutra para que se fechasse o estabelecimento, sob o pretêxto inadmissível no caso, de que os materiais confeccionados saiam mais caros”. E apesar dos insistentes protestos — prossegue o general Rabelo — e do clamor que êste ato produziu, foi êle mantido, dispersando-se os maquinismos modernos, adquiridos com tanto carinho e esforço, por todo o Brasil. Pelo exposto, verifica-se que, se a 6.<sup>a</sup> R. M. está com falta de equipamento e fardamento, deve-se exclusivamente à extinção do modelar estabelecido de Pernambuco, feita com mal disfarçada hostilidade do Sr. General Eurico Gaspar Dutra contra seu leal companheiro de trabalho”. Acrescenta que “o mesmo se fêz com o Depósito de Remonta e com o centro de Educação Física, ambos de vital importância para a defesa da parte do nosso território mais ameaçada pelos exércitos hitleristas”. (...) O general Manoel Rabelo, com seu libelo, mostra que houve um descaso, um descaso premeditado em aparelhar convenientemente a nossa defesa, no coração estratégico do Brasil, que era a costa do nordeste. (Anais [1947], maio, p.496)

Com a citação dessas passagens do documento, Dyonelio quer mostrar que o general Manoel Rabelo é uma testemunha da existência de sabotadores do interesse nacional. Os mesmos integrantes do governo brasileiro que solapavam as defesas brasileiras eram os que - de acordo com o general Rabelo - “tinham verdadeira obsessão pela compra do material alemão, que todo o mundo previa, exceto os nazistas, que a Alemanha não estava em condições de fornecer...”. Além disso, negando-se a adquirir material bélico de outra fonte, com o argumento de que o mais conveniente era o material bélico alemão, esses

membros do governo brasileiro eram os responsáveis pela situação “calamitosa” e “criminosa” a que o país chegara, situação esta de “penúria mais extrema, em matéria de aparelhamento bélico, de aparelhamento militar”.

Outro elemento, citado no “libelo acusatório”, que é ressaltado pelo líder do PCB é a atribuição de um “cunho comunista” à revista *Seiva*, por parte do general Dutra. O general Rabelo explica que, mesmo sendo essa uma publicação aprovada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), isto é, pelos censores oficiais do Estado Novo, o general Dutra - valendo-se de sua autoridade de Ministro da Guerra - dirigia a tal veículo uma acusação contundente, movido por uma única razão: a revista “cometera o crime” de atacar o fascismo, de pedir que o Brasil se aliasse às Nações Unidas na guerra contra o nazismo. O documento também esclarece que era, exatamente, contra essa possibilidade de ver reforçada a frente mundial anti-hitlerista que se levantava o chefe das Forças Armadas do Brasil, quando, numa carta ao presidente<sup>218</sup>, acusava o general Rabelo, inclusive, pelo fato de “difundir em nome dos amigos da América os princípios fundamentais de uma mentalidade de guerra que nos leve efetivamente à luta”.

O deputado comunista, comentando a censura que o ministro do Estado Novo fizera ao general Rabelo, demonstra que este agira, na verdade, com a intenção de alertar o Brasil para um perigo que não era mais segredo em parte alguma: “a guerra nazista, pelo domínio do mundo”. Postular, em tais circunstâncias, a preparação dos jovens e de todos os brasileiros para a guerra era, segundo Dyonelio, “prestar o verdadeiro serviço que a Pátria reclamava”<sup>219</sup>. Por outro lado, quando o inimigo estava às portas do País, “canhoneando os nossos navios, matando os nossos compatriotas”, alegar que se devia dar continuidade às “tradições pacifistas, honra do Brasil, pleitear isso, nesse momento, era na realidade fazer o jogo do inimigo”.

Não satisfeito em levantar aspectos que comprovavam a vinculação da trajetória de Eurico Gaspar Dutra aos interesses da Alemanha, à época do Estado Novo, o líder do PCB parte para a análise da atuação desse general no instante presente, examinando a composição dos ministérios e de outros cargos do seu governo. Conclui, assim, que o general Dutra, depois de haver assumido a

---

<sup>218</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p. 98.

<sup>219</sup> Cf. 1947, maio, p. 98.

Presidência da República, continua “fascista”. De acordo com o deputado comunista, o Presidente Dutra chamara para ocupar os postos mais destacados do governo aqueles que, “não prezando as suas altas posições, estavam desligados das verdadeiras idéias democráticas do povo brasileiro”. O líder da bancada do PCB mostra que, desde o início do mandato, Dutra apenas obedeceu, na sua administração e na sua política, à vontade desses influentes assessores. Na visão de Dyonelio<sup>220</sup>, os assessores do governo que estão alinhados com o fascismo são aqueles conhecidos como integrantes da “Quinta Coluna”: o Ministro do Trabalho, Morvam de Figueiredo, o Ministro da Justiça, Costa Netto, e o general Souto e Pereira Lira, cujas ligações com o “imperialismo britânico, como advogado da Light, no Rio de Janeiro, são conhecidas de todo o Brasil”.

### **3.5 A liberdade como bandeira**

Dyonelio Machado, em seus pronunciamentos, apresenta-se como “um democrata”. A atenção que concede à temática da liberdade, abordada por ele de diferentes maneiras e perspectivas, está relacionada, possivelmente, a sua condição de “homem de letras” e a sua trajetória política. Nos discursos que profere, verifica-se que o líder do PCB define a liberdade como um valor sagrado, na medida em que se reveste de um significado vital para os comunistas. Essa sacralização pode ser explicada pelo fato de tal parlamentar – assim como muitos outros integrantes do PCB – ter conhecido o cárcere, a tortura, o exílio, o enquadramento na Lei de Segurança Nacional, a censura, além de haver experimentado o fechamento de sindicatos e de entidades com os quais estava ligado e a ilegalidade de seu próprio partido. Desse modo, todos esses tópicos aparecem em sua fala associados ao tema da liberdade.

Outro assunto trazido à discussão no que se refere à questão da liberdade é a gestão do governo de Borges de Medeiros, no Rio Grande do Sul, nas duas primeiras décadas do século XX. Ao compará-lo com os governos posteriores, tanto em âmbito estadual quanto nacional, Dyonelio afirma que Borges, visto como um ditador pela oposição liberal, garantiu a existência de liberdade de

---

<sup>220</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p.499.



expressão. Portanto, naquela situação específica, não faria sentido que uma determinada agremiação partidária “levantasse a bandeira da liberdade”, adotando-a como tática política. O próprio contexto se encarregaria de anular a referida reivindicação.

O vínculo entre liberdade e parlamentarismo também se faz presente nos pronunciamentos do deputado comunista, que se posiciona a favor desse sistema de governo, o qual viria a ser aprovado na Assembléia Estadual Constituinte, fato considerado inconstitucional pelo governo federal. O líder do PCB constata que, no Brasil, os prefeitos vinham sendo nomeados pelos governos estaduais e que, assim, estabelecera-se uma excessiva centralização política e o controle das municipalidades. Esse processo, em sua opinião, estaria pesando sobre “o espírito da economia” dos municípios e, até certo ponto, “entorpecendo” as “grandes reivindicações das populações<sup>221</sup>. O parlamentar comunista e os deputados do Partido Libertador concordam no que se refere a um suposto “grande erro” cometido pela Monarquia, quando impediu que houvesse liberdade administrativa para os municípios.

Dyonelio critica a monarquia brasileira por não ter implementado - “em meio século de aplicação do regime parlamentarista” - a autonomia das províncias<sup>222</sup>. Além disso, argumenta que o parlamentarismo pode a vir colaborar com a autonomia dos municípios, toma como base para essa afirmação o conhecimento que ele próprio possui a respeito da tradição desse sistema na França. No entanto, a despeito dessa defesa de autonomia para os municípios, o líder do PCB - que demonstra entender, inclusive, de finanças públicas - salienta que é fundamental garantir um auxílio do Estado às administrações municipais, por meio de repasse orçamentário:

O Sr. **Dionélio Machado**—Eu tenho a convicção de que o progresso do Rio Grande dependerá, em grande parte, do auxílio que o Estado deve aos municípios, em certos setores. As questões, por exemplo, de saneamento, de saúde pública, não podem, absolutamente, ficar sob a exclusiva responsabilidade orçamentária e mesmo técnica dos municípios. Todavia, resguardando a competência do Estado para essas questões que envolvem o progresso geral do Estado, não vamos defender a tese de que atrás dessa iniciativa estadual, possa se aninhar o germe que trará a morte à autonomia dos municípios. Portanto,

---

<sup>221</sup> Cf. Anais, 1947, abril, p.51.

<sup>222</sup> Cf. Anais, 1947, junho, p.51.

resumindo o meu aparte, devo dizer que colaborei na comissão dos líderes para as questões de ordem geral e todas as questões que envolvessem saúde pública, tivessem no Estado o órgão promotor, o órgão propulsor. Era o que queria responder ao nobre deputado José Diogo Brochado da Rocha. (Anais [1947], junho, p.56)

Verifica-se, ainda, que o deputado comunista<sup>223</sup> concebe a idéia de liberdade/democracia como uma espécie de imperativo moral. Para ele, ao que parece, é um “dever” lutar pela liberdade do povo. O partido é que traduz esse desejo de liberdade, pois “interpreta o sentimento de todo o povo” e fala em seu nome. O deputado do PCB<sup>224</sup> declara que o principal motivo do seu engajamento social e político reside na busca da liberdade, cuja conquista “será uma consequência natural da marcha ascensional da democracia em todo o mundo e na nossa terra”. Entretanto, a liberdade preconizada por Dyonelio assume uma feição complexa no que diz respeito à liberdade individual dentro do partido. Segundo o parlamentar, não existe liberdade de competição entre os comunistas, uma vez que “não há valores pessoais absolutos”<sup>225</sup> e o partido é “um todo que se dirige a si mesmo”. Nessa perspectiva, a liberdade, para o indivíduo, pode significar o seu pertencimento a uma coletividade, orientada por um partido político que assegure a cada um “o conhecimento das suas próprias necessidades”. Esse conhecimento, seria, assim, um sinônimo de liberdade. Na mesma passagem, o deputado explicita o conceito de “centralismo democrático”, ao afirmar que cabe à coletividade guiar os destinos dos indivíduos, desde que o partido que a congrega tenha liberdade de expressão, condição necessária para “traduzir o sentimento do povo” publicamente.

Na mesma ótica da liberdade, o líder do PCB<sup>226</sup> interpreta a Segunda Guerra de uma maneira muito particular. Em seu entendimento, os que haviam ido para a Itália eram “combatentes pela liberdade”. A concepção de que o referido conflito fora uma “guerra de liberdade, uma guerra de libertação” relaciona-se à construção do inimigo, pela contraposição àqueles e estavam do lado oposto. Isso quer dizer que, à pergunta sobre “quem eram os inimigos?” Dyonelio responde dizendo que eram os “inimigos dessa liberdade”, “os inimigos

<sup>223</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p. 60.

<sup>224</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p. 62.

<sup>225</sup> Cf. Anais, 1947, abril, p. 44.

<sup>226</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p. 56-57.

desses povos, inimigos cujas idéias e ações se concretizavam no mais espantoso e criminosos sistema social e político que a Humanidade já viu: o nazi-fascismo”.

O deputado comunista, para o qual liberdade é um equivalente de democracia, declara que a liberdade de imprensa e a liberdade de pensamento são condições indispensáveis para que todos os profissionais de Letras exerçam o seu ofício sem enfrentar a censura prévia por parte do governo, e para que o sistema de edição dos livros e jornais garanta que “alguém possa viver do seu trabalho de escritor”. O parlamentar também indica que um governo precisa ter o senso de responsabilidade ética de agir como funcionário do povo, ou seja, sem privilegiar alguns setores em detrimento das esperanças de uma nação inteira. Nesse momento, o mundo era influenciado pelos países que haviam derrotado o eixo formado por Alemanha, Itália e Japão. Assim, vigorava a idéia de que a “liberdade” havia vencido o nazismo e consolidava-se, no Ocidente, um discurso em defesa da autodeterminação dos povos. Uma nação seria garantida por meio de sua soberania, seria sustentada pelas decisões tomadas no âmbito do território nacional, respeitados os dispositivos constitucionais. Conseqüentemente, os movimentos internos em cada país tratam de proceder a um “acerto de contas” com seus respectivos governos quando julgam que estes não estão administrando o Estado seguindo um padrão democrático. Tal é o caso do Brasil, onde a defesa da liberdade ganha contornos muito fortes.

Nota-se, nos debates que ocorrem durante os trabalhos da Constituinte no Rio Grande do Sul, que Dyonelio Machado, Antônio Ribas Pinheiro Machado Neto e Júlio Teixeira - integrantes da bancada comunista - possuem uma visão de democracia que ultrapassa a idéia da mera realização de eleições periódicas. De acordo com esses parlamentares, uma democracia deve ser dimensionada pelo grau de liberdade de que a sociedade usufrui e dispõe para manifestar-se e organizar-se, sem ter de enfrentar quaisquer restrições. A liberdade de imprensa e a garantia do direito de reunião são condições imprescindíveis para que a democracia política se configure plenamente.

Os Anais da Assembléia Constituinte oferecem farto material relativo às freqüentes denúncias, por parte de deputados de diferentes siglas contra a censura e contra toda a sorte de restrições à livre manifestação do

pensamento<sup>227</sup>. As intervenções dos parlamentares comunistas referem-se aos repetidos atentados à liberdade de imprensa, notadamente à imprensa ligada ao PCB. Nas Constituintes Estadual (1947) e Nacional (1946)<sup>228</sup>, os deputados comunistas posicionam-se contra o decreto-lei que colocara as estações radio-difusoras sob a ação arbitrária das autoridades policiais<sup>229</sup>. É evidente que o principal alvo da censura seria a imprensa vinculada ao PCB: a *Tribuna Gaúcha*, em Porto Alegre<sup>230</sup>, e a *Tribuna Popular*, no Rio de Janeiro. Muitas são as vozes que se erguem nas duas assembléias, clamando pelo respeito à liberdade de imprensa<sup>231</sup>.

Dyonelio, ao reiterar sua opinião sobre a liberdade e a democracia, tem em mente o fato de que um dos maiores entraves contra a institucionalização e integração do PCB na vida política brasileira seria a “incompatibilidade do partido com a democracia”, alegada por seus opositores. O líder comunista antecipa-se, contrapondo-se, em seus pronunciamentos, a essa idéia que já fora recorrente nos discursos anticomunistas proferidos na Assembléia Nacional Constituinte de

<sup>227</sup> A censura ousou atuar até mesmo na Assembléia Nacional Constituinte. Fato curioso, mas significativo, é o debate que a utilização da palavra “reacionário” suscitou em Plenário. A Mesa Diretora entendeu que a palavra não era parlamentar e mandou apagá-la da declaração de voto da bancada comunista contra a aprovação do Regimento Interno. Otávio Mangabeira apelou para o bom senso, enquanto Nereu Ramos assumiu a defesa da Mesa. O Presidente Melo Viana colocou o vocábulo em regime de votação no Plenário. A expressão não angariou apoio entre os parlamentares, obtendo 72 votos favoráveis e 94 votos contrários, e a sua utilização na Casa foi proibida. (*O Estado de São Paulo*, 14/03/1946, p.3). Em requerimento ao Poder Executivo, a bancada comunista solicitara informações sobre os motivos da censura que estavam sofrendo os telegramas e cartas dirigidos aos parlamentares (Cf. Anais, 1946, março, p. 157). São de autoria do deputado Jorge Amado alguns pronunciamentos contra a censura, tal como esta aparece no Projeto de Constituição. Por vezes - nota o deputado comunista -, “apenas uma palavra ou uma frase acrescentada à liberdade garantida que lhe rouba todo o efeito e a reduz a nada” (Cf. Anais, 1946, março, p. 422). Anteriormente, já havia sido apresentada a emenda 3120 ao art. 150, parágrafo 5º, assim redigida: “É livre a manifestação do pensamento, sem dependência de censura; cada um responderá pelos abusos que cometer, nos casos e pela forma que a lei determinar. É assegurado plenamente o direito de resposta.” (Anais, mar. 1946, p.44-45). Jorge Amado também defende a publicação de livros e periódicos independentemente de licença do poder público, manifestando-se contra a existência, no projeto, de um parágrafo que condenava a propaganda de guerra ou de processos violentos para subverter a ordem política e social, bem como o comércio de gravuras e textos ofensivos ao pudor. Argumentava ele que seria um perigo deixar sob o juízo dos donos do poder a definição do que seria propaganda de guerra, subversão ou moralidade. Adverte, ainda, que, sob o pretexto de manter a ordem, o Chefe de Polícia apreendia edições de jornais e violava a liberdade de imprensa. Do mesmo modo, sob o pretexto de resguardar a moralidade e combater a pornografia, proibiam-se a publicação e a circulação de obras literárias e artísticas de grande valor. Jorge Amado refere-se, também, a fatos concretos – tal como a queima dos seus livros em praça pública –, amparados em restrições semelhantes às existentes na Carta de 1934. Por fim, denuncia a proibição da peça *Álbum de Família*, de Nelson Rodrigues (Cf. Anais, 1946, março, p.422).

<sup>228</sup> O PCB elegeu quinze parlamentares para a Assembléia Nacional Constituinte em dezembro de 1945. A bancada era liderada por Luís Carlos Prestes.

<sup>229</sup> No início dos trabalhos constituintes, o deputado Getúlio Moura (PSD-RJ) já solicitara ao Presidente da República a revogação desse decreto-lei (Cf. Anais, 1946, março, p.49).

<sup>230</sup> Sobre a *Tribuna Gaúcha*, consultar Anais, 1947, maio, p.206-207.

<sup>231</sup> A apreensão e a suspensão da *Tribuna Popular* repercutem na Assembléia Nacional Constituinte. O deputado Prado Kely (UDN-RJ) protesta contra a suspensão do jornal comunista, demonstrando a ilegalidade do ato do Ministro da Justiça. Ao seu protesto, juntam-se as manifestações do Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Gráficas de São Paulo, dos estudantes da Escola Politécnica da USP e do Centro Acadêmico XI de agosto, entre outros.

1946. Então, inúmeros deputados e senadores haviam deixado claro que, em sua opinião, os comunistas não eram cidadãos confiáveis. Do mesmo modo, na Assembléia Nacional Constituinte, afirmava-se que inexistia a luta de classes e utilizava-se a categoria “povo”, de modo a elidir o fato de que, em todo o processo político de democratização, há “classes” e setores excluídos.

Conscientes de todas as objeções que há contra si, os integrantes do PCB no país inteiro procuram desenvolver, paralelo a seu trabalho parlamentar, uma ação política de contato direto com as bases partidárias e uma campanha de proselitismo, com a organização de freqüentes comícios e conferências, que não tardam a provocar uma reação por parte do governo. A bem da verdade, os comunistas não restringem ao parlamento as lutas políticas e sociais “imprescindíveis ao fortalecimento da democracia”. É, justamente, na medida em que extrapolam o âmbito do parlamento - envolvendo-se em greves e em manifestações populares - que sofrem a violação das suas imunidades parlamentares e são submetidos a toda sorte de constrangimentos, já sob ameaça de um processo de cassação do registro partidário.

É evidente que, quando os parlamentares das diferentes correntes políticas falam de democracia, atribuem-lhe, exclusivamente, uma dimensão eleitoral, que inclui a realização de eleições periódicas e o pluripartidarismo - um sistema político e eleitoral do qual participem todos os partidos que defendam a democracia. Tal visão de democracia exclui a participação do PCB, por ser este “contra a pátria”, “a família”, “os bons costumes” e a “religião”. Muitos políticos não admitem qualquer possibilidade de que a democracia venha exceder os limites do parlamento e passe a envolver todas as modalidades não convencionais de participação popular. Essa participação fica, por conseguinte, reduzida a um ato formal: o comparecimento da população às urnas, uma vez a cada quatro anos, com a finalidade de renovar os mandatos de seus representantes.

Além dos temas já mencionados - a definição do sistema de governo, a liberdade de imprensa, a abolição da censura, o sindicalismo, o direito de greve, a autonomia municipal e a presença do capital estrangeiro no País -, outros assuntos dão origem às proposições apresentadas pela bancada comunista nas constituintes nacional e estadual - tais como as relações Estado-Igreja, o direito de propriedade e a reforma agrária -, mostrando que o PCB, no período pós-

guerra, elege a questão da democracia como prioritária<sup>232</sup>, não apenas no plano teórico, mas, também, no âmbito de seu trabalho parlamentar. Toda a atuação de Dyonelio Machado na Constituinte estadual, mesmo considerando-se as particularidades que esta possui, tem como referência a ação da bancada do PCB que exercera uma função semelhante, um ano antes, na Constituinte nacional.

Acerca da Assembléia Nacional Constituinte vale observar que, quando a Comissão especialmente designada para elaborar um projeto de Constituição apresentou ao plenário a conclusão de seu trabalho, iniciaram-se intensos debates, evidenciando-se, desde logo, as falhas e o conservadorismo do texto que serviria de base para as discussões. Ao que parece, nem poderia ser diferente, a julgar pela composição da referida comissão, que tinha o senador Nereu Ramos (PSD-SC) por presidente e os deputados José Eduardo do Prado Kelly (UDN-RJ) e Benedito Costa Neto (PSD-SP), respectivamente, como vice-presidente e relator geral. É elucidativo o editorial que a esse respeito foi publicado pelo jornal *O Estado de São Paulo* no dia 31 de julho de 1946:

Nem reacionária, nem demagógica. Tal deve ser a nova Constituição do Brasil. Sê-lo-á? Parece que sim. Demagógica está livre de sê-lo, porque o que predomina nos constituintes é o espírito conservador. Um espírito conservador, capaz de renovação, sem intransigências doutrinárias, mas em todo o caso conservador. Há receio, porém, de que no seu horror à demagogia esse espírito venha a cair, voluntária ou involuntariamente, no pecado da reação. Várias emendas existem que justificam esse receio. (p. 3)

Por sua vez, o senador Luís Carlos Prestes ao referir-se ao destino das emendas apresentadas pela bancada comunista ao Projeto de Constituição, denuncia:

Acompanhamos, através do delegado do Partido na Grande Comissão, o seu trabalho, verificando então que, na verdade, as emendas, em sua grande maioria, não foram levadas ao debate, não só devido à divisão em Subcomissões, como à existência de uma pequena Comissão controladora, composta de dirigentes dos dois partidos de maior representação nesta Casa (PSD e UDN). Foi, de fato, esse pequeno

---

<sup>232</sup> Ver GIOVANETTI NETO, 1986.

comitê que decidiu pela Comissão. O substituto, resultante, sem dúvida, das emendas ao anterior Projeto, que mereceram parecer favorável, traduz a opinião dos orientadores políticos do PSD e da UDN. As emendas aceitas não foram as mais democráticas. Pelo contrário, o sentido geral do trabalho da Comissão foi aceitar somente as emendas de cunho mais reacionário para agravar o caráter do Projeto, em vez de melhorá-lo em alguns pontos, por haverem sido eliminadas muitas sugestões, muitos artigos realmente desnecessários numa Carta Magna. (Anais da Assembléia Nacional Constituinte [1946], p.78).

No momento em que o Projeto de Constituição propõe a manutenção do Presidencialismo, a bancada comunista na Assembléia Nacional Constituinte, pela voz do seu líder, Luís Carlos Prestes, critica a insistência em preservar esse regime, apelando para um exame da realidade nacional e da “experiência política do nosso povo”, a fim de encontrar formas mais apropriadas ao “progresso do Brasil e à prática da democracia”. Em todos os seus pronunciamentos sobre o referido tema, Prestes evidencia a incompatibilidade entre presidencialismo e democracia, considerando o sistema adotado no Brasil uma caricatura do presidencialismo americano, assim como o parlamentarismo da Monarquia (período Imperial no Brasil) fora um “arremedo do parlamentarismo burguês europeu”. Além disso, condena, com veemência, a eleição do Presidente da República por voto majoritário, o que leva a deduzir que defende o processo de eleição indireta. Alerta, ainda, para o fato de que a continuidade do Presidencialismo geraria uma insatisfação entre os democratas que poderia conduzir à revolução:

Enfim, o que julgamos sumamente perigoso é insistir no Presidencialismo. Cometeríamos um crime insistindo em estabelecer novamente a ditadura de fato do Executivo, porque assim agindo estamos apontando com a Revolução para todos aqueles que querem o progresso do Brasil e não se conformam com a morte da democracia em nossa Pátria. (Anais da Assembléia Nacional Constituinte [1946], p. 388.)

O propósito desse discurso, ao que tudo indica, é sugerir o temor do PCB diante da possibilidade de uma revolução. Assim, o deputado comunista busca uma identificação entre a sua agremiação e a elite política brasileira, na qual esse sentimento estaria enraizado. Ao mesmo tempo, sob a alegação de que o Presidencialismo propicia o advento da revolução, recomenda o fortalecimento do

Parlamento e o desenvolvimento de uma democracia participativa. Se a manutenção da ditadura do chefe do Executivo, “aponta” para uma revolução, faz-se necessário, para evitar o levante, revigorar a democracia por meio da ampliação das atribuições do Poder Legislativo. Nota-se uma preocupação expressa, por parte do líder comunista, de demonstrar aos “donos do poder” que existe um meio de impedir a “Revolução”: investir na “transição democrática para o socialismo”. Prestes afirma que tal processo só poderia ser dirigido, no Brasil, pelo PCB, com o aval dos demais partidos políticos. Essa postura pode possuir dois significados: Prestes deseja apresentar-se aos “donos do poder” como alguém confiável, capaz de auxiliá-los, e/ou, tendo como intento a aprovação do Parlamentarismo, emprega um discurso tático voltado a angariar apoio para a concretização desse objetivo.

Logo após a aprovação do Presidencialismo pela maioria dos votos dos constituintes que integram a comissão responsável por elaborar o Projeto de Constituição, o senador comunista<sup>233</sup> volta à tribuna e renova sua advertência:

Aqui em nossa pátria, a verdade é que o Presidencialismo tem sido a ditadura, sempre a ditadura; benéfica ou maléfica, mas sempre a ditadura; o contrário, portanto, da democracia. Se o Presidencialismo em nossa Pátria foi sempre uma ditadura, agora o projeto que temos em mãos agrava-a ainda mais e os poderes, nas mãos do Presidente da República, são os mesmos das constituições anteriores, mas aumentados. É o veto; o veto com dificuldades enormes para ser rejeitado pelo Parlamento. É a intervenção nos Estados, também entregue, em boa parte, ao Presidente da República, encarregado de nomear, livremente, os interventores. É a nomeação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais de Recursos; são dois juízes da Justiça Eleitoral, são todos os cargos públicos. Acreditamos que, sem dúvida, precisamos sair desse regime presidencialista e procurar outro inteiramente novo, seja parlamentarista, como propõe o nobre colega, Sr. Raul Pilla, seja por qualquer forma intermediária, um passo sequer para diante, de maneira que à Assembléia, ao Poder Legislativo, a esta Representação, onde estão os partidos políticos que receberam votos do povo, caiba o poder superior, ou pelo menos igual, em condições de controlar a Presidência da República, numa palavra, o Executivo”. (Anais da Assembléia Nacional Constituinte [1946], p. 143-144.)

---

<sup>233</sup> A bancada comunista já apresentara, em 24 de junho, a emenda de nº 2472 que redigia assim o art. 150: “O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República e Ministros de Estado”. A justificativa que acompanhava a emenda dizia que o artigo original atribuía ao Presidente da República um poder muito pessoal e que, prevendo uma distribuição de forças entre o Presidente da República e os Ministros de Estado, buscava-se reduzir o poder pessoal do Presidente. (Cf. Anais, 1946, junho, p. 190).



Os pronunciamentos de Prestes não levam em conta a expressão numérica de cada bancada e a real possibilidade de conquistar adeptos para a sua proposição de fortalecer o parlamento. No entanto, essa atuação dos comunistas amplia a legitimidade do parlamento e, indiretamente, de todas as medidas tomadas por tal instituição. Além de empreender esforços no sentido de corrigir a hipertrofia do Poder Executivo, conferindo mais poder ao Legislativo<sup>234</sup>, a bancada comunista apresenta outras propostas de cunho democratizante<sup>235</sup>, tais como a busca do aumento do número de votantes, a redução do tempo de duração dos mandatos, a maior frequência dos pleitos eleitorais e o estabelecimento de uma relação mais constante entre o eleitor e o seu representante.

A atuação de Dyonelio Machado na Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul, em 1947, é regida pelos mesmos princípios e pela mesma orientação política seguida pelos comunistas que haviam exercido seu mandato na Assembléia Nacional Constituinte de 1946. O líder do PCB na Assembléia Legislativa adota, inclusive, uma linha de raciocínio semelhante àquela empregada por Prestes, quando postula a existência de uma relação direta entre insurreição popular e poder ditatorial do Presidencialismo. Dyonelio<sup>236</sup> afirma que o PCB é um partido da ordem constitucional, por ser contrário aos golpes militares que alteram as regras de alternância nos governos. Entretanto, a par disso, ele defende o direito à insurreição popular toda vez que o povo esteja sentindo-se oprimido pela ordem. A fim de justificar essa tese recorre à recém criada

---

<sup>234</sup> A bancada comunista apresentou uma emenda de nº 2526 exigindo a aprovação da Câmara para a nomeação dos Ministros de Estado (Cf. Anais, 1946, junho, p.212). Outra emenda, de nº 2583, preconizava a eleição do Ministro do Supremo Tribunal Federal em escrutínio secreto, pelo Congresso Nacional (Cf. Anais, 1946, junho, p. 226). O esforço de conferir preeminência ao Poder Legislativo justificou, também, a apresentação da emenda nº 2477, que mandava redigir assim o Art. 51: "Substitui o Presidente, no caso de impedimento, e sucede-lhe, no de vaga, o Presidente da Câmara". Com essa emenda os comunistas mostravam-se contrários à eleição de um Vice-presidente e, ao designar como substituto legal o Presidente da Câmara dos Deputados, o faziam com a intenção de prestigiar aquela Casa do Legislativo e defender sua soberania. (Cf. Anais, 1946, junho, p.226).

<sup>235</sup> O PCB defendeu a redução dos mandatos eletivos, optando pelo período de quatro anos para o Presidente da República, de dois anos para os deputados e de seis anos para os senadores, posto que o partido não conseguiu fazer prevalecer a sua tese de extinção do Senado, da mesma forma como não conseguiu introduzir, nas Disposições Transitórias da Constituição, a sua proposta de que, uma vez promulgada a Constituição, se realizasse nova eleição para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal (Cf. Anais, 1946, junho, p.360-364). A bancada comunista apresentara a emenda de nº 3.612, que propunha a dissolução do Congresso após a promulgação da Constituição e, noventa dias depois, a realização de eleições, com o objetivo de substituir por novos deputados e senadores os eleitos a 2 de dezembro de 1945. Prevaleceram, entretanto, os interesses da maioria, que prorrogou os mandatos (Cf. Anais, 1946, junho, p. 367). Houve, também, o empenho da bancada liderada por Prestes, no sentido de inscrever, no texto da nova Carta, pressupostos de uma democracia mais abrangente, que incluísse a extensão do direito de voto aos marinheiros, cabos, soldados, sargentos e aos analfabetos.

<sup>236</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p.43.

Declaração Universal dos Direitos do Homem – inspirada nos ideais da Revolução Francesa - e mostra que o direito à rebelião é “inerente à “própria biologia” do ser humano. O líder libertador, Mem de Sá<sup>237</sup>, também é categórico ao declarar que “havendo parlamentarismo não haverá perigo da insurreição”.

Claro está que Dyonelio Machado, assim como os parlamentares comunistas de outros estados do País, têm como meta recolocar o Legislativo no centro da cena política, livrando-o da condição de apêndice da máquina governamental e investindo-o das atribuições de governo. Todavia, talvez por excesso de confiança na transformação da sociedade e dos costumes políticos, acabaram por supervalorizar uma instituição – o parlamento - que se constituía sempre num reduto dos “donos do poder”, onde as vozes discrepantes eram minoritárias.

### 3.6 Entre provas e contraprovas

Percebem-se, no conjunto dos pronunciamentos do deputado Dyonelio Machado <sup>238</sup>, vários aspectos que expressam a sua cosmovisão. Seus discursos evidenciam o modo como apreende e analisa o País e a maneira como pensa o seu próprio “lugar” no contexto brasileiro. O parlamentar refere-se, direta ou indiretamente, a sua condição de médico, jornalista, escritor, comunista, democrata, patriota, civilista, reservista do Exército brasileiro, e não deixa de lembrar que é “rio-grandense”. Essa estratégia tem o propósito de construir identidades, que possam, em alguma medida, produzir uma demarcação entre aqueles que “estão dentro” e aqueles que estão “fora” desses círculos, ou seja, entre os que se situam numa posição semelhante a sua e os que adotam uma postura diferente desta.

Ao que tudo indica, essas identidades são acionadas no sentido de constituir bases sociais que legitimem determinadas idéias e práticas políticas e de tornar visíveis as concepções e formas de ação que precisam ser desautorizadas. Esse é o procedimento por meio do qual são erigidas as

---

<sup>237</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p.43.

<sup>238</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p.50-234.

fronteiras políticas nos pronunciamentos do líder do PCB. Os fatores que aproximam o deputado comunista de uma parcela significativa dos parlamentares são os mesmos que o afastam dos demais colegas e instituem o “inimigo”. Percebe-se, ainda, que a fala desse intelectual do PCB suspende, momentaneamente, ou relativiza alguns tipos específicos de identidades, para potencializar ou enfatizar aquelas que, na ocasião, considera mais relevantes.

Sendo Dyonelio uma autoridade em psiquiatria e em saúde pública que vem a transformar-se em deputado, o conhecimento profissional que havia adquirido é utilizado no plano da política. Fundidos que estão, nos pronunciamentos do deputado comunista<sup>239</sup>, o método científico e seu respectivo objeto de estudo fornecem a base para a argumentação desenvolvida, na tribuna, pelo parlamentar. Noções da área da biologia servem como fonte para a explicação de temas de natureza sociológica, antropológica, histórica, jurídica, econômica e política abordados por ele no plenário da Assembléia Estadual Constituinte<sup>240</sup>.

O líder do PCB parece sentir-se sempre na obrigação de apresentar um argumento em nome da razão, o qual é a própria voz da “autoridade”, a “última palavra” sobre a questão em pauta. Ele afirma a existência de uma verdade no âmbito dos fatos sociais, e a sua crença manifesta-se na ciência, que possui, de fazer ver aquilo que ele próprio acredita ser a verdade. É como se a verdade tivesse um destino previamente traçado - o de colocar-se a serviço das grandes causas da humanidade – e uma autonomia ou vida própria que lhe permitisse dialogar, racionalmente, com os deputados e tomar conta de suas consciências. Esse é o estatuto que confere a sua fala o parlamentar que enuncia “verdades científicas”, valendo-se, para isso, de suas habilidades de artífice da palavra.

Grande parte dos pronunciamentos do deputado comunista é acompanhadas de uma “prova”, recurso que parece estar relacionado à idéia de que a existência de uma verdade científica depende, única e exclusivamente, de provas objetivas. Em seu entendimento, diante da explicitação da verdade, isto é, perante um bom argumento que possa ser comprovado, as pessoas tendem a “ser esclarecidas”. Nessa perspectiva, a uniformidade de interpretação dos atos governamentais, dos artigos das constituições e da vida como um todo, é vista

---

<sup>239</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p.40-42.

<sup>240</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p.43.

como algo possível. Na opinião de Dyonelio, é necessário, então, educar e conscientizar o “povo” e “as massas” – dar-lhes acesso a essa interpretação -, “missão” atribuída ao “partido”, que teria como razão de sua existência a busca constante da verdade.

O deputado comunista age como se a verdade fosse uma substância independente dos juízos de valores subjetivos, que incidem na interpretação da realidade. É comum vê-lo pronunciando as seguintes palavras “eu faço um apelo à verdade e desejo que ela seja expressa pelos meus dignos pares”<sup>241</sup>. O aspecto contraditório da fala do líder do PCB é explicitado por si próprio, na medida em que reconhece: “todos somos partes e juízes”<sup>242</sup>. Nesse ponto, admite que nenhum julgamento é isento, sendo, em maior ou menor grau, condicionado pelos interesses de quem aprecia determinada matéria ou situação. No entanto, tal contraditoriedade, que pode ser identificada mediante a análise dos discursos desse parlamentar, não parece ser percebida pelos seus pares.

Uma das maiores preocupações do deputado comunista diz respeito à “opinião pública”. Assim, muitas das provas que fortalecem os argumentos empregados por ele durante os debates são oriundas de artigos de jornais, matérias de revistas especializadas - nacionais e estrangeiras -, informações veiculadas nas emissoras de rádio, telegramas, depoimentos de personalidades, dados históricos sobre o Brasil divulgados em livros ou documentos, exemplos de acontecimentos ocorridos em outros países, conhecimento técnico registrado em fontes próprias ou difundido por autoridades científicas, os discursos proferidos pelos parlamentares na tribuna e todos os textos transcritos nos Anais da Assembléia Legislativa a seu pedido.

“Minha pasta não é arquivo” – essa é uma das frases dirigidas pelo deputado comunista a seus interlocutores nos momentos em que não tem em mãos os documentos capazes de comprovar seus argumentos. O lamento, a queixa, são recorrentes, nos pronunciamentos desse parlamentar, quando ele constata que não dispõe das provas que existem sobre o assunto, justamente no momento em que delas precisa para atestar aquilo que afirma. O trecho abaixo, extraído de um de seus discursos exemplifica tal atitude:

---

<sup>241</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p. 59.

<sup>242</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p. 212.

Não trago êsse documento à Assembléia, porque não tenho o documento preciso, e só desejo fazê-lo amparado em provas, mas posso, desde já antecipar aos meus ilustres pares que a decorrência fatal dessa intervenção indébita da polícia e da Delegacia Regional do Trabalho sôbre a vida sindical no Rio Grande do Sul, está, inclusive, entorpecendo os trabalhos da própria justiça trabalhista no Estado. (Anais [1947], maio, p. 316).

Nessas circunstâncias, o líder do PCB anuncia que comprovará suas afirmações no dia seguinte, caso os “nobres colegas” assim o desejarem. É claro que, quando ele planeja, com certa antecedência, seus pronunciamentos e decide, previamente, o teor de sua fala, esta sempre se faz acompanhar de uma prova. A ausência da demonstração de provas ocorre somente nas ocasiões em que os demais deputados introduzem nos debates novas temáticas, que requerem, na opinião de Dyonelio, “apartes”, “questões de esclarecimento” e “questões de esclarecimento pessoal”. Percebe-se que o deputado comunista lê os jornais do Rio Grande do Sul (*Correio do Povo*) e do Rio de Janeiro (*Diário de Notícias* e *Diário Carioca*), pelo uso que faz desses veículos na tribuna. Consulta, também, jornais e revistas especializadas do Uruguai, da Argentina, dos EUA, da França e da Inglaterra. O mundo chega até ele por intermédio desses textos, que, não raro, acabam se constituindo em provas.

Verifica-se, ainda, que o líder do PCB<sup>243</sup>, ao discutir com os demais parlamentares a “aplicação prática do imperialismo no Brasil”, esforça-se em separar os “princípios” dos “fatos”, considerando esses últimos a confirmação da existência de uma verdade, na medida em que podem ser provados. Além disso, ele mostra ser um grande observador do vocabulário utilizado pelas pessoas em outras instâncias da vida social, pois incorpora, com muita facilidade, expressões oriundas das linguagens policial e jurídica, ambas empregadas quando se trata de buscar e apresentar provas. Esse comportamento é adotado pelo parlamentar com o intuito de tornar verossímeis e persuasivas as provas que ele próprio julga oferecer a seus pares.

Outra prática a que Dyonelio recorre é a de arrolar um conjunto de argumentos que podem ser constatados por meio de documentos. Exemplo dessa estratégia é a alusão, por parte do deputado comunista, ao memorando assinado

---

<sup>243</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p.95.

pelo general Saville, o qual comprova que este conhecera, antecipadamente, a decisão que o Superior Tribunal Federal viria a tomar: a de cassar o registro do PCB. Esse documento confirma, na visão do líder do PCB, a influência do “imperialismo americano” sobre o Brasil. Ele acredita que a referência a tal memorando é capaz de convencer seus colegas “não só de que o Executivo exerceu uma pressão sobre o Judiciário”, como também de que “o Executivo, por sua vez era objeto de uma pressão por parte de uma potência estrangeira”.

Nos discursos do líder comunista, também são freqüentes as citações de depoimentos de algumas personalidades que gozam de credibilidade junto a deputados de todas as bancadas integrantes do parlamento gaúcho. Para comprovar, por exemplo, os argumentos de sua autoria, segundo os quais o então Presidente da República estivera alinhado à Alemanha nazista durante o Estado Novo - quando ocupava a pasta do Ministério da Guerra -, Dyonelio<sup>244</sup> inclui em sua fala o depoimento do general Manoel Rabelo, que aponta para os prejuízos causados ao Brasil pela ligação existente entre aquele ministro e o nazismo. O deputado<sup>245</sup> cita, ainda, afirmações dos economistas ingleses, com o objetivo de explicar o conceito de “imperialismo” e mostrar que essa noção teórica não é uma criação sua, nem mesmo de uso exclusivo dos comunistas. Por fim, o líder do PCB agrega a seus pronunciamentos a “opinião insuspeita” de um ex-secretário de Estado norte-americano, a fim de evidenciar os propósitos do Plano Truman para a América do Sul e, em particular, para o Brasil.

Merece destaque, da mesma forma, a menção que Dyonelio faz a fatos da “experiência concreta”, que podem ser verificados (“o marxismo é a análise concreta de uma situação concreta”), procurando, mais uma vez, fortalecer seus argumentos. No mês de maio de 1947, ao se posicionar a respeito dos problemas provocados pela “dominação imperialista” no Brasil, ilustra suas afirmações com um exemplo: o caso da tentativa de controle dos transportes públicos em Porto Alegre, por parte de empresas estrangeiras. Nos momentos em que o debate parece distante da “realidade concreta”, o líder do PCB leva a discussão para o plano do cotidiano e, nas sessões da Assembléia Legislativa que contam com a presença de inúmeros populares, a opção do deputado é, sobretudo, por um discurso “acessível” à platéia. Nessas ocasiões, em geral, o parlamentar

---

<sup>244</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p.12-13.

<sup>245</sup> Cf. Anais, 1947, maio, 12-14.

comunista<sup>246</sup> alia a referência a fatos da experiência cotidiana à leitura - ou ao comentário - de textos publicados na imprensa e à exibição de fotografias, como elementos de constituição da “prova”. Todas as estratégias discursivas então escolhidas visam, sobremaneira, à formação da opinião pública, para que esta venha, de algum modo, a influenciar os deputados, os integrantes do Poder Judiciário e os governantes<sup>247</sup>.

A fim de comprovar determinadas teses, Dyonelio, via de regra, também menciona uma testemunha ocular e presencial do evento ou situação em foco. A citação nominal é feita, especialmente, nos casos em que essa testemunha é um formador de opinião: um jornalista, por exemplo<sup>248</sup>. Sobre alguns assuntos, porém, a alternativa mais convincente ou mais viável parece ser a oferta do “testemunho”<sup>249</sup> do próprio parlamentar, sempre com a intenção de conferir maior eficácia a sua argumentação. Tal é o caso em que ele relembra a visita que fizera à Argentina, para provar que existe uma diferença fundamental entre ir a outro país buscando o aprimoramento da formação acadêmica que se possui e deslocar-se até o estrangeiro movido pelo interesse de interferir nos assuntos internos das demais nações<sup>250</sup>.

Nas questões em que se encontra pessoalmente envolvido, o deputado comunista<sup>251</sup> invoca o testemunho de seus amigos, parentes e colegas de trabalho, pois reporta-se a fatos ou situações sobre os quais não deseja que venha a recair qualquer dúvida. Esse é o único momento em que ele se refere a pessoas que transitam na esfera de sua vida privada e/ou têm acesso a informações relativas a esse âmbito, aludindo à possibilidade de um depoimento que, na prática, não vai ocorrer. É como se, assim, estivesse esboçando o gesto derradeiro no sentido de impedir que outros possam descrer de sua palavra. Essa atitude revela a imagem que o parlamentar tem de si próprio: a de alguém que não aceita a possibilidade de ver suas afirmações serem postas em dúvida.

Os procedimentos acima descritos demonstram que Dyonelio, a todo o instante, busca as “provas” que possam servir de apoio a seus pronunciamentos nas sessões da Assembléia Estadual Constituinte. Essa preocupação constante,

---

<sup>246</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p.65.

<sup>247</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p.39-41.

<sup>248</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p.206.

<sup>249</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p.66-67.

<sup>250</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p.39.

<sup>251</sup> Cf. Anais, 1947, maio, p.58.

de certo modo, remete às questões relativas à historiografia sobre as quais as teorias da história refletem. Tais teorias discutem se a historiografia está voltada unicamente a convencer, ou se busca a verdade; se a construção discursiva da realidade é compatível com a existência da prova; se a realidade existe independentemente da forma como é percebida pelos sujeitos históricos; se a projeção do desejo, sem o qual não há investigação, não é inconciliável com a verificação isenta dos fatos e, por fim, se é possível conhecer a história<sup>252</sup>.

Ao que parece, o parlamentar comunista sofre influência das idéias positivistas, segundo as quais se escreve a história com base em documentos que são concebidos como provas da verdade. Assim, para Dyonelio, a prova histórica possui um estatuto quase equivalente àquele apresentado pela prova experimental, no terreno das ciências naturais, e pela prova judiciária, no âmbito em que atuam os operadores do Direito. Essa concepção é contestada por vários teóricos contemporâneos, de acordo com os quais o documento visto como prova histórica é uma ilusão positivista. Os historiadores tomam consciência de que o documento não possui um sentido que lhe seja inerente; funcionando, isto sim, como um vestígio passível de ser permanentemente reinterpretado, ao longo do tempo. Cumpre, então, situá-lo no contexto em que foi produzido, relacioná-lo com outros textos, localizar seus modos de transmissão e as sucessivas recepções de que foi objeto.

Dyonelio Machado vive num período anterior ao estudo dessa complexa relação existente entre história, retórica e prova. No entanto, embora a crença que deposita na “verdade” da prova possa ser identificada na grande maioria de suas falas, algumas das afirmações que faz e os procedimentos de que se utiliza revelam contradições que, de certa maneira, antecipam questões fundamentais abordadas pela teoria contemporânea. Tais contradições estão expressas não apenas na idéia de que o debate é constituído pelo cruzamento de distintos juízos sobre os temas em pauta – o que relativiza a noção de verdade absoluta -, mas também na insistência com que se vale dos mais variados recursos da retórica para persuadir seus interlocutores, o que sugere que a verdade precisa ser construída. Além disso, a própria consciência que possui de que o domínio dos diversos artifícios de linguagem e de técnicas de argumentação conferem-lhe

---

<sup>252</sup> Cf. GINZBURG, 2002; DOSSE, 2003; DIEHL, 2002.



significativa vantagem sobre seus pares apontam para um aspecto relevante: a idéia de que algumas verdades podem se sobrepor a outras, dependendo da perícia do orador.

# PARTE II

RAUL PILLA

## 4 *REPUBLICANIZANDO A REPÚBLICA*

Raul Pilla foi um militante e um pensador político cuja obra preserva seu valor até os dias de hoje, abstraídos os elementos contingenciais, historicamente circunscritos que apresenta, os quais são suscetíveis apenas de análises estritamente contextuais. Ele deu continuidade à tradição dos estudos na área da teoria da representação política e das suas instituições, que foram iniciados no Brasil por José de Alencar, ainda no Segundo Império, por Joaquim Francisco de Assis Brasil, nos primeiros anos da República, e por Gilberto Amado, no limiar do movimento revolucionário de 1930<sup>253</sup>.

Assim como Dyonelio Machado, Raul Pilla exerceu ativamente sua profissão de médico e teve uma atuação marcante como político engajado no período entre-guerras. Essa experiência que vivenciou no século XX tornou-se decisiva para o processo de formação de suas qualidades políticas. Tal processo foi condicionado por realidades emergentes, que demandaram o exame e/ou a proposição de novas formas políticas e institucionais. O ineditismo dessas formas, em certa medida, desorientou grande parte dos intelectuais, habituados que

---

253 Ver ALENCAR, 1868. AMADO, 1931. BERLIN, 1981. TAVARES, 1998. SOUZA, 1979. SANTOS, 1991. Deve-se a Wanderley Guilherme dos Santos o mérito de haver recuperado os textos de José de Alencar, que concebeu um projeto de representação das minorias, publicando-o em artigos de jornal em 1859, no mesmo ano em que Thomas Hare e John Stuart Mill editaram, respectivamente, "The treatise on the election of representatives" e "Thoughts on parliamentary reform", e dois anos antes da publicação, por Stuart Mill, de "Considerations on representative government". Até 1855, um único país, a Dinamarca, adotara essencialmente o método proporcional de eleições, na versão criada por Carl Andrae. Em 1857, Hare propusera, para a Inglaterra, um esquema semelhante, no opúsculo "The machinery of representation", aparentemente sem ter qualquer informação acerca da experiência dinamarquesa. José de Alencar teve sua teoria da representação política sistematizada em 1868, com a publicação do "Sistema representativo", cujo argumento seria retomado em 1874, no livro "Reforma eleitoral", que contém os discursos proferidos por ele sobre o tema, naquele ano, na Câmara dos Deputados. O ensaio "Eleição e representação", de Gilberto Amado, foi publicado em 1931, no mesmo ano em que aparecia a quarta edição da "Democracia representativa", de Assis Brasil. A primeira edição dessa obra data de 1893, dois anos depois de promulgada a Constituição Republicana. A obra de Assis Brasil, se considerarmos somente o campo da ciência política, conforme Tavares (1998, p. III-VI), é bem mais ampla do que a de Alencar e a de Gilberto Amado. Assis Brasil propôs, em 1893, a reforma eleitoral; em 1927, elaborou um projeto de legislação eleitoral para Minas Gerais; finalmente, em 1931, foi co-autor, com João C. da Rocha Cabral, da versão preliminar do primeiro Código Eleitoral do País.

estavam a fazer uma análise explicativa de cada fenômeno e de cada instituição seguindo os moldes de um racionalismo puro. Essa modalidade de pensamento encarcerava as instituições no imobilismo, na repetição, na uniformidade, como se inexistisse a possibilidade de criar, a qual está expressa na imaginação coletiva das sociedades, sobre as quais se articulam as reações do sentimento popular e a versatilidade dos comportamentos.

A ineficácia dos antigos esquemas deu-se de forma súbita, e a palavra “crise” operou, no campo semântico, a função reparadora de conceder a absolvição coletiva a quantos haviam malogrado como observadores das profundas mudanças em curso. A respeito disso, Bonavides afirma que:

O Estado liberal, com seu desenho político de estabilidade, caucionado pela razão dos filósofos metafísicos, atrasara consideravelmente a reflexão dos publicistas vinculados a esquemas formais, cuja perenidade estavam a proclamar desde a Revolução Francesa. Eram esquemas consubstanciados no constitucionalismo de juristas e homens de Estado, mais tarde convertidos pelo tempo em arautos de situações conservadoras, pois as idéias também envelhecem. E as da burguesia envelheceram muito mais cedo que se esperava. (1998, p.219)

É possível afirmar que a Declaração dos Direitos do Homem, o texto da Declaração da Independência dos Estados Unidos, a Constituição da Filadélfia e o Código de Napoleão, até aquele momento, eram as últimas invenções dos intelectuais liberais. Somente alguns teóricos do liberalismo desprendiam-se de esquemas interpretativos já cristalizados e reportavam-se a instituições concretas, examinando casos que não se enquadravam nos modelos estabelecidos e requeriam outras abordagens.

Após 1919 decretava-se a queda dos valores que haviam dado alento à concepção formal do liberalismo, porém sem a exclusão daqueles que eram, segundo a linguagem francesa do século XVIII, realmente imprescritíveis, inalienáveis e indestrutíveis. O exemplo maior desses valores que prevaleceram talvez seja a idéia de liberdade. A seguir houve, entretanto, uma desvalorização das instituições reconhecidas como democráticas, que passaram a ser apontadas como ultrapassadas. É um exemplo desse fenômeno a propaganda pelo fim do

sistema democrático e dos governos representativos<sup>254</sup>, difundida nas décadas de 1920 e 1930.

Vencida essa crise e assegurada a sobrevivência do regime democrático de representação popular, depois da Segunda Guerra Mundial, despontou o Estado social das democracias. O colonialismo não fazia mais parte da agenda externa, ao passo que, na ordem interna, ampliou-se, consideravelmente, a esfera de ação do direito político e do direito social, depois estendidos, ao menos nominalmente, a todos os segmentos sociais, mediante a fórmula que conciliava a democracia política com a democracia social<sup>255</sup>. Era o fim da influência do liberalismo numa determinada dimensão - aquela que dizia respeito a um tipo específico de Estado democrático -, mas não da vigência da força do Estado democrático, que sobreviveu às crises, em particular, do Poder Legislativo.

Tendo em vista que o próximo capítulo procederá à análise dos modos de incidência do processo instaurado no pós-guerra sobre os discursos do deputado federal Raul Pilla, registrados nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1946, o presente capítulo reúne alguns dados biográficos do parlamentar. A descrição desses traços biográficos<sup>256</sup> permitirá aprofundar a compreensão do pensamento político do referido deputado, expresso nos pronunciamentos que realizou durante os trabalhos constituintes. As informações selecionadas são aquelas relacionadas ao período que se situa entre seu nascimento, em 1892, e sua primeira atuação no Congresso Nacional, de 1946 a 1950.

A prioridade é analisar os dados biográficos do parlamentar, mediante a

---

254 Tinha-se a impressão de um mundo que desabava. Spengler, Ortega Y Gasset, Pareto e tantos outros, que ampliavam suas críticas impiedosas à civilização do Ocidente; deixavam enfraquecidos seus fundamentos, do mesmo modo que profetizavam o advento da nova sociedade, com as massas amotinadas se assenhoreando do futuro. Com efeito, percebia-se que alguma coisa estava mudando. No entanto, um expressivo conjunto de grupos humanos aguardava a morte. Poucos percebiam estar diante de uma transformação, raríssimos tinham a vidência da verdade de que se tratava tão-somente de um parto, jamais de um óbito. Ao que parece, a democracia não morreu, o sistema representativo não se extinguiu; ambos tinham sobrevivido, a seu modo, à pressão ideológica, já do “Capital” de Marx, e da “Decadência do Ocidente” de Spengler. Ver BONAVIDES, 1985, 1995 e 1998.

255 As gerações dos direitos foram o maior, senão o único, sinal da existência do progresso e da civilização. Assim sendo, as gerações do direito abrangeriam os direitos civis, os direitos políticos, os direitos sociais e, por fim, os direitos difusos, aqueles que dizem respeito à defesa da vida e do meio-ambiente. No caso do reconhecimento dos direitos sociais, salienta-se a enorme influência do Estado Soviético, em vários países do mundo, no que se refere ao controle do mercado por ações estatais. O Estado de Bem Estar Social parece ser um produto da repercussão da vitória da URSS sobre o exército nazista na Segunda Guerra Mundial e da aliança da URSS com os EUA, Inglaterra e França. Ver BOBBIO, 1992.

256 As informações acerca dos dados biográficos que aparecem neste capítulo foram extraídas das seguintes obras: *Escritores do Rio Grande do Sul*, de Ari Martins; *Dicionário bibliográfico gaúcho*, de Pedro Leite Villas-Bôas; *Bibliografia sul-riograndense*, de Abeillard Barreto; PILLA, Raul. *Discursos parlamentares*. Sel. e intr. de Geraldo Guedes com a colaboração de Antonio Carlos Pojo. Brasília, Câmara dos Deputados, 1980; por fim, SOUZA, Blau (Org.). *Médicos (pr)escrivem: vidas e obras*. Porto Alegre: Age/Amrigs/Simers, 2001. Ver “Referências Bibliográficas” após o quinto capítulo do presente trabalho.

consulta a obras de caráter histórico e a leitura de textos memorialísticos, tendo como parâmetro alguns elementos dos cenários regional, nacional e internacional que influenciaram na definição de sua personalidade política e colaboraram para a sua fortuna intelectual<sup>257</sup>. Além disso, serão enfatizados aspectos relativos à formação médica de Raul Pilla que repercutem sobre a sua forma de conceber o engajamento político. Ganha relevância nesse contexto sua maneira de encarar o exercício profissional da medicina e a visão complexa que possui da dimensão humana.

#### 4.1 Rastros de um maragato<sup>258</sup>

Doutor em Medicina e bacharel em Ciências e Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Raul Pilla foi, também, jornalista, professor universitário e, sobretudo, um líder político de perfil extremamente peculiar, talvez único. Desde moço, ainda nos bancos acadêmicos, já dedicava-se à causa parlamentarista e, portanto, ao *maragatismo-gasparista*. Ele liderou, no Brasil - de acordo com Mem de Sá<sup>259</sup> -, a causa parlamentarista, entre 1922 e 1965, havendo suspenso esse trabalho apenas momentaneamente, no período em que foi enviado para o exílio no Uruguai e na Argentina, em virtude das posições

---

257 Muitas das informações sobre Raul Pilla foram obtidas em seus documentos pessoais, que se encontram no NUPERGS/PPG-Ciência Política/UFRGS, e, também, no *Dicionário histórico-biográfico brasileiro da Fundação Getúlio Vargas*; CPDOC, Coordenado por Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. p. 4609-4614.

258 Ver *Anais da Assembléia Nacional Constituinte* (1946), *Anais da Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul* (1947), as obras de autoria de Raul Pilla, que constam das "Referências Bibliográficas", e de Mem de Sá (1971). As informações extraídas destas fontes foram contrastadas com àquelas encontradas em: CALMON, P. *História*; CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*: Repertório (5); CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CÂM. DEP. *Relação nominal dos senadores*; CARONE, E. *República nova*; CÔRTEZ, C. *Gaúcho*; COUTINHO, A. *Brasil*; Diário do Congresso Nacional; DULLES, J. Getúlio; *Efemérides paulistas*; Encic. Mirador; FERREIRA FILHO, A. *História*. FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; FONTOURA, J. *Memórias*; *Grande encic. Delta*; *Jornal do Brasil* (19/9/1976); LEITE, A. *História*; LEITE, A. *Páginas*; LEMOS, R. PILLA, Raul. In.: DE ABREU, A. A. ...[et al.] *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*; LEVINE, R. Vargas; LIMA, H. Travessia; MELO, L. *Subsídios*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; PILLA, R. *Discursos*; SILVA, H. e, por fim, VILAS BOAS, P.. Ver "Referências Bibliográficas" após o quinto capítulo do presente trabalho.

259 Advogado, participou ativamente da campanha cívica de 1922, batendo-se, então, quando contava apenas 17 anos de idade, pela candidatura de Assis Brasil à presidência do Estado. Em 1928, fundado o PL e o *Estado do Rio Grande*, jornal dos libertadores, Mem de Sá ingressou na redação desse periódico, exercendo a função de secretário. Em 1946, Mem de Sá foi eleito deputado para o exercício do seu primeiro mandato na Assembléia Legislativa, vindo a integrar a bancada do PL, constituída, também, por Edgar Schneider, Carlos Britto Velho, Henrique Fonseca de Araújo e Antonio Maria da Silva Filho. Ver MEM DE SÁ, 1971.

que adotara na Revolução de 1932<sup>260</sup>.

Raul Pilla, filho de José Pilla e de Jovina Zenari Pilla, nasceu em Porto Alegre, a 27 de janeiro de 1892, e faleceu na mesma cidade, a 07 de junho de 1973. Veio ao mundo numa época de grande agitação no Rio Grande do Sul, deflagrada pela polarização política, que levou não somente à mais sangrenta guerra civil que o País já testemunhou, como também, e principalmente, a uma profunda divisão das forças sociais<sup>261</sup>. Essa cisão forçaria um dos dois blocos políticos em confronto a formar, no final da década de 1920, o partido que, mais tarde, viria a transformar-se no Partido Libertador (PL).

Nesse momento, passaram a disputar o centro da cena política gaúcha Gaspar Silveira Martins, o líder que controlara, com mão-de-ferro, a organização do Partido Liberal, no período monárquico - a ponto de ele próprio afirmar que “o Partido Liberal rio-grandense move-se como um regimento de Frederico o Grande” -, e Júlio de Castilhos, um talentoso jornalista de 29 anos, com fortes convicções republicanas, liderança que viria a firmar-se, em 1889. Este último, desde 1885 era o editor do jornal *A Federação*, que se constituiu no veículo de idéias mais influentes do final do século XIX, no Rio Grande do Sul. Foi Castilhos que, por meio do seu jornal, lançou as bases para a longa dominação do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) na política gaúcha<sup>262</sup>. Seu estilo republicano de governar veio a condicionar, inclusive, a natureza dos movimentos que se opuseram ao PRR até 1930. Esses movimentos de oposição, surgiram no Rio Grande durante a primeira metade do século XX, inclusive o próprio Partido

---

260 Os primeiros dias de 1932 marcaram o rompimento do Partido Democrático de São Paulo com o Governo Provisório. Ao mesmo tempo, criou-se a Frente Única Paulista, englobando o PD e o PRP, com apoio da Frente Única Gaúcha. A saída conciliatória de Getúlio, porém, foi nomear Pedro de Toledo como interventor de São Paulo e assinar a lei eleitoral. Esses paliativos, num clima de desconfiança crescente, tiveram pouco efeito dentro da conjuntura, dada a extensão da crise gerada pelo empastelamento do *Diário Carioca* e conseqüentes demissões em massa dos gaúchos no governo. A prova disso é que Luzardo, escrevendo a Raul Pilla, em 29 de fevereiro, declarou: “Neves, Maurício e Collor, reunidos em Teresópolis, acordam que a não-punição ao atentado do Diário Carioca determinará a sua demissão coletiva. É o começo do fim. É a vitória integral do tenentismo”. Carta de Luzardo a Pilla. 29 fev. 1932. In: SILVA, 1966. p. 24.

261 No capítulo anterior foram examinados vários aspectos da conjuntura do final do século XIX que marcaram a política no Rio Grande do Sul. Destaca-se que nesse período nasceram Raul Pilla e Dyonelio Machado.

262 O PRR revela uma série de peculiaridades, se o compararmos com os demais existentes no período da propaganda republicana. À medida que se distanciava da ideologia liberal dominante, o PRR fez da filosofia positivista a sua doutrina e se organizou-se de tal forma que, mesmo sendo minoria (se comparado ao poderoso Partido Liberal, de Silveira Martins) e tendo grandes opositores nos grupos dominantes gaúchos, chegou a 1889 com uma força capaz de tomar o poder e tornar-se o partido hegemônico por longos anos no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, o PRR, compensou sua debilidade numérica por meio de uma disciplina rígida e uma organizada estrutura partidária, combinadas a uma forte coesão ideológica, definida nos Congressos Republicanos e expressa de forma combativa na propaganda e na imprensa partidária. Cf. PINTO, 1979, p. 31.

Libertador, e reagiram ao autoritarismo castilhisto, aliando táticas revolucionárias à participação nos pleitos eleitorais.

Uma das características marcantes do pensamento político de Júlio de Castilhos foi, certamente, a sua adesão à filosofia positivista de Auguste Comte. Deste, Castilhos adquiriu a fé em um governo republicano e autoritário, que serviria de base ao modelo de Estado implantado no Rio Grande do Sul e, até certo ponto, em âmbito nacional, no advento da República. Foi inspirado nesse modelo que Castilhos deu forma à Constituição Estadual de 1891<sup>263</sup>, que iria reger o Estado daquele momento em diante, durante a República Velha, e cuja derrogação provocou a Revolução de 1923, na qual estiveram unidos os antigos gasparistas e os republicanos dissidentes.

A Constituição gaúcha de 1891 era, na verdade, um documento extremamente autoritário, que reforçava, sobremaneira, o poder do Executivo e relegava o Legislativo a uma posição meramente secundária. Assim, desde essa data, a oposição organizou-se para agir contra o excesso de autoritarismo presente no texto constitucional e, sobretudo, contra as práticas administrativas implementadas pelos governantes do PRR. Em janeiro de 1893, Castilhos assumiu a Presidência do Estado, após ter sido eleito num pleito boicotado pelos federalistas. Em seu mandato, ele deu continuidade à repressão política, já iniciada durante o governo provisório. Diante do terror republicano, partiram para o exílio no Uruguai inúmeros líderes liberais e federalistas, o que foi facilitado pelo fato de muitos destes últimos, estancieiros na zona da fronteira, possuírem terras em ambos os países.

Desse modo, a 2 de fevereiro de 1893, estourou a guerra civil, com um grupo de federalistas vindos do Uruguai, que entraram no Rio Grande do Sul por Bagé. Entre o início das hostilidades e a assinatura da paz, em agosto de 1895, o Estado ficou dividido, tendo ocorrido um amplo processo de lutas, assinalado pela utilização de muita violência<sup>264</sup>. É possível afirmar que a Revolução de 1893, cujas conseqüências marcaram profundamente os rio-grandenses, foi

---

263 Fernando Abbott, vice-governador, ao encaminhar, por meio de mensagem, o projeto de Constituição ao Congresso Constituinte reunido em 25 de junho de 1891, traçou as diretrizes a serem seguidas pela Assembléia e definiu claramente o sentido autoritário da posição oficial, afirmando que “a esterilidade do regime parlamentar e a perturbadora divisão do legislativo e executivo punham em evidência a sua absoluta imprestabilidade como sistema de governo”. Cf. RUSSOMANO, 1976, p. 258

264 Para se ter uma noção do nível de violência generalizada, basta verificar que, durante os 31 meses de guerra civil, houve entre 10 e 12 mil mortos, numa população de cerca de um milhão de pessoas. Cf. LOVE, 1971. p. 77.



desencadeada pelo enfrentamento de duas concepções políticas<sup>265</sup>. De um lado, estava o federalismo de Gaspar Silveira Martins, com uma proposta de república parlamentar que seria a antecessora política do pensamento libertador; de outro, estava o programa de Júlio de Castilhos<sup>266</sup>, inspirado no positivismo, que pregava a instauração de uma república autoritária, centralizada na pessoa de um presidente. Essa república de feição autoritária deveria ser o instrumento por meio do qual ocorreria a modernização impositiva da sociedade, vista como incapaz de se articular por iniciativa das bases, de se auto-regular e, conseqüentemente, de estabelecer um projeto de Estado e um plano de desenvolvimento para este.

Borges de Medeiros, Pinheiro Machado e Assis Brasil<sup>267</sup> foram os personagens mais importantes da vida do Estado do Rio Grande do Sul nas três décadas posteriores ao desfecho da Revolução de 1893. Com a vitória do PRR em 1895 – agremiação que manteve sua hegemonia na política rio-grandense até a Revolução de 1930<sup>268</sup> –, implantou-se um governo autoritário, de partido único. Pode-se dizer que, durante toda a República Velha, a própria estrutura do PRR, habilmente dirigida pelo seu presidente, controlou toda a administração do Estado. O regime então vigente possuía fortes características seculares e anticlericais. A separação entre a Igreja e o Estado, que era um princípio da filosofia positivista, foi posta em prática, e a participação da Igreja em qualquer atividade política, francamente desencorajada.

---

265 A obra destaca que, no final do reinado de Pedro II, o Partido Liberal do Rio Grande do Sul se conservava arregimentado e forte. “O enlace idílico dos republicanos com os remanescentes dos partidos monárquicos, não se reproduzia, todavia, em nosso Estado, pelo menos com os sequazes da principal grei política - o Partido Liberal, de Gaspar Silveira Martins”. Cf. FRANCO, 1967, p. 194-198.

266 A articulação político-partidária entre os clubes republicanos e a ascensão da liderança de Castilhos viabilizaram a constituição de uma contra-elite na busca de poder político. A chefia de Castilhos impunha-se naturalmente e os republicanos evolucionistas de Comte começavam a pensar na via revolucionária. O PRR, que sempre divulgava não possuir chefes, cioso de um regime de direção coletiva, anualmente renovado, tendia já, no último ano da Monarquia, a um tácito reconhecimento da liderança pessoal de Júlio de Castilhos.

267 Em janeiro de 1946, iniciaram-se os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Já no mês seguinte, houve uma sessão especial com o propósito de homenagear os membros da Primeira Assembléia Constituinte da República (os que elaboraram a Constituição de 1891). Dentre os oradores que falaram naquela solenidade, estava Raul Pilla, estreava, então, no Palácio Tiradentes e o fez evocando a figura de Assis Brasil, “um republicano”, “democrata” e autor de dois livros (*Democracia representativa* e *Do governo presidencial na República Brasileira*), os quais descreviam, de forma crítica, a natureza da função presidencial e aconselhavam o Ministério, como órgão coletivo, a comparecer perante o Parlamento. Raul Pilla concluiu o discurso classificando a figura de Assis Brasil como “um doutrinador, um político militante, um homem público”. Cf. FRANCO, 1967, p. 56-58.

268 A bibliografia sobre o movimento de 1930 é extensa. As linhas básicas que vêm sendo trabalhadas por vários historiadores são as seguintes: o caráter elitista da revolução, limitada a uma organização institucional entre diferentes setores das classes dominantes; a aceleração da crise institucional devido ao caráter crítico das relações econômicas externas do país; a multiplicidade de determinações imediatas, visto que o processo revolucionário se imbricava com a crise sucessória; o movimento tenentista como uma “cunha” no sistema político oligárquico, forçando sua modernização, pelo menos sob a forma de uma abertura parcial. Ver SOUZA, 1969.

No Rio Grande do Sul, entre 1893 e 1930, ocorreu o fortalecimento do mandonismo local, embora os governos municipais estivessem subordinados à esfera do poder estadual e, portanto, atrelados ao poder do PRR<sup>269</sup>. O sistema eleitoral, por sua vez, baseava-se no emprego indisfarçado e constante da fraude, na utilização do voto aberto e numa espécie particular de “degola”, ou seja, a não diplomação, por parte da Mesa da Assembléia - controlada pelo PRR -, dos deputados opositores eleitos. O controle da máquina eleitoral pelo PRR, iniciado por Júlio de Castilhos - que continuou a exercê-lo após o término de seu mandato como Presidente do Estado -, sobreviveu à morte desse líder, aos quarenta e três anos de idade, em 1903.

Borges de Medeiros, que em 1898 havia sido eleito para o segundo mandato do PRR na Presidência do estado, herdou a liderança política de Castilhos. Já em 1907, Borges decidiria seguir o exemplo de Júlio de Castilhos, deixando de concorrer à reeleição e dedicando-se à tarefa de presidir o PRR, enquanto Carlos Barbosa Gonçalves<sup>270</sup>, seu leal correligionário, incumbia-se da direção da administração estadual. Pela primeira vez, porém, talvez em virtude da ausência da figura carismática de Castilhos, surgiu um movimento de dissidência dentro do PRR, liderado por Francisco Abbott, chefe da agremiação em São Gabriel. Tal movimento, desde logo, contou com o apoio de Assis Brasil, republicano histórico que acabava de retornar ao Sul, depois de haver permanecido, por muitos anos, em outros países (Portugal, Estados Unidos e Argentina) onde exercera atividades ligadas a sua carreira diplomática. Cristalizou-se, assim, uma oposição entre Borges de Medeiros e Assis Brasil. Ainda que ambos fossem republicanos, eram profundamente diferentes tanto em

---

269 Com a entrada do Brasil na Primeira Guerra, a política gaúcha tendeu a retrair-se sobre si mesma. O Rio Grande do Sul não passou por tantas dificuldades, já que, ao contrário de São Paulo, os principais produtos rio-grandenses estavam voltados para o mercado interno. Houve, inclusive, pontos positivos da situação de bloqueio causada pelo conflito, tais como o aumento do consumo de charque, que estava sendo substituído, no Brasil inteiro, pelo bacalhau estrangeiro, mais barato, e um início de industrialização, utilizando a mão-de-obra semi-especializada da zona de colonização alemã e italiana. Enquanto nos demais Estados do Brasil a questão operária era considerada “um caso de polícia”, o governo gaúcho, diante de uma greve geral por melhores salários, deflagrada pela Federação Operária do Rio Grande do Sul, atendeu às reivindicações dos grevistas.

270 Carlos Barbosa, um dos médicos atuantes na formação do PRR, disputou a eleição com um candidato que concorreu na oposição como dissidente republicano, Fernando Abbott, que também era médico e um dos propagandistas de relevo das primeiras horas do PRR, tendo assumido o cargo de governador, em 1891, quando dirigiu a eleição para a Constituinte estadual. Abbott era chefe do PRR de São Gabriel, tendo-se afastado do partido para entrar na disputa. Abbott recebera apoio de Assis Brasil e dos federalistas, mas o PRR novamente venceu majoritariamente. Depois desse pleito, Assis Brasil fundou, em 1908, o Partido Republicano Democrático com o apoio de Abbott. Cf. LOVE, 1971, p.192.

suas formulações políticas como em seus estilos de vida<sup>271</sup>. Tal polarização, que parecia reproduzir a disputa ocorrida anteriormente entre Júlio de Castilhos e Silveira Martins, marcaria essa fase da vida política do Rio Grande do Sul.

Em razão da desarticulação das oposições, o PRR conservava sua hegemonia. Dois grupos de oposição haviam-se formado e eram liderados por Assis Brasil: os antigos federalistas, derrotados em 1895, e os dissidentes republicanos, que fundaram o Partido Republicano Democrático em 1908. Essas eram as forças políticas de oposição a Borges de Medeiros - inicialmente desarticuladas e desconfiadas uma da outra, em virtude de suas posições antagônicas, e depois insurrecionais. Tal era o cenário ao qual iria engajar-se politicamente Raul Pilla, o líder do Partido Libertador<sup>272</sup>.

Raul Pilla estudou, em sua cidade natal, no Ginásio do Rio Grande do Sul, escola que mais tarde passou a chamar-se Júlio de Castilhos. Em 1909, então com 17 anos de idade, já revelava grande interesse pela política, tendo assumido a secretaria do diretório central do Partido Federalista, popularmente conhecido como partido dos maragatos. Importa destacar que Raul Pilla foi, sobretudo, um líder político formado na oposição ao castilhismo. Em sua opinião, “a atividade mais adequada” para um professor era sempre a política. Convencido, desde a adolescência, de que a vida pública no Brasil não andava de forma satisfatória e de que a causa desse malogro era o sistema de governo instituído pela República - o “malfadado sistema presidencial” -, foi levado a engajar-se no Partido Federalista (PF) do Rio Grande do Sul. Esse partido, logo nos primeiros anos do novo regime, desfraldara a bandeira da república parlamentar e federalista - pela qual lutara em “sangrenta e heróica” luta durante três anos -, difundindo-a,

---

271 Borges de Medeiros, formado em Direito, era, porém, um homem da campanha, que iniciara a sua carreira política como chefe de polícia de Castilhos, sempre como uma peça do “aparelho” do PRR. Era, sem sombra de dúvida, o representante da facção de fronteira que apoiara os republicanos em 1893, defensor ardoroso da opção positivista em termos de projeto político, “um homem sem imaginação e sem cor”. Já, Joaquim Francisco de Assis Brasil, cunhado de Castilhos, era alguém de estofamento completamente diverso. Republicano de primeira hora, fora deputado à Assembléia Provincial já em 1884, dois anos após sua formatura na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, em São Paulo, onde teve grande atuação política, fundando o Clube Acadêmico Republicano. Assis Brasil, em 1891, já havia rompido com o poderoso parente, tendo participado do chamado “governicho”. Permaneceu no poder durante pouco tempo e, com a volta dos castilhistas ao Governo do Estado, afastou-se da política, optando por sua integração ao corpo diplomático. Era, pois, alguém com pouca relação com o sangrento universo da guerra civil, das degolas e do autoritarismo castilhista. Estava muito mais à vontade num salão inglês do que nas lides políticas, vividas num clima agitado, como era o ambiente gaúcho do início do século XX. Todavia, como Raul Pilla faria vinte anos depois, Assis Brasil também considerou que era importante deixar a sua confortável posição de espectador para envolver-se na dura política local, em oposição à máquina borgista. Cf. LOVE, 1971, p.192.

272 A denominação de Partido Libertador, em 1896, depois da luta fratricida do triênio de 1893-1895, fora lembrada para substituir a de Partido Federalista. Cf. OSÓRIO, 1930. p. 226.

inclusive, no estado do Paraná.

Conforme suas próprias declarações, o que conduziu Raul Pilla da esfera do pensamento à da ação política foi a necessidade, “fortemente sentida, no íntimo” da sua consciência, de defender e propagar certos princípios, tais como o parlamentarismo, o voto secreto, a “unidade do direito” e a reforma social, que considerava “essenciais ao bom governo da República”<sup>273</sup>. Ele também afirmaria, ao lembrar o passado, que se aproximara do partido influenciado pelas idéias de Apeles Porto Alegre, seu professor de História da Civilização no ginásio, que era adepto do parlamentarismo, uma das principais propostas dos federalistas. Foi estudando, com esse professor, a origem e o desenvolvimento da democracia moderna na Inglaterra que Raul Pilla adquiriu o hábito da leitura de livros e formou a convicção de que o sistema parlamentar seria a mais perfeita forma de democracia representativa<sup>274</sup> e, por isso mesmo, a mais fácil de praticar. Somava-se a essa influência aquela exercida pelo exemplo de Gaspar Silveira Martins, figura que representava para o jovem a persistência na busca de um ideal, a fidelidade aos princípios e, sobretudo, o civismo e a preservação da tradição.

Após concluir o curso secundário, Pilla ingressou na antiga Faculdade de Medicina de Porto Alegre<sup>275</sup>, tendo concluído o curso em 1915, quando defendeu sua tese de doutoramento - *O som no tratamento da surdez* -, que foi aprovada com distinção. Especializou-se em Fisiologia e publicou vários trabalhos relacionados à área médica, alguns dos quais se tornaram mais conhecidos: *Da correlação das funções* (1925), *Funções da linguagem* (1926), *Concepções fisiológicas da medicina* (1938) e *Linguagem médica* (1942). Em 1917, exerceu a

---

273 Cf. Anais, 23 maio, 1946. p. 12.

274 Analisando-se as obras de Raul Pilla, seus textos autobiográficos e os seus pronunciamentos que constam dos *Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1946*, se é levado a relacioná-los aos argumentos utilizados por Joaquim Francisco de Assis Brasil, no que se refere aos conceitos de liberdade política e democracia representativa. No argumento de Assis Brasil, o conceito de liberdade política tem precedência lógica e axiológica sobre o conceito de democracia representativa. Colocado diante da distinção, construída por Benjamin Constant, entre a liberdade dos modernos - ou liberdade negativa, segundo Isaiah Berlin - que consiste na ausência de restrição externa à decisão e ao comportamento individual e na existência de uma zona de autonomia e transcendência dos indivíduos, enquanto cidadãos, nas decisões da comunidade política às quais se submetem enquanto súditos, Assis Brasil optou, conclui o professor Tavares (1998, p. VIII-X), por uma singular combinação entre o conceito clássico, aristotélico, e o conceito moderno, kantiano, de liberdade constitucional. Assim, a democracia moderna, na visão de Assis Brasil, é essencial e necessariamente representativa, mas - precisamente por esse motivo - só o sufrágio universal regular, periódico, pluralista e competitivo, é capaz de legitimá-la e de torná-la efetiva e eficaz.

275 A Faculdade de Medicina originou-se da fusão de duas outras “escolas”: a de Farmácia, fundada em 1895, e o Curso de Partos, instalado em 1897, ambos funcionando na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. A Escola de Farmácia foi preocupação da União Farmacêutica, surgida em 1894, organizada por um grupo de farmacêuticos, proprietários de farmácias e drogarias de Porto Alegre. O Curso de Partos foi fundado por Protásio Alves, Deoclécio Pereira e Sebastião Leão, visando a qualificar parteiras para atuar no Estado. Ver Cf. FRANCO; RAMOS., 1943, p. 106 ;WEBER, 1999, p.101-114.

função de ajudante-preparador na cadeira de Patologia Geral da Faculdade de Medicina<sup>276</sup> onde se formara, atuando, posteriormente, como preparador de Fisiologia - vaga obtida por meio de concurso – e passando, a seguir, a ocupar o cargo de professor interino. Em 1924, foi aprovado no concurso público para livre-docente na mesma cadeira e, em 1926, conquistou a cátedra titular de Fisiologia, atingindo a condição de “Mestre”.

Assim, o seu afastamento temporário da vida universitária, em 1926, deu-se no auge de sua carreira acadêmica. A partir dessa data, sua dedicação às atividades políticas foi redobrada, o que o levaria a despontar, em pouco tempo, como o mais importante líder dos federalistas gaúchos. Todavia, mesmo licenciado, nunca se distanciou completamente da velha Faculdade de Medicina. Na medida do possível, procurava freqüentar o laboratório de fisiologia, onde iniciara seu trabalho, desenvolvera boa parte de sua pesquisa médica e executara seus projetos próprios, contribuindo para a criação do Instituto de Fisiologia Experimental da atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Em 1922, por ocasião da campanha eleitoral para a presidência do Rio Grande do Sul, Raul Pilla fez sua primeira aparição pública. Ele foi escolhido como redator do “apelo” publicado no dia 19 de outubro desse ano, no jornal *Correio do Povo*, fato que lhe conferiu maior destaque no cenário político da época. O manifesto, redigido e assinado por ele, foi subscrito por uma centena de personalidades políticas gaúchas, dentre as quais Fernando Abbott, Armando Tavares, Joaquim Tibúrcio, Walter Jobim, Joaquim Alves Ramos, Andrade Neves Neto, Alves Valença. O propósito do referido manifesto era convidar, publicamente, Joaquim Francisco de Assis Brasil para ser o candidato das oposições<sup>277</sup>. O “apelo” surtiu o efeito desejado, e Assis Brasil tornou-se o

---

276 A equiparação da Faculdade de Medicina de Porto Alegre com as demais existente no Brasil foi concedida pelo Governo Federal, em 1900, após a uniformização dos programas de ensino com os da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Um delegado fiscal era encarregado de inspecionar e prestar as informações necessárias sobre os programas de ensino e o modo como eram executados. Era um cargo preenchido pelo governo estadual e muito importante para a sociedade porto-alegrense, respaldado pelo governo e pela elite política. Os médicos que exerciam cátedra na Faculdade também eram respeitados e bem considerados pela imprensa e pelos demais membros daquela sociedade. Cf. WEBER, 1999, p.101-114; *Gazeta do Commercio*, Porto Alegre, 8 abr., 7 jun. 1902, 4 jun. 1903. *Folha do Sul*, Porto Alegre, 17 set. 1910. *O Diário*, Porto Alegre, 11 jul.1911. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 9 mai. 1925. Ver, também, FRANCO; RAMOS, 1943, p.105-107.

277 Com o fim da Primeira Guerra, em 1918, a vida política do Estado do Rio Grande do Sul volta a agitar-se novamente, como resultado de cisões no PRR, surgidas quando interesses locais não recebiam a acolhida de Borges de Medeiros. Para as eleições de 1922, porém, a situação tornava-se bastante mais complicada para o oficialismo, já que Borges de Medeiros se preparava para disputar, pela quinta vez, o governo do Estado (seria a sua quarta reeleição). Embora a Constituição Estadual permitisse a reeleição do Presidente do Estado, incluía a restrição de que este mandatário, para reeleger-se, deveria merecer o sufrágio de três

representante de uma coalizão, a Aliança Libertadora, que reuniu os federalistas e uma ala republicana dissidente.

A campanha teve início faltando pouco mais de um mês para o pleito e, no dia 25 de novembro de 1922, foi proclamado vencedor o candidato republicano. O Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) conseguira reconduzir ao cargo, para um quinto mandato, seu líder máximo, Antônio Augusto Borges de Medeiros, numa das eleições mais contestadas, por denúncias de fraude, de que se tem notícia na história do Rio Grande do Sul. A oposição, contudo, não se resignou com a derrota, tentando obter, por meio da interferência do Presidente da República, Artur Bernardes, a anulação das eleições. Como a intervenção federal não ocorreu, foi deflagrada no Sul a luta armada, conhecida como Revolução de 1923, da qual Raul Pilla participou desde os primeiros momentos. Ele se sobressaía novamente, denunciando a fraude e somando-se aos rebeldes não somente com o objetivo de derrubar Borges, mas também de destruir a máquina eleitoral do PRR. Para isso, reivindicava a revogação da Constituição Estadual de 1891, que consubstanciava o pensamento positivista e autoritário.

Os rebeldes eram vistos pelo PRR como “bandidos” e “parlamentaristas”. A defesa do parlamentarismo, embora fosse parte do programa do Partido Federalista, que seguia a orientação de Silveira Martins, não era compartilhada por todos os militantes da Aliança Libertadora, já que dela também faziam parte presidencialistas, como o próprio Assis Brasil. Passados dez meses de combates, foram feitas gestões de paz, nas quais atuou como mediador o Ministro da Guerra, general Setembrino de Carvalho. O Tratado de paz foi assinado em Pedras Altas, no castelo de Assis Brasil, a 14 de dezembro de 1923. O Tratado era bastante favorável à oposição, uma vez que proibia as reeleições; disciplinava a aplicação da legislação eleitoral nos pleitos locais; garantia a representação das minorias tanto na Assembléia Estadual quanto e na bancada gaúcha da Câmara dos Deputados e, finalmente, concedia plena anistia aos rebeldes. Desse modo, Borges não saiu do governo, mas a oposição derrubou os dispositivos que o sustentavam.

Na ocasião, Raul Pilla já era visto como o mais importante líder da

---

quartas partes do eleitorado. A tentativa de reeleição gerou oposição, porquanto, Borges de Medeiros, depois de 20 anos de governo, “estava desgastado em seu prestígio, não somente perante a sociedade rio-grandense, de modo geral, como mesmo junto a fortes correntes internas do PRR”. Cf. MEM DE SÁ, 1973, p.48.

oposição<sup>278</sup>. Em março de 1928, ele e Assis Brasil, representando a direção provisória da Aliança Libertadora, convocaram um congresso da agremiação em Bagé (RS), que resultou na fundação do Partido Libertador (PL)<sup>279</sup>. Durante as discussões, federalistas e republicanos dissidentes encontraram muitas dificuldades para chegar a um consenso quando o assunto em pauta era o sistema de governo que o programa do novo partido deveria contemplar. As polêmicas em torno desse ponto refletiam as divergências entre parlamentaristas e presidencialistas que formavam a coalizão. Para superá-las, foi necessário criar uma fórmula que unificasse os dois grupos de oposição. Por fim, Assis Brasil e Raul Pilla conseguiram chegar a um acordo, sem que este tivesse de renunciar ao ponto fundamental da doutrina que defendia.

A fim de viabilizar o consenso, os republicanos dissidentes aceitaram o princípio das eleições indiretas dos presidentes da República e dos Estados, além da idéia de um “governo coletivo”, em que as principais decisões políticas seriam tomadas nas reuniões do gabinete, chefiado pelo presidente. Em contrapartida, os federalistas abriram mão de alguns itens de seu programa - como a possibilidade de destituir o gabinete, toda a vez que houvesse a retirada do “voto de confiança” por parte dos parlamentares, e de dissolver a Assembléia, com a conseqüente convocação de novas eleições, por iniciativa do gabinete.

Nesse congresso, foi enfatizada a crença na democracia partidária e - contanto que fosse assegurado o seu livre curso - no poder de convencimento por meio das idéias. O programa do partido registraria, logo, os dois princípios aceitos por Assis Brasil: eleições indiretas e governo coletivo. Os demais não constariam do programa, mas haveria neste uma ressalva, expressa e peremptória, de que tais questões ficariam em aberto, de modo que os antigos federalistas - parlamentaristas - teriam o direito de continuar propugnando pelas normas cardeais de seu ideário político, mesmo dentro do PL. Ficava, também, garantida a possibilidade de os federalistas - caso conseguissem obter maioria no

---

278 Cf. MEM DE SÁ, 1971, p. 68.

279 Paulo Brossard lembra que em 1927, mesmo estando no Uruguai, Assis Brasil foi eleito deputado federal. Viajou de Montevideú para tomar posse no Rio de Janeiro, em 26 de maio de 1927. Em 1928, ocorre a fundação do Partido Libertador, a eleição de Getúlio Vargas e o fim do governo Borges. Em 1929, foi a vez da Aliança Liberal, para a qual o voto do Assis Brasil fora decisivo. Depois Assis Brasil transformou-se em Ministro da Agricultura, nomeado por Getúlio Vargas em 03.11.1930, empossado em 19.11.1930. Assis Brasil não apoiou a revolução de 1932. Mas ele vivenciou toda a dramaticidade dos acontecimentos. Há fotografias dele como embaixador com Raul Pilla, Anacleto Firpo e Batista Luzardo, em Buenos Aires. Cf. VALLS, 2004, p. 27.

Congresso da agremiação - virem a propor a reforma do programa partidário e a inscrição do parlamentarismo entre os tópicos programáticos do PL<sup>280</sup>. Essa fórmula permitiu a fundação do Partido Libertador e, durante o Congresso, foram eleitos, respectivamente, como presidente e vice-presidente da sigla, Assis Brasil e Raul Pilla.

Após esse encontro, Assis Brasil passou a representar o PL no Partido Democrático Nacional, agremiação oposicionista de âmbito federal da qual era presidente<sup>281</sup>. Pilla, por sua vez, tornou-se o líder máximo dos libertadores no Estado mais meridional do País. Depois de 1928, alcançou uma posição de maior destaque, competindo-lhe a liderança efetiva do PL no Sul, na medida em que Assis Brasil estava, desde cedo, envolvido com a fundação do Partido Democrático Nacional, que congregava políticos de oposição em vários Estados, inclusive em São Paulo. Sendo o Partido Democrático Nacional – tal como o Partido Republicano - uma federação de organismos regionais, o PL constituía a sua ala do extremo Sul do Brasil.

Com a eleição, em 1928, do republicano Getúlio Vargas para a presidência do Rio Grande do Sul, o PL deixou de fazer oposição sistemática ao PRR. No cenário político nacional, ganhava relevo o processo de cisão entre os estados de Minas Gerais e de São Paulo diante da aproximação das eleições presidenciais para o período 1930-1934. Rompendo um dos acordos tácitos fundamentais da política nacional, até então em vigor – o qual estabelecia que o próximo presidente da República deveria ser mineiro -, Washington Luís, identificado com os interesses paulistas (economia cafeicultora), impôs, para a sua sucessão, a candidatura de Júlio Prestes, presidente do Estado de São Paulo. Sentindo-se preteridas em razão da imposição do Catete, as forças políticas mineiras, lideradas pelo presidente do Estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada,

---

280 O programa do PL de 1945 permaneceu tão ambivalente, no que se refere ao parlamentarismo, como o de 1928, por ocasião da fundação do partido. Somente no Congresso do Partido Libertador de 1947 é que a tese parlamentarista é aceita pela maioria dos delegados libertadores. A partir de então o parlamentarismo seria introduzido formalmente no programa do novo PL.

281 Assis Brasil ao substituir a noção de partidos de interesse pela de partidos de opinião assume a concepção de Edmund Burke (*Textos políticos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1942.) de que o partido político é uma organização de pessoas associadas entre si não por interesses particulares comuns, mas por uma concepção em comum, acerca do interesse público, para cuja realização buscam ocupar o governo. Se no liberalismo brasileiro concebido e praticado no Império dominava a idéia privatista, Assis Brasil, por seu turno, sustentava que o âmbito no qual se trava a competição política, essencialmente protagonizada pelos partidos, é a esfera pública, e que, portanto, a matéria disputada pelos partidos não são os interesses particulares, ainda que coletivos, em que se divide a sociedade, mas definições diferentes e alternativas acerca do interesse público e, em particular, de quais os bens que devem ser providos pelo método público, consubstanciadas em concepções e programas concretos de governo. Cf. TAVARES, 1998, p.XV.



procuraram fortalecer a oposição, aproximando-se dos gaúchos. Em junho de 1929, os deputados federais João Neves da Fontoura, do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), Francisco Campos e José Bonifácio de Andrada, ambos do Partido Republicano Mineiro (PRM), firmaram um pacto eleitoral, do qual resultou a formação da Aliança Liberal. Logo essa aliança recebeu a adesão do presidente da Paraíba, João Pessoa, das oposições estaduais e dos “tenentes”, jovens oficiais que, durante a década de 1920, haviam tentado tomar o poder por métodos insurrecionais.

Em julho, a comissão executiva do PRM, em nome da Aliança Liberal, lançou a candidatura de Getúlio Vargas e de João Pessoa, respectivamente, à presidência e à vice-presidência da República. A indicação de Vargas estimulou, no Rio Grande do Sul, a construção de uma aliança entre libertadores e republicanos, proposta defendida dentro do PL por Assis Brasil e Raul Pilla. Em agosto, realizou-se, em Bagé, uma reunião do diretório central do PL, para discutir o apoio da agremiação à Aliança Liberal (GetúlioVargas/João Pessoa). Vargas enviou um emissário ao encontro, solicitando esse apoio em troca da adoção, por parte de sua candidatura, de algumas teses dos libertadores, tais como: a anistia ampla; a representação do voto, definida no programa partidário como a exigência de um processo de alistamento eleitoral, pelo qual se tornavam automaticamente aptos para votar todos os cidadãos habilitados que atingissem a maioria cívica; a instituição do voto secreto; a apuração escrupulosa dos votos e a representação proporcional.

Ainda no mês de agosto, o PL e o PRR se uniram na Frente Única Gaúcha (FUG)<sup>282</sup>, com o objetivo de garantir a eleição de um gaúcho para a presidência da República. No entanto, mesmo depois de decidida a posição que o PL assumiria na sucessão presidencial, alguns de seus membros tendiam a apoiar Júlio Prestes. Com o intuito de combater essa tendência, Raul Pilla escreveu, em setembro de 1929, um artigo, caracterizando a candidatura paulista como “reacionária” e incompatível com a doutrina federalista.

A derrota da Aliança Liberal nas eleições de 1 de março de 1930 provocou diferentes reações nos vários setores oposicionistas. Representantes do PL

---

282 Raul Pilla, encontrando-se com Osvaldo Aranha no Rio, em fevereiro de 1931, declara à imprensa: “O Partido Libertador teve o propósito, com esta aliança com seus adversários da véspera, ou elevar-se à altura dos grandes destinos da Pátria concentrando uma campanha para moralização política da administração do país”. Cf. *Diário de Notícias*, 26 fev. 1931, p.1.

procuraram articular com lideranças mais radicais do PRR, como Osvaldo Aranha e João Neves da Fontoura, uma ação conjunta na Câmara Federal, visando à reabilitação da FUG, bem como o apoio à uma sublevação armada. O conjunto do PRR, no entanto, estava propenso a aceitar a derrota como fato consumado, seguindo a orientação de Borges de Medeiros, que proclamava haver acatado os resultados eleitorais. Mesmo assim, entre abril e junho de 1930, gaúchos, mineiros e paraibanos organizaram o levante armado<sup>283</sup>. Em junho, porém, surgiu a informação de que Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente de Minas Gerais, não se engajara no movimento revolucionário, aceitando apenas o combate circunscrito ao âmbito eleitoral e à esfera dos procedimentos legais.

Nesse período, tiveram início várias divergências entre os líderes revolucionários e libertadores. Em agosto, Raul Pilla escreveu a Osvaldo Aranha, protestando contra aquilo que considerava a exclusão sistemática do PL das deliberações acerca dos rumos da revolução. Acusava os chefes revolucionários de absorver os elementos mais ativos do PL, atribuindo-lhes a execução de tarefas, sem, no entanto, integrá-los à direção do movimento. Em resposta, Osvaldo Aranha negou os princípios que embasavam as acusações e afirmou que a colaboração dos partidos se tornaria efetiva logo que a revolução tivesse um desfecho<sup>284</sup>.

O diretório central do PL, antes mesmo que se consumasse a vitória da

---

283 Um dos problemas políticos, referindo-se às Legiões Revolucionárias, foi o da sua aceitação como força organizatória dos setores que participaram da revolução de outubro. O movimento teve - rápida estruturação em São Paulo (devido à presença dos tenentes), em Minas e no Rio Grande do Sul -, desde o início, algumas resistências. O interventor Flores da Cunha declarou que apoiara a Legião Revolucionária se ela fosse "uma milícia cívica destinada a defender, fiscalizar e executar os princípios da Revolução, se, porém, a Legião fundar-se para pulverizar, extinguir ou absorver os partidos está contra ela" (Cf. *Diário de Notícias*, 5 mar. 1931, p.4). Posição similar seria tomado pela direção do Partido Libertador. Raul Pilla, referindo-se às Legiões considera que o PL é contra qualquer organização política militarizada. Segundo ele, no Rio Grande do Sul não havia ambiente para a criação da legião porque existiam dois partidos tradicionais com programas definidos; além disso, o líder libertador considerava desnecessária a existência de semelhante organização. Desse modo, percebe-se que o sistema partidário regional, com longa vitalidade, oferecia opções e soluções em termos de programa e de mobilização política que descartava qualquer outro tipo de articulação partidária, inclusive por ausência de espaço político. Em outros estados, mesmo em Minas e São Paulo, a legião serviria para articular grupos revolucionários (principalmente tenentes) que não encontravam espaço para suas propostas dentro dos quadros partidários das oligarquias tradicionais (o fato, por exemplo, de o PL ter adotado em seu programa a divisa tenentista "Representações e Justiça" reforça o argumento). Além disso, Raul Pilla, por saber que as principais lideranças da legião (exceção feita a Osvaldo Aranha) não se encontravam no Rio Grande do Sul, posicionava-se contrário as mesmas. Cf. TRINDADE, 1979, p. 173-175.

284 Osvaldo Aranha atribuía uma dimensão mais "messiânica" ao grupo rio-grandense: "O Rio Grande do Sul assumiu compromisso de honra com a nação que vale mais que qualquer interesse partidário ou regional e qualquer mal sofrido nas facções políticas rio-grandenses nada vale diante do mal imenso que sofreria o Brasil, com a quebra dos elos que as vincularam para uma transcendente missão histórica. O governo provisório só poderá levar avante sua obra com o Rio Grande do Sul unido e se tal união cessasse, e ele faltasse a seu compromisso, incorreria ao repúdio do Brasil inteiro". Cf. *Diário de Notícias*, 28 fev. 1931, p.1.

insurreição – logo após deflagrado o movimento revolucionário no dia 3 de outubro -, reuniu-se para definir as medidas a serem colocadas em prática após a derrubada de Washington Luís. Raul Pilla defendeu a formação de uma junta militar que convocasse eleições para a Assembléia Constituinte num prazo de três a quatro meses. Assis Brasil, por outro lado, manifestou-se favoravelmente à entrega do poder a Vargas, na condição de chefe de um governo provisório. Realizada a votação no diretório central do PL, Raul Pilla foi derrotado. Embora se tivesse empenhado, sem sucesso, no sentido de que a presidência não fosse entregue a Vargas, por se tratar de situação excepcional e não de eleição regular, quando este assumiu o poder – após a vitória do movimento revolucionário -, Raul Pilla prestou seu apoio a ele. Cabe salientar que o líder libertador não confiava em Vargas, não apenas em virtude de seu passado ligado ao PRR, mas também porque intuía que ele só sairia do poder à força.

No poder, Getúlio Vargas designou alguns integrantes do PL para cargos no governo do estado e na nova administração federal: Francisco Antunes Maciel Júnior foi indicado para a Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul e Ptolomeu Assis Brasil ocupou a Interventoria Federal em Santa Catarina. Além disso, foi nomeado para o Ministério da Agricultura Joaquim Francisco de Assis Brasil, que à época exercia a presidência do PL no Rio Grande do Sul, função esta que passou a ser desempenhada por Raul Pilla<sup>285</sup>. Em janeiro de 1931, esse líder libertador, então presidente de seu partido, escreveu a Getúlio Vargas, advertindo-o para a necessidade de que a administração de José Antônio Flores da Cunha, interventor no governo do Estado do Rio Grande do Sul, viesse a

---

285 A liderança de Raul Pilla firmou-se a partir do Congresso do PL, iniciado em 16 de abril de 1931, em Porto Alegre. No evento foram discutidas as questões das diretrizes do partido, assim como a eleição do novo diretório. Pilla, em seu discurso na abertura do encontro, reportou-se ao Primeiro Congresso de Bagé, que fora histórico porque congregou as oposições e deu início a um período de paz interna, que permitiu que o Rio Grande do Sul se apresentasse homogêneo e coeso para a luta nacional. Prosseguindo, o líder libertador abordou o momento nacional: “Até agora, pois, não parece que tenhamos desconhecido a magnitude de nosso papel. Podemos sempre, nesta longa e dura campanha, vencer as nossas mais justificadas resistências e sacrificar os nossos mais legítimos interesses, quando estava em causa a questão maior que era a redenção da nacionalidade. A Frente Única, tão justamente exaltada, foi para nós um sacrifício perene, uma renúncia continuada. Seláramos, porém, um compromisso de honra para com o país e haveremos de cumprí-lo. Enganam-se todavia os que imaginavam esteja finda a nossa missão”. A seguir, Pilla iniciou uma crítica velada ao governo: “Fez-se a revolução, mas iniciada apenas vai a obra revolucionária. E, mais do que isso, ela como que hesita muitas vezes e arrisca transviar-se. A nós que nada queremos da revolução senão a liberdade e a justiça, porque são as únicas coisas que os verdadeiros revolucionários têm o direito e o dever de exigir para si mesmos, compete-nos assisti-la. Não poderemos abandoná-la sem motivos gravíssimos e irremovíveis, sob pena de incorrer em crime de alta traição. Mas apoiar lealmente a revolução não é condescender com os seus erros, senão pelo contrário, apontá-los, não é ficar com os homens que a fizeram, senão com os princípios que a inspiraram”. Cf. *Diário de Notícias*. 16. abr. 1931, p.1.

adquirir um caráter menos conservador e contraditório com “os ideais que nos levaram à revolução”. Particularmente, dois aspectos o preocupavam: a manutenção das administrações municipais e a “falta de qualquer providência eficiente em relação à moralização da justiça”<sup>286</sup>.

Em âmbito nacional, o debate político centrava-se no processo de reconstitucionalização do País. Mais uma vez, as diferenças existentes entre os setores que haviam promovido a deposição de Washington Luís se evidenciavam na defesa de distintos projetos políticos por parte de tais segmentos. Os partidos políticos procuravam consolidar suas posições, ao passo que outros grupos, ligados aos “tenentes”, formavam as legiões revolucionárias para sustentar o governo de Vargas. O PL manifestou desconfiança em relação a essas iniciativas, expressando suas idéias publicamente, por intermédio do jornal *O Estado do Rio Grande*, órgão oficial de sua agremiação. Raul Pilla destacou-se na discussão acerca do assunto. Segundo declarou ao jornal *Diário de Notícias*, as legiões eram um perigo para a democracia no Rio Grande do Sul, uma vez que esta só poderia sustentar-se mediante a livre organização da opinião pública em partidos políticos. O líder libertador afirmava, também, que o PL, na condição de integrante do Partido Democrático Nacional (PDN), seria inteiramente favorável à formação de uma “união partidária nacional de caráter visceralmente liberal e democrático”, objetivando “a manutenção do programa revolucionário”. Seria “uma ilusão perniciosa” - continuava ele - “pensar que a reconstrução da República se [pudesse] basear sobre a organização de milícias mais ou menos fascistas”.

Em todo o País, acirrava-se a luta entre os adeptos da reconstitucionalização imediata e os “tenentes”, favoráveis ao centralismo e à continuidade do Governo Provisório como meio de garantir e aprofundar as reformas introduzidas pelo movimento de 1930. No Rio Grande do Sul, dominado por dois partidos que possuíam tradição histórica, os “tenentes” obtiveram pouco êxito. Sob a liderança de Raul Pilla, floresceu no estado o movimento

---

286 Pilla defende no Congresso do PL (16.04.1931) a constitucionalização, questão que iria afastar a Frente Única do Governo Provisório instalado em 1930. No âmbito da política geral, o PL definiu: 1) retorno ao regime constitucional e reforma eleitoral; 2) solução justa para o caso de São Paulo; 3) combate à ação comunista; 4) para dar mais autoridade ao governo, as principais resoluções deveriam ser tomadas em reuniões coletivas de Ministros; 5) pôr os governos estaduais sob a fiscalização direta do governo provisório. Além disso, na esfera estadual o partido propunha: 6) substituir os prefeitos incapazes administrativamente; 7) reformar a polícia e substituir os funcionários ineptos; 8) reparar as injustiças praticadas contra os libertadores nas eleições; 9) continuar a depuração da magistratura; 10) recomendação ao interventor que, antes de qualquer nomeação, ouvisse os libertadores a respeito de possíveis incompatibilidades. (Cf. *Diário de Notícias*, 16. abr. 1931, p.1).

constitucionalista. Em editoriais de *O Estado do Rio Grande*, Pilla defendia as posições do PL, acusando Vargas e Osvaldo Aranha de ligações com os “tenentes”.

Os líderes da FUG, Raul Pilla, Assis Brasil e Flores da Cunha, tinham como meta produzir um consenso em torno da idéia de elaborar uma constituição para o Brasil. Esse consenso foi obtido em abril de 1931, numa reunião que realizaram em Pelotas e durante a qual se reconheceu a necessidade da convocação de uma assembléia constituinte tão logo se processasse a reforma da Lei Eleitoral, confiada a Assis Brasil pelo Governo Provisório. O projeto de reforma propunha o alistamento automático dos eleitores, o voto secreto, a apuração minuciosa dos votos e a representação proporcional, além de defender o voto feminino.

Em maio de 1931, o PL aprovou uma moção exigindo o imediato retorno do País ao regime constitucional. As atenções estavam voltadas para o estado de São Paulo, que se tornara o centro da luta entre os “tenentes” e as correntes políticas já consolidadas, partidárias da reconstitucionalização. Em apoio à luta do Partido Democrático (PD) de São Paulo, em prol da reconstitucionalização e contra as forças do ex-interventor João Alberto Lins de Barros, Raul Pilla convocou novo congresso do PL, que veio a ocorrer em setembro do mesmo ano. Nesse encontro, foram aprovadas várias proposições defendidas por Pilla, referentes à política estadual e nacional, que ficaram conhecidas como o *Decálogo* do PL. A proposta central a ser feita ao Governo Provisório, por decisão do referido congresso, era o processo de reconstitucionalização do País, para o qual deveriam ser tomadas as providências políticas e jurídicas necessárias. Além disso, resolveu-se ampliar a área de atuação do PL, aproximando-o de agremiações de outros estados que defendessem pontos programáticos comuns.

Até meados de 1931, o PL e o PRR, embora defendendo a reconstitucionalização do País, não hostilizaram o governo central. Entretanto, em novembro desse ano, Raul Pilla, Borges de Medeiros e Flores da Cunha reuniram-se em Cachoeira do Sul, RS, iniciando um movimento de solidariedade aos paulistas do Partido Democrático<sup>287</sup>. Após a reunião, Flores da Cunha escreveu a Vargas informando-lhe das resoluções tomadas, que reiteravam as

---

287 A partir deste momento, acentuou-se, de um lado, uma crítica mais direta ao comando revolucionário, por parte de Neves, Borges e Pilla, e, por outro, o posicionamento de Flores da Cunha como intermediador entre este e Getúlio e Aranha. A vocação “pinheiro-machadista” de Flores, que se acentuaria muito mais no decorrer do processo, já se fazia sentir. Ver CORTÉS, 1974.

exigências do *Decálogo* do PL. Alguns dias depois, nova carta, essa assinada também por Raul Pilla e Borges de Medeiros, comunicava a Vargas que a FUG estava apreensiva diante dos acontecimentos em São Paulo, bem como das notícias a respeito de pressões que representantes gaúchos - particularmente, Lindolfo Collor, Ministro do Trabalho, Assis Brasil, Ministro da Agricultura, e João Batista Luzardo, chefe de polícia do Distrito Federal - estariam sofrendo no Rio de Janeiro, então Capital federal. A saída desses gaúchos de seus cargos acarretaria, segundo os termos da carta, o rompimento da FUG com o governo e a renúncia de Flores da Cunha à Interventoria no Rio Grande do Sul.

Em meados de maio de 1932, Raul Pilla, em nome da FUG, enviou uma correspondência a Vargas apontando alguns itens considerados imprescindíveis para o prosseguimento do diálogo com o governo: a manutenção de Pedro de Toledo - que era apoiado pela Frente Única Paulista - no governo de São Paulo, e a permanência dos generais Francisco Klingler e Francisco Ramos de Andrade Neves, respectivamente, no comando da Circunscrição Militar de Mato Grosso e à frente da 3ª Região Militar, sediada em Porto Alegre. Em razão das respostas evasivas de Getúlio Vargas a essas exigências e da radicalização dos constitucionalistas de São Paulo, Pilla, João Neves, Lindolfo Collor e Luzardo lançaram, no dia 15 de junho, um manifesto, reafirmando seus compromissos com os paulistas e indicando a saída revolucionária como a única capaz de garantir a preservação e a autonomia do governo daquele Estado. No Rio Grande do Sul, Raul Pilla e Borges de Medeiros consolidavam sua aliança, mas Flores da Cunha permanecia hesitante entre os compromissos firmados com a FUG e a lealdade ao governo federal. Incerto quanto ao apoio do interventor do Rio Grande do Sul, no dia 5 de julho, o líder libertador escreveu a Francisco Morato, líder paulista, pedindo um adiamento de dez a quinze dias para a deflagração de qualquer movimento armado. No entanto, os acontecimentos precipitaram-se em São Paulo, e o levante estourou quatro dias depois.

Nas fileiras do PL, ainda que houvesse uma forte tendência pró-revolucionária, liderada por Pilla, existia uma divisão. A maioria dos libertadores concordava com Assis Brasil, que considerava o derramamento de sangue desnecessário. Iniciados os combates, Raul Pilla, verificando que o interventor gaúcho não aderiria ao movimento, assinou, com Borges de Medeiros, uma carta em nome da FUG propondo aos paulistas o armistício. Estes, contudo, rejeitaram

a sugestão gaúcha. Flores da Cunha, solidário a Vargas, enviou tropas para combater os revolucionários paulistas. Tentando atrair a atenção das forças armadas gaúchas e, assim, diminuir a pressão sobre os paulistas, Pilla, Lindolfo Collor, Luzardo e Borges de Medeiros abandonaram Porto Alegre e passaram a promover levantes em diversas localidades, tais como Santa Maria, Vacaria, Soledade e Júlio de Castilhos.

Nessa ocasião, Pilla foi designado para viajar ao Uruguai em busca de armas e munição, pois os rebeldes não haviam conseguido reunir mais do que algumas centenas de homens que contavam com armamento escasso. O movimento gaúcho foi derrotado pelas forças legalistas em Cerro Alegre, no dia 20 de setembro, quando Borges de Medeiros foi preso. Por sua vez, Pilla, Lindolfo Collor, João Neves e Luzardo foram enviados para o exílio em Buenos Aires, de onde divulgaram um manifesto, acusando Flores da Cunha de traição e responsabilizando-o pelo fracasso da revolução, consumada com o armistício assinado em São Paulo, no dia 2 daquele mês. Em virtude de sua participação no episódio revolucionário, Raul Pilla perdeu a cátedra na Faculdade de Medicina, vindo a recuperá-la somente após a decretação da anistia, em 1934, data em que retornou do exílio.

No ano de 1933, efetivou-se no Brasil o processo de reconstitucionalização. Rompido com a FUG, Flores da Cunha fundara, em novembro de 1932, o Partido Republicano Liberal (PRL), integrado por ex-militantes do PL e do PRR<sup>288</sup>. A FUG, por sua vez, emergira do conflito reforçada pela consolidação dos laços entre libertadores e republicanos, embora obrigada a investir num trabalho de reorganização sem o concurso dos seus principais líderes, que estavam no exílio. Em abril de 1933, o PL realizou um congresso em Rivera, Uruguai<sup>289</sup>, para estabelecer o programa a ser defendido na futura

---

288 Da desarticulação da Frente Única (depois do exílio de Borges e Pilla) surgiu a idéia de formar uma nova agremiação política, que abrigasse a todos os discordantes dos líderes exilados e das atitudes tomadas pelos partidos tradicionais. Dois anos de interventoria haviam garantido a Flores da Cunha uma base política relativamente sólida para fundar um partido. Ele convocara todos os prefeitos do interior e o funcionalismo público, segmento que fora ampliado em função do surgimento das comissões técnicas de especialidade econômica e administrativa. A idéia do Partido Republicano Liberal (PRL) surgiu no vácuo político deixado por Borges e Pilla ao optarem por se desligar de Vargas. O PRL era um partido governista que surgia já no poder. Diante disso, precisava organizar-se, apenas, para nele se manter. Ver TRINDADE, 1979.

289 A Frente Única tentou se rearticular nesse congresso. As decisões tomadas referiam-se à participação da organização nas eleições para a Constituinte, dando início à campanha de alistamento de eleitores. Além disso, o PRR e o PL, decidiram: 1) que a aliança de ambos os partidos estava feita e deveria permanecer até que lhes fosse assegurado o regime democrático que os unira na campanha da Aliança Liberal; 2) que com esse propósito foi feito todo o serviço de qualificação e inscrição eleitoral, tornando-se difícil, senão impossível, a divisão do eleitorado, e mais 3) que separar o eleitorado acarretaria uma diminuição do

Assembléia Nacional Constituinte (ANC), definir as bases para uma ação conjunta com o PRR e escolher os nomes de seus candidatos<sup>290</sup>. As eleições para a Assembléia Nacional Constituinte ocorreram em maio de 1933, e desse pleito saiu-se vitorioso, no Rio Grande do Sul, o PRL, que conquistou treze das dezesseis vagas disputadas para a Câmara Federal. Os constituintes eleitos pela FUG foram Assis Brasil, do PL, Maurício Cardoso e Adroaldo Mesquita da Costa, ambos do PRR.

Em julho de 1934, com a promulgação da Constituição Federal, concretizou-se o sonho que havia levado Raul Pilla à luta armada contra o Governo Provisório. O Brasil ingressava no Estado de Direito, embora Getúlio Vargas permanecesse no Palácio do Catete, desta vez como Presidente Constitucional. Após a decretação da anistia pelo governo federal, em junho de 1934, Raul Pilla retornaria ao Brasil, ainda a tempo de concorrer às eleições para a Assembléia Constituinte estadual. Eleito pela legenda do PL em 14 de outubro - num pleito em que o PRL obteve novamente a maioria das cadeiras -, ele passou a integrar a Comissão Constitucional da Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul, responsável por elaborar o projeto que daria origem ao texto promulgado em julho de 1935, o qual substituiria a Constituição de 1891.

Durante os trabalhos da Constituinte, tanto a FUG quanto Flores da Cunha iniciaram um movimento de pacificação política. A oposição havia concordado em votar nesse interventor para governador constitucional do Estado, e as negociações tinham evoluído a ponto de ficar decidido que, após as eleições, seria implantado um governo parlamentarista, baseado em fórmula elaborada por Raul Pilla e pelo jurista José Maria dos Santos. A chamada “fórmula Pilla-Santos” enfrentaria, no entanto, sérios obstáculos para a sua viabilização, uma vez que muitos libertadores e republicanos hesitavam em manter o apoio a Flores da

---

coeficiente partidário, era de parecer que, na forma permitida em lei, deveriam os partidos comparecer às urnas, em aliança de partidos, com a legenda “Frente Única”, apresentando a chapa completa, de 16 candidatos, concorrendo para a sua composição, cada partido com oito nomes, autonomamente indicados pelas respectivas direções partidárias. Cf. *Correio do Povo*, 18 abr. 1933, p.1.

290 O programa completo encontra-se no *Correio do Povo* de 20. abr. 1933. Os principais pontos programáticos: 1) voto secreto; 2) eleitores com mais de vinte e um anos, listados em registro civil; 3) voto feminino; 4) manutenção dos juízes e tribunais eleitorais com todas as garantias; 5) militares não reformados não poderão votar nem ser votados; 6) se a Constituição não consagrar o princípio de dissolução das Câmaras, os mandatos em todos os níveis deverão ter a mesma duração; 7) referendun e plebiscito para as questões de importância; 8) não reeleição do Presidente da República e dos Estados; 9) suprimido o Senado; 10) Conselho de Estado na dependência da estruturação da Constituição; 11) Número de deputados proporcional à população; 12) os mandatos poderão ser cassados pelos partidos; 13) o ministério público será incorporado ao judiciário.



Cunha, que começava a entrar em conflito com o governo federal. Esse desentendimento começara a partir da intervenção do governo gaúcho na sucessão estadual fluminense, atitude considerada inaceitável por Vargas.

Em 17 de janeiro de 1936, Raul Pilla, Borges de Medeiros e Flores da Cunha, assinaram um acordo entre a FUG e o PRL, instituindo um governo misto, o chamado *modus vivendi* gaúcho<sup>291</sup>. Pelo acordo, Flores da Cunha aceitava várias reivindicações da FUG, como a liberdade de imprensa, de reunião e a recontração de funcionários públicos demitidos por motivação política. Ele resolvera estabelecer um governo de união, destinando duas secretarias de Estado para a oposição, uma das quais, a da Agricultura, seria ocupada por Raul Pilla (PL) e a outra, a da Fazenda, por Lindolfo Collor, do PRR. Em virtude de suas novas funções – essa foi a única experiência do líder libertador num posto executivo<sup>292</sup> –, Pilla foi substituído na presidência do diretório central do PL, pelo vice-presidente, Batista Luzardo. Conforme esse arranjo político, que durou menos de um ano, todos os assuntos administrativos mais importantes seriam tratados em reunião conjunta dos secretários com o Governador; em contrapartida, a FUG aceitava a conciliação e concordava em participar do secretariado estadual.

Posteriormente à assinatura do referido acordo, Flores da Cunha articulou-

---

291 De acordo com Paulo Brossard o *Modus Vivendi* era um acordo tendo em vista a organização de um governo suprapartidário. A Lei 566, de 1. de fevereiro de 1936, transformou o secretariado estadual em gabinete de responsabilidade solidária, sujeito ao voto de desconfiança na Assembléia. Raul Pilla ocupou a Secretaria da Agricultura, até outubro, quando se desentendeu com o governador Flores da Cunha e pediu demissão, encerrando a sua experiência em cargo executivo. Flores da Cunha, governando o Rio Grande do Sul em 1932, foi considerado aliado pelos revoltosos constitucionalistas até o dia 09 de julho, quando optou pela fidelidade a Vargas. Segundo Paulo Bossard, Flores da Cunha era um homem inteligente e ágil. Era um caudilho e, quando queria agradar, sabia agradar. “Em 1932, ele tomou as providências angariando um amplo leque de apoio político e popular. Como nos demais Estados do Brasil, no Rio Grande do Sul a grande maioria dos constituintes de 1933 foi composta por políticos ligados a Vargas e ao interventor estadual, Flores da Cunha. A posição do Flores foi muito controvertida a tal ponto dele ter feito um discurso de paz e de conciliação. O doutor Pilla, sempre cerebral, respondeu, num discurso de posse de um diretório de estudantes, dizendo quais seriam as condições, e a partir daí o Flores procurou o professor Vicente Marques Santiago, que era seu concunhado e era libertador, para fazer um contato com Pilla”. Cf. VALLS, 2004, p. 28-29.

292 A escolha de Raul Pilla para Secretário de Estado foi sintomática do tipo de estrutura que o Governo Flores da Cunha, já atuando dentro de um contexto institucional democrático, adotou. Assim como Assis Brasil fora escolhido para Ministro no Governo Vargas, após 1930, o seu alter ego no Rio Grande, Pilla, foi quem desempenhou o papel de líder, de fato, do PL. Da mesma forma, Raul Pilla fora convidado pelo governo estadual a assumir a pasta da Agricultura. O motivo para que o convite fosse realizado, além da ampliação da base política, deve-se ao fato de que os libertadores eram vistos como os representantes mais autorizados dos interesses rurais do Rio Grande do Sul, e aos quais caberia a pasta que deveria ter um diálogo mais próximo com estes setores. Este raciocínio era válido, mesmo quando se tratava de um indivíduo eminentemente urbano como Raul Pilla, que, ao contrário de Assis Brasil - autor de uma importante obra sobre o tema, “O cultivo dos campos” -, não possuía conhecimentos específicos sobre a área agrícola. Ver Anais, 1946 (fev.-agosto); 1947 (março/junho), e, também, a bibliografia indicada anteriormente acerca dos dados bibliográficos sobre Raul Pilla.

se, em nível nacional, com as “Oposições Coligadas”, de maneira a reunir forças para o lançamento de uma candidatura à sucessão de Vargas, no pleito marcado para 1938. Entretanto, o presidente Vargas incentivou um processo de dissidência dentro do PRL - partido de Flores da Cunha - e, concomitante a isso, pôs em ação uma estratégia para reconquistar a FUG, por meio do deputado estadual Maurício Cardoso, do PRR, forte opositor do *modus vivendi*. Desse modo, o pacto de pacificação entre as lideranças gaúchas rompeu-se ainda em 1936. Flores da Cunha perdeu o apoio da maioria dos integrantes do seu próprio partido, correndo o risco de ser forçado a renunciar ao governo e à chefia do PRL. Além disso, sob a liderança de Maurício Cardoso, a FUG colocou-se contra o governador, levando, assim, Lindolfo Collor e, antes dele, Raul Pilla a renunciarem a seus cargos na administração estadual. Este retornou, então, à Assembléia estadual, e foi eleito para presidi-la no período de 1937 a 1938.

O governo gaúcho era uma espécie de fiel da balança na sucessão presidencial em âmbito nacional. Desde novembro de 1935, a pretexto de punir os envolvidos no levante promovido pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) - presidida por Luís Carlos Prestes e Dyonelio Machado, respectivamente em nível nacional e no Estado do Rio Grande do Sul, o governo federal vinha obtendo do Congresso Nacional a aprovação de uma série de medidas repressivas. Dentre essas medidas - que, do ponto de vista da oposição, preparavam a deflagração de um golpe militar, visando à manutenção de Vargas no poder -, estavam a decretação do Estado de sítio e, depois, do Estado de guerra, além da elaboração de uma nova Lei de Segurança Nacional.

Flores da Cunha, interessado em concorrer à presidência ou, pelo menos, em influenciar na indicação de um candidato com possibilidade de vitória, resistia ao continuísmo de Vargas, que, por essa razão, continuou a adotar uma série de procedimentos com o propósito de enfraquecer o governador gaúcho. Esses procedimentos incluíram a nomeação de um oficial hostil a Flores da Cunha, o general Manuel Daltro Filho, para o comando da 3ª Região Militar, a dissolução dos “corpos provisórios”, milícias auxiliares da Brigada Militar gaúcha, e a subordinação desta ao Exército por decreto de 14 de outubro de 1937. Desse modo, federalizaram-se os efetivos da Brigada Militar, como se dizia à época, o que impossibilitou a resistência do governador Flores da Cunha, no Rio Grande do Sul, que havia sido planejada em comum acordo com os governos da Bahia e

de Pernambuco. Sem alternativas, em 16 de outubro, dois dias depois de instituído o referido decreto, Flores da Cunha renunciou ao posto e exilou-se no Uruguai. Então, antecipando-se a qualquer reação, Getúlio Vargas nomeou o general Daltro Filho interventor no Estado<sup>293</sup>.

Imediatamente, esse interventor procurou obter o apoio das agremiações que integravam a FUG, oferecendo-lhes em troca a pacificação política do Estado, garantias aos direitos individuais e a participação dos partidos oposicionistas nos cargos administrativos. Convidado a colaborar com o interventor, Raul Pilla recusou-se a fazê-lo, convocando o diretório central do PL para deliberar sobre a posição do partido. Os libertadores não se apresentavam coesos naquele momento, e alguns grupos tendiam a aceitar uma certa aproximação com Getúlio Vargas. O PL decidiu, então, acolher a proposta do interventor, recebendo duas Secretarias de Estado. Raul Pilla reagiu imediatamente, renunciando à presidência do partido<sup>294</sup>. Porém, cedeu ao apelo de alguns correligionários e, ainda viajou para o Distrito Federal, incumbido de tentar um acordo entre Armando Sales e José Américo de Almeida – respectivamente, candidatos da oposição e da situação à presidência da República -, a fim de garantir a realização das eleições e impedir um possível golpe.

No dia 10 de novembro, entretanto, Vargas deflagrou o golpe que implantaria o Estado Novo. Da Capital federal, Pilla telegrafou a Porto Alegre, convocando nova reunião do diretório central do PL, com o objetivo de reverter a decisão do partido. A direção da agremiação, contudo, resolveu manter o apoio ao interventor, e Pilla renunciou, também, ao cargo de membro do diretório do PL, tendo sido acompanhado nessa posição por alguns correligionários. Alguns dias depois, Vargas emitiu decreto extinguindo todos os partidos políticos; a partir daí, a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul permaneceria fechada por um período de oito anos, em virtude da absorção das funções legislativas pelo poder executivo. Durante a vigência do Estado Novo, Raul Pilla dedicou-se quase que exclusivamente à docência na Faculdade de Medicina, suspendendo, até mesmo,

---

293 Daltro Filho permaneceria nesse posto até sua morte, em janeiro de 1938. Ele foi o primeiro militar a governar o Rio Grande do Sul desde 1892, quando houve a consolidação do poder republicano.

294 Bossard assegura que quando Raul Pilla dizia: “O Getúlio vai dar o golpe, não vai haver eleição”, atribuía a essa previsão excesso de imaginação (“puro delírio”). “Raul Pilla chegou ao ponto de renunciar o cargo de presidente do PL. Só Raul Pilla, Décio Martins Costa e Orlando Cunha Carlos votaram contra a capitulação”. Cf. VALLS, 2004, p.30.

a colaboração com jornais. No que diz respeito a sua vida política, dedicou-se apenas a organizar almoços e encontros, com a intenção de promover contatos entre os antigos correligionários<sup>295</sup> e, assim, preservar certa coesão entre eles

Em 1938, por problemas com a censura, Pilla suspendeu a publicação de seus textos nos jornais, fato que representou para ele a interrupção de uma atividade de grande relevância. O ex-deputado libertador demonstrara interesse pelo jornalismo desde 1925, data em que, juntamente com Leonardo Truda, fundara o *Diário de Notícias* na Capital do Rio Grande do Sul. Além disso, exercia o jornalismo como atividade política desde 1928. Escrevia artigos sobre política para os jornais: *Estado do Rio Grande* - órgão oficial do Partido Libertador -, do qual era o diretor; *Correio do Povo* (de Porto Alegre), no qual mantinha uma coluna diária, intitulada “Microscópio”, que durante algum tempo também foi publicada em outros órgãos da imprensa nacional<sup>296</sup>; *Diário de Notícias* e *O Globo*, ambos do Rio de Janeiro. Ao longo dos oito anos de vigência do Estado Novo<sup>297</sup>, somente em 1941 houve um abrandamento da censura no Rio Grande do Sul, durante a gestão de Alberto Pasqualini na Secretaria do Interior, momento em que Pilla pôde voltar a escrever o seu “Microscópio” no *Correio do Povo*. De resto, suas atividades políticas resumiam-se a reuniões clandestinas com

---

295 Durante os oito anos de Estado Novo, oficial ou legalmente estiveram fechados os partidos políticos, mas, como Assis Brasil previra, os libertadores mantiveram-se coesos, atentos, disciplinados e prontos para “o que desse ou viesse”, com uma direção partidária agindo fora da lei, na clandestinidade. Mem de Sá (1971, p.131-142) registra que Raul Pilla fazia esse trabalho de articular o Partido Libertador durante esses anos de ação clandestina. Em Porto Alegre, por exemplo, os libertadores encontravam-se semanalmente, aos sábados, em num grupo, de, em média, 15 pessoas que almoçavam em lugares reservados, longe do centro da cidade ou na casa de um dos integrantes da direção do PL. Assim, os libertadores continuaram, “com exemplar assiduidade”, até 1945, quando a ditadura estadonovista ruiu. Raul Pilla era o foco de convergência e por ele os demais integrantes da direção partidária mantiveram uma grande fidelidade.

296 O “Microscópio” era publicado simultaneamente em diversos jornais do Brasil, a começar pelo *Estado de São Paulo*, apesar de ser este, por tradição, ferrenhamente presidencialista. No momento em que ocorrera a substituição do Cordeiro de Farias - governou o Rio Grande do Sul entre 04/03/1938 e 04/09/1943 - pelo tenente-coronel Ernesto Dornelles que assumiu o governo em 11/09/1943 e deixou o cargo em 01/11/1945. Esse último indicou Alberto Pasqualini para a Secretaria do Interior. De acordo com Paulo Brossard (Cf. VALLS, 2004, p.34), “o Pasqualini levantou a censura no Rio Grande do Sul, dizendo que a censura terminava na fronteira com Santa Catarina. Raul Pilla retomou os ‘Microscópios’ nos jornais”. Desde o Estado Novo até então, ele só tinha escrito um artigo no *Correio do Povo*, uma semana depois da morte do Assis Brasil, que morreu em 24/12/1938. Raul Pilla publicou o artigo “Assis Brasil, o sementeiro” em 01.01.1939.

297 Após haver unido o Rio Grande, Getúlio agregou o apoio de Minas Gerais e Paraíba e lançou-se candidato à Presidência da República pela Aliança Liberal, no pleito de 1929. Derrotado, foi deflagrado, em 3 de outubro de 1930, um movimento revolucionário que, um mês depois, o empossaria como chefe do Governo Provisório da República. Em 1932, Borges de Medeiros e Raul Pilla apoiavam, no Estado do Rio Grande do Sul, a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Embora vencida militarmente, a revolta leva Getúlio a convocar eleições para a reconstitucionalização do País. A Constituição Federal de 1934 orientava para a convocação de eleições para as Assembléias Constituintes dos Estados, as quais deveriam transformar em Assembléias Legislativas, assim que elaboradas as respectivas Constituições. Instalada com poderes constituintes em 12 de abril de 1935, a Assembléia Legislativa gaúcha foi fechada no dia 10 de novembro de 1937, com a decretação do Estado Novo. O Plenário do Casarão Rosado permanece em silêncio até o fim da ditadura Vargas.

integrantes da direção do Partido Libertador, que se preparavam para uma eventual abertura política.

O “Microscópio”, a julgar pelas evidências, era uma seção de leitura obrigatória para todos que se interessavam pelos assuntos políticos. Cabe salientar que os universitários ligados ao PCB – os quais possuíam hegemonia na “Terceira Assembléia Democrática Estudantil”, realizada em Porto Alegre, em novembro de 1944 - afirmaram ser o “Microscópio” muito apreciado entre todos os estudantes, motivo que os levara a imprimir e distribuir “em volantes”, o texto para todos os colegas das escolas e das universidades. Ainda segundo depoimento dos universitários comunistas, todos apreciavam uma coluna que tinha como principal característica uma “capacidade rara de condensar em poucas linhas as mais sérias questões”<sup>298</sup>. Nota-se que os estudantes gaúchos, ao pautarem as concepções de Raul Pilla em suas discussões, revelavam, em primeiro lugar, respeito e admiração pelo ex-deputado libertador e, em segundo lugar, um certo temor diante da influência que ele poderia exercer sobre os leitores em geral e, em particular, sobre os universitários, alvo prioritário das lideranças estudantis.

Indício desses dois tipos de sentimento foi, por exemplo, a atitude tomada pelos estudantes no encontro que debateu as circunstâncias que haviam provocado a Segunda Guerra, as possíveis posições a serem assumidas pelos demais países do mundo no pós-guerra e o papel das organizações estudantis nesse contexto. Uma das deliberações do referido evento foi a de redigir uma carta ao professor Raul Pilla, elogiando sua atuação, como jornalista e diretor do jornal *O Estado do Rio Grande*, na campanha “antiintegralista” e, sobretudo, suas posturas “fiéis aos princípios da verdadeira democracia”. É interessante observar, todavia, que essa carta não foi entregue ao líder libertador, e, sim, publicada nos principais jornais da Capital do Rio Grande do Sul, no dia 08 de novembro de 1944. A carta, que se referia ao texto veiculado no *Correio do Povo*, mais precisamente no “Microscópio”, no dia 2 de novembro do mesmo ano, servia aos estudantes como um meio de divulgação de suas próprias idéias. Eles se dirigem a Raul Pilla da seguinte forma:

---

298 Cf. PILLA, 1949, p.22.

Tomamos esta atitude, tendo presente tudo que é exigível pela nossa geração a um cidadão que tem uma posição clara e definida em face dos problemas e necessidades políticas de nosso povo, como o ilustre professor. Não esquecemos a digna resistência de V. Sa. a tudo que pudesse ferir a prática da Democracia, neste país, nem cancelamos o nosso consciente apoio à atuação de V. Sa., na campanha levantada pelos nossos combativos colegas da Faculdade de Medicina pela moralização do ensino. Recordamos as atitudes e decisões unitárias tomadas por V.Sa. quando em outros tempos, pareceu possível pacificar a família política do Rio Grande, mediante recíprocas transigências. (1949, p. 20)

Todo essa trajetória de lutas percorrida pelo líder libertador levou a que os estudantes comunistas, ao elogiá-lo, se sentissem autorizados a “reclamar” e a discordar da previsão que ele fizera, de acordo com a qual a divisão do mundo entre Estados Unidos, Grã-Bretanha, União Soviética e China seria a decorrência mais provável da guerra mundial. Segundo diagnóstico traçado pelo referido professor, as quatro grandes potências aliadas tinham o propósito de dominar o mundo por meio de uma “organização aristocrática da vida mundial”. Raul Pilla estava convencido de que essa não seria a última grande guerra, pois, se era verdade que as quatro potências mencionadas dispunham da força necessária para manter a ordem internacional, não menos certo era que as demais teriam sempre o poder de provocar a desordem, quando se generalizassem os motivos de insatisfação. Portanto, a paz que seria conquistada teria uma natureza provisória e precária, como todos os outros momentos de trégua que haviam se baseado, exclusivamente, na força e não tinham como fundamento a solidariedade, “que só a liberdade, a igualdade e a justiça podem criar<sup>299</sup>”.

Considerando a avaliação feita por Pilla, os estudantes, autores da carta, pretendiam convencê-lo de que, se a Primeira Guerra Mundial fora uma típica guerra interimperialista - uma luta gerada pelo capital financeiro das principais potências beligerantes, a fim de proceder a uma nova repartição dos mercados, das fontes de matéria-prima e das esferas de influência -, no caso da Segunda Guerra, não fora isso o que sucedera. Nesse conflito - argumentavam os estudantes -, a guerra era imperialista no que dizia respeito à Itália, ao Japão e, principalmente, à Alemanha, a qual revelava, claramente, o seu desígnio de

---

299 Cf. PILLA, 1949, p.20.

estabelecer uma ditadura mundial e de submeter a humanidade ao império do fascismo, destruindo o próprio direito à autodeterminação dos povos. Os estudantes comunistas acreditavam nas Nações Unidas e davam demonstrações de apreço pela atitude “pacifista” de Churchill e de Roosevelt, signatários da Carta do Atlântico, os quais previam que as quatro grandes potências iriam trabalhar juntas no pós-guerra, “num clima de unidade e colaboração mundial”. Na concepção dos estudantes, a “unidade mundial” aí mencionada representava o oposto do “imperialismo”.

Raul Pilla respondeu à “insólita” carta julgando-a um insulto, na medida em que esta assumia um tom de censura “coletiva” - como que “emanada de uma autoridade superior” -, de “excomunhão”, de “preceito cominatório” do que deveria ou não dizer, pensar e fazer. O professor não aceitou esse gesto dos estudantes, por considerá-lo uma tentativa de enquadramento ideológico, de imposição de uma determinada visão do mundo, e expôs, no “Microscópio”, as razões pelas quais rejeitava a posição da assembléia estudantil:

Quando o integralismo avassalava o país, era eu um dos pouquíssimos que defendiam extenuadamente a democracia. A imprensa integralista honrava-me, então, como fazia com quantos não liam pela sua cartilha, com o epíteto, naquela época grandemente comprometedor, de comunista. Era o processo violento e semi-bárbaro de procurar eliminar o adversário, em vez de lhe discutir idéias. Invertem-se agora os termos, mas é substancialmente idêntica a situação. É o mesmo espírito de intolerância e violência o que está dominando. Em plena assembléia vossa, o orador que tomou a iniciativa do anátema, tachou-me de quinta-coluna, isto é, nazista, ou pouco menos. (1949, p. 30)

Em 30 de novembro e em 07 de dezembro de 1944, respectivamente, o Centro Acadêmico André da Rocha e a Ala Democrática 14 de Julho, ambos integrados por estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de Porto Alegre, manifestaram-se em apoio ao professor Raul Pilla, em face das críticas que este havia sofrido, motivadas pelo teor dos seus escritos.

No início de 1945, diante do crescimento das pressões oposicionistas, o governo Vargas foi, progressivamente, obrigado a adotar medidas liberalizadoras, na tentativa de preservar o controle da situação política. O processo de redemocratização do País começou a concretizar-se com a decretação, a 28 de

fevereiro de 1945, do Ato Adicional, que alterava diversos artigos de conteúdo discricionário contidos na Constituição outorgada em 1937, quando da implantação do Estado Novo. Vieram, a seguir, a decretação da anistia total aos exilados e presos políticos em geral, em 18 de abril do mesmo ano, e a intensificação das articulações relativas ao processo de sucessão presidencial, já em curso.

Antes mesmo, em janeiro de 1945, iniciara-se a implementação de estratégias políticas tendo em vista a possibilidade de substituir Getúlio Vargas no Governo Federal. No Rio de Janeiro e em São Paulo, ganhava força a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República, pela União Democrática Nacional (UDN) – formada, no Rio Grande do Sul, por dissidentes do PL, do PRR e do PRL –, em oposição a Vargas e ao Estado Novo. Raul Pilla assinara o manifesto de apoio à candidatura da UDN. A partir de então, ocorreu a revitalização do Partido Libertador por meio de uma dupla tática política: a defesa da candidatura oposicionista à eleição presidencial e a opção por uma aliança com a UDN - posição que a agremiação manteria até a sua extinção, em 1964 -, paralelamente a uma postura autônoma, por parte dos libertadores, em relação à coalizão que haviam decidido apoiar.

No mês de maio, foi promulgada a nova Lei Eleitoral, dispondo, entre outros itens, que os novos partidos deveriam ter bases eleitorais em, pelo menos, cinco Estados da União. Em agosto, os libertadores decidiram reorganizar seu partido de acordo com as exigências legais. O novo Partido Libertador, embora com suas bases eleitorais distribuídas entre os Estados do Rio de Janeiro, Pará, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, permanecia sob a hegemonia dos gaúchos, pois, das 15.200 assinaturas obtidas para a sua fundação, 12.091 provinham desse último Estado. Concluído esse processo, Pilla foi escolhido presidente do partido.

A 29 de outubro de 1945, com o golpe de Estado que depôs Getúlio Vargas da presidência, assumiu o governo do Estado do Rio Grande do Sul o Presidente do Tribunal de Justiça, Samuel Silva. Ocupou a Secretaria de Obras Públicas desse governo um amigo de Raul Pilla, integrante do Partido Libertador e futuro presidente da sigla: Orlando da Cunha Carlos. Nesse instante, o PL saía do ostracismo e começava a influenciar nos rumos do governo. Mesmo com a eleição de Dutra para a presidência da República, no dia 02 de dezembro do



mesmo ano, e a indicação do antigo secretário da Justiça, Cylon Rosa, para o cargo de interventor do Estado, o membro do PL permaneceria na secretaria para a qual fora designado.

Dezembro de 1945 também foi o momento da eleição de Raul Pilla para a Assembléia Nacional Constituinte<sup>300</sup>. Ele foi o único deputado do PL eleito para a Constituinte em todo o País, embora a agremiação houvesse lançado candidatos no Maranhão, no Piauí e no Ceará. Essa conquista inaugurou uma segunda fase de sua vida pública, que adquiria, assim, uma dimensão nacional. Entretanto, o PL, embora ainda influente - como uma espécie de consciência cívica do liberalismo udenista -, não teria, no cenário nacional e regional que se constituiu após 1945, o mesmo peso político que o tornara, antes do Estado Novo, uma das maiores lideranças da oposição. Os “anos maragatos” do PL haviam acabado em Cerro Alegre. No Rio de Janeiro, Capital da República, o ambiente era outro; as pressões sociais eram distintas, e, acima de tudo, a correlação de forças políticas, que oferecera ao PL uma base de apoio no Sul, não era mais a mesma.

Desde cedo Raul Pilla seguira o princípio de que todo ser humano, na medida do possível, deve zelar por si próprio, pela sua família e pela coletividade. Em seu entendimento, essa seria a característica central do pleno exercício da cidadania. Tal crença impulsionou o seu envolvimento político. Declarou que sempre fora “político entusiasta de primeira hora e muito ativo”, reconhecendo, porém, que todo esse impulso era, muito mais, obra da convicção da necessária concretização de um dever do que um engajamento motivado pelo seu desejo, gosto e temperamento pessoal. Talvez essa declaração esteja relacionada a sua percepção de que a política brasileira é uma instância permeada por

---

300 A Constituinte reuniu-se no ano seguinte com o propósito de elaborar a nova Constituição. Pilla foi escolhido, pelos demais deputados constituintes, para atuar na subcomissão do Poder Legislativo, disposições preliminares, atribuições e resoluções, e elaboração orçamentária da Comissão Constitucional encarregada de elaborar o anteprojeto da nova Constituição. O líder libertador pautou sua atuação pela defesa de um projeto de instauração do regime parlamentarista, abrindo o debate do qual participaram Nestor Duarte, Aureliano Leite e outros deputados. Raul Pilla estendeu a defesa de suas idéias às colunas que mantinha nos jornais O Globo, do Rio de Janeiro, *Diário de Notícias* e *Correio do Povo*, de Porto Alegre. A Constituição promulgada em setembro de 1946, contudo, não instituiu o regime parlamentar, mantendo o presidencialismo. Ainda durante os trabalhos constituintes, por ocasião do juramento de Getúlio Vargas como senador pelo Rio Grande do Sul, em julho de 1946, Raul Pilla, representando o PL, foi um dos signatários de uma declaração que evocava a implantação do Estado Novo e a dissolução do Poder Legislativo, e de uma moção que enaltecia o papel das Forças Armadas no golpe que derrubara o ditador. Os documentos foram apresentados por Otávio Mangabeira e assinados, também, por representantes da UDN. Promulgada a Constituição, a Assembléia Constituinte converteu-se em Congresso ordinário, sendo mantida sua composição para a legislatura de 1946-1951. Nessa legislatura, Pilla integrou a Comissão Permanente de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, a Comissão de Inquéritos sobre os Atos Delituosos da Ditadura, a Comissão Especial de Leis Complementares à Constituição e a Comissão Mista de Leis Complementares.

ambivalências e significados contraditórios, classificando-a como “facciosa, caudilhesca, apaixonada e violenta”<sup>301</sup>. Ao mesmo tempo, defini-a como “a mais nobre e a mais desprezível das atividades”, por ser é a arte do bem comum, podendo, também, se converter na arte do mal supremo, quando se deixa tomar pela paixão do poder e esquece os seus propósitos morais e coletivos<sup>302</sup>.

Entre os acentos biográficos que marcaram a trajetória de Raul Pilla, destaca-se o fato de ter se tornado um líder à medida que foi se transformando no representante de uma corrente do pensamento brasileiro: o parlamentarismo. Desse modo, deve-se salientar que a sua ação e as suas concepções - sempre pautadas por uma visão da política como fórum privilegiado de veiculação de idéias e de possibilidade concreta de modificação da sociedade - não ficaram restritas ao plano regional, tendo forte repercussão no cenário nacional.

Vale observar que Raul Pilla, apesar de ter sido filho de modestos imigrantes italianos, nunca residiu na zona colonial; integrou-se na vida política e na sociedade rio-grandense em Porto Alegre, onde foi estudante e líder universitário. A adesão entusiasmada às hostes “maragatas”, à bandeira parlamentarista e à luta contra a situação dominante no Rio Grande quando contava apenas 17 anos era um prenúncio do combate que travaria em defesa das causas democráticas. Foi um homem de personalidade rica e complexa, que se tornou conhecido e aclamado em boa parte do País, especialmente nos círculos políticos e intelectuais, como deputado federal, jornalista e conferencista. Não era bacharel em direito, mas esse fator não evitou que ele se tornasse um profundo conhecedor de direito público e constitucional, como demonstrou em vários debates parlamentares, sobretudo, naqueles provocados pelas emendas que propôs à Constituição<sup>303</sup>.

Cabe, ainda, chamar atenção para suas características pessoais. Vários depoimentos de pessoas que o conheceram confirmam que lhe faltavam os atributos, via de regra, considerados essenciais ao exercício da liderança partidária, tal como esta é, comumente, praticada no Brasil. Mem de Sá (1973, p.

---

301 Cf. PILLA, 1949, p.9.

302 Discurso proferido por Raul Pilla na homenagem que, em outubro de 1946, a Federação dos Estudantes Universitários do Porto Alegre prestou aos deputados Eloy da Rocha e Raul Pilla. Cf. PILLA, 1949, p, 60.

303 Raul Pilla, quando deputado na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, entre 1935 e 1937, integrando a bancada da Frente Única, a que pertenciam juristas e advogados ilustres como Maurício Cardoso, Camilo Martins Costa e Adroaldo Mesquita da Costa, freqüentemente era por esses solicitado a ser o relator ou orador, em nome de todos, em situações e casos, projetos ou questões referentes ou vinculados às questões do direito.

131), que fora líder da bancada do PL na Assembléia Constituinte do Estado do Rio Grande do sul, em 1947, afirmou que a falta desses requisitos não impediram Raul Pilla de sobressair-se entre os correligionários do Partido Libertador e de dirigi-los em diversas situações. Sua má audição fazia dele um homem tímido, aparentemente impávido, como é de praxe acontecer. Ouvindo com dificuldade, falava pouco e, em geral, para um limitado número de amigos, alunos ou companheiros de partido. Não era homem de fácil acesso, nem participava intensamente das grandes polêmicas e debates. Nunca teve uma boa capacidade de comunicação e, conseqüentemente, não era bom orador em comícios. Entretanto, Mem de Sá reconhece, no professor Pilla, atributos importantes e valorizados no âmbito da política:

Era, isso sim, em grau altíssimo, luminoso, um escritor, um jornalista, um conferencista, um professor. Seus discursos eram preleções de mestre, feitas por escrito e por ele pronunciadas. A facilidade que tinha no escrever, faltava-lhe no falar e no discutir. (...)

E como sempre cultivou o idioma como poucos, convivendo diuturnamente com os clássicos da língua - sobretudo Camões e Vieira - escrevia com perfeição, em forma impecável e estilo que se caracterizava pela clareza e pela síntese. (...)

Como explicar, então, que um homem com tais características e com tais desvantagens, pudesse ser, e tenha efetivamente sido, um grande líder, como acima demonstramos? (1973, p.137)

Mem de Sá, ao buscar uma explicação para tamanho paradoxo, atesta que os libertadores, os rio-grandenses e os brasileiros ganharam muito com os predicados que compensavam as limitações de Raul Pilla. No Rio Grande do Sul, como em toda a parte – afirma ele –, para o exercício da liderança, Pilla contava com outros atributos – além da escrita impecável –, “tão altos, tão raros e preciosos” que “levavam vantagem” sobre os “requisitos comuns” que lhe faltavam. Tais atributos eram sentidos e proclamados não só por aqueles que com ele conviviam, mas também por todos os seus contemporâneos. Dentre as principais qualidades de Raul Pilla observadas por Mem de Sá ao longo de 51 anos de convivência, estão: fidelidade às idéias que defendia; conduta moral retilínea e coerente; paciência e obstinação em face das dificuldades; vocação para dedicar-se à política e aos estudos; intransigência quanto aos princípios; rigorismo ético; insuperável sentimento do dever; elevado espírito público;

preocupação de sobrepor a razão às emoções e aos sentimentos; capacidade lógica de raciocinar, analisar situações e problemas políticos, de “dissecar argumentos ou discursos dos adversários, esmagando-os e anulando-os”; poderosa inteligência e “força dialética”, que lhe conferiam uma clarividência surpreendente e infalível<sup>304</sup>.

## 4.2 Um monumento erigido à vida

Em 1949, quando exercia o mandato de deputado federal no Rio de Janeiro e contava 57 anos, Raul Pilla publicou *Palavras de um professor*, livro editado pelo Departamento de Imprensa Nacional, no qual reuniu alguns discursos que proferira em cerimônias oficiais da Universidade e textos relacionados a sua atividade de docente na Faculdade de Medicina de Porto Alegre<sup>305</sup>. No “prefácio”, o autor deixa claro que a obra abrigava uma coletânea de “alguns discursos e escritos, que a vida universitária me demandou”. Verifica-se,

---

304 A reunião do Diretório do PL foi convocada em outubro de 1930 para decidir se deveria posicionar-se, a favor da Revolução - necessariamente, pela posse de Vargas na Presidência da República -, ou se, ao contrário, poder-se-ia admitir a hipótese de entregar o poder a uma Junta Militar - que viesse a se constituir, apenas para convocar uma Assembléia Constituinte - oferece prova clarividente, assegura Mem de Sá, da faculdade de previsão de Raul Pilla. Outro momento culminante que confirma essas qualidades preciosas, foi quando Pilla se opôs à sua participação no secretariado do interventor do Estado Novo, temendo que Vargas estivesse armando um golpe. Cf. MEM DE SÁ, 1971, p. 138.

305 Cf. PILLA, 1949. Interessante notar que ao nome do autor da obra é acrescido “Catedrático da Faculdade de Medicina de Porto Alegre”, na capa do livro. Embora a obra fosse uma publicação de um órgão “oficial”, do serviço do Estado brasileiro, e seu autor, um deputado federal, na verdade, o que aparece escrito na capa do livro é a apresentação de Raul Pilla como “Catedrático da Faculdade de Medicina de Porto Alegre”. Além disso, ele dedica o livro para Olinto de Oliveira, “mestre incomparável da minha geração, consagro estas páginas, em muitas das quais transluz o seu alto pensamento”. Olímpio Olinto de Oliveira participou da fundação da Faculdade de Medicina e dirigiu-a entre 1910 e 1911. De acordo com Weber (1999, p.101-114) em 25 de julho de 1898, foi fundada a Faculdade Livre de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, composta pelos cursos de Medicina, Farmácia, Odontologia, Obstetrícia e Química Industrial. Protásio Alves, ativo membro do PRR, foi escolhido como seu primeiro diretor, cargo que exerceu até 1907. Os médicos Alfredo Leal e Carvalho de Freitas assumiram, respectivamente, como vice-diretor e secretário. Os fundadores da Faculdade foram os mesmos que, em 1892, fundaram a Sociedade de Medicina de Porto Alegre. Aos nomes já citados, somam-se os de Sebastião Leão, Vitor de Brito, João Adolfo Josetti, Rodrigo de Azambuja Villanova e Carlos Frederico Nabuco. Os mesmos nomes repetiram-se na presidência da entidade, acrescentando-se os de Olinto de Oliveira, Jacinto Gomes, Heitor Annes Dias, Octavio de Souza, Mário Totta, Florêncio Ygartua e Hugo Ribeiro. Todos haviam passado pela Santa Casa de Misericórdia, formados pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro ou pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre, e participavam ativamente das instituições ligadas à Medicina institucional existentes em Porto Alegre no período. No caso do primeiro, quando da solenidade de troca de diretoria ao deixar o cargo de presidente da Sociedade de Medicina em 1898, Olinto de Oliveira leu um discurso sobre a trajetória da Sociedade desde sua fundação, em 1892, e abordou a ampla influência das teorias positivistas no ensino no País. Procurou provar que o positivismo era a negação de todas as conquistas realizadas pela ciência médica moderna, porque, essa concepção considerava que todas as aquisições que constituíam a grandeza da ciência médica contemporânea não passavam de ficções, fantasias nascidas nos laboratórios dos modernos sábios da Medicina. Ver FRANCO; RAMOS, 1943, p. 32-48, 58-75, 132-138, 141-143, 105-111.

no entanto, que essa afirmação possui um sentido bastante amplo, pois os textos versam, inclusive, sobre a dimensão política da vida acadêmica, tratando de eventos ocorridos entre 1932 e 1948. Destacam-se os assuntos que, de uma forma ou outra, marcaram a trajetória de Raul Pilla: o exílio a que fora submetido em 1932; sua atuação como professor e pesquisador na Faculdade de Medicina - registrada nos discursos que proferiu em ocasiões solenes, ora como representante da Instituição, ora como centro das homenagens por parte de colegas, alunos, profissionais da área da saúde e da comunidade científica; temas vinculados ao jornalismo político, à política institucional e às questões relativas à ética profissional.

O título de seu livro é significativo, pois traduz, em certa medida, a visão que o autor tem de si próprio e do mundo em que vive. Cabe ao professor, em sua opinião, ensinar, orientar, conduzir e apontar caminhos. Raul Pilla acredita que a função do professor, em uma sociedade moderna, é proporcionar aos alunos as condições intelectuais necessárias para levá-los a julgar as coisas por si próprios e torná-los capazes de formular as suas objeções. No entanto, considera o exercício do magistério como uma profissão “íngrata”, ainda que incumbida da “nobre e empolgante tarefa de fazer desabrochar e desenvolver a personalidade humana” (1949, p.53). Segundo consta, ele não assumia, em suas aulas, uma posição “política”: “o professor afastava rigorosamente o político” (1949, p. 10). Atuava, nos bancos universitários, com raro empenho – por entender que essa qualidade é, no Brasil, “a grande força social” – e de acordo com a concepção de que as novas gerações precisavam aprender a cultivar a verdade e a justiça. Em suas palavras:

(...) entendi que a melhor lição do político militante a seus alunos seria deixar a política no limiar da Escola, não obstante lá fora pugnassem extenuadamente pelo que entendia ser o bem comum.

Assim procedi em 1930, quando nas colunas da imprensa eu era um dos que mais fortemente ateavam o incêndio revolucionário e a unanimidade rio-grandense parecia autorizar tôdas as extralimitações da política militante; assim procedi em 32, enquanto o vendaval da nova revolução não me arrancou dentre vós. (1949, p.9-10)

Assim, o político Raul Pilla “não prejudicou o professor e o professor

beneficiou o político”, porque o fez sentir-se “maiormente obrigado [...] a pautar a sua vida pública pelos mais sãos preceitos da moral”. A conclusão desse pensamento - “não sei se por isso o político foi castigado na pessoa do professor...” – é uma alusão a seu afastamento da Faculdade, em 1932, por motivos políticos.

No “prefácio” do livro, o professor julga “natural” a vontade que o invade de deixar registrados alguns textos relativos a situações que lhe marcaram a existência. Sua intenção confessa é a de ver perdurar não apenas a lembrança da experiência vivida, mas também o produto material das atividades a que se dedicou – o ensino da medicina e o jornalismo -, o resultado do esforço que empreendera: os discursos e escritos de sua autoria. Esses registros funcionam para o professor como uma recompensa ou compensação pela energia que empregara em seu exercício profissional. Ele considera o jornalismo uma atividade efêmera por sua própria natureza: “não passa de obra de um dia”. Em contrapartida, define o ensino universitário como uma obra inacabada, “todos os anos recomeçada, e nunca terminada”. Afirma, porém, que ambas as atividades apresentam uma característica em comum: não são obras perenes. Assim, a sua maior motivação para escrever esse livro é conceder permanência e visibilidade a um trabalho que é passageiro e obscuro. Dito de outra forma, a razão da referida publicação é erigir um “monumento” ao ofício que ele próprio desempenhara; é conferir um acabamento à obra que realizara nos seus primeiros 57 anos de vida.

Nota-se que Pilla nutre uma certa desilusão no que se refere à natureza transitória e ao parco reconhecimento do trabalho com o qual se envolvera. Insatisfeito e reputando-se um ser especial - um daqueles “espíritos bem nascidos”, que mereceriam um “modesto monumento” -, deseja inscrever, num volume impresso, o testemunho – os frutos ou vestígios – das ações que realizara, comprovando, dessa forma, a relevância de sua passagem pela história. Esse desejo ou preocupação são tão intensos que o autor reserva à manifestação de tais sentimentos um espaço privilegiado, isto é, quase todo o prefácio, o texto de abertura do livro. A “razão pessoal” que o movera, exposta em detalhes, é, portanto, a justificativa apresentada por ele para a organização dessa obra de caráter autobiográfico e para “o dispêndio de um pouco de papel” (1949, p. 5). É importante lembrar que o livro seria publicado com verba oriunda do Congresso Nacional, aspecto que pode também ter influenciado a justificativa incluída no

prefácio pelo autor. Como republicano, talvez ele não considere ético fazer uso de recursos públicos para editar um livro de cunho, aparentemente, pessoal e, por isso, tenha a necessidade, ou sinta-se no dever, de explicar-se. Nesse sentido, convém lembrar sua primeira afirmação: a de que a “vida universitária” é que lhe havia “demandado” os textos reunidos no volume em questão, particularidade que faculta a este um caráter público.

“Regresso do prof. Raul Pilla à cátedra de fisiologia, em 1934” é o título do primeiro capítulo de sua obra autobiográfica. Essa parte do livro consiste no discurso proferido pelo professor durante a cerimônia de posse, realizada na Faculdade de Medicina, quando de seu retorno às atividades acadêmicas, das quais ficara afastado a partir de 1932, em virtude do exílio que lhe fora imposto pelo governo Vargas. Nesse discurso, ele recorda as diversas etapas de sua vida universitária, desde 1909, momento em que ingressara na Faculdade como calouro, até a conquista, anos mais tarde, dos títulos de livre-docente e de professor catedrático. Além disso, destaca:

Durante este período, não pertenci à Faculdade, senão pelo direito e pelo coração: materialmente dela estive separado. E, volto agora, não para tomar posse de uma cadeira de Fisiologia que se acaba de conceder-me e que com o mesmo arbítrio se pudera conceder a qualquer outro, mas para recuperar a ‘minha’ cadeira de Fisiologia, a que eu havia conquistado com o meu esforço e cuja posse eu havia legitimado com a minha dedicação. (1949, p.8)

Percebe-se, no fragmento transcrito, a profunda mágoa guardada pelo professor em relação à cassação de seus direitos profissionais por parte do governo federal. A perda do direito à cátedra de fisiologia parece ter marcado a sua vida, a ponto de incentivá-lo a publicar os seus “discursos e escritos” sob forma de livro e a transformar o pronunciamento em questão no primeiro capítulo da obra. Ele declara que, durante o período em que permaneceu no exílio, sentira-se ligado à Faculdade de Medicina por laços afetivos e jurídicos que haviam compensado a distância de fato. Logo a seguir, aflora a sua visão republicana, que o leva a valorizar o concurso por meio do qual fora selecionado para a docência da disciplina de fisiologia, bem como o esforço e a dedicação com que havia desempenhado as funções de professor, legitimando, assim, a sua

posse.

Nesse mesmo discurso, Raul Pilla (1949, p.8) evidencia a existência de um segundo vínculo a ligá-lo à Faculdade, ao criticar a ação arbitrária que atingira, simultaneamente, a ambos: ele próprio, por ter sido exilado, e a Faculdade, pelo fato de haver perdido um professor e, desse modo, ter sido ferida em sua autonomia. De forma ambígua - à maneira de Dyonelio Machado - o autor, num primeiro momento, parece fazer pouco caso de si mesmo, quando afirma:

Não sei se houve quem com a minha demissão se rejubilasse, apesar do funesto precedente que para todos ela abria. (...) É certo que não pugnaram pessoalmente por mim, que nada valho, mas pelo professor que se via rudemente atingido em seus direitos imprescritíveis. (1949, p.8)

Ao mesmo tempo, Pilla revela que, no episódio de sua cassação, contara com um forte apoio de colegas da área da saúde e dos professores universitários em geral, que reivindicavam o seu reingresso à Faculdade de Medicina. Consta, em seu discurso, um agradecimento ao “movimento de opinião” organizado por médicos, docentes universitários que haviam se manifestado em seu favor. Mesmo assim, ressalta que a mobilização não se dera em virtude de sua pessoa - “Por mim? Digo mal. Só a vaidade poderia crê-lo” -, mas na defesa da liberdade de cátedra.

Nessa obra de caráter autobiográfico, publicada em 1949, Raul Pilla representa, por meio de sucessivos registros, a realização psíquica de épocas sucessivas de sua vida<sup>306</sup>. Essa rememoração, ao que parece, não implica somente a retenção do passado no presente enquanto presente, mas a síntese do passado como tal e a sua reatualização enquanto passado, no presente (da consciência). Tal rememoração implica a identificação do rememorado, bem como

---

306 Freud escreveu, em 1896, a seu colega e amigo W. Fliess, um texto de interesse a respeito do estatuto da memória em psicanálise. Tratava-se da hipótese de que o psiquismo tinha sido formado por uma espécie de estratificação. “O material presente em forma de traços da memória”, comenta Freud, “estaria sujeito, de tempos em tempos, a um rearranjo segundo novas circunstâncias — a uma retranscrição”. A novidade apontada pelo autor é a tese de que a memória “não se faz presente de uma só vez, mas se desdobra em vários tempos; de que ela é registrada em diferentes espécies de indicações”. O modelo proposto por Freud, conhecido como modelo tradutivo, sugere que o material psíquico sofre novos arranjos sucessivamente, sempre que é abordado pelo sujeito por alguma forma de trabalho psíquico. Cf. FREUD, 1976, p.12-14.



a sua classificação num calendário e numa cartografia<sup>307</sup>. Alguns dos acontecimentos vividos por Raul Pilla representam, para ele, situações de grande intensidade, com um afluxo tamanho de excitações que se tornam maiores do que a capacidade que possui de lidar com os fatos. Tem-se aí a noção de traumatismo, segundo a qual as formas simbólicas ou diretas de violência operam e produzem seus efeitos, carregando sempre a marca do excesso. Assim, os signos relativos a eventos marcados por tal intensidade se impõem ao sujeito como uma exigência de falar, expressar e significar sua experiência, sendo transformados em inscrições, em marcas mnêmicas.

O processo de lembranças de Raul Pilla cria uma vinculação entre o passado e o presente, de modo que o primeiro se desdobra sobre o segundo. Assim, o autor resgata, por meio de sua memória, recordações que lhe soam como exemplares. Nessa perspectiva, os eventos vêm recuperados em sua dimensão histórica, sem que seja reduzida ou relativizada sua dramaticidade. Ao mesmo tempo, o processo memorialístico do autor, ainda que marcado por algumas obsessões e ressentimentos, expressa um acordo com o passado, que não chega a sufocar ou paralisar o presente<sup>308</sup>. Essa atitude talvez possa ser explicada, em parte, pelo fato de ele ter editado edita suas memórias aos 57 anos, quando se encontrava numa fase de ascensão em sua carreira parlamentar, recém alçada ao âmbito federal. Deve-se levar em conta, ainda, que a maior parte dos textos publicados nos quais relembra o passado foram elaborados, originalmente, para serem lidos em público, em cerimônias oficiais. Dessa maneira, é provável que a solenidade da circunstância tenha inibido manifestações mais intensas das mágoas que o atormentavam.

#### **4.3 A medicina como uma ordem de cavaleiros**

Raul Pilla, além de ter escrito artigos sobre política para vários jornais do Brasil, publicou, também, ensaios sobre medicina em revistas especializadas.

---

307 Ao contrário dos acessos simples, a memória/linguagem implica com propriedades desconhecidas pelo hábito: a denotação do que é retido por ela (graças à sua transcrição simbólica), a recursividade (a combinação dos sinais é inumerável, a partir de regras generativas simples), e a referência a si (os sinais de linguagem podem ser denotados por sinais de linguagem: a metalinguagem). Ver NIETZSCHE, 1971.

308 Ver TODOROV, 1995, p. 39-51.

Destacam-se os textos de sua autoria veiculados no *Panteão Médico Rio-grandense*, em 1943, que tratam sobre a vida e a obra de médicos. Nesse periódico, que coloca em evidência nomes eminentes da medicina gaúcha, ao descrever traços dos biografados<sup>309</sup>, o autor fixa alguns conceitos relativos à área da saúde e deixa transparecer a visão que possui da profissão. A respeito da medicina e do papel social que atribui aos médicos em seu conjunto e a cada um em particular, afirma:

Poucas profissões serão tão pessoais quanto a Medicina. Se os seus cultores formam muitas vezes grandes e poderosos corpos, ciosos de sua dignidade e conscientes de sua função social, certo é, também, que o seu valor se medirá pelo valor de cada um de seus componentes. Não é a classe médica como um exército, onde a organização é quase tudo, mas antes uma ordem de cavaleiros, em que se requer, principalmente, iniciativa e valor individual. Do mais conhecido ao mais obscuro, do que pontifica nas capitais ao que vive ignorado ou quase perdido, no sertão, cada médico é, antes de tudo, uma pessoa, um centro de ação individual e inconfundível. (1943, p.32)

Na concepção de Raul Pilla, o exercício da medicina está vinculado à existência do que há de mais profundo na alma humana, pois cada médico - “bom ou mau, altruísta ou egoísta, sábio ou ignorante”<sup>310</sup> -, embora esteja filiado a uma determinada escola científica, filosófica ou religiosa, tem um estilo próprio no trato dos pacientes.

O médico e líder libertador reconhecia que a política, no Brasil, era a atividade favorita dos advogados. Lembrava, contudo, que os seus colegas médicos sempre haviam manifestado interesse e paixão pela prática política, tendo demonstrado, inclusive, especial aptidão para o seu exercício. Pilla procura explicar a aproximação entre a medicina e a política. Em seu entendimento, essa afinidade dava-se, talvez, pelo fato de cada médico ser um *nome*, ser único - e não um *número* - entre seus colegas de ofício e, ao mesmo tempo, em virtude do prestígio popular angariado pela mais “árdua e, também, a mais nobre de todas

---

309 No *Panteão Médico* o nome de Dyonelio Machado aparece na relação de médicos acompanhada de um texto biográfico e de uma fotografia. A fotografia representa um certo diferencial, portanto, destaca seu nome entre um conjunto bastante amplo de profissionais que, em sua grande maioria, têm o texto biográfico ocupando umas poucas linhas, e cerca de 80% dos nomes não vêm acompanhado de uma fotografia. Cf. FRANCO; RAMOS, 1943, p.527.

310 Id., *ibid.*, p.32.

as profissões”. Os médicos, em sua opinião, facilmente obtêm a simpatia das pessoas por serem os portadores de valores humanísticos ligados à proteção da vida<sup>311</sup>. Nesse médico e professor, a visão racionalista, que enfatiza a função da verdade científica, conjuga-se a uma noção clara da importância da subjetividade, do carisma e da crença na relação entre médico e paciente, em que a “saúde moral” do primeiro está diretamente relacionada à cura do segundo.

Na metade da década de 1930, Raul Pilla constatou que o médico, gradativamente, tornara-se um sociólogo e um político. Sociólogo na medida em que estudava as causas e os distintos aspectos das enfermidades sociais; político, quando formulava as regras necessárias para combatê-las. Muitos médicos, nas décadas de 1930 e 1940, preocuparam-se em estudar a possível vinculação existente entre a saúde pública, de um lado, e os aspectos climáticos, econômicos, bio-demográficos, nosográficos e sociais, de outro. Havia, então, uma concepção, compartilhada por vários profissionais da saúde, segundo a qual o médico era um sociólogo nato, pois precisava estar atento às tradições e aos hábitos resultantes de um determinado modo de organização sócio-cultural e econômica, elementos que poderiam estar associados - funcional ou causativamente - a certos problemas de saúde pública. Entre os fatores a serem considerados deveriam figurar, em primeiro plano, os hábitos alimentares, que eram diversos na zona da pecuária e na zona da agricultura, no Rio Grande do Sul, embora vigorasse, em ambas as regiões, a desorientação, causadora da carência ou do excesso de alimento ingerido pela população. Questão de tamanha relevância só poderia ser resolvida pelos responsáveis - mediante o conhecimento minucioso das possibilidades de produção de cada lugar -, dentre os quais se destacavam os médicos, com suas “responsabilidades sociais”.

Exemplos desse interesse abrangente pela dimensão social da medicina não faltavam. Bonifácio Costa, médico e diretor do Departamento Estadual de Saúde, em discurso proferido na sessão de encerramento do Congresso de Tuberculose, ocorrido em 1941, em Porto Alegre, afirmava:

O conhecimento das regiões em que o Estado do Rio Grande do Sul está fisiograficamente dividido nos dá as explicações da incidência da

---

311 Id. *ibid.*, p.32-33.

tuberculose dentro dos fatores da sua agravação, atendendo às condições sociais da sua população, quer em relação ao latifúndio quer em relação à aglomeração de habitantes em casos impróprios à defesa e bem estar dos indivíduos, quer em relação à sua precária alimentação, fora das épocas em que a vida da campanha pelo movimento das safras, lhes proporciona maiores recursos, quer pelo agrupamento de indústrias, quer pelo esclarecimento de gêneros alimentícios dos meios urbanos de maiores exigências representativas da vida social, quer pela falta de uma orientação, o que toca à variedade e quantidade de alimentos, dentro das taxas normais das exigências fisiológicas, quer quanto ao grau de educação do trabalhador, quer quanto à nocividade de suas indústrias e ambientes de trabalho. (*Panteão*, 1943, p. 5-6)

Todas as enfermidades, e não somente a tuberculose, passavam a fazer parte da equação dos problemas da medicina social e sanitária. Os textos publicados no *Panteão médico rio-grandense*<sup>312</sup>, esclareciam que o Estado continha dois aspectos nitidamente diferenciados do ponto de vista demográfico, que estavam condicionados, de modo imperativo, pelo processo econômico predominante em cada uma de suas regiões fisiográficas. Na obra, descreviam-se essas duas regiões gaúchas. A primeira caracterizava-se por um tipo de baixa densidade demográfica peculiar a todos os municípios rio-grandenses que gravitavam em torno das atividades pastoris, “dependentes do latifúndio”. A segunda apresentava uma ponderável concentração demográfica, própria de zonas em que predominava a policultura, onde se estabeleceram o regime “da pequena propriedade” e a conseqüente fixação e multiplicação do elemento humano.

Os ensaios, de uma maneira geral, e, em particular, a apresentação da obra<sup>313</sup>, evidenciavam que o estudo desenvolvido pelo médico, cuja finalidade social era a valorização do ser humano, tinha como pressuposto a consideração de aspectos relevantes, relacionados à infra-estrutura, nos quais se apoiavam as realizações médico-sanitaristas propriamente ditas. O conhecimento das características estruturais dos distritos e municípios poderiam fornecer a chave para explicar muitas “diáteses e perturbações”, manifestadas na anatomia e na fisiologia do complexo orgânico que representava um Estado ou um país. Sendo

---

312 Id. *ibid.*

313 Id. *ibid.* A edição da obra contou com 600 exemplares numerados de 1 a 600 e rubricados pelos autores, o exemplar consultado está no Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo (RS) e leva o número 281, sendo assinado por Álvaro Franco e Sinhorinha Maria Ramos, organizadores da obra. A referida publicação teve o apoio da Sociedade de Medicina de Porto Alegre e do Sindicato dos Médicos de Porto Alegre. Foi editada em São Paulo por Ramos e Franco Editores em 1943. Entre os colaboradores da obra aparece o nome de Raul Pilla.

assim, o médico, que em “razão de seu próprio ofício é um político operante”<sup>314</sup>, deveria prestar atenção ao contexto em que estavam inseridos esses municípios.

Conheciam-se casos em que a economia de determinada região havia impedido a concentração demográfica, dificultando, sobremaneira, a fixação de agrupamentos humanos ponderáveis e, conseqüentemente, a implantação de uma rede escolar apreciável, de núcleos esportivos e recreativos, de um sistema de unidades hospitalares e de assistência médico-social, fatores tidos como indispensáveis para transformar as populações rurais em agentes, imbuídos de espírito associativo e cooperativista. Dessa forma, as enfermidades poderiam ser facilmente evitadas, desde que houvesse os recursos necessários à formação de uma consciência sanitária desenvolvida e uma prática bem orientada.

Esse diagnóstico surgiu a partir das grandes transformações pelas quais passou a medicina nas primeiras décadas do século XX. Ao referir-se a essas mudanças, Pilla situava a medicina como uma arte que, rapidamente, ia tornando-se cada vez mais social e preventiva. A importância social da medicina foi-se acentuando à medida que certas moléstias passaram a ser associadas a aspectos eminentemente sociais. Esses, por sua vez, foram adquirindo uma significação maior pela natureza e pela gravidade dos males que causavam à população. O que Raul Pilla verificou, a partir de 1934, foi a ampliação progressiva da esfera social da medicina, fenômeno que conferiu grande importância à organização burocrática de higienistas encarregados de zelar pela saúde pública.

De certo modo, a constatação feita pelo médico e líder libertador remete à tese de Foucault (1979, p.79-110), de acordo com a qual a medicina moderna implica uma prática social, possuindo somente uma característica individualista, ao valorizar as relações médico-doente. Segundo o intelectual francês, o desenvolvimento do capitalismo, em fins do século XVIII e início do século XIX, promovera a socialização do corpo enquanto força de produção e de trabalho. Assim, salienta Foucault, o corpo tornara-se uma realidade biopolítica, pois foi, sobretudo, por meio dele - e não apenas da consciência ou da ideologia - que passou a se estabelecer o controle da sociedade sobre os indivíduos. Destaca-se que, somente na passagem do século XVIII para o XIX, a questão do corpo e da

---

314 Id. *ibid.* p. 07.

saúde foi relacionada à força produtiva dos indivíduos, e a medicina foi definida como uma estratégia biopolítica. Antes desse período, a formação da medicina social cumpriu duas fases: a medicina de Estado e a medicina urbana.

Nas décadas de 1930 e 1940, ao dirigir-se a várias turmas de formandos em medicina, na condição de paraninfo, Raul Pilla examinou as diversas facetas que comporiam o ofício dos profissionais dessa área. Ao que tudo indica, o seu objetivo era “passar para os menos experientes” um pouco da experiência que adquirira como médico e, sobretudo, agregar valor simbólico ao exercício da profissão, mediante um processo de negociação pública relativo ao significado da medicina. Seu discurso demonstrava preocupação com os jovens médicos que pensavam apenas em ganhar dinheiro com o ofício, ao mesmo tempo que procurava incentivar aqueles que pretendiam desempenhar suas atividades orientando-se por um prisma moral.

Desse modo, uma das atitudes do paraninfo era de discutir com os recém-formados as dimensões profissional e sacerdotal que envolveriam a prática da medicina. Para tanto, associava a gênese da medicina ao surgimento da primeira dor humana<sup>315</sup> e salientava que, nos primórdios da civilização, a função sacerdotal e a médica concentravam-se na pessoa do curandeiro. À medida que os seres humanos “tomaram consciência” de toda a sua fragilidade diante do universo – lembrou ele -, teriam buscado na religião a proteção necessária para levar à frente “a sua marcha milenária”. Dessa forma, conforme explicava, a religião nascera da noção que os homens tiveram de sua “pequenez ante a imensidade do cosmos”. Assim, apareceram os sacerdotes, iluminados guias que haveriam de conduzir a humanidade nos seus primeiros e incertos passos. Esse teria sido, na visão do professor, o marco do nascimento da religião e, com ela, do advento da medicina. Foi preciso transcorrerem milênios, constatava, para que se separasse a cura da alma da cura do corpo, e os “caminhos do céu dos caminhos da terra”.

Ao analisar a profissão de médico, Raul Pilla não desconsiderava o seu caráter pragmático, pois tinha consciência de que o sustento material daqueles que se dedicavam a esse ofício dependia das atividades que exerciam. Entretanto, chamava a atenção dos acadêmicos para que não permitissem que

---

315 Cf. PILLA, 1949, p. 11-16.

fatores ligados a sua sobrevivência viessem a se sobrepor aos deveres de ordem moral inerentes à prática da medicina. Destacava, a esse propósito, a proximidade existente entre tal profissão e o sacerdócio, uma vez que o médico primava pela cura, pelo alívio da dor, pelo consolo aos aflitos e pela tentativa de infundir ânimo nos desesperados. O professor acreditava que o verdadeiro médico, no exercício pleno de sua função social, seria aquele que deixasse de lado a postura fria, de apenas prescrever um tratamento com base em conhecimentos científicos, e se deslocasse para a posição dos que sofrem. A afirmação abaixo sintetiza seu pensamento acerca do tema:

De um lado, os sacerdotes também vivem do altar, apesar da missão espiritual que desempenham. De outro lado, toda a profissão oferece um duplo aspecto: é meio de vida, expressão do interesse individual, e, ao mesmo tempo, função social. Por isso, há meios de vida cujo exercício não constitui verdadeira profissão, e antes se devem capitular como atividade malfazeja, pelo caráter imoral e anti-social de que se revestem; e profissões há que convizinham com o sacerdócio, por seu caráter eminentemente social e pelo sacrifício constante que exige o seu reto exercício. Ora, inegável é que a profissão médica se inclui nesta última categoria e nela ocupa os mais altos graus. É profissão, não há dúvida, porque em geral os que a procuram buscam nela um meio honroso de subsistência, mas, bem compreendida e plenamente exercida, é alguma coisa mais do que uma profissão vulgar. (1949, p. 13)

Raul Pilla, portando-se sempre como um mestre, ensinava que a medicina não era uma profissão comum<sup>316</sup> - pois o médico tinha o poder de adiar a morte – e, por isso, o seu exercício exigia um conjunto de predicados que não eram prioritários em outros ofícios. Pode-se dizer que ele atribuía à medicina um caráter sagrado; encarando-a como uma missão, na qual vigorava uma lei moral, um imperativo categórico. Além disso, alertava que, na prática médica, os requisitos indispensáveis não eram apenas honestidade, conhecimento, habilidade e, naturalmente, boa disposição para o trabalho; a relação de confiança entre médico e paciente deveria ser considerada fundamental.

Do lado do paciente, advertia ele, o mecanismo da cura era bastante complexo e funcionava, em maior ou menor grau, com base na ação de mecanismos psíquicos. Assim sendo, segundo sua opinião, uma prescrição

---

316 Ver PILLA, 1943; 1946.

terapêutica acertada possuía capital importância, porém, se o doente não se entregasse com convicção ao tratamento que lhe fora indicado, por não ter confiança naquele que o prescrevera, o organismo do enfermo não se mobilizaria, apesar das maravilhosas reservas de que dispunha. Do lado do médico, em seu entendimento, a capacidade de inspirar confiança vinculava-se a fatores não menos misteriosos, que variavam de um profissional para outro e pareciam ter a sua eficácia atrelada muito menos à competência técnica do profissional do que a sua personalidade. O ideal, segundo informava, seria que ambas as características pudessem agir na relação médico/paciente<sup>317</sup>. Eis a resposta que ele esboçava para a indagação acerca do(s) fator(es) que inspira(m) ao doente essa confiança:

Parece-me, senhores, uma influência complexa, mas eminentemente pessoal. Pode desenvolver-se, modificar-se, aperfeiçoar-se, mas faz parte da personalidade do médico, e emana dela como luz, de um foco luminoso. Se eu me animasse a tentar uma análise do fenômeno, diria ser, entre outras coisas, uma simpatia, uma compenetração dos sofrimentos alheios. Quando o enfermo sente no médico o desejo de lhe aliviar os padecimentos, como se seus próprios foram, a sua simples presença, uma palavra, um aceno operam verdadeiras transformações. (1949, p. 41)

Verifica-se que a visão de Raul Pilla sobre a necessidade de aliar o conhecimento científico, a racionalidade, a aspectos ligados à subjetividade antecipava alguns dos preceitos que, contemporaneamente, estão no centro das

---

317 O ponto fundador da Modernidade foi a “secularização”, uma vez que esta provocou a progressiva autonomização da razão, da natureza, da sociedade e da política, assim como a imanentização dos fundamentos da ética e da liberdade, e a paulatina separação entre a esfera pública e a privada. Nos séculos XVIII e XIX, houve uma aceleração do processo de secularização, desencadeada pelo antropocentrismo subjacente a todas as transformações ocorridas naquele período. Assim, a secularização não foi mais do que a resultante de apropriações - invertidas - e deslocamentos de potencialidades propiciadas pela própria religião, mas, naquele momento, inscritas no autônomo e imanente horizonte da aventura humana. Nesse movimento, a capacidade humana para manipular a natureza - em curso desde o século XVII - ampliou-se, condicionada pelas alterações sociais e econômicas do início da época moderna. Assim, a afirmação do homem como ser racional e livre, apto para conhecer o cosmos, não apenas secularizou a sociabilidade, como criou as bases epistemológicas e tecnológicas que serviram de instrumento à explosão científico-industrial do século XIX. Esse novo otimismo, uma vez estendido à esfera dos fenômenos sociais, veio também a concretizar-se numa idéia terrena e irreversível de história, baseada no postulado de que o devir era ditado pela ação demiúrgica da humanidade. As teorizações acerca da natureza perfectível do ser humano, as concepções contratualistas, bem como as fundamentações filosófico-progressivas do tempo histórico, e, mais tarde, os esforços, ainda que ilusórios, no sentido de cientificar a sociedade (Comte, Proudhon, Spencer, Marx), foram projetos que irradiaram da mesma centralização imanentista e secular, perspectiva que fez da apoteose da razão, da ciência e do ideal emancipatório uma das características mais fortes da Modernidade. Cf. CATROGA, 2004, p. 2-29.



discussões multidisciplinares sobre a saúde humana.

Vale, também, observar que o médico e professor recorria a conceitos da biologia para explicar o funcionamento da sociedade e o papel a ser desempenhado, no seu interior, pelas diferentes profissões. Ele concebia a sociedade humana como um imenso organismo, ao qual estariam integrados, conscientemente ou não, todos os indivíduos - exceto os parasitários - e cuja característica principal seria a prestação de auxílio mútuo. De acordo com essa lógica, era preciso considerar o conjunto das distintas profissões - e dos profissionais das diversas áreas -, reconhecendo a importância de cada uma delas. Não existiam, portanto, profissões de menor relevância do ponto de vista social; havia, isto sim, ofícios exercidos de modo mais ou menos responsável e de forma mais ou menos prazerosa. Ele apostava na satisfação do dever cumprido como a recompensa mais segura que um profissional poderia receber, referindo, assim, ao retorno simbólico obtido por meio do trabalho.

O valor que Raul Pilla atribuía ao prazer, no desempenho das atividades profissionais, não o levava, todavia, a esquecer esta outra forma de compensação, igualmente imprescindível ao exercício satisfatório da medicina: a remuneração. Por essa razão, na década de 1940, ele questionava se o trabalho do médico não deveria ficar sob a gerência do Estado. Dessa maneira, transformado num funcionário do Estado, esse profissional receberia, segundo os padrões da época, uma remuneração condigna. A “proletarização” dos médicos preocupava-o, tendo em vista que o serviço realizado por eles era indispensável à sociedade. Ao lado de um pequeno número de profissionais que, à época, já tinham adquirido fama e prestígio, salienta Pilla, encontrava-se um grande número de médicos que mal podiam sobreviver do seu trabalho. Em sua opinião, essa desigualdade havia se instaurado não exatamente porque existiam muitos médicos, mas, sobretudo, porque a divisão da “clientela” entre eles era precária, ou, ainda, porque, no Brasil, a distribuição desses profissionais entre os estados e municípios não era satisfatória. Tal situação, já muito delicada, teria sido agravada pela atuação dos sindicatos profissionais, os quais forneciam aos seus associados serviços médicos gratuitos, que eram comprados “por atacado” e muito mal pagos. Diante desse contexto, a solução, aparentemente, mais simples seria, a “socialização da medicina”.

Raul Pilla vislumbrava uma série de problemas relativos à possível

estatização dos serviços médicos. Uma das principais questões a serem levadas em conta era o fato de que a condição de funcionários do Estado - ou de instituições para-estatais, como os sindicatos -, uma vez assumida pelos médicos, interviria no sentido de tolher o estímulo desses profissionais, diminuindo o seu senso de responsabilidade para com o doente e amesquinhando, desse modo, a atividade que exerciam. A única alternativa válida seria a própria sociedade facultar ao médico condições de vida compatíveis com o honesto exercício da profissão, a fim de que a função social desta não viesse a ser prejudicada.

O sindicato dos médicos, por sua vez, teria uma existência paradoxal, sendo, de acordo com Pilla, um “mal necessário”. Essa instituição conferia um caráter material à profissão, retirando-lhe a auréola de missão sacerdotal, mas, apesar disso ou justamente por isso, poderia proteger aqueles médicos que já passavam por um processo de “proletarização”, colocando-os em condições de igualdade com os demais (os “magnatas da profissão”). Em outras palavras, o sindicalismo estaria apto a fazer da medicina um ofício exercido honestamente, por uma parcela cada vez mais ampla de integrantes da corporação. Além disso, o sindicato teria condições - caso fosse de seu interesse - de elevar a profissão, não apenas materialmente, mas, principalmente do ponto de vista intelectual e moral.

Outro aspecto que merecia a atenção do médico e professor era a distinção entre a medicina preventiva e a medicina curativa. A prevenção das doenças, a conservação da saúde e a preservação da vida constituíam-se num ofício de cunho social, como fazia questão de salientar. Esclarecia, também, a respeito do assunto que, em virtude do processo de especialização, na passagem da década de 1930 para a de 1940, o clínico e o higienista haviam sido reunidos na mesma pessoa. Sendo, então, a higiene pessoal uma questão vinculada à saúde e à educação, caberia, principalmente, ao Estado promovê-la, por meio das suas escolas. Ao mesmo tempo que ressaltava o desenvolvimento dos aspectos sociais da medicina e a importância de sua dimensão preventiva, ele entendia que não se poderia extinguir a clínica, pois se fazia necessário prestar assistência ao doente. Advertia que, embora muitas moléstias estivessem em vias de desaparecer e várias causas patogênicas sofressem um processo de eliminação, paulatinamente, outras doenças iam surgindo, provocadas e/ou propagadas pelas

novas, e cada vez mais complexas, condições de vida da sociedade moderna. Por fim, comentava que não havia como suprimir as doenças, fato que atribuía à medicina um estatuto particular e especial:

Pesa ainda e pesará por alguns séculos a maldição do Gênesis sobre a humanidade. Nem o saber, nem a experiência, nem as virtudes lhe consentem por ora a perfeição, que seria a supressão completa dos males. O homem nasce da dor e só dela vai apurando, como o metal bruto no crisol. Por muito tempo ainda ele será uma criatura frágil e necessitada de amparo. Por muito tempo ainda será a medicina uma arte tecida de piedade e compaixão, que só os providos do predicado divino da simpatia poderão exercer cabalmente. (1949, p.16)

Raul Pilla situava a medicina entre o rigor técnico e a inspiração do artista. Argumentava que a exigência constante de novos conhecimentos, com a finalidade de atender, a cada dia, aos casos concretos que se apresentavam e de tratar as novas doenças que apareciam, impedia que a medicina fosse considerada uma ciência positiva. Apontava para a existência de diversas questões ainda completamente desconhecidas em relação aos seres humanos. Afirmava, então, que, a complexidade das situações com que os médicos se defrontavam e a contingência dos fatores em jogo nesse contexto demandavam desses profissionais uma ação pessoal indefinida e indefinível, comparável, muitas vezes, à inspiração do artista e pouco semelhante, em certas ocasiões, ao rigor do técnico.

Conseqüentemente, conforme destacava, o médico precisava possuir uma vasta cultura porque, a todo momento, era chamado a decidir um caso e a julgar um sistema. Cultura, para Raul Pilla, não significava quantidade de conhecimento acumulado, mas, fundamentalmente, capacidade de compreender, de interpretar e de criar. Essas faculdades é que tornariam o médico apto a cumprir a missão estabelecida pela natureza da própria profissão que havia escolhido. Por mais contraditório que pudesse parecer, a especialização era concebida por Pilla como uma contingência da limitada capacidade humana e, por isso, podia ser vista como uma condição para o progresso das ciências médicas. No entanto, ao aprofundar-se e especializar-se no estudo de um órgão, o médico não deveria perder de vista o funcionamento do organismo como um todo:

Não deve esquecer o especialista que o aparelho a cujo estudo se dedicou é, apenas, uma parte de um complexo organismo; e que, para bem conhecer o órgão, mister se lhe faz saber como funciona o organismo no seu todo. Aprendestes, já, não haver doenças locais, senão doenças gerais com manifestações locais. O ser humano é uma forte unidade: unidade na multiplicidade. Por isto, para bem conhecer uma das partes, é necessário conhecer o todo que ela concorre a formar. (...) Estudai, pois, meus jovens colegas, estudai sempre, mas não vos confineis no estudo da vossa arte. Tanto melhores médicos sereis, quanto mais conhecerdes do homem e do mundo. (1949, p.49)

Todos os aspectos acima mencionados demonstram que, na visão de Raul Pilla, o médico, ao mesmo tempo que se situava na condição de cidadão, ao exercer uma profissão de extrema relevância social, era um ser humano que precisava receber uma remuneração condizente com suas necessidades e com a posição que ocupava na sociedade. Para além dessas características, o médico deveria possuir um atributo de suma importância: a familiaridade com as demais artes, com a cultura universal, que lhe permitiria conhecer, com mais profundidade, “o homem e o mundo”. Por fim, via como um predicado freqüente no profissional dessa área o pendor para a atividade política, cujo exercício poderia tornar-se uma extensão da missão que a medicina representava.

Assim como evidenciava um vínculo entre a ação do médico e a do político, Raul Pilla propunha uma analogia entre os fenômenos biológicos e os políticos ou sociais, argumentando que ambos, para serem analisados dependiam da aplicação do método científico<sup>318</sup>. Ele julgava que, nesses dois âmbitos – a biologia e a política -, havia incidência de uma “complexidade causal”, resultando daí que a nenhuma conclusão segura se poderia chegar sem a cuidadosa análise dos fenômenos. Alertava, ainda, que a simples coincidência dos fatos não era suficiente para que fosse estabelecido um elo causal entre esses eventos. Sua sugestão era a de que se penetrasse na intimidade dos fenômenos, para buscar as surpreendentes relações que esses possuíam entre si. Tais noções viriam a orientar sua atuação no parlamento. Assim, antes de discutir as questões que lhe pareciam polêmicas nas sessões da Assembléia Nacional Constituinte, via de regra, procurava lembrar a seus pares sobre a pertinência de alguns preceitos

---

318 Cf. FRANCO; PILLA, 1999, p.236-237.

“lógicos”. Nessas ocasiões, ele chamava a atenção para a intervenção de causas múltiplas nos fenômenos complexos da biologia e, sobretudo, da política ou da sociologia. Desse modo, o médico e professor que estendera a sua ação para o terreno da política evitava a abordagem reducionista e/ou simplista dos temas em pauta.

## 5 PALAVRAS DE UM PROFESSOR NA CONSTITUINTE DE 1946

Raul Pilla, sobretudo nos discursos que proferiu logo após a instalação da Assembléia Nacional Constituinte em 1946<sup>319</sup>, enfatiza que uma das marcas da sociedade brasileira é a falta de educação política. Ressalta, nesses pronunciamentos, que as estratégias das quais os brasileiros lançam mão, com o objetivo imediato de conquistar e manter seus direitos privados ou individuais, via de regra, excluem ou desconhecem seus direitos políticos. O deputado menciona o modo como as pessoas concebem as reuniões e assembléias de caráter profissional e/ou econômico, lembrando que, conforme as declarações comumente feitas por elas, tais encontros não são considerados políticos. No entanto, o líder libertador lembra que, na prática cotidiana dessas mesmas pessoas, quase sempre, a política - por intermédio das diferentes instâncias governamentais - acaba sendo o destino final das reivindicações resultantes dos referidos encontros, que, supostamente, não possuiriam natureza política. O deputado, então, destaca que somente nesse instante - quando se dirigem ao poder público para postular a adoção de medidas aprovadas nas assembléias -, os indivíduos tomam consciência de que a esfera política desempenha a função de regular as atividades sociais.

Segundo Raul Pilla, jamais se conseguira articular as preocupações políticas com os interesses reais e cotidianos da população, o que é o “grande mal da vida brasileira”. Em sua opinião, chegou-se, até mesmo, a perceber a existência de tais dificuldades e a supor-se que estariam no governo os meios de resolvê-las. Constata, porém, que, no momento de agir politicamente, isto é, de escolher, constituir e pôr em prática uma ação de governo que proporcione

---

<sup>319</sup> Cf. Diário do Poder Legislativo, 1946, fevereiro, p. 97-98.

resultados eficazes e eficientes - longe das divagações verbais de puro caráter abstrato -, o projeto logo se converte em mera retórica e o seu caráter institucional substituído por uma dimensão personalista, na medida em que um indivíduo se apresenta como o único portador das soluções que os brasileiros almejam.

Ao examinar as fontes da degradação política desse enfoque, o líder libertador desloca a atenção dos fatos internacionais - que no período pós-1945, tinham alterado as condições do mundo - e, também, dos “erros” deste ou daquele governante, para concentrar-se na cultura política e sociológica vigente, que, como afirma, teria gerado a inteira conformidade dos brasileiros com o governo presidencialista. De acordo com o deputado, nesse governo - em contínua evolução para o poder absoluto e centrado numa relação de cunho personalista - resume-se e concretiza-se o regime instaurado na Constituição de 1891, mantido na Constituição de 1934 e, “logicamente”, rematado na *Carta* de 1937. Com base nesses argumentos, Raul Pilla sugere a seus pares uma mudança, a ser efetuada por intermédio da prática de costumes e da adoção de métodos democráticos, cuja finalidade seja valorizar a soberania popular, expressa no voto, fortalecendo o parlamento como instância primeira da democracia.

O líder libertador explica que a preponderância da função parlamentar sempre esteve ligada a uma determinada concepção de poder e de sociedade, a uma ideologia revolucionária que postulava a restrição do poder absoluto do Estado<sup>320</sup>. Esclarece, ainda, que houve um considerável abalo dos órgãos legislativos quando foram privados da sustentação ideológica contida nas premissas do Estado liberal ou, ao tempo em que, com o advento de um poder novo, viram-se, subitamente, “despolitizados” ou neutralizados. Nessas circunstâncias, o parlamento sofrera a perda ou a remoção da legitimidade valorativa que até então possuía, retraindo-se à condição de mero instrumento técnico, ao qual cabia realizar os fins governativos da coletividade política. Assim, constata o deputado, mudaram a ideologia e, também, os valores relativos, conseqüentemente, alterou-se a concepção de poder ou de Estado. De tais

---

<sup>320</sup> Houve um momento preciso da história, aquele em que as instituições políticas refletiam um compromisso na distribuição da competência estatal entre os órgãos de soberania, época a que correspondeu o advento da separação de poderes como o mais alto princípio constitucional na organização do Estado. Esse período de ascensão da burguesia criou a instituição parlamentar cujo modelo prevaleceu no clima de idéias do século XIX e do Estado liberal.

transformações, resultou uma diferente correlação de forças, modificando-se o quadro no qual estavam inseridos os dois poderes políticos por excelência: o Executivo e o Legislativo. Desse modo, alerta ele, não restam dúvidas de que, na transição do Estado liberal ao Estado social, o poder mais sacrificado fora o Legislativo, que em seus aspectos doutrinário, técnico e político dá mostras desse declínio<sup>321</sup>.

Abordando essas três dimensões do Legislativo, Raul Pilla lembra ter havido uma época em que a sociedade política tinha estado de ânimo e confiança comparáveis àqueles que ostentavam as antigas assembleias, situação que fazia do representante, no Estado liberal, o livre e independente mandatário da soberania nacional. Depois do enfraquecimento e da queda do Estado liberal, como afirma o deputado, subsistiu a representação de natureza parlamentar, que passou a atender, sobretudo, às exigências de ordem racional, na organização do poder político e na distribuição das respectivas esferas de competência. De certo modo, a função legislativa experimentou um processo de decadência, se for considerado o papel histórico que os órgãos representativos cumpriram - de guias da sociedade - na transição do absolutismo ao constitucionalismo. O líder libertador conclui, portanto, que o eclipse da doutrina liberal não acarretou a eliminação dos órgãos representativos de natureza parlamentar; o que ocorreu foi um certo esvaziamento do conteúdo doutrinário e uma excessiva desvalorização, desses órgãos parlamentares, que, todavia, do ponto de vista técnico, são necessários a toda forma de sociedade pluralista, avessa a uma concentração monolítica do poder<sup>322</sup>.

Vale observar que, nas últimas décadas do século XIX, o Brasil nada deixa a desejar à dinâmica européia, em termos de direito constitucional, principalmente se for considerada a experiência histórica da Nação. Raul Pilla refere-se a essa experiência. Salaria ele que, coincidentemente com o período doutrinário do liberalismo em escala universal - rico em lições teóricas sobre os fundamentos do direito, da liberdade e da justiça -, a organização parlamentar brasileira viveu oportunidade política "rara, única e extraordinária" em todo o continente, ao reproduzir no País, por obra do costume constitucional, um modelo

---

<sup>321</sup> Ver BONAVIDES, 1998.

<sup>322</sup> Os Paramentos foram no século XX nos países "subdesenvolvidos", órgãos-chave para promover o desenvolvimento com legitimidade, visto que associaram na esfera da liberdade, o econômico e o político em bases de consenso e solidariedade entre governantes e governados. Cf. BONAVIDES, 1998, p.98-11.



governativo de inspiração europeia - marcadamente inglesa -, de que resultaria o chamado parlamentarismo do Império<sup>323</sup>.

Relata o deputado que, entre 1847 e 1889 - da Maioridade à Proclamação da República -, o Império no Brasil desenvolveu um tipo particular de parlamentarismo, que, posteriormente, seria objeto de muitas críticas. Vários textos reputam-no um pseudoparlamentarismo, uma variante do autêntico modelo inglês, de acordo com o líder libertador. Ele esclarece que aquelas críticas que consideram o sistema de governo praticado no Império por quarenta anos, tão-somente, como uma espécie de “ensaio” adotam um referencial bem evidente. Essas críticas tomam como parâmetro o modelo inglês de parlamentarismo e partem do pressuposto de que o vício mais grave que teria comprometido o parlamentarismo brasileiro foi a concentração de poderes nas mãos do Imperador, que se teria convertido, por meio do Poder Moderador, em supremo juiz das questões políticas.

De acordo com essa concepção, o poder era exercido pelo Imperador sem que houvesse qualquer mecanismo no sentido de monitorar os possíveis atos de irresponsabilidade administrativa do monarca<sup>324</sup>. Prova disso seria o fato de que o partido conservador e o partido liberal se alternarem no ministério, e de a troca dos integrantes das diversas pastas ser sempre decidida pelo poder pessoal do monarca. Ruy Barbosa - citado por Raul Pilla como um dos autores das referidas críticas - mencionava que, ao longo do reinado de D. Pedro II, a Câmara havia sido dissolvida onze vezes. Com base nessa constatação, o jurista emitia o seu parecer, declarando que as excessivas prerrogativas políticas pessoais é que teriam envenenado e atrofiado, em larga medida, o desenvolvimento normal que poderia ter logrado o parlamentarismo do Império<sup>325</sup>.

A fim de fazer um contraponto às idéias Ruy Barbosa, Raul Pilla cita um

---

<sup>323</sup> Nessa avaliação retratando a era do liberalismo parlamentar no Brasil, não se está desconsiderando a Constituinte de 1823, nem a elaboração do Ato Adicional, nem a Lei da Maioridade, nem o reformismo da Abolição, que foram, sobretudo, provas da presença significativa de um Poder atento à sorte do País, em termos de manter a unidade nacional. Não vamos esquecer que a América espanhola fracionou-se em várias pequenas repúblicas, ao passo que a América portuguesa, gerou um Estado-nação, único, que é o Brasil.

<sup>324</sup> Durante a experiência parlamentar do Império, o Brasil conheceu 35 ministérios. No longo reinado de D. Pedro II, 22 ministérios sucumbiram aos conflitos dos conservadores e liberais. Assim, num governo de cinquenta anos, resultou na sucessão de 36 gabinetes, com a média de um ano e três meses de duração cada um. Aparentemente, havia uma grande instabilidade, mas, de fato, não era bem isso o que ocorria. Na verdade, tratava-se de um sistema flexível que permitia o rodízio dos dois principais partidos no governo, sem maiores traumas. Para quem estivesse na oposição, havia sempre a esperança de ser chamado a governar. Assim, o recurso às armas tornou-se desnecessário. Cf. BONAVIDES, 1997, p. 339; Cf. FAUSTO, 1995, p. 180,

<sup>325</sup> Ver BARBOSA, 1910; 1915; 1933.

outro autor: Joaquim Nabuco. Este, na obra *O estadista do Império* – em que traça um painel histórico do Segundo Reinado –, considera que, antes de tudo, o Reinado é do Imperador. Entretanto, argumenta que o monarca não governa diretamente e por si mesmo; antes, ampara-se na Constituição e nas formas do sistema de governo parlamentar. Desse modo, assinala o autor, apenas nas ocasiões em que ocorre o revezamento dos partidos, com seus respectivos estadistas, à frente do governo é que o Imperador atua como árbitro, pois concentra em si o poder de compor e desfazer os Ministérios. Nabuco admite, porém, que, sendo curta a permanência dos gabinetes e precária a titularidade do cargo – duram enquanto agradam ao Monarca –, só há um meio de governar: a concordância com quem detém o poder. Opor-se ao Imperador, a seus planos, a sua política, é renunciar ao cargo de ministro. Assim, ressalta o autor, ao longo do Império, entre a impulsividade de D. Pedro I e a serenidade de D. Pedro II, o que se configura na prática política é o governo unipessoal.

A experiência parlamentar foi interrompida com a proclamação da República, uma vez que, no Brasil, esteve conjugada à monarquia, fator que no século XIX distinguiu o País das nações vizinhas, todas republicanas e presidencialistas. Raul Pilla destaca a esse propósito que, embora o advento da República houvesse posto fim à experiência do parlamentarismo, nem por isso desaparecera em definitivo a simpatia pela idéia parlamentarista, que “sentimentalmente e politicamente” pautou segmentos da nova geração republicana de políticos. O líder libertador cita, como exemplo da expressão engajada do parlamentarismo, o programa dos federalistas do Rio Grande do Sul, que, em 1901, se manifestavam, enfaticamente, a favor do retorno a esse sistema de governo, sustentando, assim, os princípios ditados pela influência política marcante de Gaspar Silveira Martins, cuja defesa da causa parlamentarista datava de 1892<sup>326</sup>.

---

<sup>326</sup> Ver Anais, 1946, fevereiro; março; abril; maio; junho; julho; agosto. Raul Pilla defendeu a implantação do parlamentarismo nos trabalhos constituintes de 1946. Dois anos depois, apresentou no Congresso a emenda parlamentarista. Sob sua influência, foi realizada, em todo o País, vasta cruzada de opinião em prol da implantação da mencionada modalidade de governança. Em setembro de 1961, o Presidencialismo agonizava em uma de suas piores crises de poder, com grande ameaça para a continuidade da ordem democrática. Pôs termo o Ato Adicional a essa crise, instituindo o sistema parlamentarista de governo, que teve duração efêmera, estendendo-se de setembro de 1961 a 17 de janeiro de 1963, quando o País mobilizou-se pelo voto plebiscitário à restituição do presidencialismo da Constituição de 1946. O término do parlamentarismo deu-se por meio do ato do Senado aprovando o substitutivo Gilberto Marinho, que revogava o Ato Adicional e o regime parlamentarista. O debate entre presidencialismo e parlamentarismo retornou na campanha à Assembléia Nacional Constituinte em 1986, durante os trabalhos constituintes em 1987 e, sobretudo, no plebiscito de 1993, em que o eleitorado brasileiro aprovou a forma de governo republicana e a

É digno de registro que, desde o surgimento da República, o Poder Legislativo tem-se enfraquecido paulatinamente no Brasil. As causas de tal enfraquecimento, segundo a opinião dos adeptos das idéias parlamentaristas, residem nas oscilações, nos defeitos e nos vícios que são inerentes à forma presidencialista de governo. Com efeito, os titulares do Poder Executivo, pela própria natureza desse regime, não raro assumem atitudes que poderiam ser caracterizadas como autocráticas. Ou tendem a ignorar as prerrogativas do Congresso, ou se inclinam a transformá-lo num dócil instrumento de sua vontade pessoal. Portanto, o sistema de governo presidencialista produziu, ao que parece, aquilo que alguns operadores do direito chamam de “crise latente das instituições representativas”, com a qual os brasileiros convivem desde o nascimento do regime republicano. Porém, essa crise só manifestou aspectos graves e inquietantes em períodos de recesso constitucional, nos quais ocorreu o fechamento do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras Municipais. Desse modo, em tais interregnos ditatoriais é que o País despertava para a “crise do Poder Legislativo”, conforme aconteceu na vigência do Estado Novo (1937-1945)<sup>327</sup>.

Convém chamar a atenção para o fato de que, tendo a Assembléia Nacional Constituinte ocorrido em 1946, os discursos de Raul Pilla como deputado constituinte são proferidos logo após o fim do Estado Novo. É, portanto, ainda sob os efeitos desse regime de exceção que ele reflete sobre o fenômeno da política, selecionando as temáticas que julga mais relevantes - no que diz respeito à redação de uma constituição para o Brasil - e acerca das quais irá se pronunciar. Os assuntos escolhidos por ele, via de regra, referem-se aos mecanismos capazes de garantir a efetivação da democracia e, especialmente ao

---

manutenção do sistema de governo presidencialista. Contemporaneamente, segundo matérias veiculadas em dois jornais de Porto Alegre (RS) *Zero Hora* e *Correio do Povo*, entre 2001 e 2004, há um grupo de parlamentaristas multipartidário que se reúne na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, inspirados nos ideais de Raul Pilla, expressos nas teses do parlamentarismo. Os nomes mais conhecidos que integram esse grupo são os do ex-senador Paulo Brossard e o do ex-deputado federal Jarbas Lima, entre tantos outros nomes ligados, ou não, aos mais diferentes partidos e, também, alguns familiares de Raul Pilla, como o seu filho (o autor deste trabalho conversou por telefone em 2001 e obteve informações acerca das reuniões periódicas desse grupo de parlamentaristas). Ver BONAVIDES, 1997.

<sup>327</sup> O processo de unificação político-administrativa, incompleto mesmo ao final dos sete anos de ditadura, deu-se de maneira gradual, por meio da montagem de mecanismos jurídico-institucionais e políticos bastante complexos, destinados a viabilizar o controle do poder central sobre as esferas estratégicas da economia. Esses mecanismos tomaram forma como uma engrenagem de controle a distância sobre as estruturas políticas regionais preexistentes, subordinando-as ao mesmo tempo que as absorvia ou circunscrevia seu âmbito de atuação; tudo isso por intermédio de ensaios e erros, numa série que vinha já antes de 1930, e que, talvez, tenha tido na reforma constitucional de 1926 um de seus marcos mais visíveis. Ver SOUZA, 1983.

sistema de governo parlamentarista, visto como o mais compatível com a possibilidade de resolução dos problemas nacionais. Ao fazer essa escolha, o deputado procede a uma análise de cunho histórico, que lhe permite captar traços fundamentais da evolução do poder parlamentar no Brasil. Os discursos do líder libertador sugerem que o Brasil desfrutava, no quadro político da América Latina, de uma das mais sólidas e arraigadas tradições de vida parlamentar, desconsiderados os hiatos em que as instituições legislativas padeceram de desvio de função.

Raul Pilla concebe a Assembléia Constituinte de 1946 como o “encerramento” do Estado Novo (1937-1945)<sup>328</sup>. O deputado lidera, no parlamento, uma corrente de opinião segundo a qual o período situado entre o término da revolução federalista – ocorrida no Rio Grande do Sul -, no ano de 1895, e a instalação final do poder absoluto, em 1937, com o golpe do Estado Novo em âmbito nacional, foi caracterizado pela sistemática deseducação da sociedade nas esferas da liberdade e do direito<sup>329</sup>. Fica implícita, na afirmação do líder libertador, a idéia de que a fragilidade dessas duas esferas da vida social teriam propiciado a instauração de um regime de exceção. Além disso, ele declara que poderia findar naquele instante a trajetória de 48 anos de governo pessoal que marcou a República - a partir do golpe de 15 de novembro de 1889 -, caso os constituintes, fazendo uso de um poder legítimo, alterassem o sistema e a organização dos poderes constitucionais, revogando o dispositivo da Constituição de 24 de fevereiro de 1891 que instituía o presidencialismo.

O deputado parlamentarista acredita que, no Brasil, a idéia de liberdade foi sendo gestada nas lutas que foram travadas antes, durante e após o processo de Independência do País, nos debates realizados por ocasião da Assembléia

---

<sup>328</sup> As concepções de Raul Pilla aproximam-se, em muito, daquela expressa na vasta obra do jurista e “publicista” José Maria dos Santos, 1930. Cf. PILLA, 1946, p.23-24.

<sup>329</sup> O projeto político que se tornou hegemônico e popularmente aceito pós-1930, o qual se fundou na busca constante de uma identidade nacional impactante com repercussões na sociedade. Os desdobramentos desse processo deram-se por meio da conformação dos homens como espectadores das ações governamentais, da manipulação dos sentimentos, das paixões e da aposta da brutalidade do totalitarismo como forma de impulsão das massas e da manutenção do poder. Nesses termos, ocorreu com o Estado Novo a instalação de um Estado dual (o institucional e o de prerrogativas): a prisão torna-se um campo de segregação para a ação do regime e da polícia, onde os homens são gerenciados no sentido de “demover o cidadão de suas condições humana e jurídica; a polícia se produz e reproduz como o grande agente de instabilidade social; a população participa do sonho totalitário; passa a existir um padrão totalitário independente; criam-se clichês; a criação de inimigos objetivos justifica as medidas repressivas e a centralização do aparato policial; aprofundam-se preconceitos e hostilidades aos estrangeiros e seus descendentes, quebrando-se o mito da aceitação nacional em relação a outras nacionalidades; e a ação do Estado modifica a noção de cidadania que a sociedade pudesse ter construído até aquele momento”. Cf. CANCELLI, 1993, p.5-6.

Constituinte de 1823 e, sobretudo, “no grande movimento republicano de 1824 até a pacificação geral em 1845”<sup>330</sup>. Tal formulação indica que, para o líder libertador, as lutas “republicanas” que ocorreram no período monárquico, sob a vigência da Constituição de 1824, concorreram para a formação moral da sociedade e, conseqüentemente, para a valorização da prática democrática. No dizer de Pilla, essa sólida base contribuiu, sobremaneira, para que:

guardando ainda algumas aparências ou alguns vislumbres de liberdade, tenhamos esperado quase meio século para descer até ao poder absoluto. Porém, desde que, proclamando a República, aceitávamos como a mais moderna e perfeita forma de democracia um govêrno essencialmente igual àquele contra o qual intransigentemente lutáramos, em nome da liberdade. (...) Este é todo o segredo do constante decair para o govêrno absoluto em que se resume a nossa história republicana até 1937. Ninguém dirá que de tamanha incongruência ou de tão lamentável paradoxo não nos tenhamos imediatamente ressentido. (1946, p. 23)

Para o parlamentar do Partido Libertador, o início da Monarquia e os primeiros dias da República não diferem muito, se for considerada a presença de aspectos autoritários nessas duas fases. Em seu entendimento, entre 1892 e 1895, empreendeu-se uma luta contínua contra as pretensões e os insultos do governo pessoal, tão intensa e decidida quanto o foram aquelas outras que marcaram a formação inicial do Brasil como país independente. Todavia, alerta o deputado, se as intermináveis guerras civis do primeiro reinado e da Regência encerraram-se, afinal, com o reconhecimento da maioria do imperador Pedro II - por meio da instauração definitiva de um governo de feição parlamentarista -, os três anos da revolução federalista e da revolta da esquadra conduziram apenas à consolidação do governo de forma pessoal, consignado na Constituição de 1891.

Essa interpretação da história política do Brasil, assentada num conjunto bem articulado de argumentos, leva a pensar que houve, por parte dos detentores do poder, uma tentativa de apagar da memória dos brasileiros o conceito fundamental das liberdades públicas e políticas, como princípio essencial e insubstituível da garantia das liberdades privadas ou individuais. Tal tentativa teria

---

<sup>330</sup> Cf. PILLA, 1946, p. 23.

como objetivo transformar esse princípio e essas garantias numa prerrogativa do governo.

### 5.1 A garantia dos direitos

Pilla vê a história da humanidade como uma longa “marcha”, que se faz regularmente, partindo da opressão com destino à liberdade. De acordo com essa forma de pensar, a história possui uma direção geral, que não se altera<sup>331</sup>. O deputado compartilha uma visão segundo a qual o homem liberta-se, progressivamente, da natureza por meio do trabalho, da ciência, da indústria e, ao mesmo tempo, por intermédio da democracia, livrando-se, assim, da servidão imposta “pelo próprio semelhante”. Essa formulação evidencia a concepção moderna que orienta o pensamento do líder libertador, expressa na idéia de que não há liberdade capaz de impor-se por sua simples definição e de garantir-se por si mesma. A conquista e a preservação da liberdade requerem a existência de uma armadura política que as possibilite.

Em vários de seus pronunciamentos na Assembléia Nacional Constituinte, o deputado parte de um raciocínio, aparentemente, simples, a fim de estruturar a argumentação que apresenta<sup>332</sup>. Seu ponto de partida é o fato de que a multimilenar e acidentada ascensão da humanidade, da opressão para a liberdade, coloca um problema técnico fundamental. Se há, necessariamente, governados, que são a imensa maioria, e governantes, que, constituindo uma ínfima minoria, dispõem, todavia, de “poderosíssimos e incontrastáveis meios de ação”, trata-se, para Pilla, de evitar que esses meios venham a afetar ou a destruir a liberdade comum.

A garantia efetiva e a materialidade do direito se tornar-se-iam possíveis, em seu entendimento, caso o Estado criasse alguns mecanismos com o propósito de assegurar os direitos da população. Para tanto, o aparelho estatal precisaria organizar-se de modo a impedir que os ocupantes das funções administrativas,

---

<sup>331</sup> Cf. FRANCO; PILLA, 1999, p.113-115.

<sup>332</sup> Cf. Diário do Poder Legislativo, 1946, março, p.9-10.

executivas, legislativas, judiciárias, policiais e de todas as demais pudessem – ao abusar do poder que possuem - lesar o direito de cada cidadão. A efetividade dos direitos individuais não poderia, portanto, depender da boa vontade, da compreensão, dos impulsos, do arbítrio de um monarca ou de um presidente da república. Como afirma o deputado, uma carta de direitos que não contasse com o mecanismo político capaz de os garantir valeria, assim, pela manifestação de um estado de consciência coletiva, mas “não passaria de letra morta”, do ponto de vista prático.

Levando-se em conta tais argumentos, é possível compreender melhor o pensamento político do líder libertador, quando este acentua que uma liberdade qualquer só existe à medida que se disponha de meios para defendê-la e garanti-la. As palavras do deputado apontam para “a inexistência de liberdade inerte porque, a liberdade, mesmo quando se tratava como simples faculdade, é sempre um exercício”<sup>333</sup>. Salaria, ainda, que as liberdades privadas ou individuais só existiriam e se manteriam por intermédio das liberdades públicas ou políticas, que se constituiriam na garantia e na defesa permanentes daquelas. Dessa forma, caso os cidadãos não tivessem meios de influir, normal e seguramente, na composição e na prática de governo, não haveria, de uma maneira efetiva e continuada, a vigência dos demais direitos, reguladores das liberdades de ir e vir; de escolher domicílio e profissão; de dispor do produto do próprio trabalho; de permutar utilidades e serviços; de adquirir, alienar ou possuir, segundo o livre exercício das faculdades naturais e humanas, pelas quais o indivíduo social, pacificamente, angariava, conservava e fazia prosperar a sua existência, bem como a vida de seus familiares e das pessoas próximas a ele.

Considerando todas essas questões, Pilla conclui que os dois tópicos mais relevantes de uma constituição são a declaração dos direitos e a organização dos poderes<sup>334</sup>. Os demais elementos de uma Carta Magna, em sua opinião, são secundários e, portanto, dispensáveis na fase dos debates iniciais promovidas na constituinte, quando se trata de concentrar as atenções nos problemas fundamentais a serem abordados. Quanto aos outros temas constitucionais, aos

---

<sup>333</sup> Id., *ibid.*, p.24.

<sup>334</sup> A visão de Raul Pilla sobre as atribuições dos constituintes e da responsabilidade das instituições brasileiras pode ser encontrada entre os seus pronunciamentos realizados na Comissão da Constituição da Assembléia Nacional Constituinte. Ver “Pretensos defeitos do sistema parlamentar de governo”. Voto sobre A presidência da República. Seu pronunciamento foi publicado no *Diário da Assembléia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, n.81, 06 de jun./1946. p3.

quais atribui menor importância, o deputado sugere que sejam examinados após o encerramento dos trabalhos da constituinte, durante o período de discussão da legislação ordinária. Além disso, ele reitera a idéia de que a própria declaração dos direitos, por mais solene e completa que viesse a ser, poderia não apresentar um resultado prático satisfatório, caso a efetividade desses direitos não estivesse garantida por meio de um mecanismo constitucional eficaz.

A visão constitucional do líder libertador está condicionada por sua preocupação em assegurar a materialidade dos direitos no cotidiano. Por esse motivo, propõe a institucionalização de um sistema de governo realmente democrático, que consagrasse a responsabilidade dos governantes. Ele deseja alertar seus pares para os prejuízos causados por sistemas de governo cujas características principais são o privilégio concedido ao poder pessoal do governante e a irresponsabilidade no trato dos assuntos públicos. Lembra, assim, que esses fatores acarretam o enfraquecimento constitucional do País, uma vez que as leis não ganham vida, isto é, não adquirem eficácia.

Raul Pilla está convicto de que a “boa prática” da democracia exige, antes de mais nada, um sistema eleitoral capaz de proporcionar à opinião pública nacional um governo que esteja em consonância com as expectativas daquela. Voto proporcional, obrigatório e rigorosamente secreto, além de uma justiça eleitoral eficiente, constituem, na avaliação do deputado, os requisitos básicos desse sistema. Ele está seguro, entretanto, de que a existência do sufrágio universal não é suficiente, pois é a organização dos poderes – em virtude da profunda influência que exerce na vida política da Nação – o elemento decisivo, no que se refere à instauração da democracia. Esse elemento é essencial, principalmente, no Brasil, cuja sociedade caracteriza-se por um nível extremamente baixo de educação cívica.

Uma das grandes falhas do regime representativo no período republicano havia sido, de acordo com a análise feita pelo líder libertador, a ausência de partidos nacionais. No Império, segundo o parlamentar do PL, sempre houve partidos políticos de âmbito nacional; na República, porém, esses desapareceriam, sem que nenhum outro com a mesma característica tivesse surgido para substituí-los. Pilla é enfático ao declarar:



Não são os partidos criações arbitrárias da vontade humana senão organismos que nascem, se desenvolvem, regridem e perecem, de acôrdo com as condições ambientais. Assim, se partidos nacionais existiram no Império e não puderam vingar na República, é que impróprias à sua existência se tornaram as circunstâncias. (Diário do Poder Legislativo, [1946], 02 de março, p.14)

Percebe-se que o líder libertador compartilha as idéias de Tocqueville<sup>335</sup>, sobretudo, quando enfatiza que o governo de D. Pedro I não foi garantido somente pelo exercício da força, mas também por intermédio da lei. Para Raul Pilla, a Constituição de 1824 teria tido um papel fundamental na sustentação desse governo, na medida em que se configurara como o resultado da influência de todos os segmentos sociais livres do Brasil, refletindo, portanto, os anseios de liberdade e de igualdade dos cidadãos.

Tendo em vista as declarações feitas pelo deputado libertador, nas sessões da Assembléia Nacional Constituinte, acerca da disputa entre o executivo e o legislativo, ocorrida desde o processo de Independência do Brasil, é lícito pensar que ele também concorda com Tocqueville<sup>336</sup> no que se refere à outra noção: a de que os incidentes da vida dos povos sempre se puseram a favor da democracia. Segundo o intelectual francês, todos os seres humanos, com seu esforço, ajudaram a democracia - os que se opunham a seu triunfo e os que só pensaram em servi-la; os que agiram conscientemente e os que foram levados pelas circunstâncias. Vale citar as próprias palavras de Tocqueville:

aqueles que combateram por ela e os que se declararam inimigos; todos serviram impelidos, confusamente, na mesma via e todos trabalharam juntos, uns a seu pensar, outros de bom grado instrumentos cegos nas mãos de Deus. O desenvolvimento gradual da igualdade de condições é, pois, um fato providencial cujas principais características são: que é universal, duradouro e escapa ao poder humano; todos os

<sup>335</sup> No NUPERGS/PPG em Ciência Política/UFRGS consultamos o arquivo pessoal de Raul Pilla, e encontramos um volumoso bloco de anotações, redigido em francês pelo próprio deputado Raul Pilla, sobre a obra de Tocqueville.

<sup>336</sup> Os conceitos de democracia e aristocracia aparecem nas obras *A Democracia na América*, e, em *O Antigo Regime e a Revolução*, para dar conta da inteligibilidade das racionalidades que foram particularidades das sociedades históricas. Indicam a presença de princípios ordenadores das totalidades empíricas que determinaram o conjunto das características fundamentais de cada uma delas: a igualdade de condições sociais e a desigualdade hierárquica dessas condições. O potencial dedutivo de tais princípios pode ser observado na segunda parte de *A Democracia na América*, publicada em 1840. Nele, seu autor partiu da premissa da igualdade social de condições, ao desenvolver um raciocínio totalmente dedutivo, próprio dos princípios racionais e sem qualquer relação com a empírica, que resultou na determinação dos traços centrais das manifestações políticas e culturais da democracia enquanto um modelo abstrato. Cf. TOCQUEVILLE, 1988, p.36-139, e, também, JASMIN, 1988, cap. I e III.

acontecimentos com todos os homens serve para seu progresso. (1973, p. 137)

A disputa entre o executivo e o legislativo no Brasil, cujo objetivo ra a busca de espaços de poder, data da formação do novo Estado, entre 1823 e 1824, após a Independência. No entanto - é importante assinalar - tais rivalidades manifestavam-se, concretamente, em ações, tais como o projeto do deputado constituinte Antônio Carlos, que propunha a expulsão de todos os portugueses suspeitos que residiam no Brasil. Destacam-se ainda, entre essas ações que expressavam tais rivalidades e que provocariam uma crise entre os constituintes e o imperador: a tentativa de aprovação da lei de liberdade de imprensa, a defesa dos escravos alforriados, a condenação da escravidão e as críticas ao Imperador nos jornais do Rio de Janeiro. A reação do novo ministério a essas proposta foi coordenada por Carneiro Campos e Nogueira da Gama, os quais afirmavam que tais medidas, se aprovadas, desfavoreceriam os portugueses. Toda essa polêmica foi travada na imprensa da época<sup>337</sup> e levou ao fechamento da primeira Assembléia Constituinte do País

Não foram somente os deputados que reagiram contra a suspensão da Assembléia Constituinte; também das galerias, repletas de populares, manifestavam-se contra a decisão. Para deter a reação popular, o governo colocou tropas nas ruas<sup>338</sup>. Houve, na ocasião, um confronto entre a força militar e aqueles que não estavam satisfeitos com a atitude do Imperador de cancelar o funcionamento da Constituinte. Segundo Raul Pilla, esse processo contraditório - que incluía pressões, reações e negociações entre o Imperador, de um lado, e os parlamentares e a população, de outro - constituía-se no desenvolvimento da democracia, pois garantia que a Constituição a ser outorgada por Pedro I fosse a mediadora do conflito instalado entre os dois blocos, ainda que tenha nascido aí o sentimento de que haveria um governo central que tutelaria a sociedade inteira.

---

<sup>337</sup> Observando os jornais do período da Independência e da Assembléia Nacional Constituinte verifica-se que o *Tamoio* - o nome é da tribo indígena do Rio de Janeiro que se aliou a Villegaignon contra os portugueses - e o *Sentinela*, além de atacarem o governo, mostraram o perigo de um retrocesso com a política portuguesa. A conciliação não foi procurada por nenhuma das partes. As acusações que o Brasileiro Resoluto publicou no *Sentinela* contra os oficiais portugueses da guarnição acelerou a crise. Antônio Carlos propôs que os agressores do boticário Davi Pamplona, oficiais do exército português, fossem banidos do império. No *Sentinela* aparece a seguinte manchete: "Vá Dionísio para Corinto; vão os lusos para Lusitânia e o Brasil será feliz". Cf. GAUER, 2001, p. 283.

<sup>338</sup> A autora ressalta que houve reação popular manifestada por ocasião do fechamento da Assembléia Constituinte pelo Imperador. Diz-se que ao sair da Assembléia, na ocasião, o deputado Antônio Carlos tirou o chapéu em frente a um canhão afirmando que "respeito muito o seu poder". Cf. GAUER, 2001, p. 283.

Diante desse quadro, as teses de Tocqueville<sup>339</sup> são rerepresentadas por Raul Pilla, para interpretar a relação existente entre os poderes executivo e legislativo no nascimento do Estado e na elaboração da primeira Constituição brasileira. De acordo com Tocqueville, ergue-se, acima da massa popular, um poder imenso e tutelar, que se encarrega, com exclusividade, de garantir os direitos de todos e de controlar seu destino. É absoluto, detalhado, regular, previdente e suave. Numa formulação psicanalítica, assemelhar-se-ia à autoridade paterna se, como esta, tivesse como propósito preparar homens para a idade adulta, mas na realidade, o que faz é mantê-los irrevogavelmente na infância, pois apetece-lhe que os cidadãos vivam bem, desde que não pensem em outras coisas. Pilla vê na conceituação de Tocqueville a chave interpretativa para o contexto do País. O líder libertador assinala que o Estado, depois de tomar em suas mãos os destinos de cada indivíduo, modelando-os a seu gosto, abraça a sociedade inteira; cobre-a com uma rede de regras complicadas, minuciosas e uniformes. A percepção de Pilla também coincide com a de Tocqueville quando demonstra que as pessoas, em geral, vêem-se constantemente possuídas por dois tipos de paixões opostas: sentem, ao mesmo tempo, a necessidade de serem conduzidas e o desejo de permanecerem livres. Ao não poderem destruir nenhum desses dois “instintos contrários”, esforçam-se para satisfazê-los simultaneamente e, por isso, imaginam um poder único, tutelar, onipotente, mas eleito por elas mesmas.

Raul Pilla busca na história argumentos que possam convencer os deputados presidencialistas<sup>340</sup> - e, sobretudo, aqueles que ainda não têm uma opinião formada acerca do sistema de governo ideal para o Brasil – de que o parlamentarismo é compatível com a experiência democrática do País. É com esse propósito que procede a um balanço crítico sobre a política do Império brasileiro. Dessa forma, a visão do deputado do Partido Libertador a respeito desse período da história do Brasil traz contribuições peculiares, uma vez que se afasta daqueles modelos interpretativos que atribuem à política imperial um caráter homogêneo, sem perceber os processos de hibridização que resultaram na particular formação do Estado nacional. Os proponentes de tais modelos

---

<sup>339</sup> Ver TOCQUEVILLE, 1973.

<sup>340</sup> Cf. Diário do Poder Legislativo, 1946, março, p.13-17.

concebem a política durante a monarquia como sinônimo de atraso da Nação<sup>341</sup>, desconsiderando os aspectos da primeira fase constitucional do Brasil que concorreram, de uma maneira ou de outra, para a estabilidade do regime.

O pesquisador Celso Rodrigues (2003, p. 135-136), por sua vez, assegura que o pensamento político moderno, ambientado na realidade brasileira, serviu a objetivos distintos dos praticados na Europa. As concepções européias não foram absorvidas integralmente pelos constituintes de 1823, que adotaram posturas pragmáticas. Tal posição explica, em parte, o caráter específico que a Ilustração Portuguesa - da qual a maioria dos deputados era tributária - assumiu no Brasil. A releitura do ideário liberal, tal como este fora concebido em Portugal, também foi condicionada por fatores de ordem conjuntural. O referido ideário teve de adaptar-se às necessidades impostas pela agenda política nacional: a preservação da ordem social e a manutenção da integridade territorial no âmbito de uma sociedade heterogênea e multirracial.

Houve, assim, uma adaptação da tradição patrimonial<sup>342</sup> bragantina ao cotidiano brasileiro, isto é, à teia complexa de relações patriarcais características da estrutura social do País. Rodrigues descreve tal adaptação do seguinte modo:

(...) o patriarcalismo de nossa formação social correspondeu à patrimonialização dos espaços políticos, nos quais a ordem social privada passou a manifestar-se. Assim sendo, os matizes patrimoniais presentes no Estado monárquico brasileiro expressavam a conciliação entre o complexo patriarcal e a tradição monárquica lusitana. Logo, a formação estatal que se constituía não era uma anomalia política, mas o substrato da dinâmica político-social. (...) as resultantes políticas originárias daquela conjuntura - entronização de uma Monarquia constitucional, instalação e dissolução da Assembléia Constituinte e outorga da Constituição de 1824 - não podem ser compreendidas como simples resultante da hibridização entre códigos tradicionais e modernos, ambos formadores da "homogeneidade" nacional, um produto cuja forma unitária ocultava um conteúdo diverso. (2003, p. 136)

---

<sup>341</sup> O autor reinterpreta os modelos construídos para explicar a complexidade brasileira. Desse modo, enfatiza que nesses modelos, a dinâmica político-social brasileira é compreendida como a contínua manifestação de um atavismo histórico, expressão de uma modernidade inconclusa. Ver RODRÍGUEZ, 2003.

<sup>342</sup> O Estado Patrimonial português sempre atuou decisivamente ao longo de nossa História Colonial, moldando e condicionando a ocupação da terra a partir de suas diretrizes político-administrativas. Muito embora a escassez de recursos e as grandes distâncias atuassem no sentido de reduzir a ação estatal, é precipitado, talvez, afirmar que os grandes senhores de terra gozassem de poderes plenipotenciários. Ao contrário, a ação estatal foi permanente na Colônia, mesmo assumindo uma feição majoritariamente patrimonial. Portanto, é inegável a integração do Brasil à esfera de atuação do patrimonialismo luso. Ver FAORO, 1976; RODRIGUES, 2003; FLEIUSS, 1922.

Verifica-se que o patrimonialismo estatal teve de buscar uma conciliação com os códigos modernos da práxis política no exercício de relações de poder<sup>343</sup>. Nesses termos, o escravismo foi preservado nos quadros do Estado liberal. Além disso, este, ao mesmo tempo que concedia direitos civis aos escravos libertos, condicionava o exercício de direitos políticos a critérios censitários. Destaca-se, ainda, que, se a Monarquia constitucional fornecia amplas prerrogativas a D. Pedro I, o fazia – inspirada nos modelos liberais - mediante um Poder Moderador, tributário das tradições patrimoniais.

## **5.2 A Monarquia brasileira e os paradoxos da República: um caleidoscópio em movimento**

Nota-se que os trabalhos constituintes de 1946, em todas as oportunidades em que houve a intervenção de Raul Pilla, abarcaram discussões relativas à história política do Brasil. Essa espécie de revisão histórica, conduzida e provocada pelas palavras do líder do Partido Libertador, constituiu-se em uma das principais disputas travadas nas sessões legislativas, no que se refere à interpretação dos fenômenos políticos. Ao realizar tal revisão, o deputado argumenta que o sistema parlamentar não foi uma imposição da Monarquia brasileira ou da lei, uma norma estabelecida a golpes de decreto, mas uma lenta conquista do Parlamento e da opinião pública, que contara com a ativa participação dos jornais, em luta constante contra as prerrogativas constitucionais do chefe do Estado.

No entanto, o líder libertador faz questão de esclarecer que a Constituição do Brasil imperial foi antiparlamentarista, porque propiciava ao monarca o direito de nomear e demitir livremente os ministros de Estado, sem nenhuma atenção aos votos do Parlamento e, também, porque não determinava o afastamento dos ministros do poder, nas situações em que estes perdessem a confiança da

---

<sup>343</sup> O conceito de patrimonialismo aplicado à história brasileira não pode ser percebido como o prolongamento de uma “tradição”, muitas vezes associada à ausência de modernização econômica e social. Embora a referida concepção auxilie em muito no entendimento das particularidades brasileiras, não dá conta, sozinha, de abarcar todos os aspectos que envolvem o Estado, isso significa negar a experiência histórica que introduziu cunhas nas estruturas estatais, mediando o próprio exercício do “patrimonialismo puro”, que, mesmo em termos weberianos, não existiu no Brasil. O traço mais relevante é a particularidade do Estado brasileiro não ser estranho à sociedade. O Estado patrimonial, tido como “tradicional”, representando a principal alavanca de “modernização”, o que, muitas vezes, dificultou a implementação dos interesses dos segmentos dominantes. Ver URICOECHEA, 1978; CARVALHO, 1981; SCHWARTZMAN, 1982; HOLANDA, 1979; FAORO, 1976; RODRIGUES, 2003.

maioria parlamentar. Somava-se a esses aspectos o fato de que o Imperador não era obrigado a escolher os ministros entre os membros do Parlamento e nem a obedecer à figura do presidente do Conselho de Ministros. Além disso, conforme salienta o deputado, a normatização brasileira, nesse período, não estabelecia a responsabilidade política dos ministros perante a Câmara, nem perante o Senado, mas, unicamente, a sua responsabilidade criminal. Mesmo advertindo que o referido texto constitucional não conferia ao Imperador o direito de dissolver a Câmara dos Deputados, senão em “caso de salvação pública”, Raul Pilla não deixa de reconhecer que a Carta Magna atribuía ao Monarca poderes quase iguais aos de chefe de Estado na República presidencial. Todavia, o líder libertador afirma – e procura provar -, que, a despeito de todas essas características constitucionais, o sistema parlamentar firmou-se no Brasil imperial e funcionou com relativa regularidade, por um período de quase cinquenta anos “de paz e prosperidade”.

O deputado do PL, em abril de 1946, ao proferir seu voto na Comissão da Constituição sobre a duração do mandato presidencial, destaca que há uma diferença fundamental entre a “ditadura eletiva” e a democracia<sup>344</sup>. Ele argumenta que a república federativa parlamentarista seria uma condição própria para a plena democracia, ao passo que o presidencialismo praticado no Brasil havia se caracterizado por ser uma “ditadura” com presidentes eleitos, muito embora seus mandatos tivessem duração limitada. A seguir, acrescenta que o presidencialismo havia se revelado um sistema de governo que não punia os governantes, quando esses não cumpriam com os deveres previstos na Constituição. É comum Raul Pilla ter seus discursos interrompidos por apartes de outros constituintes quando descreve as características dos três poderes. Diante das inúmeras controvérsias que se estabelecem, o líder libertador recorre à comparação entre a experiência do parlamentarismo, vivenciada durante a monarquia, e o presidencialismo, instituído em 1891 e vigente até então. No dia 11 de abril de 1946, o deputado do PL expressa seu ponto de vista sobre o tema, tendo o seu pronunciamento entrecortado por apartes.

---

<sup>344</sup> Cf. Diário do Poder Legislativo, 1946, março, p.3-4.

**O SR. RAUL PILLA** - (...) O Presidente da República, eleito pelo povo, é, ao mesmo tempo, chefe do poder executivo e chefe da Nação, considerada esta na sua superior unidade. Os ministros são meramente seus secretários pessoais e não dependem da confiança ou do beneplácito do parlamento.

**O Sr. Daniel Faraco** - Nem sempre. No regime presidencial a nomeação dos Ministros pode depender da aprovação do Congresso.

**O SR. RAUL PILLA** - Estou discutindo o regime em tese, na sua pureza, ainda ontem invocada no seio da Comissão de Constituição.

**O Sr. Daniel Faraco** - Na sua pureza absoluta.

**O Sr. Dolor de Andrade** - Na forma porque diz o colega, seria um sistema estético.

**O SR. RAUL PILLA** - (Lendo) "O sistema parlamentar, muito menos conhecido entre nós, apesar dos brilhantes resultados produzidos no Império, constituiu-se, também, dos três clássicos poderes fundamentais. (1946, p.4-5)

A análise do conjunto de argumentos empregados por Raul Pilla em seus discursos, e nos apartes que faz à fala de outros deputados, evidencia que o líder libertador, ao construir seu raciocínio sobre a evolução da democracia representativa no Brasil, parte do princípio de que o movimento constitucionalista e democrático não foi, simplesmente, uma consequência da proclamação da independência, em setembro de 1822. Ele demonstra que ocorre justamente o contrário: o movimento constitucionalista precedeu a Independência do País<sup>345</sup>, pois o Conselho dos Procuradores Gerais das Províncias, criado por decreto de 16 de fevereiro de 1822 e instalado em 2 de junho do mesmo ano, já no dia seguinte a sua formação, requeria a convocação da primeira Assembléia Constituinte brasileira.

Pilla tem plena convicção de que, ao proclamar a Independência, estava o Brasil preparado para o exercício da democracia representativa. Durante o período colonial, lembra ele, nunca foram acolhidos, no Brasil, os velhos princípios autoritários da monarquia de direito divino. Segundo o líder libertador, o débil controle que metrópole exercia sobre os países dela dependentes, levava, naturalmente, o Brasil à prática do governo próprio. Em seu entendimento, tão forte fora, no Reino Unido do Brasil, a consciência democrática, que essa inverteu o movimento das relações de dependência, e passou a influir em Portugal, mais diretamente, na revolução liberal de 1820, que contara, inclusive, com a

<sup>345</sup> Em 7 de setembro D. Pedro tornou-se Imperador do Brasil "por graça de Deus", mas também por "unânime aclamação dos povos". A data oficial da independência (07/09/1822), é também questionada por Raul Pilla, já que a convocação de uma Assembléia Constituinte foi realizada em junho de 1822 e os manifestos de agosto podem ser considerados a verdadeira declaração de independência. Ver FRANCO; PILLA, 1999; CARVALHO, 1933; SANTOS, 1930.

participação de alguns brasileiros em sua direção política.

A fim de discutir o papel do poder Moderador durante a vigência do Império, Raul Pilla relembra que este havia sido instituído pela Carta de Lei de 25 de março de 1824, outorgada por D. Pedro I, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, um ano após a sua decisão de fechar a Assembléia Nacional Constituinte. Ele reafirma, então, que a Monarquia nascera sob o signo de um “golpe de Estado”, efetivado por meio da dissolução do poder legislativo<sup>346</sup>. A seguir, retoma a idéia de que o modelo constitucional brasileiro, influenciado pelo contexto ibero-americano, se concretizara-se mediante o cruzamento entre o direito político comunicado por elites formadas na Universidade de Coimbra e uma sociedade de raízes étnicas nativistas, o que teria gerado resultados de todo imprevistos. Desse modo, enfatiza o deputado, a Constituição afastou-se do “radicalismo passional” da primeira Assembléia Constituinte do Brasil.

Segundo o líder libertador, a filosofia política da Constituição de 1824, em última análise, era a do liberalismo francês do século XIX, com um sistema representativo calcado na tese da soberania nacional<sup>347</sup>. O deputado alerta, entretanto, para o fato de que a filosofia do poder absoluto infiltrara-se nas dobras constitucionais<sup>348</sup>, tornando equívoca a supremacia do princípio da representação nacional. A Constituição outorgada, em sua opinião, era uma peça engenhosa que aparentava, até certo ponto, equilíbrio. O parlamentar do PL explica que fora criado, no artigo 10 da Carta, uma espécie de pêndulo. Esse artigo estabelecia quatro poderes políticos: o legislativo, o executivo, o poder judiciário e o moderador. Dessa maneira, argumenta o deputado, consagrava-se ali o princípio da separação dos poderes, extraído da filosofia liberal, acomodando-o, porém, à preponderância do poder do monarca, que passava a ser exercido, também, por intermédio do poder moderador, e não apenas do executivo. Eis aí, na visão de Raul Pilla, o caráter pendular do constitucionalismo imperial no Brasil: o artigo 10, ao acolher formalmente a técnica da separação dos poderes, buscara levantar-lhe restrições por meio da adoção de um quarto poder - o moderador -, concebido, na

---

<sup>346</sup> Cf. BONAVIDES, 1998, p. 246.

<sup>347</sup> Realmente, reportando-se aos poderes e à representação nacional a Constituição mais se aproxima de Siyès do que de Rousseau, do princípio francês de 1791 (soberania nacional) que daquele manifestado em 1793 (soberania popular). Cf. BONAVIDES, 1998, p. 246-247.

<sup>348</sup> A esse respeito, os artigos 11 e 12 seriam, verdadeiramente, exemplares se pudessem espelhar toda a verdade da Constituição: “Os representantes da nação brasileira são o Imperador e a assembléia geral” ou “Todos estes poderes do Império do Brasil são delegações da nação”. Ver FRANCO; PILLA, 1999; CARVALHO, 1933; SANTOS, 1930.



linguagem da Constituição, como “a chave de toda a organização política”.

O poder moderador, conforme têm evidenciado alguns constitucionalistas e historiadores políticos, foi uma das mais originais invenções do período imperial brasileiro. O líder libertador constata que tal poder teria a primazia sobre os demais poderes, particularidade que, sem dúvida, distanciava a modalidade criada no Brasil da concepção de Benjamin Constant<sup>349</sup>, que postulava a existência de um quarto poder, porém com uma natureza e uma função diferentes daquelas facultadas ao poder moderador. Pilla<sup>350</sup> ressalta que, embora o deputado constituinte Antonio Carlos não houvesse incluído o poder moderador no Projeto de constituição do qual fora o redator – Projeto este que seria desconsiderado pelo Imperador -, conseguiu acercar-se de um correto entendimento do caráter atribuído àquele poder por Benjamin Constant. O deputado constituinte Antonio Carlos<sup>351</sup>, num de seus discursos, explicou do seguinte modo a formulação do publicista francês sobre o poder moderador:

Procurei a origem desta influência e encontrei-na na necessidade de um poder vigilante e moderador nos governos representativos. Mostrei que este poder que, como atalaia da liberdade e direito dos povos, inspeciona e contrabalança todos os demais poderes para que se contenham nos limites marcados por sua mesma natureza, e não se

<sup>349</sup> É de cogitar-se que os constituintes de 1823, movidos, talvez, por arraigados e inconscientes pendores absolutistas, que o ânimo contraditório e impulsivo do Imperador estava refletindo, não puderam assimilar os conceitos liberais de Benjamin Constant, cuja doutrina o Príncipe parecia professar. Cf. CONSTANT, 1861, p.179; 1957, p. 1.114-1.115. As principais concepções de Benjamin Constant, que influenciaram os Constituintes, podem ser buscadas nas obras do próprio autor. No caso da Constituição brasileira de 1824, sendo, pois, o poder inviolável e irresponsável, que a par de funções propriamente executivas, podia também na qualidade de Poder Moderador dissolver a Câmara dos Deputados, prorrogar e adiar a assembléia geral, nomear senadores, e, nomear e demitir livremente os ministros de Estado, não se compatibilizava de modo algum com aquele quarto poder da filosofia política de Constant, a tutelar um liberalismo puro e sem mácula. O rei, nesse caso, ao invés do Imperador Constitucional do Brasil, deveria figurar como autoridade neutra e intermediária entre poderes disputantes, e cujo equilíbrio caberia prover com alto descortínio e sabedoria. Seria no entender de Constant, o poder judiciário dos demais poderes, visto que quando os poderes públicos se dividem e estão prestes a se prejudicar, faz-se mister uma autoridade neutra, que faça com eles o que o poder judiciário faz com os indivíduos. E apontava o publicista francês para aquilo que se lhe afigurava o vício de todas as Constituições: o de não haver criado um poder neutro, mas colocado o cume da autoridade de que este deveria achar-se investido na cabeça de um desses poderes ativos, “interessados”, politicamente militantes. Ver FRANCO; PILLA, 1999; CARVALHO, 1933.; SANTOS, 1930.

<sup>350</sup> O Poder Moderador só pode ser estimado, para o caso brasileiro, nas conseqüências incomparáveis que teve para a consolidação da unidade nacional e para a estabilidade do sistema político do Império, se o critério de interpretação à base do costume constitucional. A esse respeito, assinalamos o debate entre Raul Pilla e Gilberto Freyre, sobre a originalidade do Poder Moderador, analisados no capítulo 1 do presente trabalho. Atuando fora do autoritarismo que os quadros constitucionais lhe consentiam, é que o Poder Moderador exercido com parcimônia e sabedoria política, segundo fizeram ver alguns analistas das instituições do Império, pôde, na prática, aproximar-se mais do modelo ditado por Benjamin Constant, do que, talvez, da Constituição autoritária do príncipe outorgante, donde se originara.

<sup>351</sup> 23 de julho de 1823, em sessão plenária da Assembléia Constituinte. Ver “O Constitucionalismo de D. Pedro I no Brasil e Portugal”. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, 1972. A citação é extraída da Introdução de Afonso Arinos de Melo Franco, de páginas que não apresentam numeração.

tornem danosos à nação, não fora desconhecido dos mais sábios legisladores da antiguidade. Que, nas Repúblicas, ele deveria estar separado do Chefe da Nação, mas, nas monarquias constitucionais, era dele inseparável, para o conservar na lata preeminência em que esta forma de governo necessariamente o coloca.  
(Assembléia Constituinte, [1823], 23 de julho de 1823)

Bonavides (1998, p. 247) constata que a Carta outorgada consagrou, em verdade, uma deformação da teoria do poder moderador proposta por Benjamin Constant<sup>352</sup>. O jurista e cientista político menciona, como prova desse fato, o artigo 98 da Constituição, o qual estabelecia que o poder moderador “é delegado privativamente ao Imperador, como chefe supremo da nação e seu primeiro representante, para que, incessantemente, zele sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos poderes públicos”. Bonavides salienta, ainda, que, depois dessa afirmação categórica, a Carta, em seu art. 102, fazia um impressionante acréscimo “de poder e autoritarismo”, ao instituir o Imperador também como chefe do poder executivo.

Assim, o poder moderador do constitucionalismo brasileiro do Império afastava-se, em definitivo, do poder neutro idealizado por Constant, pois exorbitava da função meramente corregedora que lhe imputara o intelectual francês. Essa distorção, ao que tudo indica, derivaria dos diversos fundamentos político-filosóficos que orientavam o emprego da velha técnica da liberdade constitucional, no regime monárquico brasileiro. Em última análise, a Constituição outorgada sofrera influências, simultaneamente, do liberalismo e das concepções absolutistas. Bonavides afirma:

(...) a Constituição outorgada mal podia encobrir algumas raízes absolutistas, a saber, sua origem no consentimento de um Príncipe português que, por amor do povo, desprezava o passado, mas por amor da realeza não fora tão longe nem tão generoso que lograsse se desfazer da competência cautelosamente ressalvada em vários artigos da Constituição, nos quais conjugara a titularidade de dois poderes - o executivo e o moderador - em sua real pessoa.  
Se a separação de poderes constitui algo mais que uma técnica de

---

<sup>352</sup> mostra que seria um erro considerar a função moderadora unicamente tal qual se encontra definida - com toda aparência de fidelidade ao pensamento do publicista francês B. Constant - na competência atribuída aos Poderes Políticos, ou, no modo como a Constituição estabeleceu a titularidade desses Poderes, conjugando dois poderes na pessoa única do Imperador - o que constituía uma verdadeira afronta teórica a Montesquieu, porquanto este tomara justamente tal união abusiva como critério para a identificação dos poderes opressores e sua ulterior invalidação. Cf. BONAVIDES, 1998, p. 248.

organização do poder, no exemplo constitucional brasileiro ela veio menos para referendar uma nova filosofia política - a do liberalismo, como se acreditava no século XIX - do que em realidade para sancionar o que ainda restava de uma concepção de autoridade, já historicamente abalada em seus mais sólidos fundamentos, ou seja, a das monarquias absolutas, em manifesto declínio desde a Revolução Francesa. (1998, p. 249)

De acordo com Ruth Gauer (2001, 252), ainda que os deputados, após a instalação oficial da Assembléia Constituinte, tenham opinado pela dissolução do Conselho de Procuradores, que em sua opinião não tinha mais sentido<sup>353</sup>, essas duas instâncias teriam funcionado paralelamente, no início do Império. Ambas, apesar de representarem facções políticas opostas<sup>354</sup>, tinham a aprovação do Imperador. Ao que parece, D. Pedro I teria procurado atender às duas facções – uma com representação na Constituinte e outra, no Conselho -, a fim de garantir o apoio dos dirigentes políticos mais destacados do Brasil naquele momento, que delas faziam parte. A reivindicação de eliminar o Conselho de Procuradores foi feita pelos deputados, uma vez que, na sua opinião, com a evolução dos trabalhos da Constituinte, se fazia necessário extinguir o papel das personalidades isoladas que atuavam naquela instância para que se desse lugar, na prática, às aspirações dos segmentos políticos representados na Assembléia Constituinte.

Os deputados, em sua maioria, desconheciam a dinâmica parlamentar e, assim, a atuação no cotidiano da Assembléia Constituinte consistia, para eles, numa em uma nova realidade<sup>355</sup>. A presença do príncipe D. Pedro I na

<sup>353</sup> Essa era a tese do deputado constituinte Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado.

<sup>354</sup> Cf. GAUER, 2001, p. 252. A autora assinala a qualidade política e intelectual dos líderes das facções que disputavam a direção do Estado brasileiro. As facções eram lideradas por Egressos da Universidade de Coimbra. O Conselho de Procuradores por José Bonifácio, e a Assembléia Constituinte por Clemente Pereira e Gonçalves Ledo. O Imperador cercou-se de políticos e intelectuais altamente especializados que se tornaram conselheiros. Essa medida visava à estratégia de diluir a responsabilidade do fracasso das medidas político-administrativa do primeiro momento do Império. A necessidade de consagrar a direção do País de forma unificada seria dada pela Assembléia Constituinte, e o Conselho de Procuradores daria de fato a direção a ser seguida pelo Imperador. O papel do Conselho foi expresso pelo próprio Imperador na abertura oficial da Assembléia Constituinte, assim como o próprio papel da Assembléia. Ambas as facções tinham interesses em apresentar uma direção ao Estado, formalmente unificada, de toda a política que implicaria inclusive a liberdade do povo - povo no sentido de seus iguais. Na montagem inicial do Estado brasileiro, a partir da atuação dos constituintes, nota-se a presença dos 90 deputados que tomaram assento, 37 egressos da Universidade de Coimbra, que conduziram todo o processo de três grupos que aparecem nas *Falas do Trono*. Há, no entanto, dois grupos que atuaram nos acontecimentos político-administrativo desde o início do século XIX.

<sup>355</sup> A implantação de uma nova forma de governo, a monarquia constitucional. O papel do Imperador, que representava ao mesmo tempo o novo, e os laços com o antigo sistema colonial, geravam uma série de conflitos de idéias. Os deputados desconheciam um modelo cuja estrutura baseava-se na divisão de poderes independentes e harmônicos, próprios das novas repúblicas, com a presença de um Imperador com cargo

organização política do País tranquilizara os setores de maior poder econômico. Em muitos aspectos, essa organização institucional do Brasil, no seu estágio inicial, refletiu os interesses de tal segmento social. A aristocracia brasileira, por exemplo, apoiara a instauração do Império, porque isso convinha as suas aspirações; o trono, por sua vez, garantiria a estrutura hierárquica existente e auxiliaria no seu aprimoramento. Uma parcela significativa da população também apoiava a instalação do Império. Tudo indicava, portanto, que a tentativa de manter a união do Brasil com Portugal não fora uma estratégia adotada somente pelos portugueses, mas também pelas lideranças brasileiras, interpretação esta autorizada, inclusive, por farta documentação<sup>356</sup>.

O desejo de adquirir maior poder, por parte dos deputados constituintes, fora identificado pelo Imperador, que, em seu discurso, referira-se à independência e à harmonia dos poderes, à união e à tranquilidade do povo, à justa liberdade, ao respeito ao Monarca, defensor perpétuo do Brasil. Por um lado, com o intuito de manter intacta a unidade política do País e de apresentar-se como um constitucionalista, o Imperador garantiria a Assembléia Constituinte, em um primeiro momento; por outro lado, nessa fase, alertava os constituintes sobre o caminho que deveriam seguir. Ao mesmo tempo, perante o público, enfatizava que a grandeza da independência era a liberdade, uma vez que não se poderia ser livre em um país dominado e fraco.

Segundo Gauer (2001, p.253) os grupos políticos organizados, ao exercerem pressão sobre o Imperador para que se criasse uma Constituição, demonstraram a intenção de estruturar no Brasil, guardadas as suas especificidades, um Estado Constitucional. Essa Constituição vincularia o nascimento do Estado ao poder do Imperador, cuja autoridade salvaguardaria os interesses dos cidadãos. Não seria, então, o princípio da soberania popular que configuraria a Nação, mas a instituição de um governo imperial e, com ele, de uma Constituição, que regulamentaria a vida do País. Desse modo, viria a formar-

---

vitalício e hereditário, intitulado “Defensor Perpétuo do Brasil”, que impunha a condição de a Constituição ser digna dele, criava uma ambigüidade perante o modelo proposto. Em contrapartida, a opção de D. Pedro pela causa brasileira permitiu o pacto de segmentos sociais diversos que compunham as forças políticas da época. As reações de algumas províncias contrárias à independência foram pacificadas por meio da ação militar. Ver GAUER, 2001.

<sup>356</sup> Ver GAUER, 2001; Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Caixa 295. “Documento para a história da Independência”, Rio de Janeiro: 1823, v.I, p. 361-383; CUNHA, 1922, t.II (1). RODRIGUES, 1974, p. 24. COTA n. 25, Rio de Janeiro: 28.04.1822. In.: *Correspondência Oficial das Províncias durante a Legislatura das Cortes Constituintes de Portugal, 1821-1822*. 2.ed. Imprensa Nacional, 1872, p.72.

se a sociedade política, no caso o Estado.

Encontra-se, na atuação das facções opostas que tinham representantes nas duas instituições – a Constituinte e o Conselho de Procuradores - a fusão de um esteticismo culto com um programa político, por meio do qual se procurava cultivar, junto à população, uma tradição política. A heterogeneidade da cultura nacional tornou a situação complexa. A mescla da ação sociopolítica tradicional, apreendida nos bancos da Universidade de Coimbra, com os interesses materiais vinculados aos sentimentos patrimoniais e patriarcais deu à nacionalidade um perfil com contornos específicos. Essa mescla explica o fato de a história política brasileira ter seguido um caminho peculiar, misturando, num primeiro momento, instituições tradicionais, como o Conselho de Procuradores, e instituições modernas, como a Assembléia Constituinte. Uma vez realizada a separação política da Metrópole, o País livre debatia novas formas de organização, e os ideais nacionalistas eram retomados, suscitando as elites políticas a buscarem relações distintas de poder. Assim, a nacionalidade ligava-se às questões relativas ao território e à população.

Ao analisar as *Falas do trono*, Gauer (2001) localiza, no discurso do Imperador D. Pedro I, sinais inequívocos da relevância que este atribuía ao Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil. Esse órgão, concebido por José Bonifácio a 16 de fevereiro de 1822, apesar de ser uma instância meramente consultiva, propiciou a acomodação política do grupo liderado por seu criador. Além disso, o referido conselho atuou com o propósito de impedir a propagação dos movimentos contrários à separação brasileira de Portugal. Na visão de José Bonifácio, esse órgão, possuindo o caráter consultivo que ele próprio propusera, não representava qualquer risco de vir a exercer o controle do poder decisório.

Raul Pilla considera um fato de grande importância - ocorrido na fase em que a comissão especial elaborava o projeto da primeira Constituição brasileira -, a discussão e votação, por parte da Assembléia, de seis leis ordinárias, que vieram a ser publicadas sem a sanção do Imperador. Como este reconhecia na Assembléia um poder constituinte, entendia que as leis formuladas por essa instância não dependiam de sanção. Ao mencionar esse episódio, o líder libertador constata que ficou assentado, desde o começo, o princípio eminentemente democrático de acordo com o qual o Poder Legislativo, na

qualidade de órgão representativo da Nação, possuía, inclusive o direito de intervir na administração por meio de pedidos de informações sobre quaisquer atos e serviços públicos.

O deputado do PL atesta que os temas que suscitaram grandes debates na Assembléia Constituinte de 1823 foram o projeto de lei – composto de 46 artigos - sobre a liberdade de imprensa, apresentado no dia 24 de maio por Diogo Duarte da Silva, com o apoio de Carneiro Campos, egresso da Universidade de Coimbra, e a promulgação e sanção das leis<sup>357</sup>. A abordagem deste último tema, conforme Raul Pilla, levava à discussão sobre o poder moderador no âmbito da Constituinte. Ruth Gauer (2001, p. 266) afirma que essa foi a primeira vez em que se falou sobre a possibilidade de haver parlamentarismo no Brasil<sup>358</sup>. A esse propósito, o líder libertador esclarece que, inegavelmente, o projeto da Assembléia Constituinte de 1823<sup>359</sup>, não instituiu o parlamentarismo, pois não facultava a função de aprovar os ministros ao parlamento, nem admitia a dissolução deste. Entretanto, esse projeto lançava o gérmen de tal sistema de governo, na medida em que assegurava à Câmara o papel de solicitar ao Imperador a demissão dos ministros de Estado que lhe parecessem nocivos ao bem público. Na visão do deputado do PL, essa prerrogativa constituía-se no reconhecimento de um princípio básico da democracia representativa: o de que os governantes não devem contrariar a nação, tendo em vista que o parlamento é o seu legítimo representante.

Raul Pilla lembra que, após a dissolução da Assembléia Constituinte, o Imperador, pressionado pela reação popular, nomeou um Conselho de Estado, composto por dez membros, o qual redigira o projeto que, uma vez submetido à consideração das províncias, resultara na Constituição outorgada a 25 de março de 1824. O deputado alerta, então, que essa Carta<sup>360</sup> - instituída quatro meses

---

<sup>357</sup> Cf. Diário do Poder Legislativo, 1946, março, p.12-13.

<sup>358</sup> Outros temas pautados alvo de grande discussão foram o projeto de Araújo Viana, também egresso de Coimbra, sobre a proibição de os deputados exercerem outras atividades que não a legislatura, e o projeto de criação de uma Universidade no Brasil. Ver GAUER, 2001.

<sup>359</sup> O projeto da Assembléia Constituinte estabelecia a tripartição dos poderes, que declarava simples delegações da nação (artigos 39 e 40); atribuía o Poder Executivo ao Imperador (artigo 138), que nomearia e demitiria livremente os ministros de Estado e seus conselheiros privados (artigo 142, inciso I); reconhecia à Casa dos Deputados (como lhe chamava) a atribuição de requerer, motivadamente, ao Imperador a demissão dos ministros de Estado, que parecessem nocivos ao bem público, e ao Imperador reconhecia direito de não deferir a requisição (artigo 91, inciso II). Ver FRANCO; PILLA, 1999; CARVALHO, 1933; SANTOS, 1930.

<sup>360</sup> Era, em quase tudo, reprodução, levemente alterada, do projeto elaborado por Antônio Carlos; mas apresentava também inovações substanciais. Entretanto, nem um, nem o outro texto, nem o da assembléia dissolvida, nem o da comissão imperial, consagravam o regime parlamentar que, segundo Raul Pilla, na

depois do fechamento da Constituinte - aproximava-se ainda menos do sistema parlamentar que o projeto elaborado pelos constituintes, não apenas porque suprimia a responsabilidade dos ministros, esboçada no inciso II do art. 91 daquele projeto, mas também porque estabelecia o Poder Moderador, ampliando as prerrogativas pessoais do Imperador. De acordo com a Constituição, este podia nomear e demitir livremente os ministros, sem que dependesse, para tal, da concordância dos representantes do povo, e, em nome da salvação do Estado, estava, ainda, autorizado a dissolver a Câmara, caso essa instituição viesse a criar-lhe dificuldades.

As características descritas pelo líder libertador permitem-lhe declarar que essa era a constituição de uma monarquia simplesmente constitucional e representativa, e não a de uma monarquia parlamentar. Tratava-se, nas palavras do deputado, de uma constituição *presidencialista*, pois já ali se encontravam as disposições, as próprias expressões, que se tornariam, mais tarde, a definição desse sistema de governo no Brasil, a saber: a independência e a harmonia de poderes, a livre nomeação e demissão dos ministros de Estado. Raul Pilla logo corrige sua afirmação anterior, dizendo que, na verdade, a referida Carta era mais do que isso: consistia numa Constituição “superpresidencialista”, graças ao direito, que se arrogava o Imperador, de dissolver as Câmaras<sup>361</sup>.

Com a intenção de reunir provas capazes de demonstrar que o parlamentarismo é a modalidade que mais se aproxima dos propósitos de uma democracia representativa, o líder libertador insiste na tese segundo a qual houve, no caso brasileiro, uma situação inusitada, em termos de “evolução política”. Talvez, o fato mais notável de toda a história política do Brasil tenha sido o desenvolvimento, no Império, do regime parlamentarista<sup>362</sup>. Segundo Raul Pilla, o regime político, tal como o definia o projeto da Assembléia Constituinte, era a “monarquia hereditária e representativa” (artigos 36 e 37); o governo, tal como o

---

própria Inglaterra não se praticava então, e, só ali existia na doutrina dos *whigs*. Cf. FRANCO; PILLA, 1999, p.126-129.

<sup>361</sup> Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, ao emitir o seu histórico voto perante a Câmara de Recife, advertiu que o Poder Moderador, da nova “invenção maquiavélica”, seria a chave mestra da opressão da nação brasileira e o garrote mais forte da liberdade dos povos. Ver FRANCO; PILLA, 1999; CARVALHO, 1933; SANTOS, 1930

<sup>362</sup> Nessa época, o sistema parlamentar não tinha ainda conseguido implantar-se. Na Inglaterra, Jorge IV seguia as tradições absolutistas de Jorge III. Como os *whigs* naquele país, os parlamentares brasileiros lutavam pela prática do governo parlamentarista. Vários foram os passos dados no período Imperial voltados à criação de um governo parlamentar. A opinião pública e o trabalho da imprensa eram fortes aliados do Parlamento a ponto de D. Pedro I substituir o Ministério, formado de pessoas estranhas aos deputados. Ver CARVALHO, 1933, p. 27-29.

conceituava a Constituição outorgada, era “monárquico, hereditário, constitucional e representativo” (artigo 3). Desse modo, conclui o deputado, o sistema parlamentar não fora instalado com a Constituição, mas contra a Carta e apesar dela, como uma decorrência “natural” dos acontecimentos. Carvalho (1933) reforça essa idéia, ao assinalar que o parlamentarismo do Império foi um fenômeno “natural e necessário”; foi a expressão da consciência democrática da Nação, que, manifestada já no período colonial, não cessaria de fortalecer-se após a Independência<sup>363</sup>.

Durante muito tempo, travava-se uma luta, aberta ou velada, entre o poder pessoal do Imperador e o espírito democrático da nação<sup>364</sup>. A interpretação feita pelo líder libertador da “evolução política” ocorrida no País parte do seguinte pressuposto: toda vez que uma representação popular animada de verdadeiro sentimento democrático se defronta com um governo, passa este, “inevitavelmente”, a ser responsável perante a mesma e a depender da sua confiança<sup>365</sup>. Para o líder libertador, trata-se de uma verdadeira lei evolutiva, que

<sup>363</sup> O público, de certa maneira, reagia ao Imperador e ao seu sistema de ter ministros que servissem de instrumento da sua vontade pessoal. Os liberais, que se tinham aproximado do governo, separaram-se dele imediatamente, procurando reunir-se aos que continuavam a fazer-lhe oposição. O assassinato de Líbero Badaró, diretor do *Observador Constitucional*, em São Paulo, além de outros acontecimentos, veio, ainda mais, a carregar o ambiente. Foi em tal situação que o Imperador partiu para Minas em 30 de dezembro, imaginando ter o acolhimento festivo ali já recebido em 1822. Cercava-o agora uma atmosfera fúnebre. Ao regressar solenemente ao Rio, a 15 de março de 1831, foi festivamente recebido pelos portugueses e friamente pelos brasileiros (a *noite das garrafadas*). No dia 17, vinte e três deputados e o senador Vergueiro dirigiram ao Imperador uma respeitosa, mas severa representação contra os atentados que vinham ocorrendo e acentuavam que quase de todo perdida estava a confiança que convinha ter no governo. Dois dias depois o Imperador recompunha o Ministério. Embora no conjunto de ministros não contemplasse grandes nomes, pois continuavam a preferir-se os mais medíocres, que eram o instrumento adequado da política pessoal, e não agradavam, plenamente, aos autores da representação, foi o novo Ministério acolhido de júbilo. Porém, pouco depois, em 5 de abril, o referido gabinete ministerial foi dissolvido pelo Imperador, sendo substituído por outro que, por ser formado de figuras apagadas, foi denominado “o gabinete dos medalhões”. Ver CARVALHO, 1933.

<sup>364</sup> Nessa obra, os autores destacam que houve a primeira deliberação da Câmara dos Deputados - dois anos após a outorga da Constituição - dando início à “invasão das atribuições do Poder Executivo” ao infringir a separação dos poderes, estabelecida pela carta de 1824. Esse gesto foi uma atitude tomada pelos deputados no contexto da Constituição de 25 de março de 1824, que veio acompanhada da suspensão das garantias constitucionais, da censura a jornalistas e da criação de comissões militares de julgamento. Em 6 de maio de 1826, reuniu-se pela primeira vez o Parlamento do Império. No mês de julho ocorreu o primeiro embate com o Imperador, a propósito de brutais violências praticadas pelos comandantes das armas do Ceará e de Minas Gerais. Cf. CARVALHO, 1933; CELSO, 1928.

<sup>365</sup> A obra traz o registro e a análise dos importantes acontecimentos de 6 de abril de 1831 a partir da mudança ocorrida no governo. O povo reúne-se no Campo de Santana, onde, às 17 horas, se contavam mais de três mil pessoas. Estando fechado o Parlamento, exercia diretamente o povo o seu direito e pedia a reintegração do Ministério despedido. Foram chamados os juizes de paz, a fim de encaminharem as pretensões populares. Às 19 horas, compareceram eles diante de Dom Pedro I e dele ouviram a leitura do artigo 101 da Constituição, que lhe conferia o direito de escolher livremente os ministros. Às 21 horas os signatários da representação solicitaram a intervenção, por meio de uma comissão, do general Francisco de Lima e Silva. Este procurou D. Pedro I nada conseguido do inflexível monarca. A tropa confraternizava com o povo. Voltou o general Lima e Silva à presença de D. Pedro, às 23h30min, para lhe comunicar o fato e insistir na demissão do Ministério e na nomeação de um gabinete composto de liberais caso o Imperador julgasse “ofensiva da sua dignidade” a reintegração do Ministério anterior. O Imperador aceitou a alternativa proposta e mandou procurar o senador Vergueiro, para o incumbir de organizar o novo governo e, como até às



somente em condições muito desfavoráveis não se manifesta com toda a sua força.

Raul Pilla enfatiza que o movimento que viria a confluir para o Sete de Abril de 1831 – data da abdicação de D. Pedro I - não buscava a queda do monarca, mas tão-somente a demissão de um Ministério que não merecia a confiança da Nação. Esse aspecto atesta, na opinião do deputado que o sistema parlamentar tinha raízes profundas no sentimento do povo e na tradição nacional. Segundo o líder libertador, o parlamentarismo nascera, com a nacionalidade brasileira; surgira na palavra “altiva e eloqüente dos nossos primeiros legisladores, vibrou sempre na tribuna da Câmara dos Deputados e produziu a queda do primeiro Imperador”<sup>366</sup>. Para o deputado do PL, a “revolução de 1831” havia posto o problema político em seus termos exatos e insofismáveis, registrando que o governo deve depender sempre da confiança pública, expressa nos votos do Parlamento.

Com o encerramento do Primeiro Reinado começava o tumultuado período da Regência, que se prolongou até 1840, com a maioria de Pedro II. Nesses nove anos, o Brasil foi convulsionado por cerca de quarenta levantes, revoltas e revoluções; não houve um só momento de paz. A Regência tomou da revolução apenas seu lado estritamente nacionalista, sem conseguir alçar-se à verdadeira significação doutrinária que esta encerrava<sup>367</sup>. O Imperador de origem estrangeira caíra e haviam sido afastados os elementos portugueses que gozavam da sua confiança. Os dirigentes da nova situação julgaram, assim, que o principal estava feito. Logo, todavia, os regentes e os seus ministros, por não compreenderem que a agitação popular fora o ambiente no qual a sua própria condição de dirigentes havia sido gestada - e, também, que tal atmosfera política carecia de um certo tempo para desaparecer completamente -, seriam tomados de pânico ante os motins subseqüentes e, rapidamente, tenderiam à reação sistemática.

O Senado vitalício – o mesmo que havia sido nomeado por Pedro I - constituiu-se numa barreira contra a reforma constitucional concebida pela Câmara dos Deputados. As discussões entre as duas casas do Parlamento eternizaram-se e, quando, em 1834, finalmente foi votado o “Ato Adicional” pelas

---

2h30min da madrugada não fosse encontrado, entrou para o seu gabinete, acompanhado dos representantes da Inglaterra e da França, e dele saiu dez minutos depois com o ato de abdicação. Ver CARVALHO, 1933.

<sup>366</sup> Id., *ibid.*

<sup>367</sup> Ver SANTOS, 1930.

duas Câmaras reunidas em constituinte, a única alteração constitucional integralmente preservada pela comissão de sistematização – dentre todas as que tinham sido propostas - foi a supressão do Conselho de Estado. A extinção do Conselho de Estado, conjugada à manutenção do Poder Moderador, só podia servir para tornar mais absoluto o exercício pessoal do Poder Executivo e, no ano seguinte, a partir do momento em que o Padre Diogo Feijó recebeu a alta investidura de regente único, o problema político que continuara insolúvel evidenciou-se.

O padre regente tinha uma personalidade bem curiosa. Seu caráter - um misto de violência brutal e “felina sinuosidade”, na expressão de Raul Pilla - manifestava-se, inteiramente, na maneira como organizava e jogava contra o Parlamento o Gabinete Ministerial formado em 16 de maio. O líder libertador lembra que o regente, desejoso de dar uma lição aos deputados, publicara no *Correio Oficial* a notícia da nomeação dos novos ministros, acompanhada de um artigo. Neste afirmava que, “a perseverar a Câmara nas suas veleidades” de influir no governo, o regente a dissolveria, pois o Poder Executivo era independente do Legislativo e não podia sujeitar-se à composição de interesses das maiorias representadas nas Câmaras, “que eram várias e caprichosas”.

Segundo o deputado do PL, Feijó seguia uma política análoga à de Pedro I, ao indicar para os ministérios indivíduos que não pertenciam ao Parlamento, sustentando e “praticando as normas do governo presidencialista”<sup>368</sup>. Se a maior parte da sociedade brasileira fosse partidária do presidencialismo, o regente Feijó teria sido por ela sustentado, mas o que ocorreu foi justamente o contrário, conforme relata o líder libertador. Levantara-se contra ele uma tempestuosa oposição, que o obrigara a entregar o poder aos adversários antes do tempo. De acordo com a interpretação de Pilla, era o sistema parlamentar que triunfava, no ano de 1837, sobre o presidencialismo de Feijó, que não havia encontrado acolhida entre os brasileiros.

Os acontecimentos posteriores à *maioridade* de Pedro II considerados de extrema importância pelo líder libertador são aqueles que atestam o “progressivo desenvolvimento do sistema parlamentar”. O aspecto que mais chama sua atenção, no que se refere à vida política desse período, é o fato de que tal

---

<sup>368</sup> Cf. Diário do Poder Legislativo, 1946, março, p.19-25.

sistema de governo tenha continuado vigorando, sem que estivesse inscrito na Constituição. Só lentamente, com o correr dos anos, esclarece Pilla, o parlamentarismo foi sendo reconhecido por Dom Pedro II. No entendimento de Carvalho (1933), esse reconhecimento gradual explica, em certa medida, que alguns Ministérios tenham caído por ação direta ou indireta do Imperador, e não por voto das Câmaras<sup>369</sup>. É difícil definir a data em que se dá o estabelecimento do parlamentarismo no Brasil, pois a verdade é que esse sistema de governo não se instaurou de imediato, tendo resultado de uma “evolução” mais ou menos acidentada, mas contínua, que ainda não chegara a seu termo, quando foi proclamada a República.

Uma data que assinalou a evolução do regime democrático representativo, conforme destaca Pilla, foi aquela da instalação do Ministério Alves Branco, em 22 de maio de 1847. A pasta do Império fora entregue a Francisco de Paula Sousa e Melo – um dos deputados da Constituinte de 1823 -, que pela primeira vez subia ao poder e que colocara como condição para aceitar o cargo a instituição de uma presidência para o Conselho de Ministros. Tendo o Imperador concordado com a proposta, foi lavrado o decreto nº 523, de 20 de julho de 1847. O líder do PL salienta a relevância da inovação: até então, os ministros ligavam-se diretamente à pessoa do monarca, sem constituir, propriamente, um corpo coletivo; criada, no entanto, a presidência do Conselho, surgia formalmente o chefe do governo, em face do chefe do Estado, configurando-se, assim, o governo de Gabinete de cunho parlamentarista.

Raul Pilla ressalta que esse sistema teria um funcionamento regular durante vinte anos, até que uma atitude do Imperador – a dissolução do Gabinete Zacarias - viesse a interrompê-lo. Na ocasião, como relata o líder do PL, a Câmara dos Deputados era formada por uma expressiva maioria de liberais progressistas e por uma minoria conservadora. De acordo com o sistema de governo parlamentarista, o Imperador, tendo dissolvido o Gabinete Zacarias, deveria convidar outro chefe que contasse com o apoio da Câmara para assumir o governo. No entanto, o monarca entregara o poder aos conservadores, na

---

<sup>369</sup> Nota-se aqui - diz o autor - a delicada sensibilidade moral dos ministros. Não foi um voto de censura direto, destinado a derrubar o Gabinete. Uma leve referência crítica bastou para a sua demissão. Obedecia à dinâmica do próprio sistema. Além disso, o Ministério era integrado pelo Partido Conservador e conservadora era a Câmara majoritariamente, o que não impediu que esta censurasse a política daquele e o derrubasse do poder. Cf. CARVALHO, 1933.

pessoa de Itaboraí, que organizara o seu Ministério a 16 de julho de 1868. Esse ato causara a impressão de um golpe de estado, motivo pelo qual a Câmara recebera o Gabinete Itaboraí com uma moção de desconfiança - apresentada por José Bonifácio -, mesmo sabendo que, em virtude de tal medida, viria a ser dissolvida. Na reunião do Conselho de Estado, Nabuco de Araújo sustentara, em face do próprio Imperador, o princípio de que o rei reina, mas não governa. Nesse mesmo dia, fora assinado o decreto imperial que dissolvia a Câmara dos Deputados e convocava a próxima legislatura<sup>370</sup>.

Ao continuar seu relato, Raul Pilla explica que a queda do Gabinete Zacarias e a sua substituição por um gabinete conservador, que contava com reduzido apoio na Câmara, haviam causado grande abalo no mundo político. Seis meses depois, a 4 de maio de 1869, fora lançado o manifesto do Centro Liberal, assinado por personalidades, tais como Nabuco de Araújo, Sousa Franco, Zacarias, Furtado, Paranaguá, Francisco Otaviano, Teófilo Otoni. O manifesto formulava esta alternativa: “Ou a reforma, ou a revolução”. Nos primeiros dias de novembro do mesmo ano, publicava-se o manifesto radical, subscrito por Francisco Rangel Pestana e Henrique Limpo de Abreu, que preconizava a abolição do Poder Moderador, da Guarda Nacional, do Conselho de Estado e da escravidão, além de propugnar, entre outras causas, pelo sufrágio direto e generalizado, a institucionalização de um Senado temporário e eletivo, pela derrogação de toda a jurisdição administrativa e a eleição dos presidentes de província. Um pouco mais tarde, em 1870, lançavam os republicanos o seu manifesto, que, em vez de uma apologia à República, era um ataque ao poder pessoal do Imperador.

Segundo o líder libertador, todos esses acontecimentos, de uma forma ou outra, teriam colaborado para que o Imperador recuasse no terreno das suas

---

<sup>370</sup> O autor comenta que faltava ao sistema parlamentar uma sólida base eleitoral, para que pudesse desenvolver-se seguramente, sobrepondo-se ao poder pessoal do Imperador. Grande parte da população era escrava, a maioria do eleitorado era composta de funcionários públicos. Nas grandes províncias, bastavam cem votos para se eleger um deputado. O Gabinete, também, dispunha das leis reacionárias que tinham sido promulgadas para a debelação das revoltas, e das quais passou a servir-se, para alcançar triunfos eleitorais. A famosa lei policial de 3 de dezembro de 1841, a lei da Guarda Nacional e a lei do recrutamento eram instrumentos férreos de compressão. Além disto, tinha o Gabinete à sua disposição os presidentes de província, os quais, no dizer do próprio Imperador, “serviam principalmente para vencer eleições. A reforma eleitoral era a grande e essencial reforma que na época preconizava Saraiva. A extinção do Poder Moderador - dizia ele - pedida por uma parte da imprensa liberal, torna-se, desnecessária, desde que uma Câmara eleita livremente firmara a regra da responsabilidade ministerial em todos os atos desse poder, e ao direito de dissolvê-la corresponder, por parte do País, o de reeleger a mesma Câmara para dizer-lhe que errou. Ver CARVALHO, 1933.

prerrogativas constitucionais, passando a ouvir os presidentes das duas casas do Parlamento e os chefes políticos em evidência antes de nomear ministérios. O monarca já não interferia na escolha dos ministros, atribuição esta que ficava a cargo do presidente do Conselho de Estado, e consultava os ministros a respeito da nomeação dos senadores, em suma, estava submetendo-se, na avaliação de Raul Pilla, às regras do regime parlamentar<sup>371</sup>, embora o voto ainda fosse censitário e precárias continuassem sendo as garantias do eleitor. Outro grande passo no caminho do “aperfeiçoamento” das instituições representativas fora dado pelo Gabinete Saraiva, em 28 de março de 1880<sup>372</sup>. Depois da aprovação da Lei Saraiva, inúmeros ministros foram afastados num período de seis anos, cinco ministros retiraram-se do governo por terem sido repelidos nas ruas<sup>373</sup>.

A prova de que a opinião pública influía verdadeiramente na decisão das grandes questões de governo, na opinião do líder libertador, seria a campanha abolicionista, que alcançara a sua vitória completa com a lei de 13 de maio de 1888, proposta pelo gabinete João Alfredo. A este gabinete sucedeu o de Ouro Preto - conforme menciona o deputado do PL -, que se apresentou com um amplo programa de reformas liberais, tais como: a ampliação do direito de voto; a plena autonomia dos municípios e das províncias; a efetividade das garantias do direito de reunião; a liberdade de culto; a instituição de um mandato temporário para o Senado; a reforma do Conselho de Estado, a fim de transformá-lo num órgão meramente administrativo; a liberdade de ensino; a lei de terras, destinada a facilitar sua aquisição; o estabelecimento de crédito para auxiliar o comércio e a lavoura.

Esse programa de reformas apontou, de acordo com Raul Pilla, para a “inutilização da República pela mais ampla liberdade!”<sup>374</sup>. O que os setores emergentes almejavam eram as reformas, as quais deveriam assumir tal amplitude e profundidade que possibilitassem o avanço efetivo para a República,

---

<sup>371</sup> O autor destaca que em 1883 Rodrigues Júnior, convidado por carta do presidente do Conselho, a solicitar exoneração da condição de ministro da Guerra, recorreu ao Imperador, e o Monarca lhe dissera que há muito tempo transmitira aos presidentes do Conselho a faculdade de propor a nomeação ou demissão de seus companheiros. Ver CELSO, 1928.

<sup>372</sup> Ruy Barbosa considerou a Lei Saraiva como a grande constituição do sistema representativo no Brasil, a maior lei brasileira depois do Ato Adicional, o mais assombroso triunfo obtido pela causa liberal. Cf. FRANCO; PILLA, 1999, p.143

<sup>373</sup> O autor mostra que existem outros aspectos que são dignos de menção. O Ministério Dantas, por exemplo, tendo sofrido um revés na Câmara, dissolveu-se e apelou para o corpo eleitoral, e este resolveu o conflito em favor da Câmara, obrigando o Gabinete Dantas a retirar-se do poder. Na opinião do autor “era o sistema parlamentar que entrava na plenitude de sua verdade”. Ver CARVALHO, 1933

<sup>374</sup> Ver SANTOS, 1930.

isto é, que, tornassem a proclamação formal do novo regime *inútil* e, portanto, desnecessária. Desse modo, a monarquia ficaria resguardada em sua aparência exterior, ao mesmo tempo que se reforçava e ampliava, até as últimas conseqüências, tudo quanto o velho aparelho institucional brasileiro e os hábitos políticos cristalizados no Brasil já possuíam de real e verdadeiramente *republicano*.

Raul Pilla avalia que a proclamação da República presidencial, efetivada por meio de um golpe militar, além de ter sido uma surpresa, foi um retrocesso<sup>375</sup>. Esse julgamento deriva da constatação de que o advento do novo regime restabelecera o poder pessoal do presidente da República e dos governadores dos estados, fator que havia sido eliminado na última fase do Império e que, num estágio anterior da Monarquia, merecera a crítica por parte dos republicanos, dos liberais e de segmentos conservadores<sup>376</sup>. Na opinião do líder libertador, excetuando-se a permanência do regime federativo - que surgira já no Primeiro Reinado e, no Segundo Reinado, era sustentada pela corrente mais avançada do Partido Liberal -, apresentava o movimento republicano um caráter meramente negativo: combatia o poder pessoal do Imperador, tal como o faziam os partidos monárquicos, visava à substituição formal da Monarquia pela República, sem definir a forma e o sistema de governo que passariam a vigorar. Ao que parece, ficava subentendido que a República seria feita substituindo-se o monarca

---

<sup>375</sup> A surpresa da proclamação entrou para a história na frase famosa de Aristide Lobo, segundo a qual o povo do Rio de Janeiro assistira bestializado, isto é, bestificado, atônito, aos acontecimentos, sem entender o que se passava, julgando tratar-se de parada militar. A participação popular foi menor do que na proclamação da independência. Não houve grande movimentação popular nem a favor da República, nem em defesa da Monarquia. Era como se o povo visse os acontecimentos como algo alheio a seus interesses. Houve maior participação popular durante o governo do marechal Floriano Peixoto (1892-1895), mas ela adquiriu conotação nativista antiportuguesa e foi eliminada quando se consolidou o poder civil sob a hegemonia dos republicanos paulistas. Cf. CARVALHO, 2001. p. 80-81.

<sup>376</sup> Duas Constituições foram mencionadas: Aquela outorgada por Pedro I, e, outra, votada pela Constituinte republicana de 1891. Diz a primeira, no artigo 102: "O Imperador é o chefe do Poder Executivo, e o exercita pelos seus ministros de Estado". A segunda, no seu artigo 41: "Exerce o Poder Executivo o presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, como chefe eletivo da nação brasileira". Diz a primeira, no artigo 101, inciso 6., que o Imperador nomeia e demite livremente os ministros de Estado. Repete a segunda, no inciso 2. do artigo 48, que o presidente da República nomeia e demite livremente os ministros de Estado. Estabelece a primeira, no artigo 9., a divisão e harmonia dos poderes e acentua, no artigo 98, que ao Poder Moderador cabe velar pela independência, equilíbrio e harmonia dos mais poderes políticos. Quase as mesmas expressões emprega a segunda, no artigo 15, ao afirmar que o Poder Legislativo, o Executivo e o Judiciário são harmônicos e independentes entre si. Em outros pontos, a Constituição republicana foi além da imperial. Assim, enquanto esta nada dispõe sobre a responsabilidade política dos ministros, e, portanto, não a exclui, aquela declara expressamente, no artigo 52, não serem os ministros responsáveis perante o Congresso ou perante os tribunais, pelos conselhos dados ao presidente da república. A Constituição imperial, artigo 54, admitia a presença dos ministros no Parlamento. A Constituição republicana proibia terminantemente, no artigo 51, o comparecimento dos ministros às sessões do Congresso. Proibindo a presença dos ministros e declarando-os irresponsáveis, esta Constituição exaltava necessariamente o poder pessoal do presidente da República. Ver CARVALHO, 1933.

vitalício e hereditário por um presidente eleito e temporário, mas conservando o mesmo mecanismo de governo conhecido no início do Império: a centralização absoluta do poder<sup>377</sup>.

A República brasileira, ao ser instalada, começou a negar os princípios pelos quais haviam lutado os republicanos. A fim de analisar esse fenômeno que considera um paradoxo, o líder do Partido Libertador parte do pressuposto de que os propagandistas republicanos de 1870, à medida que haviam se separado da velha corrente liberal, idealizadora do programa radical de 1869, não teriam sido capazes de propor reivindicações concretas e precisas, como as que constavam naquele documento e conferiam-lhe consistência. Ao contrário dos velhos partidos do Segundo Reinado, que, metodicamente e com segurança, preparavam o Brasil para a sua próxima e inevitável transformação política, os republicanos tomavam como essencial a mera designação da forma de governo, sem expor o modo como esta se traduziria nos diferentes órgãos do estado constituído<sup>378</sup>.

No entendimento de Pilla, o fato de os republicanos brasileiros não haverem dado ênfase, em seu manifesto, aos aspectos democráticos indicaria que não era mais necessário projetar uma obra que já estava sendo executada, tendo em vista que o Brasil do Segundo Império já era um país democrático. Segundo o líder libertador, os republicanos, uma vez organizados num partido político, precisaram alimentar um interesse de facção, que, na falta de outros recursos morais ou doutrinários, só podia prosperar no combate universal e sistemático às instituições existentes. Desse modo, a oposição orientava-se para o campo da “reação autoritária”. Assim, para o parlamentar do PL, o governo dos Estados Unidos, com a sua tradicional organização - um grande autocrata, cercado de auxiliares “irresponsáveis” e assistido por um Parlamento com funções exclusivamente orçamentárias -, logo parecera aos republicanos o modelo ideal de regime político, dado o seu profundo antagonismo com os hábitos políticos do

---

<sup>377</sup> Nem o manifesto de 1870, nem o do Congresso republicano de São Paulo, reunidos em 1873, fazem a menor referência à República presidencial. Ao contrário, o que deles se pode inferir é que a República projetada seria parlamentar. O manifesto de 1870, num dos seus trechos de sentido mais claro e perceptível, diz que “a soberania nacional só pode existir em uma nação cujo Parlamento tenha a suprema direção e pronuncie a última palavra nos negócios públicos”. As “Bases para a Constituição do Estado de São Paulo”, delineadas em Campinas, em outubro de 1873, pela comissão permanente nomeada no Congresso Republicano de julho daquele ano, estabelecendo que o Poder Executivo (Título III, art. 23) seria de livre nomeação e demissão da Assembléia Geral, também pareciam mostrar que, pelo menos naquele instante, o partido dos republicanos ainda se mantinha fiel à soberania do povo, expressa nos votos do Parlamento. Ver SANTOS, 1930.

<sup>378</sup> Ver SANTOS, 1930, p.153. O autor apresenta o “vazio e sonoro manifesto de 3 de dezembro de 1870” como uma situação “moral” em que se colocaram os republicanos brasileiros.

Segundo Reinado no Brasil.

Outro aspecto a ser considerado, no que se refere à opção pela República presidencialista, é a influência decisiva exercida pelo numeroso grupo positivista – cujos integrantes eram oriundos dos meios militares – na redação da Carta Constitucional de 1891. Afirma Medeiros e Albuquerque:

Eram oficiais moços, que quase todos se consideravam solidários com Benjamin Constant. Só havia nessa assembléia um grupo realmente ativo, coerente, sabendo mais ou menos o que queria: o grupo positivista. Embora pequeno, pesou muito - e nefastamente - sobre a constituinte. A ele aderiram em regra todos os militares, que se julgavam obrigados a concordar com o positivismo, porque era a doutrina de Benjamin Constant. A ignorância de quase todos sobre as questões políticas mais elementares chegava a limites estupendos! Ora, o positivismo, tendendo naturalmente para a ditadura, preferia o presidencialismo ao regime parlamentar. Quando se lêem hoje os debates daquela assembléia, vê-se bem que os próprios positivistas mais ilustrados, que mais influência tiveram, ignoravam o mecanismo real do regime presidencial. O que eles sabiam é que estava em antagonismo com o regime parlamentar, detestado por Augusto Comte, e que se aproximava mais do sistema ditatorial. Era o que os decidia. (1914, p. 39-40)

Raul Pilla argumenta, em vários dos discursos que realizou entre fevereiro e agosto de 1946 nas sessões da Assembléia Nacional Constituinte, que a mentalidade dos fundadores do novo regime republicano não poderia deixar de refletir-se na constituinte de 1891, não somente pelo natural prestígio advindo da sua vitória, mas também porque o Governo Provisório tomava todas as providências para que predominassem as idéias dessa facção<sup>379</sup>. No intuito de explicar o alcance desse sistema, o líder do PL assinala que o Governo Provisório nomeava os governadores dos estados, e estes, por sua vez, indicavam os

---

<sup>379</sup> Em 1883, a Lei Saraiva produziu verdadeira revolução, dando ao sistema parlamentar do Império uma sólida, embora ainda imperfeita base eleitoral. Para a eleição da constituinte na República houve um “retrocesso”, pois o decreto n. 200-A, de 8 de fevereiro de 1890, instituiu comissões distritais e municipais de alistamento. Segundo o artigo 21, à comissão distrital cabia alistar, “por conhecimento próprio”, isto é, arbitrariamente, os cidadãos que reunissem as qualidades de eleitor. Pelo artigo 22, o cidadão poderia requerer o seu alistamento por escrito e, pelo artigo 23, poderia fazê-lo também verbalmente perante a Comissão, submetendo-se, então, a um rápido exame de leitura e escrita. Quer dizer que o analfabeto poderia alistar-se facilmente, desde que contasse com a boa vontade da comissão, pois nem um requerimento escrito era obrigado a fazer. O artigo 25 dizia textualmente. “No caso de laborar a comissão em dúvida sobre a idade legal do cidadão poderá exigir do mesmo a prova dela por quaisquer meios admissíveis em direito”. O artigo 26 dispunha: “Para a formação das listas de qualificação, a comissão tomará informações dos párcos, agentes fiscais, etc. e das pessoas que lhe inspirarem confiança”. O parágrafo único do artigo 27 mandava que se mencionasse, na lista geral de qualificação, a idade, ao menos provável, do cidadão. E, como isto não bastasse, o artigo 40 dava à comissão municipal a atribuição de “rever as listas de votar”. Ver FRANCO; PILLA, 1999; CARVALHO, 1933; SANTOS, 1930.



intendentes dos municípios e todas as autoridades subalternas. As comissões distritais, controladas pelo Governo Provisório, também agiam com ampla margem de arbítrio no controle do processo de alistamento dos eleitores<sup>380</sup>.

Assim, ao organizar-se a República, o sistema parlamentar, que no Império havia sido instituído de modo gradativo pelo costume, foi sendo substituído pelo sistema presidencial, como ressalta o líder do PL. O Governo Provisório, bastante influenciado pelos positivistas e desejoso de fortalecer a sua própria situação - que se lhe devia afigurar precária, em decorrência do reduzido número de republicanos existentes na véspera de 15 de novembro -, optara pelo presidencialismo, redigindo um projeto de Constituição inconsistente. Conseqüentemente, a Assembléia Constituinte ficara submissa ao Governo Provisório, e os deputados parlamentaristas não tinham-se animado a levantar a voz, para não ficarem sob suspeição<sup>381</sup> e serem classificados como monarquistas. Raul Pilla conclui, desse modo, que o presidencialismo fora imposto ao Brasil pela ditadura republicana. Em três meses, apenas, a Assembléia Constituinte Republicana substituiu a Monarquia pela República; organizara a Federação; trocara o sistema parlamentar pelo presidencial; fizera, em suma, as mais amplas e profundas transformações políticas já ocorridas no Brasil, quando cada uma dessas questões, individualmente, demandaria muitos debates numa assembléia livremente formada.

Todas as críticas dirigidas por Raul Pilla à República fazem sobressair, ainda mais, a avaliação positiva a que procede do período imperial. Segundo o líder libertador, a Constituição do Império criara a nação, tendo sido o unitarismo

---

<sup>380</sup> O Decreto n. 511, de 23 de junho de 1890, referia-se ao processo da eleição. O seu artigo 2. declarava inelegíveis ao Congresso Nacional os governadores, os chefes de polícia, os comandantes das armas, bem como os demais funcionários militares que exercessem comandos de forças de terra e mar equivalentes ou superiores, os comandantes de corpos policiais, os magistrados, os funcionários administrativos demissíveis independentemente de sentença; mas o seu artigo 4. suspendia estas incompatibilidades para a eleição do primeiro Congresso. Quer dizer, todos eram elegíveis, quando menor o deveriam ser por causa do regime ditatorial então vigente, todos quantos poderiam utilizar o poder em próprio benefício. O artigo 28 estabelecia textualmente que não poderia a Mesa entrar na apreciação da identidade do eleitor que exibisse o título (a mesma disposição aparece, mais tarde, na legislação eleitoral do Rio Grande do Sul). Além disso, o artigo 30 dizia que "As cédulas para deputado conterão tantos nomes quantos forem os deputados". Isso quer dizer que o sistema era majoritário e à minoria não era lhe dado o direito de representatividade. O artigo 32 exigia do eleitor que soubesse ler e escrever, mas dispensava-o de formular por escrito o requerimento; a alfabetização seria verificada pela comissão de alistamento por um exame. Pois bem, o referido artigo dizia que, se, na ocasião de votar, não soubesse ou não pudesse o eleitor escrever o seu nome no livro, outro eleitor, por ele indicado, poderia fazê-lo em seu lugar. Ver FRANCO; PILLA, 1999; CARVALHO, 1933; SANTOS, 1930.

<sup>381</sup> A obra classifica o Governo Provisório como "ditadura militar" movida pelo mais simples instinto de defesa, se não fosse por última foram e irresistível necessidade, logo se revelou contrária aos debates muito amplos. As opiniões que se manifestavam, o faziam apenas para melhor adaptar os novos dispositivos constitucionais à técnica do presidencialismo. Fora daí as discussões eram proibidas. Ver SANTOS, 1930.

a mais alta lição de sabedoria política legada pelo Príncipe que outorgara a primeira Constituição brasileira. Na opinião do deputado do PL, sem a Constituição centralizadora, a unidade nacional jamais vingaria. O federalismo precoce da Constituinte e da Abdicação teria solapado as bases da consolidação política do Brasil. Os agentes da idéia nova contida no princípio federativo, à época intimamente associado ao princípio da liberdade política e já próximo da concepção republicana de poder, ameaçaram ultimar seu programa radical de reforma. Entretanto, o bom senso e a acomodação das forças políticas teriam acabado prevalecendo desde o compromisso do Ato Adicional, na medida em que este fora atenuado pela Lei de Interpretação. De acordo com Pilla, tais mecanismos jurídicos e políticos teriam conduzido a uma estabilidade política quase perfeita, que durara quatro décadas, durante as quais não houvera mais necessidade de alterar a Constituição. O deputado sugere, portanto, ao longo das discussões com seus pares, que o parlamentarismo gerara o equilíbrio institucional então alcançado, tendo sido, de forma recíproca, sustentado por esse mesmo equilíbrio.

### **5.3 Estratégias discursivas**

Raul Pilla, não apenas por ser o único deputado do Partido Libertador com mandato na constituinte de 1946, mas também em virtude de suas reconhecidas qualidades políticas, tem intensa participação na Comissão da Constituição, que reúne uma pequena e seleta representação de parlamentares dos diferentes partidos políticos com assento no Congresso Nacional. Além disso, possui amplas oportunidades de ocupar a tribuna da Assembléia Nacional Constituinte, pois dispõe do tempo regimental destinado aos líderes de bancada. Nas ocasiões em que faz uso da palavra, o parlamentar nunca perde de vista o fato de que suas principais teses a respeito da democracia representativa não contam com a aceitação da maior parte dos constituintes. Desse modo, o líder libertador, nessas situações, serve-se de alguns recursos que possam legitimar suas teses e, sobretudo, convencer o conjunto dos deputados e senadores da pertinência das propostas que apresenta, visando à (re)criação de instituições e práticas

democráticas no Brasil.

Em sua opinião, inicialmente, trata-se de alçar a temática relativa ao sistema de governo ao lugar de destaque em que deve figurar nos debates, e a passagem abaixo demonstra o empenho do parlamentar do PL nesse sentido:

Não há, pois, questão que mais importe ao futuro próximo da Nação, que a do regime político, isto é, a do instrumento legal que, além de assegurar a efetividade dos direitos do cidadão, haja de permitir a justa, oportuna e democrática solução de todos os problemas nacionais, desde os de natureza econômica, até os de ordem espiritual (...). Parlamentarismo ou presidencialismo, esta é a alternativa. Mister se faz escolher entre uma e outra cousa. Entretanto, preferem muitos fechar os olhos e deixar-se levar pela rotina. (1946, p.3)

O deputado libertador, ao dirigir-se ao plenário da Assembléia Constituinte, dá vida a um particular “esforço de convicção”<sup>382</sup>. Via de regra, menciona que está falando em nome dos mais urgentes e sagrados interesses da Pátria. Em vários momentos, Pilla deixa claro que sua estratégia será examinar os aspectos comumente apontados pelas pessoas quando a intenção é impor restrições ao sistema de governo parlamentarista e a sua implantação no Brasil. Seus argumentos incorporam, então, as teses que sustentam tais críticas aos “pretensos defeitos do sistema parlamentar de governo”, a fim de rebater, uma a uma essas formulações.

O deputado do PL constata que muitos dos parlamentares que se dizem contrários ao parlamentarismo afirmam que os problemas econômicos e sociais superaram o problema propriamente político, o qual perdera toda a sua importância em face daqueles. O líder libertador, ao discordar desse ponto de vista, mostra que, na Inglaterra e nas outras “modelares democracias”, aparentemente, não possui tal relevância o problema da liberdade política, pois esta já existe no cotidiano das pessoas; por isso, a preocupação central é outra. Entretanto, acrescenta que o mesmo já não se poderia dizer das “atormentadas” nações da América Latina, entre as quais veio o Brasil a incluir-se depois de haver praticado o parlamentarismo durante meio século e tê-lo abandonado. Em

---

<sup>382</sup> Cf. Diário do Poder Legislativo, 1946, março, p.29-35; Anais, 1946, abril, p.12-19. Anais, 1946, maio, 09-15.

seu entendimento, o País vive o problema político, além dos graves problemas econômicos e sociais, que estão a pedir solução urgente. Conclui a abordagem do assunto dizendo que o problema político estaria vivo e palpitante, justamente por não ter, ainda, recebido solução conveniente e que só por meio de um sistema de governo adequado as questões econômicas e sociais tendem a encaminhar-se para uma solução.

Seguindo essa linha de raciocínio, o deputado e líder nacional dos parlamentaristas, numa das primeiras sessões da Constituinte de 1946, metodicamente começa seu discurso com um apelo a seus colegas constituintes, no sentido de que tomarem para si a “tarefa, a mais pesada responsabilidade nesta obra de restauração democrática”, que se promete, depois da vigência do Estado Novo<sup>383</sup>. Ao assumir essa incumbência, no dizer de Pilla, todos teriam a possibilidade de entrar para a história, porque poderiam elevar-se “à altura de sua missão”. Raul Pilla chama a atenção para o papel que os deputados poderiam cumprir, caso viessem a implementar a elaboração de um novo estatuto jurídico para a “Nação” brasileira. Por outro lado, adverte que, tendo em vista a chance que possuem, máxima será a “culpa” desses parlamentares se não ousarem alterar os dispositivos que impedem o desenvolvimento das instituições democráticas.

O golpe de 10 de novembro de 1937, de acordo com o líder libertador, havia pervertido, completamente, os costumes e destruído as instituições democráticas do Brasil, pelo estabelecimento de uma prolongada ditadura. Diante desse diagnóstico, seus discursos manifestam uma forte crença na oportunidade, que lhes é dada, de criar um mecanismo capaz de originar, por seu próprio funcionamento, novos e mais “salutares” hábitos, para que então, instituições e costumes se harmonizem e mutuamente se reforcem. Em outras palavras, ele possui uma fé inabalável na “boa prática da democracia”, e assevera que, para a instauração de semelhante prática, seria indispensável a existência de instituições e de costumes que estivessem à altura desse comportamento democrático moderno. Caso pudesse contar com tais elementos, compatíveis com a construção da democracia, toda a civilização teria garantias de desenvolvimento, segundo o deputado do PL. Pilla identifica, então, uma relação de reciprocidade:

---

<sup>383</sup> Ver GERTZ, 1991a e 1991b para uma análise mais abrangente sobre o Estado Novo.

as instituições, quando em funcionamento, podem aperfeiçoar-se sob a influência de determinados costumes; ao mesmo tempo, estes podem vir a tornar-se condizentes com a prática da democracia, à medida que aquelas exercerem sobre a sociedade sua capacidade “de corrigir e educar”.

Além de convocar seus colegas para a execução da “tarefa” que julga ser a mais relevante, no momento em que se discute a futura Constituição do País – e de definir, com exatidão, a “missão” que lhes cabe como parlamentares -, o deputado libertador detém-se sobre um tópico que sabe ser objeto de inúmeras controvérsias. Seus pronunciamentos são perpassados pela concepção de que a democracia é o “governo do povo para o povo” e que, por essa razão, afasta-se dos sistemas de governo controlados por um homem, um ditador, um grupo ou uma casta<sup>384</sup>. Para Raul Pilla, que a prova de que a democracia só pode ser o governo do povo é, justamente, o fato de que não é o governo de uma pessoa ou de um grupo de pessoas. No regime democrático, explica ele, é o povo que rege a si mesmo, embora o faça de maneira indireta, por meio do mecanismo da delegação livremente constituída. O líder libertador leva em conta o pensamento dos críticos da referida definição de democracia, que a vêem como uma “ficção” e justificam essa opinião, alegando que o “povo”, a rigor, não existe, pois é uma entidade abstrata. Assim, o deputado do PL mostra que, nas nações modernas, constituídas de milhões de habitantes, os cidadãos não podem reunir-se na praça pública - e, muito menos, reunir-se a todo o momento -, para deliberar acerca do seu governo. Não havendo, portanto, condições de viabilizar tais encontros, esses cidadãos delegam seus poderes a representantes que eles mesmos escolhem. Dessa forma, conclui ele, surge a democracia representativa, que se contrapõe à democracia direta.

Dentre os diversos procedimentos adotados por Raul Pilla com o intuito de persuadir os demais parlamentares, merece destaque especial a estratégia que emprega na sessão plenária do dia 12 de março de 1946. Nessa ocasião, a título de discurso, lê para seus pares o “ensaio” de autoria de José Maria dos Santos, um aclamado jurista da época, que defende a tese segundo a qual o parlamentarismo oferece as mais favoráveis condições à consecução de reformas econômicas e sociais, desde que sejam estas “reclamadas pela consciência

---

<sup>384</sup> Cf. KELSEN, 1993. p.139-145. O autor define a democracia como “governo do povo”.

nacional”. Tal “ensaio” – que, por solicitação do líder libertador, é inserido nos Anais da Assembléia – intitula-se “Manifesto à nação” e é dirigido à Constituinte. Cabe ressaltar que o deputado do PL, assim como outros parlamentaristas que ali estão na condição de constituintes, leva para o interior da Assembléia, procurando influenciá-la, um expediente “de fora” do ambiente parlamentar, que manifesta uma posição sobre os “destinos da Nação”.

O “Manifesto à nação” possui cerca de vinte páginas e é subscrito por quase uma centena de “ilustres personalidades” do campo jurídico e político, com ou sem mandato parlamentar e, até mesmo, sem vinculação partidária. Observa-se que a disposição das assinaturas na lista não segue a ordem alfabética, sendo que os três primeiros nomes que aparecem são, na seqüência, José Augusto Bezerra de Medeiros, Raul Pilla e José Maria dos Santos<sup>385</sup>. Ao que parece, este último é um dos três nomes que abrem a lista não apenas por ser identificado como autor do documento – que, provavelmente, é elaborado de forma coletiva -, mas também por ser um jurista consagrado e, assim, encontrar-se numa situação de suposta neutralidade e, até mesmo, de superioridade em relação às disputas partidárias. Seu prestígio é tal que ele inspira a formulação das principais teses acerca do sistema de governo parlamentarista, defendidas no transcurso dos trabalhos constituintes.

Raul Pilla, por sua vez, mesmo sendo o principal líder parlamentarista do País nesse momento e embora seja o escolhido para fazer o papel de orador, não tem o seu nome colocado no topo da lista. Talvez, o fato de a relação de signatários registrar em primeiro lugar o nome de um outro constituinte se constitua numa tática política, traçada pelo grupo, com o objetivo de angariar maior apoio às teses parlamentaristas. O deputado José Augusto Bezerra de Medeiros<sup>386</sup> é o primeiro signatário do “Manifesto”, ao que tudo indica, por exercer

---

<sup>385</sup> Seu nome não consta nos documentos “Eleições realizadas em 2 de dezembro de 1945, p.20-55, Poder Legislativo - Relação nominal dos senadores, deputados e suplentes eleitos”, do Tribunal Superior Eleitoral - Brasília, DF.

<sup>386</sup> Consta nos documentos “Eleições realizadas em 2 de dezembro de 1945, p.20-55, Poder Legislativo - Relação nominal dos senadores, deputados e suplentes eleitos”, do Tribunal Superior Eleitoral - Brasília, DF - que José Augusto Bezerra de Medeiros fora eleito no Rio Grande do Norte como deputado federal constituinte, obtendo 14.348 votos, pela legenda da União Democrática Nacional (UDN). Além disso, no pleito eleitoral sagrara-se vencedor com 11.239 votos o deputado federal João Café Filho, pelo Partido Republicano Progressista (PRP). Conclui pelas informações de que dispomos, que essa votação pode ser considerada muito expressiva se comparada àquela dos demais deputados eleitos e, também, guardadas as proporções, por ser uma disputa que ocorre em outro nível, àquele número de votos alcançados pelos dois senadores eleitos pelo mesmo estado. No caso, o senador Georgino Avelino recebeu 44.855 votos, eleito pela legenda do Partido Social Democrático (PSD), seguido dos 42.116 votos do senador José Ferreira de Souza, da União Democrática Nacional (UDN), mesmo partido do deputado José Augusto Bezerra de Medeiros. Nesse

expressiva liderança na UDN do Rio Grande do Norte e ter forte ascendência sobre os demais constituintes do partido. Assim, ao que parece, a seleção das personalidades que subscrevem o documento, bem como a seqüência dos nomes que aí constam, obedecem a alguns critérios, cabendo aos representantes das áreas jurídica, acadêmica e política um lugar de evidência. A intenção é compor uma nominata com credibilidade e influência suficientes para persuadir os parlamentares que ainda permanecem indecisos quanto à alternativa mais adequada para a organização dos poderes republicanos.

O próprio título do “Manifesto” revela as intenções de seus idealizadores. Trata-se de convencer a Nação de que o parlamentarismo deve ser aprovado. Nesse contexto específico, a noção de nação possui, pelo menos, dois sentidos, remetendo tanto ao conjunto de constituintes que a representam – investidos que estão da função da “democracia representativa” –, como à opinião pública, externa à Assembléia, que haveria de ser construída, a fim de influir na decisão dos parlamentares.

Convém, ainda, salientar que as idéias, os conceitos, a forma argumentativa e a própria linguagem que compõem o “Manifesto” conferem a este forte conotação histórica e jurídica. O documento ampara-se, sobretudo, no pensamento de José Maria dos Santos, além de estar diretamente relacionado aos pronunciamentos feitos por Raul Pilla nos cinco primeiros meses de seu mandato na Câmara dos Deputados. Verifica-se que o parlamentar busca, na vasta obra do jurista José Maria dos Santos, vários dos argumentos jurídicos e históricos de que se vale para fundamentar os seus pontos de vista e para legitimar-se no plano nacional. Desse modo, ele procura consolidar-se como uma liderança que está preocupada não apenas com o crescimento do Partido Libertador no Rio Grande do Sul e com a sua implantação nas demais unidades da Federação<sup>387</sup>, mas também, e acima de tudo, com a alteração da modalidade de governo que vigora no Brasil desde 1891.

Outra estratégia abordada por Raul Pilla, nos discursos que profere durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, é a análise do fenômeno da

---

caso, tem-se informações eleitorais que revelam que o Rio Grande do Norte, em 1945, lançou quatro nomes para o cenário político nacional.

<sup>387</sup> Encontram-se, no acervo pessoal de Raul Pilla, NUPERGS/UFRGS, dezenas de correspondências de lideranças políticas de municípios de Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, entre outros, cujo teor revela uma preocupação de Raul Pilla em organizar o Partido Libertador em outros pontos do Brasil.

instalação do presidencialismo nos países ibero-americanos. O líder libertador parte do pressuposto de que a “evolução” política dos povos americanos não foi idêntica, por mais que alguns fatores gerais possam ser identificados nesse processo: a América inglesa comporta-se distintamente da América espanhola e esta, da América portuguesa. A formação histórica dos povos americanos é marcada, em sua opinião, por uma característica comum e por algumas diferenças mais ou menos profundas. O elemento comum na história dessas sociedades é o fato de se constituírem em “transplantes” da velha civilização europeia em solo estrangeiro. As particularidades, por sua vez, dizem respeito à diversidade de “raças” e de culturas dos povoadores e dos “primitivos” habitantes das distintas regiões do continente americano, às variadas circunstâncias em que ocorreram a conquista e a colonização, isto sem falar nos diferentes ambientes físicos encontrados pelos europeus.

Segundo o deputado do PL, num primeiro estágio, a América espanhola é resultado da conquista militar em grande escala, que se efetivou no Peru e no México. Depois dessa conquista, fizera-se a colonização de outros territórios por concessão real, outorgada a “gente altaneira” que trazia para a nova terra os “preconceitos aristocráticos” da metrópole e, na falta de títulos, via na cor da sua pele a marca da superioridade. Se a formação da América inglesa foi livre e democrática, a da América espanhola fora militar e aristocrática, conforme o líder libertador. Tendo em vista essas profundas diferenças constatadas na formação dos países americanos, Raul Pilla conclui que ilegítima será toda generalização que se fizer sem ressaltar as particularidades de cada processo de ocupação. Assim, em todo esforço de comparação que empreende, ele tem o cuidado de não tratar nem a América, nem a Europa como realidades homogêneas, pois “há várias Américas, como há diferentes Europas. Europa e América são, antes de tudo, expressões geográficas<sup>388</sup>”.

De outra maneira teriam desenvolvido os acontecimentos na América portuguesa. De acordo com o líder libertador, a formação política do Brasil seria profundamente diversa da formação das demais colônias americanas. Nos domínios castelhanos, assim como nas possessões inglesas, as primeiras organizações civis vinham das metrópoles e suas ações seriam préestabelecidas

---

<sup>388</sup> Ver FRANCO; PILLA, 1999, p.127.



com minúcia, respectivamente, nas instruções fornecidas pela corte de Madri aos seus vice-reis e *adelantados*, e na *charta* outorgada pela coroa da Inglaterra aos primeiros colonos da Virgínia. Operava-se aí, na visão do deputado do PL, uma espécie de transplantação social que obedeceria a fórmulas rígidas, baseadas nas idéias e tradições do meio original, tais como estas existiam no instante da emigração. A colonização do Brasil, por sua vez, seguiu outra dinâmica, como frisa Raul Pilla. Os emigrantes portugueses, em virtude da situação especial em que estavam quando partiam, renunciavam previamente a todas as vantagens e obrigações do seu antigo meio social. Além disso, as condições sociais e políticas produzidas na América portuguesa teriam sido muito diferentes daquelas que haviam caracterizado a América espanhola e a América inglesa. Na opinião do líder libertador, esta última tivera com a América portuguesa um ponto em comum: o precoce desenvolvimento da democracia comunal, cuja base era a diversidade de “raças”, de religiões e de costumes.

No Brasil, ressalta o parlamentar do PL, o fator que propiciara o surgimento dessa democracia comunal fora a fusão das “três raças”, que, “vencendo todos os sofrimentos, todas as resistências, todas as vicissitudes naturais e inevitáveis”, assim se uniram e solidarizaram, “irmanando-se de sangue, e espiritualmente se confundindo, na íntima e poderosa consciência de um grande e esplêndido e maravilhoso destino nacional”<sup>389</sup>. Esse processo ocorrera, como esclarece Pilla, porque Portugal, com o seu milhão e meio de habitantes do tempo da descoberta, nunca pudera estabelecer sobre suas colônias o mesmo sistema de ocupação direta e efetiva que os espanhóis e os ingleses, muito mais fortes e numerosos, tinham conseguido aplicar nos seus domínios ultramarinos. Por outro lado, bem servidos que eram de navegadores, os portugueses tinham baseado a sua colonização, principalmente, no sistema de entrepostos marítimos fortificados, que, conjugados à frota que possuíam, asseguravam o comércio internacional dos países descobertos.

Segundo o deputado libertador, em última análise, o que prevalecera no Brasil fora o “regime democrático” das sesmarias, por meio do qual os representantes da coroa legalizavam a posse dos livres ocupantes. Nesse caso, o homem, agindo livremente e contando apenas com os recursos da sua iniciativa e

---

<sup>389</sup> As formulações de Raul Pilla aproximam-se daquelas realizadas por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Vianna Moog acerca da análise comparativa entre a Ibero-América e os Estados Unidos.

da sua coragem, integrava-se numa organização préestabelecida na metrópole. Lembra o deputado do PL que, durante o período colonial, o governo português nunca pudera afastar-se muito do seu sistema de entrepostos marítimos. Fixados em alguns pontos escolhidos do litoral brasileiro, de onde fiscalizavam o comércio interoceânico praticado na Colônia, os agentes de Lisboa teriam se restringido, quase que exclusivamente, à percepção dos impostos. Desse modo, tinham influído na organização geral da Colônia, sobretudo no que esta dependia diretamente das suas relações com a metrópole, mas, na administração interna propriamente, pouco intervieram. Pilla afirma que os brasileiros se organizaram por si mesmos, com toda independência e, muito freqüentemente, reagindo contra as decisões da coroa, até o ponto de recusarem os governadores por esta nomeados.

O líder libertador considera a constituição política e administrativa das primeiras aglomerações urbanas do Brasil um dos elementos mais interessantes da sociologia americana. Ele destaca a consciência e a perfeita segurança com que os desbravadores, tão logo efetivavam a ocupação do território, se concentravam na organização do município. Reunidos na igreja recém-construída, ou na casa maior da povoação - se a igreja ainda não fora construída -, compenetravam-se, profundamente, nos seus direitos civis e no ato coletivo que consistia em eleger para o Senado da Câmara aqueles que designavam como os "homens bons". De acordo com o deputado do PL, com a eleição das primeiras câmaras municipais, começou a existir para os brasileiros o poder público

No entendimento de Raul Pilla, o processo de independência do Brasil iniciara-se, na verdade, em 1808, data da transferência da corte portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro<sup>390</sup>. Esse fato, alerta, não poderia determinar qualquer modificação essencial no caráter do povo, pois os reis de Portugal, ao aportarem em terras brasileiras, já encontraram uma nação constituída<sup>391</sup>. Assim, a família real conferira "apenas" uma dimensão internacional à incipiente nação. Os brasileiros teriam recebido os representantes do antigo regime monárquico da Europa mais ou menos como qualquer país novo aceita a intervenção de missões estrangeiras na organização dos seus serviços técnicos. O líder libertador

---

<sup>390</sup> Cf. Diário do Poder Legislativo, 1946, março, p.14-26.

<sup>391</sup> Ver GAUER, 2001. A autora possui outra formulação a respeito do nascimento da nação brasileira. No caso, o Estado e a Nação teriam surgido em 1822.

adverte, porém, que, se os habitantes do Brasil reconheciam os empreendimentos realizados por Dom João VI e o papel político desempenhado pelo primeiro Imperador, jamais tinham aceitado os princípios autoritários da velha monarquia de direito divino. Em 1817, na Revolução Pernambucana, ocorrera a primeira reação contra esses princípios, a qual tivera continuidade nas revoltas da Bahia e do Pará, em 1821, até a abdicação de Pedro I.

Tais aspectos de natureza político-administrativa somar-se-iam às características socioculturais da primeira colonização portuguesa, conforme salienta Pilla<sup>392</sup>. Tratava-se de uma colonização *sui generis* no continente, pois não deslocara imediatamente as tribos indígenas - nem a elas se superpusera pela violência -, mas dentro delas se instalara, criando, pelas ligações com as mulheres da terra, “uma gente nova”. Dessa forma, explica o líder libertador, por todo o território iam se espalhando núcleos mestiços - criados pela associação do homem europeu ao elemento autóctone<sup>393</sup> -, os da costa mantendo um contato mais freqüente com outras culturas, mas todos pertencendo à mesma origem. O comércio marítimo nas baías principais e à entrada dos grandes rios passara, então, a ter os seus primeiros entrepostos regulares. Viera, a partir daí, a indústria do açúcar e, com esta, o trabalho escravo dos africanos.

Num meio assim formado, segundo o deputado do PL, não havia critérios morais preestabelecidos e legitimados pelo consenso: cada um valia por si mesmo, segundo a sua maior ou menor capacidade em vencer a terra bruta e dela apropriar-se. Nessas condições, as diferenças que se estabeleceram entre os africanos recém-chegados e os residentes anteriores teriam sido, apenas, de natureza econômica - reguladas pelo regime de trabalho escravo -, o que levava a que todos se sentissem iguais à medida que se ampliava o convívio. Raul Pilla

---

<sup>392</sup> Cf. Anais, 1946, março, p.12. Constata-se que há uma grande aproximação de abordagens entre Raul Pilla e Gilberto Freyre no que se refere à formação da civilização brasileira. O jurista José Maria dos Santos, co-autor do “Manifesto” de 12 de março de 1946, é citado em *Casa Grande & Senzala* (1936) e, também, em *Sobrados & Mucambos* (1936) como uma das principais referências de Gilberto Freyre, autor das obras, para a elaboração de seus livros. Ver FREYRE, 2003, p. 391, 476 e 618; FREYRE, 2003b, p.95, 874.

<sup>393</sup> Cf. FREYRE, 2003b. Sobre a superexcitação da mulata ver p. 743-744; Cf. FREYRE, 2003a. Sobre o erotismo a serviço do patriarcalismo ver p. 456; seleção das mais belas escravas para amantes dos senhores ver p. 536; casamentos ver p. 443, 240, 432, 495, 423, 559, 359, 424, 425, 429, 430-432; história íntima e sua documentação ver p. 45; associação do gozo do paladar com o gozo sexual ver p. 175 e 331; aventuras entre negros e sinhás brancas ver p. 422; sexualidade brasileira um ambiente de intoxicação sexual no início da colonização ver p. 161; cantigas lascivas dos indígenas substituídas por hinos devotos ver p. 205; casamento e concubinato em Portugal e no Brasil Colônia ver p.502; causa da atração das índias pelos europeus ver p. 160; causas das rivalidades sexuais entre brancos e negros no Brasil ver p. 444; sexualidade e clima tropical ver p. 334; colonos amasiados com negras no sec. XVII ver p. 516; a lubricidade dos brasileiros ver p. 168; comparações sexuais entre o português, o indígena e o africano ver p. 168; contraste entre a prostituição doméstica e a dos bordéias ver p. 401.

observa que o “mameluco, cristão e civilizado pela sua progênie masculina”, sentira-se imediatamente muito mais próximo do africano que dos próprios índios aos quais se vinculava pela filiação materna. No dizer do líder libertador, o africano era o bárbaro e representava o primeiro grande estágio da civilização humana, ao passo que o índio era, e teimava em continuar sendo, selvagem<sup>394</sup>. Enquanto o africano aceitava a escravidão como uma consequência natural e inelutável das leis da guerra – de acordo com as quais, o cativo era o preço pelo qual o vencido obtinha do vencedor a conservação da própria vida -, ao passo que o índio, vencido no combate, não compreendia que o deixassem vivo, recusando-lhe as honras do massacre. A estranheza do índio, diante do tratamento que recebia, lançava-o numa incurável e mortal meditação. O deputado do PL enfatiza que os portugueses fixados no Brasil e os seus descendentes mamelucos, valendo-se das divergências existentes entre as tribos a que se viam aliados e as outras, gradativamente, tinham dado início ao cativo dos índios. Todavia, cada pequeno núcleo de escravos que se conseguia conservar era apenas um mero resíduo de toda a grande leva de prisioneiros, misteriosamente, dizimada pela fatal melancolia.

A chegada dos africanos, como mostra Pilla<sup>395</sup>, transformara completamente esse sinistro regime de trabalho nas primitivas plantações. Os brasileiros não só teriam visto as vantagens de ordem industrial que os africanos lhes traziam, como logo sentiram as profundas diferenças morais que distanciavam o negro do índio, no que dizia respeito a sua relação com o civilizado. Os habitantes do Brasil tinham percebido que o africano, posto, por meio cativo, em contato com as idéias e coisas da civilização, não se fechava na selvagem preocupação de reagir, já no primeiro instante, pela traição e pelo massacre, nem se deixava morrer de insondável amargura, quando convencido de sua própria impotência, como fatal e regularmente o fazia o índio. Nas palavras

---

<sup>394</sup> Cf. FREYRE, 2003a. Sobre a análise sobre os conflitos entre os indígenas e os africanos ver p. 368; comportamento contrastado dos indígenas e dos africanos no Brasil ver p. 371; Sobre os indígenas no Brasil e sua contribuição econômica na Colônia ver p. 234; “o Brasil é dos países americanos onde mais se tem salvo da cultura e dos valores nativos” ver p. 231; mulheres indígenas sexualmente superiores aos homens ver p. 170; mulher gentia base da sociedade colonial; mulher como elemento mais produtor que o homem indígena ver p. 198; mulher indígena foi a base da família brasileira ver p. 162; indígenas inferiores culturalmente aos africanos; inadaptabilidade do homem indígena ao trabalho da lavoura açucareira ver p. 163; 230; o indígena como escravo: um fracasso total ver p. 230; os indígenas brasileiros estavam em estado de semicivilização quando comparados aos indígenas na América Hispânica ver p. 158; contribuição dos indígenas à formação da sociedade brasileira ver p. 162-175, 190-200, 206, 211, 232, 263;

<sup>395</sup> Cf. Diário do Poder Legislativo, 1946, março, p. 16-19.

do líder libertador, um pouco de atenção e de bondade seriam suficientes para fazer o africano “tirar os olhos do chão e cessar de tremer no desconforto do seu imenso desastre”, deixando transparecer “uma alma toda aberta à compreensão” e, por isso mesmo, sensível ao primeiro aceno de simpatia.

Nas relações mais próximas e prolongadas que se estabeleciam nos trabalhos da lavoura e da floresta, os africanos teriam revelado uma surpreendente capacidade industrial, que se ajustava às condições do meio, conforme destaca Pilla. Havia entre eles agricultores e pastores experientes, oleiros hábeis, tecelões, caprichosos trabalhadores em madeira e em metais. A presença das mulheres negras nas residências dos senhores transformara completamente a vida na Colônia: desenvolveram-se as hortas e prosperara a pequena criação. Tudo se transformava: os africanos teriam influenciado os colonos e os índios no que se refere aos hábitos de trabalho voltados ao rendimento e à previsão; estes, por sua vez, haveriam transmitido aos primeiros colonos hábitos alimentares e de higiene. O deputado do PL salienta que os africanos agiram como elemento aglutinador na formação de relações sociais, base para o nascimento de uma democracia comunal<sup>396</sup>.

Raul Pilla aponta para o fato de que o Brasil, à época em que D. João VI era rei de Portugal empenhara-se no sentido de eleger deputados às Cortes Constituintes de Lisboa, com o objetivo de lutar pelo fim da monarquia absoluta. Posteriormente, quando o Brasil já desfrutava da condição de Reino Unido, os deputados brasileiros eleitos para as Cortes Constituintes de Lisboa, tinham se negado a votar a Constituição concebida pelos parlamentares portugueses. Na prática, o movimento constitucional que levaria o Brasil à Independência já começava a existir. No entendimento do líder libertador, não houve, no Brasil, algo que se pudesse, propriamente, chamar-se de “Revolução da Independência”, ao contrário do que se viu nos vice-reinados espanhóis.

Para Raul Pilla e os demais constituintes de 1946 adeptos do parlamentarismo, que são também signatários do “Manifesto”<sup>397</sup>, esse seria o

---

<sup>396</sup> Cf. FREYRE, 2003b. Sobre a função da Casa Grande: a atenuação acerca de sua tendência conservadora ver p. 161; centro de integração social brasileira ver p. 138; centro de um sistema rural de economia e de família no Brasil ver p. 305; degradação ver p. 46; diminuição de seu volume e de sua complexidade social ver p. 270. Sobre a integração entre a Casa Grande e a Senzala: complexo transregional ver p. 70; episódios nos quais manifestou tendência liberal ver p. 162; influência decisiva sobre a família patriarcal ver p. 269; maternalismo ver p. 83; pioneira em “qualidade e em condições de higiene e de adaptação ao meio tropical” ver p. 326.

<sup>397</sup> Cf. Diário do Poder Legislativo, 1946, março, p.23-27.

“exato perfil histórico da Independência do Brasil”. Eles esclarecem que os acontecimentos mais ou menos violentos, ocorridos no período em vários pontos do País, principalmente na Bahia, teriam sido incidentes de caráter “especialmente militar”, na indispensável substituição ou mudança de guarnições – sobretudo, em virtude da lentidão ou do atraso das comunicações oficiais, em tão vastas extensões por meio dos mares -, e não incidentes de caráter político. Na verdade, segundo o líder libertador, houvera no Brasil uma particular “evolução jurídica”, que poderia ser dividida em cinco etapas sucessivas. Entre a primeira fase - a chegada da Corte em 1808 – e o quinto estágio desse processo – a recusa dos deputados brasileiros em votar a Carta Constitucional, em Lisboa, e a conseqüente transformação do Brasil em Império, mediante o seu desligamento do Reino Unido, em 1822 -, situavam-se: a elevação do País à categoria de Reino Unido em 1815, a Revolução constitucionalista em Portugal, em 1820, e a convocação dos deputados brasileiros às Cortes Gerais em Lisboa, em 1821.

Raul Pilla conclui que o fato histórico essencial reside na vinda da Monarquia portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro, pois teria essa transferência que mantivera o Brasil “na ordem de evolução da Europa continental” e que originara a sua formação política. Além disso, alerta o parlamentar, o “imenso equívoco” cometido pelos castelhanos na América Latina, quando tinham julgado possível transplantar para seus países o sistema criado nos Estados Unidos, poderia ter sido evitado no Brasil. Bastaria, para tanto, que a revolução constitucional em curso, a qual conduziria, gradualmente, ao advento da República, não tivesse sido interrompida pelo golpe militar de 15 de novembro de 1889. Caso não houvesse tal ruptura na ordem tradicional que caracterizava a evolução do País, prevê o líder libertador, o Brasil teria passado a um plano mais elevado da vida democrática, sem nada perder das liberdades conquistadas anteriormente, pois a política no Império, em seus dois últimos decênios, era, precisamente a de avançar para a República de forma firme e metódica. Na opinião do deputado, há que deter-se

(...) nos programas sôbre os quais os vários partidos se reorganizaram, após a grande crise ministerial de 1868 (Zacarias de Góis), e ver-se-á que todos êles concorriam conscientemente numa mesma preparação

para aquêlo fim. A plataforma do gabinete de 7 de julho de 1889 até parece a última etapa ou o último degrau de uma ascensão deliberada. Através de todos aquêles grandes documentos, era a República, mas a grande República liberal de forma parlamentar, que vinha sendo não sómente delineada como mesmo instituída. A esperar havia apenas o preciso instante da proclamação.

(Diário do Poder Legislativo, [1946], 12 de março, p.34)

Ao traçar um paralelo entre a América Inglesa, a América Espanhola e a América Portuguesa, Raul Pilla, ao que parece, tem em mente dois objetivos centrais. O primeiro é mostrar que as significativas diferenças existentes entre as três Américas e entre os países que as compõem não autorizariam a adoção de um único modelo político por parte dessas nações. O segundo é evidenciar o erro em que incorreram os castelhanos na América Latina, quando procuraram transplantar o regime presidencialista norte-americano para os seus países. Tal ênfase é explicada pelo fato de que a intenção de alguns constituintes em 1946 é, justamente, persistir nesse “equivoco”, uma vez que desejam conservar no Brasil tal sistema de governo.

Raul Pilla<sup>398</sup> parte do pressuposto de que somente o desconhecimento em relação à história política dos povos e às idéias dos principais publicistas e políticos podem levar alguém a não aderir ao parlamentarismo ou a colocar-se contra esse sistema de governo. Então, visando ao esclarecimento dos constituintes que ainda são favoráveis ao presidencialismo, o líder libertador menciona, em seus pronunciamentos, personalidades republicanas reconhecidas – todos deputados federais -, cujos exemplos, de algum modo, referendam suas próprias posições em favor da causa parlamentarista. O deputado do PL assinala que ninguém menos do que Silveira Martins – parlamentar que desfechou terríveis “apóstrofes” contra a monarquia -, depois de proclamada a República, levantou a bandeira parlamentarista. Ruy Barbosa também é evocado, por ter sido um dos artífices máximos da república presidencial e por haver votado no presidencialismo, na Constituinte de 1891. De acordo com Pilla, ambos os parlamentares teriam errado, tanto que “o maior deles”, o jurista, viera a penitenciar-se formalmente pelo erro na última fase da sua “grande vida”. Entretanto, o líder libertador registra que Silveira Martins e Ruy Barbosa possuíam

---

<sup>398</sup> Cf. Diário do Poder Legislativo, 1946, março, p.39-45.

uma atenuante, senão uma justificativa para o equívoco que cometido: de um lado, a inexperiência; de outro, o entusiasmo em relação ao exemplo de república federativa, que então se conhecia - os Estados Unidos.

É nos discursos e textos de autoria de Ruy Barbosa produzidos no século XX que o deputado libertador vai encontrar as mais veementes críticas ao presidencialismo brasileiro e uma apologia cada vez mais acentuada ao sistema parlamentarista<sup>399</sup>. Entre os textos, aquele de que os constituintes guardam maior lembrança é “A imprensa e o dever da verdade”<sup>400</sup>, citado por Pilla. Ruy Barbosa explicita no texto sua visão sobre o presidencialismo, ao afirmar que esse sistema de governo tem conduzido à “irresponsabilidade”<sup>401</sup>. Além disso, o jurista critica a “hipertrofia do Poder Executivo”, que considera a característica central desse sistema de governo<sup>402</sup>.

Embora Ruy Barbosa tenha sido um dos principais autores da Constituição presidencialista de 1891<sup>403</sup>, há quem sustente que ele sempre fora parlamentarista. O líder libertador, por sua vez, compartilha a tese de que Ruy Barbosa nunca teria sido antiparlamentarista, pois jamais deixara de reconhecer a superioridade teórica do parlamentarismo. Raul Pilla identifica os ajustes que o jurista propôs, ao longo de sua trajetória intelectual, em relação ao sistema de governo praticado no Brasil. Lembra a esse propósito que, se em 1895 Ruy Barbosa<sup>404</sup> julgava o parlamentarismo francês incompatível com o sistema

<sup>399</sup> Cf. Diário do Poder Legislativo, 1946, abril, p.4.

<sup>400</sup> Esse é o título de uma conferência que se transformou em livro em 1920, um dos últimos, se não o último texto publicado por Ruy Barbosa. Este trabalho fora citado em vários debates sobre os aspectos problemáticos do presidencialismo. O deputado Afonso Arinos, por exemplo, supondo que as citações desse texto fossem extraídas da plataforma de 1910 de Ruy Barbosa, no qual o candidato reconhece a irresponsabilidade característica do presidencialismo, mas ao mesmo tempo nota que há incompatibilidade do parlamentarismo com a Federação. Raul Pilla serve-se de dois artigos de Ruy Barbosa intitulados “Federação e Parlamentarismo”, “Exegese de um Preconceito”, publicados em janeiro de 1946 nos *Diários Associados*. Ali o líder libertador reproduzia, interpretava e criticava a afirmação de Ruy Barbosa sobre a incompatibilidade entre parlamentarismo e federalismo.

<sup>401</sup> Ruy Barbosa é citado várias vezes por diferentes parlamentares parlamentaristas. Entre os quais destaca-se o aparte de José Augusto durante pronunciamento de Raul Pilla. Cf. PILLA, 1946, 25 de abril, p.7.

<sup>402</sup> Idem ibidem. p. 6

<sup>403</sup> Pilla em vários de seus pronunciamentos e apartes feitos na Câmara dos Deputados destaca que em 1891 haviam sido formulados três projetos, uma comissão de juristas fundiu-os e um só e o Ministro da Fazenda do Governo Provisório, Ruy Barbosa, fez a revisão e a reformulação do mesmo. Raul Pilla sempre que cita Ruy Barbosa procura mostrar os textos em que buscou as informações (ao todo são discursos pronunciados entre 1910 e 1921). Os documentos apresentados por Raul Pilla nos seus pronunciamentos “comprovam”, por meio de documentos, que Ruy Barbosa contra a adoção do sistema criado pelo gênio político dos ingleses, alegou apenas, e “sem fundamento sólido”, a sua incompatibilidade com a Federação. Mas, depois da campanha eleitoral de 1910, nunca mais voltou ao assunto, se bem cada vez mais veemente se tornasse a sua apologia do sistema de governo parlamentarista. Cf. FRANCO; PILLA, 1999, p.245-246.

<sup>404</sup> Discurso citado por Raul Pilla por ocasião do seu voto em separado à emenda parlamentarista n.4, de 29 de março de 1949, respondendo ao parecer do relator deputado Afonso Arinos de Melo Franco. Cf. FRANCO; PILLA, 1999, p.246.



federativo praticado no Brasil, já em 21 de outubro de 1898, num discurso proferido no Senado, o jurista afirmava :

Se há uma coisa de estranhar na nossa história política, pelo menos é esta a impressão causada no meu espírito, é que, se há um poder forte, um poder onipotente, cujo pedido de faculdade não se possa tomar ao sério, um poder que só carece de ser limitado, contra o qual os direitos constitucionais têm necessidade de se rodear de novas garantias, é o Poder Executivo. (FRANCO; PILLA, 1999, p.245-246)

Raul Pilla também comenta a plataforma de governo que Ruy Barbosa lançara, em 1910, por ocasião de sua campanha à Presidência da República. No entendimento do líder libertador, essa plataforma demonstra que o jurista não estava absolutamente convencido da incompatibilidade do parlamentarismo com a Federação. Ruy Barbosa admitia, em tal documento, a possibilidade de implantação do parlamentarismo no Brasil, porque, em sua opinião, na comparação com o presidencialismo, aquele sistema de governo levaria vantagem:

Não falo nos males do parlamentarismo. Também os tem a solução oposta. Uma se ressentia da instabilidade na administração; inconveniência do maior alcance, que, manifestada em França, entre nós se agravaria com a estreiteza do nosso período presidencial. A outra, da ausência de responsabilidade, que, reduzida, nas instituições americanas, ao *impeachment* do Chefe da Nação, não passa de uma ameaça desprezada e praticamente inverificável. Neste confronto as formas parlamentares levariam a melhor; porque mais vale, no Governo, a instabilidade, que a irresponsabilidade. (Diário do Poder Legislativo, [1946], 02 de março, p. 10).

O deputado do PL enfatiza, ainda, que a manifestação de Ruy Barbosa tornara-se mais contundente no Senado, a 16 de junho de 1914, passados 25 anos de existência da República no País. O jurista verificava, então, comparando essa época àquela outra em que o primeiro Imperador dispunha das liberdades nacionais, a ocorrência de um retrocesso. O líder libertador retoma tal comparação para afirmar que a constatação feita em 1914 por Ruy Barbosa continuaria válida em 1946. Pilla procura sustentar sua afirmação, acima de tudo,

mostrando à “nação” que, no presidencialismo, a vontade do Chefe do Poder Executivo pode ser referendada pelas duas Câmaras do Congresso Nacional, sucessivamente, mesmo que não esteja amparada em qualquer justificativa de ordem social ou legal. Esse procedimento observado pelo deputado do PL em 1946 é o mesmo que, algumas décadas antes, fora caracterizado pelo eminente jurista como sendo o “arbítrio do governo as nossas mais sagradas liberdades constitucionais”.

Raul Pilla conclui que o governo pessoal do Imperador projetou-se no estilo de administrar do presidente da República<sup>405</sup>, e cita, novamente, Ruy Barbosa, que considerava a luta dos republicanos de 1891 só parcialmente válida, uma vez que o regime presidencial viera a negar, na prática, os ideais que haviam motivado o engajamento dos opositores do regime monárquico. Segundo o líder libertador, à medida que o presidencialismo brasileiro se transformava em ditadura permanente, crescia a convicção de Ruy Barbosa<sup>406</sup> de que esse era o regime da “irresponsabilidade sistemática” do Poder Executivo. O jurista observava que os crimes do chefe do Poder Executivo não estavam sendo punidos, a despeito da existência de uma legislação que previa sanções aos atos ilícitos praticados pelo presidente e seus ministros.

A conferência em que Ruy Barbosa voltaria a comparar os dois sistemas de governo<sup>407</sup> - presidencialismo e parlamentarismo -, proferida a 8 de março de 1919, na Associação Comercial do Rio de Janeiro, também é lembrada por Pilla. De acordo com o jurista, o regime constitucional na monarquia apresentara aos brasileiros “dois largos pulmões”, o Parlamento e a imprensa, pelos quais a vida nacional “fluía e se oxigenava livremente”. A tribuna legislativa era, então, um ponto de convergência, onde as idéias e as virtudes se encontravam, visando ao constante atendimento das aspirações “da honra e do civismo”. Posteriormente, no dizer de Ruy Barbosa, o surgimento do presidencialismo suplantou o talento, a

---

<sup>405</sup> Esse conjunto de argumentos reaparece, constantemente, no cenário político nacional. Na campanha eleitoral para a escolha dos deputados federais constituintes em 1986 o líder do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) na época, João Amazonas - ex-constituente de 1946 pelo antigo Partido Comunista (PCB) - reativou a argumentação segundo a qual o presidencialismo era uma transposição da autoridade do Imperador. A mesma carga de argumentos reapareceu, em 1993, por ocasião do plebiscito sobre a forma e o sistema de governo, nos discursos de algumas lideranças do Partido dos Trabalhadores (PT). Fontes: documentos oficiais do PCdoB e do PT sobre a Assembléia Nacional Constituinte (1986) e o plebiscito de 1993.

<sup>406</sup> Ao assumir, em 19 de novembro de 1914, a presidência do Instituto dos Advogados, Ruy Barbosa constatou que o presidencialismo levou a opinião pública a não acreditar no trabalho, no mérito e na honra em função do reinado sistemático e ostentoso da incompetência governamental. Cf. BARBOSA, 1956, p. 97; 1946, p.48-49; 1947, p. 74-136.

<sup>407</sup> Cf. FRANCO; PILLA, 1999, p.251-252.

eloquência e a verdade; degradara-se, de legislatura em legislatura, o nível da capacidade e do decoro, da independência e da respeitabilidade; poluíra-se “a vida parlamentar de chapas inconfessáveis, de segredos tenebrosos, de pústulas vergonhosas e máculas sem nome”. Além disso, no âmbito da imprensa, lado a lado com os grandes órgãos que preservavam “a herança do pudor”, “o sagrado direito à informação e à polêmica”, tinham sido abertas casas de “mancebia política com a utilização do dinheiro público”.

Ruy Barbosa e Silveira Martins são, portanto, personalidades citadas por Raul Pilla com o propósito de comprovar que as críticas ao presidencialismo não partem exclusivamente dos parlamentaristas. De maneira um pouco diversa, outra liderança política é invocada pelo deputado do PL. Este elege o nome de Assis Brasil, um dos constituintes de 1891, para render-lhe uma homenagem, no início dos trabalhos constituintes, a 18 de fevereiro de 1946. Nessa ocasião, a Assembléia Constituinte de 1946, em solenidade oficial, presta um tributo aos membros da primeira Assembléia Constituinte da República. Em seu discurso, Raul Pilla valoriza, sobremaneira, o engajamento político do homenageado a atividades políticas de natureza prática, tais como a organização partidária, as eleições e as lutas revolucionárias cujas causas ligavam-se à democracia:

Assis Brasil não foi apenas um pensador, um doutrinador, senão também um político militante. Membro, dos mais eminentes, da dissidência republicana logo nos primórdios do regime, fundou mais tarde, com Fernando Abbot, o Partido Democrático, de âmbito estadual. Em 1924 constituiu, com o tradicional partido Federalista, a Aliança Libertadora, alguns anos mais tarde transformada no Partido, que eu tenho a honra de representar nesta Assembléia. Foi, também, um dos fundadores do Partido Democrático Nacional, do qual os Libertadores constituíram a ala meridional e que, como tantas outras coisas, foi tragado pela voragem aberta com a revolução de 1930. Nesta pusera êle grandes esperanças; dela levou para o túmulo apenas desenganos. (Diário do Poder legislativo, [1946]18 de fevereiro, p.3)

Ao enfatizar o caráter militante do homenageado, de certo modo, o orador – que possui um perfil semelhante e também é um líder libertador -, coloca-se na condição de seu herdeiro político. Outro aspecto destacado por Raul Pilla em seu pronunciamento, para além do envolvimento partidário de Assis Brasil, é o fato de que este “serviu muitos anos a Pátria”, como membro do corpo diplomático do

Brasil. Nesse caso, o orador salienta a função de “homem público” exercida pelo constituinte de 1891, situando-o acima das rivalidades inerentes às facções partidárias.

Ao ler na tribuna o seu discurso “In Memoriam”<sup>408</sup>, Raul Pilla deixa transparecer que sua opção pelo resgate da memória de Assis Brasil, no início das plenárias da Assembléia Constituinte, tem como propósito influenciar os simpatizantes do constituinte de 1891 e, sobretudo, dissuadir aqueles que estão propensos a aprovar o presidencialismo. O orador não menciona uma única vez a polarização entre parlamentarismo e presidencialismo, pois sabe que o homenageado defendia uma tese contrária ao sistema de governo que ele próprio, nesse momento, propõe à Constituinte. No entanto, procura assinalar, na trajetória política de Assis Brasil, todos aqueles elementos que evidenciam sua face mais “democrática do que republicana”<sup>409</sup>. O orador ressalta, por exemplo, que Assis Brasil denunciara “os vícios constitucionais com que nascia a República”<sup>410</sup>. Essa atitude do constituinte de 1891 sugere que a forma de governo republicana ou monárquica, por si só, não garantiria a prática democrática.

Além disso, Pilla revela que Assis Brasil, nas teses que elaborara, expressava plena concordância com alguns preceitos tidos como parlamentaristas, dentre os quais: a definição da “verdadeira natureza” da função presidencial; a concepção de ministério como “órgão coletivo” e a idéia do necessário “comparecimento dos ministros perante o parlamento”. Ao mencionar tais aspectos, o orador busca respaldo para o seu próprio projeto de implantação do parlamentarismo no País.

Por meio da caracterização de Assis Brasil, a que procede em seu pronunciamento, Raul Pilla demonstra que, no interior da história política brasileira destaca-se a história da luta pela implantação da democracia no País. Esse processo teria como ponto de partida o constituinte de 1891, de acordo com o orador, evoluindo em direção a si próprio, que ocupa, então, a posição de líder do

---

<sup>408</sup> Cf. PILLA, 1946, p. 3-4.

<sup>409</sup> Dois livros publicados por Assis Brasil que no final do século XIX serviram de referência a todos aqueles que primavam por um sistema original de representação democrática e buscavam reformar as instituições. Os livros citados são *Democracia Representativa* e *Do Governo Presidencial na República Brasileira*. Cf. PILLA, 1946, p.4.

<sup>410</sup> A crítica de Assis Brasil aos primeiros anos da República está incluída nas obras *Democracia Representativa* e *Do Governo Presidencial na República Brasileira*. Cf. PILLA, 1946, p.3.

Partido Libertador, agremiação da qual Assis Brasil fora um dos fundadores. Nesses termos, Pilla demarca o seu lugar em relação àqueles constituintes que não possuem reconhecida capacidade de formulação teórica sobre as atribuições dos poderes constitucionais, nem um currículo ligado à tradição partidária “democrática” do País e que, portanto, não têm história. Desse modo, o orador busca legitimar suas proposições, ancorando-as na herança legada por Assis Brasil, político oriundo de um estado periférico, o Rio Grande do Sul, que se teria se consagrado como um intelectual preocupado com as questões nacionais.

Ao que parece, em todos os seus discursos, Raul Pilla procura convencer os demais constituintes de que eles têm a responsabilidade de criar um sistema jurídico à altura das necessidades do Brasil e que dispõem de completa liberdade de ação para fazê-lo. Argumenta, assim, que a função dos constituintes não é “retocar” uma constituição preexistente e ainda em vigor - a “execrada” Carta do golpe de 10 de novembro de 1937 -, mas elaborar outra Constituição. Segundo o deputado libertador, a ditadura do Estado Novo teria “arrasado” a dinâmica constitucional do país, criando, dessa forma, um vazio, que caberia aos parlamentares preencher por intermédio de soluções novas. Logo, os constituintes não poderiam se manter presos ao “nefasto tabu” criado em 1891, de acordo com o qual o parlamentarismo era associado à monarquia.

#### **5.4 Referências teóricas do parlamentar**

Além de amparar-se nas idéias de intelectuais brasileiros com reconhecida atuação política, Raul Pilla recorre a concepções de pensadores estrangeiros – particularmente, os franceses -, a fim de conferir um suporte teórico a suas teses. Um desses pensadores é Montesquieu. O líder libertador examina “a grande questão” dos *três poderes* do Estado, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, retomando a noção de que esses devem ser separados, independentes e, ao mesmo tempo, harmônicos entre si. Ele esclarece que, admitindo-se o princípio da separação e da independência no âmbito de uma relação harmônica, como condição essencial do governo livre, condena-se imediatamente o sistema parlamentar, por fazer depender o primeiro dos três poderes (o Executivo) dos

votos do segundo (o Legislativo) e por inviabilizar a separação e a independência do terceiro (o Judiciário), uma vez que este é estruturado com base em moldes prescritos pelo segundo e tem os seus agentes escolhidos, nomeados e promovidos pelo primeiro. O deputado do Partido Libertador observa que o referido princípio constitui o eixo fundamental de uma doutrina a qual se emprestam grandes foros de discussão, pelo fato de derivar do *Espírito das Leis*, de Montesquieu.

Raul Pilla questiona o fato de Montesquieu ainda servir como principal referência em plena década de 1940, período em que o debate “científico” estaria centrado na melhor forma de democracia representativa. O deputado frisa que Montesquieu havia tomado como parâmetro para os seus estudos os autores latinos da idade clássica, que, quando falavam em poderes políticos ou poderes do Estado, referiam-se à *realeza*, ao *senado* e aos *tribunos da plebe* da antiga Roma. Assim, o pensador francês, ao elaborar suas teses, na metade do século XVIII, teria procurado ver tais categorias reproduzidas nas instituições inglesas da sua época.

O líder libertador adverte que, no *Espírito das Leis*, publicado em 1748, não se falava ainda em soberania do povo, idéia esta que se manifestaria apenas quatorze anos depois, com o *Contrato Social*, de Jean Jacques Rousseau. Todavia, alerta Pilla, mesmo na obra de Rousseau, é só de forma muito discreta ou imprecisa que tal noção viria a comparecer, não sendo fácil caracterizar ou fixar com exatidão a qual povo o autor se referia. Desse modo, ainda seria necessário esperar vinte e sete anos até que essa categoria ganhasse corpo – e se tornasse inteira, precisa e clara –, no célebre panfleto sobre o *Terceiro Estado*, redigido pelo padre Emanuel Joseph Siéyès. O lançamento do referido panfleto ocorre nos primeiros meses de 1789, às vésperas do acontecimento decisivo e fundamental de 14 de julho. Para o líder libertador, esse panfleto apareceu no momento que lhe era propício, isto é, quando passara a vigorar o ambiente da igualdade universal dos direitos e surgira a “formidável pessoa moral do Povo Soberano”.

Na opinião de Raul Pilla<sup>411</sup>, Siéyès foi o publicista oficial da Revolução Francesa. Entretanto, a primeira Constituição da França, em 1791, ainda buscava

---

<sup>411</sup> Cf. Diário do Poder Legislativo, 1946, março, p.9-13.

uma possível conciliação entre o poder da coroa e os direitos do povo, mantendo o rei em face do parlamento. Além disso, na França não ocorrera a progressiva adaptação das antigas leis às novas condições, como sucedera na Inglaterra. Promulgada a Constituição e convertida a Assembléia Constituinte em Assembléia Nacional Legislativa, teriam revelado, imediatamente, as resistências do trono à ação parlamentar. Aquela Constituição não duraria nem mais um ano. O líder libertador relata que, no dia 20 de setembro de 1792, instalara-se a Convenção Nacional, e Siéyès redigira uma nova Constituição, de acordo com a qual não existiriam mais poderes a equilibrar, porque só haveria o poder soberano do povo. Assim, o deputado do PL sintetiza a longa série de triunfos e desastres que compuseram a história da Revolução Francesa até a paz geral de 1815.

Pilla aponta para a hostilidade anglo-francesa vigente no século XIX, afirmando que era como se o programa do governo de Londres se resumisse todo em conter e destruir a grande corrente de idéias emergente de Paris. Todavia, no dizer do líder libertador e dos demais autores do “Manifesto”<sup>412</sup> lançado em 1946, “a exata verdade histórica” era que, para além de todos os incidentes, a política dos dois povos se resolvia, afina, num processo de convergência para um mesmo fim. Em 1815, na França, o velho poder absoluto, para salvar-se ou subsistir, ainda tentaria encontrar uma base de transição no princípio da legitimidade. Contudo, o trabalho para a sua completa eliminação fora prosseguindo, igualmente metódico, de um lado e de outro do canal da Mancha. Por volta de 1848, a Europa inteira agitar-se-ia à procura de fórmulas constitucionais. Na segunda metade do século XIX, fora criada na França a Terceira República, partindo da premissa de que o poder executivo, como sucessor democrático do antigo poder do rei, deveria submeter-se aos votos do parlamento ou, simplesmente, demitir-se. Na Inglaterra, por sua vez, instalara-se, de forma gradativa, o moderno sistema parlamentar.

Após o relato, o exemplo da Inglaterra é tomado como parâmetro por Pilla e pelos outros signatários do “Manifesto à Nação”, para contestar ou relativizar as teses de Montesquieu sobre a independência e a separação dos três poderes:

Onde a soberania tende a dividir-se ou não se tenha ainda unificado, o

---

<sup>412</sup> Cf. PILLA, 1946, p.29.

que existe é apenas a guerra civil, seja que esta se contenha ou reserve transitóriamente nalguma forma de compromisso, seja que francamente de declare em conflito armado. A civilização, como processo histórico, resume-se tôda na evolução da soberania pessoal do rei para a soberania coletiva do povo, isto é, na progressiva passagem da Monarquia para a Democracia. Não pode, portanto, haver poderes separados e independentes, harmônicos ou não, senão como instante, de transição ou fase de guerra civil, tal como era a da Europa da época de Montesquieu, entre o esboçar-se o repúdio do soberano pessoal de direito divino e a formação do novo conceito do povo soberano. (Diário do Poder Legislativo [1946], 12 de março, p. 29)

Outro pensador que serviria de referência a Raul Pilla e cujas idéias diferem, em certos aspectos, da teoria de Montesquieu, é Alexis de Tocqueville. No entendimento do líder libertador, a teoria das sociedades democráticas modernas, de Tocqueville, é uma ampliação e uma renovação da concepção de Montesquieu. O deputado do PL confronta a interpretação da democracia americana, feita por Tocqueville, com a teoria da república, postulada por Montesquieu, verificando que haveria diferenças essenciais entre a república, tal como fora vista por este último, e a democracia, tal como seria concebida por aquele. Nas palavras de Pilla, a democracia antiga seria “igualitária e virtuosa”, mas “frugal e combativa” - os cidadãos tendiam à igualdade porque rejeitavam o primado da lógica das transações comerciais -, ao passo que a democracia moderna seria basicamente uma sociedade comercial e industrial, cujo sentimento dominante seria o interesse. Assim, conclui o deputado, seria sobre o interesse que se fundamenta a democracia moderna, não sobre a virtude, como ocorria na democracia antiga. É preciso levar em conta, entretanto, a possibilidade de Raul Pilla ter percebido que entre o interesse - princípio das democracias modernas - e a virtude - princípio da república antiga - haveria elementos comuns. Nos dois casos, os cidadãos deveriam submeter-se a uma disciplina moral e a estabilidade do Estado se basearia na influência predominante que os costumes e as crenças exercem sobre o comportamento dos indivíduos<sup>413</sup>.

Na visão do líder libertador, a liberdade seria o “atributo essencial da personalidade humana”; conseqüentemente, a democracia teria o papel de preservar e desenvolver na personalidade humana esse atributo. Com base

---

<sup>413</sup> A síntese dos diferentes e complexos aspectos de uma sociedade é feita em *O espírito das leis* graças ao conceito do espírito da nação.



nessa idéia, ele constata que a modalidade de organização democrática do poder variaria de acordo com os diferentes períodos históricos e suas circunstâncias; não poderia ser a mesma nas cidades-estado da Grécia, em que era limitado o número de cidadãos, e nos grandes países modernos, em que se conta por dezenas de milhões o número de habitantes. No entanto, o princípio fundamental de ambas - segundo a leitura que Pilla faz de Tocqueville<sup>414</sup> - é o mesmo: o governo nada mais é do que uma delegação do povo, e a este deve prestar contas. O líder libertador salienta que se modifica o instrumento legal por meio do qual tal delegação se estabelece, mas não a natureza desta. Se em toda sociedade há necessariamente governantes e governados, na sociedade democrática os governantes não se opõem e, muito menos, se sobrepõem aos governados: são apenas um instrumento destes. Para o deputado do PL, na democracia, quem governa é o próprio povo: ou isto é uma verdade aproximada, “ou não passa a democracia de mera ficção”.

Raul Pilla apreende das teses de Tocqueville a idéia de que o problema operacional, suscitado pela organização da democracia, teria sido resolvido com relativa facilidade nos pequenos estados gregos, onde os cidadãos tinham a possibilidade de reunir-se na *ágora*, a fim de escolher os seus magistrados e deliberar acerca da coisa pública. Contudo, nos grandes estados modernos, em que esse processo é impraticável, contornou-se a dificuldade, conferindo o direito de deliberação não diretamente ao povo, mas a representantes por ele escolhidos. Dessa forma, teria surgido a democracia representativa. O líder libertador salienta que o desenvolvimento da democracia passa, então, necessariamente, a ser aferido pelo grau de maturidade das suas instituições parlamentares: como progressiva foi a ascensão do povo na marcha da autocracia para a democracia, progressivo também tem sido o desenvolvimento da instituição parlamentar no seio da democracia representativa.

Ao examinar o pensamento de Tocqueville, Raul Pilla compara-o ao de Auguste Comte e Karl Marx, autores que também buscaram interpretar a sociedade em que viviam, e conclui que as teses do primeiro difeririam - não só pelas noções que empregaram como pelo método a que recorreram - das

---

<sup>414</sup> À semelhança de Tocqueville, na obra *De la Démocratie en Amérique*, outro não era o pensamento dos norte-americanos no século XVII. Já em 1641, para só citar um exemplo, a Assembléia Geral de Rhode Island declarava por unanimidade que o governo do estado era uma democracia e que o poder repousava no corpo de homens livres, únicos que tinham o direito de fazer as leis e vigiar-lhes a execução.

concepções dos demais intelectuais. Nas análises a que procedeu, Tocqueville<sup>415</sup> teria atribuído a primazia ao fato democrático, em vez de postular a preponderância do fato industrial ou do capitalismo sobre as outras instâncias da vida social, como o fizeram, respectivamente, Comte e Marx<sup>416</sup>. Raul Pilla lembra que Tocqueville preocupou-se não apenas em estabelecer os traços estruturais das sociedades modernas, mas também em distinguir as modalidades que essas apresentam nos vários países. Percebe-se que, enquanto Comte e Marx insistiam nos traços genéricos de toda sociedade, fosse esta industrial ou capitalista, subestimando, as diversas formas que assumem a sociedade industrial ou o sistema capitalista, ao passo que Tocqueville acrescentava que, embora toda sociedade moderna ou democrática tivesse fundamentos comuns, possuía estágios variados de desenvolvimento da democracia. Assim, as sociedades democráticas poderiam ser liberais ou despóticas. Raul Pilla toma emprestado de Tocqueville o método comparativista, a fim de identificar e comparar distintas espécies de sociedades pertencentes a um mesmo gênero ou a um mesmo tipo – procedimento adotado por Tocqueville em seus estudos sobre os Estados Unidos da América e sobre a França.

O exame das observações feitas por Raul Pilla em seu bloco de anotações – todas escritas em francês - permite afirmar que, em seu entendimento, a noção de democracia ou de sociedade democrática presente nas análises de Tocqueville, sobre as duas civilizações acima mencionadas, quase sempre é empregada para designar um certo tipo de sociedade, mais do que um determinado tipo de poder. Na visão do líder libertador, a democracia para Tocqueville, consistiria na equalização das condições sociais desde o nascimento dos seres humanos, o que equivale a dizer que as diversas ocupações,

---

<sup>415</sup> Em 1835 e 1840 são as datas da publicação, respectivamente, dos dois livros de *A democracia na América* de autoria de Alexis de Tocqueville. Considerando que Tocqueville foi contemporâneo de Comte e Marx e, é evidente, porém, que Tocqueville se referiu aos fenômenos que Comte e Marx consideravam essenciais, a saber, a sociedade industrial e o capitalismo. No entanto, segundo consta na obra, Tocqueville não conheceu os estudos de Comte; seguramente ouviu referências a ela, mas as idéias de Comte não parecem ter tido nenhuma influência no seu pensamento. Quanto à obra de Marx, ao que tudo indica, a mesma, em 1848, ainda não era conhecida, pois nessa época *O Manifesto comunista* não passava de um panfleto de um emigrado político, refugiado em Bruxelas. Não há nenhuma prova de que Tocqueville tenha tido contato com esse livro obscuro, que teve depois grande influência em grande parte do mundo em termos de revoluções e reformas sociais. Cf. ARON, 1967, p.375

<sup>416</sup> Nos países anglo-saxões Tocqueville é considerado um dos mais importantes pensadores políticos, comparável a Montesquieu no século XVIII. Na França, porém, nunca foi objeto de interesse por parte dos sociólogos, porque a moderna escola de Durkheim originou-se da obra de August Comte. Por isso os sociólogos franceses acentuaram os fenômenos da estrutura social, em detrimento dos fenômenos das instituições políticas. Provavelmente pelo mesmo motivo, Tocqueville não costuma figurar, na França, na lista dos grandes mestres. Cf. ARON, 1967, p. 317-390.

profissões, dignidades e honrarias seriam acessíveis a todos, independentemente do prestígio social e econômico das famílias a que pertenceriam os indivíduos. Nessa perspectiva, democracia é sinônimo de acesso social ao patrimônio - material, simbólico e estético - alcançado pela civilização. Tal acesso é o ponto de partida que deve ser garantido a todos, sabendo-se, de antemão, que o ponto de chegada vai ser sempre diferente para cada um, pois os indivíduos têm potencialidades distintas. Trata-se, portanto, de propiciar aos indivíduos que compõem a coletividade a igualdade social, da qual independe a igualdade intelectual ou econômica.

Inspirado na idéia de democracia como igualdade social, Raul Pilla preocupa-se, sobremaneira, com a busca de um tipo particular de governo democrático que possa ser adaptado a uma sociedade igualitária. Ele conclui que, se não há uma diferença essencial de condição entre os membros da coletividade, então, a soberania pertence ao conjunto dos indivíduos. O líder libertador reconhece nesse pensamento uma semelhança com a definição de democracia de Montesquieu e dos autores clássicos, de acordo com a qual o corpo social é soberano, porque a participação de todos na escolha dos governantes e no exercício da autoridade é a expressão lógica de uma sociedade democrática e igualitária.

O deputado do PL lembra que, para Montesquieu<sup>417</sup>, a república e a monarquia podem ser regimes moderados, nos quais a liberdade é preservada; o despotismo, pelo contrário, é o poder arbitrário de uma só pessoa, logo não é um regime moderado, nem tem condições de sê-lo. Entretanto, mesmo quando a república e a monarquia são, ambas, regimes moderados, há uma diferença fundamental entre as duas: a igualdade é o princípio das repúblicas, inclusive as antigas; por outro lado, a desigualdade das classes (*ordres*) e das condições constitui a essência das monarquias modernas ou, pelo menos, da monarquia francesa. Nesta, tal como a concebeu Montesquieu, a desigualdade seria o motor e a garantia da liberdade.

O autor do *Espírito das leis*, conforme ressalta Raul Pilla, considera que a liberdade pode ser preservada de acordo com dois métodos, ou em dois tipos de sociedade: as pequenas repúblicas da Antiguidade, cujo princípio era a virtude e

---

<sup>417</sup> Cf. Diário do Poder Legislativo, 1946, março, p.7-11.

nas quais se buscava o maior grau de igualdade possível; as monarquias modernas, que são grandes Estados cujo princípio é a honra, e nas quais a desigualdade de condições é, por assim dizer, a própria condição da existência da liberdade. Desse modo, em ambas as sociedades, na medida em que cada um se considera obrigado a permanecer fiel aos deveres da sua condição, o poder do soberano não se corrompe em poder absoluto e arbitrário. O líder libertador verifica, assim, que Montesquieu examina o regime representativo da Inglaterra e constata que, naquele país - uma monarquia liberal, baseada na representação e no primado da atividade mercantil -, a aristocracia dedicava-se ao comércio, mas nem por isso se corrompia.

Raul Pilla - a julgar pelo teor de sua fala, nos discursos e apartes, e, sobretudo, pelas anotações de próprio punho que fez em seu bloco de notas -, considera que o pensamento de Tocqueville estabelece um contraponto com a obra de Montesquieu. Segundo a teoria de Tocqueville, formulada após a Revolução, a liberdade dos modernos não teria como fundamento e garantia a desigualdade social, conforme postulava Montesquieu<sup>418</sup>. O líder libertador assinala que, para Tocqueville, a liberdade assentar-se-ia sobre a realidade democrática da igualdade de condições, salvaguardada por instituições cujo modelo lhe parecia existir nos Estados Unidos<sup>419</sup>.

Seguindo a linha do pensamento de Tocqueville<sup>420</sup>, Raul Pilla afirma ser necessário que o povo, na medida das suas possibilidades materiais, governe a si mesmo. O líder libertador vê a construção da liberdade como resultado da relação entre governo e governados. Fundamenta-se, portanto, na idéia de Tocqueville de que a liberdade existe apenas nas situações em que o poder é exercido em consonância com as leis, pois, somente nesse contexto, os indivíduos gozariam de segurança. Raul Pilla, a exemplo de Tocqueville, desconfia dos homens e sabe

---

<sup>418</sup> A obra frisa que a liberdade dos modernos, para falar à maneira de Benjamin Constant, já não pode fundamentar-se, como Montesquieu sugeriu, na distinção das classes e dos estados. A igualdade das condições se tornou o fato mais importante da sociedade após a Revolução Francesa. Cf. ARON, 1967, p.317-390.

<sup>419</sup> Id. *ibid.*, p. 339. Tocqueville não escrevia à maneira dos sociólogos modernos, e não deixou uma definição do que entendia por liberdade. Aron acredita, porém, que não é difícil precisar, de acordo com as exigências científicas do século XX, o que Tocqueville entendia por liberdade. O autor, ao contrário de Raul Pilla, pensa que tal concepção aproxima-se daquela expressa por Montesquieu.

<sup>420</sup> Id. *ibid.*, p. 341. O autor apresenta, de forma sucinta, o problema posto por Tocqueville que pode, pois, ser resumido assim: em que condições uma sociedade em que o destino dos indivíduos tende a ser uniforme pode evitar o despotismo? Ou ainda: como compatibilizar a igualdade e a liberdade? Aron identifica em Tocqueville uma tradição sociológica, da qual deriva por intermédio de Montesquieu, tanto quanto à filosofia clássica, de estudar a sociedade como um todo para compreender as instituições políticas.

que eles, como ninguém, possuem a “virtude” necessária para exercer os cargos do aparelho estatal de forma absoluta. Dessa forma, o deputado do PL argumenta que, para evitar que os homens se corrompam, é preciso garantir que o poder absoluto não lhes seja propiciado. Nesse ponto, o líder libertador parece remeter-se, também, à obra de Montesquieu, para o qual o próprio poder deve impor limites ao poder, por meio de um mecanismo que assegure a pluralidade de centros de decisão, de órgãos políticos e administrativos, entre os quais se estabeleça um equilíbrio mútuo. Caberia aos representantes dos governados manter sob controle aqueles que possuem a função de controlar.

Sem dúvida, a experiência norte-americana, à luz da interpretação de Tocqueville, influenciou, em muito, os constituintes parlamentaristas brasileiros de 1946 e, de modo particular, o próprio Raul Pilla<sup>421</sup>. Assim, é possível identificar as linhas fundamentais da interpretação feita por Raul Pilla acerca do arcabouço constitucional brasileiro, relacionando-a com a análise a que Tocqueville submeteu a constituição norte-americana – análise esta que foi, cuidadosamente, estudada pelo líder libertador<sup>422</sup> -, a fim de verificar, na concepção de ambos, quais são as leis mais propícias à salvaguarda da liberdade, numa sociedade democrática. A pesquisa de Tocqueville sobre o tema encontra-se nos dois tomos da obra *A democracia na América* (1835 e 1840). No primeiro tomo, o intelectual francês enumera os fatores que formaram a democracia norte-americana liberal. Esses fatores são agrupados em três tipos de causas: a) a situação geográfica e particular em que se encontrava a referida sociedade; b) as leis; c) os hábitos, os costumes e a religião. A obra em foco estabelece uma espécie de hierarquia, no que diz respeito a tais causas, considerando que a situação geográfica e histórica pesou menos do que as leis, e estas foram menos importantes do que os hábitos, os costumes e a religião<sup>423</sup>.

A primeira causa apontada por Tocqueville, como destaca Raul Pilla, refere-se tanto ao espaço geográfico em que se estabeleceram os imigrantes vindos da Europa como à ausência de Estados inimigos que inspirassem temor. Tocqueville nota que a sociedade norte-americana, no período de sua formação,

---

<sup>421</sup> Basta verificar o teor do “Manifesto”, os discursos de Pilla e, sobretudo, as proposições defendidas pelo mesmo, entre fevereiro e agosto de 1946, conforme analisado ao longo deste trabalho.

<sup>422</sup> Raul Pilla, em 1946, interpreta a obra de Tocqueville cuja publicação data de 1835 e 1840.

<sup>423</sup> Tocqueville se antecipa aos estudos feitos por Max Weber, quarenta anos mais tarde, acerca da relação existente entre a ética protestante e o espírito do capitalismo.

contou com um contexto excepcionalmente favorável: o mínimo de obrigações diplomáticas e de riscos militares. Ao mesmo tempo, essa sociedade foi instituída por homens que, equipados com todo o instrumental tecnológico de uma civilização desenvolvida, ocuparam um espaço muito amplo. Tratava-se de uma situação sem equivalente na Europa, aspecto que explica, em parte, a inexistência de uma aristocracia e o primado da atividade industrial na América - o espaço era tão amplo que a propriedade aristocrática não pôde se constituir.

Em relação à segunda causa descrita pelo intelectual francês, Raul Pilla observa que o sociólogo insiste nos benefícios proporcionados aos Estados Unidos pelo caráter federativo de sua Constituição. Tocqueville percebeu que a Constituição federativa americana garantia a livre circulação dos bens, das pessoas e dos capitais. Em outras palavras, o princípio federativo bastava para impedir a formação de barreiras alfandegárias internas e evitar a desarticulação da unidade econômica vigente no território americano. Nesses termos, uma Constituição federativa pode, de certo modo, combinar as vantagens dos grandes e dos pequenos Estados<sup>424</sup>. Para tanto, tem de contar com uma condição indispensável: a de que o Estado seja suficientemente extenso para dispor da força necessária à sua segurança, e pequeno o bastante para que sua legislação se adapte à diversidade das circunstâncias e dos meios. Tal combinação só é possível mediante uma confederação, ou uma Constituição federativa, e esta foi, para Tocqueville, o maior mérito das leis americanas.

Segundo Pilla, além desses aspectos, o intelectual francês salienta o fato de que a Constituição norte-americana previu a divisão do legislativo em duas assembleias e instituiu uma presidência, que Tocqueville considerava fraca, mas que era relativamente independente das pressões diretas do corpo eleitoral ou do corpo legislativo. Além disso, no dizer de Pilla, o sociólogo francês atesta que, nos Estados Unidos, o espírito legalista substituiu a aristocracia e que o respeito às formas jurídicas é favorável à salvaguarda das liberdades. Tocqueville salienta, ainda, a pluralidade dos partidos na América, os quais não eram animados por convicções ideológicas, como ocorria com os partidos franceses, nem aderiam a princípios contraditórios de governo, mas representavam a própria organização de distintos interesses, inclinando-se para a discussão pragmática dos problemas

---

<sup>424</sup> Em *O espírito das leis*, Montesquieu já tinha desenvolvido esse princípio, que permite dispor da força necessária para a segurança do Estado sem os males das grandes concentrações humanas.

enfrentados pela sociedade. Acrescenta, por fim, que duas outras circunstâncias políticas causaram impacto na sociedade americana: a primeira foi a liberdade de associação e a segunda, o espírito de voluntariado, que se espalhava entre a população.

Quanto à terceira causa identificada por Tocqueville, Pila mostra que o intelectual francês parte de uma observação – a de que a sociedade norte-americana teria conservado o sistema de valores morais dos primeiros imigrantes, que eram puritanos – para esboçar uma teoria, segundo a qual as características de uma sociedade decorrem das suas origens. Além disso, Tocqueville, ao estabelecer estudos comparativos entre os Estados Unidos e a Europa, conclui que a sociedade americana, diferentemente da europeia, soube unir o espírito de religião ao espírito de liberdade. Os americanos não eram apenas influenciados pela religião; também eram bem informados; conheciam os assuntos públicos e passavam todos por uma instrução cívica. Tocqueville ressalta, ainda, o contraste existente entre a experiência norte-americana - o hábito dos cidadãos de resolver os assuntos coletivos no âmbito municipal - e a centralização administrativa francesa.

Raul Pila conclui, com base nas teses do sociólogo francês, que o tema central de Tocqueville é a necessária busca, a ser empreendida por aquelas sociedades igualitárias cuja intenção é se autogovernar, de uma disciplina moral inscrita na consciência individual. É preciso, segundo o sociólogo, que os cidadãos se sujeitem, interiormente, a uma disciplina que não seja apenas imposta pelo medo da punição. Para Tocqueville, a fé capaz de melhor criar essa disciplina moral é a fé religiosa, principalmente, no caso do puritanismo - seita à qual se filiaram os pioneiros que desembarcaram no Continente americano nas primeiras décadas do século XVII -, que, longe de ser exclusivamente uma doutrina de caráter religioso, confundia-se, em vários pontos, com as teorias democráticas e republicanas.

Tocqueville, na visão de Pilla, atribui extrema importância à disciplina moral porque percebe que, com o fim do regime aristocrático, os laços que mantinham os indivíduos unidos entre si, tendem a romper-se integralmente, deixando os homens entregues as suas próprias paixões. O líder libertador explica que o fato de Tocqueville lamentar a quebra dos antigos vínculos não expressa uma atitude conservadora; na verdade, o intelectual francês receia que, livres de toda

responsabilidade para com seus semelhantes e ocupados exclusivamente com interesses pessoais, os indivíduos se entreguem a um perigoso conformismo e passem a aceitar de forma dócil as regras sociais impostas pelo individualismo. Essa passividade (*servilité*), na opinião do sociólogo, produz um comportamento diferente em relação à gestão da coisa pública, permitindo que a representação majoritária exerça um autoritarismo de novo tipo sobre a minoria, porque praticado com o consentimento da maioria<sup>425</sup>. Raul Pilla enfatiza, em seu bloco de anotações, a conclusão de Tocqueville sobre o assunto: a democracia teria sido abandonada aos instintos selvagens dos indivíduos, e a revolução democrática teria ocorrido sem que se promovesse uma transformação nos costumes capaz de torná-la útil<sup>426</sup>.

Verifica-se que Raul Pilla julga relevante contextualizar os ensinamentos de Tocqueville, pois interpreta-os à luz dos aspectos que caracterizavam a situação da América e da França na época em que o sociólogo escreveu e publicou a sua obra. O líder libertador não esquece que o primeiro volume da obra do publicista francês foi publicado em 1835 – e que a sua viagem à América do Norte, evidentemente, foi anterior a essa data -, período em que ainda não havia parlamentarismo na França. Na própria Inglaterra, esse sistema de governo apareceu somente em 1832 e, portanto, ainda era pouco conhecido quando surgiu *A democracia na América*. Na opinião do deputado do PL, natural seria, pois, que, Tocqueville, vindo de um país flagelado pelo absolutismo monárquico e por ditaduras republicanas, ficasse encantado diante das liberdades proporcionadas pelo presidencialismo americano<sup>427</sup>.

<sup>425</sup> Cf. JASMIN, 1988, p.42-53. Seria o “despotismo pelo consentimento do povo”.

<sup>426</sup> Na verdade, Tocqueville não pretende julgar a revolução democrática em curso. Entretanto, não é menos certo que, se seu desejo é encontrar ensinamentos dos quais possa tirar algum proveito, a democracia, como se apresenta a seus olhos, seguramente inclina-se à tirania. Verifica-se que as observações de Raul Pilla, em seu bloco de anotações, relacionam-se com os conceitos centrais das obras de TOCQUEVILLE (1986, p.44-45) e, também, (1988, p. 49). A preocupação de Raul Pilla assemelha-se, em muito, àquela realizada por Tocqueville, que se resume no que fazer para que o curso natural dos acontecimentos não acabe por conduzir a democracia ao seu leito despótico. A resposta de Tocqueville para esta questão é incutir em todos aqueles que dirigem a sociedade o princípio de educar (*instruire*) a democracia, purificando seus costumes, regulando seus sentimentos, substituindo pouco a pouco sua inexperiência pela ciência dos negócios.

<sup>427</sup> “Entre as coisas novas, que, durante a minha permanência nos Estados Unidos, me chamaram a atenção, nenhuma me feriu vivamente o olhar, que a igualdade de condições”. (p.1) [...] “O livro todo que se vai ler - diz ele - foi escrito sob a impressão de uma espécie de terror religioso, produzido na alma do autor pela vista desta revolução irresistível, que há tantos séculos abre caminho por todos os obstáculos e, ainda hoje, avança no meio das ruínas que fez”. (p. 8) [...] “É para mim fora de dúvida que, mais cedo ou mais tarde, chegaremos também, como os americanos, à quase completa igualdade de condições. Não concluo disto que sejamos levados a um dia a tirar necessariamente, de semelhante estado social, as mesmas conseqüências políticas que os americanos. Muito longe estou eu de crer que eles tenham encontrado a única forma de governo que a democracia possa ter”. (p. 19). Cf. TOCQUEVILLE, *Democracia na América*, v.I, p.1-19.



Para além dos diversos pontos em comum existentes entre as concepções de Raul Pilla e as teses de Tocqueville, mostrados até aqui, convém destacar o emprego do método de análise do sociólogo francês por parte do líder libertador. Tal método define a maneira como este organiza sua pesquisa acerca do sistema de governo mais adequado à realidade brasileira. O primeiro passo do deputado do PL é proceder a um estudo comparativo entre os Estados Unidos e o Brasil, no intuito de comprovar que, embora a Constituição de 1824 não estabelecesse a adoção do parlamentarismo no País, esse sistema de governo foi, em larga medida, praticado no período monárquico. O deputado do PL considera que a análise comparativa entre Brasil e Estados Unidos seria insuficiente caso se restringisse ao exame dos mecanismos constitucionais. Em seu entendimento – e nisso concorda com Tocqueville –, para se conhecer o regime político em vigor num país, é indispensável examinar suas respectivas instituições, tais como estas foram estabelecidas em sua origem. É exatamente isso o que faz Raul Pilla, ao reinterpretar a história do Brasil, focalizando não apenas a Constituição de 1824, mas, também, a intrincada relação estabelecida entre o Parlamento e os demais poderes, que evidencia as práticas vigentes, nem sempre previstas pela lei.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dyonelio Machado e Raul Pilla acreditavam que a sociedade caminharia rumo à instauração do “bem público”, desde que fosse estruturada de forma racional e de que, nesse empreendimento, fosse aplicado o conhecimento científico. Os conceitos de “bem público” e de estruturação racional da sociedade, assim como uma determinada noção de temporalidade – aquela que contempla um projeto de futuro – presidiam a forma como ambos os parlamentares concebiam a política e, mais especificamente, o poder. Os dois líderes partidários em foco abordaram, em plena década de 1940, aspectos relativos à democracia que têm merecido, por parte das reflexões atuais sobre o tema, uma atenção maior do que aquela que lhe foi concedida em meados do século XX.

Ambos destacaram, em sua época, o problema central da tradição liberal, a saber: a necessidade de *controlar* o poder e impedir que seu exercício se faça de forma tirânica ou despótica (antidemocrática ou autoritária, no vocabulário contemporâneo). Porém, a democracia como questão fundamental da política envolve o problema da criação e preservação da *autoridade* democrática, e os dois parlamentares reconheceram a necessidade da existência do poder, tanto para evitar o estado de beligerância generalizada, entrevisto por Hobbes, quanto para coordenar a organização ou as ações voltadas à realização de fins coletivos. Na compreensão dos dois líderes, era o poder que propiciava a expansão da esfera política, nos termos de Aristóteles, ou a ampliação da esfera da liberdade e da igualdade, do acesso à fala, à ação e à história, segundo a releitura desse filósofo feita por Hannah Arendt, ou, ainda, a elevação do grau de *participação*, na linguagem convencional da política contemporânea.

Assim, para Dyonelio Machado e Raul Pilla, instituir mecanismos de tomada decisão no âmbito do parlamento representava um desafio e um problema, pois era preciso garantir que esses mecanismos operassem de forma eficaz no sentido de conduzir aos fins de qualquer natureza almejados pela sociedade e, ao mesmo tempo, impedir que tais dispositivos resultassem na sujeição de alguns seres humanos a outros. A atuação dos dois deputados nas Assembléias Constituintes, na medida em que se orientou para a concretização da democracia, incorporou um valor moderno. Ambos explicitaram a concepção racionalista que possuíam da democracia, ao participarem do parlamento com o propósito de estabelecer a ordem jurídica do Estado por intermédio de um sistema de normas gerais. De acordo com o pensamento desses constituintes, nas esferas de poder, a obrigação, ou prerrogativa, de instauração do “bem público” competia ao governante e, sobretudo, ao parlamento, os quais - movidos pelo princípio da racionalidade - deveriam assumir a função de esclarecer a população, e zelar pela educação cívica dos cidadãos, “origem de toda moral social”, fortalecendo o Estado em detrimento dos interesses individuais.

A adesão à “religião do progresso”, por parte de Dyonelio Machado e Raul Pilla, levou-os a crer na democracia como quem possuísse uma fé inabalável em alguma doutrina religiosa. Em decorrência disso, eles acreditavam ser possível “converter” seus pares – por meio da argumentação assentada em parâmetros científicos e na “prova” de cunho histórico –, conquistando, assim, novos adeptos para suas causas. Ambos imaginavam que, diante do raciocínio lógico, exposto por meio dos mais variados recursos da retórica, e perante o “exemplo” que eles próprios encarnavam – em virtude da vasta experiência que haviam acumulado em diversas áreas da vida pública, bem como da erudição que demonstravam em todas as situações –, não haveria quem não se curvasse à força das palavras que proferiam. Os dois deputados colocavam-se, portanto, na condição de oradores que, na tribuna, “pregavam” em nome do primado da razão. As transformações sociais que planejavam desencadear, diretamente, por intermédio de sua intervenção no parlamento e, indiretamente, por meio da repercussão de suas idéias e ações, visavam atingir um contingente bem maior do que aquele formado pelos constituintes reunidos em Assembléia, contingente este que, na sua opinião, carecia de educação cívica e esperava ser conscientizado.

Segundo Henri Bergson, a democracia é, por sua própria natureza, evangélica, sendo que “sua força motriz é o amor a Cristo”<sup>428</sup>. Ora, se o amor a Cristo fosse, em realidade, a força motriz da democracia, seria possível afirmar que esta vincula-se, fundamentalmente, ao cristianismo. É evidente, no entanto, que a observação de Bergson nada mais é do que uma expressão hiperbólica, utilizada em dado contexto com a intenção de enfatizar que a forma democrática de governo corresponde mais ao tipo de caráter “amante da paz” do que ao “agressivo”. Não se pode ignorar, além disso, que o amor à paz em uma sociedade política é algo muito diferente do amor evangélico, e que o fato de a democracia adequar-se a um determinado perfil de ser humano – aquele que preza a paz - não significa que o princípio democrático possa ser inferido do amor à paz e que possa realizar-se, exclusivamente, com base nesse sentimento.

É preciso, também, retomar a objeção feita por Kelsen<sup>429</sup> à tentativa de se atribuir o princípio democrático da igualdade à inspiração evangélica. O filósofo de Praga lembra que aqueles que procedem a essa associação o fazem, remetendo ao ensinamento do Evangelho de que todos os homens são filhos de Deus e criados a Sua imagem. Kelsen adverte, porém, que a idéia de que os homens são iguais diante de Deus aplica-se muito mais facilmente à autocracia do que à democracia. Maritain<sup>430</sup> complementa esse raciocínio, afirmando que a autocracia está baseada na relação absolutamente desigual estabelecida entre o governante e os governados, e que esse aspecto reporta à noção, presente no Evangelho, de que os homens são iguais perante Deus, ainda que este os tenha criado com diferentes personalidades, porque todas essas diferenças são irrelevantes, em vista da diferença fundamental existente na relação entre os homens e a entidade divina.

Talvez seja possível pensar na imagem do sacerdote - e não em Deus -, e vinculá-la às figuras do governante e dos legisladores, uma vez que tanto um quanto os outros são investidos de autoridade, pelo consentimento dos fiéis e do povo, respectivamente, ou, em outras palavras, pelo poder que lhes é delegado por estes. Essa noção parece relevante na medida em que, para Dyonelio Machado e Raul Pilla, havia uma relação de equivalência entre liberdade política

---

<sup>428</sup> Cf. BERGSON, 1932, p. 304.

<sup>429</sup> Cf. KELSEN, 1993, p. 246-251.

<sup>430</sup> Cf. MARITAIN, 1943, p.33-54.

e democracia, e entre esta e o parlamentarismo. Em síntese, o parlamentarismo é a formação da vontade diretiva do Estado por intermédio de um órgão colegiado eleito pelo povo, com base no sufrágio universal e igualitário, vale dizer democrático, segundo o princípio da maioria. Convém salientar, todavia, que o princípio do parlamentarismo assimila a idéia de liberdade, combinando-a com um elemento que obsta a sua força original. Tal elemento é a formação indireta da vontade do Estado, pois esta, no parlamentarismo – tal como no presidencialismo –, não é mais obra direta do povo, e sim de um parlamento eleito pelo voto popular.

Nesse ponto, a idéia de liberdade como poder de auto-governar-se e de decidir por si concilia-se com a necessidade inelutável de uma divisão do trabalho, causa de diferenciação e condicionante de qualquer progresso técnico-social. Assim, essa tendência contraria a concepção original de liberdade, de acordo com a qual a vontade única do Estado, em todas as suas diversas manifestações, seria constituída por uma única e mesma assembléia de todos os cidadãos que tivessem direito ao voto. Nas palavras de Hans Kelsen, “qualquer diferenciação do organismo estatal com base na divisão do trabalho, a transferência de uma função estatal qualquer para um órgão que não seja o povo significam, necessariamente, uma restrição à liberdade” (1993, p. 47).

Mesmo tendo consciência de que a democracia representativa, sob esse ponto de vista, era uma “ficção” e de que, a rigor, os eleitos - independentemente de sua própria intenção de fazê-lo - não seriam capazes de representar a opinião do conjunto de eleitores que os havia escolhido, Dyonelio Machado e Raul Pilla não deixaram de sugerir que, no sistema de governo parlamentar, e somente neste, poderiam vigorar, integralmente, os princípios da democracia e da liberdade. De certa forma, os dois deputados, situados no contexto da modernidade, sentiam-se protagonistas do processo de secularização<sup>431</sup> e transferiam para a esfera dos fenômenos sociais, mais precisamente para o terreno da política, o mesmo otimismo com que lidavam com a ciência. Assumiam, assim, o postulado de que o devir é ditado pela ação demiúrgica da humanidade, em particular por essa parcela da humanidade que detém, simultaneamente, o conhecimento científico e a possibilidade de mudar os rumos

---

<sup>431</sup> Cf. CATROGA, 2004, p. 2-29.

da nação, valendo-se de dispositivos legais – os parlamentares ou, pelo menos, alguns deles.

Ainda que, no caso de Dyonelio Machado e de Raul Pilla, a atuação política, exercida inclusive por meio do jornalismo político, tenha sido anterior a seu envolvimento com a medicina e possa haver influenciado, para além dos motivos pessoais, na escolha da sua própria profissão e na forma de desempenhá-la – que poderia tornar-se uma via de acesso ao “bem público” -, não há como negar que, nessa relação, ocorreu um movimento de retorno e, portanto, uma ação recíproca. Cabe chamar a atenção para o fato de que Raul Pilla considerava a política e, sobretudo, a atividade parlamentar uma “extensão” da medicina, concepção esta que fica expressa no nome – “Microscópio” - que atribuiu à coluna de sua autoria, dedicada a assuntos da conjuntura política e publicada em diversos jornais do País. Como indica o próprio título, olhando através da lente de um microscópio, isto é, recorrendo à mediação que lhe era oferecida por um instrumental específico, o conhecimento científico, ele julgava-se apto a analisar os fenômenos da vida social e política que não poderiam ser vistos a olho nu.

O conhecimento científico foi a mesma lente de aumento de que Dyonelio Machado lançou mão no parlamento. Embora não tenha declarado, como o fez Raul Pilla, que a política era, para si, uma extensão do ofício de médico, ele agia, na tribuna, da mesma maneira que o líder libertador: fazia um diagnóstico da situação do País, detectava as causas dos males sociais, prescrevia as “fórmulas” que poderiam levar à cura e apontava para as providências a serem tomadas no sentido de prevenir e evitar novos prejuízos à democracia e à vida da população. Percebe-se, ainda, que o deputado comunista jamais deixava de opinar sempre que o tema em pauta era ligado à saúde, sendo chamado de “Doutor” pelos seus colegas e pelos líderes sindicais que a ele se dirigiam por meio de telegramas.

Deriva, também, do entrecruzamento das múltiplas facetas que caracterizavam os dois constituintes – e que lhes serviam como argumento de autoridade - o fato de a sua atuação política ter-se aliado à preocupação demonstrada por ambos no que se refere às questões da saúde pública no País. Além disso, os próprios conceitos de “bem público” e de estruturação racional da sociedade, bem como o projeto de futuro, que orientavam sua ação política, condicionaram da mesma forma a visão que possuíam da medicina. Se, de

acordo com o pensamento dos dois deputados, nas esferas de poder, a instauração do “bem público” cabia aos governantes e legisladores, nos assuntos relacionados à saúde, esse dever – ou oportunidade - era facultado ao médico. Para se entender a função que essa profissão desempenhava na sociedade na década de 1940 - e os fatores que propiciaram a intersecção entre política e medicina na prática de Dyonelio e de Raul Pilla -, cabe retomar alguns aspectos relativos ao “lugar” ocupado pelo ofício de médico desde a Antigüidade até essa época.

Os povos da Antigüidade acreditavam que a doença tinha origem na cólera divina ou na malícia dos demônios, e a mesma idéia persiste, de forma diluída mas arraigada, nos grupos civilizados contemporâneos, como um resquício das culturas humanas do passado. O sentimento religioso, o complexo de culpa e a necessidade de expiação dos erros cometidos são os elementos psicológicos que confluem para a manutenção desse caráter punitivo da moléstia<sup>432</sup>. Se, por um lado, essa dimensão supraterrênea da doença conduz o exercício da medicina a uma concorrência incômoda com a religião, por outro, a aceitação da origem sagrada de males que os médicos, mesmo mortais, são capazes de combater implica, para eles, uma compensação pessoal extremamente satisfatória. Tal compensação intensifica-se mediante o prestígio que alcançam, ao assumirem, no imaginário dos demais, a situação de intermediários, de seres investidos do poder de intervir sobre forças de emanção divina ou de origem diabólica.

Essa particularidade fez com que as ciências médicas preservassem, ao longo do tempo, uma função reconhecidamente relevante para a sociedade. O modo como tal função era concebida e desempenhada é que se alterou. A medicina deixou de ser estritamente curativa e adquiriu uma orientação preventiva. No Brasil, a medicina preventiva instalou-se no século XIX<sup>433</sup>. No início desse século, atendendo a uma solicitação do governo, os médicos buscaram entender as causas das doenças que atingiam os habitantes do Rio de

---

<sup>432</sup> Pedro Nava assinala, em 1947, as reminiscências místico-telúrgicas representadas na medicina popular pela ação profilática dos amuletos e benzeduras, pela intervenção do sobrenatural na arte do diagnóstico e no exercício da terapêutica. Desde o exemplo inefável daquele que curou as chagas de Lázaro e reintegrou na luz os cegos, a concorrência tornou-se esmagadora. São Bonifácio especializou-se em doenças da nutrição. Santa Clara, Santa Luzia e Santa Fláminia tratavam dos olhos. Santo Eutrópio curava a hidropisia. São Francisco de Sales, as úlceras. Já Santa Apolônia exercia a arte dentária. Sem contar os que levavam a Lourdes, a Congonhas e a Aparecida as mesmas multidões subjugadas, que o amor a Esculápio e a esperança da cura arrastavam outrora a Pérgamo e a Cós, ao território de Epidauro e às portas de Titânia. Ver NAVA, 2003.

<sup>433</sup> Ver MACHADO; LOUREIRO; LUZ; MURICY, 1978.

Janeiro, a fim de sugerir medidas para evitá-las. Eles detectaram, então, problemas na qualidade do ar, na infra-estrutura dos prédios, no fornecimento de alimentos à população e na moral social, que permitia, ou não coibia, determinadas formas de comportamento. Nas décadas seguintes, porém, os médicos brasileiros procurariam cumprir uma função ainda mais relevante<sup>434</sup>.

No início do século XX, os especialistas em medicina sanitária se uniram aos engenheiros, visando à reorganização e ao saneamento do espaço urbano, mais especificamente do Rio de Janeiro. Nessas circunstâncias, a população em massa foi obrigada a vacinar-se contra a varíola, o que resultou na chamada “revolta da vacina”<sup>435</sup>. No Rio Grande do Sul, por sua vez, as medidas adotadas para evitar a propagação de doenças foram menos impositivas<sup>436</sup>. As teorias positivistas, no Sul, foram objeto de apropriações e interpretações heterodoxas, peculiares à situação histórica do estado<sup>437</sup>, que desde a sua formação caracterizou-se pela multiplicidade étnica e cultural<sup>438</sup>. O Apostolado Positivista do Rio Grande do Sul, no que dizia respeito às questões relativas ao tratamento da saúde, defendia a liberdade de exercício da medicina e das diversas práticas de cura. A concepção hegemônica no PRR – agremiação que governou o estado até 1930 e que se filiava ao positivismo - era a de condenar a intervenção dos médicos - vista como “despótica” -, pois entendia-se que os assuntos ligados à

<sup>434</sup> Id. *ibid.* p. 197-198. Os autores citam, como indicativa da nova mentalidade de então, uma tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1839, denominada *A medicina contribui para o melhoramento moral e manutenção dos bons costumes*. Em resumo, a tese defende que, para que se preserve a saúde da população, é necessário implantar uma sociedade em que não se suscitem paixões e o caos seja desfeito, onde reine a ordem e onde tudo funcione, onde não existem monstros e os costumes sejam doces. A medicina, conhecendo o homem e as alterações de seu organismo provocadas pela desordem, deve guiar o processo de estabelecimento e o funcionamento dessa sociedade, apontando sempre as causas de tais alterações e nelas intervindo. Cabe à medicina oferecer o saber do corpo, que deve ser disseminado como a base de funcionamento do corpo social, fazendo com que cada um evite a paixão e a desordem. Trata-se, ainda, da formulação do sonho de uma república dos médicos, onde tudo seja ordem, calma, luz; onde o equilíbrio esteja instaurado. Carvalho afirma (2001, p.82) que a medicina estuda a influência do estado social, do modo de governo, da liberdade, da escravidão e das crenças religiosas sobre o homem e, percebendo as alterações funcionais que podem decorrer desta influência, faz sua proposta de sociedade de equilíbrio.

<sup>435</sup> A população pobre do Rio de Janeiro, em grande parte negra ou mulata, tinha simpatias monarquistas. Um cronista da cidade atesta que em torno de 1904, após 15 anos da proclamação da República, ao visitar a Casa de Detenção, verificou que todos os presos eram radicalmente monarquistas. A revolta contra a vacinação obrigatória pode ter sido em parte encorajada pela antipatia popular ao novo regime. Ver CARVALHO, 1987. As medidas visavam, em parte um projeto de inserção do País no mercado mundial, com aplicação de recursos estrangeiros no Brasil, já iniciado na proclamação da República. Cf. SEVCENKO, 1984, p.41-55.

<sup>436</sup> Na prática, as medidas adotadas efetivamente foram limitadas pelo alcance teórico das propostas positivistas. As medidas relativas à organização do espaço e da higiene urbana só são, por exemplo, implementadas de forma mais sistemática na década de 1920, por meio de projetos de esgoto e de remodelação do espaço urbano da capital, mantendo-se, até então, atitudes cotidianas de limpeza da cidade. Ver WEBER, 1999.

<sup>437</sup> Há diferentes interpretações do positivismo, algumas vezes até antagônicas entre si. Ver WEBER, 1999.

<sup>438</sup> Ver MOOG, 1974.



saúde teriam de ser resolvidos com base na decisão individual<sup>439</sup> dos pacientes, cabendo aos profissionais apenas o dever de informá-los e orientá-los.

De acordo com os princípios positivistas, os indivíduos deveriam ser moralizados por meio da tutela do Estado. O elemento considerado prioritário para viabilizar o atendimento dos interesses da população era uma reorganização da sociedade que levasse em conta a dimensão espiritual das necessidades humanas, uma vez que esse reordenamento dependia da alteração dos costumes e opiniões. Assim, competia ao governo incentivar a educação, a fim de oportunizar que os indivíduos se esclarecessem acerca dos fundamentos da estruturação racional da sociedade e se submetessem aos preceitos *científicos* que os dirigentes apregoavam<sup>440</sup>. Nessa perspectiva, a arte de curar exigia a mais completa liberdade.

Além disso, de acordo com esses princípios, todo médico “digno” devia esforçar-se para conquistar a confiança dos doentes, pela autoridade de sua palavra, pela sua conduta e pelo seu devotamento, pois, dessa forma, ele obteria a credibilidade da população em geral, propiciando que a ciência penetrasse no espírito dos leigos. Era a “virtude” do médico - entendida como a absoluta pureza de intenções, cuja expressão mais evidente consistia na ausência de interesse material - que os tornava capazes de perceber, cientificamente, o sentido da racionalidade social, só revelado “perante as mentes livres dos prejuízos teológicos e metafísicos”.

Dyonelio Machado e Raul Pilla, além de concederem especial atenção à saúde pública e à medicina preventiva, preocupavam-se com o conforto que poderia ser propiciado ao paciente por parte do médico e valorizavam neste a virtude, procurando corresponder, na prática, ao sentido que eles próprios atribuíam ao ofício que haviam escolhido. O bem-estar físico e psíquico da população era, para eles, sinônimo de progresso do País e, por isso, incluía-se no seu projeto de futuro. Assim, inúmeras são as “lições” que ministravam sobre temas vinculados à saúde, o deputado comunista por meio da tribuna e o

---

<sup>439</sup> O governo do Rio Grande do Sul seguia o princípio de acordo com o qual cada indivíduo deveria ser educado nos princípios da ciência para, então, decidir o que adotar quanto à sua saúde. Ver WEBER, 1999.

<sup>440</sup> Há uma preocupação de Júlio de Castilhos com o estabelecimento de um ponto de vista religioso na sociedade, respeitando-se as crenças individuais, e, acima de tudo, com a desorganização do corpo social, caso não houvesse uma crença religiosa que norteasse os caminhos. Esse pensamento foi responsável pela condescendência com todas as crenças religiosas e místicas que percorriam o Estado no período, mesmo as não professadas diretamente pelos integrantes do PRR. Cf. WEBER, 1999, p.43.

deputado libertador, principalmente, por intermédio dos textos que publicou em seu livro autobiográfico, muitos dos quais tiveram origem em discursos que proferira para a comunidade acadêmica

Os dois parlamentares vincularam-se ao estudo e ao exercício da medicina justamente na época em que o PRR estava à frente do governo estadual. Porém, como antes se afirmou, sua ligação com a política era anterior a esse período. Dyonelio Machado, já na década de 1920 - antes de seu ingresso, como aluno, na Faculdade Medicina -, estava filiado ao próprio PRR, passando mais tarde, em 1935, a aderir ao marxismo, cujas concepções ele defenderia, de forma contundente, no parlamento. Do mesmo modo, Raul Pilla já comungava do ideário liberal no final da primeira década do século XX, antes de tornar-se estudante de medicina. Assim, tendo-se em vista o contexto em que se deu a formação política e acadêmica desses constituintes, fica difícil especificar se a sua visão de medicina – e também a sua forma de pensar a política - havia sido condicionada, predominantemente, pelos princípios positivistas que orientavam o governo, e, conseqüentemente, as políticas de saúde no início do século XX, ou se havia-se pautado nas idéias propugnadas pelo marxismo, no caso de Dyonelio Machado, e pelo liberalismo, no caso de Raul Pilla.

Há, todavia, a possibilidade de se considerar uma terceira alternativa: a de que os dois parlamentares tenham elaborado, cada um a sua maneira, uma formulação – ou tradução - pessoal das distintas tendências filosóficas em questão. Essa terceira alternativa é plausível, se for levado em conta o eixo comum que perpassa todas essas correntes de pensamento. O fato é que o positivismo, o marxismo e o liberalismo compartilham uma noção finalista de história, admitindo a existência de uma estrutura serial de eventos dentro de um processo teleológico. A hipótese de que as fases não só se encadeiam, mas se ultrapassam, permanecia como um cânone na década de 1940 - em que se desenvolveu a atuação parlamentar de Dyonelio Machado e de Raul Pilla -, embora o referido modelo esteja radicado em certezas maiores e anteriores ao século XX: a idéia de progresso, vinda do Iluminismo, e a idéia de evolução, postulada no século XIX.

É preciso, porém, destacar que, embora essas duas personalidades, na condição de políticos, médicos e intelectuais, tivessem em mente a noção de devir, associada à idéia de aperfeiçoamento social e material, ambos conjugavam

a modernidade à tradição. Foi no passado que eles se inspiraram para buscar algumas formações políticas e determinados mecanismos que poderiam garantir, em sua época, a ampliação da democracia e a instauração do “bem público”. As tradições são reatualizadas e inseridas por ambos num novo contexto. Além disso, seus projetos políticos – que, à primeira vista, pareciam derivar de uma negatividade substantiva -, em vez de reconhecer o “atraso” do Brasil, comparando-o às demais nações, e apregoar que essa situação só poderia ser superada pelo ingresso do País no “processo civilizatório”, impulsionavam a construção de uma condição futura que viesse a dar visibilidade aos caracteres híbridos e peculiares de que o território nacional era composto.

Os textos autobiográficos dos dois parlamentares – e, no caso do deputado comunista, também alguns pronunciamentos que fez na tribuna – mostram que eles se consideraram cumpridores da missão que haviam conferido a si mesmos no passado. O que parece haver provocado em ambos uma sensação de estranhamento foi o fato de que, tendo eles, nos vários âmbitos de sua vida, agido com “virtude” e em nome da coletividade, esse atributo que distinguia suas personalidades não obtivesse o reconhecimento por parte da sociedade, pelo menos no grau em que desejariam. Certamente, em parte, advinha daí o ressentimento desses dois deputados, que lutaram para garantir aos demais o acesso à liberdade e à democracia, mas não viram uma reação mais forte daqueles que julgavam representar, quando eles próprios foram vitimados pelo autoritarismo. Dyonelio, que estabelecia um sinal de igualdade entre si e o Partido Comunista, e entre este e o povo, manifestou sua frustração diante da passividade da população na ocasião em que a referida agremiação foi posta na ilegalidade e em que ele mesmo teve seu mandato cassado. Raul Pilla, por sua vez, ainda que tenha agradecido o apoio que recebeu da comunidade acadêmica no momento em que foi enviado para o exílio e afastado da Faculdade de Medicina, precisou reafirmar em público – e depois registrar no livro que organizou com os textos de sua própria autoria – que a afronta da qual fora alvo atingira, na verdade, a instituição que representava.

A opção, feita por ambos, de falar do ressentimento que os atormentava foi, ao mesmo tempo, a expressão de um desejo de permanência. De certo modo, na visão dos dois protagonistas, a missão que cumpriram, uma vez inscrita em livro – e não apenas nos anais da Câmara dos Deputados e da Assembléia

Legislativa -, continuaria em busca de reconhecimento, oferecendo uma “lição” de cidadania às gerações futuras. Dyonelio Machado e Raul Pilla, ao legar à posteridade o exemplo de suas próprias personalidades, talvez desejassem prolongar a tarefa de educar, que haviam tomado para si. Erigir um “monumento” ao vivido por meio da memória e da palavra impressa – essa seria, então, a forma imaginada pelos dois de buscar a própria “cura”, dando vazão ao ressentimento que os afligia, e de tentar libertar-se de um novo exílio que o futuro poderia vir a impor-lhes – o esquecimento.

## FONTES

### ANAIS E DOCUMENTOS CONSULTADOS

- *IHGB*. Anais do Segundo Congresso de História Nacional (entre 07 e 14 de abril de 1931). Rio de Janeiro, 1942.
- *Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1946*. Organizado pela Redação de Anais e Documentos parlamentares. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- *Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte de 1946*. Organizado pela Redação de Anais e Documentos parlamentares. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- *Anais da Assembléia Estadual Constituinte do Rio Grande do Sul de 1947*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, abril./ago,1947.
- *Anais da Câmara dos Deputados*. Organizado pela Redação de Anais e Documentos parlamentares. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1950, v.3. p.152-198.
- FRANCO, Álvaro e RAMOS, Sinhorinha Maria (Org.). *Panteão médico rio-grandense: síntese cultural e histórica - progresso e evolução da medicina no estado do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Ramos, Franco Editores, 1943. Desta obra foram impressos 600 exemplares numerados de 1 a 600, rubricados pelos autores (O exemplar consultado, de número 281, está no Arquivo Histórico de Passo Fundo, RS). A referida publicação teve o apoio da Sociedade de Medicina de Porto Alegre e do Sindicato dos Médicos de Porto Alegre. Entre os colaboradores da obra, aparece o nome de Raul Pilla, Catedrático de Fisiologia da Faculdade de Medicina da Universidade de Porto Alegre.
- *Documento para a história da Independência*. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Caixa 295. v.I, p. 361-383. Rio de Janeiro, 1823.
- *O Constitucionalismo de D. Pedro I no Brasil e Portugal*. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, 1972.

### JORNAIS CONSULTADOS

- *O Nacional*. Passo Fundo (RS), edições diárias, entre abril e agosto de 1947;
- *Diário da Manhã*. Passo Fundo (RS),: edições diárias, entre abril e agosto de 1947;
- *Diário Trabalhista*. Rio de Janeiro, edições diárias, maio de 1947;
- *Diário de Notícias*. Porto Alegre, edições diárias entre fevereiro e julho de 1947;
- *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 19 set. 1976;
- *Correio do Povo*. Porto Alegre, edições entre 1943 e 1947;
- *Correio do Povo*. Porto Alegre, 18 abr. 1933, p.1;
- *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 16. abr. 1931, p.1;

- *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 28 fev. 1931, p.1;
- *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 5 mar. 1931, p.4;
- *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 26 fev. 1931, p.1;
- *A Razão*. Santa Maria (RS), 20 nov.1935, p.1;
- *Zero Hora*. Porto Alegre, edições entre 1985 e 2004;
- *Correio do Povo*. Porto Alegre, edições entre 1985 e 2004.

## FONTES DO PODER LEGISLATIVO FEDERAL CONSULTADAS

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Deputados brasileiros: Repertório (5);  
 CÂMARA DOS DEPUTADOS. Relação dos deputados;  
 CÂMARA DOS DEPUTADOS. Relação dos senadores;  
 DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL.

## SITES CONSULTADOS

- Câmara dos Deputados;
- Senado Federal;
- Supremo Tribunal Federal;
- Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul;
- Assembléia Legislativa do Ceará.

## OBRAS DE DYONELIO MACHADO CONSULTADAS

MACHADO, Dyonelio. *Política contemporânea: três aspectos*. Porto Alegre: Barcellos, Bertaso & Cia., 1923.  
 \_\_\_\_\_. *Um pobre homem*. Porto Alegre: Globo, 1927.  
 \_\_\_\_\_. *Uma definição biológica do crime*. Porto Alegre: Globo, 1933.  
 \_\_\_\_\_. *Eletroencefalografia*. Porto Alegre: Globo, 1944.  
 \_\_\_\_\_. Os fundamentos econômicos do regionalismo. *Revista Província de São Pedro*. Porto Alegre: 1(2), 1945.  
 \_\_\_\_\_. *Os ratos*. 4 ed. Porto Alegre: Bels, 1973.  
 \_\_\_\_\_. *O louco do Catí*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1984.  
 \_\_\_\_\_. *Memórias de um pobre homem*. Pesquisa, apresentação e notas de Maria Zenilda Grawunder. Porto Alegre: Instituto Estadual do livro, 1990.  
 \_\_\_\_\_. *O cheiro de coisa viva; entrevistas, reflexões dispersas e um romance inédito: O Estadista*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1995.

## TEXTOS DE RAUL PILLA CONSULTADOS

- PILLA, Raul. Vultos da medicina rio-grandense. In: FRANCO; RAMOS (Orgs.). *Panteão médico rio-grandense: síntese cultural e histórica; progresso e evolução da medicina no estado do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Franco Editores. 1943.
- \_\_\_\_\_. *Em memória de Assis Brasil: parlamentarismo e presidencialismo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- \_\_\_\_\_. *Catecismo parlamentarista*. Porto Alegre: Globo, 1949.
- \_\_\_\_\_. *Palavras de um professor: discursos e escritos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.
- \_\_\_\_\_. *Raul Pilla e as acusações da imprensa comunista*. Porto Alegre, 1955.
- \_\_\_\_\_. *Duração do mandato presidencial: presidencialismo, parlamentarismo e democracia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- \_\_\_\_\_. Raul Pilla na sessão da Assembléia Nacional Constituinte em 12 de março de 1946. *Diário do Poder Legislativo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- \_\_\_\_\_. *Discursos parlamentares*. Seleção e introdução de Geraldo Guedes com a colaboração de Antonio Carlos Pojo. Brasília: Câmara dos Deputados, 1980.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ABREU, Alzira Alves de (Org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.
- ALENCAR, José de. *Systema representativo*. Rio de Janeiro: Garnier, 1868.
- AMADO, Gilberto. *Eleição e representação*. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Gráfica, 1931.
- AMANTINO, Antônio Kurtz. *Presidencialismo X Parlamentarismo*. Passo Fundo: Aleia Sul Editora, 1992.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México: Fondo de cultura econômica, 1997.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- ANSART, Pierre. *La gestion des passions politiques*. Lausanne; Paris: L'Age d' Homme, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Les cliniciens des passions politiques*. Paris: Editions du Seuil, 1997.
- \_\_\_\_\_. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; Naxara Márcia (Org.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Unicamp, 2001. p. 15-36.
- ARENDDT, Hannah. *The human condition*. Chicago: The University of Chicago Press, 1958.
- \_\_\_\_\_. *On Revolution*. Nova York: Viking, 1963.
- \_\_\_\_\_. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1972(a).
- \_\_\_\_\_. *Verdade e política*. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- \_\_\_\_\_, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- ARON, Raymond. *Les étapes de la pensée sociologique*. Paris: Gallimard, 1967.
- AXT, Gunter. Contribuição ao debate historiográfico concernente ao nexos entre Estado e sociedade para o Rio Grande do Sul castilhistas-borgistas. *Métis: história e cultura*. v.1, Caxias do Sul: EDUSC, 2002.
- AZEVEDO, F. *Brazilian culture: an introduction to the study of culture in Brazil*. New York: MacMillan, 1950.
- AZZI, R. Fé e italianidade: a atuação dos escalabrianos e dos salesianos junto aos imigrantes. BONI, L. A. de (Org.). *A presença italiana no Brasil*. v. 2. Porto Alegre: ESTSLB; Torino, F.G. Agnelli, 1990.
- BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BANDEIRA, L.; COELHO, M.F.P.; MENEZES, M.L. de (Orgs). *Política, ciência e cultura em Max Weber*. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BARBOSA, Livia. *O jeitinho brasileiro ou a arte de ser mais igual que os outros*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BARBOSA, Márcia Helena Saldanha. *A paródia em O louco do Cati*. Porto Alegre: Edipucrs, 1994.
- BARBOSA, Ruy. *Excursão Eleitoral (Aos Estados da Bahia e Minas Gerais - Manifesto à Nação)*. São Paulo: Casa Garraux, 1910.
- \_\_\_\_\_. *A gênese da candidatura do sr. Wenceslau Braz*. Rio de Janeiro: Papelaria de Almeida Marques, 1915.
- \_\_\_\_\_. *Novos discursos e Conferências*. São Paulo: Saraiva, 1933.
- \_\_\_\_\_. *Oswaldo Cruz : 1917*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1950.
- \_\_\_\_\_. *Obras completas de Rui Barbosa: Campanha presidencial*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1956.
- \_\_\_\_\_. *A imprensa e o dever da verdade*. São Paulo: EDUSP, 1990.
- BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. *Os doze Rio Grandes*. Porto Alegre: SAMRIG, 1981.
- BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à história contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-Riograndense*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973-76. 2 vol.
- BASTIDE, Roger. *Antropologia aplicada*. Buenos Aires: Amorrortu, 1972.
- BAUMER, Franklin. *O pensamento europeu moderno*. Lisboa: Edições 70, 1990.



- BECKER, Carl L. *The heavenly city of the eighteenth century philosophers*. New Haven; Londres: Yale University Press, 1932.
- KOLNAL, Aurel. *The war against the West*. Londres: Victor Gollancz, 1938.
- BELDT, Max (Org.). *The federalist*. Oxford: Blackwell, 1948.
- BERGSON, Henri. *Les deux sources de la morale et de la religion*. Paris: F. Alcan, 1932.
- \_\_\_\_\_. *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BERLIN, Isaiah. *Quatro ensaios sobre a liberdade*. Brasília: UnB, 1981.
- BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Schwarcz, 1995.
- BHABHA, Homi K. *Nation and narration*. Londres; New York: Routledge, 1990.
- \_\_\_\_\_. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- BONAVIDES, Paulo. *Política e constituição: os caminhos da democracia*. Rio de Janeiro: Forense, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Ciência política*. São Paulo: Malheiros Editores, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Política e direito*. São Paulo: Malheiros Editores, 1998.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOURDIEU, Pierre; Boltanski, L. Le litre et le poste: rapports entre le système de production. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 2. 1975.
- BOURDIEU, P. Avenir de classe et causalité du probable. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, XV. 1974.
- \_\_\_\_\_. *Homo academicus*. Paris, Minuit. 1984.
- \_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. AMADO, Janaína. e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.183-191.
- \_\_\_\_\_. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. São Paulo:Unicamp, 1997.
- BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia. Apresentação. In: \_\_\_\_ (org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001. p. 9-13.
- CADERNOS DE CIÊNCIA POLÍTICA. *A formação da elite médica no Brasil e seu recrutamento: confronto com o caso francês*. Odaci Luiz Coradini (Org.). n. 11, Porto Alegre, 1998. Série Pré edições.
- CALMON. P. *História do Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971. v. 7.
- CAMPOS, G. W. de S. *Os médicos e a política de saúde*. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: UnB, 1993.
- \_\_\_\_\_. América da (des)ilusão – ressentimento e memória. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Unicamp, 2001. p. 471-490.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difel, 1962.
- CARMO, J. M. do. Política hospitalar do império. In: *IHGB. Anais do Congresso de História do Segundo Reinado*. V.1. 1984.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: UnB, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia da Letras, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CARVALHO, M. T. de. *Nobiliário sul-rio-grandense*. Porto Alegre, Globo. 1937.
- CARVALHO, Olímpio Ferraz de. *Sistema Parlamentar: historia constitucional e política*. São Paulo: Piratininga, 1933.
- CASTRO, C. L. M. de et al. *O professor de medicina*. Rio de Janeiro, Abem/Inep. 1969.
- \_\_\_\_\_. *Características sócio-econômicas dos candidatos aos cursos de medicina: ensino médico no Brasil; parte II*. Rio de Janeiro: Abem. 1967.
- CARONE, E. *A República Nova*. Rio de Janeiro: Difel, 1982.
- CATROGA, Fernando. Secularização e laicidade: uma perspectiva histórica e conceptual. *Revista História das Idéias*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v.25., 2004.
- CAVALCANTE, Berenice. *Certezas e ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/Eduff, 1986.
- CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelson. *A cidade colonial no Brasil*. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.
- CERTEAU, Michel de. *L'invention du quotidien*. Paris: Falio, 1990.
- CÉSAR, Guilhermino (Seleção e Apresentação). *Historiadores e críticos do romantismo - a contribuição europeia, crítica e história literária*. In: *Biblioteca Universitária de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo, Edusp, 1978.
- \_\_\_\_\_. Ocupação e diferenciação do espaço. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sérgio (Org.). *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 7-28.
- CELSE, Afonso. *Oito anos de parlamento: poder pessoal de Dom Pedro II. Reminiscências e notas*. Nova edição aumentada. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1928.
- CHARLE, C. *Les élites de la république (1880-1900)*. Paris: Fayard. 1987.

- CHAVES, Flávio Loureiro. O gaúcho: literatura e ideologia. *O Estado de São Paulo*, Suplemento Cultura, ano IV, n. 177, 30 out., p. 2.
- CHIAPPINI, Lígia. *Regionalismo e modernismo; o caso gaúcho*. São Paulo: Ática, 1978.
- CHIAPPINI, Lígia. Virilidade, valentia e violência. *Folha de São Paulo*. Suplemento Mais. 11 jan. 2004, p.15.
- COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996.
- CONSTANT, Benjamin. Cours de politique constitutionnelle. Paris: Librairie de Guillaumin, 1861, p.179.
- CONSTANT, Benjamin. Principes de politique. In: *Oeuvres*. Paris: Librairie Gallimard; Bibliothèque de la Pléiade, 1957, p. 1.114-1.115.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro. Sobre a atualidade de Vico. *Histórica*. Porto Alegre: APGH, 2000, n.4., p.7-16.
- Constituições Sul-Riograndenses (1843-1947)*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1963.
- CORADINI, Odaci Luiz. Grandes famílias e elite profissional na medicina no Brasil. *Cadernos de Ciência Política*, UFRGS, 1995.
- \_\_\_\_\_. A formação da elite médica no Brasil e sua seleção: confronto com o caso francês. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. III (3), 1996.
- \_\_\_\_\_. *Em nome de quem?*; recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- \_\_\_\_\_. As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). *Estudos históricos*. n. 32. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, 2003, p.125-144.
- CORSO, H. V. *Faculdade de Farmácia: UFRGS – 1895-1987*. Porto Alegre: UFRGS, 1988.
- COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COSTA, G. S. de P. O médico e suas origens. *Revista da AMRIGS*. jan.-mar. 1984.
- \_\_\_\_\_. A crise da medicina e o risco da solução falsa. *Revista da AMRIGS*. jul.-set. 1980.
- CORTÉS, Carlos. *Gaúcho politics in Brazil; The politics of Rio Grande do Sul [1930-1964]*. New Mexico: University of New Mexico Press, 1974.
- COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1961.
- CUNHA, Manuela Carneiro. *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Edusp, 1986.
- CUNHA, Pedro Octávio Carneiro de. A fundação de um império liberal. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1969.
- DEL PRIORE, Mary. *O livro de ouro da história do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- DIEHL, Astor. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru, SP: Edusc, 2002.
- DILLEMBURG, S. R. *Quatro publicações marcantes no jornalismo rio-grandense*. Nova Petrópolis, Amstad, s.d.
- DOSSE, François. *A História*. Bauru, SP: Edusc, 2003.
- DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: EdUsp, 1998.
- DUARTE, J.B. *Os 10 dias em que o Rio Grande do Sul foi parlamentarista*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Gráfica Ética Impressora, 2003.
- DUBOIS, Jacques et al. *Retórica geral*. São Paulo: Cultrix; Usp, 1974.
- \_\_\_\_\_. *L'institution de la littérature*. Bruxelas: Labor, 1978.
- DULLES, John W. F. *Getúlio Vargas: biografia política*. Rio de Janeiro: Renes, 1967.
- DUMONT, L. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. Lisboa: Presença, 1989.
- DURKHEIM, E. *Les formes élémentaires de la vie religieuse*. Paris, 1968.
- \_\_\_\_\_. *De la division du travail social: étude sur l'organisation des sociétés supérieures*. Paris: Alcan, 1983.
- Enciclopédia Mirador Internacional*. São Paulo: Encyclopaedia Britannica, 1987.
- FANON, Frantz. *Black skin, white masks*. Londres: Pluto Press, 1986.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1976.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.
- FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- \_\_\_\_\_. As relações coronelistas no Estado borgista: discussão historiográfica. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo, Unisinos, v.28, n.127, p.67-85, 1992.
- \_\_\_\_\_. A sistemática da distribuição regional do poder no RS na I República, *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo, Unisinos, v.32, n.146, p.89-99, 1996.
- FERREIRA FILHO, Arthur. *História geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1958.
- FIGUEIREDO, Euclides. *Contribuição para a história da revolução constitucionalista de 1932*. 3.ed. São Paulo: Martins/SECSP, 1981.
- FINAZZI-AGRÓ, Éttore. Raten/Ratten: a cidade obsessiva em *Os ratos*. PESAVENTO, Sandra Jatayh (Org.). *Leituras cruzadas: diálogos da história com a literatura*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000. p. 107-116.
- FLEIUSS, Max. *História Administrativa do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1922.
- FONTOURA, João Neves. *Memórias. Borges de Medeiros e seu tempo*. Porto Alegre: Editora do Globo, 1969. v. 2.
- FOUCAULT, Michel. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.

- \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_. *El nacimiento de la clínica: una arqueología de la mirada médica*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *O Constitucionalismo de D. Pedro I no Brasil e Portugal*. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, 1972.
- \_\_\_\_\_. *A história e teoria dos partidos políticos do Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo; PILLA, Raul. *Presidencialismo ou parlamentarismo?*. Brasília: Senado Federal, 1999.
- FRANCO, A. e RAMOS, S. M. (Orgs.) *Panteão médico rio-grandense, síntese cultural e histórica: progresso e evolução da medicina no estado do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Ramos, Franco Editores, 1943.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Globo, 1967.
- \_\_\_\_\_. *O sentido histórico da revolução de 1893*. [s/d; s/e].
- FREIDSON, E. *La profession médicale*. Paris: Payot, 1984.
- FREITAS, D. G. Médicos e cirurgiões da Imperial Câmara de D. Pedro II. In: *IHGB. Anais do Congresso de História do Segundo Reinado*. v.1. 1984.
- FREUD, Sigmund. *Métapsychologie*. Paris: Gallimard, 1952.
- \_\_\_\_\_. *De la technique psychanalytique*. Paris: PUF, 1953.
- \_\_\_\_\_. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- \_\_\_\_\_. Extratos dos documentos dirigidos a Fliess. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- \_\_\_\_\_. Carta 52. In: \_\_\_\_\_. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- \_\_\_\_\_. Projeto para uma psicologia científica. In: \_\_\_\_\_. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Considérations actuelles sur la guerre et sur la mort. Essais de psychanalyse*. Paris: Payot, 1977.
- FREUND, Julien. *L'Essence du politique*. Paris, 1965.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.
- \_\_\_\_\_. *Problemas brasileiros de antropologia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943a.
- \_\_\_\_\_. *Quase política*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.
- \_\_\_\_\_. *Além do apenas moderno: sugestões em torno de possíveis futuros do homem, em geral, e do homem brasileiro, em particular*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Global, 2003.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1972.
- GADET, Françoise; HAK, Tony. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.
- GAGLIETTI, Mauro. *O comportamento dos partidos políticos em relação à aprovação do parlamentarismo na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, em 1947*. (Monografia de Especialização). Santa Maria, UFSM, 1990.
- \_\_\_\_\_. Arqueologia de um político e suas circunstâncias. In: BARBOSA, M.H.S.; GRAWUNDER, M. Z. (Orgs.) *Dyonelio Machado*. Porto Alegre: Unidade Editorial/Secretaria Municipal de Cultura, 1995.
- \_\_\_\_\_. *PT: Ambivalências de uma militância*. 2. ed. Porto Alegre: DaCasa; Palmarinca, 2003.
- GAGLIETTI, Mauro; BARBOSA, Márcia Helena Saldanha Barbosa. Frestas da memória: Dyonelio Machado e a edição de si mesmo. PASQUALOTTI, A.; PORTELLA, M. R.; BETTINELLI, L. A.(Org.). *Envelhecimento Humano: desafios e perspectivas*. Passo Fundo: UPF, 2004.
- GALVANI, Walter. *Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.
- GAUER, Ruth Maria Chittó. A influência da Universidade de Coimbra na formação da nacionalidade brasileira. In: *Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), Anais da XVI Reunião*, Curitiba, 1996. p. 177-180.
- \_\_\_\_\_. Aspectos da vida acadêmica de Coimbra nos finais do século XVIII ao início do século XIX. In: *Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), Anais da XVII Reunião*, São Paulo, 1997. p. 115-120.
- \_\_\_\_\_. A contribuição portuguesa para a construção da sociedade brasileira. In: *Revista de história das idéias*. v.19. Coimbra: Faculdade de Letras, p. 567-591, 1997/1998.
- \_\_\_\_\_. Falar em tempo, viver o tempo!. In: GAUER, R. M. C.; SILVA, M. L. da. (Org.) *Tempo/História*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998. p.17-30.
- \_\_\_\_\_. Na visão do escrivão da armada portuguesa: o olhar do civilizado sobre a barbárie. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: Edipucrs, edição especial, n.1.p.21- 37, 2000.
- \_\_\_\_\_. *A construção do Estado-Nação no Brasil: a contribuição dos egressos de Coimbra*. Curitiba: Juruá, 2001.
- \_\_\_\_\_. Conhecimento e aceleração: mito, verdade e tempo. *Revista de História das Idéias*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2002, p.85-96.
- GERTZ, René E. Estado Novo: um inventário historiográfico. In: SILVA, José Luiz W. da (Org.). *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991, v.1
- \_\_\_\_\_. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1991.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

- \_\_\_\_\_. *Nova luz sobre a antropologia*: Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- GERTH, H.H.; MILLS, C. Wright (Orgs). *Ciência como vocação; política como vocação*. In: WEBER, Max. *Max Weber: ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GIDDENS, A. *The consequences of modernity*. Cambridge: Polity Press, 1990.
- GIL, Fernando. *Evidência e demarcação*; modos de evidência. Lisboa: INCM, 1998.
- GILROY, Paul. *The black Atlantic: Modernity and double consciousness*. New York; Londres: Verso, 1996, p.185-186.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GIOVANETTI NETTO, Evaristo. *O PCB na Assembléia Constituinte de 1946*. São Paulo: Novos Rumos, 1986.
- GIOVANNI, Levi. Les uses de la biographie. *Annales ESG*. Paris: A.Colin, n. 6, nov./dez., 1989.
- GOMES, L. G.; BARBOSA, L.; DRUMMOND, J.A. *O Brasil não é para principiantes: carnavais, malandros e heróis, 20 anos depois*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.
- GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- GRAWUNDER, Maria Zenilda. O escritor que depõe. In: MACHADO, Dyonelio. *Memórias de um pobre homem*. Porto Alegre. IEL, 1990.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Dyonelio Machado: o cheiro de coisa viva; entrevistas, reflexões dispersas e um romance inédito: O Estadista*. Rio de Janeiro: Graphia, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Instituição literária: análise da legitimação da obra de Dyonélio Machado*. Porto Alegre: IEL:Edipucrs, 1997.
- GRAY, John. *Enlightenment's wake: politics and culture at the close of the modern age*. Londres; Nova York: Routledge, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Endgames: questions in late modern political thought*. Cambridge: Polity Press, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Al-Qaeda: e o que significa ser moderno*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- HABERMAS, Jurgen. *Morale et communication: conscience et activité communicationnelle*. Paris: Editions du Cerf, 1986.
- HALLIDAY, Teresa. *A retórica das multinacionais: a legitimação das organizações da palavra*. São Paulo: Summus, 1987.
- HALL, Stuart. *Religious cults and social movements in Jamaica*. In: BOCOCK, R.; THOMPSON, K. (Orgs.). *Religion and ideology*. Manchester: Manchester University Press, 1985.
- \_\_\_\_\_. Minimal selves. In: \_\_\_\_\_. *Identity; The real me*. ICA Document 6. Londres: Institute for Contemporary Arts, 1987.
- \_\_\_\_\_. Cultural identity and diaspora. In: RUTHERFORD, J. (Org.). *Identity*. Londres: Lawrence and Wishart, 1990.
- HALL, S.; GIEBEN, B. (Orgs.). *Formations of modernity*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- HALL, Stuart. When was the post-colonial?; thinking at the limit. In: CHAMBERS (Org.). *The post-colonial question*. Londres: Routledge, 1996.
- HALL, S.; GIEBEN, B. (Orgs.). *Formations of modernity*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&z, 1998.
- HAMPSHIRE, Stuart. *Justice is Strife*. Proceedings and addresses of the American Philosophical Association. v. 65. n.3, nov. 1991, p.24-25.
- HARDT, Michael.; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HARVEY, d. *The condition of post-modernity*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- HENRY, P.; MOSCOVICI, S. Problemes de l'analyse de contenu. *Langage*. n. 2, set., 1968.
- HOBSBAWM, Eric. Introdução. A invenção das tradições. In: HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOHLFELDT, Antônio. *Dyonelio Machado*. Porto Alegre: IEL, 1987.
- \_\_\_\_\_. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1962.
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. *Yolanda Penteado: tudo bem cor de rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976, p.03-11.
- \_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Para uma nova história*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- HOLSTI, R. *Content analyses for the social sciences and humanities*. California: Addison-Wesley, 1969.
- HOUAISS, Antonio (coord.). *Grande Enciclopédia Delta Larousse*. São Paulo: Delta, 1977. v.15.
- ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.
- JAGUAR; PERES, Glênio; WOLFF, Fausto. Dyonelio Machado: um grande escritor brasileiro (para quem teve a sorte de ler). *O Pasquim*. Rio de Janeiro, p.18-19, nov. 1979.
- JASMIN, Marcelo Gantus. *Tocqueville e as conseqüências despóticas da democracia*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988 (Dissertação, Mestrado em Ciência Política).
- JOBERT, B.; MULLER, P. *L'état em action; politiques publiques et corporatismes*. Paris: PUF.
- JOBERT, B. Les politiques sociales et sanitaires. In: M. Grawitz e J. Leca (Org.) *Traité de science politique: les politiques publiques*. Paris: PUF, 1985. v. 4.
- KELSEN, Hans. *A democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- \_\_\_\_\_. *O que é justiça?*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- LACAZ, C. da S. *Vultos da medicina brasileira*. Rio de Janeiro: Academia Nacional de Medicina, 1963 (v.1), 1966 (v.2), 1971 (v.3), 1977 (v.4).

- LACLAU, Ernest. *New reflections on the resolution of our time*. Londres: Verso, 1990.
- LANDÉ, C.H. The dyadic basis of clientelism. In: S.W. Schidit et al. (orgs.). *Friends, followers, and factions: a reader in political clientelism*. Berkeley: University of California Press, 1977.
- LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LE GOFF, Jacques. *São Luís: biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- LEITE, Aureliano. *Subsídios para a história da civilização paulista*. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1954.
- LEFORT, Claude. Réflexions sociologiques sur Machiavel et Marx: la politique et le réel. In: *Les formes de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1978.
- LEVI, Giovanni. Les usages de la biographie. *Annales*. Paris (6): 1. 325-336, nov./déc., 1989.
- LEVINE, Robert M. *O regime Vargas (1934-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- LEVINE, Robert M. *O pai dos pobres?: o Brasil da era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *La pensée sauvage*. Paris: Plon, 1962.
- \_\_\_\_\_. *O olhar distanciado*. Lisboa: Edições 70, 1983.
- LIMA, Hermes. *Travessia: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.
- LIMA, Oliveira. *O movimento da Independência (1821-1822)*. São Paulo: Edusp, 1989.
- LOPES NETO, João Simões. *Contos gauchescos e Lendas do sul* (texto crítico, introdução, notas e glossário de Aurélio Buarque de Hollanda; prefácio e nota de Augusto Meyer; posfácio de Carlos Reverbel). Porto Alegre: Globo, 1949.
- \_\_\_\_\_. *Obra completa*. Porto Alegre: Já Editores; Sulina, 2004.
- LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- \_\_\_\_\_. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Bóris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Tomo III, 1989. p. 99. v.1.
- LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.
- \_\_\_\_\_. *O inumano: considerações sobre o tempo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1990.
- MACEDO, Riopardense de. *Porto Alegre: história e vida da cidade*. Porto Alegre: UFRGS, 1973.
- MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MACPHERSON, C.B. *A teoria política do individualismo possessivo: de Hobbes a Locke*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MAFFESOLI, Michel. *A violência totalitária*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Dinâmica da violência*. São Paulo: Vértice, 1987.
- \_\_\_\_\_. *A transfiguração do político: a tribalização do mundo*. Porto Alegre: Sulina, 1997.
- MAGALHÃES, Fernando. O passado ameaça o futuro: Tocqueville e a perspectiva da democracia individualista. *Tempo Social*. Revista de Sociologia. São Paulo: USP, 12 (1): 141-164, maio de 2000.
- MANTEGAZZA, Paolo. *Tio de la plata e tenerife*. Milano: Gaetano Brigola, 1870.
- MARITAIN, Jacques. *Christianisme et démocratie*. Paris: P. Hartmann, 1943.
- MARRAMAO, Giacomo. *Ciele e terra; genealogia de la secolarizzazione*. Roma-Bari: Laterza, 1994.
- MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS/IEL, 1978.
- MARTINS, Rui Cunha. A fronteira antes da sua metáfora: cinco teses sobre a fronteira hispano-portuguesa no século XV. Coimbra: Faculdade de Letras, 2000, p.406-411.
- \_\_\_\_\_. Fronteira, referencialidade e visibilidade. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000, edição especial, n.1, p. 7-19.
- MARTINS, Wilson. *Introdução à democracia brasileira*. Porto Alegre: Globo, 1951.
- \_\_\_\_\_. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1977. v.; 2.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. O processo de produção de capital*. São Paulo: Difel, 1982, p.709- 894. Livro I, v. 2,
- MATTA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis: por uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- MATTA, Roberto da. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.
- MAUSS, Marcel (Org.). La nación. In: *Sociedad y ciencias sociales*. Barcelona: Barral Editores, 1972.
- MEDEIROS E ALBUQUERQUE. *O regime presidencial no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1914.
- MELO, Lucia Costa. *Subsídios para a vida e obra do Padre Ernesto Ferreira*. Vila Franca do Campo: Câmara Municipal de Vila Franca do Campo; Editorial Ilha Nova, 1996.
- MELO, Luís Correia. *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1954.
- MELLO, A. de S. *Problemas do ensino médico e de educação*. Rio de Janeiro, s. ed. 1937.
- MENDES, Margarida Vieira (Org.). *Sermões do padre Antônio Vieira*. Lisboa: Editorial Comunicação, 1987.
- MERCER, K. Welcome to the jungle. In: RUTHERFORD, J. (Org.). *Identity*. Londres: Lawrence and Wishart, 1990.
- MEYER, Augusto. *Gaúcho, história de uma palavra*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1957.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920-1945*. São Paulo: Difel, 1979.
- MIGUEL, Luis Felipe. *Mito e discurso político: uma análise a partir da campanha eleitoral brasileira de 1994*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Imprensa Oficial, 2000.
- MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas*. Porto Alegre: Globo, 1974.
- MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1982.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Idéia de revolução no Brasil (1789-1801)*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

- MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BEIGUELMAN, P. NABUCO, Joaquim. (1849-1910). In: BEIGUELMAN, P. (Org.) e FERNANDES, F (Coord.). *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1982.
- NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- NAVA, Pedro. *Brasil-Médico*, ano 71, n. 28. abr.-jun.1957.
- NAVA, Pedro. *Território de Epidauro*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- NEGRI, Antonio. Polybius. *the rise of the Roman Empire*. Harmondsworth: Penguin, 1979.
- NEGRI, Antonio, *Il potere costituente*. Milão: Sugarco, 1992.
- NEUBARTH, F. Machado, Dyonélio Tubino. In: SOUZA, Blau (org.). *Médicos (pr)escrevem: vidas e obras*. Porto Alegre: AGE; AMRIGS; SIMERS, 2001. p. 120-123.
- NIETZSCHE, Friedrich. *La généalogie de la morale*. Paris: Gallimard, Folio, 1971.
- \_\_\_\_\_. *Genealogia della morale*. Roma: Newton & Compton, 1971.
- \_\_\_\_\_. *Genealogia della morale*. Roma: Newton & Compton, 1992.
- NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais e lutas de um burguês progressista: o Partido Democrático e a revolução de 1930*. São Paulo: Anhembi, 1958. v. 1.
- NORA, Pierre (Org.). *Essais d'ego-histoire*. Paris: Gallimard, 1987.
- NORA, Pierre. *Les Lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1992.
- NOVAIS, A. Fernando. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In.: MOTA, C. G (Org.). *Brasil em perspectiva*. 13. ed. São Paulo: Difel, 1982.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A redescoberta do Brasil nos anos 1950: entre o projeto político e o rigor acadêmico. In: MADEIRA, Angélica; VELOSO, Mariza (Org.). *Descobertas do Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 2000.
- OLIVEN, Ruben George. *As metamorfoses da cultura brasileira: Violência e cultura no Brasil*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1982.
- \_\_\_\_\_. A fabricação do gaúcho. *Ciências Sociais Hoje* (Anuário de Antropologia, política e sociologia), 1984, p.30-43.
- \_\_\_\_\_. O nacional e o regional na construção da identidade brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.1, n. 2., 1986. p.19-30.
- \_\_\_\_\_. A atualidade da questão regional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.2, n.1. 1988. p.34-51.
- \_\_\_\_\_. O rio grande do sul e o brasil: uma relação controvertida. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 9, v.3. fev. 1989, p. 5-14.
- \_\_\_\_\_. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- ORTIZ, Renato. *A consciência fragmentada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- OSÓRIO, Joaquim Luís. *Partidos políticos no Rio Grande do Sul* (Período Republicano). Pelotas: Livraria do Globo, 1930
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história: nove entrevistas*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- PAZ, Otávio. *Claude Lévi-Strauss ou o novo festim de Esopo*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Unicamp, 1988.
- \_\_\_\_\_. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, F. & HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993, p. 311-320.
- PEREIRA, Miguel Baptista. Iluminismo e secularização. *Revista de Histórias das Idéias*. v. 4, t.II, 1982, p.499.
- PESAVENTO, Sandra. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- \_\_\_\_\_. Fibra de gaúcho, tchê!. *Nossa história*. São Paulo: Vera Cruz, ano 1, n. 4. 2004, p.42-47.
- PIANTA, D. *Personalidades rio-grandenses*. Porto Alegre, s. ed. 1962.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio [et al]. *O Brasil republicano: Sociedade e instituições (1989-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Contribuição ao estudo da formação do Partido Republicano Rio-Grandense (1882-1891)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Porto Alegre: UFRGS, 1979,
- \_\_\_\_\_. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. São Paulo: L&PM, 1986.
- POCOCK, J.G.A. *The machiavellian moment; Florentine political thought and the atlantic republican tradition*. Princeton: Princeton University Press, 1975.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PORTO ALEGRE, A. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typografia do Centro. 1916.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense: 1933.
- PRADO, J.F. de Almeida. *D. João VI e o início da classe dirigente no Brasil (1845-1889)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; INL; MEC, 1968.
- REVERBEL, Carlos. Na prisão onde se encontrava, o Dr. Dyonelio traça, sem querer, o seu perfil de idealista e lutador. *A Razão*. Santa Maria, 20. nov. 1935, p.1.
- RODRIGUES, José Honório. *A Assembléia Constituinte de 1823*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- ROSE, Marco Túlio de. Dyonelio Machado, o último dos romancistas modernos. In: *Folha da Tarde*. Porto Alegre, p. 38-39, 26 dez. 1975.
- RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação*. Lisboa: Ed.70, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Du texte à l'action; essais d'herméneutique*. Paris, Seuil, 1986. v. 2
- \_\_\_\_\_. Événement et sens. *Raisons pratiques*. Paris: Seuil, 1991, n.2, p.55.

- ROCHA, João Cezar de Castro. *Literatura e cordialidade: o público e o privado na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.
- \_\_\_\_\_. Nenhum Brasil existe: poesia como história cultural. In: \_\_\_\_ (Org.). *Nenhum Brasil existe: pequena enciclopédia*. Rio de Janeiro: UniverCidade; Topbooks, 2003.
- RODRIGUES, Celso. *Assembléia Constituinte de 1823: idéias políticas na fundação do Império Brasileiro*. Curitiba: Juruá, 2002.
- ROSSI-LANDI, Ferruccio. *Ideologia*. Barcelona: Labor, 1980.
- ROKKAN, Stein. Dimensions of state formation and nation building, a possible paradigm. In: TILLY, Charles (Org.). *The formation of national states in Western Europe*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1975.
- RUSSOMANO, Victor. *História constitucional do Rio Grande do Sul (1835-1930)*. Pelotas: Barcellos e Bertaso, 1976.
- SÁ, Mem de. *A politização do Rio Grande*. Porto Alegre: Tabajara, 1973.
- SANTOS, José Maria dos. *A política geral do Brasil*. São Paulo: J. Magalhães, 1930.
- \_\_\_\_\_. *Notas à história recente*. São Paulo: Brasiliense, 1944.
- SANTOS FILHO, L. de C. Medicina no período imperial. In: HOLANDA, S. B. de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1967.
- \_\_\_\_\_. O médico republicano no segundo reinado. In: *Anais do Congresso de História do Segundo Reinado*, IHGB, 1984, v.1.
- \_\_\_\_\_. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo, Hucitec; edusp, 1991.
- SANTOS, L. A. de C. *O movimento sanitário e o pensamento social na Primeira República*. ANPOCS, 1984.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Dois escritos democráticos de José de Alencar: teoria da democracia proporcional de José de Alencar*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991.
- SARTRE, Jean-Paul. *Plaidoyer pour les intellectuels*. Paris: Gallimard, 1972.
- SCHELER, Max. *L'homme du ressentiment*. Paris: Gallimard, 1970.
- SCHILLING, Voltaire. A República das Letras. *Zero Hora*. Porto Alegre, 31 out. 2004, p. 21.
- SCHULTZ, A. et al. *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: UFRGS, 1960.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca; Fumproarte, 2004.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870–1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SHAW, Harry. *Dicionário de termos literários*. Lisboa: Dom Quixote, 1982.
- SIGAL, S. *Le rôle des intellectuels en Amérique Latine: la dérive des intellectuels en Argentine*. Paris: Hartmann, 1996.
- SILVA, Elmar Manique da. *Ligações externas da economia gaúcha*. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sérgio (Org.). RS: Economia & Política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 55-92.
- SILVA, G. R. da et al. Uma perspectiva da educação médica no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Médica*. set.-dez. 1987.
- \_\_\_\_\_. Uma retrospectiva da educação médica no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Médica*. set.-dez. 1987.
- SILVA, Hélio. *1931: os tenentes no poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- \_\_\_\_\_. *1932: A Guerra Paulista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- SILVA, M. Rocha e. *A evolução do Pensamento Científico*. São Paulo: Humanismo, Ciência e Tecnologia, 1972.
- SIMMEL, Georg. *Sociologie et épistémologie*. Paris, 1981.
- SKIDMORE, Thomas E. *De Getúlio Vargas a Castelo Branco: 1930-1964*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de história da cultura brasileira*. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- SOUZA, Blau (Org.). *Médicos (r)escrevem: vidas e obras*. Porto Alegre: Age; Amrigs; Simers, 2001.
- SOUZA, Francisco Belisário Soares de. *O sistema eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal, 1979.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na primeira república. In: MOTTA, Carlos Guilherme (Org.) *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1983.
- SPALDING, W. Itinerário da literatura (1900-1957). In: BECKER, K. (Org.). *Enciclopédia Rio-Grandense*. Canoas (RS): Regional, 1957.
- SPALDING, W. *A herança do Irmão Joaquim: histórias da Santa Casa*. Porto Alegre: Redactor, s. d.
- SPALDING, W. *Construtores do Rio Grande*. Porto Alegre: Sulina, 1969. v. 3.
- URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial*. São Paulo: Difel, 1978.
- TAMOYO, Juan José. *Fundamentalismo y diálogo entre religiones*. Madrid: Trotta, 2004.
- TAVARES, José Antônio Giusti. *Reforma política e retrocesso democrático: agenda para reformas pontuais no sistema eleitoral e partidário brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

- \_\_\_\_\_. Introdução. Teoria da representação política e do governo em Assis Brasil. In.: BRASIL, Joaquim Francisco de Assis. *A democracia representativa na república*: antologia. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. p. III-LXXIII.
- TODOROV, T. *Les abus de la mémoire*. Paris: Arléa, 1995.
- TOCQUEVILLE, Alex de. *De la démocratie en Amérique* [1835-1840]. Paris: Gallimard, Folio, 1961.
- \_\_\_\_\_. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Igualdade social e liberdade política*: uma introdução à obra de Alexis Tocqueville. Textos selecionados e apresentados por Pierre Gibret. São Paulo: Nerman, 1988, p.36-139.
- \_\_\_\_\_. *De la démocratie en Amérique*: souvenirs et l'ancien régime et la révolution. Paris: Bouquins, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Democracy in America*. Nova York: Knopf, 1994.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *Interpretação da realidade brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- TOUCHARD, Jean. *História das idéias políticas*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1970.
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- TRINDADE, Hélgio. *Integralismo* (O fascismo brasileiro na década de 30). São Paulo: Difel, 1974.
- \_\_\_\_\_. Padrões eleitorais no Rio Grande do Sul. In: CARDOSO, Fernando Henrique; LAMOUNIER, Bolivar (Org.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- \_\_\_\_\_. *João Neves da Fontoura*: o tribuno parlamentar dos anos 30. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978. (Perfis Parlamentares, 8).
- \_\_\_\_\_. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sérgio (Org.). *RS: Economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p.119-192.
- \_\_\_\_\_. *Assembléia de Representantes no Rio Grande do Sul (1891/1930)*: a hegemonia republicana à institucionalização da oposição. (Coletânea de discursos parlamentares de 1891 a 1930). Porto Alegre. Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1980.
- VALLS, Luiz Fernando Montenegro. *Brossard*: 80 anos na história política do Brasil. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.
- VARNHAGEM, Francisco. *História geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1951.
- VECHI, Roberto. A insustentável leveza do passado que não passa: sentimento e ressentimento do tempo dentro e fora do cânone modernista. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (re)sentimento*: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Unicamp, 2001. p. 457-469.
- VELLINHO, Moysés. *O Rio Grande e o Prata*: contrastes. Capitania d' El-Rey. Porto Alegre. 1964.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. *Revista de Sociologia*. Curitiba, 1997, n.9., p.57-74.
- VIANA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1923.
- VIANA, Oliveira. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1961.
- VICO, Giambattista. *Princípios de uma ciência nova*: acerca da natureza comum das nações. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os pensadores).
- VILLAS-BÔAS, Pedro Leite. *Dicionário bibliográfico gaúcho*. Porto Alegre: EST, 1991.
- VILAS BOAS, J. Sellés Paes de. Notas de museologia. *Revista de Guimarães*, n. 58 (1-2), jan.-jun. 1948, p. 112-119.
- VIRILIO, Paul. *Velocidade e política*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- VOVELLE, Michel (Org.). *O homem do iluminismo*. Lisboa: Presença, 1997.
- WALZER, Michael. *Exodus and revolution*. Nova York: Knopf, 1985.
- WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes da cura*: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense - 1889-1928. Santa Maria: UFSM; Bauru (SP): EDUSC, 1999.
- WEBER, Max. *Essais sur la théorie de la science*. Paris: Librairie Plan, 1965.
- \_\_\_\_\_. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora da UnB, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Economia y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- \_\_\_\_\_. *O político e o cientista*. 3. ed. Lisboa: Presença, 1979.
- \_\_\_\_\_. Ciência como vocação. Política como vocação; rejeições religiosas e suas direções. In: GERTH, H.H. & WRIGHT MILLS. C.(Orgs.). *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- WEISZ, G. The self-made mandarin: the éloges of French Academy of Medicine, 1824-47. *History of Science*, XXVI. 1988a.
- \_\_\_\_\_. Les transformations de l'élite médicale em France. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, 74, 1988.
- WHITE, Hayden. *Meta-história*: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Edusp, 1995.
- \_\_\_\_\_. Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 2001.
- WOLF, E.R. *Relaciones de parentesco, de amistad y de patronazgo em las sociedades complejas*. In: BANTON, M. (org.) *Antropología de las sociedades complejas*. Madri: Alianza. 1980.
- ZILBERMAN, Regina. *A literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Literatura gaúcha*; Temas e figuras da ficção e da poesia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: L&PM, 1985.



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)